SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 9ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

14/12/2020
SEGUNDA-FEIRA
Após a 8ª Reunião da CRE

Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: Senador Marcos do Val

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM

9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

Segunda-feira, Após a 8ª Reunião da CRE

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**MSF 77/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR ANTONIO ANASTASIA**	**12**
2	**MSF 80/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR TELMÁRIO MOTA**	**63**
3	**MSF 79/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR JAQUES WAGNER**	**105**
4	**MSF 87/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR MAJOR OLIMPIO**	**245**
5	**MSF 89/2020** - Não Terminativo -	**SENADORA SORAYA THRONICKE**	**427**
6	**MSF 82/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR CARLOS FÁVARO**	**620**

7	**MSF 85/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR ZEQUINHA MARINHO**	**697**

(23)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES			SUPLENTES		
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, REPUBLICANOS, PP)					
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(10)	RR	3303-5291 / 5292	1 Renan Calheiros(MDB)(10)	AL	3303-2261
Jarbas Vasconcelos(MDB)(10)	PE	3303-3522 / 3593 / 3475	2 Fernando Bezerra Coelho(MDB)(10)	PE	3303-2182
Marcio Bittar(MDB)(10)	AC	3303-2115 / 2119 / 1652	3 Simone Tebet(MDB)(9)	MS	3303-1128
Esperidião Amin(PP)(12)	SC	3303-6446 / 6447 / 6454	4 Diego Tavares(PP)(5)(22)(37)(38)	PB	3303-6788 / 6790
Ciro Nogueira(PP)(6)(18)(22)	PI	3303-6187 / 6188 / 6192	5 Vanderlan Cardoso(PSD)(11)	GO	3303-2092 / 2099
Bloco Parlamentar PSDB/PSL(PSDB, PSL)					
Roberto Rocha(PSDB)(8)(32)(33)	MA	3303-1437 / 1506	1 Izalci Lucas(PSDB)(8)(28)(30)(35)	DF	3303-6049 / 6050
Mara Gabrilli(PSDB)(8)	SP	3303-2191	2 Flávio Bolsonaro(REPUBLICANOS)(14)	RJ	3303-1717 / 1718
Major Olimpio(PSL)(13)	SP	3303-4177	3 Soraya Thronicke(PSL)(15)	MS	3303-1775
Bloco Parlamentar Senado Independente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)					
Kátia Abreu(PP)(3)	TO	3303-2464 / 2708 / 5771 / 2466	1 Acir Gurgacz(PDT)(3)	RO	3303-3131 / 3132
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP	3303-6777 / 6568	2 Flávio Arns(PODEMOS)(3)	PR	3303-6301
Eliziane Gama(CIDADANIA)(3)(26)	MA	3303-6741 / 6703	3 Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3)(36)	PB	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)					
Fernando Collor(PROS)(7)(17)(21)	AL	3303-5783 / 5787	1 VAGO(7)		
Jaques Wagner(PT)(7)	BA	3303-6390 / 6391	2 Telmário Mota(PROS)(7)(16)	RR	3303-6315
Humberto Costa(PT)(24)	PE	3303-6285 / 6286			
PSD					
Nelsinho Trad(2)	MS	3303-6767 / 6768	1 Carlos Fávaro(2)(34)	MT	3303-6408
Antonio Anastasia(2)(31)	MG	3303-5717	2 Angelo Coronel(2)(31)	BA	3303-6103 / 6105
Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)					
Chico Rodrigues(DEM)(4)(40)	RR	3303-2281	1 Marcos Rogério(DEM)(4)	RO	3303-6148
Zequinha Marinho(PSC)(4)	PA	3303-6623	2 Maria do Carmo Alves(DEM)(4)	SE	3303-1306 / 4055 / 2878
PODEMOS					
Marcos do Val(20)(27)	ES	3303-6747 / 6753	1 Alvaro Dias(20)(27)(29)(39)	PR	3303-4059 / 4060

(1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

(2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

(3) Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).

(4) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

(5) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(6) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(7) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

(8) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

(9) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).

(10) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).

(11) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(12) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(13) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).

(14) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

(15) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).

(16) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).

(17) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

(18) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

(19) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)

(20) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).

(21) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).

(22) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).

(23) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

(24) Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).

(25) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.

(26) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).

(27) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).

(28) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).

(29) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).

(30) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).

(31) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).

(32) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.

(33) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).

(34) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).

(35) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).

(36) Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

(37) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

(38) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

(39) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).

(40) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): FLÁVIO EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 14 de dezembro de 2020
(segunda-feira)
Após a 8ª Reunião da CRE

PAUTA

9ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Retificações:
1. Correção de informações nos relatórios das Mensagens nº 79, 82 e 85 de 2020. (11/12/2020 14:50)
2. Inclusão de anexo com as Normas e Diretrizes para as Sabatinas. (11/12/2020 17:57)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 77, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA-THERESA LAZARO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 80, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 79, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 87, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Major Olimpio

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 89, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MAURICIO CARVALHO LYRIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas

Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 82, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ENIO CORDEIRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na Islândia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Fávaro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 85, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

Normas e Diretrizes para as Sabatinas do dia 14/12/2020

1. Os relatórios das Mensagens (SF) constantes na pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo portal do Senado Federal. Assim, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020. 2. A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das senhoras e senhores senadores por sistema de videoconferência, para debate e leitura de relatório. Contudo, a votação será obrigatoriamente presencial, com 2 (duas) urnas de votação secreta drive-thru na entrada da Garagem Coberta e 3 (três) urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo 2 (duas) urnas em frente ao Plenário 3 e 1 (uma) urna em seu interior. A votação será iniciada logo após a abertura da reunião. 3. Para otimizar os trabalhos da 8ª Reunião, os indicados serão divididos em 1 (um) grupo com 4 (quatro) embaixadores (por sistema de videoconferência) e 1 (um) grupo com 3 (três) embaixadores que participarão presencialmente da reunião. As sabatinas começarão com a participação dos 4 (quatro) senadores relatores do primeiro grupo a ser sabatinado, para as suas considerações. Em seguida, será concedida a palavra aos respectivos embaixadores, para apresentação de suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de inquirição, pelas senhoras e senhores senadores inscritos, e respostas, pelos embaixadores questionados. O procedimento será repetido com o grupo seguinte. Ao final das 7 arguições, será realizada a apuração dos votos. 4. Para a 9ª Reunião, os indicados serão divididos em 1 (um) grupo com 4 (quatro) embaixadores e 1 (um) grupo com 3 (três). As sabatinas começarão com a participação dos 4 (quatro) senadores relatores do primeiro grupo a ser sabatinado, para as suas considerações. Em seguida, será concedida a palavra aos respectivos embaixadores, para apresentação de suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de inquirição, pelas senhoras e senhores senadores inscritos, e respostas, pelos embaixadores questionados. O procedimento será repetido com o grupo seguinte. Ao final das 7 arguições, será realizada a apuração dos votos. 5. Caso necessário, 1 (um) assessor poderá adentrar à Sala de Reunião para atender demanda do(a) respectivo(a) Senador(a), retirando-se após a finalidade cumprida. 6. As regras e procedimentos para a Reunião foram definidas para fins de prevenção da transmissão da Covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020; com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020; com os Atos do Presidente nºs 2, 3, 4 e 6 de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020 e com o Ato da Diretoria Geral nº 4, de 2020. 7. Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pelo Presidente da Comissão (RISF. Art. 89, I).

1

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2020

SF/20743.32454-75

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 77, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA-THERESA LAZARO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia*.

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora MARIA-THERESA LAZARO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Nos termos constitucionais, é atribuída competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Ademais, ao observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A diplomata indicada, nasceu em 22 de fevereiro de 1954, filha de Marcel Lazaro e Odette Lazaro, no Rio de Janeiro/RJ.

No Instituto Rio Branco, em 1976, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; e, em 2000, o Curso de Altos Estudos, no qual apresentou a tese intitulada "Os arquivos do Itamaraty: a renovação da memória diplomática".

Iniciou sua carreira como Terceira-Secretária no ano de 1977. Tornou-se Segunda-Secretária em 1979. Por merecimento, chegou a Primeira-Secretária em 1982; Conselheira em 1992; Ministra de Segunda Classe, em 2001; e Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial em 2019.

No Ministério de Relações Exteriores, cumpriu com várias funções, nomeadamente Assistente da Divisão de Política Comercial, de 1977 a 1979; Assessora do Gabinete do Ministro de Estado, de 1979 a 1985. No exterior, foi Primeira-Secretária na Embaixada em Paris, de 1985 a 1988; Primeira-Secretária na Embaixada em Moscou, de 1988 a 1991; Ministra-conselheira na Representação Permanente junto à FAO, Roma, de 2003 a 2005; Cônsul-Geral em Córdoba, de 2005 a 2010; e Cônsul-Geral em Paris, de 2017 até a presente data, onde foi igualmente Cônsul-Geral adjunta de 1995 a 1998.

Foi Assessora da Divisão de Integração Regional, de 1992 a 1993; Chefe da Divisão de Assistência e Previdência Social, de 1993 a 1995; Coordenadora na Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, de 1998 a 2000; chefe na Divisão de Informática, de 2003 a 2005; Subsecretária-geral na Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, em 2015.

SF/20743.32454-75

SF/20743.32454-75

Ademais, foi Assessora especial do Ministro de Estado da Previdência Social, de 2010 a 2015.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, a República da Tunísia conta com população de em torno de 11,5 milhões de habitantes, e área de 163,6 mil km² (um pouco maior que a área do Estado do Ceará). Seu Produto Interno Bruto em poder de compra (PIB-PPP) alcança em 2019 o montante de US$ 149,19 bilhões, o que lhe propicia PIB per capita em poder de compra de US$ 12 660,00.

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia, em 1956. No mesmo ano, foi aberto Consulado brasileiro em Túnis e, em 1961, foi instituída Embaixada residente. Desativada temporariamente em 1999, por motivos orçamentários, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001.

Após a revolução tunisiana ("Revolução de Jasmim") de janeiro de 2011, o país busca maior inserção internacional e as relações bilaterais com o Brasil foram intensificadas. De acordo com o Relatório de Gestão da Embaixadora Márcia Maro da Silva, que estava à frente da missão diplomática, três ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil visitaram a Tunísia entre 2014 e 2018 e, em 2016, foi assinado Acordo Quadro entre o Mercosul e a Tunísia, além de se considerar Acordo de Facilitação, Promoção e Proteção de Investimentos entre os dois países.

No campo econômico-comercial, as relações Brasil-Tunísia estão ainda aquém de seu potencial. Outrora o fluxo comercial era centrado na importação de fosfatos e na exportação de açúcar, porém o cenário hoje é

outro, passando o Brasil a exportar mais soja que açúcar e a importar fertilizantes; azeite de oliva; e frutas como tâmaras e figos.

Quanto à cooperação, há dois projetos. Um, desde 2016, a respeito de plantação de eucaliptos para reflorestação e exploração comercial, sob os auspícios da EMBRAPA. Outro, desde 2018, com o fito de reestruturar a Agência de Cooperação Técnica Tunisiana (ACTT), em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e financiada pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20743.32454-75

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 77, DE 2020

(nº 682/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA-THERESA LAZARO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 682

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora **MARIA-THERESA LAZARO**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Os méritos da Senhora **MARIA-THERESA LAZARO** que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de novembro de 2020.

EM nº 00207/2020 MRE

Brasília, 5 de Novembro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de MARIA-THERESA LAZARO, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e **curriculum vitae** de MARIA-THERESA LAZARO para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.006273/2020-18

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 717/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 19 de novembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA-THERESA LAZARO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 19/11/2020, às 20:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2236580** e o código CRC **3922DD95** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006273/2020-18 SEI nº 2236580

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *MARIA-THERESA LAZARO*
CPF.: 402.703.517-87
ID.: 6543 MRE

1954	Filha de Marcel Lazaro e Odette Lazaro, nasce em 22 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1976	CPCD - IRBr
1982	CAD - IRBr
2000	CAE - IRBr, Os arquivos do Itamaraty: a renovação da memória diplomática.
Cargos:	
1977	Terceira-secretária
1979	Segunda-secretária
1982	Primeira-secretária, por merecimento
1992	Conselheira, por merecimento
2001	Ministra de segunda classe, por merecimento
2010	Ministra de primeira classe, por merecimento
2019	Ministra de primeira classe do Quadro Especial
Funções:	
1977-79	Divisão de Política Comercial, assistente
1979-85	Gabinete do Ministro de Estado, assessora
1985-88	Embaixada em Paris, primeira-secretária
1988-91	Embaixada em Moscou, primeira-secretária
1992-93	Divisão de Integração Regional, assessora
1993-95	Divisão de Assistência e Previdência Social, chefe
1995-98	Consulado-Geral em Paris, cônsul-geral adjunta
1998-2000	Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, coordenadora
2000-03	Divisão de Informática, chefe
2003-05	Representação Permanente junto à FAO, Roma, ministra-conselheira
2005-10	Consulado-Geral em Córdoba, cônsul-geral
2010-15	Ministério da Previdência Social, assessora especial do Ministro, coordenadora de Assuntos Internacionais
2015	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, subsecretária-geral
2017	Consulado-Geral em Paris, cônsul-geral

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
Departamento de África
Divisão de África III

FICHA-PAÍS
REPÚBLICA TUNISIANA

OSTENSIVO

ÍNDICE

ÍNDICE....2
PERFIS BIOGRÁFICOS....3
MAPA....19
DADOS BÁSICOS SOBRE A TUNÍSIA....20
CRONOLOGIA HISTÓRICA....211
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS....28
ATOS BILATERAIS....311

PERFIS BIOGRÁFICOS

KAÏS SAÏED
Presidente da República

Kaïs Saïed nasceu em 1958, na cidade de Túnis, capital da Tunísia. É formado em Direito Internacional pela Faculdade de Direito e Ciência Política de Túnis, com especialização em Direito Constitucional.

Começou sua carreira como professor de Direito em 1986, na Universidade de Sousse. Atuou como especialista jurídico da Liga Árabe entre 1989 e 1990 e do Instituto Árabe de Direitos Humanos de 1993 a 1995. A partir de 1990, atuou como secretário-geral da Associação Tunisina de Direito Constitucional, cuja vice-presidência veio a assumir em 1995. Entre 1994 e 1999, foi diretor do Departamento de Direito Público da Universidade de Sousse. Posteriormente, lecionou na Universidade de Túnis até sua aposentadoria em 2018. Tendo em vista sua experiência em Direito Constitucional, foi convidado a compor o comitê de especialistas para revisar o projeto da Constituição de 2014.

Era pouco conhecido nos meios políticos antes das eleições presidenciais de 2019, para as quais se apresentou como candidato independente e venceu o segundo turno com cerca de 73% dos votos. Assumiu a Presidência da República em outubro de 2019. Embora não seja filiado a nenhum dos grandes partidos tunisianos da atualidade, é apoiado pelos partidos de orientação islamista.

HICHEM MECHICHI
Primeiro-ministro

Nascido em janeiro de 1974, na cidade de Bou Salem, Hichem Mechichi é formado em Direito pela Faculdade de Direito e Ciência Política de Túnis e é mestre em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Strasbourg. Possui também certificado da Escola Nacional de Administração da Tunísia.

Atuou como diretor-geral da Agência Nacional de Controle Sanitário e Ambiental de Produtos até 2014, quando assumiu o cargo de chefe de gabinete dos Ministério dos Transportes. Também foi chefe de gabinete dos ministérios de Assuntos Sociais e da Saúde.

Em 11 de fevereiro de 2020, foi nomeado pelo presidente Kaïs Saïed como seu assessor sênior, responsável pelos assuntos jurídicos. No dia 19 do mesmo mês, foi nomeado ministro do Interior no governo do então primeiro-ministro Elyes Fakhfakh. Em 25 de julho de 2020, após a renúncia de Fakhfakh, foi nomeado primeiro-ministro pelo presidente da República. Após voto de confiança recebido do Parlamento em 01/09/2020, tornou-se chefe do governo tunisiano.

OTHMAN JARANDI
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Othman Jarandi possui formação em Comunicação e é diplomata de carreira desde 1979. Serviu nas Embaixadas tunisianas no Kuwait, na Nigéria, em Gana, em Serra Leoa, na Libéria na Coreia do Sul e na Jordânia. Em 1998, atuou na União Africana como diretor de Assuntos Políticos, Assuntos Econômicos e Cooperação com a África da organização. Entre 2011 e 2014, foi representante permanente da Tunísia nas Nações Unidas.

Foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros pela primeira vez em março de 2014 pelo então primeiro-ministro Ali Larayedh, e ocupou a função até janeiro do ano seguinte. Até sua nova nomeação ao cargo de chanceler pelo primeiro-ministro, Hichem Mechichi, atuou como primeiro-assessor para assuntos diplomáticos do presidente da República, Kaïs Saïed.

RELAÇÕES BILATERAIS

No contexto da nova estratégia tunisiana de inserção internacional, a partir de 2011, marcada pela busca por diversificação de suas parcerias internacionais, registra-se movimento de renovação do relacionamento bilateral com o Brasil. A diversificação da pauta de cooperação, até 2011 praticamente inexistente, constitui uma das características mais marcantes do novo momento das relações. Temas que passaram a integrar a agenda bilateral incluem desenvolvimento social; agricultura; capacitação de empresas para exportação; turismo; cultura; defesa e educação. No campo econômico-comercial, setores como agricultura, agroindústria, indústria química e farmacêutica, construção civil, transportes e turismo estão entre os mais promissores para negócios entre os dois países.

Histórico

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia, em 1956. No mesmo ano, foi aberto consulado brasileiro em Túnis e, em 1961, foi criada embaixada residente. Desativada temporariamente em 1999, por razões orçamentárias, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001, durante visita do secretário-geral do MRE a Túnis, ocasião em que teve lugar a I Sessão da Comissão Mista Brasil-Tunísia. A reabertura da embaixada brasileira deu início a movimento de reaproximação bilateral, consubstanciado na intensificação do fluxo de visitas de alto nível. Entre 2001 e 2010, o então chanceler Celso Amorim visitou Túnis em três ocasiões (2005, 2008 e 2009), e os então chanceleres tunisianos Habib Ben Yahia (2002) e Abdelwaheb Abdallah (2006) visitaram o Brasil. Durante a visita do ministro Abdallah, teve lugar a II Comissão Mista Brasil-Tunísia.

Relações com a Tunísia pós-revolucionária

O Brasil buscou apoiar a Tunísia ao longo de seu processo de transição política (2011-2014). Já em março de 2011, o Brasil contribuiu com US$ 224 mil ao ACNUR, com destinação à Tunísia, em razão do influxo de refugiados do conflito na Líbia. Visitas de alto nível desde então incluíram o então subsecretário-geral do Ministério das Relações

Exteriores para Assuntos Políticos-III (maio de 2011), a primeira de um alto representante da América Latina à Tunísia pós-revolucionária, o então chanceler Antonio Patriota (abril de 2012) e o encontro bilateral em nível presidencial às margens da III Cúpula América do Sul-Países Árabes (Lima, outubro 2012). Pouco após a aprovação da Constituição tunisiana (janeiro de 2014), realizou-se reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia (Túnis, abril de 2014), voltada ao relançamento da cooperação bilateral. Dando seguimento político às iniciativas prospectadas em 2014, o então chanceler Mauro Vieira realizou visita a Túnis, em março de 2016. Em 2017, houve visita do então ministro dos Negócios Estrangeiros tunisiano, Khemaïes Jhinaoui, concomitantemente à realização da III Comissão Mista Brasil-Tunísia. A visita a Túnis do então chanceler Aloysio Nunes, em julho de 2018, constitui, até o momento, o mais recente encontro bilateral de alto nível.

Nesse contexto de aproximação, Brasil e Tunísia têm buscado fortalecer o quadro jurídico de suas relações. Durante a visita do então chanceler Mauro Vieira a Túnis, em 2016, foram assinados memorandos de entendimento para cooperação na área do desenvolvimento social e cidadania, bem como no campo do turismo. Em 2017, por ocasião da visita do chanceler Jhinaoui, outros três atos foram assinados: acordo de cooperação em ciência, tecnologia e inovação; acordo-quadro de cooperação em matéria de juventude; e memorando de entendimento para a promoção das relações econômicas.

Principais temas na pauta de cooperação

Desde o lançamento, em maio de 2016, do primeiro projeto de cooperação técnica bilateral, no domínio do eucalipto, a Tunísia tem demonstrado interesse por ampliar e diversificar a cooperação com o Brasil. Entre as áreas de maior interesse estão desenvolvimento social, agricultura, capacitação de empresas para exportação, artesanato, saúde e turismo. A intensificação da cooperação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) também tem sido buscada, pelo lado tunisiano, como forma de fortalecer a capacidade institucional da Agência Tunisiana de Cooperação Técnica (ATCT). Além disso, a cooperação na área de defesa também passa por processo de adensamento.

O projeto na área de cultivo do eucalipto, iniciado em 2016, reveste-se de caráter simbólico por se tratar do primeiro projeto de cooperação técnica desenvolvido entre os dois países e tem como objetivo contribuir para o êxito de programas de reflorestamento que estão sendo desenvolvidos pelo governo tunisiano com vistas a conter processos de desertificação.

O domínio do desenvolvimento social tem recebido atenção especial no âmbito da parceria Brasil-Tunísia, em virtude do interesse do governo tunisiano em modernizar os programas em benefício dos setores mais vulneráveis da população, concentrados no interior do país. Desde 2012, Brasil e Tunísia têm mantido iniciativas de troca de experiências (missões e seminários), as quais têm contribuído para o desenvolvimento, na Tunísia, de programa de alimentação escolar e de sistema de identificação social ("cadastro único"), baseados nos modelos brasileiros. O IPEA também colaborou na revisão do projeto do Plano de Desenvolvimento Social e Econômico da Tunísia (2016-2020). Com vistas a conferir visibilidade a essas iniciativas e catalisar novas ações, os dois países assinaram, em março de 2016, memorando de entendimento na área social. No contexto da III Comissão Mista (abril de 2017), foi assinado acordo de cooperação em matéria de juventude, e avançaram as negociações de memorando de entendimento sobre trabalho, relações profissionais e previdência social.

No campo da saúde, há histórico de cooperação entre o Hospital Sírio-Libanês e o Hospital La Marsa, na Tunísia, com vistas à capacitação de médicos tunisianos para o transplante de fígado entre pacientes vivos. Avalia-se que, como resultado, a Tunísia poderá vir a converter-se em referência regional nesse campo no médio prazo.

No domínio do turismo, foi assinado, em março de 2016, memorando de entendimento para cooperação. O turismo é responsável por parcela significativa do PIB tunisiano. Durante a visita do então chanceler Aloysio Nunes a Túnis (julho de 2018), foi lançado plano de ação, com vistas a dar início a iniciativas práticas nessa área.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

Há grande potencial para ampliação das relações econômico-comerciais com a Tunísia, país que representou o 71º principal destino das

exportações brasileiras em 2019. Encontra-se em negociação acordo de livre comércio Mercosul-Tunísia, o qual poderá ter grande impacto sobre o comércio bilateral. Com respeito aos investimentos bilaterais, as negociações de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI), bem como o contexto de reformas econômicas na Tunísia, em que o governo tunisiano tem buscado atrair capitais estrangeiros, geram oportunidades de negócios para o Brasil, sobretudo nas áreas de construção civil, transportes e energia e no setor farmacêutico.

Nos últimos anos, Brasil e Tunísia intensificaram a troca de missões empresariais, com vistas a promover a dimensão econômico-comercial da parceria. Em março de 2016, em paralelo à visita do então chanceler Mauro Vieira a Túnis, foi organizado "Seminário Empresarial Brasil-Tunísia". Durante a visita do chanceler Khemaïes Jhinaoui ao Brasil, em abril de 2017, também foi realizado o "Fórum Econômico sobre Oportunidades de Negócios entre o Brasil e a Tunísia", em São Paulo. Em abril de 2018, a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira promoveu o evento "Foro Econômico Brasil-Países Árabes", em São Paulo, que contou com a presença da Tunísia, bem como organizou missão de empresas brasileiras a Túnis. Concomitantemente à visita do então chanceler Aloysio Nunes, em julho de 2018, também foi realizada a 8ª sessão do Conselho Empresarial Brasil-Tunísia, com participação do presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, Rubens Hannun, e de representantes de associações representativas do setor privado brasileiro.

Análise dos dados econômico-comerciais

Em 2019, o comércio entre Brasil e Tunísia registrou diminuição de cerca de 11% em relação ao mesmo período de 2018, passando de US$ 313,74 milhões para US$ 278,5 milhões. Essa retração foi puxada pela queda de 22% nas exportações brasileiras, sobretudo de açúcares, para a Tunísia. Além disso, o comércio bilateral decresceu 36% entre 2012 e 2018, situação fundamentalmente causada pelo contexto de retração do comércio exterior brasileiro (de ordem de -30,8% entre 2012 e 2016) e pela retração da indústria de fosfato tunisiana após a Revolução de 2011.

Os principais itens da pauta de exportação do Brasil para a Tunísia são produtos básicos e semimanufaturados como soja, açúcar, café e milho. As importações da Tunísia, por sua vez, são compostas

principalmente de adubos e fertilizantes, óleos combustíveis de petróleo e produtos manufaturados.

O saldo comercial continuou superavitário para o Brasil em 2019, embora com significativa redução (superávit de US$ 159,1 milhões, contra US$ 246,5 milhões no mesmo período 2018). O ápice do superávit brasileiro com a Tunísia ocorreu em 2011, quando registrou saldo de US$272 milhões.

ECONOMIA TUNISIANA

Em 2019, o PIB tunisiano cresceu 1,5%. O FMI estima que a implementação das reformas liberalizantes é condição necessária para alavancar esse crescimento, de modo que o PIB tunisiano poderia, nesse cenário, atingir crescimento de 4,4%, em 2024.

Há sinais positivos para a economia tunisiana. Conforme relatório de missão do FMI à Tunísia, de junho de 2019, o país logrou reduzir a taxa de inflação, de 7,7% para 6,8% ao ano. Ademais, o Ministério do Desenvolvimento, do Investimento e da Cooperação Internacional comemorou crescimento de 28% do investimento estrangeiro direto no país em 2018, em relação a 2017. De acordo com o relatório "Doing Business" 2020 do Banco Mundial, a Tunísia ocupou, em 2019, a 5ª posição em termos de ambiente favorável para os negócios entre os países africanos. Em âmbito mundial, o país ficou em 78º lugar, duas posições acima da registrada em 2018. Embora o país tenha déficit em sua balança comercial, as contas externas apresentaram melhoras, com o ingresso de recursos para financiamento de projetos locais e com o incremento no fluxo de turistas. Em novembro de 2019, efetivamente, a Tunísia retornou ao circuito de cruzeiros marítimos internacionais. Como resultado do aumento da entrada de divisas, a taxa de câmbio do dinar tunisiano elevou-se.

Com a crise do novo coronavírus, foi divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística da Tunísia que o PIB do país havia sofrido retração de 1,7% no primeiro trimestre em comparação com o mesmo período em 2019. Foram destinados recursos da ordem de US$ 850 milhões para auxílio às famílias desempregadas e em situação de vulnerabilidade, bem como para socorro às pequenas e médias empresas. Ao longo dos meses de março e abril, foi divulgado que a Tunísia receberia ajuda financeira do

Banco Mundial e da União Europeia da ordem de US$ 35 milhões e US$ 250 milhões, respectivamente, para fazer frente à pandemia. Além disso, o FMI acordou US$ 375 milhões à Tunísia em recursos extraordinários para combate à crise gerada pela COVID-19.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Ao longo de quase três mil anos de história, a Tunísia recebeu influência de diversos povos, em especial berberes, cartagineses, romanos, árabes e otomanos. Em contexto de dificuldades econômicas locais e no auge do imperialismo europeu, a Tunísia tornou-se protetorado francês, em 1881. Sob administração francesa, consolidou-se um sistema de educação bilíngue, que possibilitou às elites tunisianas o acesso a universidades francesas, onde se formaram as primeiras lideranças que contestaram o domínio francês.

A resistência tunisiana ganhou intensidade durante a primeira metade do século XX. Em 1920, foi fundado o partido "Destur", de orientação nacionalista. Em 1934, cisão interna na agremiação política levou à criação do partido "Neo-Destur", que além da defesa da independência tunisiana, sustentava a preservação do caráter laico do estado. O novo partido, sob a liderança de Habib Burguiba, graduado em Direito em Paris, ganhou, paulatinamente, proeminência na contestação ao domínio francês.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a contestação à presença francesa ganhou renovado impulso. O assassinato do líder sindical Farhat Hached, em dezembro de 1952, provocou intensa onda de protestos e greves no país, a qual duraria até 1954, quando a França concedeu autonomia interna à Tunísia e iniciou negociações com o "Neo-Destur" para a concessão da independência, formalmente obtida em março de 1956. Três anos mais tarde, em 1959, Burguiba elegeu-se como o primeiro presidente do país, após a supressão de revolta liderada pelo secretário-

geral do Neo-Destur, Saleh Ben Youssef (1955-56), e a proclamação da República, em 1957.

O período Burguiba foi marcado, por um lado, pelos esforços de modernização e secularização do país, capitaneados pelo estado tunisiano e, por outro lado, pelas crescentes restrições a liberdades civis e políticas. Cinco meses após a formalização da independência, em agosto de 1956, adotou-se o Código de Estatuto Pessoal, legislação até então inédita no Mundo Árabe. A nova legislação garantiu importantes direitos às mulheres, tais como o divórcio, idade mínima e consentimento mútuo para o matrimônio, acesso à herança e à guarda dos filhos, entre outros. Esses avanços, contudo, foram acompanhados por retrocessos no âmbito político. Na década de 1960, a Tunísia tornou-se um regime de partido único, tendo o "Neo-Destour" sido renomeado "Partido Socialista Destouriano" (PSD), em 1964, e, em 1975, Bourguiba tornou-se presidente vitalício do país.

No início da década de 1980, em decorrência do segundo choque do petróleo (1979), e da queda de sua produção agrícola, a Tunísia mergulhou em grave crise econômica, a qual foi acompanhada por protestos em favor de maiores liberdades e contra a carestia, em especial no preço dos alimentos. Em resposta, o governo tunisiano empreendeu movimento de tímida abertura, permitindo a realização de eleições legislativas multipartidárias em 1981. Embora o pleito tenha resultado em vitória massiva do PSD, ganhou proeminência, nesse contexto, o "Movimento da Tendência Islâmica" (MTI), grupo de orientação islamista fundado naquele ano sob a liderança de Rached Ghannouchi. O MTI, acusado, ao longo dos anos 1980, de estar por trás dos seguidos protestos contra a carestia no país, as chamadas "revoltas do pão", e chocando-se frontalmente com o projeto laico de Burguiba, foi reprimido pelo governo tunisiano.

O recrudescimento da repressão política aos islamistas e a grave crise econômica acabaram por tornar a situação política de Burguiba insustentável. Em 1987, sob a alegação de que o mandatário tunisiano estaria senil, o então primeiro-ministro, Zine El-Abidine Ben Ali, destituiu Burguiba e assumiu a Presidência.

O Governo Ben Ali foi marcado, inicialmente, pela adoção de medidas de abertura política. O mandato vitalício do presidente da República foi abolido e nova lei de partidos políticos foi aprovada, permitindo a legalização de diversos agrupamentos. O MTI, que passou a

chamar-se Ennahdha (Renascença), em 1989, seguiu proscrito e sua liderança, embora inicialmente libertada por Ben Ali, voltou a ser perseguida, tendo partido para o exílio, em especial na Europa.

As medidas de abertura anunciadas não resultaram em maior participação no governo. O PSD, renomeado Aliança Constitucional Democrática (RCD, na sigla em francês), seguiu amplamente predominante na vida política e administrativa do país. Ben Ali, por sua vez, foi sucessivamente reeleito presidente (1994, 1999, 2004 e 2009) em pleitos contestados por entidades independentes. No plano econômico, intensificaram-se reformas liberalizantes, voltadas à atração de investimentos externos, baseadas em amplo programa de privatizações que favoreceram setores vinculados ao governo. Embora a renda per capita tunisiana tenha triplicado durante o período, ampliaram-se as desigualdades sociais e regionais no país. Desprovido da legitimidade de que Burguiba, enquanto líder da independência nacional e propulsor da modernização tunisiana gozara, Ben Ali ancorou sua sustentação no chamado "milagre tunisiano" e na ampliação dos gastos com políticas de assistência social, em particular com subsídios a gêneros de primeira necessidade.

A Revolução tunisiana de 2011

Ao final da década de 2000, as tensões econômicas e políticas inerentes ao modelo tunisiano agravaram-se. Embora a economia do país mantivesse boas taxas de crescimento, os setores produtivos não foram capazes de absorver crescente contingente de mão de obra, em especial os mais jovens e recém-formados. A taxa de desemprego chegou a 13% da população ativa, em 2010, sendo superior a 20% entre jovens com diploma universitário e em cidades do interior do país. O regime político, por sua vez, revelava-se incapaz de responder às crescentes demandas por renovação e por maiores liberdades civis e políticas.

Em dezembro de 2010, a autoimolação de um jovem vendedor ambulante, Moahammed Bouazizi, em protesto contra ação policial de que fora vítima, desencadeou grande onda de manifestações populares no país. A persistência e a ampliação das manifestações acabaram tornando insustentável a permanência de Ben Ali no poder. Em janeiro de 2011, o presidente tunisiano fugiu do país, após 23 anos no poder, exilando-se na Arábia Saudita. Os protestos tunisianos e a queda de Ben Ali marcaram o

início da chamada "Primavera Árabe", onda de revoltas e insurreições populares que varreu grande parte dos países árabes naquele ano.

Após a fuga de Ben Ali, as lideranças políticas tunisianas, juntamente com alguns setores da oposição, iniciaram movimento em direção à realização de transição política branda.

Em fevereiro de 2011, com Beji Caïd Essebsi como primeiro-ministro, foi permitida a legalização de mais de uma centena de partidos políticos, entre os quais o Ennahdha, e organizaram-se eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

O Processo de Transição Tunisiano

Ao assegurar liberdade de crença e a igualdade legal entre os gêneros, e ao estabelecer, em seu preâmbulo, que a Tunísia se constitui como um estado civil, a nova constituição tunisiana é considerada como a mais progressista do mundo árabe. Pela sua atuação na transição política, o "Quarteto do Diálogo Nacional Tunisiano", integrado por representantes da sociedade civil da Tunísia, foi laureado, em dezembro de 2015, com o Prêmio Nobel da Paz. À época, o comitê avaliador do prêmio justificou a escolha do Quarteto pela sua "contribuição decisiva para a construção de uma democracia pluralista na Tunísia", "país que passou pela transição democrática mais bem-sucedida após a Primavera Árabe".

Eleições de 2019

As eleições presidenciais e legislativas de 2019 representaram o fim do equilíbrio garantido pela coalizão entre partidos seculares como o Nidaa Tunes e islamistas do Ennahdha, com expressivos votos para figuras políticas independentes. Em junho, o presidente Essebsi veio a falecer durante o exercício de seu mandato. Esse fato provocou a antecipação das eleições para setembro.

Kaïs Saïed, candidato também independente, acabou eleito com 72,5% dos votos válidos, embora fosse figura relativamente desconhecida no cenário político tunisiano. Nabil Karoui, embora derrotado, logrou que seu partido Qalb Tunes (Coração da Tunísia), derivado do Nidaa Tunes, lograsse a segunda maior bancada da Assembleia de Representantes do Povo (ARP).

Paralelamente, as eleições parlamentares, com quase 60% de abstenção, redundaram em fragmentação partidária, sem maioria

confortável de nenhum partido. A Ennahdha, maior bancada, conseguiu apenas 52 dos 109 assentos necessários para formar maioria. Os restantes assentos ficaram divididos entre Coração da Tunísia, Tahya Tunes, Al Karma, Partido Nacionalista Árabe, Corrente Democrática, Destourien Libre e o Nidaa Tunes, além de independentes.

Contexto atual

A ausência de um partido ou coalizão majoritária na Assembleia de Representantes do Povo (ARP) e o fato de o presidente da República não estar ligado a nenhum dos principais partidos na ARP cria nova dinâmica política de alianças partidárias. O Ennhadha retirou-se do governo e buscou associação com o partido Coração da Tunísia.

Em 25/07/2020, o presidente da República nomeou o então ministro do Interior, Hichem Mechichi, para o cargo de primeiro-ministro. Mechichi, de perfil técnico, apresentou proposta de governo integralmente composto por nomes independentes, o qual governaria com base em interesses suprapartidários, como a racionalização dos gastos públicos; a atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros; a reforma do setor público; e a proteção às classes menos favorecidas. Em 01/09/2020, a ARP outorgou seu voto de confiança ao novo governo tunisiano, que contou com apoio das duas maiores bancadas no Parlamento, o Ennahdha e o Coração da Tunísia, assim como do Tahya Tounes.

POLÍTICA EXTERNA

Por razões históricas e geográficas, a política externa tunisiana tem sido caracterizada por relativa proximidade das potências ocidentais, posições moderadas em relação aos principais temas do Magrebe e do Oriente Médio, e por forte apego ao multilateralismo. Após a Revolução tunisiana de janeiro de 2011, ganhou ímpeto movimento de revisão da política externa tunisiana, que passou a buscar uma maior diversificação de suas parcerias e redução de suas dependências externas. Esse movimento, articulado durante o processo de transição democrática (2011-2015), conferiu à política externa tunisiana um caráter mais universalista e pragmático, no qual, sem descuidar das parcerias tradicionais, a Chancelaria tunisiana também passou a privilegiar uma aproximação com países em desenvolvimento, com ênfase no Mundo Árabe, na África

Subsaariana, bem como em forças emergentes, como Brasil, China, Índia, Rússia e Turquia.

Parcerias tradicionais

O continente europeu (sobretudo França, Itália e Alemanha) concentra mais da metade do intercâmbio comercial tunisiano e é fonte da maior parte da cooperação para o desenvolvimento destinada ao país, bem como de cerca de 40% dos investimentos diretos, e abriga a maior parte da diáspora tunisiana no exterior. A Tunísia possui com a União Europeia (UE), desde 1995, acordo de associação que estabeleceu zona de livre comércio com ênfase em produtos industrializados. No domínio político, a Tunísia é reconhecida como "parceira privilegiada" da UE no enfrentamento ao terrorismo e no controle da migração transmediterrânea.

A parceria com os Estados Unidos, fundada em considerações estratégico-militares e no apoio à estabilidade tunisiana, também se reveste de grande importância para o país magrebino.

Apoio internacional à democracia tunisiana

A bem-sucedida transição democrática tunisiana (2011-2014) tem sido considerada como importante contraponto à proliferação de ideologias extremistas em outros países. Nesse contexto, o país tem sido alvo de expressivo afluxo de visitas de alto nível, bem como de renovados compromissos de ajuda financeira, de investimentos e de cooperação. Destacam-se, nesse contexto, os acordos financeiros assinados com o Fundo Monetário Internacional, em 2016, para liberação de recursos no valor de até US$ 2,9 bilhões, e com o Banco Mundial, em 2017, que concedeu apoio financeiro da ordem de US$ 500 milhões para o programa de reformas econômicas e geração de emprego na Tunísia. O apoio internacional também foi importante para que a Tunísia fosse retirada da lista negra do Grupo de Ação Financeira Internacional em outubro de 2019, em reconhecimento aos esforços do país para combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Entorno regional

No entorno regional, o tema mais premente da política externa tunisiana é a crise na vizinha Líbia, país com o qual a Tunísia tem fronteira comum porosa, de cerca de 459 km de extensão. Juntamente com outros atores regionais, a Tunísia tem buscado mediar solução política para a crise líbia, que possui grande impacto negativo sobre a segurança e a economia do país. Foi a partir do território líbio que foi planejada e ensaiada a maior parte dos ataques terroristas perpetrados em anos recentes em solo tunisiano. Diante do recrudescimento do conflito na Líbia no início de 2020, foi criado, no início do mês de maio, grupo de trabalho para acompanhamento e assessoramento sobre a evolução da crise, subordinado diretamente à Presidência da República da Tunísia.

A Tunísia, que possui, ademais, boas relações tanto com a Argélia quanto com o Marrocos, busca dar alento ao projeto de integração regional da União do Magrebe Árabe (UMA). Estudos do Banco Mundial indicam ser possível criar mais de 40 mil empregos e alcançar incremento de 2% a 3% no PIB regional caso venha a concretizar-se a livre circulação de bens entre as fronteiras dos cinco países da UMA.

Relações com o Levante

A Tunísia acompanha atentamente a situação no Levante e no Golfo. Apesar de seu histórico alinhamento com os países ocidentais, o país manteve, tradicionalmente, importante atuação entre os países árabes, tendo hospedado, na década de 1980, as sedes da Organização para a Libertação Palestina (OLP) e da Liga dos Estados Árabes (LEA). Em relação às situações na Síria e no Iêmen, a Tunísia tem-se alinhado às posições e decisões da LEA. No que concerne ao conflito israelo-palestino, o país reconhece o Estado da Palestina e tem defendido uma solução pacífica para a disputa, baseada na fórmula dos dois Estados.

Relações com os países do Golfo e a Turquia

No contexto de diversificação de suas parcerias internacionais após a Revolução de 2011, a Tunísia tem estreitado seus laços com os países do Golfo e a Turquia, os quais têm constituído importantes fontes de investimentos para a Tunísia. Com a Turquia, a Tunísia assinou, em 2004, acordo para o estabelecimento de uma zona de livre comércio. Diante da eclosão, em julho de 2017, da crise opondo Catar e o "quarteto" (Arábia

Saudita, EAU, Egito e Bahrein), a posição da Tunísia tem sido de neutralidade, em linha com sua tradição de manter-se equidistante em conflitos e disputas regionais.

Aproximação com países em desenvolvimento

Para além do aprofundamento das relações com seus parceiros tradicionais, o país tem buscado também ampliar seu leque de parcerias, com interesse especial pelos países emergentes, nomeadamente Brasil, China, Índia e Turquia, e pela África subsaariana. Objetivo declarado do Governo de transição, a diversificação das relações internacionais da Tunísia, continua a ser perseguida pelas atuais autoridades, como forma de forjar laços financeiros e comerciais com economias em rápida expansão (em contraposição ao baixo crescimento da Europa). Além da diminuição de dependências externas, o movimento de aproximação a parceiros extrarregionais no mundo em desenvolvimento busca igualmente conquistar maior legitimidade para sua política externa.

No que diz respeito à política externa para a África subsaariana, a diplomacia tunisiana tem defendido o fortalecimento dos mecanismos continentais de resolução de conflitos, a fim de garantir soluções africanas para problemas africanos.

MAPA

Mediterranean Sea
ITALY
Sicily
Marsala
Agrigento
Strait of Sicily
Pantelleria (ITALY)
Cap Bon
Gulf of Tunis
Tunis
Bizerte
Menzel Bourguiba
Tabarka
Annaba
Skikda
Jijel
Béja
L'Ariana
Ben Arous
Mila
Guelma
Jendouba
Constantine
Souk Ahras
Zaghouan
Nabeul
Golfe de Hammamet
Le Kef
Siliana
Ain M'lila
Sousse
Monastir
Kairouan
Batna
Ain Beida
Thala
Moknine
Mahdia
Khenchela
Tébessa
El Djem
ALGERIA
Kasserine
Sidi Bou Zid
Biskra
Bir el Ater
Sfax
ILES KERKENNAH
Maharès
Mediterranean Sea
Chott Melrhir
Chott Rharsa
Gafsa
Skhira
Gulf of Gabes
Chot el Fedjadj
Nefta
Tozeur
El Hamma
Gabes
Houmt Souk
Île de Djerba
Bahiret el Bou Grara
Chott Merouane
Chott Djerid
Kebili
Matmata
Zarzis
El Oued
Medenine
Sabkhat al Milh
Touggourt
Tataouine
Zuwārah
Tripoli
Al Jumayl
Az Zāwiyah
Al 'Aziziyah
Gharyān
Remada
Dehibat
Nalūt
El Borma
Oued Djeneien
Mizdah
Wadi Shurshur
LIBYA
Ghadamis
Dirj
Tunisia
International boundary
Governorate boundary
National capital
Governorate capital
Railroad
Road
Governorates have the same names as their capitals.
0 50 100 Kilometers
0 50 100 Miles

DADOS BÁSICOS SOBRE A TUNÍSIA

NOME OFICIAL	República Tunisiana
GENTÍLICO	Tunisiano, tunisiana
CAPITAL	Túnis
ÁREA	163 610 km²
POPULAÇÃO	11 516 189 habitantes (CIA, 2018)
LÍNGUAS OFICIAIS	Árabe (oficial), árabe tunisino, francês, tamazight
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã 99% (sunita)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral: Assembleia dos Representantes do Povo (Majlis Nuwwab ash-Sha'b) com 217 assentos eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO	Kaïs Saïed (desde outubro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Hichem Mechichi (nomeado em 25/7/2020)
CHANCELER	Othman Jarandi (nomeado)
PIB NOMINAL (FMI, 2019)	US$ 38,73 bilhões
PIB PPP (FMI, 2019)	US$ 149,19 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2019)	1,5% (2019); 2,5% (2018); 2% (2017); 1,1% (2016); 1,2% (2015); 3% (2014); 2,9% (2013); 4% (2012); -1,9% (2011); 3,5% (2010)
PIB PER CAPITA (FMI, 2019)	US$ 3 290,00
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2019)	US$ 12 660,00
IDH (PNUD, 2018)	0,739 (91º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,5 anos (PNUD, 2018)
ALFABETIZAÇÃO	79% (PNUD, 2018)
DESEMPREGO	15,5% (PNUD, 2018)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar tunisiano (USD 1 = TND 2,73)

EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Mohamed Hedi Soltani
EMBAIXADOR EM TÚNIS	Marcia Maro da Silva

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – FONTE: MDIC

BRASIL → TUNÍSIA	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2** **(ja**
Intercâmbio	**480,9**	**488,9**	**426,7**	**310,1**	**360,9**	**244,8**	**337,1**	**313,0**	**278,5**	
Exportações	376,5	351,4	290,6	237,5	303,0	197,2	286,6	284,0	218,8	1
Importações	104,4	137,5	136,1	72,6	57,9	47,5	50,5	29,0	59,7	
Saldo	272,1	213,9	154,5	164,9	245,0	149,7	236,1	255,0	159,1	1

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1574	A Tunísia é incorporada ao Império Turco-Otomano.
1881	Em contexto de crise financeira, a Tunísia torna-se protetorado francês.
1920	Fundação do partido nacionalista tunisiano "Destur".
1934	Cisão no "Destur" leva à fundação do partido laico "Neo-Destur", sob a liderança de Habib Burguiba.
1952	Assassinato do líder sindical Farhat Rached dá início a onda de protestos contra a presença francesa na Tunísia.

1956	A Tunísia torna-se independente. Eleições para a Assembleia Constituinte são vencidas pelo Neo-Destur. Habib Burguiba passa a ocupar o cargo de primeiro-ministro. É aprovado o Código do Estatuto Pessoal, que, entre outros, aboliu a poligamia, estabeleceu idade mínima para o casamento e concedeu o direito de divórcio às mulheres.
1957	Assembleia Constituinte proclama a República. Burguiba passa a ocupar, interinamente, a Presidência do país.
1959	Aprovada a Constituição tunisiana. Burguiba é eleito presidente.
1963-1964	A Tunísia adota regime de partido único. O Neo-Destur passa a chamar-se Partido Socialista Desturiano (PSD).
1975	Habib Burguiba torna-se presidente vitalício.
1981	Em meio a crise econômica, realizam-se as primeiras eleições parlamentares multipartidárias no país. PSD obtém ampla maioria dos assentos em disputa. É fundado o Movimento da Tendência Islâmica (MTI), partido de orientação islamista, sob a liderança de Rached Ghannouchi.
1986	Burguiba nomeia Zine Al-Abidine Ben Ali para o cargo de Ministro do Interior.
1987	Ben Ali é guindado a primeiro-ministro e afasta Burguiba do poder, alegando sua incapacidade.
1989	MTI é renomeado Ennahdha. O partido segue proscrito. Ben Ali é confirmado no cargo de presidente, após eleições presidenciais. Após as eleições, reinicia-se processo de dura repressão política aos islamistas, cuja liderança parte para o exílio.
1994	Ben Ali é reeleito e o partido do governo *Rassemblement Constitutionnel Démocratique* (RCD) obtém vitória em todos os 257

	municípios do país.
1995	Assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia.
1996	Governo tunisiano inicia uma série de reformas destinadas a aumentar a participação de partidos da oposição na vida política do país. Sem comprometer a predominância do RCD, aumentou-se o número de assentos reservados para a oposição, tanto no Parlamento como nos governos locais.
1999	Realizam-se eleições presidenciais e parlamentares. Ben Ali obtém 99% dos votos e é eleito para novo mandato de 5 anos. Pela primeira vez, candidatos da oposição concorreram contra Ben Ali.
2002	Adoção de Emenda Constitucional amplia poderes do Legislativo e criou uma segunda instância, a Câmara dos Conselheiros, que começou a atuar em 2005.
2004	Ben Ali é reeleito para seu 4º mandato com 96% de apoio dos eleitores.
2009	Ben Ali é reeleito para seu 5º mandato, com 89% dos votos.
2010/dez	Autoimolação de jovem tunisiano dá início a onda de protestos contra o regime de Ben Ali.
2011/jan	Em 14 de janeiro, face à intensificação dos protestos, Ben Ali dissolve o governo e decreta estado de emergência, na tentativa de manter-se no poder. No mesmo dia, no entanto, deixa o país. O presidente do Parlamento, Foued Mebazaa, assume como presidente-interino e o então primeiro-ministro, Mohammed Ghannouchi, forma governo de unidade nacional.
2011/fev	O primeiro-ministro Mohamed Ghannouchi pede demissão, cedendo à pressão de manifestações que exigiam sua saída. Em seu lugar, assume

	Beji Caïd Essebsi
2011/mar	Criação do “Conselho da Instância Superior para a Realização dos Objetivos da Revolução, a Reforma Política e a Transição Democrática”, em 3 de março, instância encarregada de elaborar a legislação que regerá a eleição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC).
2011/out	Eleições para ANC. Partido islamista Ennahdha obtém 41% dos assentos em disputa.
2011/dez	ANC elege o novo presidente do país, Moncef Marzouki, e o novo primeiro-minsitro, Hamadi Jebali.
2012/jun	Ex-presidente Ben Ali, exilado na Arábia Saudita, é condenado à prisão perpétua por mortes decorrentes dos protestos em 2011. Arábia Saudita recusa-se a extraditá-lo.
2012/abr	Beji Caïd Essebsi anuncia a formação de novo partido laico, o Nidaa Tunes, que se converte no maior partido de oposição ao governo do Ennahdha.
2012/jun	Após distúrbios, governo tunisiano instaurou "estado de urgência" por 30 dias em 8 localidades tunisianas.
2012/set	Ataque à Embaixada e à escola norte-americana em Túnis resultou na morte de 4 manifestantes tunisianos e 94 feridos.
2013/fev	Líder oposicionista e membro da ANC, Chokri Belaid, é assassinado na Tunísia. Em razão do ocorrido, o primeiro-ministro Hamadi Jebali renuncia. Em seu lugar é indicado o então ministro do Interior, Ali Larayedh.

2013/jul	A morte do político de oposição Mohamed Brahmi, segundo membro da ANC assassinado em cinco meses, gera revoltas públicas, uma greve geral e pedidos para que o governo renuncie. Deputados de oposição passam a boicotar os trabalhos da ANC.
2013/out	Em meio ao impasse político, inicia-se Diálogo Nacional entre governo e oposição, patrocinado por entidades da sociedade civil tunisiana (o chamado "Quarteto"): União Geral dos Trabalhadores da Tunísia - UGTT, União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato - UTICA, Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia - ONAT e Liga Tunisiana dos Direitos do Homem – LTDH.
2013/dez	Governo e oposição chegam a um acordo para a retomada dos trabalhos constituintes.
2014/jan	Texto da nova Constituição tunisiana é aprovado pela ANC. Nos termos do acordo obtido entre governo e oposição, Mehdi Jomaa toma posse como primeiro-ministro à frente de governo tecnocrático, até a realização das eleições parlamentares e presidenciais.
2014/out	O partido laico oposicionista Nidaa Tunes conquista 39% dos assentos nas eleições parlamentares.
2014/dez	Beji Caïd Essebsi, candidato do Nidaa Tunes, vence as eleições presidenciais, tornando-se o quinto presidente do país.
2015/jan	Formação de novo governo, sob a chefia de Habib Essid. Ennahdha é incluído na nova coalizão governista.
2015/mar	Ataque terrorista ao Museu Bardo, em Tunis, mata 22 pessoas, a maioria turistas estrangeiros
2015/jun	Novo ataque terrorista faz 38 vítimas em balneário na cidade turística de Sousse. O Governo anuncia o fechamento de mesquitas extremistas.

2015/nov	Atentado terrorista contra ônibus da segurança presidencial em Túnis faz 12 vítimas. O ataque é reivindicado pelo autoproclamado Estado Islâmico. É instaurado o estado de emergência em todo o país.
2016/jan	Cisão no seio do partido Nidaa Tunes faz com que o Ennahdha passe a dispor da maior bancada na Assembleia de Representantes do Povo-ARP.
2016/ago	Dissolução do governo e nomeação de Youssef Chahed, do partido Nidaa Tunes, ao cargo de primeiro-ministro. Aliança entre o Nidaa Tunes e o Ennahdha é reafirmada pelo "Pacto de Cartago".
2016	Tunísia assina acordo com o FMI para empréstimo de US$ 2,9 bilhões, condicionado à implementação de reformas macroeconômicas no país.
2017	O Banco Mundial aprova programa de apoio financeiro da ordem de US$ 500 milhões para apoiar o programa de reformas econômicas e geração de emprego na Tunísia.
2018/mai	Realização das primeiras eleições municipais da história da Tunísia.
2019/jun	O primeiro-ministro Youssef Chahed deixa o Nidaa Tunes para formar seu próprio partido, o Tahya Tunes, pelo qual concorre nas eleições presidenciais daquele ano.
2019/abr	O presidente Beji Caïd Essebsi anuncia que não concorrerá a reeleição.
2019/jun	Atentados terroristas em Túnis fazem uma vítima fatal e diversos feridos.
2019/jun	O presidente Beji Caïd Essebsi falece após sofrer mal-estar. O presidente da ARP, Mohamed Ennaceur, assume a Presidência da República interinamente. Eleições presidenciais são antecipadas para setembro.

2019/jun	Nabil Karoui, candidato independente às eleições presidenciais, funda o partido Coração da Tunísia (Qalb Tunes).
2019/ago	Nabil Karoui, líder nas pesquisas eleitorais, é detido devido a acusações de lavagem de dinheiro e evasão fiscal.
2019/set	Nabil Karoui concorre ao segundo turno das eleições presidenciais juntamente com candidato independente Kaïs Saïed e é libertado poucos dias antes do certame.
2019/out	O candidato independente Kaïs Saïed é eleito presidente da República com 72,5% dos votos. Nas eleições legislativas, o Ennahdha consegue a maior bancada. O partido Coração da Tunísia, de Nabil Karoui, fica em segundo lugar em número de parlamentares eleitos.
2019/out	O Grupo de Ação Financeira Internacional remove a Tunísia de sua lista negra, tendo em conta as ações empreendidas pelo governo tunisiano para combate à lavagem de dinheiro e à corrupção.
2019/nov	Habib Jemli é nomeado primeiro-ministro, após ter sido indicado ao cargo pelo Ennahdha.
2020/jan	Habib Jemli não obtém voto de confiança da ARP para formação do governo. Elyes Fakhfakh é nomeado primeiro-ministro em seu lugar.
2020/fev	Elyes Fakhfakh recebe o voto de confiança da ARP para formação do novo governo.
2020/mar	Tunísia recebe US$ 375 milhões do FMI em recursos extraordinários para fazer frente à crise gerada pela pandemia do novo coronavírus.
2020/abr	Tunísia recebe US$ 35 milhões em ajuda do Banco Mundial para fazer frente à crise gerada pela pandemia do novo coronavírus.

2020/abr	A ARP aprova projeto de lei que confere ao primeiro-ministro poderes para governar por decretos-lei, a fim de conferir celeridade no combate à pandemia do novo coronavírus na Tunísia.
2020/jul	Elyes Fakhfakh recebe moção de desconfiança da ARP e pede demissão do cargo de primeiro-ministro. O então ministro do Interior, Hichem Mechichi, é nomeado primeiro-ministro pelo presidente da República.
2020/set	Hichem Mechichi recebe voto de confiança da ARP para tornar-se o novo chefe de governo tunisiano.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1956	Reconhecimento da independência da Tunísia e abertura do Consulado do Brasil em Túnis.
1961	Instalação da Embaixada do Brasil em Túnis.
1968	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Bourguiba Junior; assinatura de acordos nas áreas de cultura e migração.
1990	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Boularès; assinatura dos acordos de comércio e de estabelecimento da Comissão Mista de Cooperação.
1999	Desativação temporária da Embaixada, por motivos orçamentários.
2001	Reabertura da Embaixada em Túnis.

2001	Visita a Túnis do então secretário-geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa; assinatura de acordo de isenção parcial de vistos e do protocolo de criação do mecanismo de consultas políticas.
2001	Realização da I Comissão Mista Bilateral, na Tunísia
2002	Visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Ben Yahia; assinatura dos acordos de cooperação técnica e de cooperação entre academias diplomáticas.
2005	Visita de trabalho do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2006	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Abdelwaheb Abdallah; assinatura do acordo de cooperação na área de educação superior.
2006	Reunião da II Comissão Mista Brasil-Tunísia em Brasília.
2008	Visita do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2009	Visita do então chanceler Celso Amorim a Túnis.
2011/mai	Visita do então subsecretário-geral de Assuntos Políticos III, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Túnis.
2012/abr	Visita do então chanceler Antonio Patriota a Túnis.
2012/set	Realização em Túnis do Simpósio Internacional "Políticas Públicas para a Inclusão Social", organizado conjuntamente pelo governo brasileiro, pela FAO, e pelo governo tunisiano.
2012/out	Encontro entre os então presidentes Dilma Rousseff e Marzouki às margens da III Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Lima.

2013	Visita do então secretário-geral da presidência da República, Gilberto Carvalho, a Túnis para participar do Fórum Social Mundial.
2014/abr	Realização de reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, em Túnis.
2014/abr	Visita ao Brasil de missão interministerial tunisiana, organizada pelo Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, com o objetivo de conhecer o Programa de Alimentação Escolar brasileiro.
2014/set	Representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) participa, em Túnis, do seminário "Em Direção a um Sistema de Proteção Social Inclusivo e Integrado", organizado pelo ministério dos Assuntos Sociais tunisiano, em parceria com o UNICEF e a OIT.
2014/dez	Assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Tunísia.
2015/fev	Acordado o início de projeto de cooperação técnica para a capacitação tunisiana na área de cultivo do eucalipto.
2016	Visita do então Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, à Tunísia; assinatura de memorandos de entendimento das áreas do turismo e do desenvolvimento social.
2017/abr	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Khemaïes Jhinaoui; assinatura dos acordos de ciência, tecnologia e inovação, do acordo-quadro em matéria de juventude e do memorando de entendimento para a promoção das relações econômicas.
2017/abr	Realização da III Comissão Mista Bilateral, no Brasil.

2018	Visita do então Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Tunísia.

ATOS BILATERAIS

Título	**Data de celebração**	**Entrada em vigor**	**Publicação (D.O.U.)**
Acordo Cultural	04/06/1968	30/08/1970	17/09/1970
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Especiais e Diplomáticos	04/06/1968	04/06/1968	26/06/1968
Acordo Comercial	27/11/1990	22/09/1992	21/10/1992
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação	27/11/1990	12/05/1992	22/10/1992
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	19/07/2001	06/08/2004	04/08/2004
Acordo sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países	13/03/2002	08/07/2004	05/07/2005
Acordo de Cooperação Técnica	13/03/2002	11/10/2004	13/10/2004

Acordo de Cooperação na Área da Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Brasil e a Tunísia	16/01/2006	19/09/2008	22/09/2009
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área do Turismo	11/03/2016	11/03/2016	29/03/2016
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Desenvolvimento Social e Cidadania	11/03/2016	11/03/2016	06/04/2016
Memorando de Entendimento para Promoção das Relações Econômicas	11/03/2016	11/03/2016	27/04/2017
Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Juventude	27/04/2017	27/04/2017	12/05/2017
Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação	27/04/2017	Em tramitação no Congresso Nacional	Em tramitação no Congresso Nacional

EMBAIXADA DO BRASIL EM TÚNIS

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADORA MÁRCIA MARO DA SILVA

Apresento, a seguir, relatório de gestão, desde minha chegada ao posto, em 10 de janeiro de 2017.

I) POLÍTICA INTERNA

2. Desde a Revolução de Jasmim em 2011, que pôs fim ao período autoritário na Tunísia, o país tem sido governado por coalizão entre o partido islamista Ennahdha, que foi legalizado depois da Revolução, e as forças laico-liberais.

3. As reformas estruturais do governo contemplam a privatização das empresas estatais deficitárias; a redução do número de funcionários públicos; e a abolição dos subsídios financiados pela chamada "Caisse de Compensation" a produtos como petróleo e alimentos, tidos como regressivos.

4. Até o momento, os déficits têm sido cobertos por meio de financiamentos externos, seja de países europeus como França, Alemanha e Itália, seja por meio dos organismos multilaterais de crédito como o FMI. Os países europeus investem na estabilidade da Tunísia.

5. As eleições legislativas e presidenciais, levadas a cabo em outubro/novembro de 2019, viram emergir das urnas o partido Ennhadha como maior bancada da Assembleia de Representantes do Povo (ARP), ainda que tenha perdido assentos com relação às últimas eleições, concorrendo para formação de um novo governo de coalizão. A eleição presidencial de Kaïs Saïed, terá adicionado, possivelmente, um fato novo

no panorama político local, por não ser membro de partido.

II) RELAÇÕES BILATERAIS

6. As relações políticas bilaterais entre o Brasil e a Tunísia intensificaram-se com a democratização do país em 2011, tendo três ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil visitado a Tunísia entre 2014 e 2018. Em 2016, foi assinado Acordo Quadro entre o Mercosul e a Tunísia e, no momento, tenta-se avançar na negociação do acordo comercial Mercosul/ Tunísia, ao abrigo do Acordo Quadro. A pandemia do Covid-19 paralisou os contatos, que deverão ser retomados uma vez normalizada a situação. Está ora em consideração, igualmente, o texto submetido pela parte brasileira para Acordo de Facilitação, Promoção e Proteção de Investimentos entre os dois países.

7. Em abril/maio de 2017, o Ministro das Relações Exteriores da Tunísia, Khemaies Jhinaoui, realizou visita de cinco dias ao Brasil, onde visitou, em São Paulo, a FIESP e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Em Brasília, visitou o Congresso e entrevistou-se com o então Presidente Michel Temer. No Itamaraty, presidiu, com o então Ministro das Relações Exteriores, Aloísio Nunes, a Comista entre os dois países, quando foram repassadas e relançadas as relações bilaterais, o que viria a produzir alguns frutos, sobretudo na área de cooperação.

8. Em julho de 2018, o então Chanceler Aloísio Nunes retribuiu a visita de Jhinaoui, realizando visita a Túnis, onde foi recebido pelo presidente da República, Béji Caid-Essebsi; pelo Primeiro-Ministro, Youssef Chahed; e pelo presidente da ARP, Mohamed Ennaceur. Foi realizada sessão de trabalho entre os dois chanceleres, que acordaram ser necessário avançar nas negociações dos instrumentos de base que poderiam dar outra dimensão às relações bilaterais.

9. Cumpre ainda registrar que a Tunísia havia sido selecionada como país para realização de diálogo político bilateral de alto nível na região, tendo o Subsecretário para África e Oriente Médio visitado

Túnis em maio de 2018, onde manteve diálogo de alto nível.

III) ECONOMIA:

10. A taxa de crescimento do país segue na média de 1,9% nos últimos anos, com desemprego atingindo cerca de 16% da população economicamente ativa.

Impactos da Pandemia do Covid-19 na Economia:

11. O confinamento deverá ocasionar queda de mais de 10% do PIB em 2020. O governo elevou os gastos públicos com o pagamento de auxílio emergencial e de programas de garantia de emprego nos quais apoia empresas locais para evitar demissões em massa. O aumento dos gastos refletiu-se na elevação do déficit, o que fez com o que o governo enviasse ao Parlamento projeto de lei de orçamento, levando em conta maior necessidade de financiamento, aumentando a dívida pública.

IV) COMÉRCIO INTERNACIONAL:

12. Tradicionalmente, o comércio internacional da Tunísia é voltado para a Europa, sobretudo para França e Itália. Com economia relativamente diversificada, a Tunísia exporta, entre outros, produtos agroalimentares, máquinas e equipamentos, têxteis. O país é historicamente exportador de fosfatos, cujo peso na balança comercial era considerável. Os maiores superávits comerciais do país têm sido obtidos, nos últimos meses, com França, Alemanha e Líbia.

13. A Tunísia é importadora de gás argelino. O país também importa bens de capital e bens de consumo, tendo registrado déficits comerciais com China, Turquia, Argélia, Rússia e Itália. A produção de petróleo também se encontrava praticamente paralisada, mas há expectativa de que a produção possa ser retomada, reduzindo o déficit de energia.

Acordos Comerciais:

14. Atualmente, a Tunísia centra-se na negociação de novo acordo comercial com a União Europeia (UE). No continente africano, a Tunísia aderiu ao acordo que prevê a criação da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA), tendo o acordo sido ratificado pelo Parlamento local em julho de 2020 e promulgado em seguida pelo Presidente da República. Até o momento, contudo, os instrumentos de ratificação não haviam sido depositados junto à União Africana.

Comércio Bilateral:

15. As relações comerciais bilaterais estavam historicamente centradas na compra de fosfatos e na venda de açúcar. Com a virtual paralisação da produção de fosfatos na Tunísia, houve sensível redução nas exportações tunisianas para o Brasil. Ao mesmo tempo, as vendas de açúcar brasileiro para a Tunísia também se retraíram.

16. Em 2017, a corrente de comércio entre os dois países era de aproximadamente USD 337 milhões, com saldo positivo para o Brasil de USD 343 milhões. Vale ressaltar que em 2018 não foi registrada a exportação de superfosfatos, retomada timidamente no ano seguinte e novamente interrompida neste ano. A partir de 2019, a soja passou a ocupar a primeira posição nas exportações brasileiras para a Tunísia, com o açúcar em segundo lugar. No ano passado, a corrente de comércio bilateral foi de aproximadamente USD 278 milhões, com saldo positivo para o Brasil de USD 212 milhões. Até setembro deste ano, a corrente de comércio foi de aproximadamente USD 241 milhões, com saldo favorável ao Brasil de USD 200 milhões. Os principais produtos tunisianos importados pelo Brasil foram fertilizantes; azeite de oliva; e frutas como tâmaras e figos. As principais exportações brasileiras foram a soja; açúcar; tabaco; gorduras e óleos vegetais; e café.

17. Cumpre ponderar que o aumento do fluxo comercial entre os dois países deverá advir da assinatura do acordo comercial no âmbito do Mercosul, ora em negociação. Por meio de tal instrumento, é possível

que possa haver intensificação das trocas comerciais, havendo importantes oportunidades comerciais de investimentos na Tunísia. É possível, ainda, que eventual retomada da produção de fosfatos possa significar aumento das exportações de tal produto para o Brasil, uma vez que a demanda existe, como demonstram consultas feitas ao Posto.

SECOM do Posto:

18. O Setor Comercial do Posto (SECOM) foi estabelecido em 2018 e tem buscado operar na construção de contatos e criação de rede de interlocutores para fazer a promoção comercial do Brasil.

V) COOPERAÇÃO BILATERAL

19. O Brasil dispõe, no momento, de dois projetos de cooperação com a Tunísia. O primeiro, em vigor desde 2016, e realizado por iniciativa e demanda tunisiana, refere-se à plantação de eucaliptos para reflorestação e exploração comercial e é executado, do lado brasileiro, pela EMBRAPA. Em junho de 2020, foi realizada missão de monitoramento.

20 O segundo projeto, iniciado em 2018, refere-se à reestruturação da Agência de Cooperação Técnica Tunisiana (ACTT), feita em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e financiamento do Banco Islâmico de Desenvolvimento. O objetivo é dotar a Agência tunisiana de meios para realizar cooperação triangular na região. País de nível médio de desenvolvimento, a Tunísia sempre foi prestadora de cooperação técnica no continente africano e uma modernização dos métodos de trabalho e novo desenho institucional da ACTT poderá permitir-lhe retomar seu espaço na cooperação técnica ao continente. Vale registrar que há fontes de financiamento para projetos do Banco Islâmico de Desenvolvimento e mesmo de fundos soberanos de países do Golfo, sendo necessário contar com parceiros e agências que possam levar a cabo projetos para a região, e a Tunísia apresenta-se com vocação natural para exercer esse papel.

21. Ainda no que tange ao acordo entre a ABC e a ACTT, registro que minuta de acordo complementar foi elaborada no ano passado e apreciada pela parte tunisiana, que sugeriu alterações, em princípio aceitas pela ABC. Texto seguiu para análise da Consultoria Jurídica do Itamaraty.

22. Para além dos projetos bilaterais, a experiência e tecnologia social brasileiras estão presentes em vários outros projetos em curso na Tunísia, por meio das agências especializadas da ONU. Tive a oportunidade de participar, nos últimos três anos, de vários seminários e debates sobre os programas sociais brasileiros. O Programa Mundial de Alimentos, em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome, implanta projeto de merenda escolar, baseado na experiência brasileira. São dez projetos-piloto em distintas regiões do país, todos onde há prevalência de insegurança alimentar. O sistema de compras locais, que, entre outros, determina que pelo menos 30% das compras governamentais sejam feitas localmente, também tem inspirado as ações públicas locais e texto legislativo estaria em elaboração, inspirado na prática brasileira.

23. A UNICEF, em projeto de parceria com o governo, também contratou técnicos brasileiros do IPEA para auxiliar na elaboração de projetos nas áreas sociais, entre os quais a adoção de Cadastro Único, que permitirá identificar a população mais vulnerável do país e elaborar políticas públicas mais focadas.

VI) CONSULAR

24. O setor consular do Posto trabalha na emissão de documentos para brasileiros e estrangeiros. Sendo reduzida a comunidade brasileira na Tunísia, a demanda por tais serviços é igualmente reduzida. Não há exigência de visto para que tunisianos façam turismo no Brasil. Assim, a maior parte dos vistos é emitida em favor de cidadãos líbios, país que se encontra igualmente na jurisdição consular da Embaixada em Túnis. Ademais, a comunidade líbia na Tunísia é expressiva.

25. Com relação à assistência a brasileiros, o Posto presta o apoio cabível a residentes e turistas.

Assistência Consular- Pandemia do COVID-19:

26. Após o início da pandemia do Covid-19, o governo tunisiano decretou o fechamento das fronteiras em 18 de março, medida que vigorou até 27 de junho. Também foi adotado o confinamento geral, quando foram proibidos deslocamentos regionais, e as atividades econômicas, sociais e culturais foram interditadas. Assim, ficaram retidos na jurisdição do posto 19 nacionais, sendo 17 na Tunísia e dois na Líbia, estes com dupla cidadania.

27. O setor consular do Posto manteve contato frequente com todos os cidadãos que buscaram assistência, fornecendo informações e prestando o apoio cabível. Entre os brasileiros retidos encontravam-se turistas, atletas vinculados a clubes locais e residentes temporários. Graças aos esforços do Posto, que manteve permanente contato com as autoridades locais, outras Embaixadas e companhias aéreas, 10 cidadãos puderam ingressar em voos especiais de repatriação de outros países até a Europa e Doha, de onde puderam retornar ao Brasil. Os nacionais arcaram todos com os custos de passagem, conforme instruído pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Os demais optaram por aguardar a reabertura das fronteiras ou decidiram permanecer no país e seguiram recebendo apoio e orientações do Posto.

VII) CULTURAL

28. Desde 2017, a embaixada tem realizado anualmente, exceto em 2020, show musical em parceria com a Embaixada de Portugal para celebrar o dia da língua portuguesa, no mês de maio. Músicos brasileiros, portugueses e cabo-verdianos já participaram do evento, que divulga a música dos diversos países lusófonos, e onde, em razão de sua grande popularidade, a música brasileira acaba tendo maior preponderância. Ainda em 2017, o Brasil participou do Festival de Cartago, principal evento cultural do

país, com show realizado pelo violonista Yamandu Costa, no Acropoleum, um dos mais importantes espaços culturais do país.

29. Em 2018, o Brasil participou, sempre com o apoio da Embaixada, do Festival de Cine de Cartago, como país homenageado, tendo sido exibidos diversos filmes durante duas semanas e realizados debates entre cinéfilos, sobretudo em torno da obra de Glauber Rocha.

30. Em 2019, a Embaixada organizou, com o Instituto Cervantes e universidades locais, o Festival Itinerante de Cinema de Língua Portuguesa, com a apresentação de filmes brasileiros, que foram especialmente valorizados pelos estudantes os oriundos de países africanos de língua portuguesa que vivem neste país. Em razão da pandemia, não ocorreram atividades culturais em 2020.

2

SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

SF/20754.84937-60

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 80, de 2020 (Mensagem nº 640/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia*.

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS é filho de Maria Helena Prisco Paraíso Ramos e Celso Ferreira Ramos, e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 9 de fevereiro de 1951. Graduou-se em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/RJ.

SF/20754.84937-60

Em 1974 ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco e tendo concluído em 1981 o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), e em 1993 o Curso de Altos Estudos (CAE), do mesmo Instituto, com a tese: "A Presença do Brasil na Imprensa Internacional".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1974. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1978 e a Primeiro-Secretário em 1982; a Conselheiro em 1988; a Ministro de Segunda Classe em 1995 e a Ministro de Primeira Classe em 2007. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Chefe, substituto, da Divisão de Formação e Treinamento (1985); de Chefe, substituto, da Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal (1987); de Secretário de Modernização e Informática (1993); Secretário de Orçamento e Finanças (1994); Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior (1998) e Chefe do Escritório de Representação no Rio de Janeiro (2016), entre outras.

No Exterior, serviu, entre outros postos, na Embaixada em Londres (1990), na Embaixada em São Salvador como Embaixador (2004), na Embaixada no Panamá, também como Embaixador (2008) e no Consulado-Geral em São Francisco, como Cônsul-Geral (2011).

O diplomata em apreço recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Rio Branco, Brasil, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar, Brasil, no grau de Oficial; Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil; *Ordre National du Mérite*, Cavaleiro, França; *Orden Nacional Dr José Matias Delgado*, Grã-Cruz Placa de Prata, El Salvador e *Orden Manuel Amador Guerrero*, Grã-Cruz, Panamá.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre a República da

Eslovênia, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República da Eslovênia tem área de 20.273 km² e população de 2.097.195 milhões de habitantes, em dados de 2020. Seu PIB (Produto Interno Bruto) alcançou o montante de US$ 54 bilhões em 2019 e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi de 0,902 em 2018, colocando-o em 24º lugar entre 188 países.

SF/20754.84937-60

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a República da Eslovênia, estas foram estabelecidas em 1992. A pauta bilateral tem se mostrado convergente em temas de interesse comum sem quaisquer ruídos na agenda. Dois temas centrais na área de defesa exemplificam o expressivo avanço da relação. O primeiro é o convite do governo local para a EMBRAER apresentar proposta técnica e financeira do KC-390, em contexto favorável de modernização dos equipamentos militares eslovenos. Tramita na Assembleia Nacional o projeto de lei que prevê orçamento de 780 milhões de euros para as Forças Armadas Eslovenas (SAF), destinando recursos à aquisição de aeronave de transporte. O segundo refere-se à assinatura de dois acordos sobre (i) "Cooperação em Matéria de Defesa" e (ii) "Troca e Proteção de Informação Classificada", ambos negociados e prontos para serem firmados, segundo informa o material encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty.

No que diz respeito ao intercâmbio Brasil-Eslovênia, embora os saldos sejam positivos para o lado brasileiro, o comércio é favorável também à indústria eslovena em razão da venda de seus produtos com alto valor agregado. As exportações brasileiras registraram resultados ascendentes nos últimos anos, com exceção do ano de 2019, quando o Brasil vendeu apenas US$ 302 milhões à Eslovênia. De acordo com dados preliminares da SECEX, já se evidencia tendência de retomada do crescimento das trocas em 2020.

A pauta de produtos que o Brasil exporta à Eslovênia concentra-se em mais de 90% em apenas três produtos: farelo de soja (70%); café em grão (15%), e minério de ferro (6,4%). As importações, por outro lado, apresentam-se mais diversificadas, compreendendo medicamentos, inclusive veterinários, produtos farmacêuticos, máquinas e equipamentos para a indústria, alumínio, máquinas e aparelhos elétricos, entre outros bens semimanufaturados e manufaturados. Ao Brasil interessa o uso do porto de Koper, no norte do Adriático, para a entrada de produtos brasileiros na Europa. A capacidade logística deste porto esloveno tem crescido com a

ampliação e renovação dos terminais, além da duplicação em curso da linha férrea entre o porto e a cidade de Divaca, o que permitirá, quando a obra estiver concluída em 2025, mais agilidade, segurança e eficiência no processamento, armazenamento e escoamento dos produtos.

Atuam no mercado brasileiro várias companhias eslovenas, como a Tajfun do Brasil Equipamentos Florestais; Inel Brasil Track-Trace; Rotto Brasil Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos; Arex Defense; Quantum Steel Aços industriais, entre outras.

Cerca de 200 brasileiros vivem na Eslovênia.

Tendo em vista a natureza da matéria ora em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20754.84937-60

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 80, DE 2020

(nº 640/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da Mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Página da matéria

MENSAGEM Nº 640

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia.

Os méritos do Senhor **EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de outubro de 2020.

EM nº 00198/2020 MRE

Brasília, 16 de Outubro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Eslovênia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.005874/2020-03

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Gabinete

OFÍCIO Nº 674/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 03 de novembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho, a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005874/2020-03

SEI nº 2202128

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS*
CPF.: 363.115.027-04
ID.: 5337 MRE

1951	Filho de Maria Helena Prisco Paraiso Ramos e Celso Ferreira Ramos, nasce em 9 de fevereiro no Rio de Janeiro (RJ)
Dados Acadêmicos:	
1974	Bacharel em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
1974	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco
1981	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
1993	Curso de Altos Estudos, com a tese "A Presença do Brasil na Imprensa Internacional"
Cargos:	
1974	Terceiro-secretário
1978	Segundo-secretário, por merecimento
1982	Primeiro-secretário, por merecimento
1988	Conselheiro, por merecimento
1995	Ministro de segunda classe, por merecimento
2007	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1974	Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica, assistente
1975	Departamento Geral de Administração, assistente
1978	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor
1979	Embaixada em Paris, segundo-secretário
1982	Embaixada no Panamá, segundo e primeiro-secretário
1985	Divisão de Formação e Treinamento, Chefe, substituto
1987	Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, Chefe, substituto
1987	Subsecretaria Geral de Administração e de Comunicações, Coordenador-Executivo, substituto
1990	Embaixada em Londres, conselheiro
1993	Secretaria de Modernização e Informática, Secretário
1994	Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretário
1995	Coordenação de Modernização e Planejamento Administrativo, Coordenador
1998	Departamento do Serviço Exterior, Diretor-Geral
2004	Embaixada em São Salvador, Embaixador
2008	Embaixada no Panamá, Embaixador
2011	Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Geral
2016	Escritório de Representação no Rio de Janeiro, Chefe do Escritório
Condecorações	
	Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil
	Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil
	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
	Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil

Ordem do Mérito Brasília, Grã-Cruz, Brasil
Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região, Grã Cruz, Brasil
Ordem do Mérito Cartográfico, Grande Oficial, Brasil
Ordre National du Mérite, Cavaleiro, França
Orden Nacional Dr. José Matias Delgado, Grã-Cruz Placa de Prata, El Salvador
Orden Manuel Amardor Guerrero, Grã-Cruz, Panamá

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA ESLOVÊNIA

FICHA-PAÍS

setembro de 2020

OSTENSIVO

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Eslovênia
TERRITÓRIO	20 273 km²
POPULAÇÃO	2 097 195 (2020)
IDIOMA	Esloveno (oficial)
RELIGIÕES	Católicos, muçulmanos, ortodoxos, evangélicos, agnósticos e outros
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Borut Pahor, desde 22/12/2012 (posse em 22/12/2017 para segundo mandato)
CHEFE DE GOVERNO	Janez Janša, do Partido Democrático da Eslovênia (SDS), desde 13.3.2020
PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL	Alojz Kovšca
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL	Igor Zorčič
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Anže Logar (desde 13.3.2020)
MOEDA	Euro
PIB	54 bilhões de dólares (2019)
PIB *per capita*	26 mil dólares (2019)
HISTÓRICO DA VARIAÇÃO DO PIB	-7,9% (primeiro semestre de 2020), 2,4% (2019), 4,1% (2018), 4,8% (2017), 3,1% (2016), 2,2% (2015), 2,8% (2014), -1% (2013), -2,6% (2012), 0,9% (2011), 1,3% (2010), -7,5% (2009), 3,5% (2008), 7% (2007), 5,7% (2006), 3,8% (2005), 4,4% (2004), 3% (2003), 3,5% (2002), 3,2% (2001), 3,7% (2000), 5,3% (1999), 3,3% (1998), 5% (1997), 3,2% (1996)
PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO PIB	-7,6% (2020) e 4,5% (2021), dados do IMAD de 15.7.2020
IDH	0,902/24º do mundo em 2018 (0,89/25º em 2015), dados do PNUD
EMBAIXADOR EM LIUBLIANA	Renato Mosca de Souza

EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gorazd Rencelj
COMUNIDADE	Cerca de 200 brasileiros

INTERCÂMBIO BILATERAL – US$ milhões

Brasil Eslovênia	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Intercâmbio	**423,7**	**425,6**	**466,4**	**443,3**	**487,2**	**466,1**	**578**	**379,4**
Exportações	346,2	339,6	392,2	380,7	428	399,8	503,4	302,4
Importações	77,5	86,0	74,2	62,6	59,2	66,2	74,5	77
Saldo	**268,7**	**253,6**	**318**	**318,1**	**368,8**	**399,8**	**429**	**225,4**

PERFIS BIOGRÁFICOS DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO

Borut PAHOR

Presidente da República

O presidente da República, Borut Pahor, graduou-se em ciências políticas pela Universidade de Liubliana em 1987. Defendeu, na Liga Comunista da Eslovênia, o pluralismo e emergiu durante o processo de independência do país como líder da ala reformista do partido oficial. Em 1993, fundou o Partido Social-Democrata (SD), agremiação que presidiu de 1997 a 2012. De 2000 a 2004, foi presidente da Assembleia Nacional e, em seguida, elegeu-se eurodeputado (2004). Alçado ao cargo de primeiro-ministro em 2008 após a vitória dos social-democratas nas eleições parlamentares, Borut Pahor não logrou concluir seu mandato. Assim como outros governos europeus, seu gabinete sofreu diretamente os efeitos da crise financeira internacional, até perder a confiança da Assembleia Nacional no outono de 2011.

Aos 56 anos, Pahor é o mais jovem presidente da República e único político a ter desempenhado as três mais altas funções da administração pública do país: presidente da Assembleia Nacional (2000-2004), primeiro-ministro (2008-2011) e chefe de estado (desde 2012), além de ter atuado como eurodeputado no período 2004-2008. Reeleito para segundo mandato (2017-2022), antecipou a intenção de encerrar sua carreira política ao fim do mandato.

Janes JANSA

Primeiro-Ministro

O primeiro-ministro Janez Janša, líder da direita conservadora e presidente do Partido Democrático da Eslovênia (SDS), de 61 anos, tomou posse em 13 de março de 2020. Liderança indiscutível do bloco conservador, Janša é visto como um dos políticos mais experientes da Eslovênia, com trajetória na vida pública de mais de três décadas. Além de ter servido como primeiro-ministro em duas ocasiões (2004-2008 e 2012-2013), foi ministro da Defesa em quatro oportunidades: entre 1990 e 1991, sob o comando do governo de Lojze Peterle; em dois governos de Janez Dernovšek, 1992-1993 e 1993-1994; e em 2000 durante o governo interino de Andrej Bajuk. Há anos seu partido tem-se mantido estável em primeiro ou segundo lugar no *ranking* nacional. Em 2018, venceu as eleições gerais, mas não logrou naquele momento formar o governo por conta da resistência dos partidos oposicionistas de centro e de esquerda.

No passado, o maior êxito do SDS foram as eleições gerais de 2004, quando obteve 29% dos votos e formou um governo estável, considerado capaz e eficiente, mas igualmente criticado por políticas públicas que aumentaram os gastos e deixaram fragilizado o estado no momento em que a crise financeira atingiu severamente o país em 2008. Nesse ano, Janša coroou seu mandato à frente da presidência eslovena do Conselho da União Europeia, reconhecidamente equilibrada e eficiente. Janša tornou-se primeiro-ministro pela segunda vez em fevereiro de 2012. Seu segundo mandato durou apenas um ano, mas as políticas de austeridade adotadas nesse tempo tiveram efeitos duradouros. Estavam alinhadas ao pensamento econômico dominante da época em prol da solidez das finanças públicas. Atualmente, em seu terceiro mandato, defrontou-se, de imediato, com o desafio de gerenciar a crise sanitária do novo coronavírus.

RELAÇÕES BILATERAIS

A relação entre o Brasil e a Eslovênia tem percorrido trajetória linear nos quase trinta anos do reconhecimento brasileiro (24.01.1992) da independência eslovena (25.06.1991) e estabelecimento de relações diplomáticas (21.12.1992). A pauta tem-se mostrado convergente em temas de interesse comum sem quaisquer ruídos na agenda bilateral. Ao contrário, têm sido predominantes o diálogo fluido e honesto nos níveis bilateral e multilateral, a estreita cooperação e o compartilhamento de princípios como multilateralismo, desenvolvimento sustentável, estado de direito, meio ambiente, direitos humanos, estabilidade, segurança e paz, entre outros.

No nível multilateral, são recíprocos os apoios e recorrentes as trocas de votos em candidaturas em organismos internacionais. Entre alguns exemplos recentes estão o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), o Tribunal Internacional para o Direito do Mar (TIDM), a Corte Internacional de Justiça (CIJ), o Comitê Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e a União Postal Universal (UPU). Recordem-se, ainda, os apoios às candidaturas brasileiras à diretoria-geral da FAO e da OMC, o inestimável empenho conferido ao pleito brasileiro de acessão à OCDE e o respaldo na ratificação do Acordo Birregional de Associação Mercosul-União Europeia.

No âmbito bilateral, dois temas centrais na área de defesa exemplificam o expressivo avanço da relação. O primeiro é o convite do governo local para a EMBRAER apresentar proposta técnica e financeira do KC-390, em contexto favorável de modernização dos equipamentos militares eslovenos. Tramita na Assembleia Nacional o projeto de lei que prevê orçamento de 780 milhões de euros para as Forças Armadas Eslovenas (SAF), destinando recursos à aquisição de aeronave de transporte. O segundo refere-se à assinatura de dois acordos sobre (i) "Cooperação em Matéria de Defesa" e (ii) "Troca e Proteção de Informação Classificada", ambos negociados e prontos para serem firmados. Sua conclusão representará um passo importante para a abertura de novos caminhos de cooperação.

O Brasil é o maior parceiro esloveno na América Latina, com dados eloquentes de comércio e cooperação. Em 2018, alcançou-se o mais elevado patamar do intercâmbio em dez anos, 578 milhões de dólares. Com base em dados disponíveis do primeiro semestre de 2020, entre janeiro e junho, mesmo em ambiente recessivo mundial, os 216 milhões de dólares já computados indicam retorno aos níveis de 2017, ou seja, números anuais de cerca de 440 milhões de dólares ou mais, a depender da evolução positiva das economias mundiais neste segundo semestre.

Além dos avanços em defesa e comércio, as áreas de educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação têm verificado iguais progressos. No tocante à ciência e tecnologia, duas frentes têm sido exploradas: a primeira, o acordo entre a Agência Eslovena de Pesquisa (ARRS) e a FAPESP para pesquisa conjunta, troca de conhecimentos e de informações e intercâmbio de cientistas; a segunda, o seminário sobre inteligência artificial/*startups*, acertado com o Instituto Jozef Stefan/Centro Internacional de Pesquisa em Inteligência Artificial (IRCAI) e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MZZ) em data a ser definida quando as condições sanitárias se normalizarem. Previsto inicialmente para maio, teve de ser postergado. As duas iniciativas relançam a cooperação no campo da educação, ciência, tecnologia e inovação, estimulando contatos e buscando retornar ao patamar do início da década, quando a cooperação foi duramente afetada pelas limitações orçamentárias impostas pela crise financeira de 2008.

INTERCÂMBIO BILATERAL

Desde os tempos da ex-Iugoslávia, a Eslovênia desenvolveu sua indústria com base nas exportações, que ainda hoje representam o principal motor da economia local. Após a independência, o país buscou redirecionar seu comércio exterior, ampliando as vendas para novos mercados europeus, principalmente Alemanha, Áustria e Itália. Em 2019, as exportações eslovenas representaram 84,5% do PIB, sendo 66,8% em bens e 17,7% em serviços, totalizando 33,5 bilhões de euros.

Com o Brasil, embora os saldos sejam sempre positivos em favor do Brasil, o comércio é favorável também à indústria eslovena em razão da venda de seus produtos de alto valor agregado. Conforme a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC), as exportações eslovenas para o Brasil assim evoluíram nos últimos anos: US$ 59,2 milhões em 2016; US$ 66,2 milhões em 2017; US$ 74,5 milhões em 2018; e US$ 77 milhões em 2019. As exportações brasileiras igualmente registraram resultados ascendentes, embora com acentuada e episódica contração em 2019, com US$ 302 milhões, o pior nível em quase uma década (US$ 315 milhões em 2011). O intercâmbio bilateral caminhou no mesmo sentido positivo: US$ 466,1 milhões em 2017 e US$ 578 milhões em 2018. Em 2019, frustraram-se as expectativas com os computados US$ 379 milhões. De acordo com dados preliminares da SECEX, já se evidencia tendência de retomada do crescimento em 2020.

A pauta de produtos brasileiros ainda é bem concentrada: mais de 90% das exportações limitam-se a três produtos: (i) farelo de soja (70%); (ii) café em grão (15%); e (iii) minério de ferro (6,4%). Do lado das importações, a pauta tem sido mais equilibrada e diversificada: (i) medicamentos, inclusive veterinários (17%); (ii) medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (10%); (iii) máquinas e equipamentos para a indústria (10%); (iv) alumínio (6,6%); máquinas e aparelhos elétricos (6,1%) entre outros bens semimanufaturados e manufaturados. Sendo membro da União Europeia desde 2004 e país com maior PIB *per capita* entre os antigos integrantes do bloco socialista, a Eslovênia é parceiro comercial relevante não somente pelo volume importado do Brasil - seja ou não destino final de todos os bens -, como também pela qualidade e tecnologia agregada dos produtos que exporta.

Ademais, missão da APEX, empreendida em fevereiro de 2010, relatou serem amplas e favoráveis as possibilidades do uso do porto de Koper, no norte do Adriático, para a entrada de produtos brasileiros na Europa. Como meio de ampliar os negócios entre os dois países, o porto tem merecido mais atenção dos exportadores brasileiros como opção estratégica e porta de entrada para Áustria, Eslováquia, Hungria, Alemanha e países balcânicos, tendo presente a progressiva sobrecarga dos portos do norte da Europa. A capacidade logística de Koper tem-se ampliado com a ampliação e renovação dos terminais, além da duplicação em curso da linha férrea entre o porto e a cidade de Divača, o que permitirá, quando a obra estiver concluída em 2025, mais agilidade, segurança e eficiência no processamento, armazenamento e escoamento de produtos.

No quesito investimentos, duas empresas eslovenas têm atuado no Brasil. A Tajfun do Brasil Equipamentos Florestais, com escritório de vendas em São Paulo (SP), e a INEL Brasil Track-Trace, que mantém filial em São José dos Campos (SP). Recentemente, a empresa eslovena Arex Defense estabeleceu *joint venture* com fábrica brasileira para produção no Brasil da pistola automática REX01, em unidade que está em fase final de preparação no distrito industrial de Anápolis/GO. As vendas da Arex em 2018 atingiram 18 milhões de euros para os mercados consolidados de Espanha, Arábia Saudita, Suíça, Estados Unidos, Croácia e Bélgica. No Brasil, a empresa planeja produzir integralmente o referido modelo em cinco anos. Apesar de ser controlada por capital tcheco, a tecnologia é totalmente eslovena, e a direção está investindo cerca de três milhões de euros para montagem da linha de produção da fábrica. São as seguintes as companhias eslovenas que atuam no mercado brasileiro:

- TAJFUN DO BRASIL EQUIPAMENTOS FLORESTAIS: guinchos florestais e processadores de lenha;
- INEL BRASIL TRACK-TRACE: eletrônica, ciência da computação e engenharia mecânica;
- ROTTO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS: tecnologia de rotomoldagem na Europa;
- GORENJE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS: eletrodomésticos, recentemente adquirida pela chinesa *Hisense;*
- QUANTUM STEEL AÇOS INDUSTRIAIS: aços especiais para os segmentos automobilístico, mecânico, químico, petroquímico e energia;
- HYLA DO BRASIL DISTRIBUIDORA: aparelhos de purificação de ar e higienização de ambientes;
- DEWESOFT: instrumentos de medição e soluções de *software* e *hardware* para indústrias automotiva, aeroespacial, de transportes, engenharia civil e energia;
- AREX DEFENSE: pistolas automáticas e armas táticas;
- BONPET BRASIL: extintores de incêndio de produção eslovena com tecnologia japonesa.

POLÍTICA INTERNA

A Eslovênia é uma república parlamentarista democrática, com base na sua Constituição de 23 de dezembro de 1991. O Poder Executivo está dividido entre o presidente da República, chefe do estado, e o primeiro-ministro, chefe do governo. O presidente é eleito em sufrágio universal para exercer mandato de cinco anos, com a possibilidade de uma única reeleição consecutiva. O primeiro-ministro é eleito pela Assembleia Nacional após as eleições parlamentares, quando o líder do partido vencedor é designado pelo mandatário para formar o governo.

O Poder Legislativo é bicameral, composto pela Assembleia Nacional e o pelo Conselho Nacional. A Assembleia Nacional é formada por 90 deputados, eleitos em sufrágio universal para exercer mandato de quatro anos. São eleitos, ainda, dois deputados que representam as comunidades italiana e húngara residentes em território esloveno. Enquanto a Assembleia Nacional tem atribuição de propor e aprovar leis, o Conselho Nacional (homólogo mas não análogo ao Senado Federal brasileiro) tem responsabilidades legislativas limitadas, cabendo-lhe o assessoramento e o aconselhamento em matéria legislativa. Composto de 40 membros eleitos indiretamente para representar interesses de grupos setoriais específicos da sociedade, o Conselho Nacional pode propor leis e sugerir a revisão de determinado dispositivo legal aprovado pela Assembleia Nacional, mas não tem incumbência legislativa.

O Poder Judiciário é independente, exercido por juízes escolhidos pela Assembleia Nacional para exercer permanentemente a função. A Corte Suprema é o mais alto colegiado de apelação do país, enquanto a Corte Constitucional, composta de juízes eleitos para mandato de nove anos, verifica a constitucionalidade das leis e regulamentos, inclusive as sentenças da Corte Suprema, sendo a mais alta instância judiciária do país. Do ponto de vista administrativo, a Eslovênia divide-se em 212 municípios, onze dos quais com estatuto de municípios urbanos, por terem mais de 20 mil habitantes e influência regional. As municipalidades, dirigidas por prefeitos e por conselhos municipais, são criadas após referendo que confirma a vontade dos residentes.

O atual governo, liderado pelo primeiro-ministro Janez Janša, foi aprovado pela Assembleia Nacional em 13 de março de 2020. Com 52 votos favoráveis (em 90), 31 contrários, seis abstenções e uma cédula inválida, formou-se uma coalizão de centro-direita composta pelo Partido Democrático da Eslovênia (SDS), o Partido Moderno de Centro (SMC), o Nova Eslovênia (NSi) e o Partido Democrático dos Pensionistas da Eslovênia (DeSUS), além de outros pequenos apoios informais. Janša, em seu terceiro mandato, propôs-se cumprir os "compromissos acordados por todos os parceiros da coalizão", entre os quais estão (i) descentralização e redução da burocracia, (ii) elevação do valor das pensões e medidas em benefício das famílias e (iii) estabelecimento de fundo demográfico que reunirá ativos estatais para financiar o atual sistema previdenciário. A nova administração planeja, ainda, dar seguimento à liberalização da economia, acelerar as privatizações e introduzir a concorrência nas áreas de saúde e educação.

Ao assumir o mandato no momento mais agudo da pandemia, o governo determinou medidas imediatas para conter a propagação do novo coronavírus: (i) declaração de estado de epidemia, em 12/3, em coordenação com o governo anterior; (ii) fechamento de escolas, do comércio e suspensão de transporte público, em 16/3; (iii) cancelamento de voos e fechamento do aeroporto de Liubliana, em 17/3; (iv) *lockdown*, em 20/3; e (v) limitação adicional de deslocamentos intermunicipais em 30/3, todas com o propósito de promover o distanciamento social e evitar a disseminação do novo coronavírus. Há um sentimento geral na sociedade de que o governo agiu tempestiva e eficientemente no controle da COVID-19.

POLÍTICA EXTERNA

A Eslovênia integra todas as principais estruturas euro-atlânticas e participa ativamente dos principais foros de concertação regional na Europa central e oriental. O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MZZ) tem atuado de modo proativo na cena internacional, particularmente em temas como proteção dos direitos humanos, fortalecimento do multilateralismo, observância do direito internacional, defesa do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. Permanece firme em seu compromisso em favor da reforma dos organismos de governança global, inclusive o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Sendo um pequeno país que não dispõe de recursos naturais ou economia pujante, está convencido de que, por meio da atuação responsável e equilibrada na esfera multilateral e de estreitas relações políticas e comerciais com relevantes atores mundiais, pavimenta o caminho da prosperidade, da estabilidade e da segurança. Deposita no projeto europeu todo empenho e compromisso, de modo quase incondicional. Entre seus maiores objetivos de política externa está a preparação da presidência eslovena do Conselho da União Europeia no segundo semestre de 2021. Em 2008, durante a primeira presidência eslovena do Conselho, esse encargo mobilizou o aparato diplomático do país e foi motivo de orgulho para os eslovenos, que projetaram imagem internacional positiva pela sobriedade e eficiência que demonstraram à frente do bloco.

Entre as prioridades centrais da política externa eslovena, destaca-se o tratamento internacional dos direitos humanos. Em quase três décadas de independência, a sociedade eslovena progrediu sobremaneira no estabelecimento de instituições democráticas e na tutela de direitos fundamentais, mostrando-se cada vez mais ativa na defesa dos direitos humanos nos âmbitos interno e internacional. Na condição de membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (2017-2018), a Eslovênia ocupou a presidência, defendendo o fortalecimento do órgão em momento de relativa fragilidade após a retirada dos Estados Unidos.

São notáveis, também, os esforços para dotar a Eslovênia de identidade fortemente associada à proteção ambiental. O país dispõe de 60% do território recoberto de florestas e mais de 40 parques e reservas nacionais. Os espaços urbanos encontram-se em plena sintonia com a utilização sustentável do território. Não por acaso, Liubliana recebeu, em 2016, o título de capital verde da Europa. Cabe destacar a criação, por iniciativa eslovena, do "Grupo Verde" (*Green Group*), que visa à promoção de temas ambientais na agenda internacional.

A Eslovênia demonstra firme compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estando entre os 43 países que apresentaram em julho de 2017 o primeiro relatório nacional voluntário sobre a implementação da Agenda 2030 no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Integra a lista dos dez primeiros países na implementação dos ODS, especialmente os relacionados a temas de meio ambiente: 6 (água), 7 (energia renovável), 13 (mudanças climáticas), 14 (oceanos) e 15 (ecossistemas). O país busca, também, ampliar sua contribuição para segurança internacional e ajuda humanitária, por meio de participação constante em operações e missões internacionais sob os auspícios da ONU e da OTAN. Em 1998, Liubliana, com o apoio norte-americano, criou o Fundo Internacional para a Desminagem e a Assistência às Vítimas de Minas Terrestres (ITF), com o objetivo inicial de financiar ações de desminagem na Bósnia e Herzegovina. Ao completar vinte anos de existência e ser renomeado de *ITF Enhancing Human Security*, o órgão expandiu sua atuação e escopo, para incluir, além da redução da ameaça representada por minas, o desenvolvimento seguro e de longo prazo das comunidades afetadas por conflitos e a reabilitação de mutilados.

A relação com a OTAN é outrossim prioritária. O governo enviou recentemente à Assembleia Nacional projeto de lei que visa a destinar mais recursos e elevar gradualmente nos próximos anos os gastos em defesa. Atualmente, a Eslovênia aplica 1,04% do seu PIB no setor, ao passo que a meta é de 2% do PIB. Estima-se que, com a aprovação desse orçamento, o país possa atingir a meta até 2026.

No nível europeu, é notável o entusiasmo esloveno com o processo de integração. Há neste país pouco espaço para vozes que defendam caminho alternativo à União Europeia ou à zona do euro. Tal manifestação de compromisso com o bloco somente se reforçou nos últimos anos com as questões migratórias, o Brexit e, mais recentemente, a pandemia. Sendo o primeiro país da ex-Iugoslávia a aceder à União Europeia, a Eslovênia mantém boas relações com seus vizinhos e busca exercer papel proativo em defesa do alargamento do bloco europeu na direção dos Balcãs. Os eslovenos consideram o caminho europeu a melhor opção para a região, seja na garantia da paz e da estabilidade, seja na prevalência de valores democráticos e do desenvolvimento econômico.

O governo esloveno propõe intensificar sua presença na “Iniciativa dos Três Mares”, como plataforma de discussão e coordenação de interesses comuns regionais na Europa central. O atual ministro dos Negócios Estrangeiros, Anze Logar, insistiu em reunião anual dos embaixadores eslovenos que o país empreenderá doravante uma diplomacia mais ambiciosa, com base na União Europeia e na OTAN.

Esse pequeno país da Europa central, ponte entre a União Europeia e os Balcãs, busca consolidar a imagem - e tem alcançado certo êxito - de ator responsável, interlocutor confiável, membro ativo em organismos multilaterais e parceiro reconhecido para a cooperação nos campos da educação, ciência, tecnologia, inovação, digitalização, inteligência artificial, entre outras dimensões em que demonstra notável desempenho e qualificação.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Eslovênia sempre foi a república mais próspera da Iugoslávia graças à indústria direcionada à exportação de bens e serviços para as ex-repúblicas iugoslavas e, posteriormente, para vizinhos europeus, como Alemanha, Itália e Áustria. Nos primeiros anos de independência, a economia eslovena logrou altas taxas de crescimento por conta de sua capacidade exportadora. No entanto, muito dependente dos mercados externos, o país mostrou-se vulnerável aos sobressaltos econômicos internacionais e enfrentou impacto profundamente negativo da crise financeira de 2008. No ano seguinte, sofreu recessão de -7,5%, uma das piores verificadas em economia da zona do euro. O PIB esloveno ainda encolheria -2,6% em 2012 e -1% em 2013, com início da recuperação somente a partir de 2014.

Desde então, a Eslovênia tem logrado equilíbrio e recuperação, com taxas de crescimento de 2,8% (2014), 2,2% (2015), 3,1% (2016) e 4,8% (2017), 4,1% (2018) e 2,4% (2019). Em 2018, o PIB esloveno alcançou 45,7 bilhões de euros. O PIB *per capita* está no nível de 22 mil euros. Desde 2014, a Eslovênia experimenta diminuição do desemprego (4% no último bimestre de 2019), elevação salarial, aumento da demanda interna, crescimento dos investimentos e do acesso ao crédito, utilização mais ampla de recursos provenientes de fundos europeus, entre outros fatores positivos que conferem estabilidade econômica ao país. Em 2017, pela primeira vez desde a independência, alcançou superávit das contas públicas, e as receitas superaram as despesas em 13 milhões de euros. A dívida pública também vinha diminuindo de 78% em 2016, 74,1% em 2017 e 70,4% do PIB em 2018. O objetivo era reduzir para 60% do PIB até 2030, mas desde a pandemia da COVID-19 as expectativas têm-se modificado pelas razões amplamente conhecidas.

O setor industrial esloveno sempre foi diversificado e tecnologicamente avançado. Está hoje orientado à exportação de produtos manufaturados na cadeia produtiva europeia. As indústrias automobilística e farmacêutica são as principais, mas há produção de aparelhos e utensílios elétricos para uso doméstico, máquinas mecânicas e produtos metalúrgicos e químicos, entre muitos outros. Sustentada em bons fundamentos macroeconômicos, a economia local mantém seu motor nas exportações. No último ano, os países da União Europeia, ainda principal mercado de produtos eslovenos, já sinalizavam desaquecimento de suas economias. O setor exportador, com apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MZZ), tem perseguido uma política de diversificação dos mercados extracomunitários e internacionalização de empresas eslovenas, especialmente as de pequeno e médio porte. Esse caminho tem sido valorizado como alternativa para a redução da dependência dos mercados europeus.

Em relação aos outros setores da economia, em dados de 2018, a atividade agrícola contribuiu com 2,1% do PIB esloveno, aporte modesto ao conjunto da riqueza nacional. A produção animal é a atividade rural mais expressiva da Eslovênia, realizada predominantemente em áreas montanhosas do país. A pecuária intensiva é concentrada e especializada desde meados da década de 1990, o que levou à diminuição no número de criadores, aumento no tamanho médio do rebanho e crescimento da produção de leite de melhor qualidade. A pesca é atividade tradicional com fortes vínculos a outros setores, principalmente o turismo, na região costeira. O setor inclui a pesca marinha comercial e não comercial, a aquicultura, a gestão dos recursos pesqueiros nas vias navegáveis interiores e o processamento e a comercialização de peixes e produtos da pesca. A atividade florestal responde por 0,6% do PIB esloveno ou 267 milhões de euros. O Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação monitora as condições das florestas e desenvolve soluções para o aproveitamento sustentável dos ecossistemas florestais, a biodiversidade e a produção e função social da floresta. O setor de serviços é igualmente importante na economia eslovena,

respondendo por mais da metade do lucro das empresas. As atividades que se destacam são turismo, logística e transportes, atividades financeiras e comércio varejista.

Neste momento de enormes incertezas econômicas, o governo tem atuado firmemente para preparar a economia do período pós-crise. O primeiro-ministro assumiu a chefia do governo apenas um dia após a declaração da epidemia pelo seu antecessor, Marjan Šarec. Nesses últimos meses, Janez Janša tem buscado dar fôlego financeiro às empresas, particularmente vulneráveis em função de sua orientação exportadora, e assegurar empregos que preservem o bem-estar da população. Lançou dois pacotes de medidas que aportam, principalmente, liquidez para a economia.

A estimativa para a queda do PIB em 2020 é mais otimista do que as previsões iniciais. Calcula-se que o PIB encolha -7,5%, o que estará entre os melhores resultados do bloco europeu.

No tocante aos investimentos, após a independência eslovena, as reformas do governo para atrair investimentos estrangeiros diretos (IEDs) foram bem-sucedidas. Os investidores identificaram a posição geográfica estratégica do país na Europa, bem como a mão de obra interna qualificada. Completamente aberta ao investimento estrangeiro de acordo com os princípios da União Europeia e da OCDE, a Eslovênia não discrimina entre investidores nacionais e estrangeiros, embora ainda haja resistências - cada vez menores - quando se trata da privatização de tradicionais companhias estatais. O programa de privatizações caminhou em marcha lenta por certa resistência cultural e histórica à venda de ativos nacionais em setores considerados estratégicos. Essas resistências vêm sendo superadas. Empresas estrangeiras passaram a adquirir ativos dos setores bancário, como o Nova Ljubljanska Banka (NLB); varejista, grupo Mercator; farmacêutico, a Lek, adquirida pelo grupo Novartis/Sandoz; e de eletrodomésticos, a Gorenje, comprada recentemente pela chinesa Hinsense. Há atratividade pelas empresas eslovenas, bem como interesse de investidores de instalar plataformas de produção de bens no território europeu, como são os casos concretos da Magna Steyer e da Yaskawa Eletric, fábrica de robôs para a indústria da Sumitomo Rubber Industries.

A taxa de investimentos em relação ao PIB sofreu alterações mínimas desde 2014: 19,6% em 2014; 19,3% em 2015; 18,7% em 2016; e 19,5% em 2017. Segundo a OCDE, a maior parte do IED provém de Áustria (24%), Luxemburgo (13,7%), Suíça (10,5%) e Alemanha (8,9%). No entanto, essa última detém a maioria dos investimentos indiretos na Eslovênia por meio de subsidiárias austríacas, enquanto os Estados Unidos realizam importantes investimentos por intermédio de subsidiárias em Luxemburgo, Suécia, Alemanha e Suíça. Os setores que mais atraem investimentos estrangeiros são manufatura (35,8%), serviços financeiros e de seguros (19,4%), atacado e varejo (17,8%) e imobiliário (6,7%).

A Eslovênia registrou em dezembro de 2018 estoque de IEDs de 15,2 bilhões de euros, acréscimo de 8,2% se comparado a 2017, representando 31% do PIB. Os maiores investidores estrangeiros no país foram a Áustria (24%), Luxemburgo (13,7%), Suíça (10,5%), Alemanha (9%) e Itália (7,9%). O Brasil investiu, em 2018, 1,8 milhão de euros na Eslovênia, sem que haja empresas brasileiras instaladas nem parcerias que operem no território esloveno. Por outro lado, o investimento direto esloveno, em 2018, foi de 6,1 bilhões de euros ou o equivalente a 13,2% do PIB. Na sua maioria (4,7 bilhões de euros) resultaram de transações de patrimônio e lucros reinvestidos. A Eslovênia investiu no Brasil, em 2018, cerca de 600 mil euros. No momento, está em curso o mais alto investimento individual esloveno no Brasil, estimado em três milhões de euros, com o estabelecimento de *joint-venture* entre a brasileira Delfire e a eslovena AREX para a produção de pistolas automáticas no distrito industrial de Anápolis, em Goiás.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- **1992**: reconhecimento brasileiro do estado esloveno (24/1)
- **1992**: estabelecimento de relações diplomáticas (21/12)
- **1994**: criação da embaixada do Brasil na República da Eslovênia, residente em Viena (14/3)
- **1998**: visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Boris Frlec (julho)
- **1998**: assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica (julho)
- **2002**: entrada em vigor do Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas e do Acordo Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica (18/4)
- **2002**: visita a Liubliana do então ministro da Ciência e Tecnologia, embaixador Ronaldo Sardenberg
- **2007**: assinatura do Convênio de Cooperação entre o Ministério de Educação Superior, Ciência e Tecnologia da Eslovênia (MHEST) e o CNPq
- **2007**: formalização da embaixada residente do Brasil em Liubliana (1º/11)
- **2008**: participação do então presidente Danilo Türk na Cúpula União Europeia-América Latina (EULAC), protagonizando a primeira visita de um chefe de estado esloveno ao Brasil (abril)
- **2008**: inauguração da embaixada em Liubliana durante visita do então ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, para a reunião ministerial do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Europeia (junho)
- **2009**: assinatura do Acordo de Cooperação Acadêmica e Intercâmbio Cultural, Científico e Técnico entre a UFRJ e o Instituto Nacional de Biologia (NIB)
- **2009**: visita à Eslovênia do ministro da Defesa brasileiro (29-30/10)
- **2010**: estabelecimento da embaixada eslovena em Brasília
- **2010**: missão da APEX para avaliação do uso do porto de Koper para os produtos brasileiros na Europa (fevereiro)
- **2010**: participação do secretário-geral das Relações Exteriores no Fórum Estratégico de Bled (setembro)
- **2011**: reunião de consultas políticas em Brasília (fevereiro)
- **2011**: presença da ministra da Defesa, Ljubica Jelušič, nos Jogos Mundiais Militares (julho)
- **2011**: participação do então subsecretário-geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna, de seminário e reunião do Conselho do Centro Internacional de Promoção de Empresas (setembro)
- **2011**: participação do então diretor da Secretaria de Planejamento Diplomático (SPD), Embaixador Brito Cruz, no Fórum Estratégico de Bled (setembro)
- **2013**: assinatura de instrumento de cooperação entre a FUNAG e o Centro de Pesquisas da Academia de Ciências e Artes da Eslovênia (SAZU)
- **2013**: encontro em Roma entre os presidentes do Brasil e da Eslovênia (19/3)
- **2015**: visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Karl Erjavec (março)
- **2016**: participação da ministra da Educação, Ciência e Esportes, Maja Makovec, nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (junho)
- **2016**: IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Eslovênia, em Liubliana (31/8)
- **2017**: II Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Eslovênia, em Liubliana (13/11)

- **2017**: em vigor o Acordo-Quadro de Cooperação no Domínio Educacional (novembro)
- **2018**: participação do então secretário de Previdência, Marcelo Caetano, na Conferência sobre Políticas para o Envelhecimento Equânime: uma Abordagem para o Decorrer da Vida (janeiro)
- **2019**: participação do então diretor do Instituto Esloveno de Pesquisa (ARRS), Jozsef Gyorkos, no *Global Research Council* (maio)
- **2019**: estada na Eslovênia do Navio-Escola "Brasil" (4-7/9)

RELAÇÃO DE ATOS BILATERAIS

- **Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos**, celebrado em 30/07/1996, publicado no Diário Oficial da União em 09/08/1996 e em vigor desde 30/08/1996;
- **Acordo de Comércio e Cooperação Econômica**, celebrado em 16/06/1997 e em vigor desde 09/02/2000, promulgado em 20/04/2000 pelo decreto n. 3423, publicado no Diário Oficial da União em 24/04/2000;
- **Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas**, celebrado em 29/07/1998, em vigor desde 29/07/1998, publicado no Diário oficial da União em 19/08/1998;
- **Acordo-Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica**, celebrado em 29/07/1998, em vigor desde 18/04/2002, promulgado em 21/05/2002 pelo decreto n. 4241;
- **Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares**, celebrado em 10/12/2009, em vigor desde 09/02/2012, promulgado em 23/9/2014 pelo decreto n. 8307;
- **Acordo Quadro de Cooperação no Domínio Educacional**, celebrado em 20/06/2011, aprovado no Senado Federal em 20.10.2017, em vigor desde 09/02/2012, promulgado em 26/09/2018 pelo decreto n. 9509;
- **Convênio de Cooperação Bilateral CNPq – Ministério da Educação Superior, Ciência e Tecnologia da Eslovênia**, celebrado em 19/07/2007, em vigor desde 30/03/2009.

EMBAIXADA DO BRASIL EM LIUBLIANA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR RENATO MOSCA DE SOUZA

Encaminho, a seguir, versão simplificada do relatório de gestão da embaixada do Brasil em Liubliana, República da Eslovênia, no período de 20 de junho de 2017 a 13 de outubro de 2020.

POLÍTICA INTERNA

2. Em 26 de dezembro de 1990, divulgaram-se os resultados do plebiscito em que 88% dos eslovenos votaram pela sua independência. Seis meses depois, em 25 de junho de 1991, conforme os termos do plebiscito, a Eslovênia declarou-se formalmente independente e engajou-se em intensa campanha diplomática de reconhecimento internacional. Croácia e ex-repúblicas soviéticas (setembro de 1991), Alemanha (dezembro de 1991), Santa Sé, Comunidade Europeia, Brasil (janeiro de 1992) e Estados Unidos (abril de 1992) foram os primeiros a reconhecerem o novo estado.

3. Com o estado reconhecido, o foco da política externa eslovena moveu-se em direção à integração do país às estruturas políticas, econômicas e militares euro-atlânticas. Já em 1992, a Eslovênia ingressou na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Em 2004, acedeu à União Europeia e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em 2007, incorporou-se ao Acordo de Schengen e foi o primeiro dos novos membros do bloco a integrar a zona do euro. Assumiu no primeiro semestre de 2008 a presidência do Conselho da União Europeia, sendo o primeiro dos países ex-socialistas a cumprir o encargo. Em julho de 2010, com a entrada na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), completou-se o período de inserção internacional.

4. Desde a independência, a Eslovênia é uma república parlamentarista democrática, com base na Constituição de 23 de dezembro de 1991. O Poder Executivo está dividido entre o presidente da República, que é o chefe do estado, e o primeiro-ministro, que desempenha as funções de chefe do governo. O presidente é eleito em sufrágio universal para exercer mandato de cinco anos. O primeiro-ministro é confirmado pela Assembleia Nacional após as eleições

parlamentares gerais, quando prioritariamente o líder do partido vitorioso é indicado pelo presidente da República para formar o governo. Desempenham os referidos cargos, no momento, Borut Pahor, em seu segundo mandato presidencial, e Janez Janša, empossado em 13 de março de 2020 para seu terceiro mandato à frente do governo.

5. O Poder Legislativo é bicameral, composto por Assembleia Nacional e Conselho Nacional. A Assembleia Nacional é formada por 90 deputados, eleitos em sufrágio universal para mandato de quatro anos. Com 40 membros escolhidos indiretamente para representar interesses setoriais, o Conselho Nacional tem atribuições limitadas, cabendo-lhe o papel de assessoramento e aconselhamento em matéria legislativa, sem incumbência efetivamente legislativa.

6. Como país democrático, o Poder Judiciário é independente, exercido por juízes definidos pela Assembleia Nacional para exercer função permanente. A Corte Suprema é o mais alto colegiado de apelação do país, enquanto a Corte Constitucional, composta de juízes com mandato de nove anos, supervisiona a constitucionalidade das leis e regulamentos, inclusive as sentenças da Corte Suprema, sendo, portanto, a mais alta instância judiciária do país.

7. Nestes últimos três anos, o país teve três chefes de governo. Os dois primeiros - Miro Cerar, do Partido Moderno de Centro (SMC, 2014-2018), e Marjan Šarec, do Partido de Marjan Šarec (LMS, 2018-2020) - formaram coalizões de partidos do mesmo espectro político de centro-esquerda. Em março de 2018, poucos meses antes de concluir seu mandato, Miro Cerar renunciou. O presidente da República, Borut Pahor, dissolveu a Assembleia Nacional e convocou eleições antecipadas para a data de 3 de junho, duas semanas apenas antes do previsto no calendário eleitoral.

8. As urnas consagraram o candidato oposicionista de direita, Janez Janša, do Partido Democrático da Eslovênia (SDS), que não logrou, no entanto, compor uma coalizão em torno de seu nome e de sua plataforma política. Tendo sido o segundo mais votado, Marjan Šarec reuniu partidos considerados progressistas e, em 13 de setembro de 2018, pôs fim aos longos 102 dias de transição política e instalou o primeiro governo minoritário do país desde sua independência em 1991. Por falta de maioria parlamentar, a administração de Šarec experimentou sucessivas crises internas e baixas frequentes em seus quadros. Em 27 de janeiro de 2020, o chefe do governo anunciou sua renúncia ao cargo que ocupara por 16 meses. Dois caminhos foram abertos para a vacância: a convocação de

novas eleições, proposta de pronto rejeitada pelos parlamentares receosos de perder a cadeira na Assembleia Nacional; ou a formação de novo governo para terminar o mandato até 2022. Prevaleceu a segunda opção, o que permitiu a Janez Janša tornar-se pela terceira vez primeiro-ministro da Eslovênia.

9. O novo governo foi confirmado em 13 de março de 2020 com base em coalizão majoritária de centro-direita composta pelo Partido Democrático da Eslovênia (SDS), o Partido Moderno de Centro (SMC), o Nova Eslovênia (NSi) e o Partido Democrático dos Pensionistas da Eslovênia (DeSUS), além de outros poucos compromissos informais. Janša, em seu terceiro mandato, definiu como metas na área social a elevação do valor das pensões, a adoção de medidas em benefício das famílias e o estabelecimento de fundo demográfico para financiar o atual sistema previdenciário, crescentemente deficitário. No campo econômico, propôs reduzir a burocracia, liberalizar a economia, acelerar as privatizações e introduzir a concorrência nas áreas de saúde e educação. O governo assumia em momento de incertezas com o início da pandemia.

10. Dias antes, em 5 de março, as autoridades sanitárias registravam os dois primeiros casos da COVID-19 na Eslovênia, mas a rápida disseminação do novo coronavírus em países vizinhos, como a Itália, alimentava a preocupação local. Em 12 de março, véspera da assunção do governo, foi decretado estado de epidemia no país. Como primeiras medidas, Janša decidiu adotar medidas restritivas na fronteira italiana, inclusive para transporte de cargas, fechar instituições de ensino e o comércio, suspender o transporte público, cancelar voos internacionais e impor o 'lockdown'. Entre março e agosto, a epidemia foi eficazmente controlada com o apoio e o reconhecimento da população, que avaliou ter o governo agido de modo tempestivo e eficiente no controle do vírus e tratamento de pacientes infectados. Neste final do verão, a Eslovênia experimenta um segundo surto de contaminações, ainda mais severo do que o primeiro.

11. Janša tem administrado esta "segunda onda" e seus possíveis efeitos na economia, recorrendo a medidas mais brandas e buscando estimular os setores para a retomada do crescimento. As medidas aprovadas pelo governo para financiar as empresas e apoiar em caráter emergencial os trabalhadores muito terão contribuído para minimizar os danos econômicos e sociais, ainda assim expressivos. Conta a favor do governo e do resgate da economia a aprovação de recursos do Fundo de Recuperação provenientes da União Europeia. A esse respeito, os dados preliminares já são menos

dramáticos do que os previstos meses atrás e apontam para encolhimento da economia da ordem de 7,5% em 2020, nível semelhante à queda de 2009 e destoante dos padrões locais de estabilidade e crescimento dos últimos anos. Tudo depende, ainda, dos resultados do desempenho do próximo trimestre, que pode sofrer novo impacto com a recidiva da COVID-19 na Europa.

POLÍTICA EXTERNA

12. A Eslovênia integra as principais estruturas políticas, econômicas e militares euro-atlânticas e participa ativamente dos principais foros de concertação da Europa central e oriental. Sua diplomacia atua de modo proativo nos organismos internacionais, particularmente em prol do multilateralismo, proteção dos direitos humanos, observância do direito internacional e do estado de direito, defesa do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. Permanece firme seu compromisso com a renovação dos organismos de governança global, inclusive reforma do Conselho de Segurança (CSNU) e revitalização da Assembleia Geral (AGNU). Sua presença ativa na União Europeia e na OTAN é prioridade da política externa e garantia da segurança, estabilidade e desenvolvimento.

13. Como país de escassos recursos naturais e relativamente modesta economia, a Eslovênia está convencida de que pavimenta o caminho da prosperidade nacional por meio de uma atuação multilateral responsável e equilibrada e de relações políticas e comerciais bilaterais com parceiros europeus e extracomunitários. Deposita na União Europeia todo empenho e compromisso, de modo quase incondicional. Entre os objetivos centrais de política externa do momento está a preparação e execução, pela segunda vez, da presidência eslovena do Conselho da União Europeia, a ter lugar no segundo semestre de 2021. No âmbito regional, o país vocaliza um discurso marcadamente favorável à acessão balcânica à União Europeia e adota ações concretas de modo a servir de ponte entre o bloco e os Balcãs Ocidentais, procurando apresentar-se como ator responsável, interlocutor confiável, membro proativo em organismos multilaterais e parceiro solidário na cooperação internacional.

14. Entre outros temas da diplomacia eslovena, destaca-se a defesa dos direitos humanos. Nos quase trinta anos de emancipação, a sociedade local consolidou instituições democráticas e evoluiu na tutela de direitos fundamentais. Na condição de membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), entre 2017-2018, a Eslovênia ocupou a

presidência em 2018, contribuindo para o fortalecimento do órgão em momento de relativa fragilidade após a retirada dos Estados Unidos. Brasil e Eslovênia têm histórico de estreita cooperação no CDH e na defesa dos direitos humanos em nível internacional.

15. São também notáveis os esforços para evidenciar a Eslovênia na defesa do meio ambiente. O país dispõe de 60% do território recoberto de florestas e mais de 40 parques e reservas naturais. Os espaços urbanos encontram-se em plena sintonia com a utilização sustentável do território. Não por acaso, Liubliana recebeu, em 2016, o título de capital verde da Europa. Por iniciativa eslovena, formou-se o Grupo Verde ("Green Group") para promoção de temas ambientais na agenda internacional. Ademais, a Eslovênia integra a lista dos dez primeiros países na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo relacionados ao meio ambiente: 6 (água), 7 (energia renovável), 13 (mudanças climáticas), 14 (oceanos) e 15 (ecossistemas).

16. O país contribui, na medida de suas capacidades, para a segurança internacional e a ajuda humanitária, integrando operações e missões militares sob os auspícios das Nações Unidas e da OTAN. No âmbito da defesa, embora esteja entre os membros da OTAN com menor nível de investimento em relação ao PIB, a Eslovênia discute lei orçamentária que destina recursos adicionais (montante de EUR 780 milhões) e eleva gradualmente os dispêndios nessa área. Atualmente, aplica 1,04% do seu PIB em defesa, mas estima poder atingir a meta de 2% recomendada pela aliança militar até 2026.

17. No que diz respeito à ajuda humanitária e à cooperação para o desenvolvimento, os recursos destinados em 2017 totalizaram EUR 67,23 milhões, montante considerável para o tamanho da economia eslovena. Em 1998, com o apoio norte-americano, Liubliana criou o Fundo Internacional para a Desminagem e a Assistência às Vítimas de Minas Terrestres, rebatizado posteriormente de "International Trust Fund (ITF) Enhancing Human Security", com objetivo de financiar ações de desminagem na Bósnia e Herzegovina. Com o tempo, expandiu o mandato para cobrir o desenvolvimento seguro e de longo prazo das comunidades afetadas por conflitos e a reabilitação de mutilados. O ITF é um importante organismo de cooperação, que propicia boa visibilidade da política externa eslovena.

18. Em setembro de 2018, o governo anterior de Marjan Šarec anunciou ajustes na política externa, de modo a reforçar os vínculos com os Estados Unidos. No entender da época, havia falta de equilíbrio em relação aos aliados do outro lado do

Atlântico, e, desse modo, a prioridade era intensificar os contatos com o governo norte-americano e revitalizar a parceria transatlântica. O governo de Janša tem dado seguimento à reaproximação com os Estados Unidos e ensaiado parcerias em temas sensíveis da agenda global, como a recente assinatura de documento conjunto para implantação da rede 5G.

19. No nível europeu, a Eslovênia mantém seu compromisso com o projeto de integração. Não parece haver espaço para vozes internas que defendam caminho alternativo à União Europeia ou à zona do euro. Tal engajamento com o bloco somente tem-se reforçado, nos últimos anos, com o advento de crises sucessivas, como os fluxos migratórios, o Brexit e, mais recentemente, a pandemia da COVID-19. A Eslovênia tem estreitado laços com vizinhos e desempenhado papel proativo no alargamento do bloco em direção aos Balcãs Ocidentais. Acolheu com satisfação o início das negociações de acessão da Albânia e da Macedônia do Norte em 2020, avaliando que o passo traz confiança no processo de expansão. Os eslovenos consideram o caminho europeu o melhor para a região na construção da paz e da estabilidade, na promoção dos valores democráticos e no desenvolvimento econômico sustentável.

20. O primeiro-ministro Janez Janša também tem modulado as premissas externas, emitindo sinais de aproximação aos países do Grupo de Visegrado (V4). São muitos os sinais de que a Eslovênia procurará doravante interagir mais proximamente com os países de seu entorno geográfico. Além de contatos com o V4 e de maior presença na Iniciativa dos Três Mares ("Three Seas Initiative"), a formação do grupo informal C5 ("Central 5", que reúne Áustria, Eslováquia, Eslovênia, Hungria e República Tcheca) está entre os exemplos de como espera coordenar posições com os países da região com vistas a conferir mais peso aos interesses regionais em Bruxelas.

21. No entender do governo, a concertação dos países da região contribui para construir uma União Europeia "forte, resiliente e coesa", bem como para criar novas oportunidades de cooperação transatlântica. Ou seja, o projeto europeu continua no centro das prioridades, mas igualmente as demandas dos países menores terão que ser consideradas, a fim de promover o equilíbrio dos interesses de países centrais e periféricos. Recentemente, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Anze Logar, insistiu que o estado esloveno empreenderá doravante uma diplomacia mais "ousada e ambiciosa", sem descuidar das relações com a União Europeia e com a OTAN, mas atento aos países vizinhos, revisando

inclusive os principais documentos estratégicos da política externa.

22. Na América Latina, a Eslovênia percebe o Brasil como seu principal parceiro. Está convencida da importância de estreitar os vínculos, especialmente os comerciais, já que tem entre suas metas diversificar os mercados extrarregionais e internacionalizar as empresas eslovenas. Advoga, sem dificuldades, a ratificação do Acordo Birregional de Associação Mercosul-União Europeia. Por fatores que incluem a presença de expressiva comunidade eslovena na Venezuela, tem desempenhado papel ativo em prol do respeito ao estado de direito, da convocação de eleições livres e justas e da redemocratização naquele país. Em 14 de fevereiro de 2019, o governo Šarec reconheceu Juan Guaidó como presidente interino do país, juntando-se, assim, a 23 estados membros da União Europeia.

ECONOMIA

23. A Eslovênia sempre foi a república mais próspera da ex-Iugoslávia graças à sua indústria, direcionada à exportação de bens e serviços para as demais repúblicas iugoslavas e, posteriormente, para os vizinhos europeus, mormente Alemanha, Itália e Áustria. No pós-independência, a economia logrou altas taxas de crescimento em virtude de sua capacidade exportadora. Contudo, dependente dos mercados externos (sobretudo europeus), mostrou-se vulnerável a turbulências econômicas e sofreu profundamente na esteira da crise financeira internacional. Em 2009, experimentou recessão de 7,5%, uma das piores verificadas em economia da zona do euro. O PIB esloveno ainda encolheria 2,6% em 2012 e 1% em 2013, com início da recuperação somente a partir de 2014.

24. Após essa fase de sobressaltos, a Eslovênia recuperou-se, apresentando taxas de crescimento de 2,8% (2014), 2,2% (2015), 3,1% (2016), 4,8% (2017), 4,1% (2018) e 2,4% (2019). Em 2018, o PIB esloveno alcançou 45,7 bilhões de euros. O PIB 'per capita' está no nível de 22 mil euros. Desde 2014, o país registra diminuição do desemprego, elevação salarial, aumento da demanda interna, crescimento dos investimentos e do acesso ao crédito, utilização mais eficiente dos recursos provenientes de fundos europeus, entre outros fatores de estabilidade macroeconômica. Em 2017, pela primeira vez, registrou superávit primário nas contas públicas. A dívida vinha diminuindo de 78%, em 2016, para 70,4% do PIB em 2018. O objetivo estabelecido de reduzir para 60% até 2030 foi

atropelado no corrente ano pelos fatos amplamente conhecidos.

25. O setor industrial esloveno é diversificado e tecnologicamente avançado. Está inserido na cadeia produtiva europeia. As indústrias automobilística e farmacêutica são as principais, mas há produção de aparelhos de uso doméstico, máquinas elétricas e mecânicas, produtos metalúrgicos e químicos, equipamentos óticos e de precisão, entre muitos outros bens manufaturados com valor agregado. Sustentada em bons fundamentos macroeconômicos, a economia tem nas exportações seu principal motor. A fim de se resguardar de crises na Europa, o setor exportador local, com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, implementa política de diversificação de mercados e internacionalização de empresas, especialmente as de pequeno e médio porte. O esforço visa a reduzir a dependência dos mercados europeus e ampliar as alternativas para os momentos de crise. Com China, Índia, Japão, Rússia e Estados Unidos, o Brasil é um dos objetivos perseguidos pela diplomacia econômica eslovena.

26. Em 2018, a atividade agrícola contribuiu com apenas 2,1% do PIB, aporte modesto ao conjunto da riqueza nacional. A produção animal é a atividade rural mais expressiva da Eslovênia, realizada predominantemente em áreas montanhosas do país. A pecuária intensiva é concentrada e especializada desde meados da década de 1990, o que levou à diminuição do número de criadores, aumento do tamanho médio do rebanho e crescimento da produção de leite de melhor qualidade. A pesca é atividade tradicional com fortes vínculos com outros setores, principalmente o turismo na região costeira. O setor inclui a pesca marinha comercial e não comercial, a aquicultura, a gestão dos recursos pesqueiros nas vias navegáveis interiores e o processamento e a comercialização de peixes e produtos da pesca. A atividade florestal responde por 0,6% do PIB ou 267 milhões de euros. O setor de serviços é importante no conjunto da economia eslovena, e as atividades que se destacam são turismo, logística e transportes, atividades financeiras e comércio varejista.

27. Neste momento de incertezas econômicas, o governo atua para preparar a economia para a fase pós-pandemia. O primeiro-ministro Janez Janša tem buscado dar fôlego financeiro às empresas, particularmente vulneráveis em função da orientação exportadora, e assegurar empregos que preservem o bem-estar da população. Lançou três pacotes de medidas de liquidez na economia (cerca de EUR 3 bilhões). A preocupação do governo tem sido minimizar as consequências

da crise sanitária nos âmbitos econômico e social. Janša implementa uma política expansionista que já oferece motivos para comemorar. A estimativa de queda do PIB em 2020 já é menos pessimista do que as previsões iniciais. Calcula-se que o PIB encolha 7,5%, o que estará entre os melhores resultados do cenário europeu.

28. No que se refere a investimentos, com a independência, as reformas do governo para atrair investimentos estrangeiros diretos (IEDs) foram bem-sucedidas. Os investidores foram atraídos pela posição geográfica estratégica do país, bem como pela mão de obra muito qualificada dos trabalhadores. Considerada aberta ao investimento pelos critérios da União Europeia e da OCDE, a Eslovênia não discrimina entre investidores nacionais e estrangeiros. O programa de venda de ativos do estado aos poucos vem sendo alcançado pelo capital privado.

29. Nestes últimos três anos, o governo privatizou importantes empresas estatais nos setores: (i) bancário, com o Nova Ljubljanska Banka (NLB), cujo processo foi concluído em 2019, e o Nova Kredtina Banka de Maribor; (ii) transporte aéreo, Adria Airways, liquidada em 2019 após venda a grupo financeiro alemão; (iii) varejista, grupo Mercator, vendido para capital russo; (iv) farmacêutico, Lek, adquirida pelo grupo suíço Novartis/Sandoz; e (v) de eletrodomésticos, a Gorenje, comprada em 2018 pela chinesa Hinsense. Há boa atratividade nas empresas eslovenas, bem organizadas, eficientes e competitivas, bem como interesse de investidores estrangeiros de instalar fábricas no território esloveno.

30. A taxa de investimentos em relação ao PIB sofreu pequenas alterações nos últimos anos: 19,6% em 2014; 19,3% em 2015; 18,7% em 2016; e 19,5% em 2017. Segundo a OCDE, a maior parte do IED provém de Áustria (24%), Luxemburgo (13,7%), Suíça (10,5%) e Alemanha (8,9%). No entanto, a última detém a maioria dos investimentos indiretos na Eslovênia por meio de subsidiárias austríacas, enquanto os Estados Unidos realizam importantes investimentos por intermédio de subsidiárias em Luxemburgo, Suécia, Alemanha e Suíça. Os setores que mais atraem investimentos estrangeiros são manufatura (35,8%), serviços financeiros e de seguros (19,4%), atacado e varejo (17,8%) e imobiliário (6,7%). A Eslovênia registrou, em dezembro de 2018, estoque de IEDs de 15,2 bilhões de euros, acréscimo de 8,2% se comparado a 2017, representando 31% do PIB. O Brasil não tem investimentos neste país nem opera qualquer empresa instalada ou parceria no território esloveno. O inverso é bem diferente, tendo a Eslovênia

escritórios de representação no Brasil, empresas instaladas e em fase de instalação, bem como investimentos de considerável valor, já que vê o mercado brasileiro como amplo e promissor.

ESTADO GERAL DAS RELAÇÕES BILATERAIS

31. A relação entre o Brasil e a Eslovênia tem percorrido trajetória ascendente nos quase trinta anos desde a independência eslovena (25.06.1991), o reconhecimento brasileiro (24.01.1992) e o estabelecimento de relações diplomáticas (21.12.1992). A pauta é convergente em temas centrais de política externa, sem que haja quaisquer irritantes na agenda bilateral. Ao contrário, têm sido predominantes a cooperação e o diálogo franco nos âmbitos bilateral e multilateral e o compartilhamento dos valores do multilateralismo, democracia, estado de direito, meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, estabilidade, segurança e paz.

32. No campo multilateral, têm sido inúmeros os apoios e recorrentes as trocas de votos em candidaturas em organismos internacionais. Para citar apenas os exemplos recentes, estão o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), o Tribunal Internacional para o Direito do Mar (TIDM), a Corte Internacional de Justiça (CIJ), o Comitê Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e a União Postal Universal (UPU). Recordem-se, ainda, o apoio esloveno à candidatura do Brasil à vaga de membro não permanente que ocupou no CSNU durante 2010-2011 e o apoio brasileiro à candidatura eslovena à vaga no mesmo órgão, mandato 2012-2013, além dos votos às candidaturas brasileiras à diretoria-geral da FAO e da OMC, o inestimável empenho conferido ao pleito brasileiro de acessão à OCDE e o respaldo na ratificação do Acordo Birregional de Associação Mercosul-União Europeia. Nos últimos três anos, trabalhou-se permanentemente para desenvolver e consolidar essa coordenação multilateral de mútuo benefício.

33. No âmbito bilateral, além do positivo relacionamento político e expressivo intercâmbio comercial, que são os pilares centrais da relação, a área de defesa tem apresentado avanços significativos. Em agosto de 2017, retomaram-se as negociações dos acordos de "Cooperação em Matéria de Defesa" e de "Troca e Proteção de Informação Classificada".

34. Deve-se ressaltar a estada, em setembro de 2019, do Navio-Escola "Brasil" (NE), pela primeira vez atracado em porto esloveno, por ocasião da XXXIII Viagem de Instrução de

Guardas-Marinhas. Devido ao êxito da iniciativa, a atividade foi programada para repetir-se em 2020, mas teve de ser postergada por causa das restrições sanitárias da pandemia e, em seguida, cancelada em sua trajetória europeia. O posto havia proposto às autoridades brasileiras que se convidasse integrante das Forças Armadas Eslovenas (SAF) para acompanhar parte da viagem. O convite foi expedido às autoridades militares locais, que prontamente destacaram um oficial para a missão. Infelizmente, com o cancelamento da vinda à Europa, a atividade ficou suspensa para o ano próximo, quando as tratativas em torno do convite serão retomadas.

35. Em paralelo, prosseguem os contatos bilaterais para adensar a interlocução sobre a aeronave militar EMBRAER KC-390, após a reunião inicial de apresentação ocorrida no Ministério da Defesa em 28 de março de 2019. Como é do conhecimento, a aeronave militar de produção brasileira tem perfil para transporte de tropas em missões internacionais e cargas em operações de ajuda humanitária, dispositivo de combate a incêndios florestais, evacuação aeromédica, possibilidade de configuração VIP e capacidade de operar pousos e decolagens em pistas curtas e não pavimentadas, entre outras especificações. Há, no momento, um convite formulado pelo governo esloveno para que a EMBRAER apresente proposta técnica e financeira da referida aeronave. O atual contexto é oportuno, já que se planeja a modernização dos equipamentos militares eslovenos, com aporte de recursos adicionais no setor.

36. Ainda na área de defesa, é de mencionar o estabelecimento de 'joint venture' concluída entre a empresa eslovena Arex Defense e fábrica nacional instalada no distrito industrial de Anápolis/GO, para a produção no Brasil de pistolas automáticas REX01. A autorização para a parceria foi emitida em dezembro de 2019 pelo Ministério da Defesa, e são realmente expressivos os investimentos eslovenos para adequação da fábrica, instalação de máquinas e início da produção para o mercado brasileiro.

37. Merecem registro, também, os esforços desenvolvidos pela embaixada na prestação de assistência consular. Além dos serviços rotineiros de atendimento a eslovenos, à comunidade brasileira residente neste país e a brasileiros residentes na região italiana de Friuli-Venezia-Giulia, que se utilizam do atendimento do setor consular nesta capital em razão da proximidade, o cenário de crise sanitária de 2019 foi desafiador, mas os resultados no atendimento aos cidadãos brasileiros foram extremamente auspiciosos. A partir de

março, turistas brasileiros foram surpreendidos com o cancelamento de seus voos de retorno ao Brasil. Profissionais e estudantes brasileiros residentes na Eslovênia foram incentivados pelas autoridades locais a deixarem o país (naquele momento a situação era crítica na Europa e favorável no Brasil), embora as circunstâncias impedissem a repatriação dos brasileiros, tendo até mesmo sido fechado o aeroporto de Liubliana. A embaixada organizou força-tarefa para o levantamento dos nacionais sujeitos às inesperadas condições, bem como dos meios ainda existentes naquela ocasião para garantir a volta segura ao Brasil. Em interlocução e coordenação com autoridades locais, de países vizinhos e com representantes da área consular do Itamaraty, nenhum brasileiro ficou impossibilitado de regressar da Eslovênia.

38. O Brasil é o maior parceiro esloveno na América Latina, com dados eloquentes de comércio e cooperação. Em 2018, alcançou-se o mais elevado patamar do intercâmbio em dez anos, 578 milhões de dólares. No entanto, dados disponíveis dos primeiros nove meses do ano, entre janeiro e setembro, registram US$ 283 milhões e indicam o mesmo nível de 2019, a depender da evolução das economias até o final deste ano. Por meio de estudos setoriais, contatos com empresários e ações de divulgação, a Embaixada tem trabalhado para elevar o perfil da presença comercial brasileira na Eslovênia, sempre procurando diversificar a pauta exportadora brasileira e ressaltar a importância e a grandeza do mercado brasileiro e dos países do Mercosul para produtos eslovenos.

39. Para reforço das atividades do posto, foi criado o Setor de Promoção do Agronegócio e contratou-se empresa para preparação do manual "Como Exportar para a Eslovênia", disponível desde 2019. O Setor de Promoção Comercial e de Investimentos (SECOM) da Embaixada tem-se dedicado a elaborar estudos setoriais de prospecção de oportunidades comerciais para produtos e serviços brasileiros e a monitorar a imprensa em temas de interesse do agronegócio brasileiro. A despeito dos bons resultados comerciais alcançados nos últimos anos, ainda é grande o desconhecimento, por parte dos exportadores no Brasil e na Eslovênia, em relação às potencialidades de ambos os mercados.

40. Além dos avanços na área política, econômica, comercial e de defesa, assuntos referentes à educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação têm registrado iguais progressos. Em relação à ciência e tecnologia, duas importantes frentes estão sendo exploradas. A primeira diz respeito ao acordo em preparação entre a Agência Eslovena de

Pesquisa (ARRS) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para promoção de pesquisa conjunta, troca de conhecimentos e de informações e intercâmbio de cientistas. A segunda, com grande expectativa, refere-se ao seminário sobre inteligência artificial/"startups", que estava sendo organizado para o primeiro semestre de 2020 em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MZZ), o Instituto Jozef Stefan (JSI) e o "International Research Center on Artificial Intelligence" (IRCAI). O seminário propõe intensificar o diálogo, as parcerias e a cooperação científica e tecnológica em tema crucial para o desenvolvimento. Essas iniciativas abrem avenidas para a cooperação em áreas promissoras, estimulando contatos e buscando retomar os níveis de parceria alcançados no passado, quando a dinâmica foi duramente impactada pelas limitações orçamentárias impostas pela crise financeira de 2008.

41. São consistentes os esforços de promoção da cultura brasileira. Por sua sólida formação educacional, os eslovenos têm grande interesse em expressões culturais e artísticas estrangeiras e recebem com entusiasmo as atividades promovidas pelas embaixadas. Para citar apenas exemplos mais recentes, de 2018 e 2019, já que no corrente ano as atividades foram limitadas pela pandemia, os grupos de dança contemporânea brasileira "Anti Status Quo" e "Grupo Corpo" apresentaram-se em Liubliana, com repercussão muito favorável do público e da imprensa. A capital eslovena recebeu, também, o multi-instrumentista Egberto Gismonti, que realizou apresentação em sala lotada na Filarmônica de Liubliana. Ademais, após a bem-sucedida tradução eslovena da obra "História do Brasil", do professor e acadêmico Boris Fausto, a presente gestão focou na tradução da tríade machadiana, a saber, "Memórias Póstumas de Brás Cubas", editado em esloveno no ano de 2018; está em curso a tradução de "Quincas Borba", a ser lançado neste país no início de 2021; e, para completar esse ambicioso projeto, "Dom Casmurro" já tem edição eslovena programada para 2022.

42. O cinema brasileiro igualmente tem atraído a atenção em salas do circuito comercial, no Knodvor ou na Cineteka nacional. A embaixada patrocinou a exibição de "Aquarius", do cineasta Kleber Mendonça Filho; "Querido Embaixador", de Luiz Fernando Goulart; "Vinícius", de Miguel Faria Júnior; "Terra em Transe", de Glauber Rocha; "Tito e os Pássaros", de Gustavo Steinberg; "Benzinho", de Gustavo Pizzi, durante o 29º Festival de Cinema de Liubliana; e, mais recentemente, "Elis", do diretor Hugo Prata, com a trajetória pessoal e profissional de uma das mais importantes intérpretes da

música brasileira, "A Vida Invisível de Eurídice Gusmão", de Karim Aïnouz, e "O Traidor", de Marco Bellochio, ambos incluídos no Festival Internacional de Cinema de Liubliana. Em 2019, o Brasil participou do pavilhão da América Latina na "2ª Art Expo Ljubljana", no Centro de Convenções e Exposições. O evento, realizado pelo AAMI ("Institute Atelje Art Murn International") reuniu obras de 300 expositores, eslovenos e estrangeiros, com patrocínio de empresas. No estande brasileiro, foi exposta a coleção pessoal do chefe do posto, que selecionou 41 obras de artistas modernistas e contemporâneos brasileiros para a mostra.

43. Mencionem-se, ainda, como exemplos da promoção cultural, a participação brasileira na Regata Diplomática 2018 e 2019, tradicional evento do calendário cultural e esportivo esloveno; a presença de artistas plásticos brasileiros no "Art Circle Project 2019", em programa de residência artística que reuniu representantes de 14 países, além de importantes nomes das artes eslovenas; e, mesmo durante a pandemia de 2020, a realização presencial e "online" da exposição da artista paulista Cristina Ravagnani em torno da temática da Amazônia, na cidade de Maribor, e da semana brasileira "Multi-kul-Praktik" na biblioteca Prezihov Voranc, programada para setembro, de modo a coincidir com as comemorações da Data Nacional brasileira.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL

44. Desde os tempos da ex-Iugoslávia, a Eslovênia desenvolveu sua indústria com base em exportações, que ainda hoje representam o principal motor da economia local. Após a independência, o país buscou redirecionar seu comércio exterior, ampliando as vendas para novos mercados europeus, principalmente Alemanha, Áustria e Itália. Em 2019, as exportações eslovenas representaram 84,5% do PIB ou EUR 33,5 bilhões.

45. O intercâmbio comercial bilateral tem crescido de modo consistente. Os saldos são sempre favoráveis ao Brasil, mas as trocas são também do interesse da indústria eslovena, que vende em sua maioria bens com alto valor agregado. Em dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC), as exportações eslovenas para o Brasil assim evoluíram nos últimos anos: US$ 59,2 milhões em 2016; US$ 66,2 milhões em 2017; US$ 74,5 milhões em 2018; e US$ 77 milhões em 2019. De janeiro a setembro de 2020, já somam US$ 56 milhões, ou seja, mantido o mesmo padrão até o final do ano, as importações brasileiras da Eslovênia mantêm-se no alto patamar alcançado em 2019.

46. As exportações brasileiras igualmente têm registrado resultados ascendentes, embora se tenha verificado contração em 2019 e, provavelmente, em 2020. A despeito do tropeço momentâneo, o intercâmbio bilateral caminhou no sentido positivo na última década e atingiu US$ 578 milhões em 2018 (eram US$ 391,2 milhões em 2011). A pauta de produtos brasileiros se concentra em: (i) farelo de soja e outros alimentos para animais (81%); (ii) café em grão (10%); (iii) minério de ferro e seus concentrados (4,1%) e demais produtos da indústria da transformação (3,7%).

47. Do lado das importações, a pauta tem sido equilibrada e diversificada, para citar apenas os dez grupos mais representativos entre outros bens manufaturados: (i) medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (21%); (ii) outros medicamentos, incluindo veterinários (19%); (iii) alumínio (5,3%); (iv) demais produtos da indústria da transformação (4,9%); bombas, centrífugas, compressores de ar, ventiladores, exaustores, aparelhos de filtrar ou depurar e suas partes (3,9%); (v) equipamentos elétricos e não elétricos de uso doméstico (3,2%); (vi) máquinas e aparelhos elétricos (3,1%); (vii) instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (3,1%); (viii) torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes (3%); (ix) fios especiais, tecidos especiais e produtos relacionados (2,8%); e (x) artigos de plástico (2,2%).

48. Membro da União Europeia desde 2004 e com maior PIB 'per capita' entre os antigos integrantes do bloco socialista, a Eslovênia é parceira comercial relevante não somente pelo volume importado do Brasil, como também pela qualidade e tecnologia dos produtos exportados. Não há companhias ou investimentos brasileiros na Eslovênia. Para reverter esse quadro, em junho de 2018, delegação de quase uma centena de empresários e executivos viajou a Liubliana para o "World Company Award" (WOCA 2018), a mais numerosa e expressiva delegação multissetorial brasileira a ter visitado a Eslovênia e cumprido compromissos políticos, econômicos, comerciais e sociais. Como evento central, organizou-se o Fórum Econômico Brasil-Eslovênia, com presença de empresas eslovenas interessadas em contatos e reuniões 'B2B', num esforço intenso para aumentar o patamar de conhecimento mútuo entre os representantes empresariais dos dois países.

49. Nesse mesmo contexto, há de se registrar que o porto de Koper é facilitador do comércio bilateral, além de porta de entrada de produtos brasileiros na Europa central, do leste

e balcânica. De modo a ampliar os negócios entre os dois países, o porto merece atenção dos exportadores brasileiros como opção estratégica para acessar mercados na Áustria, Eslováquia, Hungria, sul da Alemanha e países balcânicos, tendo em conta a sobrecarga dos terminais do norte europeu e mesmo de Trieste. A capacidade logística de Koper tem-se ampliado com a edificação e renovação de armazéns, além da duplicação em curso da linha férrea entre o porto e a cidade de Divaca, que possibilitará, quando a obra estiver concluída em 2025, mais agilidade, segurança e eficiência no processamento e escoamento de produtos.

50. No âmbito dos investimentos, as seguintes empresas eslovenas atuam no Brasil: (i) Tajfun do Brasil Equipamentos Florestais (guinchos florestais e processadores de lenha, com escritório de representação, vendas e pós-vendas em São Paulo/SP); (ii) Hisense Gorenje do Brasil (aparelhos eletrodomésticos de alta tecnologia, com escritório de representação, vendas e pós-vendas em São Paulo/SP); (iii) ROTTO Brasil (subsidiária da ROTO Eslovênia com fábrica de rotomoldagem de polímeros em Guararema/SP); (iv) INEL Brasil Track & Trace (sistemas para impressão, rotulagem, inspeção e verificação na indústria farmacêutica, máquinas para automação na indústria e sistemas para rotulagem de produtos, em São José dos Campos/SP); (v) Arex Defense concluiu 'joint venture' com fábrica brasileira para produção no Brasil da pistola automática REX01, em unidade fabril sendo preparada no distrito industrial de Anápolis/GO; (vi) HYLA do Brasil: sistema de purificação de ar e higienização de interiores, com unidade de distribuição em Cotia/SP; (vii) DEWESoft Brasil Comércio e Importação Ltda: instrumentos de medição e soluções de 'software' e 'hardware' para indústrias automotiva, aeroespacial, de transportes, engenharia civil e energia, com escritório regional em São Paulo/SP; e (viii) BONPET Systems BRASIL: extintores de incêndio de produção eslovena com tecnologia japonesa, com escritório de representação em São Paulo/SP.

3

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

SF/20477.23571-93

PARECER/RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 79, de 2020 (nº 636, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália*.

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

A observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

SF/20477.23571-93

O Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, nascido em 9 de outubro de 1961, em Niterói, Rio de Janeiro, é filho de Irídio Silva e Maria da Penha Albuquerque Silva.

Com significativa formação acadêmica, o indicado iniciou em 1979 o curso de engenharia química na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sem concluí-lo. Em 1985, graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Igualmente possui mestrado em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, na Bélgica.

No Instituto Rio Branco, finalizou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1987 e o Curso de Altos Estudos em 2007, com a seguinte tese: "A Conferência Mundial de Durban e a política externa brasileira".

Durante a carreira diplomática, alçou o cargo de Terceiro-secretário em 1987, Segundo-secretário em 1994, e, por merecimento, de Primeiro-secretário em 2001, Conselheiro em 2005, Ministro de segunda classe em 2008 e Ministro de primeira classe em 2015. Durante esse percurso, exerceu funções na Divisão de Visitas (1988); Divisão da África II (1988-93); Missão junto à CEE, em Bruxelas (1993-96); na Embaixada em Bogotá (1996-99); Divisão de Direitos Humanos (1999-02); Missão junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington (2002-06); Embaixada em Santiago (2006-08); e Divisão de Temas Sociais (2008-12). Desde 2017, é Cônsul-geral no Consulado-Geral em Vancouver.

Ademais, foi chefe de gabinete do presidente do Supremo Tribunal Federal (2012-2014), chefe da assessoria internacional do Superior Tribunal de Justiça (2014-2015), chefe de gabinete do Ministro de Estado da Defesa (2015), assessor especial do Ministro da Casa Civil da Presidência da República (2015-2016) e secretário especial adjunto de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania (2016-2017).

Autor de várias obras, dentre as quais destacamos: "As Nações Unidas e a Luta Internacional do Racismo", de 2011; e "A Consulta Prévia

SF/20477.23571-93

e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho Sobre os Povos Indígenas e Tribais", de 2012.

Além do currículo do diplomata indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Quênia, bem como sobre as Repúblicas de Uganda, da Somália e do Burundi. Constam dos documentos informações acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

O relacionamento bilateral com o Quênia teve início em 1964, um ano após o país africano obter sua independência do Império Britânico e se tornar membro da *Commonwealth*. Em 1967, foi estabelecida missão diplomática em Nairóbi, que foi elevada à Embaixada em 1974. Trata-se de um país estável politicamente, com Constituição democrática atualizada em 2010, e com boa estrutura logística, que auxilia no escoamento da produção de Uganda, Burundi e Ruanda.

O Quênia, por sua vez, abriu embaixada em Brasília no ano de 2006. Nesse período teve início o incremento das relações entre os dois países por meio da realização de comissões mistas bilaterais. No âmbito dessas iniciativas, foram celebrados acordos nas áreas de saúde (ações de combate à AIDS e programas de prevenção e controle da malária) e de cooperação técnica (capacitação de órgãos quenianos em matéria de prevenção e combate de incêndios).

O Quênia abriga vários escritórios de agências internacionais e sedia o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT). É, portanto, peça chave para a diplomacia na região dos grandes lagos.

Nova e mais profícua etapa do entendimento entre os dois países, no entanto, deu-se a partir da viagem do então Presidente Lula a Nairóbi em 2010. A primeira visita de Chefe de Estado brasileiro ao Quênia

SF/20477.23571-93

representou forte incentivo ao relacionamento Brasil/Quênia. Dessa viagem, resultou a celebração de vários acordos em diferentes domínios, bem como estreitamento da cooperação nas áreas de saúde, de políticas sociais, educação, meio ambiente e agricultura. Desde então, intensificaram-se visitas de delegações quenianas ao Brasil.

Do ponto de vista parlamentar, missões quenianas visitaram o Brasil em outubro de 2019 e em março de 2020, interessadas em descentralização administrativa, gerenciamento de desastres, eleições por voto eletrônico, combate à corrupção e temas agrícolas.

Do ponto de vista de cooperação, atualmente vigora o Projeto "Cotton-Victoria", com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva do algodão na África Oriental, que inclui também o Burundi e a Tanzânia. Além disso, há o projeto bilateral "Apoio ao aumento da produção e do consumo doméstico de mandioca", a visar ao desenvolvimento da cultura da mandioca no Quênia, em parceria com a Fundação Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR). Na área educacional, em maio de 2018 foi inaugurada a estratégia para alimentação escolar no Quênia, além de ser este país um dos mais beneficiados no continente africano pelo Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), a fim de ofertar a possibilidade de estudo superior no Brasil.

Esse contexto é tanto mais favorável quanto mais se tem em conta que o Quênia possui a maior e mais diversificada economia da África Oriental. Essa região tem figurado, nos últimos anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano.

O comércio bilateral havia crescido mais de 300%, ao passar de US$ 9 milhões (2000) para US$ 290 milhões (2012), mas sofreu queda e, em 2019, baixou a patamar de US$ 58,2 milhões. As importações seguiram em mesmo patamar, o de US$ 1,3 milhão em 2019 (em comparação com US$ 1,4 milhão em 2012). Foram nossas exportações que baixaram, em razão de ter findado o pagamento pela compra de nossas aeronaves da Embraer pela Kenyan Airways. Atualmente, nossa pauta exportadora é dominada por máquinas mecânicas, automóveis, papéis e plásticos.

SF/20477.23571-93

De acordo com o Relatório de gestão do Embaixador brasileiro Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, podem ser adensados o relacionamento com o Quênia da seguinte forma:

(a) colaboração no domínio de defesa e vigilância de fronteiras, com registro dos bons resultados dos cursos, realizados em Nairóbi, de gerenciamento de projetos de engenharia no contexto de operações de paz, em 2018 e 2019;

(b) cooperação no campo dos esportes, em que existe tanto o interesse queniano na expertise brasileira no futebol, como do Brasil no talento queniano no atletismo e corrida de fundo (com centro de excelência e de treinamento estabelecido na cidade de Eldoret);

(c) possibilidade de retomar a cooperação em áreas em que já se empreenderam iniciativas, como na área ambiental, na qual o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em visita ao Quênia, trocou experiências sobre gestão de parques e unidades de conservação com autoridades locais; e

(d) cooperação entre academias diplomáticas, que poderia assumir a forma de videoconferências, videocursos, palestras e seminários. Registre-se, nesse ponto, a participação, pela primeira vez na história do relacionamento bilateral, de um diplomata queniano, o terceiro secretário Robert Tasekwa, no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, na qualidade de bolsista.

No tocante às Repúblicas de Ruanda, Uganda, Somália e do Burundi o relacionamento é menos dinâmico. Tanto do ponto de vista das trocas comerciais quanto da cooperação técnica os desafios continuam significativos. O Brasil tem, assim, campo expressivo para a ampliação das relações com essas Repúblicas. A partir de Nairóbi, o desenvolvimento do intercâmbio com esses países pode e deve se dar.

Convém registrar, ainda, que o setor consular da Embaixada em Nairóbi presta apoio à comunidade de brasileiros, estimada em cerca de 300

SF/20477.23571-93

pessoas no âmbito de sua jurisdição (Quênia, Ruanda, Uganda, Somália e Burundi).

Ruanda é um país marcado ainda pelo genocídio de 1994, entre a etnia hutu e a tutsi, em que foram vitimados de 500 a 800 mil pessoas de origem tutsi ou de hutus moderados.

O Governo de Paul Kagame busca e de certa forma tem êxito na reconciliação nacional e na recuperação econômica, com controle inflacionário.

As relações bilaterais com o Brasil são incipientes, com algumas iniciativas na área de agricultura e segurança alimentar, ou apoio brasileiro a ajuda humanitária ao campo de refugiados de Kigeme em Ruanda ou de aquisição de equipamentos médicos para combater a epidemia do coronavírus.

Contudo, o futuro pode ser promissor, pois é um mercado que se abre, o que já foi aproveitado por algumas empresas brasileiras, como a de produtos eletrônicos Positivo BGH, instalada em Kigali para produzir computadores portáteis, a serem fornecidos a órgãos governamentais.

Uganda também tem sido marcada por conflitos armados, além de instabilidades políticas. Atualmente, o Presidente Yoweri Museveni, de 76 anos, que está há 36 anos no poder, tenta se manter à custa de repressão. O candidato opositor, Bobi Winer (Robert Kyagulanyi) foi preso acusado por promover aglomeração em momento de pandemia, quando estava em ato de campanha. Em protesto contra essa prisão, cerca de 40 pessoas foram mortas. Após essas manifestações, o candidato foi solto após pagar fiança. As eleições serão dia 14 de janeiro do próximo ano.

O Brasil não mantém projetos bilaterais de cooperação com esse país, em que pese iniciativas passadas com atividades isoladas nas áreas de biocombustíveis, segurança alimentar, desenvolvimento social e esportes.

SF/20477.23571-93

Do ponto de vista econômico, há certa estabilidade macroeconômica, mas o intercambio atual é baixo, sendo nossas exportações basicamente de máquinas mecânicas e veículos automóveis.

Já Burundi é um pequeno país presidencialista, de maioria cristã, e independente desde 1962. Apesar de ter enfrentado guerra civil por dez anos (1993-2003), hoje mantém estabilidade.

Burundi abriu embaixada em Brasília em 2012 e com esse país mantemos vários projetos de cooperação, tais como os atrelados à saúde (combate ao HIV/AIDS), à energia (biocombustíveis), ao esporte (capacitação em futebol) e à segurança alimentar (doação de alimentos ealimentação escolar).

Contudo, o relacionamento comercial é praticamente inexistente.

Por fim, a Somália, País praticamente formado por adeptos do islamismo sunita (a religião oficial), é uma república federal parlamentarista. Sua formação deriva da independência em 1960 de uma parte colonizada por britânicos e outra por italianos.

É um país que ainda sofre com grupos de aspirações autonomistas, piratas e terroristas, como o al-Shabaab. Contudo, desde 2012 houve avanços no processo de paz.

O Brasil tem feito igualmente ajuda humanitária a esse País nos últimos anos, a incluir aquela para combater o coronavírus, mas não possui cooperação de caráter estruturante. Além disso, nosso comércio bilateral é pequeno e não há registro de investimento brasileiro na Somália.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

SF/20477.23571-93

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2020

(nº 636/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 636

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

Os méritos do Senhor **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de outubro de 2020.

EM nº 00202/2020 MRE

Brasília, 20 de Outubro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.005907/2020-15

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 671/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 29 de outubro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Ruanda, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 29/10/2020, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2198751** e o código CRC **F378C171** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005907/2020-15 SEI nº 2198751

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA*
CPF.: 708.735.347-00
ID.: 14500 MRE

1961	Filho de Irídio Silva e Maria da Penha Albuquerque Silva, nasce em 9 de outubro em Niterói, Rio de Janeiro
Dados Acadêmicos:	
1980	Curso da Escola de Formação de Oficiais de Reserva da Marinha - EFORM
1980	Curso de Engenharia Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro
1985	Graduação em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
1987	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco
1995	Mestrado em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica
2007	Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, "A Conferência Mundial de Durban e a política externa brasileira
Cargos:	
1987	Terceiro-secretário
1994	Segundo-secretário
2001	Primeiro-secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de segunda classe, por merecimento
2015	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1988	Divisão de Visitas
1988-93	Divisão da África II, assistente e assessor
1993-96	Missão junto à CEE, Bruxelas, terceiro e segundo-secretário
1996-99	Embaixada em Bogotá, segundo-secretário
1999-2002	Divisão de Direitos Humanos, assessor
2002-06	Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Washington, primeiro-secretário e conselheiro
2006-08	Embaixada em Santiago, conselheiro e ministro de segunda classe
2008-2012	Divisão de Temas Sociais, chefe
2012-2014	Supremo Tribunal Federal, chefe de gabinete do presidente
2014-2015	Superior Tribunal de Justiça, chefe da assessoria internacional
2015	Ministério da Defesa, chefe de gabinete do Ministro de Estado
2015-2016	Casa Civil da Presidência da República, assessor especial do Ministro de Estado - Assuntos Internacionais
2016-2017	Ministério da Justiça e Cidadania, secretário especial adjunto de Direitos Humanos
2017-	Consulado-Geral em Vancouver, cônsul-geral
Obras:	
2011	"As Nações Unidas e a Luta Internacional do Racismo", Fundação Alexandre de Gusmão, Segunda Edição.
2012	"A Consulta Prévia e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho Sobre os Povos Indígenas e Tribais", Editora Thesaurus e Fundação Alexandre de Gusmão
2013	"O Itamaraty e o Ano Internacional dos Afrodescentes: Um Olhar Sobre o Discurso Externo Acerca da

	Questão Racial", in Igualdade Racial no Brasil, org. Tatiana Silva e Fernanda Goes, Ipea
2015	O Topo da Montanha", Katori Hall, Peça Teatral, Tradução, (prelo).
2017	"Fazenda Brasil Verde: aspectos relevantes da sentença para o fortalecimento do combate ao trabalho escravo no Brasil". In "Trabalho Escravo: Condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Brasil Verde". Conatrae. Ministério dos Direitos Humanos.
2017	"Política externa e participação social: trajetória e perspectivas", de Vanessa Dolce de Faria. Autor do Prefácio. Brasília. FUNAG.
	Traduções:
2015	"O Topo da Montanha", Katori Hall, peça teatral, tradução (mimeo), montagem em cartaz no teatro FAAP, em São Paulo, com estreia em 9/10/2015, produção/atuação de Lázaro Ramos e Taís Araújo.
2017	"A Verdade", Florian Zeller, peça teatral, tradução (mimeo), montagem em cartaz no teatro Maison de France, no Rio de Janeiro, com estreia em 15/03/2019, produção/atuação de Diogo Vilela e direção de Marcus Alvisi.
2019	"Ricardo II", William Shakespeare, peça teatral, tradução (mimeo), a ser montada e dirigida por Marcus Alvisi (2020/2021)
2020	"Comentários Gerais dos Comitês dos Tratados de Direitos Humanos da ONU - Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial", tradução para a língua portuguesa. Coord. André de Carvalho Ramos. Núcleo de Estudos Internacionais. Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Primeira Edição. Autor do Prefácio. USP.
Condecorações	
2010	Ordem do Rio Branco, Grande Oficial
2015	Ordem do Mérito da Defesa, Grã-Cruz
2015	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2015	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2015	Medalha Marechal Cordeiro de Farias, Escola Superior de Guerra
2015	Medalha Santos Dumont, Aeronáutica
2015	Medalha do Pacificador, Exército,
2015	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2015	Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha
2016	Ordem do Mérito Militar, Exército, Comendador

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO QUÊNIA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
2020

DADOS BÁSICOS SOBRE QUÊNIA

NOME OFICIAL	República do Quênia
GENTÍLICO	Queniano, queniana
CAPITAL	Nairóbi
ÁREA	582 650 km²
POPULAÇÃO (CIA, 2018)	48 397 527 habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e Suaíli
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos 83% (protestantes 47,7%, católicos 23,5%); Muçulmanos 11,2%; Tradicionais 1,7%
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Senado com 67 assentos em mandatos de 5 anos, e Assembleia Nacional com 349 assentos em mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO	Uhuru Kenyatta (desde 2013)
CHANCELER	Raychelle Omamo (desde janeiro de 2020)
PIB NOMINAL (FMI, 2019)	US$ 98,61 bilhões
PIB PPP (FMI, 2019)	US$ 191,26 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2019)	5,6% (2019); 6,0% (2018); 4,8% (2017); 5,8% (2016); 5,7% (2015);
PIB PER CAPITA (FMI, 2019)	US$ 2 000,00
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2019)	US$ 3 870,00
IDH (PNUD, 2018)	0,579 (147º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	66,3 anos (PNUD, 2018)
ALFABETIZAÇÃO	78% (CIA, 2019)
DESEMPREGO	9,3% (PNUD, 2018)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim queniano (USD 1 = KES 101,07)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Isaac John Ochieng (encarregado de negócios, desde 2016)
EMBAIXADOR EM NAIRÓBI	Fernando E. Lins de S. Coimbra (desde 2018)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – FONTE: MDIC									
BRASIL ➔ QUÊNIA	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan-ago)**
Intercâmbio	**290,6**	**243,7**	**57,8**	**62,4**	**59,5**	**170,9**	**77,3**	**58,2**	**30,1**
Exportações	289,3	242,3	56,0	60,6	58,9	169,5	75,7	56,9	29,4
Importações	1,4	1,3	1,8	1,8	0,6	1,3	1,6	1,3	0,7
Saldo	287,9	241,0	54,2	58,8	58,3	74,1	122,5	55,6	28

APRESENTAÇÃO

A República do Quênia está localizada na África Oriental, limitada ao norte pelo Sudão do Sul e pela Etiópia, ao leste pela Somália e pelo Oceano Índico, ao sul pela Tanzânia e ao oeste por Uganda. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve independência em 1963, quando se tornou membro da *Commonwealth*. No ano seguinte, foi constituída a República do Quênia. A população queniana é estimada em mais de 48 milhões de habitantes.

País estável politicamente, o Quênia registrou importantes conquistas democráticas nos últimos anos, como a aprovação de nova Constituição, em 2010, e a realização de eleições gerais, em 2013 e 2017, ambas vencidas por Uhuru Kenyatta. O país possui, também, a maior economia da África Oriental, região que tem figurado, nos últimos dez anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano. Além disso, o Quênia concentra, em seu território, as principais infraestruturas de transportes da região, essenciais ao escoamento da produção de países menores, sobretudo Burundi, Ruanda e Uganda, por não terem acesso ao mar.

No plano político, o Quênia constitui ator importante para a promoção da paz e da segurança regionais, com atuação na Somália e no Sudão do Sul e participação ativa nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), organização regional do Chifre da África. No plano multilateral, Nairóbi projeta-se, ao lado de Adis Abeba, como importante polo diplomático no continente africano. O país é sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), além de abrigar importantes escritórios regionais das agências ligadas ao sistema das Nações Unidas. Em dezembro de 2015, o Quênia sediou a décima conferência ministerial da OMC, primeira reunião ministerial daquela organização no continente africano. O Quênia desempenha, ainda, importante papel na União Africana (UA).

PERFIS BIOGRÁFICOS

UHURU KENYATTA
Presidente da República

Uhuru Muigai Kenyatta nasceu em 26 de outubro de 1961. É filho de Jomo Kenyatta, o primeiro presidente da República do Quênia, e de sua quarta esposa, Ngina Kenyatta. Estudou Economia, Ciências Políticas e Estudos Governamentais na faculdade Amherst, nos Estados Unidos. Depois de formar-se, retornou ao Quênia, onde fundou a empresa agrícola Wilham Kenya Limited. Em 2001, foi nomeado pelo então presidente Daniel Arap Moi para ocupar assento no Parlamento. Posteriormente, exerceu cargo de ministro de Governos Locais, durante o mandato do ex-presidente Moi. Com o apoio de Moi, candidatou-se à Presidência em 2002. Foi derrotado por Mwai Kibaki e tornou-se líder da oposição no Parlamento.

Em 2007, apoiou Kibaki em sua reeleição, e tornou-se vice-primeiro-ministro e ministro do Comércio, em 2008. Exerceu o cargo de ministro das Finanças entre 2009 e 2012, mas entregou o cargo em 2007. Foi eleito presidente da República do Quênia nas eleições de 2013 e reeleito em 2017.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Quênia estabeleceram relações diplomáticas em 1964, meses após a independência daquele país, em dezembro de 1963. Em 1967, foi aberta missão diplomática brasileira em Nairóbi, elevada à categoria de Embaixada em 1974. A partir da década de 2000, as relações com o Quênia tomaram impulso renovado. Em 2005, o então ministro Celso Amorim realizou a primeira visita de um chanceler brasileiro a Nairóbi em mais de 30 anos. Naquele mesmo ano, realizou-se a I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília, e, no ano seguinte, o Quênia abriu Embaixada residente no Brasil. Em agosto de 2008, foi realizada a II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi.

A jurisdição da embaixada do Brasil em Nairóbi inclui ainda o Burundi, Ruanda, Somália e Uganda. Nesse sentido, o Quênia é parceiro-chave para a consolidação da presença diplomática brasileira na região dos Grandes Lagos, onde se situam, entre outros, Burundi, Ruanda e Uganda, uma das últimas fronteiras da política externa brasileira no continente africano.

A visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nairóbi, em julho de 2010, a primeira de um chefe de Estado brasileiro ao Quênia, imprimiu dinamismo ao relacionamento bilateral. Como resultados da visita, observaram-se o aumento e a diversificação do intercâmbio comercial, que passou a incluir bens de alto valor agregado (máquinas agrícolas e aeronaves). A cooperação entre os dois países igualmente diversificou-se, abrangendo domínios importantes para o desenvolvimento queniano, como agricultura, educação, saúde e meio ambiente.

Apesar do bom momento por que tem passado o relacionamento nos últimos dez anos, há espaço para a ampliação da presença brasileira no Quênia. Desde que assumiu a Presidência, em abril de 2013, o presidente Uhuru Kenyatta tem concedido especial atenção ao relacionamento com grandes países emergentes, vistos como parceiros importantes para o desenvolvimento do país africano.

Há especial interesse queniano em contar com crescente presença brasileira nas áreas agrícola e de infraestrutura. Por sua vez, o setor empresarial brasileiro tem manifestado interesse por setores do mercado queniano como o de equipamentos agrícolas e o de informática (fabricação

de placas-mãe e outros componentes).

Em maio de 2013, em encontro mantido à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da União Africana, em Adis Abeba, a então presidente Dilma Rousseff formulou convite para a visita do presidente Uhuru Kenyatta ao Brasil. Dificuldades de agenda impediram que a visita se realizasse. Em agosto de 2016, o vice-presidente do Quênia, William Ruto, visitou o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Em abril de 2018, foi realizada Reunião de Consultas Políticas em Nairóbi, por ocasião da visita do então Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, que manteve encontro com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Macharia Kamau. Menos de dois meses depois, em junho de 2018, o Secretário para Assuntos Políticos e Diplomáticos do Quênia, Embaixador Tom Amolo, visitou Brasília para dar seguimento aos temas tratados durante as consultas políticas, em claro sinal de interesse queniano em conferir novo impulso às relações bilaterais. Como resultado dessas iniciativas, foram observados avanços no relacionamento, como a participação de diplomata queniano em cursos do Instituto Rio Branco, durante o ano letivo de 2019, e o recebimento de reação queniana à proposta brasileira de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI), apresentada em 2015.

Em 25 de julho de 2019, a então Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, visitou o Quênia, quando discutiu cooperação e apoio técnico às iniciativas do Ministério Público brasileiro em matéria ambiental, especificamente no que se refere à proteção das nascentes de água e à poluição dos oceanos por plásticos. Em Nairóbi, reuniu-se com as Diretoras-Executivas do PNUMA e do UN-Habitat, bem como com o Diretor do Ministério Público queniano. Em retribuição, este último, atendendo a convite da PGR brasileira, visitou o Brasil entre 9 e 13 de setembro, acompanhado de delegação. As procuradorias dos países iniciaram negociações para o estabelecimento de cooperação interinstitucional na área de combate à corrupção.

Missão parlamentar queniana visitou o Brasil entre 5 e 12 de outubro de 2019, com objetivo de conhecer a experiência brasileira em descentralização administrativa, gerenciamento de desastres, eleições por voto eletrônico e combate à corrupção. A delegação dirigiu-se, primeiramente, a Minas Gerais, onde se reuniu com o Corpo de Bombeiros da cidade de Brumadinho e com autoridades estaduais em Belo Horizonte.

Em Brasília, visitaram o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD). No Senado Federal, mantiveram reuniões com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e com a Comissão de Direitos Humanos (CDH); na Câmara dos Deputados, com a Comissão Temporária sobre Brumadinho e com o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Quênia. Além disso, visitaram o TSE, para conhecer melhor os procedimentos eleitorais brasileiros, bem como a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

Em março de 2020, nova missão parlamentar queniana realizou visita ao Brasil, desta vez interessada em temas agrícolas. A missão do Quênia foi chefiada pelo senador Njeru Ndwiga, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Pesca do Senado queniano e ex-ministro do Desenvolvimento das Cooperativas no governo Kibaki (2006-2007). O objetivo da visita foi conhecer aspectos regulatórios e econômicos do setor agropecuário no Brasil, bem como políticas públicas e tecnologias do setor que eventualmente possam ser replicadas pelos condados no Quênia. Os senadores quenianos mantiveram encontros na Câmara dos Deputados (Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Quênia) e no Senado Federal (Comissões de Relações Exteriores e de Agricultura).

Cooperação bilateral

O histórico do programa de cooperação com o Quênia remonta à assinatura do Acordo de Cooperação Técnica bilateral, em 1973. Nos últimos anos, os projetos bilaterais de cooperação técnica têm privilegiado a promoção do desenvolvimento, com foco nas áreas de saúde, segurança alimentar, educação, meio ambiente e, sobretudo, agricultura. Outras atividades de cooperação incluíram áreas como esporte, meio ambiente, eleições, energia e capacitação de militares.

Os projetos de cooperação técnica atualmente em execução contemplam a área de agricultura. O Projeto “Cotton-Victoria” tem por objetivo o fortalecimento da cadeia produtiva do algodão na África Oriental. Esse projeto de cooperação, além do Quênia, beneficia também o Burundi e a Tanzânia. Realizado em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o "Cotton Victoria" integra esforço do governo brasileiro para a aplicação dos recursos alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão no financiamento de iniciativas de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras no cultivo do algodão a países da

África tradicionalmente produtores dessa cultura. Em complementaridade ao “Cotton-Victoria” está sendo desenvolvido o projeto “Alternativas de escoamento dos subprodutos do algodão e culturas acessórias”, cujo objetivo é apoiar pequenos produtores de algodão e instituições públicas no escoamento da produção dos subprodutos do algodão (óleo, torta, etc.) e de produtos advindos da produção consorciada de algodão (milho, sorgo, feijão etc.), com vistas a contribuir para o aumento de renda dos pequenos produtores e para sua segurança alimentar e nutricional. Trata-se de um projeto trilateral envolvendo o Brasil e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), realizado em parceria com o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Por fim, o projeto bilateral “Apoio ao aumento da produção e do consumo doméstico de mandioca” visa ao desenvolvimento da cultura da mandioca no Quênia e é executado em parceria com o Fundação Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR).

Em maio de 2018, foi lançada estratégia nacional para alimentação escolar do Quênia 2017-2022, como resultado de projeto de cooperação com o Centro de Excelência do PMA. Há interesse queniano em estreitar a cooperação com o Brasil na área do desenvolvimento social, tendo em vista o caráter prioritário de temas como segurança alimentar e acesso a saúde pública e moradia na "Big 4 Agenda" do governo queniano.

Quanto à cooperação educacional, o Quênia está entre os principais beneficiados no continente africano do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), o qual visa a oferecer oportunidades de formação superior no Brasil a cidadãos de países em desenvolvimento. Mais de oitenta estudantes quenianos já participaram do programa.

Em 2019, diplomata queniano participou de curso de formação no Instituto Rio Branco, primeira iniciativa de cooperação entre as Academias Diplomáticas dos dois países.

Ajuda humanitária

Em 2012, o Brasil, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), doou 10 mil toneladas de mantimentos ao Quênia, destinadas a refugiados abrigados em campos de acolhimento naquele país.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Quênia apresentou crescimento exponencial nos últimos anos, tendo passado de US$ 9 milhões, em 2000, para o recorde de US$ 290 milhões, em 2012. A pauta de exportações brasileiras ao país tem sido caracterizada pela presença significativa de produtos de alto valor agregado, como aeronaves, motores e máquinas agrícolas. Em 2011, a Kenyan Airways tornou-se uma das principais clientes da Embraer na África, ao adquirir 15 aeronaves E-Jet. Nos três anos seguintes, por conta das vendas de aeronaves, as exportações brasileiras mantiveram-se em torno de US$ 250 milhões. Após expressiva queda no intercâmbio comercial entre 2014 e 2016, registrou-se crescimento em 2017 (65,3%, em relação ao ano anterior), seguido, porém, de nova e expressiva queda, de 54,7% em 2018 (MDIC). Em 2019, registrou-se nova diminuição da corrente de comércio, da ordem de 24,3%.

O amplo potencial das relações econômico-comerciais entre Brasil e Quênia permanece subexplorado. Em 2018, o Quênia foi o 15º principal destino das exportações brasileiras para a África (US$ 75,66 milhões). Os cinco principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, em 2019, foram máquinas mecânicas (31,4%), automóveis (18%), papel e cartão (8,3%), plásticos (6,4%) e máquinas elétricas (5%). No mesmo período, os cinco principais grupos de produtos importados do Quênia foram preparações alimentícias (30%), máquinas mecânicas (13,1%), vestuário de malha (10,8%), produtos de origem animal (10%) e extratos tanantes e tintoriais (8,5%).

O país africano oferece grandes oportunidades para a redinamização do comércio e dos investimentos bilaterais, voltados tanto para o mercado queniano como para o de outros países da África Oriental. O grupo Positivo-BGH forneceu *laptops* a escolas públicas quenianas, bem como equipamentos e *software* para realização do Censo de 2019. Atualmente, a *joint-venture* brasileiro-argentina está em fase final de negociação para instalar fábrica de "placas-mãe" no país e de transferir sua sede regional de Ruanda para o Quênia. Desde 2015, o grupo opera unidade de produção em Ruanda, de onde vem realizando suas exportações para o Quênia. Há também a perspectiva de participação de empresas brasileiras na área de infraestrutura em obras viárias e de saneamento em Nairóbi.

O Quênia constitui importante destino para máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros. Os equipamentos agrícolas brasileiros são sinônimo de produtos de qualidade, ocupando esse nicho no mercado queniano.

Outros setores com potencial de ampliação de exportações brasileiras são: equipamentos médicos e produtos farmacêuticos, alimentos (frango, açúcar, soja), turismo, infraestrutura, defesa, cosméticos, têxteis, máquinas industriais, mineração e tecnologia da informação.

Produtos de empresas com capital brasileiro têm presença no mercado queniano, com destaque para as áreas de veículos pesados, facas, talheres, ferramentas agrícolas e de jardinagem, café solúvel, biscoitos e máquinas e implementos agrícolas. Há também empresas de propriedade de brasileiros com atuação no Quênia.

O projeto do presidente queniano, chamado de "Big 4 Agenda", com pilares em áreas em que o Brasil apresenta excelência (como segurança alimentar e moradia), abre potencial para o estabelecimentos de novas áreas de cooperação e de participação de empresas brasileiras. O programa econômico do segundo mandato do presidente Kenyatta (2017-2022) dará ênfase ao fomento da atividade manufatureira, à implementação de programa de moradia de baixo custo, ao fortalecimento da segurança alimentar do Quênia e à universalização do acesso de saúde pública.

Temas consulares

O setor consular da Embaixada do Brasil em Nairóbi presta o apoio necessário à comunidade brasileira no Quênia e nos outros países da jurisdição do posto (Burundi, Ruanda, Uganda e Somália), estimada em cerca de 300 pessoas.

POLÍTICA INTERNA

Desde sua independência, em 1963, o Quênia tem-se distinguido por sua estabilidade. Até o início da década de 2000, esteve no poder coalizão formada por Jomo Kenyatta, primeiro presidente do país (1964-1978). Kenyatta foi substituído por seu vice-presidente, Daniel Arap Moi, que governou o país entre 1978 e 2002.

Primeiro candidato da oposição a triunfar em um pleito presidencial desde a independência queniana, Mwai Kibaki expressou em sua campanha eleitoral, em 2002, compromisso com a realização de reforma constitucional. Kibaki foi reeleito em 2007 e formou governo de coalizão

em 2008, tendo Raila Odinga como primeiro-ministro. Em 2010, adotou-se, após referendo, nova constituição. Em 2013, o cargo de primeiro-ministro foi extinto.

Filho de Jomo Kenyatta, Uhuru Kenyatta foi eleito em 2013 como o quarto presidente do Quênia. Durante seu governo, o grupo extremista somali Al-Shabab realizou atentados terroristas de grandes proporções no país, em retaliação pelo envolvimento de tropas quenianas na Missão da União Africana na Somália (AMISOM).

Tema prioritário do atual governo, a promoção de uma "agenda de desenvolvimento" resultou, nos últimos anos, na construção de estradas e de escolas, bem como na expansão da rede elétrica pelo território, além da construção, em estágio avançado, da nova ferrovia de bitola padrão, entre Mombaça e Nairóbi.

Eleições gerais de 2017

Em 2017 foram realizadas eleições gerais no país. O processo eleitoral, que conduziu à reeleição do presidente Kenyatta, transcorreu de modo pacífico. Após apresentação de recurso pelo principal candidato da oposição, Raila Odinga, a Suprema Corte anulou os resultados das eleições presidenciais ocorridas em 8 de agosto de 2017 e determinou a realização de novas eleições para presidente em um prazo de 60 dias. Após a realização de novo pleito, em 26 de outubro de 2017, a reeleição de Kenyatta foi confirmada por 54% dos votos e validada pela Suprema Corte. Em 9 de março de 2018, o presidente Uhuru Kenyatta e o líder oposicionista Raila Odinga mantiveram encontro de reconciliação (chamado pelos meios de imprensa locais de *handshake*), em que se comprometeram a trabalhar pela unificação do país.

Publicou-se documento intitulado *Building bridges to a new Kenyan nation*, que aponta áreas que demandarão enfoque específico, como inclusividade, descentralização administrativa (*devolution*), segurança, prosperidade compartilhada e direitos e responsabilidades. O projeto que derivou do referido texto passou a ser conhecido como a *Building Bridges Initiative (BBI)*.

A "Big 4 Agenda" constitui o principal programa de governo do segundo mandato Kenyatta. São previstas metas a serem concretizadas em cinco anos, como a universalização do acesso à saúde pública, a expansão do setor manufatureiro para 15% do PIB, a implementação de programa de

acesso à moradia de baixo custo para 500 mil novos proprietários e o fortalecimento da segurança alimentar. Além disso, a administração do segundo governo Kenyatta tem enfatizado que será dada continuidade aos investimentos em grandes obras de infraestrutura, bem como será ampliada a descentralização administrativa (*devolution*) iniciada em 2010.

O combate à corrupção também se tornou uma das prioridades do governo Kenyatta desde 2019.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa queniana tem sido tradicionalmente orientada pelos interesses geopolíticos do país em seu entorno regional, pela atração de investimentos e pela integração regional.

No âmbito regional, a situação na Somália é de interesse prioritário para o Quênia, em função de contingente expressivo de nacionais quenianos etnicamente somalis, do fluxo de refugiados somalianos e da ação de grupos extremistas somalianos em território queniano. Ataques terroristas no Quênia, em 2011, levaram o país a agir militarmente na Somália, para combater o Al-Shabaab. No ano seguinte, as tropas quenianas no país vizinho foram integradas à Missão da União Africana na Somália (AMISOM).

Em 2012, sob liderança queniana, tropas da AMISOM e do Exército somaliano entraram na cidade portuária de Kismayo, uma das principais bases do grupo extremista somaliano Al-Shabaab. Em represália, o grupo intensificou os ataques terroristas em território queniano a partir de 2013, com destaque para o atentado ao centro comercial Westgate, em Nairóbi, em setembro de 2013, que vitimou 67 pessoas, e o ataque à Universidade de Garissa, em março de 2015, com 147 vítimas.

O Quênia também teve envolvimento ativo na mediação do conflito civil no Sudão do Sul, por meio da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), organização regional que congrega, além do Quênia, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda. O engajamento queniano na região remonta ainda ao período da Segunda Guerra Civil Sudanesa. Nairóbi, juntamente com outros parceiros da IGAD, mediou o Acordo Abrangente de Paz (AAP), que pôs fim ao conflito entre o norte e o sul do Sudão e abriu caminho para a criação do

Sudão do Sul, em 2011.

Quanto à integração regional, o Quênia participa, juntamente com Burundi, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda, da Comunidade da África Oriental (EAC). O aprofundamento da integração no seio da EAC é de vital importância para o Quênia, uma vez que cerca de 23% das exportações quenianas são destinadas aos países do bloco. Com população estimada em mais de 150 milhões de pessoas e PIB de cerca de US$ 146 bilhões em 2016, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010, mas há grande número de exceções à tarifa comum e à livre circulação de bens. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024.

Para além de sua atuação regional, o Quênia mantém, tradicionalmente, boas relações com as principais potências ocidentais. O combate ao terrorismo tem sido importante vertente do relacionamento com os Estados Unidos, parceiro no treinamento de militares quenianos e no fornecimento de equipamentos de defesa ao país. Em julho de 2015, o Presidente Barack Obama, filho de queniano, realizou histórica visita ao Quênia. Tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado norte-americano ao país. Além das boas relações com os EUA, destaca-se, ademais, o relacionamento com o Reino Unido, antiga potência colonial.

Desde o início da década de 2000, o Quênia tem buscado ampliar suas parcerias com grandes países emergentes, em especial China e Índia. Os dois países constituem, atualmente, os principais parceiros comerciais quenianos. A China projeta-se, ademais, como a principal origem de investimento estrangeiro no Quênia.

O Quênia também tem procurado posicionar-se como plataforma para atração de investimentos para o continente e logrou sediar grandes conferências internacionais, como a 10ª Ministerial da OMC, a 14ª UNCTAD, a VI Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (VI TICAD) e a terceira edição da Cúpula "One Planet". Desde 2015, o país também recebeu sequência significativa de visitas de alto nível, entre as quais a do Papa Francisco e de chefes de Estado e de governo dos EUA, Índia, Turquia, Israel, África do Sul, Coreia do Sul, Japão (este, à margem da VI TICAD) e da França (à margem da Cúpula "One Planet").

O Quênia logrou alcançar um de seus principais objetivos recentes de

política externa, qual seja, o de garantir a eleição do país a assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o mandato 2021-2022.

Em julho de 2020, o Quênia anunciou a candidatura da ex-chanceler Amina Mohamed ao cargo de diretor-geral da OMC, em substituição ao embaixador Roberto Azevêdo.

ECONOMIA

O Quênia possui a maior e mais diversificada economia da África Oriental, região que tem figurado, nos últimos 10 anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano. Outros países menores da região dos Grandes Lagos (sobretudo Burundi, Ruanda e Uganda) têm suas principais infraestruturas de transportes ligadas ao Quênia e, por não terem acesso ao mar, escoam a maior parte de suas exportações por portos quenianos.

A economia queniana tem apresentado rápida expansão. A despeito da conjuntura econômica desfavorável no plano internacional, o Quênia apresentou média anual de crescimento do PIB de cerca de 5,5% nos últimos 8 anos. Em 2019, o crescimento do PIB foi de 5,6%.

Nos últimos anos, o Quênia tem passado por acelerado processo de urbanização. O setor agrícola, embora represente 34,2% do PIB, emprega ainda cerca de 70% da mão de obra. Há, contudo, uma crescente classe média urbana atuando no setor industrial (16,4% do PIB), bem como no de serviços (42,7% do PIB). O setor de serviços tem puxado o crescimento econômico do país. As áreas de atividade econômica que têm apresentado maior dinamismo são: turismo, informação e comunicação, e administração pública.

O governo queniano tem adotado política fiscal expansionista, aumentando cargos no serviço público e ampliando investimentos na infraestrutura de energia e transportes. As contas públicas, tradicionalmente deficitárias, mantiveram-se, em média, na faixa de 45,8% do PIB entre 2010 e 2015, resultando em uma taxa de inflação significativa, da ordem de 7,8%. A partir de 2016, contudo, o déficit público iniciou tendência de alta, . Naquele ano, o déficit avançou para 54,5% do PIB, ao passo que a inflação caiu para cerca de 6%. Em 2017, o déficit se manteve estável, em 55,18 do PIB. Em 2018, surgiu novo aumento significativo, com o déficit

alcançando 60,15% do PIB, enquanto a inflação caiu para 4,7%.

No setor externo, em 2018, as exportações somaram US$ 6,1 bilhões, mantendo-se estáveis em relação às importações, de US$ 17,4 bilhões. O déficit em transações correntes, de mais de US$ 11 bilhões, representa cerca de 13% do PIB.

Nos últimos anos, os principais mercados de destino para as exportações quenianas foram: Uganda (10,1%); Paquistão (9,7%); Estados Unidos (7,7%); Países Baixos (7,6%); e Reino Unido (6,6%). As principais origens das importações do Quênia foram: China (21,1%); Índia (10,5%); Arábia Saudita (9,8%); EAU (8,4%); e Japão (5,7%).

Em 2010, em razão da venda de aeronaves da Embraer para o Quênia, as exportações brasileiras alcançaram US$ 121 milhões. Nos três anos seguintes, pela mesma razão, mantiveram-se em torno de US$ 250 milhões. De 2014 a 2016, o intercâmbio comercial flutuou em torno da média anual de US$ 60 milhões. O comércio entre os países atingiu outro pico em 2017, ao somar US$ 170 milhões, mas, em 2018, teve queda significativa, para US$ 77 milhões. Em 2019, o Brasil vendeu algo na faixa de US$ 57,1 milhões, sobretudo em função da exportação de máquinas mecânicas (31,4%), automóveis (18%), papel (8,3%) e plástico (6,4%). O Quênia constitui importante destino para máquinas e equipamentos agrícolas no mercado africano.

A pauta de importações brasileiras originárias do Quênia se concentra em produtos primários. Em 2019, o Quênia vendeu ao Brasil o equivalente a US$ 1,3 milhão, concentrados em preparações alimentícias (30%), máquinas mecânicas (13,1%), vestuário de malha (10,8%) produtos de origem animal (10%) e extratos para produção de tintas (8,5%). Empresa de origem brasileira, mas domiciliada no Quênia, organiza, a cada dois anos, a feira *Brazil in Eastern Africa Expo*.

Com vistas a fazer frente aos déficits fiscal e em transações correntes, o governo queniano tem aumentado seu endividamento doméstico e externo. Em março de 2016, o país obteve US$ 1,5 bilhão em promessa de financiamento por parte do FMI (“stand-by arrangement”), que aliviou pressões mais imediatas por mudanças na política macroeconômica. No entanto, em meados de 2017, o referido acordo expirou antecipadamente, porque o Quênia não teria cumprido as metas acordadas com o FMI. Em setembro de 2018, com vistas a alcançar essas metas, o Presidente Kenyatta anunciou aumento de impostos sobre produtos derivados de petróleo,

medida que trouxe reflexos para os preços de produtos e serviços básicos e, de acordo com certos observadores, penalizaria a população mais pobre do país. Segundo relatório da agência Moody´s, no ano fiscal 2017-2018, 19% das receitas do governo estiveram comprometidas com o pagamento de juros da dívida. Em comparação, no período 2012- 2013, essa cifra era de 13,7%.

O Quênia tem atraído importante fluxo de investimentos privados, principalmente oriundos da China. Segundo relatórios do Banco Mundial, o Quênia possui um dos cinco melhores ambientes de negócios na África Subsaariana, resultado de reformas governamentais para facilitação da entrada e saída de capitais.

No contexto da pandemia do novo coronavírus, de acordo com o Banco Mundial, o PIB do Quênia deverá crescer apenas 1% em 2020, bem aquém da média de crescimento anual em torno de 5% observada nos últimos anos (em 2019, a taxa de crescimento do PIB foi de 5,4%). Apesar da queda no crescimento econômico, estima-se que o índice de pobreza apresente pequeno declínio (de 33,4% para 33,1%). No último trimestre do ano fiscal 2019-2020, observou-se queda de US$ 658 milhões nas receitas, em comparação com o ano anterior, como resultado do declínio das importações, diminuição dos gastos familiares, redução de negócios e declínio nas atividades de aviação e turismo. A diminuição da arrecadação, aliada ao aumento dos gastos públicos, aponta para um déficit de US$ 7,9 bilhões no ano fiscal 2020-2021.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1963	Quênia torna-se independente, tendo como Primeiro-Ministro Jomo Kenyatta, do partido "União Africana Queniana" (KANU).
1964	É formada a República do Quênia. Kenyatta torna-se Presidente, tendo como Primeiro-Ministro Oginga Odinga
1966	Odinga deixa o KANU após desentendimentos ideológicos e forma a União Popular do Quênia (KPU).
1974	Kenyatta é reeleito.
1978	Kenyatta morre em exercício e é sucedido por seu Vice-Presidente, Daniel Arap Moi.
Dez/1991	Conferência especial do KANU consente com a introdução de um sistema político multipartidário.
Ago/1992	FORD divide-se em duas facções: Ford-Asili (liderada pelo ex-Ministro da situação Kenneth Matiba) e Ford-Kenya (liderado por Odinga).
Dez/1992	Moi é reeleito em eleições multipartidárias.
1995	Novo partido de oposição, Safina, é lançado pelo paleontólogo Richard Leakey. O partido tem o seu registro oficial recusado até novembro de 2007.
1997	Manifestações pedem reforma democrática. Banco Mundial retém a liberação de US$ 5 bilhões em crédito para ajustes estruturais.
Dez/1997	Moi vence eleições em pleito contestado. Seus principais opositores são Mwai Kibaki e Raila Odinga, filho de Oginga Odinga.

Ago/1998	Atentado terrorista da Al-Qaeda na Embaixada norte-americana em Nairóbi mata 224 pessoas e fere milhares.
Nov/2002	Ataque terrorista em hotel de propriedade de israelenses mata 10 quenianos e fere 3 israelenses. Al-Qaeda reivindica autoria do ataque.
Dez/2002	Mwai Kibaki vence as eleições presidenciais por ampla maioria e põe fim aos 24 anos de governo de Daniel Arap-Moi.
Out/2004	Ecologista queniana Wangari Maathai ganha o Prêmio Nobel da Paz, tornando-se a primeira mulher africana a receber o Prêmio.
Jul/2005	Parlamento aprova projeto de Constituição.
Nov-Dez/2005	Nova Constituição é rejeitada em referendo.
Abr/2006	Visita do Presidente chinês, Hu Jintao, na qual é assinado contrato que permite à China a prospecção de petróleo na costa queniana.
Fev/2008	Governo e oposição chegam a um acordo de divisão do poder.
Abr/2008	Governo e oposição concordam com a formação de novo Gabinete.
Jul/2010	Entra em vigor o Mercado Comum da África Oriental, no Âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).
Ago/2010	Nova Constituição que prevê a limitação dos poderes do Presidente e a devolução de poderes para as regiões é aprovada em referendo.
Jun-Set/2011	África Oriental é assolada pela pior seca em 60 anos.
2012	São descobertas importantes reservas de petróleo e

	gás natural no país.
Jun/2012	Tropas quenianas juntam-se às tropas de paz da União Africana na Somália (AMISOM).
Abr/2013	A chapa encabeçada por Uhuru Kenyatta vence, ainda no primeiro turno, as eleições gerais de 2013, transcorridas de modo pacífico e com amplo comparecimento popular.
Set/2013	Atentado terrorista reivindicado pelo grupo Al-Shabaab, no centro comercial "Westgate", em Nairóbi, deixa 67 mortos.
2014	Atentados terroristas na cidade costeira de Lamu, em Mobaça e em Mandera, atribuídos ao grupo Al Shabaab como retaliação à presença de tropas quenianas na Somália, deixam dezenas de mortos e geram protestos pelo país.
Abr/2015	O grupo terrorista Al-Shabaab realiza atentado na Universidade de Garissa, no nordeste do país, matando 147 pessoas. Tratou-se do pior atentado desde o ataque à embaixada norte-americana em Nairóbi, em 1998
Nov/2015	Kenyatta anuncia reforma ministerial e diversas medidas de combate à corrupção.
Mar/2016	São realizadas eleições parciais para o Senado em dois condados, em que a coalizão governista obtém importante vitória na costa do país.
Mai- Ago/ 2016	Com a proximidade das eleições gerais de agosto de 2017, ocorrem protestos contra a direção da Comissão Eleitoral, encabeçados pelo líder oposicionista Raila Odinga.
Set/2016	É criado o partido "Jubilee", em substituição aos partidos que formavam a base da coalizão governista, em especial, o TNA de Kenyatta e o URP, de William Ruto.

Fev/ 2017	É lançada nova coalizão oposicionista "National Super Alliance"- NASA, que reúne quatro das principais lideranças de oposição do país: Raila Odinga (*Orange Democratic Movement*); Musalia Mudavadi (*Amani National Congress*); Kalonzo Musyoka (*Wiper*) e Moses Wetangula (*Ford Kenya*).
Abr/2017	Nas primárias partidárias, Raila Odinga e Kalonzo Musyoka são escolhidos para concorrer à Presidência e à Vice-Presidência, respectivamente, pela coalizão oposicionista"National Super Alliance".
Out/2017	Reeleição de Kenyatta.
Mar/2018	Reconciliação entre Kenyatta e Odinga ("handshake"). Anúncio da "Building Bridges Initiative" (BBI).
Jun/2020	Quênia eleito para o CSNU, mandato 2021-22.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1964	Brasil estabelece relações diplomáticas com o Quênia
1967	Brasil instala missão diplomática em Nairóbi.
1973	Visita do Chanceler Mário Gibson Barbosa ao Quênia.
1973	Assinatura de Acordo de Intercâmbio Cultural.
1973	Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica.
1974	Missão diplomática brasileira no Quênia é elevada à categoria de Embaixada.
1975	Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia visita o Brasil.
1992	Presidente Daniel Moi visita o Brasil (Rio-92).
1995	Chanceler Stephen Kalonzo Musyoka visita o Brasil.

2001	Brasil doa medicamentos anti-retrovirais a instituição queniana.
2005	Viagem do então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim ao Quênia.
2005	Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.
2005	Realização da I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília.
2005	Assinatura de Acordo na Área de Cooperação Esportiva.
2006	Instalação da Embaixada do Quênia em Brasília.
2006	Visita do Ministro do Turismo e Vida Silvestre do Quênia ao Brasil.
2007	Visita da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Quênia.
2008	II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi, ocasião em que são assinados atos nas áreas de saúde, meio ambiente e vistos.
Ago/2008	Ministra queniana da área social participa de evento do Ministério do Desenvolvimento Social no Brasil.
Set/2009	Missão de treinadores brasileiros de futebol para capacitação de profissionais quenianos.
Mar/2010	Visita de parlamentares quenianos integrantes do Comitê Parlamentar Seleto sobre Atividades de Organizações Ilícitas e visita de representantes da Comissão de Privatização do Ministério das Finanças do Quênia.
Mai/2010	Visitas do "Kenya Sugar Board" e de representantes da Comissão de Serviços do Parlamento do Quênia
Jul/2010	Viagem do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nairóbi. Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Quênia.
Set/2010	Chanceler queniano Moses Wetang'ula visita o Brasil. Durante a visita, são assinados acordos sobre Serviços Aéreos e de Cooperação Cultural.

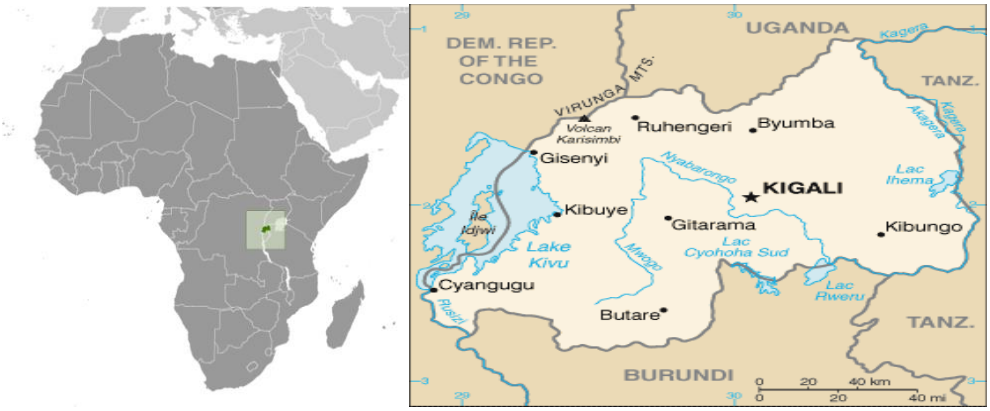
Out/2011	Missão técnica da ABC é enviada a Nairóbi para analisar as possibilidades de cooperação entre os dois países em agricultura; desenvolvimento de regiões áridas e semi-áridas; proteção de cabeceiras d' água, gerenciamento de desastres, salvamento marítimo e combate a incêndios florestais.
Mai/2012	Por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Brasil doa 10 mil toneladas de mantimentos a refugiados abrigados em campos no Quênia.
Jun/2012	Presidente do Quênia, Mwai Kibaki, vem ao Brasil como chefe da delegação queniana para a Rio+20.
Mai/2013	A então Presidente Dilma Rousseff encontra-se com o Presidente Uhuru Kenyatta à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da União Africana
Dez/2015	Viagem do então Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira a Nairóbi para participação na X Conferência Ministerial da OMC.
Ago/2016	O vice-presidente do Quênia William Ruto visita o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.
Abr/2018	Reunião de Consultas Políticas em Nairóbi.
Jun/2018	Visita a Brasília do Embaixador Tom Amolo, Secretário para Assuntos Políticos e Diplomáticos. II Reunião de Consultas Políticas.
Jul/2019	Visita da então PGR Raquel Dodge a Nairóbi. Encontros com o Diretor do Ministério Público queniano e com as Diretoras-Executivas do PNUMA e do UN-Habitat.
Set/2019	Visita do Diretor do MP queniano à então PGR Raquel Dodge, em retribuição.
Out/2019	Visita de delegação parlamentar queniana
Mar/2020	Visita de delegação parlamentar queniana

ATOS BILATERAIS		
Título	**Data Celebração**	**Vigência**
Acordo de Cooperação Técnica	02/02/1973	Em vigor
Acordo de Intercâmbio Cultural	02/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	04/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	22/04/1975	Em vigor
Acordo na Área de Cooperação Esportiva	12/08/2005	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista para Cooperação	12/08/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal do Quênia, do Corpo de Bombeiros da Prefeitura Municipal de Nairóbi e do Corpo de Bombeiros da Autoridade Aeroportuária do Quênia"	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia"	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária"	15/08/2008	Em vigor
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	15/08/2008	Em vigor

Emendas ao ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia”	17/03/2009	Em vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	06/07/2010	Em ratificação
Acordo na Área de Educação	06/07/2010	Tramitação no Congresso Nacional
Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia	06/07/2010	Em tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo sobre Serviços Aéreos	14/09/2010	Em vigor

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE RUANDA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
2020

DADOS BÁSICOS SOBRE RUANDA	
NOME OFICIAL	República de Ruanda
GENTÍLICO	Ruandês
CAPITAL	Kigali
ÁREA	26.338 km² (aproximadamente do tamanho do estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (CIA – 2020)	12,712 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Kinyarwanda; Inglês; Francês; Suaíli.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (93,4%); muçulmanos (1,8%).; religiões tradicionais (1%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara dos Deputados e Senado)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Paul Kagame (desde 2000)
CHEFE DE GOVERNO	PM Edouard Ngirente (desde 2017)
CHANCELER	Vincent Biruta (desde 2019)
PIB nominal (BM, 2019)	US$ 10,12 bilhões (Brasil US$ 1,84 trilhão)
PIB PPP (BM, 2019)	US$ 29,27 bilhões (Brasil US$ 3,22 trilhões)
PIB nominal *per capita* (BM, 2019)	US$ 801,66 (Brasil US$ 8.717)
PIB PPP *per capita* (BM, 2019)	US$ 2318,49 (Brasil US$ 15.258)
VARIAÇÃO DO PIB (BM, 2019)	9,41% (2019); 8,57% (2018); 3,99% (2017).
IDH (PNUD, 2019)	0,536 (157º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2019)	68,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Unesco, 2018)	86,49%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2019)	1,03%

UNIDADE MONETÁRIA (08/09/2020)	Franco Ruandês (1 USD = 950 RWF)
EMBAIXADOR EM KIGALI (residente em Nairóbi)	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	James Kimonyo (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RUANDA (US$ mil F.O.B) - Fonte: MDIC									
Brasil → Ruanda	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	504	206	344	703	960	774	410	537	258,6
Exportações	460	195	339	698	948	770	393	535	256
Importações	44	11	5	4	12	4	17	2	2.6
Saldo	416	183	334	694	936	766	376	533	253,4

APRESENTAÇÃO

A República de Ruanda situa-se na região dos Grandes Lagos, e faz fronteira com Uganda, Burundi, República Democrática do Congo e Tanzânia. Ex-colônia do Reino da Bélgica, Ruanda obteve a independência em 1962. A população de Ruanda, estimada em 12,712 milhões, é dividida em dois grupos étnicos principais: hutu (84%) e tutsi (15%). Embora continue a determinar os contornos da vida social e política do país, o genocídio ocorrido em 1994, um dos mais graves do século XX, contrasta de forma contundente com a ordem e o desenvolvimento em evidência no país atualmente.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PAUL KAGAME
Presidente da República

Paul Kagame nasceu em 23 de outubro de 1957, em Ruhango, cidade situada na então colônia belga de Ruanda-Urundi. Sua família, de etnia tutsi, foi forçada a mudar-se para Uganda em 1960, em meio a conflitos étnicos. Kagame passaria o resto da sua infância no campo de refugiados tutsis de Gahunge.

Ingressou para o Exército da Resistência Nacional de Uganda (NRA), liderado por Yoweri Museveni. Em 1986, foi designado chefe de Inteligência Militar do NRA, na condição de homem de confiança do presidente Museveni, e participou da criação da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), grupo político-militar cujo objetivo era lutar contra o regime de Juvénal Habyarimana.

Em julho de 1994, após o genocídio de Ruanda, a FPR tomou o poder, propondo-se a liderar um processo de reconciliação e reconstrução do país. Durante o governo de Unidade Nacional, Kagame exerceu os cargos de vice-ministro e ministro da Defesa. Em 1998, foi eleito presidente da FPR. Dois anos mais tarde, foi eleito presidente da República de Ruanda pela Assembleia Nacional Transitória, sendo confirmado no cargo por eleições diretas em 2003 e 2010. Em 2015, foi aprovada, por referendo, emenda constitucional que permitiu a Kagame concorrer a um terceiro mandato, tendo sido, novamente, reeleito em 2017.

ÉDOUARD NGIRENTE
Primeiro-ministro

Édouard Ngirente nasceu em 22 de fevereiro de 1973. Formou-se em Economia e Estatística pela Universidade Nacional de Ruanda, onde posteriormente trabalhou como membro do corpo docente. Possui mestrado em Economia pela Universidade Nacional de Ruanda. É pós-graduado em Gestão em Riscos Financeiros pela Universidade Saint-Louis em Bruxelas e em Economia Agrícola pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica.

Foi apontado como diretor-geral do Ministério das Finanças e Planejamento Econômico em 2010. No mesmo ano, foi promovido a conselheiro sênior do mesmo Ministério. Em 2011, ingressou no Banco Mundial como assessor do diretor executivo da organização, e, em 2017, foi promovido a assessor sênior. Foi nomeado primeiro-ministro em 30 de agosto de 2017 pelo presidente Paul Kagame.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Ruanda foram estabelecidas em 1981. A representação brasileira em Kigali é exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada residente em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ruandesa em Washington responde pelas relações com o Brasil.

Do lado ruandês, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros efetuou visita ao Brasil em 1982, quando se discutiram possibilidades de cooperação técnica bilateral. Em setembro de 2007, o então chanceler Celso Amorim avistou-se com seu homólogo ruandês em Nova York, à margem da 62ª AGNU, ocasião em que foi firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países, com base em proposta brasileira.

Em junho de 2011, o então chanceler Antonio Patriota reuniu-se com o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS. O chanceler brasileiro expressou o desejo de aprofundar as relações bilaterais e de maior participação no desenvolvimento econômico e social do país.

Em seguimento às conversações mantidas em Nova York, foi assinado entre Brasil e Ruanda, em junho de 2011, Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda, durante seminário sobre cooperação técnica brasileira à margem da 37ª Conferência da FAO em Roma.

Em dezembro de 2013, o então assessor especial para Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte, Embaixador Carlos Henrique Cardim, visitou Kigali, por ocasião do Congresso Anual da Confederação Africana de Vôlei.

Em agosto de 2019, foi assinado, em Kigali, o Acordo de Serviços Aéreos, pelo embaixador do Brasil em Nairóbi, Embaixador Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, e o ministro de Infraestrutura de Ruanda, Embaixador Claver Gatete. O acordo, uma vez em vigor, abrirá caminho para o estabelecimento de ligação aérea entre Brasil e Ruanda.

Cooperação bilateral

As iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Ruanda poderão ser embasadas no Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado em 2007, assim que ratificado por Ruanda. Atualmente, não há ações de cooperação técnica em curso com aquele país. Em 2009, houve missão técnica ruandesa ao Brasil para conhecer a experiência em biocombustíveis.

O governo brasileiro realizou, em agosto de 2012, doação no valor de

US$ 100.000,00 ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em favor da ajuda humanitária de emergência ao campo de refugiados Kigeme em Ruanda.

Em julho de 2010, no contexto dos esforços internacionais para combate à pandemia do novo coronavírus, o Brasil destinou US$ 50 mil ao governo ruandês, por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, para aquisição de materiais e equipamentos médicos prioritários no país.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é dominado pelas exportações brasileiras, compostas, em sua maior parte, por máquinas mecânicas e elétricas, veículos, itens de papel e plástico e açúcares em 2019. As importações brasileiras de Ruanda, por sua vez, têm sido concentradas em preparações alimentícias, veículos e máquinas mecânicas, no mesmo ano.

Devido ao cenário particularmente favorável aos negócios em Ruanda, há boas perspectivas para investimentos brasileiros. A empresa de produtos eletrônicos Positivo BGH instalou em Kigali unidade de produção de computadores portáteis, a serem fornecidos a órgãos governamentais. Representantes do governo ruandês manifestaram recentemente interesse em atrair investimentos brasileiros para o setor agropecuário do país, tendo em vista os atuais esforços governamentais para acelerar o processo de mecanização e introdução de outras tecnologias no campo, como forma de elevar a produtividade do setor.

POLÍTICA INTERNA

Com a independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica, em 1962, a etnia hutu (84%) assumiu a hegemonia no quadro político interno, em detrimento da elite colonial formada pela etnia tutsi (15%). Esse jogo de forças foi reforçado a partir do golpe de estado que, em 1973, levou Juvénal Habyarimana ao poder.

Durante as décadas de 1980 e 1990, Ruanda viveu período de estagnação econômica e de instabilidade política. Em 1990, a oposição, constituída, principalmente, de refugiados tutsis, aliados a hutus moderados, fundou a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), com sede em Uganda, e organizou uma invasão pelo norte de Ruanda. Em agosto de 1993, o presidente ruandês negociou um cessar-fogo com os rebeldes – os Acordos de Arusha. Com vistas a supervisionar a implementação dos acordos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR).

Em 1994, a trégua foi bruscamente interrompida após o atentado contra o avião em que viajavam Juvénal Habyarimana e Cyprien Ntaryamira, presidente do Burundi. A morte de Habyarimana serviu de estopim para o genocídio de Ruanda, em que morreram 500 a 800 mil pessoas, a maioria das quais tutsis e hutus moderados.

Em meio ao caos predominante no país, a FPR reiniciou os seus ataques contra as forças de Kigali, logrando tomar o poder em julho de 1994.

Aproximadamente dois milhões de hutus que participaram diretamente do genocídio viram-se forçados a fugir em direção aos países vizinhos, o que agravou ainda mais os quadros humanitário e geopolítico na região. Com objetivo de prover a assistência aos refugiados e estabilizar o país, o CSNU aprovou a criação da UNAMIR 2.

No poder, a FPR buscou formar um governo de união nacional, com a nomeação dos hutus Pasteur Bizimungu, a presidente, e Faustin Twagiramung, a primeiro-ministro. A intenção da FPR foi a coabitação política com o antigo Movimento Republicano Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento (MRND), tradicional partido hutu, vinculado ao ex-presidente Juvénal Habyarimana. Em março de 1999, foram realizadas as primeiras eleições municipais e, em 2003, foi aprovada nova Constituição por referendo. Por meio de leis de criminalização da ideologia do genocídio, a Carta veda qualquer partido político que se fundamente em distinções de raça, cor ou gênero e garante, ademais, direito de repatriação a todos os refugiados ruandeses.

Em 2000, com a renúncia de Pasteur Bizimungu, Paul Kagame, um dos principais líderes tutsi da FPR, assumiu a presidência por eleição indireta. Kagame é o atual presidente de Ruanda, tendo sido confirmado no cargo por meio de eleições em 2003 e 2010, para mandatos de sete anos. Em 2015, foi aprovada, em referendo com 98,3% de votos favoráveis, emenda à Constituição que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais e abriu caminho para a sua candidatura a uma segunda reeleição. Desse modo, Kagame foi reeleito a um terceiro mandato, em 2017.

O presidente Kagame fez da reconciliação nacional e da recuperação da economia do país os principais objetivos de seu governo. Ruanda teve, desde 2000, contínuo crescimento econômico combinado com controle inflacionário. O combate à corrupção tem sido outra característica do governo de Paul Kagame.

POLÍTICA EXTERNA

Ruanda tem seguido uma política externa voltada à obtenção de ajuda internacional e à coordenação de esforços com os países vizinhos, a fim de

assegurar a estabilidade em seu entorno regional. A posição estratégica de Ruanda nos Grandes Lagos e o potencial econômico do país constituem atributos atrativos para investidores internacionais. O presidente Kagame também tem buscado assumir maior protagonismo na esfera continental, de que é exemplo a realização, em Kigali, da cúpula da União Africana (UA) em 2016 e 2018. A presidência ruandesa da UA, em 2018, foi marcada pelo ímpeto de reformas na estrutura da organização, com vistas a sua dinamização e à ampliação de sua capacidade de autofinanciamento. Além disso, a cúpula extraordinária de Kigali, realizada em março de 2018, foi marcada pela assinatura do acordo de criação da Área de Livre Comércio Continental e do Protocolo de Livre Movimentação de Pessoas.

A comunidade internacional segue apoiando o esforço de reconstrução do país. As relações com a ONU e suas agências especializadas costumam oscilar: se, por um lado, o governo depende em certa medida da assistência humanitária fornecida por agências como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR), por outro, não raro manifesta desconforto com as atividades destas mesmas agências no país, alegando interferência em seus assuntos internos.

Ruanda confere grande importância ao relacionamento com os países de seu entorno regional.

Ruanda é membro da Comunidade da África Oriental (EAC). A EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024. Kigali vê com entusiasmo o aprofundamento da integração no âmbito da EAC. Ruanda tem-se destacado, desse modo, por suas posições favoráveis à aceleração do cronograma de integração econômica do bloco, bem como ao avanço das negociações do Acordo de Parceria Econômica com a União Europeia.

Com a África do Sul, Ruanda tem desenvolvido estreito relacionamento desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1995. Os acordos bilaterais são numerosos, cobrindo diferentes áreas de cooperação, e registra-se expressivo número de visitas de alto nível.

Os países emergentes, em particular a China e a Índia, apresentam crescente importância para a política externa de Ruanda, sobretudo do ponto de vista econômico-comercial. Em 2019, China e Índia ocuparam, respectivamente, o primeiro e o terceiro lugares entre os países de origem da importações ruandesas. Em 2018 o presidente chinês, Xi Jinping, e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, realizaram a primeira visita de um chefe de estado e/ou chefe de governo de seus respectivos países a Ruanda, quando foram assinados diversos instrumentos bilaterais de cooperação. Ruanda também tem buscado estreitar sua cooperação com a

Rússia, em particular na área de defesa.

Desde que assumiu a presidência, Kagame buscou cultivar um bom relacionamento com os países ocidentais e organismos internacionais, a fim de promover investimentos, doações e assistência humanitária. EUA, União Europeia e Reino Unido têm sido os principais fornecedores de ajuda financeira a Ruanda, juntamente com o Banco Mundial.

ECONOMIA

Ao longo das duas últimas décadas, Ruanda obteve importantes conquistas no plano econômico. Mais recentemente, o país vem seguindo modelo de desenvolvimento semelhante ao de países asiáticos, com elevada prioridade conferida à educação e uma abordagem marcadamente pró-negócios, com reduzida intervenção estatal. Ruanda é regularmente enaltecida em círculos internacionais pelos avanços registrados na superação da pobreza, na promoção do acesso à saúde e educação, no combate à corrupção e na geração de um bom ambiente de negócios.

Ruanda tem apresentado taxas muito elevadas de crescimento econômico, que chegou a ser a o segundo maior do mundo em 2019 (9,41%, segundo o Banco Mundial), atrás apenas de Tuvalu (9,8%). Segundo projeção do FMI, a economia de Ruanda manterá crescimento, apesar da pandemia do novo coronavírus. Para 2020 e 2021, há expectativa de crescimento de 3,5% e 6,7% do PIB, respectivamente. Embora otimista, diante da expectativa de expansão da economia mundial este ano, esse resultado está muito aquém dos 10% de crescimento do PIB ruandês projetados pelo FMI anteriormente à pandemia da COVID-19.

Nos últimos anos, a população urbana de Ruanda tem crescido cerca de 3% ao ano, tendo atingido 17,3% da população total em 2019. Nesse contexto, tem crescido a importância do setor de serviços para a economia ruandesa, o qual já é responsável por 49,3% do PIB do país. Também tem contribuído para o crescimento desse setor a estratégia do governo atual de tornar o país um hub de serviços para a subregião da África Oriental e, até mesmo, para outros países do continente africano. O setor da agricultura é responsável por mais de 62,4% dos empregos no país e contribui com 24,6% do PIB. O setor da indústria, por sua vez corresponde a 8,89% dos empregos e a 18% do PIB.

O governo de Ruanda deve aumentar os gastos públicos em 2020 em função dos esforços para combate à pandemia do novo coronavírus. O país destacou-se, no contexto africano, pela adoção de estratégias baseadas na tecnologia para enfrentamento da crise sanitária, como o desenvolvimento de aplicativos de rastreamento de pessoas infectadas e uso de robôs e drones para auxiliar os serviços de saúde. Também foi adotado programa

de fomento econômico emergencial, que deverá destinar cerca de US$ 2,5 milhões a pequenas e médias empresas.

Análise preliminar indica déficit fiscal de cerca de 3,7% do PIB de Ruanda para o ano corrente e 2021, o qual, contudo, poderá ser mitigado tendo em vista a disposição do FMI, do Banco Mundial e de outras instituições financeiras, de conceder auxílio ao país. Em julho de 2020, o Banco Africano de Desenvolvimento aprovou empréstimo de US$ 98 milhões para mitigar o impacto da pandemia sobre o sistema de saúde e sobre a economia ruandeses. O índice de inflação em Ruanda, por sua vez, o qual vinha apresentando valores baixos nos últimos anos (2,4% em 2019) elevou-se a 6,9% em 2020. A expectativa, contudo, é de que essa taxa permaneça controlada e possa ser reduzida a 5,4% em 2021.

O intercâmbio comercial total de Ruanda, em 2018 (dados mais recentes disponíveis), somou US$ 3,99 bilhões, o que representou aumento de 2,3% em relação a 2017. Em 2018, as exportações ruandesas elevaram-se em 6,8% em relação a 2017, somando US$ 1,02 bilhão. Os principais países de destino das exportações ruandesas foram, naquele ano, República Democrática do Congo (33% do total); Emirados Árabes Unidos (15%); Suíça (6,5%); e Uganda (5%). As importações totais de Ruanda, por sua vez, somaram US$ 2,97 bilhões em 2018, com aumento de 0,8% em relação a 2017. Os principais países de origem dessas importações foram China (18,6%); Emirados Árabes Unidos (10,3%); Índia (9,4%); e Uganda (8,2%). Os principais itens de exportação de Ruanda foram, em 2018, café e chá (41,2%) e minérios (36%), enquanto que os principais itens de importação foram equipamentos elétricos (15,3%), maquinário mecânico (11,3%), veículos (7,1%) e produtos farmacêuticos (6,9%).

Devido as reformas macroeconômicas e institucionais adotadas nos últimos anos, Ruanda tem logrado apresentar-se como atrativa aos investimentos diretos estrangeiros (IDE). De fato, segundo o relatório *Doing Business 2020*, do Banco Mundial, Ruanda figura na segunda posição entre os países africanos no que se refere a perspectivas favoráveis de negócios e investimentos estrangeiros (38ª posição no ranking mundial). Em 2018, Ruanda recebeu cerca de US$ 301 milhões de IDE, aumento de 10,4% em relação a 2017.

Ruanda integra, juntamente com Tanzânia, Uganda, Quênia e Burundi, a Comunidade da África Oriental (EAC), bloco regional com PIB de US$ 193 bilhões. Além disso, o país tem sido um dos principais promotores da integração econômica no âmbito da União Africana, tendo o presidente Paul Kagame sido um dos principais responsáveis pelo lançamento da Área de Livre Comércio Continental (AfCFTA, na sigla em inglês), em 2018, sob a presidência de turno ruandesa da organização. Estima-se que a criação da Área, que poderá vir a tornar-se a maior zona de livre comércio do mundo, tenha potencial para incrementar o comércio

intra-africano em 52% até 2022.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1885	No Congresso de Berlim, o território ruandês fica sob domínio alemão.
1916	Durante a I Guerra Mundial, Ruanda passa para domínio da Bélgica.
1962	Independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica, narco para ascensão da etnia hutu no quadro político interno.
1973	Golpe de Estado coloca no poder Juvénal Habyarimana.
1990	Invasão da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) desde Uganda.
1993	Assinatura dos Acordos de Arusha.
1994	Morte de Habyarimana marca o início do genocídio de Ruanda.
2000	Paul Kagame assume a presidência com a renúncia de Pasteur Bizimungu.
2003	Paul Kagame é eleito presidente de Ruanda.
2010	Paul Kagame é reeleito presidente de Ruanda.
2015	Aprovada, por referendo, emenda constitucional que eliminou o limite de dois mandatos para reeleição do presidente da República.
2017	Paul Kagame é reeleito a terceiro mandato.

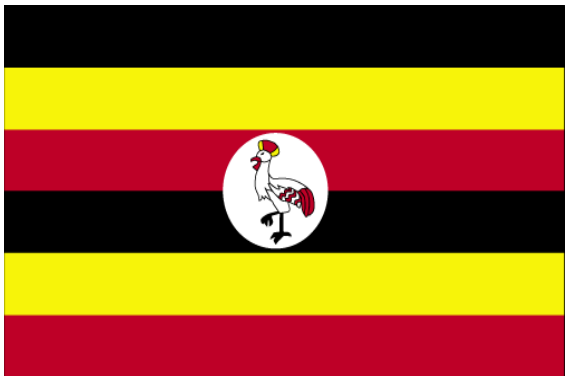
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1981	Brasil e Ruanda estabelecem relações diplomáticas.
1982	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros ruandês ao Brasil.
2007	Encontro do então Ministro Celso Amorim com seu homólogo ruandês em Nova York à margem da 62ª AGNU.
2007	Firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica.
2010	Contrato entre a empresa brasileira "4BK" e o Ministério dos Esportes e da Cultura de Ruanda.
2011/mai	Visita do então candidato à Direção-Geral da FAO, Dr. José Graziano, a Kigali.
2011/jun	Encontro entre o então Ministro Antonio Patriota e o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS.
2011/jun	Assinado o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar.
2019/ago	Assinatura, em Kigali, do Acordo de Serviços Aéreos, pelo Embaixador do Brasil em Nairóbi e o ministro de Infraestrutura de Ruanda, Claver Gatete.

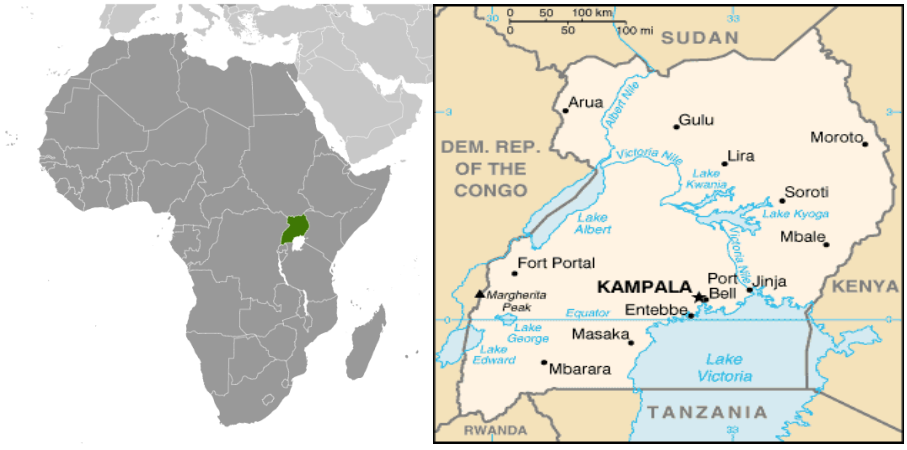
ATOS BILATERAIS		
Título	**Data Celebração**	**Vigência**
Acordo de Cooperação Técnica	29/09/2007	Em ratificação pela outra parte

Acordo de Serviços Aéreos	14/08/2019	Em tramitação no Ministério das Relações Exteriores

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE UGANDA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
2020

DADOS BÁSICOS UGANDA	
NOME OFICIAL	República de Uganda
GENTÍLICO	Ugandense, ugandês
CAPITAL	Kampala
ÁREA	241.038 km² (aproximadamente do tamanho do estado do Piauí)
POPULAÇÃO (2020 – CIA)	43,3 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e Suaíle
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã (84,4%); Islâmica (13,7%); outras (1,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO	Presidente Yoweri Kaguta Museveni (desde 1986)
CHEFE DE GOVERNO	PM Ruhakana Rugunda (desde 2014)
CHANCELER	Sam Kahamba Kutesa (desde 2005)
PIB nominal (BM, 2019)	US$ 34,39 bilhões (Brasil US$ 1,84 trilhão)
PIB PPP (BM, 2019)	US$ 100,56 bilhões (Brasil: US$ 3,22 trilhões)
PIB nominal *per capita* (BM, 2019)	US$ 776,77 (Brasil: US$ 8.717,19)
PIB PPP *per capita* (BM, 2019)	US$ 2.271,65 (Brasil: US$ 15.258,85)
VARIAÇÃO DO PIB (BM, 2019)	6,51% (2019); 6,15% (2018); 3,90% (2017)
IDH (PNUD, 2019)	0,528 (159º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (PNUD, 2019)	63 anos

ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Unesco, 2018)	89,4%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2019)	1,84%
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim ugandense US$ 1 = 3691,44 UGX
EMBAIXADOR EM CAMPALA (residente em Nairóbi)	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Perezi K. Kamunanwire (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UGANDA (US$ milhões F.O.B) -Fonte: MDIC									
BRASIL → UGANDA	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan-ago)**
Intercâmbio	**5,7**	**4,4**	**4,5**	**6,0**	**4,0**	**5,2**	**6,8**	**6,8**	**5,2**
Exportações	5,4	4,3	4,0	6,0	4,9	5,1	6,8	6,8	5,2
Importações	0,3	0,07	0,5	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Saldo	5,1	4,2	3,5	6,0	4,0	5,0	6.750	6,8	5,2

APRESENTAÇÃO

A República de Uganda é um país sem litoral, situado na região dos Grandes Lagos, que faz fronteira com o Quênia, o Sudão do Sul, a República Democrática do Congo (RDC), Ruanda e Tanzânia. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve a independência em 1962, quando se tornou membro da *Commonwealth*. A população ugandense é estimada em cerca de 40 milhões de pessoas.

Nos últimos anos, Uganda registrou expressivo crescimento econômico. A estabilidade político-institucional e econômica alcançada após a assunção da Presidência por Yoweri Museveni, em 1986, também se reflete em uma presença mais ativa na política regional. Uganda é o maior contribuinte de tropas para a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM). Em 2013, o país enviou tropas, também, para o Sudão do Sul, no contexto da escalada do conflito civil neste país. O presidente Museveni atuou como mediador do processo de paz no Sudão do Sul, bem como do processo de diálogo interburundês, no âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).

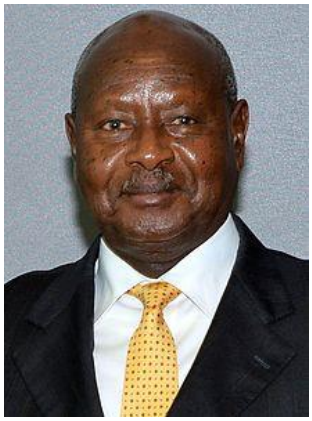
Uganda abriga atualmente uma das maiores populações de refugiados do mundo, estimada em mais de um milhão de pessoas, das quais cerca de 882 mil são refugiados sul-sudaneses. Ademais, sua política de acolhimento de refugiados, aos quais são garantidos acesso ao mercado de trabalho, à terra e a serviços públicos essenciais, é considerada modelo pelas Nações Unidas.

No plano multilateral, Uganda tem tido participação ativa na União Africana, bem como nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) em crises e em conflitos no Chifre da África e na África Oriental. Em 2010, Kampala foi sede da Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional. Uganda também abriga, na cidade de Entebe, centro de serviços regional das Nações Unidas, destinado a prestar apoio logístico a missões de paz no continente.

PERFIS BIOGRÁFICOS

YOWERI KAGUTA MUSEVENI

Presidente da República



Yoweri Museveni nasceu em Ntungamo, Uganda, em 1944. Graduou-se (1970) em Economia e Ciência Política na Universidade de Dar Es Salam, na Tanzânia. Durante o período universitário, presidiu a Frente Africana Revolucionária dos Estudantes Africanos, organização pan-africanista. Em Moçambique, atuou junto à FRELIMO, recebendo treinamento militar.

Em 1970, ingressou no serviço de inteligência do presidente Milton Obote. Em 1971, com a ascensão Idi Amin ao poder, após golpe de estado, Museveni exilou-se na Tanzânia. No exílio, Museveni e outros dissidentes formaram grupos de oposição armada ao regime de Amin. Em 1979, com o apoio do exército tanzaniano, esses grupos rebeldes derrubaram Idi Amin. Em 1980, Museveni concorreu à Presidência, tendo sido derrotado por Obote. Após denunciar fraude no resultado do pleito, Musevene e o ex-presidente ugandense Yusufu Lule formaram o Movimento de Resistência Nacional (NRM). Lule assumiu a liderança política e Museveni o comando militar do grupo.

Em 1986, à frente do NRM, Museveni assumiu o controle do país. Em maio de 1996, nas primeiras eleições após a conquista do poder pelo NRM,

foi eleito presidente da República, cargo para o qual foi reeleito sucessivamente em 2001, 2006, 2011 e 2016.

Museveni concorrerá a mais um mandato presidencial nas eleições agendadas para 2021.

RUHAKANA RUGUNDA

Primeiro-Ministro

Ruhakana Rugunda nasceu em 7 de novembro de 1947. Formou-se em Medicina pelas universidades de Makerere (Uganda) e da Zâmbia. Possui mestrado em saúde pública pela Universidade de Berkeley, na Califórnia. Antes de seguir a vida política, trabalhou como médico na Zâmbia, nos Estados Unidos (Washington) e no Quênia.

Após a ascensão de Museveni ao poder, em 1986, Ruganda assumiu diversas funções públicas, como ministro da Saúde, (1986-1988 e 2013-2014); ministro do Trabalho, Transporte e Comunicação (1988-1994); ministro dos Negócios Estrangeiros (1994-1996); ministro da Informação e Comunicação (1996-1998 e 2011-2013); ministro da Presidência (1998-2001); ministro das Águas, da Terra e do Meio Ambiente (2001-2003); e ministro de Negócios Internos (2003-2009).

Em 2009, foi nomeado representante permanente de Uganda nas Nações Unidas, servindo como presidente do CSNU (2009-2010)

Exerce a primatura desde 2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Uganda foram estabelecidas em 1970. A representação brasileira junto ao governo de Kampala faz-se por cumulatividade com a Embaixada em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ugandense em Washington responde pelas relações com Brasília.

As visitas de alto nível registradas entre os dois países deram-se no contexto de grandes eventos multilaterais. O presidente Museveni esteve no Brasil em três ocasiões: Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, 1992; XI Conferência da UNCTAD, 2004; e V Foro Urbano Mundial (UN-Habitat), 2010. Em maio de 2014, o presidente Museveni encontrou-se, ainda, com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana.

Em 1984, o então ministro de Cooperação e Comércio, Yona Kanyomozi, realizou visita pioneira ao Brasil. Em 2010, a ministra da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye, participou do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar. Em junho de 2012, a ministra do Meio Ambiente ugandense, Flavia Munaaba, esteve no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Mais recentemente, o ministro de Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Vincent Ssempijja, esteve no Brasil em duas ocasiões, em 2017 e 2018. Na primeira visita ao Brasil, o ministro Ssempijja, a convite do setor privado brasileiro, chefiou delegação ugandesa interessada em conhecer a experiência brasileira em cultivo, colheita e processamento de café. Já em 2018, participou de missão de ministros da agricultura de 14 países africanos ao Brasil, no âmbito de projeto trilateral de cooperação (ABC-USAID), para conhecer as tecnologias e práticas brasileiras de combate à lagarta-do-cartucho.

Em dezembro de 2010, foi realizada, em Kampala, reunião de consultas políticas entre os diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty e seus homólogos ugandenses. Em março de 2015, o embaixador Johnny Muhindo, então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda, realizou visita ao Brasil. Na ocasião, em encontros mantidos no Itamaraty, foram verificados critérios para eventual abertura de embaixada ugandense em Brasília, bem como avaliadas possibilidades

de cooperação entre os dois países.

Missão parlamentar ugandense esteve em Brasília em 2009, a fim de conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao combate à corrupção. Em abril de 2012, realizou-se em Kampala a 126ª Assembleia da União Interparlamentar. Na ocasião, a presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga, manteve encontro com o chefe da delegação brasileira, o deputado Átila Lins (PP-AM), quando foram analisadas perspectivas de cooperação entre os parlamentos dos dois países. Em 2018, delegação parlamentar ugandesa visitou o Brasil a convite da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), para conhecer o marco regulatório brasileiro para organismos geneticamente modificados na agricultura.

Em foros multilaterais, Uganda tem apoiado candidaturas brasileiras para organismos multilaterais, como CIJ, FAO, OIC e OMC.

Cooperação bilateral

Os esforços de aproximação com Uganda têm ocorrido, sobretudo, no campo da cooperação. As áreas de agricultura e energia, em particular, têm-se revelado promissoras para o adensamento das relações bilaterais. Em setembro de 2011, foi assinado entre os dois países o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, que se encontra, atualmente, em tramitação no Congresso Nacional. Uma vez em vigor, o acordo deverá fornecer o marco jurídico para a estruturação de projetos de cooperação técnica com o país.

O Brasil não mantém, no momento, projeto bilateral de cooperação técnica em execução ou negociação com Uganda. No passado, foram realizadas atividades isoladas com resultados positivos nas áreas de biocombustíveis, segurança alimentar, desenvolvimento social e esportes. Entre as ações de maior relevância, vale mencionar a troca de missões entre Brasil e Uganda, em 2008 e 2009, para o compartilhamento da experiência brasileira na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar e a realização, em 2010, em Kampala, do seminário "Pro-Renova", visando à difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira. Em março de 2012, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi também realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas adotadas para a implementação de serviços de proteção social. Em 2018, pesquisadores da Embrapa realizaram visita a Uganda, no âmbito da iniciativa internacional *Agricultural Innovation MKTPlace*.

Atualmente, Uganda, juntamente com outros 13 países africanos, beneficia-se de projeto trilateral de cooperação (ABC-USAID), para compartilhamento das tecnologias e práticas brasileiras de combate à lagarta-do-cartucho.

Em junho de 2014, Uganda também manifestou interesse no treinamento de diplomatas pelo Instituto Rio Branco. Em fevereiro de 2015, a Chancelaria ugandense encaminhou à Embaixada brasileira proposta de Memorando de Entendimento entre as academias diplomáticas dos dois países.

Em março de 2015, por ocasião da visita ao Brasil do então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda, Johnny Muhindo, foram debatidas possibilidades de cooperação técnica com o Brasil, com destaque para o cultivo da mandioca, bem como de cooperação na área de comércio e investimentos, sobretudo nas áreas de construção, mineração e agricultura. Também foi avaliada a possibilidade de abertura de curso de português em Uganda.

A cooperação em defesa possui bom potencial. Igualmente promissora é a cooperação para capacitação de oficiais para operações de paz ao abrigo das Nações Unidas, de que é exemplo a participação de soldados ugandenses em cursos ministrados por oficiais brasileiros no Centro Humanitário de Apoio à Paz, em Nairóbi.

Na área de educação, o Brasil apresentou, em 2019, minuta de acordo de cooperação, que poderá abrir espaço para uma maior participação de estudantes ugandenses em cursos superiores no Brasil.

No âmbito da cooperação humanitária, Uganda é beneficiária da Lei 12.429/2011, que autoriza a doação de estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Em 2012, foram doadas ao país 2 mil toneladas de arroz, no valor de US$ 949.465,00. A doação, destinada a campos de refugiados congoleses no país, foi recebida em 2013.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é dominado pelas exportações brasileiras, compostas, em grande medida, por manufaturados como máquinas mecânicas e veículos automóveis. As importações brasileiras de Uganda foram reduzidas nos últimos anos, compostas, em 2019, de preparações alimentícias, maquinas mecânicas, vestuários, produtos de

origem animal, tintas e pigmentos, entre outros.

A estabilidade macroeconômica observada em Uganda nos últimos anos poderá favorecer a presença de investimentos brasileiros no país. A estratégia atual do governo ugandense de promover o robustecimento da infraestrutura como forma de elevar a competitividade e acelerar o crescimento do país também oferece oportunidades para a atuação de empresas brasileiras em Uganda no futuro.

POLÍTICA INTERNA

O nome Uganda deriva do reino tradicional de Buganda, que ocupa o centro-sul do atual território do país desde o século XIII. Após a Conferência de Berlim de 1884, o território ao norte das margens do Lago Vitória foi declarado protetorado britânico. Em 1902, a região foi desmembrada em Uganda e Quênia. A partir de então, intensificou-se a exploração colonial do território, que exportava para a Inglaterra principalmente algodão e café. Diversamente do Quênia, Uganda não acolheu número significativo de colonos europeus, mas de mão-de-obra proveniente de outras partes do Império Britânico, sobretudo da Índia. Esses imigrantes forçados foram responsáveis pela construção da infraestrutura e administração da colônia.

Em 1962, Uganda tornou-se independente da Inglaterra. O primeiro governo após a independência foi formado por uma coalizão entre líderes do sul e do norte do país, com a nomeação do *kabaka* (rei) de Buganda, Edward Muteesa, para o cargo de presidente, e Milton Obote (proveniente do norte do país) para primeiro-ministro. O centralismo do primeiro-ministro Obote entrou em conflito com o federalismo previsto da Constituição. Em 1966, com o apoio do Exército, comandado por Idi Amin, Obote suspendeu a Constituição e declarou-se presidente. Em 1967, o Parlamento ugandense aprovou nova constituição abolindo o federalismo e a autonomia dos reinos tradicionais e instituindo o presidencialismo.

Em 1971, Idi Amin, que vinha concentrando cada vez mais poder em suas mãos, depôs Obote. Uma das primeiras medidas do governo de Idi Amin consistiu na deportação em massa da população de origem indiana (elite comercial do país) e no subsequente confisco de suas propriedades. Valendo-se de um populismo xenófobo que explorava as rivalidades étnicas, e apoiado por uma guarda de militares oriundos de sua etnia

(Kakwa), o mandatário consolidou-se no poder. Durante sua gestão, o cenário político foi marcado por assassinatos de membros da oposição, pela perseguição de líderes religiosos cristãos e por ataques armados contra etnias rivais. Em 1978, tropas dissidentes do regime de Idi Amin cruzaram a fronteira com a Tanzânia, onde Obote e outros dissidentes haviam encontrado asilo. Adotando como pretexto uma disputa fronteiriça com o país vizinho, Idi Amin declarou guerra à Tanzânia e enviou tropas para atacar os rebeldes. Em resposta, tropas tanzanianas e refugiados ugandenses invadiram Uganda, precipitando a deposição de Idi Amin, que se exilou na Arábia Saudita em 1979. Ao longo de seus nove anos, o regime de Idi Amin deixou mais de 300 mil mortos.

Uma comissão militar assumiu o poder e organizou eleições presidenciais em 1980, que levaram à recondução de Milton Obote à Presidência.

Quadro recente

Yoweri Museveni é presidente da República desde 1986. Em 1994, uma Assembleia Constituinte iniciou os trabalhos de elaboração de nova Constituição, promulgada em outubro de 1995. Em maio de 1996, realizaram-se eleições presidenciais, com a vitória de Museveni. Em referendo realizado em junho de 2000, o presidente e seu partido conseguiram apoio suficiente para concorrerem a um segundo mandato, obtido em 2001. Em 1994, uma Assembleia Constituinte iniciou os trabalhos de elaboração de nova Constituição, promulgada em outubro de 1995. Em maio de 1996, realizaram-se eleições presidenciais, com a vitória esmagadora de Museveni. Dois meses depois, as eleições legislativas confirmaram a ampla maioria parlamentar do MRN.

Em referendo realizado em junho de 2000, o presidente e seu partido conseguiram apoio suficiente para concorrerem a um segundo mandato, obtido em 2001, e para que não se adotasse o multipartidarismo no país.

O multipartidarismo foi adotado somente em 2005, após a realização de reforma constitucional, aprovada em referendo, que igualmente aboliu o limite constitucional de dois mandatos presidenciais. Desse modo, em 2006, Museveni apresentou-se como candidato à Presidência e venceu as eleições, tendo sido reeleito, sucessivamente, em 2011 e em 2016.

Em 2018, emenda constitucional, posteriormente validada pela Corte Constitucional de Uganda, retirou o limite de 75 anos para candidatos presidenciais. A medida abriu caminho para que o MRN confirmasse a

candidatura de Museveni a um quinto mandato presidencial nas eleições previstas para o início de 2021.

POLÍTICA EXTERNA

Até o golpe de estado liderado por Idi Amin Dada, em 1971, a política externa ugandense pautava-se pela manutenção de fortes vínculos com o Reino Unido e, em seu entorno regional, com o Quênia e com a Tanzânia.

A partir de 1986, com a assunção da Presidência por Museveni e a estabilização do país, Uganda passou a concentrar esforços na recuperação econômica, adotando uma política externa de reaproximação com os vizinhos e com países ocidentais, principalmente com os grandes doadores.

Desse modo, Uganda consolidou-se como importante ator regional, exercendo influência nos países do seu entorno, na África Oriental, no Chifre da África e nos Grandes Lagos. Seja por meio da mediação política ou de envio de tropas em missões de manutenção da paz, Uganda tem desempenhado papel relevante no Burundi, na República Centro-Africana, na Somália e no Sudão do Sul.

Em novembro de 1999, Uganda assinou, juntamente com o Quênia e com a Tanzânia, o Protocolo para a Formação de União Aduaneira da Comunidade da África Oriental (EAC). Essa organização foi constituída em 1967, desfeita dez anos depois e finalmente restabelecida em 1999. Em 2007, Burundi e Ruanda aderiram ao bloco, e, em 2016, o Sudão do Sul também o fez. Com PIB de cerca de US$ 193 bilhões, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024.

A integração no âmbito da EAC é estratégica para Uganda, na medida em que o país não possui saída para o mar e apresenta dependência da importação de bens de consumo. A manutenção de rota de comércio junto ao Oceano Índico é preocupação estratégica Uganda tem-se beneficiado, assim, de grandes projetos de infraestrutura regionais, com destaque para o Oleoduto da África Oriental. Projetado para ser uma das maiores estruturas de transporte de petróleo cru do mundo, com extensão de 1.445 km, o oleoduto, cuja construção deverá se iniciar em breve, permitirá o escoamento da produção de petróleo do oeste de Uganda ao porto de Tanga, na Tanzânia. Em sua fase inicial, o projeto deverá permitir a arrecadação de até US$ 6,8 bilhões anuais, a serem divididos entre Uganda e Tanzânia na proporção de 40% e 60%, respectivamente.

Apesar de o governo ugandense ter privilegiado a Tanzânia em seus planos para escoamento da produção petroleira, a tradicional parceria com o Quênia continua sendo fundamental para a logística de exportações e importações de Uganda. Essa parceria poderá aprofundar-se com o avanço do megaprojeto ferroviário do Corredor Norte, com financiamento chinês no âmbito da iniciativa *Belt and Road*, ligando Uganda, Ruanda, Burundi, Sudão do Sul e República Democrática do Congo ao porto de Mombaça, no Quênia. Uganda acena também com a opção do Corredor Central, ligado ao porto de Dar Es Salam, na Tanzânia.

Em busca de maior industrialização do país, o governo de Uganda, contudo, mantém posições por vezes protecionistas na relação com os demais membros da EAC e em relação a parceiros extrarregionais, como demonstra a não assinatura, até o momento, do Acordo de Parceria Econômica com a União Europeia pelo país.

Além da EAC, Uganda é um dos seis membros da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), foro que tem desempenhado papel de relevo na mediação política no Sudão do Sul, Somália e Burundi.

Desde o início da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, a entrada de refugiados provenientes deste país em território ugandense teve aumento exponencial, de modo que Uganda concentra, hoje, a quarta maior população de refugiados do mundo, posicionando-se, apenas, atrás da Turquia, da Colômbia e do Paquistão. Estima-se em cerca de 882 mil pessoas o número atual de refugiados sul-sudaneses em Uganda, os quais representam a maior parte dos refugiados no país. Segundo a ONU, para garantir a assistência a esse volume de refugiados no biênio 2019-2020, seria necessário cerca de US$ 1,75 bilhão, para o que Uganda depende da assistência humanitária internacional.

A política de acolhimento de refugiados em Uganda é considerada modelo pela ONU, ao aliar assistência humanitária e desenvolvimento humano. Aos refugiados são concedidos os direitos de livre circulação e de trabalho, sendo-lhes dado acesso à terra e aos serviços de saúde e educação. O aumento vertiginoso da população de refugiados, no entanto, desafia a sustentabilidade desse modelo.

Tradicionalmente, os EUA, o Reino Unido e os países da União Europeia são os países que mais contribuem com doações para Uganda.

A China, por sua vez, consolidou-se, nos últimos anos, como parceiro-

chave de Uganda, sobretudo no plano do comércio e dos investimentos.

A estabilidade político-econômica alcançada nas últimas décadas também permitiu ao país exercer papel político cada vez mais relevante em sua região. Em junho de 2010, Kampala sediou a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional e, em julho subsequente, a Cúpula de Chefes de Estado e de governo da União Africana. Uganda é membro da ONU e de várias agências associadas, bem como membro fundador da União Africana. Também pertence ao Movimento de Países Não-Alinhados, ao Grupo dos 77, e à Organização da Conferência Islâmica. Em julho de 2010, foi estabelecido centro de serviços regional das Nações Unidas em Entebe (distrito limítrofe a Kampala onde se encontra o principal aeroporto do país), destinado a prestar apoio logístico às missões de paz no continente. Vale mencionar, também, que o presidente Museveni teve atuação como mediador do processo de paz no Sudão do Sul, bem como no Burundi.

Uganda é o principal contribuinte de tropas para a missão de paz da União Africana na Somália (AMISOM). Em julho de 2010, como retaliação ao engajamento ugandense em favor da estabilização daquele país, o Al-Shabaab perpetrou atentado terrorista em Kampala, que resultou em dezenas de vítimas. No contexto das eleições presidenciais de 2016, novas ameaças de ataque pelo Al-Shabaab causaram preocupação em Uganda, embora não tenham sido concretizadas. Nesse contexto, o governo de Uganda tem-se manifestado contrariamente à progressiva redução dos contingentes da AMISOM a partir de dezembro de 2017, com a finalidade de transferir-se para as forças de segurança somalianas a primazia sobre a defesa e a segurança do país até 2021. Em março de 2018, Kampala sediou Cúpula dos Países Contribuidores de Tropas para a AMISOM. Ao final do evento, foi emitida declaração na qual a retirada gradual da missão foi julgada precipitada, sobretudo em vista da ameaça representada pelo Al-Shabaab, bem como foi realizado apelo para que o Conselho de Segurança da ONU revisasse a decisão. Apesar disso, em fins de 2018, teve prosseguimento o cronograma de redução dos efetivos da missão de paz.

ECONOMIA

Sob o governo de Museveni, a política econômica tem sido caracterizada por uma abordagem favorável ao livre-mercado, bem como pelo aprofundamento da integração regional no seio da Comunidade da África Oriental (EAC).

Uganda vem sendo beneficiada pelas receitas advindas da descoberta de grandes reservas de petróleo na fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), as quais têm contribuído para os investimentos governamentais em setores estratégicos. Empresas como a britânica Tullow Oil, a francesa Total e a chinesa CNOOC estão presentes no país.

A economia ugandense tem crescido substancialmente nos últimos anos, devido, sobretudo, a reformas econômicas e a um aumento na população urbana. O PIB de 2019 foi estimado em US$ 34,39 bilhões, com um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. O PIB per capita de 2019 foi estimado em US$776,77. A expectativa, contudo, é de que o PIB tenha contração de 1,4% em 2020, refletindo o efeito negativo da pandemia do novo coronavírus sobre o comércio e o turismo ugandenses. O crescimento deverá ser retomado entre 2021 e 2024 a uma média de 5,1% ao ano, impulsionado, principalmente, pelos serviços e pela indústria.

Os investimentos, sobretudo em infraestrutura, são uma variável-chave para a manutenção de níveis sustentáveis de crescimento no país nos próximos anos. Desse modo, deverá manter-se ou elevar-se a dependência de Uganda em relação a investidores externos, cujas instituições financeiras têm tido papel central no fornecimento de crédito para a construção de infraestrutura nos setores de energia e de transportes. Como consequência, a dívida externa de Uganda tem-se elevado em ritmo acelerado, tendo passado de US$ 5,6 bilhões, em 2015, para US$ 10,8 bilhões, em 2018, segundo estimativa.

Em decorrência de seu dinamismo econômico, bem como do processo de urbanização, o setor de serviços de Uganda vem ganhando espaço na economia, já sendo responsável por 40% do PIB. Subsetores importantes são os de finanças, informação e comunicação. Apesar disso, a agricultura continua a desempenhar papel fundamental na geração de renda no país. Em 2019, cerca de 75% da população de Uganda viviam em zonas rurais, e 72% dos empregos dependiam do setor agrícola.

O déficit fiscal em Uganda apresenta tendência de alta para os próximos anos, como resultado da atual crise de saúde pública e das eleições, e deverá atingir 7,9% do PIB no biênio 2020/2021. A projeção,

contudo, é de que esse déficit poderá ser contido nos anos seguintes. Além disso, ressalta-se que, em 2015, 53,6% das despesas governamentais em Uganda foram provenientes da ajuda oficial ao desenvolvimento.

Desde 1990, a economia tem respondido positivamente, apresentando resiliência diante de crises internacionais como a de 2008, assim como a atual crise gerada pela pandemia de Covid-19. Em 2016, a arrecadação de impostos atingiu 4,6% do PIB. Estima-se que a inflação em 2020 gire em torno de 3,8%.

No setor externo, as exportações de Uganda somaram US$ 1,3 bilhão em 2019, e as importações, US$ 3,5 bilhões. Naquele ano, destacaram-se, na pauta de exportações do país, as vendas de café, peixes, chás, laticínios, cacau, flores, produtos da horticultura e tabaco. Em relação aos principais bens importados, destacaram-se os equipamentos de maquinaria, veículos, equipamentos elétricos e suprimentos médicos.

Os principais mercados de destino para as exportações ugandenses, em 2019, foram: Quênia (25,6%); Itália (10%); Alemanha (7,2%); Holanda (6,4%); Estados Unidos (6,4%); Bélgica (4,6%); Hong Kong (4,3%); e China (3,2%). As principais origens das importações de Uganda, por sua vez, foram: China (20,7%); Índia (17,7%); Quênia (17,4%); e Japão (5,1%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1962	Uganda torna-se independente com Edward Muteesa como Presidente e Milton Obote como Primeiro-Ministro.
1966	Milton Obote suspende a Constituição e toma o poder.
1967	Nova Constituição centraliza o poder nas mãos do Presidente.
1971	Chefe do Exército, Idi Amin Dada, depõe Milton Obote e assume o poder. Sua gestão é marcada por violência política.
1979	Amin exila-se na Líbia e na Arábia Saudita, onde morre em 2003.
1980	Milton Obote vence eleições presidenciais e retorna à presidência do país.
1985	Obote é deposto por um golpe militar e é substituído por Tito Okello.
1986	Rebeldes do "Exército de Resistência Nacional" tomam Kampala e Yoweri Museveni assume como Presidente.
1993	Museveni restaura os reinos tradicionais, mas sem poderes políticos.
1995	Nova Constituição é promulgada, adotando o sistema de partido único.
1996	Museveni é eleito Presidente pelo voto direto.
Jun/2000	Em referendo, ugandenses rejeitam o multipartidarismo, em favor do sistema de partido único.

Jan/2001	A Comunidade da África Oriental é criada em Arusha, Tanzânia, com metas ambiciosas de integração econômica e monetária, além de uma bandeira e passaportes comuns. Seus membros são: Quênia, Tanzânia e Uganda.
Mar/2001	Museveni é reeleito para novo mandato de 5 anos.
Mar/2002	Sudão e Uganda assinam acordo para a contenção do grupo rebelde "Lord´s Resistance Army" (LRA), ativo na fronteira entre os dois países.
Dez/2004	Governo e rebeldes do LRA iniciam as primeiras conversas.
Jul/2005	Parlamento ugandense aprova emenda constitucional que retira os limites constitucionais ao número de reeleições. Em referendo, cidadãos votam pelo retorno do multipartidarismo.
Fev/2006	Museveni vence as eleições presidenciais multipartidárias com 59% dos votos.
Mar/2007	Tropas de paz de Uganda são enviadas à Somália como parte de missão da União Africana para estabilizar o país.
Jan/2009	Empresa britânica Heritage Oil anuncia a descoberta de petróleo em Uganda.
Jun/2010	Ocorre em Kampala a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional.
Fev/2011	Museveni vence sua quarta eleição presidencial.
Out/2015	Tropas ugandenses começam a deixar o Sudão do Sul após a conclusão de acordo de paz entre o presidente Salva Kiir e o líder rebelde Riek Machar.
Fev/2016	Museveni vence as eleições presidenciais.

Jul/2018	A Corte Constitucional de Uganda valida emenda constitucional que elimina limite de idade para candidatos à Presidência, abrindo caminho para a candidatura de Museveni a um quinto mandato em 2021.
Jun/2019	É registrado, em Uganda, primeiro caso recente de contaminação pelo vírus ebola, em indivíduo proveniente da República Democrática do Congo. A epidemia, contudo, foi rapidamente controlada no país.
2020/Jun	É divulgado cronograma para as eleições gerais de 2021, a se realizarem entre janeiro e fevereiro. Devido à pandemia no novo coronavírus, são proibidos os comícios e a campanha eleitoral é restrita aos meios digitais.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1970	Brasil estabelece relações diplomáticas com Uganda.
Jun/1984	Visita do Ministro de Cooperação e Comércio de Uganda, Yona Kanyomozi, ao Brasil.
Jun/1992	Presidente ugandense Yoweri Museveni vem ao Brasil para participar da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente.
Jun/2004	Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar da XI Conferência da UNCTAD em São Paulo.
Out/2007	Brasil oferece, de comum acordo com o governo queniano, duas vagas a candidatos ugandenses para participar do curso "Kenya Wildfire Service" sobre prevenção e combate de incêndios florestais. O curso foi promovido pela ABC e ministrado pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

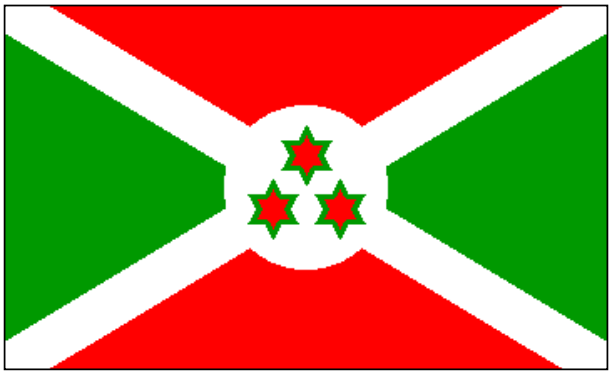
Out/2008	Missão integrada por especialistas da EMBRAPA e da Rede Interuniversitária de apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro (RIDESA) visitou Quênia, Uganda e Ruanda para discutir zoneamento agrícola e produção de etanol baseado em cana-de-açúcar.
Nov/2008	Ministra de Água e Meio Ambiente de Uganda, Maria Mutagamba, participou do Segmento Intergovernamental de Alto Nível da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizado em São Paulo.
Ago/2009	Missão de estudos composta por técnicos da área de energia de Uganda e Ruanda vem ao Brasil para conhecer a experiência do país em biocombustíveis.
Nov/2009	Missão do Comitê de Parlamentar de Assuntos Presidenciais de Uganda visitou o Brasil para conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao tratamento de denunciantes de corrupção.
Mar/2010	Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar do V Foro Urbano Mundial, no Rio de Janeiro.
Mai/2010	Ministro da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye compareceu à Reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e da África.
Jul/2010	É organizado em Kampala o seminário "Pro-Renova" de difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira.
Dez/2010	Diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais mantiveram consultas políticas em Kampala com seus homólogos ugandenses.
Set/2011	Foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e Uganda.
Mar/2012	Foi realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas brasileiras de proteção social.
Abr/2012	À margem da 126ª Assembleia da União Interparlamentar, ocorrida em Kampala, o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins, encontrou-se com a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga.
Jun/2012	Ministra do Meio Ambiente ugandense, Flavia Munaaba, vem ao Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

2013	Brasil doa a Uganda 2 mil toneladas de arroz, no valor de US$ 949.465, destinadas a campos de refugiados congoleses no país.
Mai/2014	O presidente Museveni encontra-se com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana
Mar/2015	O então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda, Embixador Johnny Muhindo, visita o Brasil, ocasião em que é anunciada a intenção de Uganda de instalar embaixada em Brasília.
2017	Ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca de Uganda, Vincent Ssempijja, chefia delegação ugandesa ao Brasil, a convite do setor privado, para conhecer a experiência brasileira em cultivo, colheita e processamento de café.
2018	Ministro de Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Vincent Ssempijja, participa de missão de ministros da agricultura de 14 países africanos ao Brasil, no âmbito de projeto trilateral de cooperação (ABC-USAID), para conhecer as tecnologias e práticas brasileiras de combate à lagarta-do-cartucho.

ATOS BILATERAIS		
Título	**Data Celebração**	**Vigência**
Acordo de Cooperação Técnica	29/09/2011	Em tramitação no Congresso Nacional

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO BURUNDI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
2020

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Burundi
GENTÍLICO	Burundinês, burundinesa; burundês, burundesa
CAPITAL	Gitega (desde janeiro de 2019)
ÁREA	27 834 km²
POPULAÇÃO (2019 - ONU)	11,5 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	kirundi (nacional e oficial) e francês (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (91,5%); religiões tradicionais africanas (5%); muçulmanos (2%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Senado ou Inama Nkenguzamateka, com 43 assentos e Assembleia Nacional ou Inama Nshingamateka com 121 assentos.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Evariste Ndayishimiye (desde jun/2020)
CHANCELER	Albert Shingiro (desde junho de 2020)
PIB NOMINAL (BM, 2019)	US$ 3,01 bilhões (Brasil US$ 1,84 trilhão)
PIB PPP (BM, 2019)	US$ 9,03 bilhões (Brasil US$ 3,22 trilhões)
VARIAÇÃO DO PIB (BM, 2019)	1,84% (2019); 1,61% (2018); 0,5% (2017);
PIB PER CAPITA (BM, 2019)	US$ 261,25 (Brasil US$ 8.717)
PIB PER CAPITA PPP (BM, 2019)	US$ 781,82 (Brasil US$ 15.258)
IDH (PNUD, 2019)	0,423 (185º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2019)	61,2 anos
ALFABETIZAÇÃO (Unesco, 2018)	88,22%
DESEMPREGO (BM, 2019)	1,43%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Burundinês (USD 1 = BIF 1936)

EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Pauline Ruratotoye
EMBAIXADOR NO BURUNDI (residente em Nairóbi)	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ mil F.O.B) – FONTE: MDIC

BRASIL ➔ BURUNDI	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan–ago)**
Intercâmbio	**420,9**	**231,9**	**183,5**	**122,9**	**77,5**	**100,8**	**42,3**	**208,9**	**0,5**
Exportações	301,5	175,5	183,4	115,4	77,5	100,8	42	208,9	0,5
Importações	119,5	56,4	0,1	7,5	-	-	0,3	-	0
Saldo	182,0	119,1	183,3	107,9	77,5	100,8	41,7	208,9	0,5

APRESENTAÇÃO

O Burundi, oficialmente República do Burundi, localiza-se na região africana dos Grandes Lagos. O país faz fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), a oeste; com a Tanzânia, ao leste e ao sudeste; e Ruanda, ao norte. Assim como Ruanda e Uganda, igualmente países da região dos Grandes Lagos, o Burundi não tem acesso ao mar. Etnicamente, a população do Burundi é composta por hutus (85%), tutsis (14%) e twas (1%).

Com território pouco maior do que o de Alagoas (27.834 km²) e mais de 11 milhões de habitantes, o Burundi é o sexto menor país africano e apresenta a segunda maior densidade populacional da África Subsaariana, atrás apenas de Ruanda.

O Reino do Burundi (ou Urundi) constituiu-se no século XVI e permaneceu independente até o final do século XIX. Com a partilha da África pelos impérios coloniais europeus, o território do Burundi foi incorporado, em 1892, à África Oriental Alemã, que incluía também Ruanda e Tanganica (equivalente ao território continental da atual Tanzânia). Após a I Guerra Mundial, com a derrota da Alemanha, o território colonial alemão na África Oriental foi desmembrado. O Burundi, juntamente com Ruanda, passou então a ser controlado pela Bélgica, sob a denominação de Ruanda-Urundi.

O Burundi tornou-se independente em 1962 e atravessou período de conflito civil de 1993 a 2003, mas desde 2006 é considerado exemplo exitoso de reconstrução da paz. A última eleição presidencial foi em junho de 2020.

PERFIL BIOGRÁFICO

EVARISTE NDAYISHIMIYE
Presidente da República

Evariste Ndayishimiye nasceu em 1968, em Gitega, atual capital do Burundi. Com o fim da guerra civil, em 2003, tornou-se liderança importante do Conselho Nacional pela Defesa da Democracia – Forças pela Defesa da Democracia (CNDD-FDD), partido político originado do grupo armado FDD.

Em 2003, Ndayishimiye tornou-se comandante do Exército do Burundi. Entre 2006 e 2007, exerceu a função de ministro do Interior e Segurança Pública. Entre 2007 e 2014, ocupou a chefia do Gabinete Militar da presidência. A partir de 2016, atuou como de secretário-geral do CNDD-FDD, deixando o cargo em janeiro de 2020, para concorrer como candidato às eleições presidenciais.

Ndayishimiye venceu as eleições com cerca de 68% dos votos e assumiu a Presidência da República em 18 de junho de 2020, dois meses antes do esperado, devido à morte repentina do presidente Pierre Nkurunziza naquele mês.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Burundi em 1980. Desde 1997, a Embaixada do Brasil em Nairóbi encarrega-se das relações com o país. Em março de 2012, o Burundi abriu embaixada residente em Brasília, uma das mais recentes embaixadas de país africano na capital brasileira, gesto que refletiu a importância atribuída pelo governo do Burundi à parceria com o Brasil, país identificado como relevante para seu desenvolvimento econômico e social.

A visita que o então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Augustin Nsanze, realizou ao Brasil, em agosto de 2009, foi a primeira de um chanceler burundês ao país. Na ocasião, Nsanze manteve encontros nos ministérios das Cidades e da Saúde e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Também realizou visitas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), à Embrapa e à Agência Nacional de Águas (ANA). Foi também assinado Acordo de Cooperação Técnica, que entrou em vigor em março de 2013.

Em novembro de 2011, o então chanceler Antonio Patriota encontrou-se com o seu homólogo Laurent Kavakure, à margem da Reunião Ministerial das Cúpulas América do Sul-África (Cúpulas ASA), em Malabo. Dois anos mais tarde, teve lugar a III Cúpula ASA (Malabo, 22/2/2013). Na ocasião, a então presidente Dilma Rousseff, em reunião com o seu homólogo, Pierre Nkurunziza, anunciou a disposição brasileira de manter cooperação com o Burundi no domínio da segurança alimentar.

Em abril de 2013, o chanceler Kavakure realizou visita ao Brasil, que incluiu, além de Brasília, São Paulo. A agenda da visita centrou-se na discussão de oportunidades de cooperação entre os dois países, sobretudo nos domínios da segurança alimentar, construção de cisternas, promoção do acesso à energia elétrica e pesca. Na ocasião, foram assinados o Acordo de Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço e o Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Erradicação da Fome e da Pobreza.

Em novembro de 2018, o então chanceler Aloysio Nunes e o embaixador do Burundi em Brasília, Gaudence Sindayigaya, assinaram Acordo na Área Educacional e Memorando de Entendimento para Cooperação e Treinamento de Diplomatas, em Brasília.

Diálogo político em foros multilaterais

No plano do diálogo político, as relações com o Burundi apresentam significativa fluidez. Em reconhecimento da sintonia dos interesses burundineses com as posições defendidas pelo Brasil no nível multilateral, o Burundi tem apoiado candidaturas brasileiras a postos de direção de organismos internacionais.

Com o intuito de preservar e consolidar os avanços obtidos no processo de paz que levou ao fim de longo conflito civil no Burundi (1993-2003), o país foi incluído, em 2006, na agenda da Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

Comprometido com a interconexão entre paz, segurança e desenvolvimento, o governo brasileiro atuou fortemente na criação da CCP e, naturalmente, tem demonstrado engajamento nos esforços de consolidação da paz liderados por aquela Comissão.

Nesse contexto, desde 2006, o Brasil passou a participar de conferências internacionais em apoio ao desenvolvimento burundinês, como a Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi, em 2007, e a Conferência de Parceiros para o Desenvolvimento do Burundi, realizada em Genebra, em 2012.

Cooperação bilateral

O Brasil tem sido parceiro de cooperação do Burundi, tendo desenvolvido iniciativas, tanto bilaterais quanto trilaterais, em benefício daquele país africano em diversas áreas, como saúde (combate ao HIV/AIDS), energia (biocombustíveis), esporte (capacitação em futebol) e segurança alimentar (doação de alimentos e alimentação escolar).

Atualmente, o único projeto bilateral em execução é o "Cotton-Victoria", para o fortalecimento do setor algodoeiro na Bacia do Lago Vitória. Além do Burundi, Quênia e Tanzânia beneficiam-se também desse projeto. Executado ao abrigo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a União Africana, o "Cotton-Victoria" foi formulado nos moldes do Projeto "Cotton-4", desenvolvido na África Ocidental, e faz parte do esforço do governo brasileiro para a aplicação dos recursos alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) no financiamento de projetos de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras em algodão a países da África tradicionalmente produtores dessa cultura. O Projeto "Cotton-Victoria" é implementado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA).

A assinatura do Acordo na Área Educacional entre Brasil e Burundi e do Memorando de Entendimento para Cooperação em Treinamento de Diplomatas, em 2018, abre a possibilidade de cooperação bilateral nessas áreas. O Acordo na Área Educacional, que permite aos estudantes do Burundi cursar universidades no Brasil, por meio do Programa Estudante Convênio, nas modalidades de graduação e pós-graduação (PEC-G e PEC-PG), encontra-se atualmente em tramitação na Casa Civil. Já o Memorando de Entendimento para cooperação entre o Instituto Rio Branco (IRBr) e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Burundi permitirá a diplomatas daquele país participar de cursos na Academia Diplomática brasileira.

Comércio e investimentos bilaterais

O intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi, nos últimos sete anos, apresentou tendência de queda, passando de US$ 421 mil, em 2012, para US$ 42,3 mil, em 2018. Em 2019, o intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi apresentou sinais de recuperação, totalizando US$ 208,9 mil, constituído exclusivamente por exportações brasileiras.

Não há registros de empresas brasileiras no Burundi, tampouco de empresas burundesas no Brasil.

POLÍTICAS INTERNA E EXTERNA

Política Interna

O Burundi obteve sua independência do Reino da Bélgica e separação de Ruanda em 1962, tornando-se uma monarquia constitucional. Em 1966, tornou-se uma república. Apesar de minoria étnica, os tutsis mantiveram controle do governo e forças armadas até 1990. Nesse período, houve conflito com a maioria hutu. Em 1972, ocorreu o genocídio de 250 mil hutus.

Em 2005, foi adotada nova constituição. Em 2018, foi aprovada em plebiscito reforma constitucional proposta pelo Executivo. Modificações no mandato presidencial permitiriam ao presidente Nkurunziza candidatar-se novamente ao cargo. No entanto, ao promulgar a nova Constituição, Nkurunziza anunciou que não concorreria novamente à presidência e faleceu em junho de 2020. Apesar da pandemia da COVID-19, as eleições foram realizadas, conforme previsto, em maio de 2020. O candidato presidencial do partido governista (CNDD-FDD), Evariste Ndayishimiye, foi eleito com cerca de 68% dos votos. O principal líder oposicionista, Agathon Rwasa, obteve 25% dos votos.

Com a repentina morte do presidente Nkurunziza, em 8 de junho de 2020, a Corte Constitucional do Burundi antecipou a posse do presidente eleito, prevista inicialmente para fins de agosto, para 18 de junho. A ascensão de Evariste Ndayishimiye ao cargo de presidente da República constituiu a primeira transição democrática de poder no Burundi, desde a independência do país em 1962.

Política Externa

A política externa do Burundi é fortemente influenciada por seu entorno regional. Quanto às organizações regionais africanas, o Burundi é membro da Comunidade da África Oriental (EAC, na sigla em inglês), organização regional que inclui também Uganda, Ruanda, Quênia, Tanzânia e Sudão do Sul; e da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS, na sigla em inglês), que inclui também Angola, Cameroun, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

O país apresentou destacado engajamento na solução de conflitos regionais, por meio da contribuição de tropas para forças de manutenção da paz. Atualmente, o país permanece sendo, ao lado de Uganda, um dos principais contribuintes de tropas para a Missão da União Africana na Somália (AMISOM).

ECONOMIA

O Burundi ocupa a 185ª posição entre 189 países listados no ranking de desenvolvimento humano das Nações Unidas de 2019. Com as eleições de 2005, o Burundi realizou reformas político-institucionais e econômicas profundas que viabilizaram a retomada do desenvolvimento. De 2006 a 2014, a economia burundinesa cresceu a uma taxa média de 5% ao ano.

Em 2015, a economia passou a desacelerar-se. Nos anos seguintes, o PIB cresceu, em média, 0,84%. Em 2019, o crescimento do PIB foi de 1,84%.

A dívida externa decresceu ligeiramente de US$ 625 milhões, em 2015, para US$ 589 milhões em 2018, o que equivale a retração de 5,8%. A inflação no país também vinha seguindo trajetória de queda desde 2017, tendo sido de -0,7% em 2019. Em 2020, contudo, o FMI estima que essa taxa poderá elevar-se a 8%.

O principal setor da economia burundinesa, o de serviços, representa cerca de 47,9% do PIB, e emprega 6,5% da população. A agricultura emprega 92% da população e responde por cerca 28,9% do PIB, ao passo que o setor industrial emprega 1,45% da população e responde por 10,9% do PIB.

No ano de 2018, o país recebeu US$ 450 milhões em ajuda externa. Em julho de 2020, o FMI decidiu suspender, por três meses, a cobrança de US$ 7,6 milhões relativos à dívida do Burundi com o organismo. Esse alívio, que poderá ser ampliado para US$ 24,97 milhões, por período de 21 meses, visaria a ajudar nas despesas da saúde pública e a mitigar o choque nas contas externas do país, no contexto dos esforços de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

No setor externo, em 2019, as exportações do Burundi somaram US$ 180,7 milhões, e as importações, US$ 887,3 milhões. Naquele ano, os principais produtos de exportação foram pedras e metais preciosos (37%) e café e chá (33%), enquanto os principais itens de importação foram combustíveis e óleos minerais (18,6%), veículos (9,1%), e produtos farmacêuticos (7,1%).

Os principais países de destino das exportações burundinesas foram, em 2019, Emirados Árabes Unidos (39%), República Democrática do Congo (11%), Paquistão (6,1%) e Suíça (5,7%). Já os principais países de origem das importações do país foram China (15,3%), Arábia Saudita (15,2%), Índia (7,9%) e Emirados Árabes Unidos (6,9%).

O Burundi integra, juntamente com Tanzânia, Uganda, Quênia e Ruanda, a Comunidade da África Oriental (EAC), bloco regional com PIB de US$ 193 bilhões, que tem como meta o estabelecimento de uma União Monetária até 2024. Em julho de 2018, o país assinou o acordo de criação da Área de Livre Comércio Africana, embora sem ainda o ter ratificado. Estima-se que a criação da Área, que poderá vir a tornar-se a maior área de livre comércio do mundo, tenha potencial para incrementar o comércio intra-africano em 52% até 2022.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1885	No Congresso de Berlim, o território do Burundi fica sob domínio alemão.
1918	Com fim da I Guerra Mundial, o Burundi é administrado indiretamente pela Bélgica.
1955	Surgimento dos primeiros movimentos nacionalistas.
1959	A Bélgica concede autonomia ao território do Burundi.
1959	Início do acirramento dos conflitos étnicos entre tutsis e hutus.
1961	Realização de eleições legislativas.
1961	Assassinato do Príncipe Rwagasore.
1962	O Burundi torna-se independente da Bélgica.
1962	O Rei Mwambutsa torna-se Chefe de Estado.

1966	O Coronel Michel Micombero depõe Mwambutsa, proclama a república e institui regime militar.
1976	Golpe militar derruba Coronel Micombero e Jean-Baptiste Bagaza assume a presidência.
1987	Bagaza é deposto em golpe liderado por Pierre Buyoya.
1993	Eleições multipartidárias acabam com governo militar. Eleito presidente, Melchior Ndadaye (Frobedu) é assassinado quatro meses depois.
1994	Parlamento indica Cyprien Ntaryamira para presidência. Ntaryamira é morto durante atentado ao voo que levava também o presidente de Ruanda. Parlamento indica para a presidência Sylvestre Ntibantunganya, presidente do Parlamento.
1996	Ex-presidente Pierre Buyoya lidera segundo golpe e suspende a Constituição.
1998	Buyoya toma posse como presidente do Burundi com anuência do Parlamento
1999	Presidente da Tanzânia apoia negociações entre as facções rebeldes burundinesas.
2000	É estabelecido o Acordo de Paz de Arusha. Governo e três grupos rebeldes tutsi assinam acordo de cessar-fogo.
2001	Principal grupo hutu (FDD) e Presidente Buyoya iniciam negociações para cessar-fogo. Nelson Mandela lidera negociações que levam a instauração de governo de transição onde tutsis e hutus compartilharão o poder.
2002	Jean Minani, líder do principal grupo hutu, é eleito presidente do governo de transição.

2003	Domitien Ndayizeya sucede Buyoya como presidente do governo de transição. Ndayizeya e líder do FDD, Pierre Nkurunziza, assinam, em cúpula de líderes africanos na Tanzânia, acordo para terminar a guerra civil. Nkuruzinza e outros membros do FDD são incorporados ao governo do país.
2004	Forças da ONU tomam a frente do processo de pacificação, antes liderado por tropas da União Africana.
2005	Pierre Nkuruzinza é eleito presidente. Grupo rebelde hutu, FNL, permanece ativo e recusa negociação de paz.
2006	FNL e o governo do assinam cessar-fogo, na Tanzânia.
2007	ONU encerra a missão de paz e focaliza suas operações de reconstrução, com a criação do Escritório Integrado das Nações Unidas no Burundi (BINUB). RDC, Ruanda e Burundi reavivam a Comunidade Econômica dos Grandes Lagos.
2008	Escalada de tensões e retomada do confronto levam a novo acordo de cessar-fogo.
2009	O Clube de Paris perdoa toda a dívida do Burundi, US$ 134.3 milhões, com seus membros. O último grupo rebelde hutu, FNL, transforma-se oficialmente em partido político.
2010	O Presidente Nkurunziza é reeleito com 92% dos votos válidos, em pleito boicotado por partidos da oposição.
Dez/2014	É concluído o mandato do Escritório das Nações Unidas no Burundi.
Abr/2015	Anúncio da candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandato presidencial leva à instauração de ambiente de crise política e deterioração do quadro de segurança.
Mai/2015	Após a tentativa fracassada de golpe de estado, a posição do governo recrudesceu, passando a apontar alguns grupos de oposição como "terroristas".

Jul/2015	Nkurunziza é reeleito presidente, com 69% de votos favoráveis, em pleito com 30% do total de votantes.
Dez/2015	A União Africana anuncia que enviaria missão de proteção e prevenção ao Burundi, rejeitada pelo presidente Nkurunziza.
2016	Manteve-se o clima de tensões e divisão política. A Comunidade da África Oriental (EAC) promove diálogo entre forças políticas no Burundi.
Abr/2016	O Tribunal Penal Internacional (TPI) anuncia a abertura de investigação preliminar sobre abusos de direitos humanos no Burundi.
Jul/2016	O Conselho de Segurança da ONU (CSNU) adota resolução (2303) autorizando o envio de missão policial, para monitorar a situação de segurança no Burundi e apoiar os observadores do Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (OHCHR). O governo do Burundi rejeita publicamente o envio de força policial com outro objetivo exceto o treinamento da polícia local.
Ago/2016	O Burundi fecha sua fronteira com Ruanda, em decorrência do agravamento das tensões nas relações bilaterais.
Set/2016	O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas cria Comissão de Inquérito (resolução 33/24, de 30/09/2016) para investigar as violações dos direitos humanos no Burundi desde 2015.
Out/2016	O governo do Burundi notifica à ONU a denúncia do país do Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI)
Out/2017	Entra em vigor a saída do Burundi do TPI.
Mai/2018	Aprovada em referendo reforma constitucional proposta pelo Executivo. A proposta enfraquece os mecanismos de partilha de poder previstos no Acordo de Arusha, base da reconstrução pós-conflito do estado burundês.

Jun/2018	Promulgada a nova Constituição do Burundi. Presidente Nkurunziza anuncia que não concorrerá nas eleições presidenciais.
Jan/2019	Oficializada a transferência da capital de Bujumbura para Gitega. O processo de transferência da capital deverá durar três anos. Atualmente, a nova capital conta apenas com palácio presidencial. O Legislativo e o Judiciário ainda têm sede em Bujumbura.
Mai/2020	Realizadas eleições presidenciais e legislativas. O candidato a presidente pelo partido governista, Evariste Ndayishimiye, vence as eleições com cerca de 68% dos votos.
Jun/2020	Após morte repentina do presidente Nkurunziza, Evariste Ndayishimiye toma posse como presidente do Burundi, dois meses antes da data prevista para a cerimônia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1980	Estabelecimento das relações bilaterais.
2007	Participação do Brasil na Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi.
2008	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisa Econômica. Aplicada (IPEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico do Burundi (IDEC).
2008/abr	Viagem a Bujumbura do Dr. Paulo Galerani, do Escritório Regional da EMBRAPA em Acra, na qual manteve encontros com o ministro da Agricultura do Burundi.
2009/jul	Visita da embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes ao Burundi, acompanhando a equipe de futebol “Além-Brasil”, que manteve amistoso com a seleção sub-20 local.
2009/ago	Visita oficial do chanceler do Burundi ao Brasil. Assinado Acordo de Cooperação Técnica.

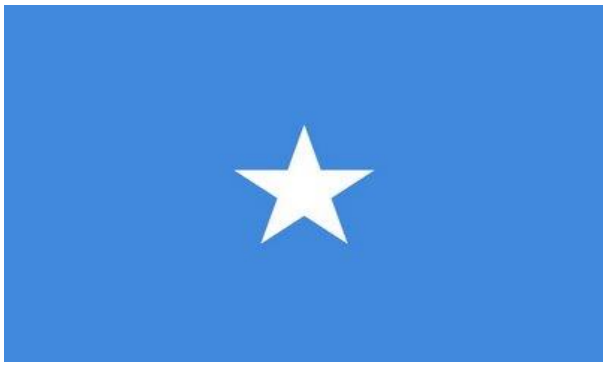
2011/jun	Encontro entre os então chanceleres Antonio Patriota e Augustin Nsanze, à margem da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York. Na ocasião, o Burundi manifestou apoio à candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção Geral da FAO.
2011/out	O Burundi foi incluído entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Ao amparo da lei, o Brasil efetuou doação de 2 mil toneladas de arroz ao PMA-Burundi, em 2012.
2011/nov	Encontro Ministerial entre os então chanceleres Antonio Patriota e Laurent Kavakure, à margem da IV Reunião Ministerial da ASA, em Malabo.
2012/mar	Abertura da Embaixada do Burundi em Brasília.
2012/ago	Viagem a Bujumbura da embaixadora, não residente, do Brasil para o Burundi, para participar da inauguração de centro de saúde para detecção e prevenção de HIV/AIDS, construído no âmbito de cooperação prestada pelo Fundo IBAS. Encontro da embaixadora com o chanceler Kavakure.
2012/out	Participação de enviado brasileiro na Conferência de Parceiros do Desenvolvimento do Burundi. Na ocasião o governo brasileiro ofereceu apoio ao II Plano de Ação para a Redução da Pobreza no Burundi (2012-16)
2013/fev	Encontro da então presidente Dilma Rousseff com seu homólogo burundinês, Pierre Nkurunziza, à margem da III Cúpula ASA, em Malabo.
2013/abr	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Laurent Kavakure.
2018	O então chanceler Aloysio Nunes e o embaixador do Burundi em Brasília, Gaudence Sindayigaya, assinam Acordo na Área Educacional e Memorando de Entendimento para Cooperação e Treinamento de Diplomatas, em Brasília.

ATOS BILATERAIS

Título	**Data de Celebração**	**Vigência**
Acordo de Cooperação Técnica	25/08/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Erradicação da Fome e da Pobreza	16/04/2013	Em vigor
Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.	16/04/2013	Em vigor
Memorando de Entendimento para Cooperação em Treinamento de Diplomatas	13/11/2018	Em vigor
Acordo Educacional	13/11/2018	Em tramitação Ministérios/Casa civil

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA FEDERAL DA SOMÁLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
2020

DADOS BÁSICOS SOBRE A SOMÁLIA	
NOME OFICIAL	República Federal da Somália
GENTÍLICO	Somali, somaliano(a)
CAPITAL	Mogadíscio
ÁREA	637.657 km² (pouco maior que o Estado de MG)
POPULAÇÃO (CIA, 2020 est.)	11,8 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Somali e Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo Sunita (99,8%, religião oficial)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federal Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; a Câmara Alta (*Aqalka sare*) e a Câmara Baixa (*Aqalka hoose*) formam o Parlamento Federal da Somália (*Baarlama-anka Federaalka Soomaaliya*).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Mohamed Abdullahi Mohamed (desde 2017)
CHEFE DE GOVERNO	PM Mahdi Mohamed Guled (desde jun/2020)
CHANCELER	Ahmed Isse Awad (desde jan/2018)
PIB nominal (CIA, 2017 est.)	US$ 7,05 bilhões (Brasil US$ 1,84 trilhão/ BM - 2019)
PIB PPP (CIA World Factbook, 2017)	US$ 20,44 bilhões (Brasil US$ 3,22 trilhões/ BM - 2019)
PIB nominal *per capita* (BM, 2018)	US$ 314,54 (Brasil US$ 8.717 BM - 2019)
PIB PPP *per capita*	Informação não disponível
VARIAÇÃO DO PIB (Trading Economics, 2019)	2.9% (2019); 2,8% (2018); 2,4% (2017)
IDH	Informação não disponível
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	57 anos

ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Pnud, 2015)	31.8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2019)	11,35%
UNIDADE MONETÁRIA (08/09/2020)	Xelim Somaliano (1 dólar = 584 SOS)
EMBAIXADORA NA SOMÁLIA (residente em Nairóbi)	Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	A ser designado (não residente)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SOMÁLIA (US$ milhões F.O.B) - Fonte: MDIC									
BRASIL → SOMÁLIA	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan-ago)**
Intercâmbio	**14,9**	**23,3**	**24,7**	**36,9**	**81,4**	**69,7**	**60,8**	**20,4**	**45,67**
Exportações	11,8	21,2	24,6	36,9	81,4	69,7	60,8	20,4	45,67
Importações	3,1	2,1	0,07	0,02	0,01	0	0	0,04	0,002
Saldo	8,7	19,1	24,5	36,9	81,4	69,7	60,8	20,4	45,67

APRESENTAÇÃO

A República Federal da Somália localiza-se na região do Chifre da África e faz fronteira com o Djibuti, a noroeste, com o Quênia, a sudoeste, com o Iêmen, ao norte, e com a Etiópia, a oeste. O país também é limitado pelo Golfo de Aden, ao norte, e pelo Oceano Índico, a leste. A população

da Somália foi estimada em 12,3 milhões, em 2014. O país esteve, a partir da década de 1920, dividido em Somalilândia britânica, no norte, e Somalilândia italiana, no sul. Em 1960, ambos os territórios obtiveram a independência, e uniram-se, para formar a República Somaliana.

Durante a década de 1990, a Somália passou por guerra civil e, posteriormente, por grave instabilidade. Em 1992, foi criada a primeira missão de paz para a Somália, no âmbito das Nações Unidas e, em 2007, foi criada missão de paz promovida pela União Africana (AMISOM), que, juntamente com o fortalecimento da ajuda financeira internacional, tem permitido retorno à normalidade no país.

Em 2012, criou-se o governo federal, por meio da qual foi concluído, oficialmente, o governo de transição no país. Persistem, contudo, desafios relacionados à atuação de grupos terroristas como o al-Shabaab e a aspirações independentistas ou autonomistas. Entre os progressos recentes registrados na Somália, destacam-se a passagem pacífica do Governo de Transição para o Governo Federal da Somália, com a eleição e posse do presidente "Farmajo", em 2017; a adoção do Pacto de Segurança entre os estados federados e o governo nacional e da Arquitetura Nacional de Segurança, em 2017; a criação de ambiente mais propício para a iniciativa privada, com vistas tanto à geração local de riqueza como ao aumento da arrecadação, indispensável para o funcionamento do estado; e a implementação de políticas de inclusão de gênero, que têm resultado em maior participação feminina no parlamento da Somália (29%, acima da média africana e mundial).

No fim de 2020 e início de 2021, estavam previstas para ocorrer eleições presidenciais e parlamentares na Somália, as quais, contudo, precisaram ser adiadas em função de atrasos no registro dos eleitores e, posteriormente, da pandemia do novo coronavírus.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MOHAMED ABDULLAHI MOHAMED

Presidente da República

Mohamed Abdullahi "Farmajo" Mohamed nasceu em 11 de março de 1962. É formado em história pela Universidade Estadual de Nova York em Búfalo e possui mestrado em Ciências Políticas pela Universidade de Búfalo. Farmajo foi primeiro-secretário na embaixada da Somália em Washington entre 1985 e 1988, e, em 1991, voltou para a Somália e trabalhou no Ministério de Negócios Estrangeiros, até o colapso do governo e o início da guerra civil.

Voltou a viver nos Estados Unidos durante a década de 1990 e 2000. Trabalhou principalmente para o governo de Búfalo e o condado de Erie, em cargos administrativos. Sua última posição nos Estados Unidos foi como comissário de Oportunidades Iguais no Departamento de Transporte do Estado de Nova York em Búfalo, entre 2002 e 2010. Em 2010, foi nomeado primeiro-ministro da Somália e retornou ao país. Farmajo entregou o cargo em 19 de junho de 2011. No começo de 2012, juntamente a seu antigo gabinete formou o partido político Tayo. Realizou campanha junto à diáspora somaliana em vários países como os EUA, o Reino Unido, os Países Baixos e a Suécia. Candidatou-se à Presidência em 2012, sem sucesso. Voltou a apresentar sua candidatura em 2017, quando foi eleito para seu atual mandato, por voto indireto.

MAHDI MOHAMMED GULAID
Primeiro-Ministro, interino

Mahdi Mohammed Gulaid "Khadar" foi advogado na Somalilândia e trabalhou na Segunda Comissão Eleitoral da Somalilândia como conselheiro jurídico.

Foi indicado ao cargo de vice-primeiro-ministro em março de 2017, pelo então primeiro-ministro Hassan Ali Khayre. Na função, chefiou o gabinete e presidiu uma série de comitês em nível ministerial, especialmente nos setores econômico e social. Presidiu também as sessões do Mecanismo de Desenvolvimento e Reconstrução da Somália.

Assumiu como primeiro-ministro interino em 25 de julho de 2020, por indicação do presidente da República, após Hassan Ali Khayre ser destituído.

RELAÇÕES BILATERAIS

Avanços no processo de paz somaliano registrados desde 2012 (aprovação de Constituição provisória, formação de novo Parlamento e eleição presidencial) permitiram a renovação gradual da inserção internacional do país, contexto em que a Somália passou a buscar estreitar laços com o Brasil. Em 2013, a Somália designou enviado especial para Brasil, Argentina e Venezuela, residente nos Estados Unidos, o qual manifestou desejo de explorar possibilidades de estímulo ao comércio Brasil-Somália, bem como solicitou apoio para projetos de cooperação. Esses gestos são, contudo, ainda tímidos e não há registro de visitas oficiais, acordos ou agenda estruturada de cooperação técnica bilateral.

No plano multilateral, o governo brasileiro tem sublinhado a

importância de que a comunidade internacional siga comprometida não apenas com o combate ao grupo terrorista Al-Shabaab e à pirataria na costa da Somália, mas também com a consolidação da paz e o desenvolvimento socioeconômico do país. Durante a fase final do período de transição somaliano, o Brasil participou de duas reuniões do Grupo de Contato para o Combate à Pirataria nas Imediações da Costa da Somália, bem como das Conferências de Londres (fevereiro de 2012) e de Istambul (junho de 2012) sobre o país.

O governo brasileiro contribuiu com significativa cooperação humanitária. Foi realizada, em 2011 e 2012, doação de mais de 65 mil toneladas de alimentos à Somália. Apenas em 2011, foram doadas 13.420 toneladas de feijão e 43.233 toneladas de milho, correspondentes a mais de US$ 22 milhões. Em 2012, foram doadas 8.574 toneladas de arroz (US$ 4,07 milhões). Entre 2010 e 2012, o governo brasileiro contribuiu, ademais, com US$ 500 mil para atividades do Programa Mundial de Alimentos (PMA), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na Somália e na região do Chifre da África. Foram doados, também, US$ 900 mil, via Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atividades de apoio aos refugiados somalianos.

Em julho de 2020, no contexto dos esforços internacionais para combate à pandemia do novo coronavírus, o Brasil destinou US$ 50 mil à Somália, por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, para aquisição de materiais e equipamentos médicos prioritários no país.

Cooperação bilateral

O governo brasileiro reconhece a necessidade de transitar, paulatinamente, de uma cooperação emergencial para uma cooperação de caráter estruturante na Somália, voltada à capacitação da população e dos agentes públicos somalianos. Embora não tenha sido assinado, até o momento, acordo de cooperação técnica entre os dois países, caso surja interesse ou proposição de projeto, a negociação poderá ser iniciada no âmbito do acordo assinado com a União Africana em 2007. O reforço da presença de agências multilaterais na Somália oferece oportunidade para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação trilateral em benefício do país africano.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é dominado pelas exportações brasileiras, compostas basicamente por máquinas e automóveis, em 2019. O Brasil também vinha sendo um dos principais exportadores de açúcar para o mercado somaliano nos últimos anos. Em 2019, contudo, houve

queda de 82,8% dessas vendas, o que explica, em grande parte, a retração de 24,5% das exportações totais em relação a 2018. As importações brasileiras da Somália, nos últimos anos concentraram-se na compra de preparações alimentícias, maquinas mecânicas e vestuário e acessórios em 2019. Não há registro de investimentos brasileiros na Somália.

POLÍTICA INTERNA

Breve histórico do Estado somali contemporâneo

Com a partilha da África pela Conferência de Berlim, em 1884, a região da Somália foi dividida em zonas de influência britânica, italiana e etíope. Contudo, o movimento Dervixe somaliano, de Muhammad Abdullah Hassan, lançou-se em uma das mais extensas guerras de resistência ao colonialismo no continente, a qual é um dos símbolos do nacionalismo somaliano. O movimento Dervixe foi derrotado pelos britânicos somente em 1920.

Palco de disputas entre potências beligerantes das Guerras Mundiais, a Somália somente se tornou independente em 1960, a partir de uma fusão da Somalilândia britânica (atual região da Somalilândia) com a Somalilândia originalmente italiana, que então também era protetorado britânico. Em 1958, às vésperas da independência somaliana, teve lugar no Djibuti, então Somalilândia francesa, referendo que legitimou a manutenção do vínculo daquele território com a França, em detrimento de sua anexação a um futuro Estado somaliano independente. A nova República da Somália nasceu, portanto, fundamentada em "compromisso confederativo" voltado a unir lideranças de ex-colônias separadas, no norte e no sul, em prol de um projeto nacional unificador. Originalmente, esse projeto nacional buscava criar um estado, a Grande Somália, que unisse os cinco territórios coloniais que abrigavam população etnicamente somali, ou seja, além das Somalilândia Britânica (atual região da Somalilândia), da Somalilândia Italiana (regiões central e sul da atual Somália) e a metade contígua da Somalilândia Francesa (atual Djibuti – a outra metade desse país é etnicamente afar), a região do Ogaden, na Etiópia, e o Nordeste do Quênia. A estrela de cinco pontas que figura na bandeira da Somália representa esses cinco territórios povoados por somalis.

Guerra civil

Em 1991, o governo do general Siad Barre, estabelecido em 1969, foi derrubado por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos, cuja aliança rapidamente esvaneceu. A incapacidade desses grupos de formar um governo nacional resultou no colapso do estado somaliano e em prolongada guerra civil.

No norte do país, Somalilândia e Puntlândia, regiões mais estáveis,

tornaram-se territórios autônomos, com pretensões de soberania. Já em 1991, a região da Somalilândia, com capital em Hargeisa, autodeclarou-se independente, mas não foi reconhecida como estado soberano por nenhum país.

Em 2000, líderes regionais somalianos reunidos em conferência no Djibuti formaram o Governo Nacional de Transição (GNT). Durante seus quatro anos de existência, todavia, o GNT pouco avançou em seu objetivo de promover negociações entre as diversas milícias do país. Em 2004, líderes somalianos reunidos em Nairóbi decidiram reconfigurar o governo, que passou a se chamar Governo Federal de Transição (GFT).

União das Cortes Islâmicas (UCI)

Entre 2005 e 2006, no centro-sul, região mais povoada e onde está localizada a capital do país, a União das Cortes Islâmicas (UCI) estabeleceu formação estatal baseada em preceitos jihadistas-salafistas.

Em 2006, temendo a expansão do fundamentalismo islâmico da UCI no Ogaden , a Etiópia, com apoio dos EUA, instalou o Governo Federal de Transição em Mogadíscio. Esse objetivo foi alcançado em dezembro de 2006. Em janeiro de 2007, a União Africana criou a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), composta, no início, exclusivamente por tropas de Uganda, com a missão e garantir o GFT em Mogadíscio e permitir a retirada das tropas etíopes.

Al-Shabaab e AMISOM

Nesse contexto, fortaleceu-se o grupo extremista al-Shabaab. Formado em 2004, o grupo tornou-se a principal organização jihadista da Somália entre 2010 e 2011 O al-Shabaab chegou a controlar a maioria do território e das cidades do país. Em 2012, o al-Shabaab declarou aliança com a rede terrorista Al-Qaeda. Entre 2011 e 2015, o grupo começa trajetória declinante, sob pressão da AMISOM, do governo de transição e seus aliados, perdendo controle de Mogadíscio e de cerca de metade do território do país. O surgimento de dissensões internas, que culminaram nos expurgos de 2013, também contribuíram para o declínio do grupo.

Entre 2015 e 2017, essa situação manteve-se estabilizada. A partir de 2017, o al-Shabaab ganhou novo ímpeto.

A partir de 2018, com o aumento dos ataques de drones pelos EUA e da retomada de operações ofensivas pela AMISOM, em coordenação com as forças nacionais da Somália e dos EUA.

Vale notar, ademais, que, desde 2012, o número de atos de pirataria na costa da Somália também tem declinado expressivamente. De acordo com dados da Organização Marítima Internacional (IMO), de um total de 99 ataques realizados em 2012, passou-se a apenas 17, nos primeiros nove meses de 2013. Em 2017, foram, registrados quatro novos casos de sequestro de embarcações, o que não ocorria no país desde 2012. Desde

2017, contudo, não têm sido registrados mais casos de pirataria na região.

Governo Federal da Somália e governo Farmajo

No plano político, registraram-se importantes avanços no processo de construção do estado somaliano. Em 2012, foi concluído o mandato, emitido em 2004, das instituições federais de transição, de modo que a política somaliana teve a oportunidade de passar por renovação institucional. Nesse contexto, em agosto de 2012, foi adotada nova Constituição provisória, em substituição à de 2004. Na sequência, foi estabelecido novo Parlamento. A eleição indireta, pelo Parlamento, do novo presidente da República e sua posse em setembro de 2012 completaram as etapas previstas para a criação do novo Governo Federal da Somália (GFS), em substituição ao antigo GFT.

Importante etapa do processo de normalização institucional ocorreu com a realização de eleições legislativas entre outubro e novembro de 2016 e a eleição para presidente de Mohamed Abdullahi Mohamed, conhecido como "Farmajo", no início de 2017. O complexo processo eleitoral incluiu eleições indiretas para a formação do legislativo e, posteriormente, para a escolha do presidente da República pelo Parlamento eleito.

A não realização de eleições diretas, como anteriormente aventado, deveu-se, em grande parte, ao temor de que atentados em larga escala fossem realizados nos locais de votação pelo Al-Shabaab. Após série de negociações, foi definido que o modelo das eleições legislativas seguiria a fórmula de equilíbrio de assentos entre os clãs, no caso da Câmara Baixa, e de equilíbrio de assentos entre as províncias federativas e as regiões autônomas da Puntlândia e da Somalilândia, no caso da Câmara Alta. Farmajo, membro da diáspora somaliana, havia exercido a primatura do país no período de 2010-2011, quando contribuiu para consolidar credenciais nacionalistas e enfatizou o combate à corrupção, o pagamento de salários militares e a redução de tensões entre clãs.

O governo do presidente Farmajo logrou também negociar o Pacto de Segurança entre os estados federados e o governo nacional e a Arquitetura Nacional de Segurança, documentos que estabelecem ao arcabouço institucional do setor de segurança e divisão de responsabilidades na área entre o governo federal e os entes federados. Por meio de uma série de reformas legais, logrou também a criação de ambiente mais propício para a iniciativa privada, com vistas tanto à geração local de riqueza como ao aumento da arrecadação, indispensável para o funcionamento do estado. Registre-se ainda a implementação de políticas de inclusão de gênero, que têm resultado em maior participação feminina no parlamento da Somália.

Contexto atual

Diversos desafios continuam a se apresentar à plena estabilização da

Somália. No plano da segurança, o Al-Shabaab, embora tenha perdido território, mantém ainda significativo poder operacional, tanto em combates como em ataques terroristas

Essa conjuntura torna-se particularmente desafiadora no atual contexto de redução progressiva dos contingentes da AMISOM.

Na esfera humanitária, há 2,6 milhões de deslocados internos, além de ser estimado em 5 milhões o número de cidadãos somalis que precisam de assistência humanitária. O país continua vulnerável a eventos climáticos e naturais adversos.

A assistência aos cerca de 900 mil refugiados somalianos espalhados pelos países vizinhos, bem como a perspectiva de sua gradual repatriação, também demandam apoio internacional.

No plano político, há o imperativo de consolidar a estrutura federal do país.

A pandemia do novo coronavírus veio a somar-se a esses desafios, gerando impactos negativos do ponto de vista político, econômico e humanitário.

POLÍTICA EXTERNA

Fator chave para a evolução político-institucional ocorrida na Somália nos últimos anos foi a considerável melhora na situação de segurança, tornada possível pelo maior engajamento da comunidade internacional no país, sobretudo no contexto regional, em que se destaca o apoio prestado por tropas etíopes, quenianas e da União Africana à consolidação da autoridade das nascentes instituições estatais somalianas.

A gradual estabilização somaliana abre o caminho para a expansão da presença internacional no país. Tem-se ampliado o número de países que abriram embaixadas em Mogadíscio, entre os quais estão estados africanos (Etiópia, Quênia, Djibuti, Uganda, Egito, Sudão, etc.), países ocidentais (EUA, Reino Unido e Itália), países do Oriente Médio (Irã, Turquia, Catar, Emirados Árabes Unidos e Iêmen) e a China. Também tem sido observada a aproximação por atores regionais ou extrarregionais das províncias semiautônomas da Somalilândia e Jubalândia, nem sempre por intermédio do Governo Federal da Somália, por motivos econômicos ou estratégicos, o que tem levado, frequentemente, a tensões diplomáticas.

Há crescente interesse dos países do Oriente Médio e do Golfo pela Somália. A Turquia, em particular, destaca-se por vir estreitando sua cooperação com o Governo Federal da Somália. O Catar também mantém boa relação com o governo somaliano.

Série de conferências multilaterais sobre Somália

A comunidade internacional esteve engajada em uma série de

conferências visando ao melhoramento da situação de segurança, à estabilização política e à implementação de um roteiro para a criação de instituições estatais definitivas na Somália.

A Conferência de Londres (fevereiro de 2012) e a Conferência de Istambul sobre a Somália (junho de 2012) marcaram o início dessa nova fase de engajamento internacional na questão somaliana, ao terem contribuído para as negociações entre os membros das Instituições Federais de Transição e angariado apoio econômico, logístico e militar às operações contra o grupo extremista Al-Shabaab. Com a transformação do GFT em GFS, em setembro de 2012, teve lugar em Londres, em maio de 2013, a II Conferência Internacional sobre a Somália, que buscou angariar recursos financeiros e assistência técnica para apoiar o governo somaliano nas áreas de segurança, justiça e gestão financeira.

Em setembro de 2013, realizou-se, em Bruxelas, a *Somalia New-Deal Conference*, que resultou em promessas de ajuda econômica. Desde 2014, vem-se realizando o Fórum de Parceria de Alto Nível sobre a Somália, com o objetivo de envolver a comunidade internacional nos desafios políticos, humanitários e institucionais do país.

Em maio de 2017, ocorreu, em Londres, a III Conferência Internacional sobre a Somália, que aprovou a "Nova Parceria para a Somália", com base no princípio de mútua responsabilidade entre o governo somaliano e a comunidade internacional.

Histórico de ações no âmbito das Nações Unidas

O novo momento de alta no engajamento internacional em relação à estabilização da Somália encontrou ressonância também no âmbito da ONU, que já havia feito tentativa de estabilizar o país na década de 1990.

Com efeito, de 1992 a 1995, duas missões da ONU foram enviadas à Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização administrativa: a UNOSOM I (autorizada pelas Resoluções 733 e 746 do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU) e a UNOSOM II (autorizada pela Resolução 814 do mesmo órgão). Durante pouco mais de quatro meses daquele período, entre 1992 e 1993, coalizão liderada pelos EUA foi autorizada pelo CSNU a enviar à Somália a UNITAF ("Unified Task Force"), que recebeu mandato para criar um ambiente de segurança para as operações humanitárias ao sul da Somália. Após a morte de capacetes azuis paquistaneses, o CSNU, sob o Capítulo VII da Carta da ONU, autorizou a UNITAF a utilizar-se de "todos os meios necessários" para garantir a proteção do pessoal humanitário, de modo que a UNITAF é considerada, por alguns analistas independentes, como uma das primeiras "intervenções humanitárias", instrumento que ganhou ímpeto na década de 1990.

Em março de 1995, devido ao assassinato de *rangers* americanos em

cenário de plena guerra civil somali, a opinião pública dos EUA pressionou para que o país retirasse suas tropas que apoiavam a UNOSOM II, contribuindo para reduzir severamente as ações internacionais no país. A descontinuidade da intervenção permitiu o fortalecimento da UCI que viria a desestabilizar a Somália até finais da década de 2000.

Tendo em vista a intensificação dos fluxos de refugiados e da pirataria no Golfo do Áden, o CSNU foi levado a aprovar, em 2008, duas resoluções sobre a pirataria na Somália, ambas ao abrigo do Capítulo VII da Carta. A Resolução 1816 (2008) autorizou a repressão contra roubo armado (águas jurisdicionais) e pirataria (alto mar), ao passo que a Resolução 1838 (2008) autorizou o emprego de "todos os meios necessários" no enfrentamento contra a pirataria ao largo da costa somaliana.

Nos últimos anos, em razão da instabilidade regional causada pelo conflito e do aumento dos crimes transnacionais conexos à pirataria, a comunidade internacional redobrou seus esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. Assim, além de ações articuladas com a AMISOM, o CSNU suspendeu parcialmente, em março de 2013, o embargo de armas sobre a Somália, a fim de permitir o aparelhamento das forças de segurança somalianas. Em maio do mesmo ano, foi criada a Missão de Assistência das Nações Unidas para a Somália (UNSOM), com o objetivo de prestar apoio político, bons ofícios e "assessoria estratégica" nas áreas de consolidação da paz e fortalecimento do Estado somaliano. Em 2016, a UNSOM prestou suporte à realização das eleições gerais na Somália.

Missão da União Africana na Somália

Com a criação da AMISOM, em 2007, o CSNU, responsável pelo estabelecimento dos mandatos da missão, passou a atuar de forma articulada com a União Africana e, mais especificamente com os países do Chifre da África. A partir de 2010, a União Africana mobilizou-se em torno da necessidade de reforçar seu apoio aos esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. A ampliação do contingente e da capacidade militar da missão ganhou prioridade nos contatos de membros da instituição africana com o CSNU, que autorizou sucessivas ampliações do número de tropas da AMISOM, desde fevereiro de 2012.

Em dezembro de 2017, teve início a transferência programada de responsabilidades da AMISOM para as forças de segurança da Somália, com o intuito de que, idealmente, estas assumam a liderança até 2021. Essa transferência de responsabilidades tem levado à progressiva redução de contingentes da AMISOM.

Relações com o Chifre da África

O governo somaliano tem-se engajado nas discussões para ampliação da cooperação entre as nações do Chifre da África, iniciadas no contexto da

distensão das relações entre a Etiópia e a Eritreia em julho de 2018.

ECONOMIA

Em 2014, o PIB per capita era de US$ 435,00. Entre 2018 e 2019, o PIB da Somália cresceu 2,9%, elevando-se de US$ 12 bilhões para US$ 12,6 bilhões (FMI).

O setor mais importante da economia somaliana é o da agropecuária, que representava cerca de 60% do PIB em 2014, segundo estimativas. Outros setores importantes são os de companhias de transferência de dinheiro e telecomunicações. Em 2015, cerca de 23% da Receita Nacional Bruta era composta por Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, siga em inglês).

A inflação foi de 3,13% em 2019.

No setor externo, as exportações da Somália somaram US$ 204 milhões em 2019, e as importações, US$ 2,4 bilhões (ITC – TRADEMAP). A agropecuária representa cerca de 40% das exportações da Somália. Seus principais produtos são gado, borracha, oleoginosas, peixe, bananas e sucata.

Os principais mercados de destino das exportações somalianas em 2019 foram: Arábia Saudita (40,1%); Índia (10,7%); e Japão (9,6%). As principais origens de importações da Somália foram, no mesmo período: China (30,2%); Índia (25,3%); Turquia (10,1%); Quênia (4,8%); Estados Unidos (4,3%); e Malásia (3,6%) (ITC – TRADEMAP).

Um dos grandes obstáculos da economia somaliana é a sua dívida externa, acumulada durante os anos da Guerra Fria. Até 2018, a dívida alcançava o montante de US$ 5,2 bilhões e seus credores dividiam-se entre instituições financeiras multilaterais, como FMI, Banco Mundial e Fundo Monetário Árabe (28%); países do Clube de Paris, como EUA, Rússia, Reino Unido, França, Itália e Japão (44%); e países não membros do clube de Paris, como os EAU, Arábia Saudita e China (28%).

Como consequência da dívida, a Somália não pôde recorrer a novos empréstimos internacionais para custear esforços de reconstrução do país. Havendo uma percepção entre os credores de que o governo não teria condições de pagar a dívida e que a manutenção da dívida representa um alto custo social e econômico para o país, a Somália passou a se beneficiar da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) do Clube de Paris, tendo sua dívida reduzida para US$ 557 milhões em 2018. O FMI concedeu perdão completo da dívida, enquanto o valor perdoado pelo Clube de Paris foi de US$ 1,4 bilhão.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
~2000 a.C.	Civilização Punte; estabelecimento de cidades-estados de vocação comercial e marítima.
Sécs. XIII-XVI	Sultanatos e repúblicas (p. ex., Mogadíscio, Warsangali, Ifat, Adal, Ajuran, Merca, Brava) que, vistos em conjunto, compunham o atual território da Somália.
Sécs. XVII-XIX	Compunham o atual território os sultanatos de Bari, de Warsangali, de Geledi, o Estado Dervixe, entre outros reinos.
1920	Vitória contra o Estado Dervixe e colonização do território somaliano. Estabelecimento da Somalilândia Britânica, ao norte, e da Somalilândia Italiana, a sudeste.
1960	Independência de ambos os protetorados, que pouco depois se unem para formar a República Somaliana.
1969	Golpe de estado, capitaneado pelo general Mohamed Siad Barre, que declara a República Democrática da Somália.
1991	Siad Barre é deposto por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos; início da guerra civil; fragmentação do Estado somali; território da Somalilândia, ao norte, autodeclara-se independente.
1992	Criação da UNOSOM I, primeira missão da ONU na Somália.
1993	A UNOSOM I é substituída pela UNOSOM II.
1995	Dissolução da UNOSOM II e retirada das forças de paz da ONU.
2000	Estabelecimento do governo Nacional de Transição (TNG), após reunião de lideranças somalis em Djibuti.

2004	Estabelecimento após reunião em Nairóbi, e em substituição ao TNG, do Governo Federal de Transição, reconhecido internacionalmente como o governo da Somália.
2007	Intervenção da AMISOM, missão de paz promovida pela União Africana em território somaliano.
2011	A capital Mogadíscio é inteiramente liberada das milícias do Al-Shabaab.
2012	Fim do governo Transicional; inauguração do Governo Federal da Somália, reconhecido internacionalmente; aprovação de uma constituição provisória; eleição indireta de Hassan Sheikh Mohamud à Presidência. Abdi Farah Shirdon é indicado primeiro-ministro.
Fev/2012	Al-Shabaab declara aliança com a Al-Qaeda.
Dez/2013	Abdiweli Sheikh Ahmed é indicado como novo primeiro-ministro pelo presidente Hassan Sheikh Mohamud.
2014	O secretário-geral da ONU Ban-Ki-Moon visita Mogadíscio e elogia as forças de paz pelas vitórias obtidas contra o Al-Shabaab.
Out-Nov/2014	O primeiro-ministro Abdiweli Sheikh Ahmed é destituído pelo Parlamento, após discordâncias com o presidente Hassan Sheikh Mohamud em torno de reforma ministerial.
Dez/2014	Omar Abdirashid Ali Sharmarke é indicado como o novo primeiro-ministro.
Jul/2015	É lançada a operação "Corredor de Juba", reunindo forças somalianas e da AMISOM, que recupera diversas cidades do sul e do sudoeste da Somália.
Mar/2016	Ocorrem eleições indiretas para governadores de províncias. A coalizão governista obtém vitória na maior parte das províncias.
Jul/2016	O líder do Al-Shabaab Ahmed Diriye reitera aliança do grupo com a Al-Qaeda.

Set/2016	O Al-Shabaab lança ameaça de ataque aos locais de voto das eleições parlamentares que deveriam ocorrer naquele mês, e o calendário eleitoral é adiado.
Out-Nov/2016	Ocorrem eleições para o Parlamento Federal da Somália.
Nov/2016	Conflito armado entre a província autônoma da Puntlândia e a Administração Interina de Galmudug (GIA, na sigla em inglês) pelo controle da cidade de Galkayo deixa centenas de mortos e milhares de deslocados.
Fev/2017	Mohamed Abdullahi Mohamed, conhecido como "Farmajo", é eleito presidente da República para mandato de quatro anos, em eleições indiretas.
Mar/2017	O Parlamento Federal indica Hassan Ali Kheyre, ex-diretor da companhia petrolífera Soma, como novo primeiro-ministro. Piratas realizam primeiro sequestro de grande embarcação na costa do país desde 2012.
Mai/2017	Realização da III Conferência Internacional sobre a Somália, em Londres.
Out/2017	O Al-Shabaab realiza o maior atentado terrorista da história da Somália, em Mogadíscio, que deixa mais de 300 mortos.
Dez/2017	Tem início a redução de contingentes da AMISOM, com vistas à transferência de responsabilidades para as forças de segurança da Somália.
2018	Eclodem confrontos entre as províncias de Puntlândia e da Somalilândia pelo controle da cidade de Tukarak.
2018/jul	Somália e Eritreia decidem restabelecer relações diplomáticas.
Fev/2019	Decisão do governo somaliano de proceder com o leilão de blocos de petróleo na zona marítima disputada com o Quênia eleva a tensão entre os dois vizinhos.
Ago/2019	Ahmed Madobe é reeleito presidente do estado semiautônomo da Jubalândia, em pleito contestado pelo Governo federal da Somália, elevando as tensões políticas.

Mar/2020	Eclodem embates entre combatentes da Jubalândia e de forças do Governo Federal da Somália, com transbordamento para o território do Quênia.
Mai/2020	Julgamento na Corte Internacional de Justiça sobre o diferendo territorial marítimo entre a Somália e o Quênia é adiado para 2021, em função da pandemia do novo coronavírus.
Jun/2020	O Governo Federal da Somália reconhece Ahmed Madobe como presidente do estado da Jubalândia.
Jul/2020	O primeiro-ministro Hassan Ali Khayre é destituído após o Parlamento somaliano adotar moção de desconfiança. Mahdi Mohammed Gulaid "Khadar" é nomeado pelo presidente da República como primeiro-ministro interino.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Abertura de Embaixada brasileira junto à Somália, cumulativa com o Quênia.
2004	A Embaixada do Brasil no Cairo assume a representação não residente junto à Somália.
2005/mai	O Ministro do Exterior somali, Abdullahi Ismail, representou seu país na I Cúpula ASPA, realizada em Brasília.
2012/fev	O Brasil participou da Conferência de Londres sobre a Somália.
2012/jun	O Brasil participou da Conferência de Istambul sobre a Somália.
2013/dez	A Somália designou Enviado Especial da Somália para Brasil, Argentina e Venezuela.
2016/ago	A Embaixada do Brasil em Mogadíscio não residente volta a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Nairóbi, República do Quênia.
2020	O Brasil realiza doação de US$ 50 mil à Somália, por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, para ajuda no contexto do enfrentamento da pandemia do novo coronavírus no país.

ATOS BILATERAIS

Não há registros de atos internacionais estabelecidos ou em negociação entre Brasil e Somália.

EMBAIXADA DO BRASIL EM NAIRÓBI

RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO

EMBAIXADOR FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA

PRIMEIRA PARTE – BRASIL-QUÊNIA

Introdução e visão geral

Na semana em que apresentei credenciais, o Presidente Uhuru Kenyatta e o seu principal adversário político, Raila Odinga, selaram, em 9 de março de 2018, com um aperto de mãos nas escadarias do palácio presidencial, uma aliança política.

2. O entendimento entre o Presidente Kenyatta e o ex-Vice-Presidente Raila Odinga, reconhecido como o "aperto de mãos" ("handshake"), permitiu uma crescente aproximação entre essas lideranças. Marcou o panorama político queniano ao longo dos últimos três anos e deu ensejo ao desenvolvimento de um processo de consultas em nível nacional, batizado de "iniciativa para a construção de pontes" ("Building Bridges Iniciative - BBI") conduzido por um grupo de "notáveis".

3. O segundo mandato do Presidente Uhuru Kenyatta foi também marcado pelo esforço de implementação de ambicioso programa de infraestrutura e de desenvolvimento econômico e social, batizado de "Big Four Agenda", que visa proporcionar moradia popular, garantir cobertura universal de saúde básica, assegurar segurança alimentar à população queniana e ampliar o parque industrial do país.

4. Os três primeiros anos do segundo mandato do Presidente Kenyatta transcorrem em ambiente de estabilidade política e bom funcionamento das instituições. Antes da pandemia de coronavírus, a economia vinha registrando índices elevados de crescimento econômico (4,8% para 2017, 6,3% para 2018 e 5,4% para 2019). O Governo Kenyatta tem também atribuído prioridade ao combate à corrupção.

5. No tocante à crise da Covid-19, tão logo registrado o primeiro caso, o Quênia fechou seu espaço aéreo, o que terá contribuído para curva epidemiológica de crescimento menos dramática do que a observada em outros países. Somam-se a isso as tempestivas decisões de imposição de cordão sanitário em torno de Nairóbi e Mombaça – cidades marcadas por imigração de jovens, que foram assim impedidos de visitar seus parentes mais idosos no interior, onde os serviços de saúde são mais frágeis – e de tempestivo fechamento quase completo do país, de imposição de toque de recolher, de confinamento de bairros identificados como "hotspots" para contágio e, finalmente, de redução de taxas sobre o consumo, de forma a proteger especialmente os setores mais

vulneráveis da sociedade. Registre-se também que a população do país é bastante jovem, com média de idade de 20 anos. Tais esforços permitiram que as autoridades sanitárias anunciassem, recentemente, que o Quênia teria logrado achatar a curva de contágio, com o país registrando no começo de outubro de 2020 pouco mais de 14.000 casos ativos (mais de 90% dos quais assintomáticos), de um total de 38.000 pacientes com resultados positivos e 711 mortes. No final de setembro de 2020, o Quênia iniciou normalização quase completa da vida do país, seguida de decisão, anunciada em 6 de outubro, de promover a reabertura das escolas, permanecendo em vigor apenas medidas para evitar grandes aglomerações, além de toque de recolher em horário reduzido (das 23h às 04h), viabilizando jornadas integrais de trabalho.

6. Mesmo com esse cenário relativamente positivo dada a gravidade da pandemia, a Covid-19 trará efeitos econômicos, sociais e políticos que seguirão repercutindo no país. De acordo com o Banco Mundial, o PIB do Quênia crescerá apenas 1% em 2020, em contraste com os 5,4% registrados em 2019 e as previsões otimistas, prevalecentes até março de 2020. O índice de pobreza deverá ter declínio de 33,4% em 2019 para os 33,1% estimados para o corrente ano. Espera-se que o déficit para o ano fiscal 2020-2021 seja da ordem de US$ 7,9 bilhões.

7. As autoridades quenianas permanecem atentas à ameaça terrorista do grupo Al-Shabaab que controla algumas regiões da Somália e realiza atentados em Mogadíscio e em território do interior somaliano, mas também no Quênia, mesmo que de menor expressão, concentrados hoje na região fronteiriça com aquele país e registros ocasionais em Nairóbi. Ao longo dos últimos anos, sobretudo após o grave atentado realizado contra o centro comercial de Westgate, em Nairóbi, em 2013, o governo queniano reforçou e aperfeiçoou as suas ações de prevenção e combate ao terrorismo.

8. O Quênia dispõe de boa estrutura rodoviária e, mais recentemente, de moderna ferrovia, unindo o importante porto de Mombaça a Nairóbi e ao vale do Rift, região em que se concentra a produção agrícola do país. Nairóbi, com seus cerca de 4,5 milhões de habitantes, consolida-se como o maior centro financeiro e de negócios da região, com eficiente rede de produção de energia, com crescente recurso a fontes renováveis (geotérmica e eólica), e de telecomunicações. A capital do país abriga ainda a sede africana das Nações Unidas e dois de seus programas, o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) e o Programa das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

9. Reúnem-se, assim, elementos que, associados à projeção histórica e atuação da diplomacia queniana, sobretudo em âmbito regional, permitem ao Quênia manter-se como ator central na África Oriental. Circunstâncias históricas e geográficas contribuíram para também consolidar o país como peça determinante para a estabilidade, a segurança e a paz na região. Ao longo dos últimos três anos, Nairóbi segue desempenhando papel de protagonismo no encaminhamento do processo de paz no Sudão do Sul, por intermédio da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e no exercício da presidência da Comissão de Avaliação e Monitoramento do acordo de paz, celebrado em 12 de setembro de 2018. Atualmente, 16 militares e 18 policiais quenianos participam da UNMISS (Missão das Nações Unidas para o Sudão do Sul). Importante contingente militar queniano, com cerca de 4 mil componentes, concentrados na província limítrofe de Jubalândia, integra as Forças de Paz da União Africana (AMISOM),

atuantes na Somália. O Quênia abriga grande contingente de refugiados, sobretudo provenientes da Somália e do Sudão do Sul, concentrados em Kakuma e Dadaab, dois dos maiores e mais populosos campos do mundo.

10. O Quênia atribui prioridade a suas relações com os demais vizinhos, apostando na sua estrutura de transportes e na força de sua economia e de seu mercado, assim como na sua estabilidade política. Uganda, Ruanda, Burundi, e até mesmo a República Democrática do Congo, continuam a aprovisionarem-se e a escoarem sua produção tanto por meio de Mombaça, pelo "corredor de transporte do norte" – que deverá beneficiar-se de importante obra de ampliação rodoviária – como pelo "corredor central", por intermédio da Tanzânia. Projeto do Quênia de modernização de sua estrutura ferroviária, mediante a instalação de trilhos de bitola padrão (SGR, da sigla em inglês), com ambição de ligar o Porto de Mombaça aos países mediterrâneos, iniciando por Uganda, foi completado até Nairóbi e Naivasha, mas depende de financiamento de recursos suplementares,para trecho que conectaria o vale do Rift até Uganda e as margens do Lago Vitória.

11. Em 14 de setembro de 2020, Uganda e Tanzânia firmaram acordo para a construção de oleoduto (East African Crude Oil Pipeline) entre Homa, no oeste de Uganda, e o porto de Tanga, na Tanzânia, a um custo estimado em cerca de USD 3 bilhões. Almeja-se, com o que promete ser um dos maiores projetos de infraestrutura na região, dar vazão às reservas ugandenses de petróleo, estimadas em 1,6 bilhão de barris.

12. Além de desempenhar papel ativo nos foros sub-regionais (IGAD e EAC), o Quênia acompanha de perto as deliberações da União Africana e espera beneficiar-se do processo de integração hemisférica proporcionado pelo Acordo Africano de Livre Comércio (AFFTA), tendo sido uma das primeiras nações africanas a ratificá-lo.

13. O recurso do Quênia à sua capacidade de convocação e de organização de grandes conferências internacionais como ferramenta de projeção e de prestígio internacional observou-se durante todo o período de minha gestão. A diplomacia queniana organizou, ao longo dos últimos três anos, em Nairóbi, a Conferência sobre Economia Azul, em novembro de 2018, com 18 mil participantes, lançando-se como protagonista no debate internacional sobre recursos marinhos e costeiros. Realizou, também, 1ª Conferência Regional de Alto Nível para Prevenção e Combate ao Terrorismo e Extremismo Violento, em julho de 2019; a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD25), em novembro de 2019; e a 9ª Cúpula dos Países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP-9), em dezembro do mesmo ano. O Quênia espera copatrocinar ou associar-se à celebração da 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Oceanos, em Lisboa, adiada para 2021 por força da pandemia do Covid-19, bem como à proposta sueca de organização de um encontro em Estocolmo para comemorar os cinquentenário da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em 2022.

14. Um dos maiores êxitos diplomáticos do Quênia no período foi a campanha vitoriosa a um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2021-2022, em eleição bastante disputada com Djibuti. Paralelamente, a Ministra dos Esportes, do Turismo e do Patrimônio (e ex-Chanceler), Amina Mohamed, é candidata à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em eleições com desfecho previsto para novembro de 2020.

Conforme anunciado pelo secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, na 1ª Conferência Regional de Alto Nível para Prevenção e Combate ao Terrorismo e Extremismo Violento (Nairóbi, julho de 2019), a capital queniana sediará o primeiro escritório regional do novo órgão da ONU de combate ao terrorismo, de modo a acelerar a construção de capacidades dos países africanos para enfrentar o problema.

15. A diplomacia presidencial constituiu igualmente importante ingrediente da projeção internacional do Quênia no período, com visitas bilaterais ou a participação do Presidente Uhuru Kenyatta em reuniões de cúpula que permitiram encontros com os chefes de Estado de Canadá, China, Cuba, EUA, França, Reino Unido, Rússia, Itália e Tailândia. Realizaram-se, igualmente, frequentes encontros com presidentes africanos. Realizaram visitas ao Quênia a então Primeira-Ministra do Reino Unido, o Presidente da França, o então Secretário de Estado dos EUA, o Presidente da Alemanha e diversos chefes de estado africanos e da ACP. Nairóbi recebe visitas frequentes e regulares de ministros de estado e altas autoridades estrangeiras.

16. Durante seu segundo mandato, o Presidente Kenyatta esteve em três ocasiões no continente americano. Na primeira delas, em junho de 2018, foi convidado especial da Cúpula do G-7, realizada em Quebec. Na segunda viagem, reuniu-se com o Presidente Donald Trump e participou, a convite de organização de cunho religioso, de cerimônia em sua homenagem e do ex-Vice-Presidente Raila Odinga, celebrada em Washington em fevereiro de 2020. Realizou também a primeira viagem de um mandatário queniano ao Caribe, visitando Barbados, Cuba e Jamaica, em esforço associado às campanhas para assento no Conselho de Segurança da ONU e presidência da ACP. Além de viagens pela África, deslocou-se, entre outros países, ao Reino Unido, Arábia Saudita, China, Japão e Rússia. Realizou igualmente visita oficial recente à França, ocasião em que foi assinado projeto de infraestrutura rodoviária de cerca de USD 1,5 bilhão para ampliação do eixo norte, conforme assinalado.

17. Nesses encontros, o chefe de Estado queniano apresentou-se como liderança associada ao projeto de integração africana, com atenção para a luta contra a pobreza, o combate à corrupção, a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, o enfrentamento das crises climática e da perda de biodiversidade, a luta contra o terrorismo, e a promoção dos valores democráticos.

18. Durante o período de minha gestão, a realização de diversas cúpulas congregando lideranças africanas apontou para o interesse de potências como a China, Rússia e Reino Unido em ampliar oportunidades comerciais e presença política no continente que, até o surgimento da pandemia de Covid-19, vinha registrando índices elevados de crescimento econômico e resultados positivos na superação da pobreza. A China continua a ser o principal parceiro econômico e comercial do Quênia. Nações emergentes como a Índia, a Turquia, os países do Golfo Pérsico e a Coréia do Sul buscam também maior aproximação com as nações do Leste da África e, em particular, com o Quênia. A União Europeia manteve-se como um de seus principais parceiros. Estão em curso negociações com os EUA para a celebração do que poderá ser o primeiro acordo de livre comércio de Washington com nação subsaariana. O acordo, que viria em substituição ao African Growth and Opportunity Act (AGOA), previsto para expirar em 2025, representa via alternativa de acesso ao mercado americano, que absorve 10% das exportações quenianas.

19. Os esforços quenianos de erradicação da pobreza têm sido bem sucedidos, com trajetória de redução de 52,3% em 1998 para 36,1% em 2016. Dados mais recentes atestam que a redução da pobreza pode chegar a 33%.

Relacionamento bilateral e cooperação

20. As relações bilaterais entre o Brasil e o Quênia permaneceram, ao longo de minha gestão, marcadas por elevado nível de amizade, respeito e reconhecimento mútuo do papel de liderança que cada um exerce no cenário internacional e nas respectivas regiões. O potencial de incremento do comércio e de cooperação fornece estímulo adicional ao diálogo. Contribui, igualmente, para aproximação diplomática o protagonismo do Brasil e do Quênia nos organismos internacionais de que ambos participam, em particular, como se verá adiante, nos programas da ONU com sede em Nairóbi.

21. Em 2018, foram realizados dois ciclos de consultas políticas. Em abril daquele ano, visitou Nairóbi o Embaixador Fernando Abreu, então responsável pela área política condizente à África no Itamaraty, ocasião na qual manteve conversas com o Embaixador Tom Amolo, Secretário Político e Diplomático (SPD) queniano, e com o Secretário-Geral da Chancelaria local, Embaixador Macharia Kamau. Em junho do mesmo ano, Abreu e Amolo voltaram a conversar em Brasília, ocasião que também permitiu encontro do diplomata queniano com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Marcos Galvão. A crise internacional provocada pela pandemia de Covid-19 restringiu as oportunidades de visitas bilaterais ao longo de 2020, mas espera-se que uma quarta rodada de consultas políticas possa ter lugar em breve, mesmo que em formato virtual. Registra-se o interesse de ambos os lados em explorar a realização de visitas bilaterais de alto nível, que seguramente em muito contribuiriam para aproximar ainda mais os dois países.

22. A retomada de encontros regulares no contexto de mecanismo de consultas políticas permitiu confirmar o interesse dos dois lados na continuação e adensamento da cooperação prestada pelo Brasil, especialmente na área agrícola. Registra-se no Quênia, assim como nos demais países sob a jurisdição do posto grande interesse na experiência, na tecnologia, nos produtos e nos serviços do Brasil no setor agropecuário.

23. A Embaixada em Nairóbi buscou, assim, prestar todo o apoio possível à principal iniciativa nessa área, o projeto Cotton Victoria, iniciado em 2016, com a participação de Quênia, Burundi e Tanzânia. Sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de professores da Universidade Federal de Lavras, o projeto está sendo executado em quatro eixos: (i) aprimoramento das técnicas de cultivo do algodão por meio da capacitação de profissionais; (ii) transferência de material genético de sementes; (iii) difusão de conhecimento em extensão rural para pequenos agricultores; e (iv) avaliação da cadeia produtiva local do algodão e elaboração de sugestões de medidas de aprimoramento. Os três países beneficiados pelo projeto receberam diversas doações do governo brasileiro de insumos, ferramentas e maquinário agrícola, incluindo

tratores. Está igualmente em curso projeto "Além do Algodão", em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentação (PMA), voltado para o aumento da renda e da segurança alimentar e nutricional de pequenos produtores de algodão. A carteira de projetos inclui ainda projeto voltado para capacitação no cultivo da mandioca, visando ao aumento da produção e do consumo doméstico da raiz tuberosa.

24. Durante minha gestão, a Embaixada multiplicou esforços para atrair número crescente de estudantes quenianos para cursos de graduação no Brasil, por intermédio do programa PEC-G. A oportunidade de estudar no Brasil oferecida por desse programa foi objeto de divulgação sistemática junto a interlocutores de governo, grêmios empresariais, entidades do terceiro setor, escolas e universidades e autoridades locais (nos condados), inclusive com a participação, em 2018, 2019 e 2020, em feiras educacionais. Os resultados desse esforço começam a aparecer, passando de um estudante em 2018 para 12 em 2020.

25. A participação de oficiais das forças armadas do Quênia e dos demais países da jurisdição em cursos com vocação para um público internacional oferecidos pelas Forças Armadas brasileiras revela-se poderosa ferramenta de integração e aproximação. A existência de estruturas de capacitação para forças de paz em Entebbe, Nairóbi e no Rio de Janeiro poderia ser aproveitada também com o propósito de intercâmbio. Nesse sentido, o governo queniano foi informado em abril de 2019 sobre o oferecimento de vaga a oficial queniano para participar do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pela Marinha do Brasil.

26. Foram também identificadas promissoras avenidas para o adensamento do relacionamento e da cooperação bilateral:

(a) colaboração no domínio de defesa e vigilância de fronteiras, com registro dos bons resultados dos cursos, realizados em Nairóbi, de gerenciamento de projetos de engenharia no contexto de operações de paz, em 2018 e 2019;

(b) cooperação no campo dos esportes, em que existe tanto o interesse queniano na expertise brasileira no futebol, como do Brasil no talento queniano no atletismo e corrida de fundo (com centro de excelência e de treinamento estabelecido na cidade de Eldoret);

(c) possibilidade de retomar a cooperação em áreas em que já se empreenderam iniciativas, como na área ambiental, na qual o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em visita ao Quênia, trocou experiências sobre gestão de parques e unidades de conservação com autoridades locais; e

(d) cooperação entre academias diplomáticas, que poderia assumir a forma de videoconferências, videocursos, palestras e seminários. Registre-se, nesse ponto, a participação, pela primeira vez na história do relacionamento bilateral, de um diplomata queniano, o terceiro secretário Robert Tasekwa, no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, na qualidade de bolsista.

27. Esta Embaixada procurou incentivar o diálogo com o Parlamento queniano, apoiando diversas missões de deputados e senadores ao Brasil que ajudaram a dar dinamismo ao diálogo entre os dois países, com identificação de oportunidades de cooperação nas áreas de agricultura e gestões de desastres, sobretudo com relação a barragens. Delegação de senadores quenianos, liderada pelo

Senador Samson Cherargei Kiprotich, Presidente dos Comitês de Justiça, Assuntos Legais e Direitos Humanos, visitou o Brasil em outubro de 2019, a fim de conhecer a experiência brasileira em sistemas eleitorais e em manejo de desastres. A delegação queniana visitou o Distrito Federal e Minas Gerais, de forma a conhecer os procedimentos adotados durante os desastres de Mariana e Brumadinho, bem como as medidas de prevenção e reparação implementadas. No tocante à expertise eleitoral brasileira, o Senador Cherargei manifestou especial interesse em conhecer a utilização de urnas eletrônicas para o sufrágio. Em março passado, foi realizada missão parlamentar da Comissão para Agricultura, Pecuária e Pesca do Senado queniano. A comitiva, liderada pelo Presidente daquela Comissão, Senador Njeru Ndwiga, visitou o Congresso Nacional, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Embrapa, Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Como resultado, foram prospectadas oportunidades de parceria e de intercâmbio tecnológico nos setores pecuário e avícola. Também foi identificada a possibilidade de estreitar os contatos entre as entidades de pesquisa agrícola dos dois países, Embrapa e KALRO (Organização para Pesquisa Agrícola e Pecuária do Quênia).

28. Em julho de 2019, a então Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, esteve em Nairóbi, onde manteve reuniões com as Diretoras-Executivas do PNUMA e ONU-Habitat e com o Diretor do Ministério Público queniano, Noordin Haji. Aos quenianos, Dodge ofereceu gratuitamente a possibilidade de utilização de duas plataformas, desenvolvidas pelos Ministério Público: "Água para o Futuro", que permite localizar nascentes de água, auxiliando na consideração e aprovação de projetos na área de construção civil, e "Simba", que organiza mensagens trocadas por usuários de telefones, facilitando investigações. Sugeriu, ainda, cooperação entre escolas de formação de procuradores e servidores do Ministério Público. Noordin Haji retribuiu a visita de Dodge, deslocando-se a Brasília em setembro de 2019, ocasião em que o Ministério Público queniano aderiu ao Instituto Global de Procuradores, firmou acordo para cooperação entre escolas de formação de procuradores e reafirmou seu interesse pelos aplicativos "Água para o Futuro" e "Simba".

Promoção comercial

29. Depois de um pico nas exportações brasileiras para o Quênia de USD 170 milhões, registrado em 2017 em decorrência de um volume elevado de exportações de açúcar, o intercâmbio voltou a flutuar, durante o período de minha gestão, em torno de média histórica anual de USD 60 milhões, que se observa desde 2000 (exportações de USD 75.664.710, em 2018 e de USD 57.118.883, em 2019) . Fora desse padrão, o período de 2010 a 2013 registrou forte elevação das vendas brasileiras em decorrência da compra pela Kenya Airways de quinze jatos da Embraer. Essas aeronaves permanecem em operação e representam quase metade da frota da companhia aérea de bandeira queniana.

30. Os principais itens da pauta de exportações brasileiras são de produtos manufaturados e incluem carrocerias para caminhões, chassis para motores, peças para aeronaves e implementos

agrícolas. As importações provenientes do Quênia, predominantemente de produtos primários (chá, couros, corantes e pigmentos) continuaram, ao longo dos últimos três anos, a gravitar em torno de USD 1,5 milhão/ano.

31. Existe grande potencial de expansão das exportações brasileiras para o Quênia. O Setor Comercial (SECOM) da Embaixada em Nairóbi registra o interesse de empresas e importadores locais pelos produtos brasileiros tradicionalmente vendidos para o país, mas também por produtos que ainda não ocuparam espaço no mercado queniano, tais como: equipamentos médicos e produtos farmacêuticos, máquinas para o setor agroindustrial, alimentos (frango, soja e açúcar). produtos de defesa e de segurança, cosméticos e tecnologias da informação.

32. A Embaixada em Nairóbi, autorizada pela Secretaria de Estado em Brasília, propôs também ao governo queniano a celebração um acordo de cooperaçãoe de facilitação de investimentos (ACFI). A proposta brasileira recebeu acolhida preliminar favorável pelo lado queniano.

33. Durante minha gestão, o SECOM/Nairóbi promoveu diferentes iniciativas para divulgar os produtos e os serviços brasileiros, proporcionar informação de qualidade sobre o Brasil e atender de maneira eficiente o potencial importador local. Nesse sentido, o Setor edita 'newsletter' no idioma inglês com periodicidade quadrimestral. Copatrocinou, em janeiro de 2020, seminário virtual que contou com mais de 90 participantes, em parceria com APEX-Brasil e com a KEPSA - Kenya Private sector Alliance, no qual foram exploradas oportunidades de exportação de produtos brasileiros para o Quênia. O SECOM/Nairóbi colaborou na organização de programa para atração de compradores realizado pelo SECOM/Pretória, com a participação de empresas quenianas e ugandenses. A Embaixada apoiou igualmente numerosas missões realizadas ao Quênia por empresas brasileiras, tais como Marcopolo, Avibras, Embraer, Atech e BRF, além de ter fornecido apoio a missões de empresas e entidades governamentais quenianas ao Brasil. Cabe destacar, ainda, que em 2018 realizei reunião com o então Ministro do Turismo do Quênia, Najib Balala, durante a qual tratamos das perspectivas de crescimento do fluxo de turistas entre os dois países. O posto apoiou, ademais, a realização de evento da Embraer ocorrido em Nairóbi, em 25 de julho de 2018, no qual a empresa apresentou seu novo avião E190-E2. Mantive encontros periódicos com empresários locais que representam empresas brasileiras no Quênia ou que compram produtos brasileiros, com objetivo de conhecer as experiências e desafios na importação de produtos brasileiros. Ao longo de minha gestão, o SECOM marcou a presença brasileira em diversas feiras realizadas no país, dentre as quais pode-se citar: Kenya International Trade Exhibition (2018), Build Expo (2018), Agricultural Societies of Kenya - International Show (2018) e Kenya Health Summit (2019).

34. A organização de missões comerciais de exportadores brasileiros ao Quênia e demais mercados no leste africano, bem como de potenciais compradores locais ao Brasil, porventura associadas à participação em grandes feiras comerciais, seguramente poderia contribuir de maneira significativa para o incremento do comércio bilateral. Recorda-se que a APEX-Brasil realizou missão de prospecção e inteligência comercial ao Quênia em agosto de 2018 com vistas a melhor conhecer o setor automotivo e de máquinas e equipamentos agrícolas.

35. Merece registro a presença no Quênia e em Ruanda da ‘joint venture’ brasileiro-argentina Positivo BGH, que venceu concorrências para fornecimento de laptops para escolas e repartições públicas em Ruanda e para o fornecimento de laptops para escolas e de equipamentos e softwares para o censo de 2019, no Quênia. A Positivo BGH está também engajada na instalação de uma fábrica de placas-mãe no Quênia, em parceria minoritária com investidores locais.

36. Durante minha gestão, prosperaram os entendimentos entre a "National Industry Training Authority -NITA" e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com vistas ao estabelecimento de parceria entre os dois órgãos voltada para a reformulação do sistema de aprendizagem técnica no Quênia e aprimoramento da formação profissional voltada para a Indústria.

Promoção cultural

37. No Quênia e nos demais países desta jurisdição, manifesta-se uma grande e generalizada simpatia pelo Brasil, motivada sobretudo pelo sucesso da seleção brasileira de futebol e pelo talento e arte dos jogadores brasileiros, muitos dos quais afrodescendentes. O carnaval e a música de nosso país também despertam no grande público um misto de admiração, curiosidade e surpresa com as semelhanças e paralelos entre as culturas. As elites locais e os segmentos mais informados de sociedade reconhecem o Brasil como uma das maiores economias do mundo e como potência cultural e tecnológica. O interesse do Quênia em projetar-se como potência média com influência de sua região – onde há países lusófonos – e o legado histórico deixado, sobretudo na língua kiswahili, pela presença portuguesa no litoral do país, despertam interesse no ensino do idioma português. As conexões musicais são, entretanto, os vínculos culturais mais diretos e profundos com o Brasil. Essas grandes vertentes de aproximação motivam, dessa forma, uma curiosidade simpática que merece ser cultivada e que reserva oportunidade significativa para o adensamento das relações com o Brasil. Subsiste ainda na população geral, porém, um grande desconhecimento sobre o que somos.

38. Busquei, assim, durante minha gestão, centrar as atividades de promoção cultural em três eixos: (a) cinema, (b) música e (c) difusão do idioma português.

39. A coincidência com a realização da Copa do Mundo da Rússia permitiu também à Embaixada promover encontros dos muitos torcedores locais da “Seleção Canarinho” em um dos grandes hotéis de Nairóbi, com música brasileira e caipirinha, para os quais foram convidadas as Embaixadas dos países contra os quais o Brasil jogou. O jogo de abertura de nossa seleção contou com a presença do Senador Kenneth Lusaka, Presidente do Senado queniano. A Embaixada apoiou também com a doação de camisetas verde-amarelas para a equipe local "Santos" de futebol amador, integrada por crianças carentes, cujo nome inspirou-se no time paulista e na referência religiosa. Foi organizada projeção de documentário sobre o jogador Zico e palestra sobre o Brasil.

40. A Embaixada em Nairóbi continuou a organizar em 2018 e 2019, em coincidência com a Semana da Pátria, o Festival de Cinema Brasileiro, com exibição de filmes recentes e sempre

inéditos no país, muitos dos quais premiados e com trajetória em festivais. O Festival consolidou-se, dessa maneira, como um dos importantes eventos culturais da capital queniana, com presença expressiva de cinéfilos da cidade e do corpo diplomático. Na edição de 2018, Fellipe Barbosa, diretor de "Gabriel e a montanha", longa rodado no Quênia e com elenco queniano, participou juntamente com diversos integrantes desse elenco local de debate após a exibição de seu filme. Como atividade paralela ao festival, Barbosa ministrou 'workshop' sobre direção cinematográfica para 15 jovens diretores quenianos provenientes de comunidades carentes de Nairóbi, em iniciativa organizada em parceria com o Slum Film Festival.

41. A Embaixada participou também, em coordenação com as missões diplomáticas de Angola, Moçambique e Portugal de "Semana de Filmes Lusófonos", entre 14 e 18 de maio de 2018. O evento, realizado em comemoração ao Dia Internacional da Língua Portuguesa, foi realizado na Universidade de Nairóbi. Durante a mostra, foram exibidos dois filmes brasileiros, além de um angolano e dois portugueses.

42. Ademais, o setor cultural apoiou a participação de filmes e de cineastas brasileiros em duas edições do Slum Film Festival, evento internacional, de periodicidade anual, dedicado à promoção da produção audiovisual de diretores moradores de favelas ou dedicada a temas relativos às favelas. A edição de 2017 do evento contou com elevada participação de produções brasileiras (129 inscrições) em diversas categorias. O curta-metragem "Òrun Àyié: a criação do mundo", de Jamile Coelho, ganhou o prêmio de melhor filme de animação. Para a edição de 2018 do Slum Film Festival, que ocorreu entre 24 e 31 de agosto, a Embaixada, com o apoio da SERE, garantiu a presença de Luciana Farah, que participou de debate após a exibição de longa-metragem que dirigiu, bem como lecionou curso de animação "stop motion". Cabe destacar que filmes das diretoras brasileiras Iara Lee e Luciana Farah foram exibidos na movimentada abertura do evento.

43. O setor cultural do posto buscou, ademais, firmar parcerias com estabelecimentos comerciais - notadamente bares e restaurantes - com vistas a ampliar a disseminação da cultura brasileira de forma não onerosa aos cofres públicos. Obteve, nesse sentido, resultados dignos de nota como a inclusão de pratos e drinques tipicamente brasileiros nos cardápios de seus parceiros, além de ter estimulado que tais estabelecimentos fizessem uso de "playlists" de ritmos brasileiros como música ambiente.

44. Ainda relacionado a essas parcerias, o posto organizou a projeção de filmes brasileiros em bares e locais de diversão da cidade, tendo estabelecido importante parceria com o estabelecimento "The Alchemist", considerado um dos principais pontos de encontro do público jovem de Nairóbi.

45. Dentro do esforço de divulgação da cultura brasileira, a Embaixada apoiou, sem qualquer ônus, a realização em dezembro de 2019 de exposição de artista brasileira residente em Nairóbi, realizada no Museu Nacional de Nairóbi, com excelente acolhida da crítica e do público, tendo registrado mais de três mil visitantes ao longo dos dois meses da mostra. Existem, nas principais galerias de arte da cidade e na direção do Museu Nacional do Quênia, disposição e interesse para acolher mostras de arte brasileira, especialmente de artistas afrobrasileiros.

46. Na vertente musical, o setor cultural da Embaixada copatrocinou, em 16 de dezembro de 2018, a apresentação em sala de espetáculos de Nairóbi, com excelente público, da cantora baiana Luedji

Luna e banda, integrada por guitarrista queniano. A apresentação ocorreu no J's Fresh Bar and Kitchen, um dos principais espaços dedicados à música ao vivo em Nairóbi. Por ocasião do espetáculo de Luedji una, o estabelecimento introduziu em seu cardápio pratos da culinária brasileira. A vinda de Luedji Luna ao Quênia despertou o interesse da imprensa local, merecendo longo e elogioso artigo no jornal "Business Daily". O Festival de Cinema Brasileiro de 2019, realizado em auditório da Aliança Francesa, importante espaço cultural de Nairóbi, abriu com a projeção de documentário sobre a cantora Maria Betânia, "Fevereiros". O Carnaval de 2020 foi celebrado em bar de Nairóbi com música brasileira e a transmissão de documentário sobre a vida e a obra do compositor Cartola.

47. Durante minha gestão, o Posto procurou, igualmente, promover o conhecimento e a difusão do idioma português no Quênia e demais países da jurisdição. Nesse sentido, a Embaixada apoiou a participação de Geovani Martins, jovem brasileiro autor de "O Sol na Cabeça", no "Macondo Literary Festival", realizado em Nairóbi, no Kenya National Theater, entre 27 e 29 de setembro de 2019, com ampla repercussão de imprensa e excelente público. O festival agregou autores lusófonos e anglófonos da África e Europa, além do Brasil, contando com a presença de escritores da Nigéria, Quênia, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, África do Sul, Zimbábue, Angola, Portugal e Reino Unido. Na noite da abertura do evento, a Embaixada organizou recepção na Residência Oficial, à qual estiveram presentes a Embaixadora de Portugal em Nairóbi, representantes das embaixadas de Angola e Moçambique, além dos autores participantes do festival e seus organizadores.

48. O setor cultural vem apoiando com material referente à cultura brasileira o trabalho do leitorado de Português na Universidade de Nairóbi, patrocinado pela Embaixada de Portugal e Instituto Camões. A Embaixada também está à frente de iniciativa para aproximar, mediante a celebração de encontros regulares informais, os falantes da língua portuguesa, residentes no Quênia e demais países da jurisdição, a maioria dos quais não é de nacionalidade brasileira ou de países lusófonos. No último encontro presencial do grupo, ocorrido em 20 de fevereiro de 2020, foi oferecido workshop gratuito de capoeira, com duração de uma hora. A realização da atividade foi possível graças a parceria firmada com o grupo Balanço Negro, liderado pelo mestre Brian Kassim.

49. Em comemoração ao Dia Mundial da Língua Portuguesa, já no contexto da pandemia de Covid-19, o posto organizou, em parceria com os demais países lusófonos com Embaixadas em Nairóbi, encontro virtual do grupo de falantes de português. A promoção do primeiro encontro virtual do grupo permitiu, por sugestão brasileira, dar continuidade ao projeto.

50. O setor cultural buscou, ainda, ampliar sua presença junto ao público escolar e universitário da região. Embora as tratativas referentes a visitas a escolas para exibição de filmes brasileiros tenham sido frustradas em função da pandemia, a Embaixada recebeu, em 26 de fevereiro de 2020, a visita de alunos da Escola das Nações de Nairóbi, ocasião na qual se promoveu palestra sobre o Brasil, focando em aspectos geográficos, culturais e da fauna brasileira.

Atendimento a brasileiros e Setor Consular

51. O Quênia concentra a maior parte da comunidade brasileira presente na jurisdição do Posto. Desde que assumi a Embaixada, em 2018, tive a oportunidade de reunir-me com nossos nacionais em várias ocasiões, com meus assessores mantendo também participação virtual constante em grupos que visavam ao congraçamento e auxílio mútuo entre brasileiros. Em minha gestão, ademais, supervisionei a realização das eleições presidenciais brasileiras de 2018. Como resultado, primeiro e segundo turno foram realizados de forma ordenada e eficiente, sem ocorrências.

52. Em seguida à prisão, em 2018, de nacional brasileiro no Quênia, sob suspeita de tráfico de drogas, o Setor Consular acompanha presencialmente todas as sessões de julgamento e presta apoio sob a forma de tradução consecutiva, garantindo que a ele fosse dado tratamento justo e adequado. No final de 2019, o Setor Consular deu início a prestação de apoio material e financeiro complementar ao brasileiro, com a doação de itens de vestuário, higiene pessoal e alimentos não perecíveis, fazendo uso dos recursos recebidos da Secretaria de Estado. Iniciaram-se providências de modo a submeter às autoridades locais minuta de acordo bilateral para transferência de presos.

53. Destaco a ativação, durante minha gestão, de comunicações ágeis e sem custo com a comunidade aqui residentes e com familiares no Brasil por meio de aplicativos de mídia social.

54. Por fim em 2020, com vistas à prestação de apoio à comunidade brasileira local no contexto da pandemia de Covid-19, atuei de forma a garantir a repatriação dos que desejavam retornar ao Brasil, bem como a manutenção de contato com os que optaram por permanecer no Quênia, para os quais foram criados: grupo especial de disseminação de informações por whatsapp, questionário online para atualização e ampliação de dados de matrícula consular e página web especial com informações relacionadas à pandemia. Mesmo com restrições de movimento, o Posto pode prestar assistência em casos de morte, evacuação médica, crises de saúde mental, dificuldades logísticas para movimentação e financiamento de repatriação.

SEGUNDA PARTE - AS NAÇÕES UNIDAS EM NAIRÓBI

55. Nairóbi é uma das principais sedes das Nações Unidas, a única situada no mundo em desenvolvimento e a terceira maior em número de funcionários residentes, que somam cerca de 4600. O Escritório das Nações Unidas em Nairóbi (UNON) representa a maior estrutura administrativa permanente do sistema ONU no continente africano. A sede africana da ONU abriga os dois Programas sediados em Nairóbi – o ONU-Habitat e o PNUMA.

56. Situam-se também em Nairóbi os escritórios regionais e nacionais (tanto para o Quênia como para a Somália) de diversas agências internacionais, com as quais a Embaixada mantém interlocução frequente. Entre elas, estão o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre outras. A projeção

multilateral da capital queniana atrai, ainda, diversas organizações não-governamentais e "think tanks" cuja esfera de atuação se relaciona com o trabalho das Nações Unidas e a África oriental.

57. Cerca de oitenta representações diplomáticas residentes em Nairóbi estão credenciadas junto ao PNUMA e ao ONU-Habitat, bem como às agências onusianas que integram o UNON.

58. Registro permanecer quadro de sub-representação de nacionais brasileiros, bem como de toda América Latina e Caribe (GRULAC), no Secretariado dos Programas e agências da ONU em Nairóbi. No PNUMA, apenas 9% dos funcionários são latino-americanos ou caribenhos; no ONU-Habitat, somente 3,5%. No ONU-Habitat, há registro de três funcionários brasileiros. No PNUMA, apenas de uma. Esse cenário contrasta com a projeção do Brasil como potência ambiental e país altamente urbanizado, bem como com o fato de o Rio de Janeiro sediar o Escritório Regional do ONU-Habitat para a América Latina e Caribe (situação que, aliás, pode evoluir no contexto da reforma administrativa em curso promovida pelo Secretário-Geral da ONU) e de o PNUMA dispor de Escritório Nacional em Brasília.

59. A Delegação brasileira tem constantemente chamado atenção para a sub-representação de nacionais do País nos Secretariados e contribuído para divulgar entre brasileiros os processos seletivos em aberto. Avalio que a presença de brasileiros nos quadros da ONU, sobretudo em cargos de direção, contribuiria para incorporar, com qualidade, perspectivas brasileiras nos trabalhos desses importantes programas da ONU, tendo em conta a elevada qualidade dos diplomatas, técnicos e cientistas brasileiros.

60. Exerci, durante minha gestão, a função de Representante Permanente do Brasil junto aos programas e organismos da ONU sediados na capital queniana. Nesse período, assegurei que o Brasil mantivesse participação ativa nas deliberações realizadas no ONU-Habitat e no PNUMA, colaborando para a construção de importantes consensos relacionados à vertente ambiental do desenvolvimento sustentável e ao enfrentamento dos desafios associados à sustentabilidade urbana e aos assentamentos humanos.

61. Tenho, portanto, a satisfação de poder registrar que, durante o período em que estive à frente da Embaixada do Brasil em Nairóbi, o Brasil manteve perfil elevado nos debates multilaterais no ONU-Habitat e no PNUMA, tendo integrado – em muitos casos, presidido – e participado ativamente em todas suas instâncias de governança intergovernamental, como descreverei a seguir.

Brasil e o ONU-Habitat

62. Estabelecido em 1978, o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos (ONU-Habitat) foi um dos principais resultados da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos e Desenvolvimento Humano Sustentável (Habitat-I), realizada em 1976 em Vancouver (Canadá). Atualmente, o ONU-Habitat tem por mandato auxiliar os Estados-membros da execução da Nova Agenda Urbana – adotada na Conferência Habitat-III, realizada em 2016 em Quito (Equador) – e na implementação da dimensão urbana da Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável, sobretudo por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (“cidades e comunidades sustentáveis”).

63. Em dezembro de 2017, poucas semanas antes de minha chegada a Nairóbi, fui eleito para a presidência do Comitê de Representantes Permanentes (CRP) do ONU-Habitat no biênio 2018-2019. Exerci essa função até o final de maio de 2019, quando o mandato foi abreviado em virtude de ajuste decorrente da entrada em vigor da nova estrutura de governança do ONU-Habitat.

64. A atualização da estrutura de governança do ONU-Habitat sobressai como um dos mais importantes desdobramentos multilaterais em Nairóbi durante o período de minha gestão –e tenho a satisfação de poder afirmar que a atuação diplomática brasileira foi crucial para atingir esse resultado.

65. Até 2017, a instância superior da governança do ONU-Habitat era seu Conselho de Administração, composto por 58 membros e que se reunia bienalmente. As delegações vinham debatendo sem sucesso, desde 2003, maneiras de aprimorar a governança do Programa. Em dezembro de 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) adotou sua Resolução 72/226, constituindo Grupo de Trabalho cujo mandato seria apresentar recomendações para o fortalecimento dos mecanismos de governança e de supervisão, pelos Estados-membros, dos trabalhos do ONU-Habitat.

66. Como Presidente do CRP, coube-me conduzir as deliberações do referido Grupo de Trabalho. Após seis meses de reuniões e consultas informais, foi afinal possível alcançar – sob a presidência brasileira e dentro do prazo estabelecido pela AGNU – acordo em torno de conclusões e recomendações para reformar a governança do ONU-Habitat. Levou-se a bom termo, desse modo, processo que se arrastava há mais de quinze anos.

67. O Grupo de Trabalho recomendou à AGNU substituir o Conselho de Administração por uma Assembleia do ONU-Habitat (“United Nations Habitat Assembly”, UNHA), órgão com sessões quadrienais e participação universal, acolhendo reivindicação histórica dos países em desenvolvimento. A Assembleia do ONU-Habitat passaria a ser a instância máxima do sistema de governança, que contaria também com uma Junta Executiva e preservaria a existência do Comitê de Representantes Permanentes. Integrada por 36 membros eleitos pela Assembleia, a Junta Executiva proporcionaria instância de acompanhamento mais cotidiano das atividades do Programa e sessionaria duas ou três vezes ao ano. Os países que não integrem a Junta Executiva podem assistir suas reuniões como observadores. O Comitê de Representantes foi mantido, atendendo outro pleito dos países em desenvolvimento, mas com responsabilidades agora circunscritas à preparação negociadora dos documentos a serem adotados nas Assembleias quadrienais e de realizar um encontro intersessional.

68. Com vistas a facilitar o endosso pela Assembleia Geral da ONU dos resultados atingidos no Grupo de Trabalho, realizei em outubro de 2018 missão a Nova York, a convite da Diretora-Executiva do ONU-Habitat. Nessa ocasião, mantive reuniões com delegações junto à II Comissão da AGNU, contribuindo para melhor compreensão do acordo atingido em Nairóbi. Reuni-me,

ainda, com a Presidente da 73ª Assembleia Geral, Maria Fernanda Espinosa Garcés, e com altos funcionários do Secretariado, inclusive a Secretária-Geral Adjunta da ONU, Amina Mohamed. As conclusões e recomendações formuladas no Grupo de Trabalho viriam a ser consensualmente referendados pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2018, por meio da Resolução 73/239, concluindo longo processo, com reconhecido protagonismo brasileiro.

69. Aprovada a reforma de governança, coube-me então conduzir, no marco do CRP, as negociações para a elaboração do conjunto de regras de procedimento para a Assembleia do ONU-Habitat e para sua Junta Executiva.

70. A 1ª Assembleia do ONU-Habitat foi realizada entre 27 e 31 de maio de 2019, em Nairóbi, sob a presidência da Subsecretária-Geral para Temas Multilaterais e Direitos Humanos da Chancelaria mexicana, Senhora Martha Delgado Peralta. Acorreram à UNHA-1 quatro Chefes de Estado e de Governo, 49 ministros de estado e mais de quatro mil participantes de 127 países. Tive a honra de chefiar a Delegação brasileira, que foi integrada por diplomatas da Embaixada e representantes do Ministério de Desenvolvimento Regional. O Prefeito de Bom Jesus da Lapa (Bahia), Senhor Eures Ribeiro Pereira, também participou da UNHA-1 em sua capacidade de representante da Confederação Nacional de Municípios.

71. Por marcar a entrada em vigor da nova estrutura de governança do ONU-Habitat, a 1ª Assembleia do ONU-Habitat teve particular importância. Durante a sessão adotaram-se, por consenso, uma declaração ministerial, cinco resoluções e uma decisão, conjunto de textos que guiarão a atuação do Programa no quadriênio 2019-2023. A pedido da Presidente da UNHA-1, conduzi os trabalhos do Comitê de Redação, o que ensejou facilitar a negociação dos projetos de resolução e decisão adotadas. Entre as resoluções adotadas, destacam-se aquelas referentes ao Plano Estratégico do Programa (HSP/HA.1/Res.1) e ao fortalecimento das ações de capacitação técnica (HSP/HA.3/Res.3), esta proposta por conjunto de países latino-americanos, por iniciativa brasileira. O Brasil foi eleito para ocupar uma das vagas na Junta Executiva do ONU-Habitat pelo período 2019-2023. A Assembleia marcou, ainda, o término de meu mandato à frente do Comitê de Representantes Permanentes do ONU-Habitat.

72. Não obstante a reforma do sistema de governança e dos esforços da Diretora-Executiva Maimunah Mohd Sharif (Malásia) para aperfeiçoar sua estrutura, o ONU-Habitat permanece com dificuldade de angariar aportes financeiros dos Estados-membros. Como se recorda, o ONU-Habitat é amplamente dependente de contribuições voluntárias e menos de 10% de seus recursos advêm do orçamento regular das Nações Unidas. A fragilidade orçamentária do Programa restringe seu potencial e pode provocar a diminuição de seus projetos, que são implementados em parceria com governos locais e municípios. Em 2020, o ONU-Habitat teve 268 projetos em 70 países. A situação financeira pode, também, culminar no redimensionamento dos escritórios regionais, inclusive aquele para a América Latina e Caribe, sediado no Rio de Janeiro. A precariedade orçamentária do ONU-Habitat se torna ainda mais preocupante no contexto do enfrentamento da pandemia do COVID-19, uma vez que cerca de 90% dos casos da doença foram registrados em ambiente urbano, segundo estudo das Nações Unidas.

O Brasil e o PNUMA

73. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi estabelecido quando da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo (Suécia), e está sediado em Nairóbi desde sua criação. Em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20 – os Estados-membros adotaram consensualmente o documento "O Futuro que Queremos", cujo parágrafo 88 descreve o PNUMA como "a autoridade ambiental mundial que define a agenda ambiental global" e que "promove a aplicação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas".

74. A instância máxima de governança do PNUMA é a Assembleia do Meio Ambiente das Nações Unidas ("United Nations Environment Assembly", UNEA), órgão de composição universal e convocado bienalmente em Nairóbi. A UNEA-1 foi realizada em 2014, após a Assembleia Geral da ONU ter decidido, em 2012, substituir o Conselho de Administração – cuja participação era restrita – por instância aberta a todos os Estados-membros da ONU.

75. Entre as sessões da UNEA, o Comitê de Representantes Permanentes (CRP) é o órgão intergovernamental onde são realizados o acompanhamento da implementação das decisões e resoluções adotadas pela Assembleia, a supervisão dos trabalhos empreendidos pelo Secretariado e a preparação dos documentos a serem considerados na sessão subsequente da Assembleia. O CRP do PNUMA se reúne em formato pleno a cada três meses e, com maior periodicidade, em formato de subcomitê. É habitual que o CRP se reúna como subcomitê ao menos duas vezes ao mês, mas a frequência dos encontros é determinada pela urgência e complexidade da matéria a ser examinada.

76. Ainda durante o período de transição entre chefias na Embaixada em Nairóbi, coube-me a honrosa tarefa de conduzir a Delegação brasileira à 3a Sessão da Assembleia do Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEA-3), realizada em Nairóbi entre 4 e 6 de dezembro de 2017. Presidida pelo Ministro do Meio Ambiente da Costa Rica, Edgar Gutierrez, a UNEA-3 teve como tema "Rumo a um Planeta Sem Poluição". Participaram 4300 delegados de 170 Estados- membros, 711 organizações não-governamentais e 94 organismos internacionais. Foram adotadas uma Declaração Ministerial, onze resoluções e três decisões. Entre os resultados da UNEA-3, sobressaem o lançamento de programa de combate à poluição, a constituição de grupo de peritos para examinar a situação do lixo marinho e microplásticos, e textos sobre eliminação da exposição ao chumbo em tintas e enfrentamento da poluição nas águas e nos solos.

77. Ao final do evento, fui eleito como um dos Vice-Presidentes da 4ª Sessão da Assembleia do Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEA-4), ocupando em seu Bureau uma das duas cadeiras reservadas ao Grupo da América Latina e do Caribe (GRULAC).

78. Em novembro de 2018, na esteira de denúncias e auditoria interna sobre práticas administrativas – em particular sobre as viagens internacionais que o mantinham afastado de Nairóbi –, o então Diretor-Executivo do PNUMA, Erik Solheim (Noruega), renunciou ao cargo. Em fevereiro de 2019, o Secretário-Geral da ONU designou a dinamarquesa Inger Andersen (Dinamarca) para a diretoria executiva do Programa, que assumiria em meados daquele ano.

Andersen é ex-Presidente da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e ex-Vice-Presidente do Banco Mundial para o Oriente Médio e o Norte da África. A Diretora-Executiva do PNUMA chegou a planejar viagem ao Brasil em março de 2020, mas teve que adiá-la "sine die" quando da eclosão da pandemia de COVID-19. A Diretora-Executiva adjunta, Joyce Msuya (Tanzânia), igualmente egressa do Banco Mundial, exerceu por sete meses a liderança interina do PNUMA, período em que aperfeiçoou os mecanismos de gestão e procurou corrigir os desvios da administração anterior. A atual gestão tem reforçado a vertente normativa do Programa e procurado fortalecer a capacidade do PNUMA de prover insumos científicos aos Estados-membros para subsidiá-los na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável.

79. Entre 11 e 15 de março de 2019, realizou-se em Nairóbi a 4ª Assembleia do Meio Ambiente das Nações Unidas. Presidida pelo então Ministro do Meio Ambiente da Estônia, Senhor Siim Kiisler e com o tema "Soluções Inovadoras para os Desafios Ambientais e para a Produção e Consumo Sustentáveis", o evento reuniu cinco Chefes de Estado, 157 Ministros do Meio Ambiente e mais de 5000 participantes de 179 países. Exitosa, culminou na adoção consensual de número recorde de 27 documentos: uma Declaração Ministerial, 23 resoluções e 3 decisões que trataram de temas tais como produção e consumo sustentável, mobilidade sustentável, perda e desperdício de alimentos, gestão sustentável de nitrogênio, gestão de químicos e de resíduos sólidos, redução do uso de plásticos de uso único, lixo marinho, conservação e gestão de manguezais e outras questões afetas à biodiversidade.

80. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro do Meio Ambiente, Senhor Ricardo Salles, e integrada por representantes do MMA e diplomatas. Durante sua permanência nesta capital, o Sr. MMA proferiu o discurso brasileiro na Sessão Plenária da UNEA-4, participou de seu Segmento de Alto Nível, manteve encontros bilaterais com diversos de seus homólogos e altos funcionários internacionais e concedeu entrevista coletiva. O Sr. MMA realizou, ainda, visita técnica ao Parque Nacional de Nairóbi, ocasião em que, juntamente com sua equipe, examinou com autoridades quenianas perspectivas de cooperação e intercâmbio em matéria de gestão de áreas protegidas.

81. Durante a UNEA-4, e a pedido de seu Presidente, conduzi os trabalhos do Comitê do Pleno ("Committee of the Whole", CoW) para onde convergem as negociações dos projetos de resolução sob consideração da Assembleia. Feito inédito na história das UNEAs, sob minha presidência o CoW logrou concluir o debate sobre todos os documentos em discussão, evitando que as negociações tivessem que continuar durante o plenário. A participação ativa do Sr. MMA, assim como a atuação diplomática à frente do CoW e o trabalho eficiente da Delegação brasileira nas negociações em muito contribuíram para consolidar o papel do Brasil como articulador de consensos e protagonista na definição da agenda internacional para a promoção da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável.

82. Pouco meses após a conclusão da UNEA-4, fui nomeado para presidir o Comitê de Representantes Permanentes do PNUMA, para mandato que se estende de junho de 2019 a junho de 2021. As principais atribuições do CRP são o acompanhamento da implementação das decisões e resoluções adotadas até hoje pela UNEA, bem como de preparar a próxima Assembleia. Em

virtude dos desafios logísticos trazidos pela pandemia de COVID-19, a 5ª Assembleia do Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEA-5), segundo recente decisão de seu "bureau", deverá transcorrer em duas etapas. O primeiro segmento, a ser preparado e realizado virtualmente em fevereiro de 2021, adotaria textos administrativos e orçamentários importantes para a continuidade dos trabalhos do PNUMA. O segundo segmento, por seu turno, seria realizado de forma presencial em fevereiro de 2022 e permitiria a adoção dos resultados substantivos da UNEA-5.

82. Ao menos três fatores têm contribuído para conferir especial relevância aos trabalhos do CRP no período em análise: (i) a crescente atenção internacional conferida a temas ambientais, (ii) os impactos da pandemia de COVID-19 e (iii) os diversos processos negociadores em curso. Dentre os temas de maior relevância acompanhados pelo CRP durante a minha presidência destacam-se – ademais da preparação da UNEA-5 – os preparativos para a comemoração do cinquentenário do PNUMA, em 2022; a negociação de Plano de Ação para a implementação do Parágrafo 88 do documento "O Futuro que Queremos"; as consultas voltadas para a preparação de declaração política, mandatada pela Assembleia Geral da ONU por meio de sua Resolução 73/333, a ser adotada no contexto das comemorações dos cinquenta anos do PNUMA; as consultas para deliberar sobre o fortalecimento dos processos de governança do PNUMA.

83. Desde a eclosão da pandemia de COVID-19, tenho cumprido com o máximo rigor possível o cronograma do Comitê, permitindo ao órgão desincumbir-se tempestivamente de suas tarefas por meio de reuniões em plataformas virtuais. Embora isso tenha permitido manter o PNUMA em operação e garantir o acompanhamento da implementação dos mandatos conferidos pela UNEA, tornam-se cada vez mais nítidas as limitações dos meios virtuais para a negociação de documentos substantivos, inclusive no que tange à inclusividade.

84. Ao longo do período em análise, a Delegação brasileira em Nairóbi ressaltou a importância de o PNUMA promover a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável de maneira integrada às vertentes social e econômica, no marco da Agenda 2030 e com especial atenção aos objetivos maiores de erradicação da pobreza e da fome, em linha com a Declaração do Rio de Janeiro e com o legado das grandes conferências de desenvolvimento sustentável da ONU que o Brasil sediou em 1992 e 2012.

Outras conferências internacionais realizadas em Nairóbi

85. A projeção multilateral de Nairóbi não se limita às atividades dos programas e agências da ONU: a capital queniana tem acolhido número expressivo de conferências internacionais. Em março de 2019, realizou-se aqui a 124ª Sessão do Conselho Internacional do Café e reuniões dos órgãos subsidiários da Organização Internacional do Café (OICAFÉ), tendo a delegação brasileira sido composta por diplomatas, parlamentares e peritos. Em julho de 2019, Nairóbi sediou a 1ª Conferência Regional de Alto Nível para Prevenção e Combate ao Terrorismo e Extremismo Violento – única ocasião, durante minha gestão, que o Escritório das Nações Unidas em Nairóbi foi visitado pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres.

86. Em novembro de 2019, realizou-se na capital queniana a Cúpula em Comemoração aos 25 anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD25). Tive a honra de chefiar a Delegação brasileira, integrada pela Secretária Nacional da Família, Senhora Angela Gandra Martins, pela presidente do Fiocruz, Nísia Trindade, e também por representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Ministério da Saúde e do Ministério das Relações Exteriores.

TERCEIRA PARTE - CUMULATIVIDADES

BURUNDI

(i) Política interna

87. Em eleições conduzidas em maio último, Evariste Ndayishimiye, do partido governista CNDD-DD (Conseil National pour la Défense de la Démocratie/Forces pour la Défense de la Démocratie), consagrou-se vencedor, com 68,72% dos votos. Merece menção, no período ao qual estive à frente do Posto, a reforma constitucional, aprovada em referendo por 73% dos eleitores em maio de 2018, que resultou em nova Carta Magna do Burundi, promulgada em junho do mesmo ano.

(ii) Economia e impactos do COVID-19

88. A economia do Burundi deverá sofrer consequências da pandemia do COVID-19. O Banco Mundial estima que o PIB do país cresça apenas 1,7% em 2020, contra 1,8% em 2019.

(iii) Política externa

89. A comunidade internacional acompanha o desempenho do novo governo do Burundi. O país foi um dos primeiros e maiores contribuintes a engajar-se na AMISOM, a força de paz da União Africana na Somália. Para o Burundi, que também enviou contingentes para a Missão Multidimensional Integrada para Estabilização das Nações Unidas do Mali (MINUSMA) e para a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), as missões de paz representam esforço na direção da profissionalização das forças de defesa do país.

(iv) Relacionamento Bilateral e Cooperação

90. As relações entre o Brasília e Gitega mantêm excelente nível e são beneficiadas pela história de cooperação prestada Brasil, marcada por diversas iniciativas ao longo dos anos. Merece

destaque o projeto "Cotton Victoria", descrito na seção do relatório dedicada às relações com o Quênia.

91. Em novembro de 2018, foram assinados, em Brasília, acordo bilateral de cooperação na área educacional e memorando de entendimento na área de treinamento diplomático entre os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e do Burundi. Registrou-se o interesse do Burundi de que o Instituto Rio Branco (IRBr) possa cooperar na criação de academia diplomática própria no país, assim como para a estruturação e institucionalização da carreira diplomática. Aguarda-se ratificação por ambas as partes de acordo no domínio de educação, que viabilizaria a participação de estudantes do Burundi no PEC-G e PEC-PG.

92. Durante a minha gestão, diplomatas deste Posto puderam deslocar-se em três ocasiões ao Burundi. Além da viagem que fiz para apresentação de credenciais em novembro de 2018, o Chefe do Setor de Cooperação da Embaixada esteve em Bujumbura em março daquele mesmo ano e o Chefe do Setor Político realizou visita à Chancelaria local, no contexto de missão consular, em dezembro de 2019. Recebi também o Ministro do Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária do Burundi, em Nairóbi, em novembro de 2018, e, naquele mesmo mês, o Embaixador do Burundi em Brasília esteve com o então Ministro Aloysio Nunes. Nas semanas seguintes, o Embaixador burundês encontrou-se, ainda, com o Diretor da ABC. Em todas as ocasiões, a tônica das conversações foi o interesse na intensificação da cooperação na área agrícola, em particular em piscicultura.

93. O Burundi inaugurou Embaixada residente em Brasília em 2012, mas, em outubro de 2020 informou que a fecharia temporariamente em função de readequação de seu serviço exterior, com a Embaixada do país em Washington passando a responder pelos assuntos afetos ao Brasil.

(v) Promoção comercial

94. As trocas comerciais entre o Brasil e o Burundi permanecem incipientes. Em 2019, o Brasil exportou um total de US$ 208.936, especialmente em máquinas para limpeza de grãos e pneus, sem registro de importações. Em 2018, US$ 42.038 foram exportados pelo Brasil para o Burundi, especialmente em pneus e maquinário agrícolas, e as importações do Brasil totalizaram US$ 254.

(vi) Atendimento a brasileiros

95. O Setor Consultar tem prestado assistência a nacional detido em Bujumbura, por suspeita de tráfico internacional de drogas. Em dezembro de 2019, diplomata da Embaixada em Nairóbi deslocou-se a Bujumbura com o objetivo de conceder assistência consular e humanitária ao detido, a quem foi oferecido apoio material e financeiro (com doação de itens de vestuário, higiene pessoal e alimentos não-perecíveis).

96. A Embaixada espera poder engajar a parte burundesa na negociação de acordo bilateral de transferência de presos, que permitiria a detentos brasileiros no Burundi cumprir pena no Brasil e vice-versa.

RUANDA

(i) Política interna

97. O genocídio em Ruanda em 1994 foi um dos eventos cataclísmicos do século XX, cujas repercussões continuam a reverberar em todos os setores da vida do país. O cenário de 1994 contrasta, de maneira contundente, com a realidade atual, marcada por ordem social e promoção do desenvolvimento econômico. O presidente Paul Kagame permanece a figura central na história recente do país. Liderou as Forças Patrióticas Ruandesas que invadiram o país a partir de Uganda em 1990 e, sendo vitoriosas em 1994, puseram fim ao genocídio. Viria a assumir a Presidência em 2000, quando da renúncia de Pasteur Bizimungu. Foi reeleito para mandatos de sete anos em 2003 (com 95,06% dos votos), em 2010 (93,08%) e em 2017 (98,79%). Poderá candidatar-se novamente em 2024, para mandato que passará a ser de 5 anos.

(ii) Impactos do COVID-19

98. Ruanda tem procurado projetar-se como caso de sucesso no enfrentamento da pandemia. O governo determinou confinamento da população no dia seguinte ao primeiro diagnóstico, medida que perdurou por três meses. A pandemia trouxe impactos econômicos. Se o PIB cresceu 10% em 2019, contrairá 3,5% em 2020. Estima-se que o déficit fiscal atinja 9,4% do PIB em 2020, em virtude da desaceleração da arrecadação e do aumento dos gastos públicos.

99. Registro, com satisfação, que o Brasil pôde contribuir para os esforços das autoridades ruandesas no combate ao coronavírus. Em setembro de 2020, o governo brasileiro doou 1650 equipamentos de proteção individual, no valor de USD 50 mil, para o Centro Biomédico de Ruanda.

(iii) Economia

100. Ruanda é desprovido de litoral, conta com cerca de 12,8 milhões de habitantes e com território de 26.338 quilômetros quadrados. Sua estratégia de desenvolvimento favorece a integração regional e projeta o país como “hub” logístico. Para tanto, confere importância à infraestrutura de transportes, do que são exemplos a construção de aeroporto em Bugesera (a 40km de Kigali) e a pavimentação de estradas. O governo planeja conectar Kigali, por estradas de ferro, aos portos de Dar es Salam (Tanzânia) e Mombaça (Quênia).

101. Ruanda criou ambiente favorável a negócios, sobretudo por meio do combate à corrupção. O país ocupa a 29ª posição no ranking "Ease of Doing Business" do Banco Mundial, sendo o segundo mais bem colocado na África e o único país de baixa renda entre os 30 primeiros colocados.

(iv) Política externa

102. Ruanda tem procurado aumentar sua projeção diplomática na África, sobretudo com vistas a promover a integração econômica continental. Kagame foi presidente da União Africana em 2018 e impulsionou a negociação da Zona de LivreComércio Continental da África (AfCFTA), cujo acordo constitutivo foi assinado em Kigali.

(v) Relacionamento bilateral e cooperação

103. Brasil e Ruanda estabeleceram relações diplomáticas em 1981. A missão diplomática de Ruanda em Washington é responsável pelas relações com o Brasil. Apresentei cartas credenciais ao Presidente Kagame em dezembro de 2018, em Kigali. Ao longo de minha gestão, tive oportunidade de deslocar-me outra vez ao país em 2019. O mais recente contato de alto nível entre os mandatários dos dois países foi breve encontro do então Presidente da República, Senhor Michel Temer, com o Presidente ruandês à margem da Cúpula do G-20 realizada em Buenos Aires, em 2018.

104. Em 2007, assinou-se Acordo-Quadro de Cooperação Técnica. O Brasil viria a ratificá-lo em 2009, mas a ratificação ruandesa segue pendente. Tive a oportunidade de reiterar às autoridades do país o interesse brasileiro em sua entrada em vigor, pois proporcionará estrutura para o desenvolvimento de projetos de interesse mútuo. Há potencial, por exemplo, para cooperação em agricultura e agroindústria. O acordo também permitiria que estudantes ruandeses se beneficiassem dos programas de cooperação educacional brasileiros.

105. O Acordo de Serviços Aéreos, que assinei em agosto de 2019, em Kigali, trouxe à tona nova vertente do relacionamento. Abre caminho para voos diretos entre os dois países, aumentando a conectividade entre o Brasil e o mercado dos países da Comunidade da África Oriental, que reúne 130 milhões de habitantes. Em linha com a diretriz de transformar Ruanda em "hub" logístico, a Rwandair tem expandido suas rotas e voa para 29 destinos na África, Ásia e Europa.

(vi) Promoção comercial

106. O fluxo comercial é superavitário para o Brasil, sendo a pauta exportadora composta majoritariamente por produtos com elevado valor agregado, como maquinário agrícola e de mineração e instrumentos de odontologia. Entre 2018 e 2019, as exportações brasileiras cresceram 36%, atingindo USD 535 mil. No ano corrente, as exportações brasileiras somaram USD 255 mil até agosto. No triênio 2018-2020, as exportações de Ruanda para o Brasil não excederam USD 20 mil, em pauta composta por produtos como chá e cestos de vime.

107. Entre os setores que oferecerem potencial adicional para o Brasil, ressalto o setor de papel e celulose, em virtude da recente proibição do uso de sacolas plásticas no país, e processamento de alimentos e pecuária. Destaco, ainda, a existência desde 2015 de "joint-venture" entre empresas brasileira e argentina para a montagem de computadores em Ruanda.

(vii) Assistência brasileiros

108. Estima-se que 35 brasileiros residam em Ruanda. É expressivo o afluxo de missionários brasileiros ao país que, de maneira geral, recebem apoio das instituições religiosas às quais estão vinculados. Durante o período de minha gestão, não houve registro de casos requerendo apoio consular.

SOMÁLIA

(i) Política interna

109. Durante o período em análise, persistiram desafios ao quadro institucional da Somália, cujas raízes remontam à década de 1990, quando a guerra civil resultou no colapso do estado. Em 2000, formou-se a organização União das Cortes Islâmicas (UCI), composta por milícias clânicas somalis que preconizavam a organização social com base nas leis corânicas. A UCI tomou a capital Mogadíscio e instalou-se sobretudo no sul do país. Foi desalojada no final de 2006 após invasão da Somália pelas forças armadas da Etiópia, apoiadas pelos EUA. O Al-Shabab se consolida desde então como principal grupo armado do país, em luta contra as instituições estatais, cujos ataques são usualmente dirigidos a alvos militares na Somália.

110. Em 2020, o processo eleitoral foi o tema mais discutido na Somália, país cujo mais recente sufrágio direto foi em 1969. Alcançou-se entendimento sobre data e modalidade das eleições, que deverão ser concluídas em fevereiro de 2021, suspenso por ora o plano de eleições diretas.

(ii) Impactos da COVID-19

111. Tenho a satisfação de registrar que o Brasil espera concretizar ainda em 2020 doação de equipamentos médicos e sanitários à Somália no valor de USD 50 mil para contribuir aos esforços de enfrentamento à pandemia.

(iii) Economia

112. O PIB da Somália vinha crescendo nos últimos anos – em 2019, a expansão foi de 2,9%. O país é uma economia rural, mas há sinais de transição para uma economia urbana, com maior participação dos setores de comércio e serviços. Em 2020, a Somália tal como vários de seus países vizinhos se viu diante de crise tríplice (pandemia, sucessivas inundações e infestação de gafanhotos). Estima-se que o PIB do país poderá contrair mais de 5% em 2020. Após restaurar acesso ao financiamento do FMI e do Banco Mundial, a Somália logrou aliviar sua dívida externa, reduzida de USD 5,3 bilhões para USD 3,9 bilhões.

(iv) Política externa

113. A Somália tem posição geoestratégica no Golfo de Áden, corredor marítimo por onde transita grande parte da produção mundial de petróleo. O país também dispõe, em seu litoral, de reservas significativas de petróleo e gás natural praticamente inexploradas.

114. Criada em 2007 pela União Africana, com apoio do Conselho de Segurança da ONU, a AMISOM dispõe de contingente de cerca de vinte mil soldados de cinco nacionalidades – Uganda (6.223), Burundi (5.432), Etiópia (4.395), Quênia (3.664) e Djibuti (960). Até recentemente, a União Europeia era sua principal financiadora. Ao longo de mais de uma década, a AMISOM contribuiu para o fortalecimento do Estado somali por meio do combate ao Al-Shabab. O atual mandato conferido pelo CSNU expirará em 28 de fevereiro de 2021.

(v) Relacionamento bilateral e cooperação

115. Desde 2016, a função de representar o Brasil perante as autoridades somalis cabe à Embaixada do Brasil em Nairóbi. Embora não tenha podido me deslocar a Mogadíscio, mantive contato fluído com o Embaixador da Somália em Nairóbi, o que me permitiu avançar os interesses brasileiros, do que foram exemplo os apoios unilaterais da Somália a candidaturas brasileiras a órgãos multilaterais.

(vi) Promoção comercial

116. A balança comercial é amplamente superavitária para o Brasil, sendo a pauta exportadora brasileira composta sobretudo por açúcar e derivados. Em 2018, o Brasil exportou USD 60 milhões e importou menos de USD 5 mil (em resinas de goma). Em 2019, as exportações brasileiras caíram para USD 20 milhões e, no sentido contrário, o fluxo comercial da Somália para o Brasil expandiu para USD 42 mil. Em 2020, a despeito dos efeitos da pandemia, as exportações brasileiras voltaram a crescer, somando mais de USD 45 milhões até agosto – enquanto o Brasil importou menos de USD 3 mil da Somália nesse mesmo período, sobretudo em óleos essenciais.

(vii) Atendimento consular

117. Estima-se que haja cerca de 20 brasileiros na Somália, todos empregados pelas Nações Unidas. Considerando que a ONU presta apoio abrangente a seu pessoal, ainda que em contratos temporários ou terceirizados, não foram registrados pedidos de assistência a brasileiros naquele país durante minha gestão.

UGANDA

(i) Política interna

118. A Comissão Eleitoral de Uganda confirmou que o próximo pleito presidencial e legislativo deverá ocorrer entre janeiro e fevereiro de 2021. O anúncio do calendário eleitoral deslanchou movimentação política intensa, com a confirmação da candidatura a reeleição do Presidente Yoweri Museveni pelo Movimento de Resistência Nacional (NRM, da sigla em inglês) e a rearticulação de alianças entre partidos oposicionistas. O Presidente Museveni, com 76 anos, continua a desfrutar de grande popularidade.

(ii) Impactos do COVID-19

119. Logo após o registro dos primeiros casos no país, em março de 2020, o governo de Uganda determinou um dos "lockdowns" mais rigorosos entre os países da África Oriental. Em junho, como reflexo da forte pressão por reabertura após três meses de confinamento quase completo com severos impactos econômicos, sobretudo para a população mais pobre, o país deu início a relaxamento gradual e faseado das medidas de distanciamento social até então em vigor.

(iii) Economia

120. Uganda foi igualmente vítima, na região, da chamada "crise tríplice". Antes da pandemia, Uganda vinha conhecendo ritmo auspicioso de crescimento econômico. A trajetória de recuperação iniciada em 2017 – quando a economia do país cresceu em 7,3% – foi confirmada em 2018 e 2019, com expansão de 6,1% e 6,7% respectivamente, segundo dados do FMI. O quadro provocado pelo COVID-19 comprometeu tais perspectivas. Kampala chegou a implementar medidas fiscais e monetárias na tentativa de promover a economia e manter os níveis de renda. O Banco Mundial estima, contudo, que o PIB crescerá apenas 3,8% ao longo dos próximos dois anos. Dignos de nota são as iniciativas e projetos para integração de infraestruturas na região, que, no caso de Uganda, diz respeito especialmente à malha ferroviária e de gasodutos e se reflete nas relações de Kampala com Nairóbi e Dar es Salam.

(iv) Política externa

121. O governo do Presidente Museveni contribui, de forma importante, para a estabilidade regional, especialmente por conta do acolhimento de significativo contingente de refugiados no país, em programas considerados modelo pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e da participação de militares ugandenses em operações de manutenção de paz na região ao longo dos últimos trinta anos: na Libéria, no Sudão do Sul, em Ruanda, na República Central Africana e na Somália. Uganda abriga cerca de 1,4 milhão de refugiados (oriundos sobretudo do Sudão do Sul, da RDC e do Burundi), a maior população de refugiados do continente e uma das maiores do mundo. Uganda é também membro ativo da Autoridade Intergovernamental sobre Desenvolvimento (IGAD), organização que atua na mediação de

conflitos regionais. O Presidente Museveni é ainda articulador dos diálogos intra-burundês e intra-sudanês do sul e defende a integração dos países do Leste da África.

(v) Relacionamento bilateral e cooperação

122. Marcados pela amizade e respeito mútuos, os laços entre o Brasil e Uganda apresentam significativo potencial para incremento, sobretudo em sua vertente de cooperação e negócios associados aos setores agrícola e de defesa. O Ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca de Uganda esteve no Brasil em 2017 e 2018, e o Chefe das Forças de Defesa do país participou da feira LAAD em 2019. Há, ainda, potencial de cooperação no âmbito de cursos de oficiais para operações de paz ao abrigo das Nações Unidas, de que é exemplo a participação de oficiais ugandenses em curso de gerenciamento de projetos de engenharia, ministrado por oficiais brasileiros em Nairóbi, em outubro de 2018.

123. Apesar de terem estabelecido relações diplomáticas em 1970, somente um acordo foi firmado entre os dois países até hoje: o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 2011, que ainda aguarda ratificação pelo Congresso Nacional e que forneceria quadro legal a conceder sustentação à cooperação técnica bilateral. Na ocasião da apresentação de minhas credenciais, em maio de 2019, adiantei à parte ugandesa, informalmente, minuta de acordo de cooperação educacional, que permitiria a participação de estudantes ugandeses no PEC-G e no PEC-PG. Além de minha viagem ao país para apresentação de credenciais, o Chefe do Setor Político do Posto deslocou-se a Uganda durante minha gestão, no contexto de missão de natureza consular. O Presidente Museveni esteve no Brasil em três oportunidades, sempre no contexto de eventos multilaterais: Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992); XI Conferência da UNCTAD (2004), e IV Fórum Urbano Mundial/ONU-Habitat (2010).

(vi) Promoção comercial

124. Em 2018, o Brasil exportou US$ 6,79 milhões para Uganda, dos quais praticamente 30% consistiram em maquinário agrícola e 20% em alimentação animal. No mesmo ano, o Brasil importou US$ 46.168 de Uganda, dos quais 60% foram de pimentão dissecado. Em 2019, o comércio bilateral teve ligeira queda. O Brasil exportou para Uganda um total de US$ 6,74 milhões, dos quais cerca de 30% consistiram em alimentação animal e 12% de maquinário agrícola. Ao longo de 2019, foram importados US$ 34.476 de Uganda, integralmente de baunilha.

(vii) Atendimento a brasileiros

125. Uganda recebe fluxo regular de missionários religiosos do Brasil, de diferentes crenças, para atuar no país de modo temporário. Na maioria dos casos, a comunidade religiosa interessada mantém contato com a Embaixada para solicitação de documentos consulares.

126. A prisão por tráfico de entorpecentes também tem configurado, nos últimos anos, motivo para prestação de assistência naquele país. Após a libertação, em 2018, de nacional brasileira, registrou-se novo caso de nacional preso e sentenciado pelo mesmo crime. Representante da Embaixada viajou a Kampala em dezembro de 2019 e visitou o brasileiro no presídio de Kigo. Na ocasião, foi prestado apoio material, com a doação de itens de vestuário, higiene e alimentos não-perecíveis.

127. A Embaixada espera engajar as autoridades de Uganda na negociação de acordo bilateral de transferência de presos, que permitiria a detentos brasileiros em Uganda cumprir pena no Brasil e vice-versa.

4

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Major Olimpio

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20098.74721-91

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 87, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata.do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos*.

Relator: Senador **MAJOR OLIMPIO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR é filho de José Borges dos Santos e Maria das Graças Souto Maior Lago dos Santos, e nasceu em Boa Vista/RR, em 17 de abril de 1956.

Ingressou na carreira diplomática em 1980, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Ascendeu a Primeiro-Secretário em 1990; a Conselheiro, em 1997; a Ministro de Segunda Classe, em 2004; e a Ministro de Primeira Classe, em 2011. Todas as promoções por merecimento.

SF/20098.74721-91

Na conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2003, defendeu a tese intitulada "Colômbia: perspectivas de resolução do conflito interno".

Na carreira, exerceu, entre outras, importantes funções nos seguintes postos:

- 1983-86 – Cônsul-adjunto no Consulado-Geral em Londres;
- 1986-89 – Segundo-secretário e encarregado de negócios na Embaixada em Camberra;
- 1990-92 – Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal;
- 1991 – Coordenador-executivo, substituto, do Departamento do Serviço Exterior;
- 1991 – Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória no Consulado-Geral em São Francisco;
- 1997-98 – Chefe Divisão do Pessoal;
- 1998-2002 – Conselheiro e encarregado de negócios na Embaixada em Bogotá;
- 2002-03 – Diretor do Departamento de Administração Geral da Fundação Alexandre de Gusmão;
- 2003-05 – Chefe da Divisão de Serviços Gerais;
- 2005-06 – Cônsul-geral adjunto no Consulado-Geral em Los Angeles;
- 2006-08 – Ministro-conselheiro no Escritório Financeiro em Nova York;
- 2009-10 – Chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior;
- 2010-13 – Diretor do Departamento do Serviço Exterior;
- 2013-15 – Subsecretário-geral da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior;
- 2016-18 – Embaixador Embaixada em Berna e no Principado de Liechtenstein; e
- 2018-presente – Cônsul-geral no Consulado-Geral em Houston.

SF/20098.74721-91

É portador de importantes condecorações do Governo Brasileiro, da República Italiana e do Reino da Bélgica.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Tailândia, o Camboja e o Laos, o qual informa acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

- Tailândia

O Reino da Tailândia localiza-se no centro da península da Indochina. Com a população estimada em 68,1 milhões de habitantes, estende-se por 514 mil km². O país, monarquia constitucional de confissão oficial budista, é uma das maiores economias da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Sua capital e maior cidade, Bangkok, é o centro político, econômico e cultural da vida tailandesa. A população da Tailândia é composta por maioria de etnia tai (em torno de 80% do total), falantes de idioma de mesmo nome, e ainda por minorias de chineses (14%), mons e khmers.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia foram estabelecidas em 1959. A Embaixada do Brasil em Bangkok foi criada no mesmo ano, e a Embaixada da Tailândia no Brasil foi inaugurada em 1964.

Encontram-se em vigor acordos bilaterais sobre cooperação científica; cooperação técnica; medidas sanitárias e fitossanitárias; isenção parcial de vistos; serviços aéreos; e comércio. O Brasil e a Tailândia mantêm dois mecanismos de interlocução política regular: a Comissão Mista de Cooperação Bilateral e as Consultas Políticas. A II Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas foi realizada em agosto de 2018, em Bangkok. Além de temas de comércio e investimentos, foram discutidas possibilidades de cooperação em agricultura, temas jurídicos e defesa, entre outros pontos.

Em março de 2019 foi reinstalado, sob a presidência do deputado Bibo Nunes (PSL-RS), o Grupo Parlamentar Brasil-Tailândia

(criado pela Câmara dos Deputados em 1993, por meio da resolução nº 33 daquele ano). O Parlamento tailandês também renovou, em agosto de 2019, a composição de grupo análogo, coordenado pelo senador Jetn Sirathranont.

Segundo dados do FMI, a Tailândia é a 19ª economia do mundo em paridade de poder de compra, (com PIB PPP, em 2019, de US$ 1,4 trilhão). Nas últimas décadas, o país experimentou sólidas taxas de crescimento e redução da pobreza de maneira significativa. Em 2011, foi elevado, pelo Banco Mundial, da categoria de baixa renda média para a de alta renda média (PIB PPP per capita, em 2019, avaliado em US$ 20,3 mil). Entretanto, esse crescimento foi desacelerado a partir de 2012, em razão do desaquecimento da economia global e da instabilidade política doméstica, sendo retomado a partir de 2016, quando obteve crescimento de 2,9% do PIB.

Em 2019, a Tailândia foi o 4º maior parceiro comercial do Brasil na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o 8º na Ásia. O intercâmbio comercial totalizou US$ 3,2 bilhões, com superávit brasileiro de US$ 131,2 milhões. A pauta de exportações brasileiras é concentrada em commodities, sobretudo soja e seus subprodutos (74%). A pauta das importações provenientes da Tailândia apresenta maior diversificação e conteúdo industrial. Os principais produtos tailandeses importados pelo Brasil em 2019 foram partes e peças para veículos e tratores (10%), máquinas automáticas para processamento de dados (6,1%), partes de motores para veículos (3,7%), partes de motocicletas (3,1%) e circuitos integrados (3%).

Entre janeiro e julho de 2020, o comércio bilateral registrou pouco mais de US$ 2 bilhões – crescimento de 12,2% em comparação ao mesmo período do ano passado. Grande parte desse incremento comercial decorre do aumento das exportações brasileiras (35,9%, em relação a janeiro-julho de 2019), que superaram US$ 1,3 bilhão. As importações brasileiras oriundas da Tailândia alcançaram 0,76 bilhão (redução de 13,5%). A composição das pautas manteve a mesma característica dos anos anteriores: exportação brasileira concentrada em commodities, principalmente soja e seus subprodutos (que representaram, até julho, 85%); e importação mais diversificada, com partes e peças para veículos e tratores (9,4%), látex e borracha natural (7,1%), máquinas automáticas de processamento de dados (6%), equipamentos de telecomunicações (5%), além de máquinas e aparelhos elétricos (4,6%).

SF/20098.74721-91

SF/20098.74721-91

Nos anos recentes, a relação econômica bilateral deu importante sinal de amadurecimento, com a passagem de uma dinâmica estritamente comercial para uma de investimentos recíprocos. A Tailândia, em particular, tem expandido sua rede de investimentos no Brasil. Destacam-se, entre outros, o gigante hoteleiro Minor Group, que hoje opera quatro hotéis de luxo em destinos turísticos brasileiros; o grupo PTT, maior conglomerado tailandês, que participa de consórcio para exploração de petróleo e gás off-shore; e a Cal-Comp, empresa de eletroeletrônicos que controla duas unidades fabris na Zona Franca de Manaus. A tailandesa Charoen Pokphand Foods (CPF) adquiriu, em abril de 2018, 40% das ações da brasileira Camanor, produtora de camarões frescos e congelados.

Do lado brasileiro, a BRF Brasil Foods mantinha, desde 2016, investimento naquele país asiático, tendo, contudo, vendido suas operações na Tailândia em 2019, como parte de seu programa de desinvestimento. As empresas Jacto, de implementos agrícolas, e o consórcio QGI - Queiroz Galvão IESA, de montagem de plataformas de petróleo, mantêm investimentos no país.

O comércio de equipamentos de defesa também apresenta potencial. A Avibrás vem realizando prospecção de negócios no país asiático e a Embraer, por seu turno, já forneceu aeronaves ERJ-135 para as Forças Armadas da Tailândia, identificando possibilidade de fornecer modelos KC-390 para substituir a atual frota tailandesa de Hercules C-130.

- Camboja

O Reino do Camboja localiza-se na porção sul da península da Indochina. Com população estimada em 16,5 milhões de habitantes, estende-se por 181 mil km². O país, monarquia constitucional de confissão oficial budista, é uma das menores economias da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), ao lado de Myanmar e do Laos. Sua capital e maior cidade, Phnom Penh, é o centro político, econômico e cultural da vida cambojana. A população do Camboja é composta por maioria de etnia khmer (em torno de 90% do total), falantes de idioma de mesmo nome, e ainda por minorias de chineses, vietnamitas e chams (muçulmanos).

Após haverem sido suspensas em 1966, as relações entre o Brasil e o Camboja foram retomadas em 1994. Os contatos políticos são ainda pouco frequentes, não havendo embaixada residente nas respectivas

capitais. No caso brasileiro, a representação junto ao Reino do Camboja é exercida pela Embaixada em Bangkok.

SF/20098.74721-91

Revestem-se de grande relevância, para o Camboja, questões ligadas à segurança alimentar, erradicação da pobreza, desenvolvimento rural, pesquisa agrícola, biocombustíveis e aproveitamento do potencial hidrelétrico, áreas em que o Brasil pode prestar importante contribuição. Nos últimos anos, aquele país asiático participou de diversos cursos promovidos pelo governo brasileiro, sobre temas como cooperação sul-sul e triangular, monitoramento de florestas tropicais e políticas sociais. Entre 2010 e 2013, o Brasil apoiou, por meio do Fundo IBAS, a construção de pavilhão destinado a crianças com necessidades especiais em hospital do Ministério da Saúde do Camboja. Deu suporte, ademais, à capacitação de profissionais na área da saúde. O projeto teve custo total de cerca de US$ 1 milhão.

A economia cambojana tem prosperado desde a estabilização política. Apresenta crescimento econômico acima de 6% desde a década de 1990 (com exceção do ano de 2009, quando cresceu 0,1%) e tem mantido a inflação sob controle. Em julho de 2016, o país foi graduado, passando de país de baixa renda para o status de país com renda média-baixa. Mesmo assim, o Camboja é um dos países mais pobres do Sudeste Asiático. Tal defasagem econômica reflete cicatrizes deixadas pelo brutal regime do Khmer Vermelho, entre 1975 e 1979, e, em geral, pelas guerras havidas no país desde sua independência da França.

O Camboja tem potencial para tornar-se exportador de hidrocarbonetos para os países da região. Desde 2005, a empresa Chevron tem descoberto importantes reservas de petróleo e gás no Golfo da Tailândia. Há, contudo, problemas relativos à ausência de demarcação da fronteira marítima com a Tailândia, esperando-se, entretanto, que possa iniciar-se produção em breve. Destacam-se, entre os recursos naturais do Camboja – além de petróleo e gás natural – madeira, pedras preciosas, ferro, manganês e fosfatos. Registram-se também importantes investimentos na construção de usinas hidrelétricas.

As exportações brasileiras para o Camboja permanecem bastante reduzidas (US$ 19,1 milhões, em 2019). Destacam-se os materiais de cobre, couros preparados, carne de frango e tabaco não manufaturado. As importações provenientes do Camboja, no mesmo ano, representaram montante consideravelmente mais elevado (US$ 50,3 milhões), e se concentraram em produtos manufaturados, calçados, têxteis e vestuário. Nos

SF/20098.74721-91

sete primeiros meses de 2020, o intercâmbio comercial superou US$ 35 milhões – redução de 1,1% em relação a janeiro-julho do ano anterior. Nesse período, as exportações brasileiras cresceram mais de 120% e registraram US$ 12,8 milhões – pauta composta por materiais de cobre (53%), couro (11%) e tabaco (9,1%). As importações caíram 24,9% e totalizaram US$ 22,3 milhões – concentradas em têxteis (37,9%), vestuário (34%) e calçados (13%). O Banco Central do Brasil não tem registro de investimentos brasileiros no Camboja. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos do Camboja no Brasil.

- Laos

A República Democrática Popular do Laos é um país montanhoso do Sudeste Asiático, localizado na Indochina e limitado a norte pela China, a leste pelo Vietnã, a sul pelo Camboja, a sul e oeste pela Tailândia e a noroeste por Myanmar. Com população estimada em 7,1 milhões de habitantes, estende-se por 237 mil km².

Trata-se de um país multiétnico, em que os laosianos compõem cerca de sessenta por cento da população, principalmente nas planícies. Diversos grupos étnicos, como os Hmong e várias tribos, representam 40% da população e vivem nas colinas e montanhas. O país é um grande gerador e exportador de eletricidade, produzida a partir de seus rios.

O Brasil e o Laos estabeleceram relações diplomáticas em julho de 1995. No ano seguinte, foi criada a Embaixada em Vientiane, cumulativa com a Embaixada em Bangkok. Situa-se em Havana a única Embaixada do Laos na América Latina. Cuba também é o único país latino-americano com Embaixada residente em Vientiane. Foi concedido agrément à atual embaixadora laosiana para o Brasil, Anouphone Kittirath, em agosto de 2018, porém aquela autoridade ainda não veio ao Brasil para apresentar suas cartas credenciais.

O Laos esforça-se por superar o isolamento que o caracteriza nos planos geográfico e econômico. Embora continue ainda muito dependente da cooperação externa, a abertura econômica e a normalização das relações com países ocidentais, ambas iniciadas na década de 1990, após a dissolução da URSS, têm permitido maior projeção externa, sobretudo por meio do interesse gerado pelo crescimento econômico significativo nos

últimos anos. A China conquistou relevo na política externa laosiana, e sua participação como país de origem dos investimentos no Laos cresce consistentemente. O Laos é importante destinatário de projetos da Iniciativa do Cinturão e da Rota (Belt and Road Initiative - BRI), cujos projetos o país busca aproveitar para promover seu comércio internacional e a integração econômica com os vizinhos regionais. Ressalte-se, nesse contexto, a construção de ferrovia de alta velocidade entre a província chinesa de Yunnan e a capital Vientiane.

SF/20098.74721-91

O Vietnã é forte aliado político do Laos. Essas relações estreitas são atribuídas a fatores como: (i) apoio político e militar vietnamita ao Pathet Lao; (ii) percurso político semelhante, que caracteriza a história recente dos dois países; e (iii) relações pessoais historicamente estabelecidas entre um dos líderes da revolução laosiana, Kaysone Phomvihane (falecido em 1992), e lideranças vietnamitas. Os dois governos, com identidade de posições em muitas áreas, mantêm estreita cooperação. Ambos os países regularizaram suas fronteiras com grande esforço entre 1977 e 2007, eliminando, assim, importante fator de discórdia em seu relacionamento.

A Tailândia, por sua vez, é o principal parceiro comercial do Laos, responsável por mais da metade do comércio exterior do país, e relevante fonte de investimentos. Exerce, ademais, expressiva influência cultural, para a qual muito contribuem as afinidades linguísticas e religiosas entre as duas populações.

Em 2019, a corrente de comércio entre o Brasil e o Laos foi de US$ 3,2 milhões, montante 30% inferior ao auferido em 2018. Dos pouco mais de US$ 1,6 milhão exportados pelo Brasil, as vendas de tabaco ultrapassaram 95%. As importações provenientes do Laos, por seu turno, somaram quase US$ 1,6 milhão, majoritariamente correspondentes a máquinas elétricas. O governo brasileiro deseja obter as certificações necessárias para abertura de mercado local para bovinos vivos e material genético bovino. Registram-se, também, contatos de importadores de carne do Laos interessados no produto brasileiro. Entre janeiro e julho de 2020, a corrente de comércio bilateral registrou US$ 1,59 milhão – crescimento de 23,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações brasileiras somaram quase US$ 0,9 milhão (aumento de 80%, comparadas aos sete primeiros meses de 2019), fortemente concentradas na venda de produtos hortícolas (73%) e tabaco (15%). Por seu turno, as importações foram de US$ 0,69 milhão (queda de 12,5%), compostas majoritariamente

por equipamentos de telecomunicações (84%), além de máquinas e aparelhos elétricos (6,7%).

No que concerne a investimentos bilaterais, há interesse, do lado laosiano, em atrair capitais brasileiros para produção agrícola, cujo potencial permanece inexplorado. O país conta com diversidade climática favorável a culturas variadas e tem a China como principal mercado para exportação. Verifica-se, ainda, possibilidade de investimentos nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE), em sua maioria nas fronteiras com a Tailândia, a China e Myanmar, para onde se busca atrair investidores estrangeiros mediante facilitação de acesso a serviços de infraestrutura e simplificação burocrática. Destaca-se também o setor de turismo. O governo laosiano tem buscado estimular o mercado turístico no país e divulgar suas atrações históricas e naturais.

SF/20098.74721-91

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2020

(nº 717/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Página da matéria

MENSAGEM Nº 717

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

Os méritos do Senhor **JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de dezembro de 2020.

EM nº 00217/2020 MRE

Brasília, 27 de Novembro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e **curriculum vitae** de JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.006744/2020-80

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 745/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 07 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 07/12/2020, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2265659** e o código CRC **22C8B420** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006744/2020-80 SEI nº 2265659

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR*
CPF: 143.515.791-53
ID: 7741/MRE

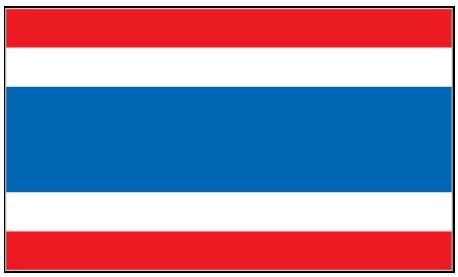
1956	Filho de José Borges dos Santos e de Maria das Graças Souto Maior Lago dos Santos, nasce em Boa Vista, RR, em 17 de abril de 1956
Dados Acadêmicos:	
1979	CPCD - IRBr
1985	CAD - IRBr
2003	CAE - IRBr, Colômbia: perspectivas de resolução do conflito interno
Cargos:	
1980	Terceiro-secretário
1983	Segundo-secretário
1990	Primeiro-secretário, por merecimento
1997	Conselheiro, por merecimento
2004	Ministro de segunda classe, por merecimento
2011	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1980	Divisão do Pessoal, assistente,
1982-83	Divisão de Orçamento e Programação Financeira, assistente
1983-86	Consulado-Geral em Londres, cônsul-adjunto
1986-89	Embaixada em Camberra, segundo-secretário e encarregado de negócios
1990-92	Divisão do Pessoal, chefe, substituto
1991	Departamento do Serviço Exterior, coordenador-executivo, substituto
1991	Consulado-Geral em São Francisco, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
1992-93	Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, assistente
1993-96	Embaixada em Bruxelas, primeiro-secretário
1996-97	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assessor
1997-98	Divisão do Pessoal, chefe
1998-2002	Embaixada em Bogotá, conselheiro e encarregado de negócios
2002-03	Fundação Alexandre de Gusmão, diretor do Departamento de Administração Geral
2003-05	Divisão de Serviços Gerais, chefe
2005-06	Consulado-Geral em Los Angeles, cônsul-geral adjunto
2006-08	Escritório Financeiro em Nova York, ministro-conselheiro
2009-10	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, chefe de gabinete
2010-13	Departamento do Serviço Exterior, diretor
2013-15	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, subsecretário-geral
2016-18	Embaixada em Berna, embaixador
2016-18	Embaixada junto ao Principado de Liechtenstein, embaixador
2018	Integrante da comitiva da visita oficial do Senhor Presidente da República, Michel Temer, a Davos, Confederação Suíça, por ocasião do Fórum Econômico Mundial
2018-	Consulado-Geral em Houston, cônsul-geral
Condecorações:	

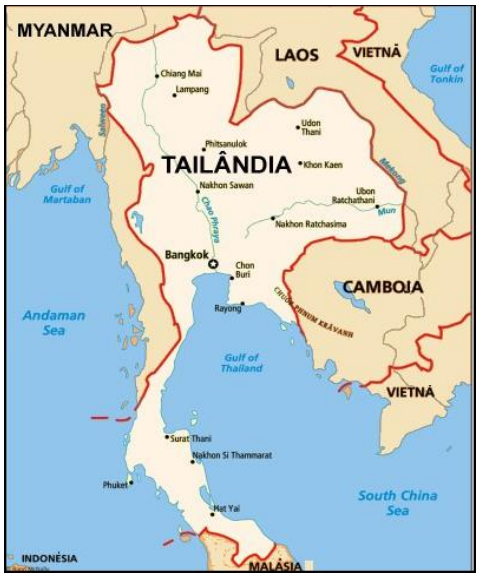
1997	Ordem do Mérito da República Italiana, Oficial
1997	Medalha Mérito Tamandaré
2000	Ordem da Coroa, Bélgica, Oficial
2014	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2017	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande-Oficial
2018	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande-Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TAILÂNDIA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE A TAILÂNDIA	
NOME OFICIAL:	Reino da Tailândia
GENTÍLICO:	tailandês (a)
CAPITAL:	Bangkok
ÁREA:	513,12 mil km²
POPULAÇÃO:	69,6 milhões (2019)
LÍNGUA OFICIAL:	Tailandês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (oficial, 95%), Islamismo (4%), Cristianismo (1%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral (Senado, com 250 membros indicados para mandato de 6 anos, e Câmara dos Deputados, com 500 membros eleitos para mandato de 4 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Rei Maha Vajiralongkorn, Rama X (desde outubro de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Prayut Chan-o-cha (desde maio de 2014)
CHANCELER:	Don Pramudwinai (desde agosto de 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US$ 543,65 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US$ 1.339 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2019)	US$ 7.811,06
PIB PPP *PER CAPITA* (2019)	US$ 19.238,50
VARIAÇÃO DO PIB	2,4% (2019); 4,2% (2018); 4,1% (2017); 3,4% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,765 (77º de 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	76,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (2019):	92,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	1,1%
UNIDADE MONETÁRIA:	Baht (THB)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:	Nitivadee Manitkul
BRASILEIROS NO PAÍS:	Estimados em 500, antes da pandemia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL - TAILÂNDIA (US$ milhões) (Fonte: Ministério da Economia)								
Brasil → Tailândia	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**
Intercâmbio	**1.409,1**	**1.971,7**	**2.402,6**	**4.217,3**	**4.037,8**	**3.419,3**	**3.356,7**	**3.202,1**
Exportações	887,9	967,4	1.131,9	1.817,5	1.653,9	1.746,1	1.788,6	1.666,6
Importações	521,2	1.004,3	1.270,7	2.399,8	2.383,9	1.673,2	1.568,1	1.535,5
Saldo	366,7	-36,9	-138,8	-582,3	-730,0	72,9	220,5	131,1

Informação elaborada em 26/08/2020, por PS Carlos Kessel.

APRESENTAÇÃO

O Reino da Tailândia localiza-se no centro da península da Indochina. Com a população estimada em 68,1 milhões de habitantes, estende-se por 514 mil km^2. O país, monarquia constitucional de confissão oficial budista, é uma das maiores economias da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Sua capital e maior cidade, Bangkok, é o centro político, econômico e cultural da vida tailandesa.

A população da Tailândia é composta por maioria de etnia tai (em torno de 80% do total), falantes de idioma de mesmo nome, e ainda por minorias de chineses (14%), mons e khmers.

O país traça sua história recente a partir da ascensão da dinastia Chakri, fundada por Rama I, o Grande, que elevou Bangkok à capital em 1782. Em 1932 o país passou de monarquia absoluta a monarquia constitucional e, em 1939, deixou de chamar-se Sião e adotou o nome atual. Atualmente, o país é regido por uma constituição outorgada em 2019, que institucionalizou o regime instaurado em 2014, por meio de intervenção militar. O rei, Maha Vajiralongkorn (Rama X) − que, após a morte do pai, o rei Bhumibol Adulyadej, ascendeu ao trono em 2016 − é o símbolo da nação.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MAHA VAJIRALONGKORN BODINDRADEBAYAVARANGKUN
Rei da Tailândia

Tem o título de Rama X e nasceu em 1952. Estudou em colégios britânicos e cursou o Colégio Militar Real de Duntroon, em Camberra, tornando-se tenente em 1976. Diplomado em Letras, completou o segundo curso, de Direito, pela Universidade Aberta de Sukhothai Thammathirat. Foi nomeado príncipe herdeiro em 1972 e iniciou oficialmente seu reinado em outubro de 2016, após a morte do pai, o rei Bhumibol Adulyadej, embora só tenha sido coroado em 2019. É o décimo monarca da Dinastia Chakri, iniciada em 1782.

PRAYUT CHAN-O-CHA
Primeiro Ministro

Nasceu em 1954. Militar de carreira, cursou a Escola Preparatória das Forças Armadas e a Escola de Comando e Estado Maior. Começou sua carreira no 21º Regimento de Infantaria, que tem status de Guarda Real. Em 2003, foi promovido a general e em 2008 e 2009 exerceu a função de chefe do Estado Maior. Em 2009, foi nomeado para a posição simbólica de ajudante honorário do rei. No ano seguinte, alcançou o posto de comandante das Reais Forças Armadas, cargo que ocupou até 2014, quando, após intervenção militar, tornou-se chefe do Conselho Nacional de Paz

e Ordem (CNPO) e primeiro-ministro. A partir de 2019, com a institucionalização do regime e a extinção do CNPO, manteve o cargo de primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia foram estabelecidas em 1959. A Embaixada do Brasil em Bangkok foi criada no mesmo ano, e a Embaixada da Tailândia no Brasil foi inaugurada em 1964.

O único presidente brasileiro a visitar a Tailândia foi o general Artur da Costa e Silva, em 1967, ainda na condição de presidente-eleito. Do lado tailandês, a última visita de chefe de governo deu-se em 2004 (então primeiro-ministro Thaksin Shinawatra). Do lado brasileiro, em maio de 2018, o então ministro da Relações Exteriores Aloysio Nunes realizou visita oficial a Bangkok – a primeira de chanceler brasileiro ao país em 22 anos. Na oportunidade, foi recebido pelo primeiro-ministro Prayut Chan-o-cha e reuniu-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros Don Pramudwinai. A visita mais recente de ministro de Negócios Estrangeiros tailandês ao Brasil ocorreu em 2012.

Encontram-se em vigor acordos bilaterais sobre cooperação científica; cooperação técnica; medidas sanitárias e fitossanitárias; isenção parcial de vistos; serviços aéreos; e comércio. O Brasil e a Tailândia mantêm dois mecanismos de interlocução política regular: a Comissão Mista de Cooperação Bilateral e as Consultas Políticas. A II Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas foi realizada em agosto de 2018, em Bangkok. Além de temas de comércio e investimentos, foram discutidas possibilidades de cooperação em agricultura, temas jurídicos e defesa, entre outros pontos.

Em março de 2019 foi reinstalado, sob a presidência do deputado Bibo Nunes (PSL-RS), o Grupo Parlamentar Brasil-Tailândia (criado pela Câmara dos Deputados em 1993, por meio da resolução nº 33 daquele ano). O Parlamento tailandês também renovou, em agosto de 2019, a composição de grupo análogo, coordenado pelo senador Jetn Sirathranont.

A vertente da cooperação técnica entre os dois países é igualmente promissora, conquanto ainda pouco explorada. Destaca-se, entre as iniciativas desenvolvidas, projeto de controle de mosca-da-fruta, por meio do qual a empresa Moscamed Brasil ofereceu, em 2017, na Tailândia, treinamento especializado sobre controle de pestes.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente na Tailândia, antes da pandemia, era estimada, segundo registros, em 500 residentes.

Pandemia de COVID-19

O Itamaraty logrou, por intermédio da Embaixada em Bangkok, repatriar, no mês de abril de 2020, 187 brasileiros que se encontravam na Tailândia. A operação contou com o apoio das autoridades locais, em meio a medidas de confinamento e restrições aos deslocamentos internos. Por sua vez, o Brasil prestou apoio operacional aos voos organizados pela embaixada da Tailândia, com origem em Lima, Montevidéu e Buenos Aires e passagem pelo aeroporto de Guarulhos, que resultaram no retorno de dezenas de cidadãos tailandeses ao seu país de origem.

POLÍTICA INTERNA

O primeiro-ministro, general Prayut Chan-o-cha, passou a ocupar a chefia do governo tailandês depois de liderar intervenção militar que afastou a então primeira-ministra Yingluck Shinawatra em 2014, após três anos de governo. O irmão de Yingluck, Thaksin, havia sido igualmente afastado em 2006, após dirigir o país por cinco anos.

Em abril 2017, o Conselho Nacional de Paz e Ordem (CNPO), presidido por Chan-o-cha, promulgou a Constituição aprovada no referendo de agosto de 2016, iniciando o caminho para a normalização da vida política do país.

A Constituição de 2017 estabeleceu um sistema bicameral. A Assembleia Nacional é formada pelo Senado, que conta com 250 membros indicados pelas Forças Armadas para um mandato de seis anos, e pela Câmara dos Deputados, composta por 500 membros eleitos em 2019 para um mandato de quatro anos. Após as eleições de março de 2019, apesar de seu partido (*Palang Pracharath*) ter sido o segundo mais votado para os assentos da Câmara dos Deputados, Prayut Chan-o-cha foi confirmado no cargo de primeiro-ministro, com os votos de 500 dos 750 votantes.

Em paralelo com a transição do regime militar para governo civil, a vida política tailandesa ao longo dos últimos anos não deixou de ser influenciada pelas perspectivas de encerramento do longo reinado do rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX), figura estimada e respeitada, que faleceu em outubro de 2016 após reinar por setenta anos. A aclamação, em dezembro de 2016, de seu filho Maha Vajiralongkorn

Bodindradebayavarangkun, antecedeu as cerimônias de sua coroação, como Rama X, em maio de 2019.

O governo tailandês tem apoio de parcela expressiva da população, sensível ao discurso de estabilidade política, fidelidade à monarquia e crescimento econômico. Todavia, a votação obtida pela oposição nas eleições de 2019 mostra que parte do eleitorado se mantém alinhada à oposição, que congrega antigos adeptos dos irmãos Shinawatra e novas lideranças surgidas nos últimos anos.

O poder Judiciário tem sua autoridade máxima na Corte Constitucional do Reino, com jurisdição sobre os temas que dizem respeito à Constituição. É composta por nove membros, escolhidos pelo Rei, a partir de indicações do Senado. O mandato, não-renovável, é de sete anos. Três dos membros são oriundos da Suprema Corte de Justiça; dois, da Suprema Corte Administrativa; um especialista em Direito e um especialista em Ciência Política; e duas personalidades de notório saber com experiência administrativa. O Supremo Tribunal de Justiça é composto por um Chefe de Justiça, que o preside, e quatorze juízes associados, nomeados pelo presidente por meio de candidaturas apresentadas pelo Conselho Judicial.

O sistema judicial tailandês inclui também as cortes de justiça, as cortes administrativas e as cortes militares.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa tailandesa divide-se em duas grandes linhas: (i) equidistância pragmática nas relações com as grandes potências; e (ii) participação ativa em foros multilaterais e em esquemas regionais de geometria variável. A crescente aproximação com a China, estimulada por extensos investimentos em infraestrutura e pelo dinamismo das relações econômicas bilaterais, equilibra-se por meio da parceria histórica com os Estados Unidos. A diplomacia tailandesa busca, com a ampliação de sua inserção em mecanismos multilaterais, manter posição neutra entre as grandes potências.

Nesse contexto, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é seu foro de atuação preferencial, combinado com outros esquemas sub-regionais. O governo da Tailândia defende o protagonismo do país na Associação, sustentado por argumentos como a posição geográfica central tailandesa na região, o alto nível de desenvolvimento econômico doméstico, a capacidade de construção de diálogo da diplomacia local e a sua história de nação nunca submetida à experiência da dominação colonial. A Tailândia assumiu, em 2019, a presidência pro tempore da

ASEAN.

A Tailândia logra manter neutralidade em relação a questões sensíveis do entorno asiático, especialmente quanto às discussões de segurança e de conflitos, como o Mar do Sul da China e a península coreana. O processo decisório da ASEAN, baseado em consenso, permite que o conjunto de membros mantenha postura neutra em assuntos extrabloco, ainda que países mais alinhados com uma ou outra potência sejam assediados a fim de promover maior envolvimento coletivo em determinadas questões.

A Tailândia e a China vivem momento de aproximação econômica e política, traduzida em iniciativas de cooperação regional e de atração de Bangkok para estratégia mais ampla de atuação chinesa. Na esfera econômica, a China tem promovido a inserção do Sudeste Asiático na Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI, na sigla em inglês), mediante o fomento de complementaridades com esquemas sub-regionais, cujos investimentos combinados em infraestrutura e projetos de desenvolvimento econômico deverão ultrapassar US$ 100 bilhões até 2030. A construção de linha de trem de alta velocidade ligando a China e a Tailândia (passando por Camboja, Laos e Myanmar), cujas obras já foram iniciadas, insere-se nesse esforço.

Apesar da aproximação, diversos círculos estratégicos no país mantêm reservas em relação à China, tanto em decorrência de ações chinesas no Mar do Sul da China, como pela herança de percepções ainda do período da Guerra Fria.

Os laços históricos entre os Estados Unidos e a Tailândia consolidaram-se no pós-Segunda Guerra, quando o país foi alçado à posição de aliado norte-americano no Sudeste Asiático. Durante a Guerra do Vietnã, a Tailândia funcionou como base para forças norte-americanas e como balneário para descanso das tropas. A aliança no pós-guerra, especialmente com o influxo de recursos e investimentos norte-americanos no âmbito do Plano Colombo e com a estratégia de contenção do comunismo na região, foi fundamental para a modernização da economia de mercado tailandesa e para a projeção dos militares como força política nacional. A aliança estratégica entre os dois países na esfera militar materializa-se na aquisição de equipamentos bélicos norte-americanos pelo governo tailandês e no diálogo permanente em assuntos de defesa e segurança regional. Os Estados Unidos são o principal destino das exportações tailandesas (ligeiramente à frente da China e do Japão) e absorveram, em 2019, 13% do total exportado pelo país. Estão, também, na origem de 8% das importações tailandesas, atrás de Japão e China.

Na gestão Trump, a parceira Washington-Bangkok ganhou renovado

ímpeto. O primeiro-ministro Prayut Chan-o-cha realizou, em 2017, visita oficial aos EUA. Além de assinalar reaproximação pragmática entre os países, a viagem representou gesto de legitimação internacional do regime militar tailandês. O desengajamento da gestão Trump com relação à Parceria Transpacífica (TPP) pode igualmente ser visto como favorável ao relacionamento bilateral, visto que ambos os países estariam desimpedidos para eventualmente negociar acordos paralelos de liberalização de comércio.

O relacionamento da União Europeia com a Tailândia encontrava-se em baixo patamar desde 2014, em razão da intervenção militar e de acusações de desrespeito aos direitos humanos no país, o que levou o bloco europeu a suspender negociações comerciais abrangentes, destinadas à assinatura de acordo de livre-comércio, bem como evitar trocas de visitas de alto nível.

Em fevereiro de 2018, a UE declarou que a promulgação da Constituição de 2017, a elaboração das leis orgânicas conducentes à realização das eleições e a sinalização quanto à convocação do pleito eleitoral para novembro de 2018 (finalmente realizadas em 2019) seriam progressos para o retorno da democracia. Nesse sentido, iniciou a retomada de visitas oficiais. Foram realizadas viagens a Bangkok do vice-chanceler da França e dos chanceleres da Itália e do Reino Unido em fevereiro de 2018. A substituição do regime por um sistema baseado na nova constituição e nas eleições de 2019 esteve na origem da retomada das negociações do ALC, em outubro do mesmo ano.

Historicamente, o Japão e a Tailândia mantêm relações econômicas e diplomáticas próximas. A diplomacia tailandesa reconhece o Japão como parceiro fundamental para o desenvolvimento regional e projeta o país como modelo de economia desenvolvida na Ásia. Há grande simpatia entre as monarquias dos dois países, o que se traduz em trocas de visitas oficiais. O imperador do Japão foi, por exemplo, o primeiro chefe de estado a ser recebido pelo rei Rama X por ocasião de sua ascensão ao trono. A Tailândia abriga ainda a maior comunidade imigrante japonesa na Ásia. Desde a instauração do regime militar, em 2014, o relacionamento com o Japão – juntamente com a China – serviu de apoio para as autoridades tailandesas no plano externo. Embora tenha feito críticas à deterioração da situação política na Tailândia, o Japão não chegou a impor sanções oficiais contra a junta, como fizeram os Estados Unidos e a União Europeia. Os japoneses buscam adaptar seu relacionamento com a Tailândia para tentar manter sua posição estratégica no país, em especial para contra-arrestar o avanço chinês.

O Japão é o segundo maior parceiro comercial tailandês. Com base em

acordo de redução tarifária, assinado em 2007, os países gozam de isenção de tarifas que alcança 97% do intercâmbio bilateral. Os investimentos diretos japoneses na Tailândia são maciços, especialmente nos setores automotivo e de componentes eletrônicos.

Embora a Tailândia tenha-se envolvido em conflitos localizados com o Laos, em 1987-1988, e o Camboja, em 2008, causados por divergências quanto à demarcação das fronteiras, a relação com os dois países vizinhos é considerada normal.

A diplomacia tailandesa defende a necessidade de reforma do Conselho de Segurança da ONU, a fim de que passe a refletir a atual realidade internacional. Diante das resistências de ampliação do CSNU, o país propôs, em 2014, a criação de categoria de "membro interino" para os países que aspiram a um assento permanente no Conselho. A Tailândia mostra simpatia à postulação brasileira de se tornar membro permanente.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia tailandesa é a segunda maior da ASEAN (depois da Indonésia), com alto grau de abertura e importante mercado interno (68 milhões de habitantes). Apesar de aproximadamente metade da população tailandesa ser rural, o setor primário representa baixa participação no PIB tailandês, que apresentou, em 2019, a seguinte composição: agricultura, 8%; indústria, 33%; e serviços, 59%. A economia depende, em larga medida, do mercado externo: exportações representam dois terços do PIB, e a receita da indústria turística, 10%. O setor agrícola — apesar de responder por menos de 10% da economia — emprega mais de um terço da força de trabalho e possui forte importância política.

Segundo dados do FMI, a Tailândia é a 19ª economia do mundo em paridade de poder de compra, (com PIB PPP, em 2019, de US$ 1,4 trilhão). Nas últimas décadas, o país experimentou sólidas taxas de crescimento e redução da pobreza de maneira significativa. Em 2011, foi elevado, pelo Banco Mundial, da categoria de baixa renda média para a de alta renda média (PIB PPP per capita, em 2019, avaliado em US$ 20,3 mil). Entretanto, esse crescimento foi desacelerado a partir de 2012, em razão do desaquecimento da economia global e da instabilidade política doméstica, sendo retomado a partir de 2016, quando obteve crescimento de 2,9% do PIB.

Por contar com economia fortemente ligada às exportações, a Tailândia vê-se vulnerável a flutuações cambiais e às condições macroeconômicas de seus principais parceiros comerciais. A crise de 2009 afetou seriamente o país. A recuperação econômica, entretanto, foi rápida, com forte expansão dos gastos públicos, resultando em crescimento de 7,8% já em 2010. O nível de desemprego na Tailândia é baixo, situando-se a menos de 1% há vários anos, uma das menores taxas do mundo (apesar de metodologia controversa que contabiliza o trabalho informal, por meio de projeções). A recuperação econômica tailandesa, que se estendeu por toda a década, deve ser revertida devido à recessão provocada pela pandemia. A flutuação do baht perante o dólar é sempre uma preocupação do setor exportador do país.

A Tailândia adota, geralmente, postura favorável à negociação de acordos de livre-comércio. Foi o principal defensor, no âmbito da ASEAN, da assinatura do acordo de livre-comércio da Associação com a China. Em outubro de 2013, durante visita do presidente Sebastián Piñera a Bangkok, foi assinado o Acordo de Livre-Comércio Chile-Tailândia, primeiro do gênero firmado pela Tailândia com país da América do Sul. O acordo previa a eliminação das tarifas de importação de 90% dos produtos exportados pelos dois países. Durante visita a Bangkok do presidente do Peru, Ollanta Humala, também em outubro de 2013, foram concluídas negociações com aquele país de acordo similar. O estabelecimento do regime militar em 2014 afastou inicialmente, no entanto, a Tailândia de negociações amplas de livre-comércio, como no caso do acordo com a União Europeia, embora o processo tenha sido retomado em 2019.

A recuperação da economia tailandesa é prioridade do governo, que lançou o modelo "Tailândia 4.0". Em comparação aos modelos anteriores, que enfatizavam a agricultura ("1.0"), a indústria leve ("2.0") e a indústria mecanizada ("3.0"), o modelo "4.0" visa a superar a "armadilha da renda média" por meio da priorização da tecnologia e da inovação, da produção do conhecimento e da integração logística nas cadeias globais de valor. Entre os principais desafios do país encontram-se a persistência de baixo nível relativo de consumo doméstico; gargalos institucionais e de infraestrutura para exportação, que implicam certa estagnação do potencial exportador do país; e a flutuação do baht tailandês, que vem impondo desafios à competitividade das vendas externas do país.

Em 2019, a Tailândia registrou exportações no montante de US$ 249,2 bilhões. Bens de capital (máquinas), eletroeletrônicos e automóveis foram os três principais produtos exportados (equivalentes a US$ 93,8 bilhões). Os principais

destinos das exportações tailandesas foram Estados Unidos (US$ 31,3 bilhões), China (US$ 29,2 bilhões) e Japão (US$ 24,36 bilhões). Nesse ano, as importações tailandesas corresponderam a US$ 236,1 bilhões. Componentes eletrônicos, combustíveis minerais e bens de capital constituíram os principais bens importados (US$ 100,5 bilhões). Seus maiores fornecedores foram China (US$ 50,3 bilhões), Japão (US$ 33,2 bilhões) e Estados Unidos (U$ 17,3 bilhões). O superávit tailandês de US$ 9,6 bilhões deveu-se, principalmente, ao saldo positivo do país junto aos Estados Unidos e aos países da ASEAN, parceiros para os quais a Tailândia é grande exportadora de produtos manufaturados. Tomada em conjunto, a ASEAN é o principal parceiro comercial tailandês, com fluxo de comércio de US$ 107,9 bilhões e superávit de US$ 17,9 bilhões.

A combinação do conflito entre a China e os Estados Unidos e os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre os fluxos de comércio internacional, além da recessão mundial instalada, são fatores de preocupação para o governo tailandês. Embora o país tenha sido considerado um dos casos de sucesso no combate à pandemia, em termos de número de casos e de mortes, a dramática redução na atividade econômica resultou na diminuição de rendimentos para a maior parte da população. As últimas previsões apontavam para uma contração de 5% do PIB em 2020.

Em 2019, a Tailândia foi o 4º maior parceiro comercial do Brasil na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o 8º na Ásia. O intercâmbio comercial totalizou US$ 3,2 bilhões, com superávit brasileiro de US$ 131,2 milhões. A pauta de exportações brasileiras é concentrada em commodities, sobretudo soja e seus subprodutos (74%). A pauta das importações provenientes da Tailândia apresenta maior diversificação e conteúdo industrial. Os principais produtos tailandeses importados pelo Brasil em 2019 foram partes e peças para veículos e tratores (10%), máquinas automáticas para processamento de dados (6,1%), partes de motores para veículos (3,7%), partes de motocicletas (3,1%) e circuitos integrados (3%).

Entre janeiro e julho de 2020, o comércio bilateral registrou pouco mais de US$ 2 bilhões – crescimento de 12,2% em comparação ao mesmo período do ano passado. Grande parte desse incremento comercial decorre do aumento das exportações brasileiras (35,9%, em relação a janeiro-julho de 2019), que superaram US$ 1,3 bilhão. As importações brasileiras oriundas da Tailândia alcançaram 0,76 bilhão (redução de 13,5%). A composição das pautas manteve a mesma característica dos anos anteriores: exportação brasileira concentrada em commodities, principalmente soja e seus subprodutos (que representaram, até julho, 85%); e

importação mais diversificada, com partes e peças para veículos e tratores (9,4%), látex e borracha natural (7,1%), máquinas automáticas de processamento de dados (6%), equipamentos de telecomunicações (5%), além de máquinas e aparelhos elétricos (4,6%).

O Brasil e a Tailândia mantêm, desde 2016, consultas no âmbito do contencioso DS507, referente a programas tailandeses de apoio ao setor açucareiro. Conquanto o caso siga em aberto, o setor privado brasileiro tem avaliado positivamente as tratativas com o lado tailandês. Em 2019, o Brasil propôs memorando de entendimento que estipula, entre outros pontos, prazos para tornar permanentes medidas de reforma adotadas em caráter provisório por aquele país.

Nos anos recentes, a relação econômica bilateral deu importante sinal de amadurecimento, com a passagem de uma dinâmica estritamente comercial para uma de investimentos recíprocos. A Tailândia, em particular, tem expandido sua rede de investimentos no Brasil. Destacam-se, entre outros, o gigante hoteleiro Minor Group, que hoje opera quatro hotéis de luxo em destinos turísticos brasileiros; o grupo PTT, maior conglomerado tailandês, que participa de consórcio para exploração de petróleo e gás off-shore; e a Cal-Comp, empresa de eletroeletrônicos que controla duas unidades fabris na Zona Franca de Manaus. A tailandesa Charoen Pokphand Foods (CPF) adquiriu, em abril de 2018, 40% das ações da brasileira Camanor, produtora de camarões frescos e congelados.

Do lado brasileiro, a BRF Brasil Foods mantinha, desde 2016, investimento naquele país asiático, tendo, contudo, vendido suas operações na Tailândia em 2019, como parte de seu programa de desinvestimento. As empresas Jacto, de implementos agrícolas, e o consórcio QGI - Queiroz Galvão IESA, de montagem de plataformas de petróleo, mantêm investimentos no país.

O comércio de equipamentos de defesa também apresenta potencial. A Avibrás vem realizando prospecção de negócios no país asiático e a Embraer, por seu turno, já forneceu aeronaves ERJ-135 para as Forças Armadas da Tailândia, identificando possibilidade de fornecer modelos KC-390 para substituir a atual frota tailandesa de Hercules C-130.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1782	A Dinastia Chakri assume o poder, com Rama I, e estabelece a capital do reino em Bangkok.
1896	Franceses e ingleses estabelecem parte significativa do Sião como estado independente.
1917	O Sião junta-se aos Aliados, durante a I Guerra.
1932	Revolução civil e militar não violenta resulta no fim da monarquia absoluta, com o estabelecimento da primeira constituição tailandesa. A Dinastia Chakri, contudo, permanece no poder.
1941	A Tailândia é invadida por tropas japonesas. O país alia-se aos japoneses, posteriormente declarando guerra aos Estados Unidos e ao Reino Unido.
1945	A Tailândia devolve territórios tomados do Laos, Camboja e da Malásia. O exilado Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) retorna ao país.
1946	O rei Ananda Mahidol (Rama VIII) é assassinado. Assume seu irmão, o rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX).
1946	A Tailândia torna-se o 55º membro da Organização das Nações Unidas.
1947	Golpe militar liderado pelo líder pró-Japão do período da Segunda Guerra Mundial, Phibun Songkhram. Os militares retêm o poder até 1973.
1965-75	Instalação de bases militares americanas na Tailândia durante a Guerra do Vietnã. Tropas tailandesas lutam no Vietnã do Sul.
1973	Movimentos estudantis e civis precipitam a queda do regime militar, após massacre de manifestantes. Eleições livres são realizadas.
1976	Os militares retomam o poder.
1978	Promulgada nova Constituição.
1980	O general Prem Tinsulanonda assume o poder.
1983	O general Prem Tinsulanonda instala um Governo Civil, sendo eleito em 1986.
1988	O general Chatichai Choonhaven substitui o general Prem após a realização de eleições.
1991	Golpe militar. Um civil, Anand Panyarachum, é instalado como primeiro-ministro.
1992	Novas eleições substituem Anand pelo general Suchind Kaprayoon, que renuncia após demonstrações populares. Chuan Leekpai, líder do Partido Democrático, vence as eleições e torna-se primeiro-ministro.

1995	Banharn Silpa-archa, do Partido da Nação Tailandesa, é eleito primeiro-ministro.
1996	Banharn Silpa-archa renuncia, acusado de corrupção. Chavalit Yongchaiyudh, do Partido da Nova Aspiração, vence as eleições.
1997	Crise financeira asiática causa falências. Chuan Leekpai torna-se primeiro-ministro.
1998	Dezenas de milhares de imigrantes ilegais são deportados. Chuan Leekpai envolve a oposição em seu Governo para realizar reformas econômicas.
1999	Retomada do crescimento econômico.
2001	Eleições vencidas pelo Partido Thai Rak Thai, de Thaksin Shinawatra, que se torna primeiro-ministro.
2004	Atividade de movimentos separatistas agrava a situação no Sul.
2005	Thaksin Shinawatra assume o cargo de primeiro-ministro pela segunda vez.
2006	Nova Constituição é promulgada.
2006	Thaksin é deposto por intervenção militar, quando se preparava para participar da AGNU.
2006	Uma Junta Militar, chefiada pelo general Sonthi Boonyaratglin, governa o país e indica o general Surayud Chulanont para o cargo de primeiro-ministro, até 2007.
2008	Samak Sundaravej, líder do Partido do Poder do Povo, é eleito primeiro-ministro em dezembro de 2007, assumindo no dia 29 de janeiro de 2008.
2008	Somchai Wongsawat, membro do Partido do Poder do Povo (PPP), é eleito primeiro-ministro em 9 de setembro.
2008	Abhisit Vejajjiva, líder do Partido Democrático, torna-se primeiro-ministro, em 17 de dezembro.
2009	Manifestações contrárias ao governo levam ao cancelamento de reunião de cúpula da ASEAN, que ocorreria em Pattaya, e ao decreto de estado de emergência, em abril.
2010	Confisco de US$ 1,4 bilhão que pertencia ao ex-primeiro-ministro Thaksin Shinawatra, em fevereiro
2010	Confrontos entre manifestantes pró-Thaksin e o exército causam grande tumulto em Bangkok e a morte de cerca de 80 pessoas, em março e abril.
2011	Assume o governo a primeira-ministra Yingluck Shinawatra, irmã de Thaksin Shinawatra.
2014	Nova intervenção militar destitui o governo de Yingluck Shinawatra. O general Prayut Chan-o-cha assume a chefia de governo.
2016	Falecimento do rei Bhumibol Adulyadej, após 70 anos de reinado. Seu

	filho, Maha Vajiralongkorn, é o sucessor.
2016	Referendo aprova nova constituição.
2017	Promulgada a nova constituição.
2019	Eleições para a câmara baixa do Parlamento dão vitória à oposição. Com os votos da câmara alta, composta por senadores designados, Prayut Chan-o-cha torna-se primeiro-ministro.
2019	Maha Vajiralongkorn Bodindradebayavarangkun é coroado como Rama X

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Estabelecimento de relações diplomáticas
1959	Abertura da Embaixada do Brasil em Bangkok
1964	Abertura da Embaixada da Tailândia no Brasil
1967	Visita oficial à Tailândia do presidente-eleito Artur da Costa e Silva
1968	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Thanom Kittikachorn (abril)
1984	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores, marechal Siddhi Savetsila (setembro)
1986	Visita ao Brasil do ministro do Comércio, capitão Surat Osathanugrah (março)
1993	Visita ao Brasil do príncipe herdeiro Maha Vajiralongkorn (março)
1994	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Prasong Soonsiri (janeiro)
1996	Visita à Tailândia do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia (abril)
1997	Visita à Tailândia do Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, embaixador Ronaldo Sardenberg (maio)
1997	Abertura do Thai Trade Center em São Paulo (junho)
1997	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e ministro do Comércio, Supachai Panitchpakdi (novembro)
1999	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Chuan Leekpai (maio e junho)
2000	Visita ao Brasil do ministro de Transportes e Comunicações, Suthep Thaugsuban (junho)
2004	Visita ao Brasil do presidente da Assembleia Nacional, Uthai Pimchaichon (abril)
2004	Visita oficial ao Brasil do primeiro-ministro Thaksin Shinawatra (junho)
2004	Visita a Bangkok do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues (agosto)
2005	Visita a Bangkok do embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, na qualidade de enviado especial do presidente da República (junho)
2006	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Kantathi Suphamongkhon (agosto)
2007	Visita ao Brasil do comandante supremo das Forças Armadas, general Boonsrang Niumpradit (maio)
2008	Visita ao Brasil da ministra da Energia da Tailândia, Poonpirom Liptapanlop (junho)
2008	Visita a Brasília do vice-primeiro ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros Sompong Amornvivat, para co-presidir a I Reunião

	Ministerial Mercosul-ASEAN (novembro)
2009	Celebração do cinquentenário das relações bilaterais, que incluiu o lançamento de selo postal e a organização de livro, lançado em 2012
2009	Visita a Bangkok dos senadores Eduardo Azeredo, na condição de presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; Flexa Ribeiro; e Neuto de Conto
2010	Visita à Tailândia do ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin (junho)
2010	Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente, Suwit Khunkitti, para chefiar a delegação tailandesa à 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (julho)
2010	Visita do ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende (novembro)
2012	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Surapong Tovichakchaikul (agosto)
2013	Criação da Adidância de Defesa do Brasil para a Tailândia, cumulativa, com sede em Jacarta, na Indonésia (outubro)
2016	Visita à Tailândia do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi (setembro)
2016	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro, general Tanasak Patimapragorn, e, para participação nas cerimônias dos Jogos Olímpicos, da ministra do Turismo e Esportes, Kobkarn Wattanavrangkul (agosto)
2016	Visita ao Brasil do ministro de Energia, general Anantaporn Kanjanarat (agosto)
2018	Visita à Tailândia do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (maio)

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	16/04/2004	21/10/2006	16/11/2006
Acordo de Cooperação Esportiva o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia	16/06/2004	16/06/2004	14/07/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Isenção Parcial de Visto	21/07/1997	29/09/1999	10/11/1999
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	24/01/1994	24/04/1994	27/01/1994
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia	21/03/1991	18/03/1994	23/06/1994
Acordo de Comércio	12/09/1984	26/12/1991	07/02/1992
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	12/09/1984	07/12/1997	10/11/1989

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Vide arquivos anexos TailandiaComércioBilateral.pdf e TailandiaIndicadoresEconômicos.pdf

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CAMBOJA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE O CAMBOJA	
NOME OFICIAL:	Reino do Camboja
GENTÍLICO:	cambojano (a)
CAPITAL:	Phnom Penh
ÁREA:	181 mil km²
POPULAÇÃO:	16,48 milhões (2019)
LÍNGUA OFICIAL:	Khmer
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (oficial, 97,9%); islamismo (1,1%), outras (1%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral; Senado: 62 membros eleitos indiretamente para mandatos de 6 anos; Assembleia Nacional: 125 membros diretamente eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Rei Norodom Sihamoni (desde 14 de outubro de 2004)
CHEFE DE GOVERNO:	Hun Sen (desde 30 de novembro de 1998)
CHANCELER:	Prak Sokhonn (desde 5 de abril de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US$ 27,1 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US$ 75,35 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2019)	US$ 1.644,42
PIB PPP *PER CAPITA* (2019)	US$ 4.572,21
VARIAÇÃO DO PIB	7% (2019); 7,5% (2018); 7,0% (2017); 6,9% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,581 (146ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	69,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	80,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	0,1%
UNIDADE MONETÁRIA:	Riel (KHR)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	O embaixador não-residente do Camboja junto ao Brasil ainda não foi designado por aquele país asiático.
BRASILEIROS NO PAÍS:	Estimados em 10, antes da pandemia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL - CAMBOJA (US$ mil) (Fonte: Ministério da Economia)								
Brasil → Camboja	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**
Intercâmbio	**1.260**	**6.631**	**12.670**	**24.162**	**42.088**	**43.558**	**37.430**	**69.521**
Exportações	734	2.851	3.571	6.134	3.276	3.531	6.221	19.184
Importações	526	3.780	9.099	18.028	38.812	40.027	31.209	50.337
Saldo	208	-929	-5.528	-11.894	-35.535	-36.5	-24.988	-31.15

Informação elaborada em 25/08/2020, por PS Carlos Kessel.

APRESENTAÇÃO

O Reino do Camboja localiza-se na porção sul da península da Indochina. Com população estimada em 16,5 milhões de habitantes, estende-se por 181 mil km^2. O país, monarquia constitucional de confissão oficial budista, é uma das menores economias da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), ao lado de Myanmar e do Laos. Sua capital e maior cidade, Phnom Penh, é o centro político, econômico e cultural da vida cambojana.

A população do Camboja é composta por maioria de etnia *khmer* (em torno de 90% do total), falantes de idioma de mesmo nome, e ainda por minorias de chineses, vietnamitas e *chams* (muçulmanos).

O país, que se havia tornado protetorado francês em 1863, ganhou a independência em 1953. A história do país foi marcada pela violência que caracterizou o período em que o Khmer Vermelho esteve no poder. Instalado em 1975, o regime de Pol Pot foi desalojado em 1978, após a invasão de tropas vietnamitas.

PERFIS BIOGRÁFICOS

NORODOM SIHAMONI
Rei do Camboja

Nasceu em 14 de maio de 1953, em Phnom Penh, capital do Camboja. É solteiro e não tem filhos. Assumiu o trono em outubro de 2004, tendo sido selecionado por um conselho especial, uma semana após a abdicação de seu pai.

Sihamoni passou a maior parte da vida fora do país. Quando criança, viveu em Praga, onde cursou os níveis de ensino fundamental e médio, até entrar na Academia de Artes Musicais. Lá estudou dança clássica e música até 1975. É fluente em francês, tcheco e tem bom conhecimento de inglês e russo.

Foi professor de dança na França na década de 1980 e, na década de 1990, Embaixador junto à UNESCO.

HUN SEN
Primeiro-Ministro

Nasceu em 5 de agosto de 1952, na cidade de Kampong Cham, no Camboja. Em 1970, passou a integrar o Khmer Vermelho, na época liderado por Pol Pot, que combatia o governo cambojano de Lon Nol, apoiado pelos Estados Unidos, e tomou o poder em 1975. Entretanto, algum tempo após a vitória do Khmer Vermelho, Hun Sen tornou-se opositor de Pol Pot. No final da década de 1970, integrou forças anti-Khmer Vermelho situadas no Vietnã e, após a invasão vietnamita que ocupou o Camboja, em 1978, tornou-se figura central no novo regime.

Ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e posteriormente, em 1985, de primeiro-ministro. De 1993 a 1998, passou a ocupar o cargo de "segundo primeiro-ministro", juntamente com o príncipe Norodom Ranariddh – solução de compromisso após sua agremiação, o Partido Popular do Camboja (CPP), recusar-se a reconhecer o resultado das eleições de 1993. Em 1998, assumiu novamente o cargo de único primeiro-ministro do Camboja, que continua a ocupar.

RELAÇÕES BILATERAIS

Após haverem sido suspensas em 1966, as relações entre o Brasil e o Camboja foram retomadas em 1994. Os contatos políticos são ainda pouco frequentes, não havendo embaixada residente nas respectivas capitais. No caso brasileiro, a representação junto ao Reino do Camboja é exercida pela Embaixada em Bangkok.

As visitas de alto nível são escassas. Do lado cambojano, o secretário de estado (vice-ministro dos Negócios Estrangeiros) Long Visalo visitou Brasília em 2011, ocasião em que foram assinados os primeiros instrumentos bilaterais, sobre cooperação educacional, que permite a estudantes do Camboja participar de programas de graduação e de pós-graduação no Brasil; e isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço. Durante a visita, discutiu-se a possibilidade de se estabelecer cooperação em rizipiscicultura. Em 2012, o ministro do Meio Ambiente do Camboja, Mok Mareth, participou da Conferência Rio+20, mas não manteve programação bilateral.

No ano 2000, visitou o Brasil o príncipe Norodom Ranariddh, então presidente da Assembleia Nacional do Reino do Camboja. Na ocasião, manteve encontros com o então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. O Camboja participou da I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília, com delegação chefiada por seu embaixador junto às Nações Unidas, Kosal Sea, que havia também liderado sua delegação à III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília, em 2007.

Do lado brasileiro, em março de 2012, visitou o Camboja a subsecretária-geral Política II do MRE (SGAP-II). Na ocasião, foram discutidas possibilidades de cooperação nas áreas de segurança alimentar, programas sociais de erradicação da pobreza, agricultura, desenvolvimento rural e energia, em particular biocombustíveis e hidroeletricidade. Foi, também, firmado o Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais.

Em 2012, a SGAP-II retornou ao Camboja, para depositar carta de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, à margem da XXI Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). O Camboja exercia, naquele ano, a presidência de turno daquela Associação.

Em janeiro de 2020 o primeiro-ministro Hun Sen anunciou, em evento no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Técnica local, a decisão de abrir

uma embaixada no Brasil, desdobramento que deverá contribuir com o adensamento dos contatos bilaterais. Ainda não houve, contudo, comunicação oficial ao governo brasileiro.

Revestem-se de grande relevância, para o Camboja, questões ligadas a segurança alimentar, erradicação da pobreza, desenvolvimento rural, pesquisa agrícola, biocombustíveis e aproveitamento do potencial hidrelétrico, áreas em que o Brasil pode prestar importante contribuição. Nos últimos anos, aquele país asiático participou de diversos cursos promovidos pelo governo brasileiro, sobre temas como cooperação sul-sul e triangular, monitoramento de florestas tropicais e políticas sociais.

Entre 2010 e 2013, o Brasil apoiou, por meio do Fundo IBAS, a construção de pavilhão destinado a crianças com necessidades especiais em hospital do Ministério da Saúde do Camboja. Deu suporte, ademais, à capacitação de profissionais na área da saúde. O projeto teve custo total de cerca de US$ 1 milhão.

Assuntos consulares

Havia registro de pequena comunidade brasileira residente no Camboja, estimada, antes da pandemia, em dez residentes.

Pandemia de COVID-19

O Itamaraty logrou, por intermédio da Embaixada em Bangkok, repatriar, ao longo do mês de maio de 2020, 7 brasileiros que se encontravam no Camboja. A operação contou com o apoio das autoridades locais, em meio a medidas de confinamento e restrições aos deslocamentos internos.

POLÍTICA INTERNA

Herdeiro histórico do mais poderoso império do Sudeste Asiático (Império Khmer, 802-1431), o Camboja tornou-se protetorado da França em 1863. Em 1953, foi ratificado acordo pelo qual o Camboja obteve sua independência, sob regime monárquico. Nesse período, destacou-se a figura do rei Sihanouk (que abdicou do trono em 1955 para eleger-se primeiro-ministro, com o título de príncipe, e voltou a assumir a chefia de estado com o falecimento do pai, em 1960). Em 1970, após golpe militar, foi proclamada a República Khmer, tendo assumido a Presidência o general Lon Nol.

Em 1975, sob a liderança de Pol Pot, as forças revolucionárias do Khmer Vermelho, vitoriosas na guerra civil contra o governo instalado em 1970, proclamaram o estado revolucionário. O regime tentou isolar o Camboja do convívio internacional e implementou uma política externa de aliança com Pequim e de confrontação com o Vietnã. No plano interno, aboliu a moeda e obrigou a população a trabalhar em cooperativas rurais ou campos de trabalho industrial, o que resultou em caos econômico e fome generalizada. O Vietnã invadiu o país em 1978, derrubou o regime do Khmer Vermelho e implementou novo regime, pró-vietnamita. O novo governo viu-se envolvido em conflito de baixa intensidade com forças oposicionistas, formadas por remanescentes do Khmer Vermelho, combatentes pró-monarquia e partidários de Lon Nol.

As tropas vietnamitas deixaram o país em 1989 e, em 1991, negociações de paz entre o governo e oposicionistas resultaram nos chamados Acordos de Paris, que estipularam a criação de governo interino – a Autoridade da ONU de Transição no Camboja (UNTAC). A UNTAC atuou no país entre 1992-93, ano em que foram realizadas eleições e foi promulgada a atual Constituição (1993), que restabeleceu a monarquia. Desde 1985 no cargo de primeiro-ministro, Hun Sen tornou-se segundo primeiro-ministro em 1993, como solução de compromisso após sua legenda, o Partido Popular do Camboja (CPP), recusar-se a reconhecer a derrota no pleito daquele ano e finalmente formar coalizão com o partido vitorioso – a FUNCINPEC, pró-monarquia. Em 1998, voltou a ocupar o cargo de primeiro-ministro.

O rei é escolhido por um conselho real, formado pelos dirigentes máximos do país, inclusive o primeiro-ministro, e por monges budistas de alta hierarquia eclesiástica. O rei Norodom Sihamoni é o chefe de estado desde 29 de outubro de 2004.

O Camboja é uma democracia parlamentarista unitária e monarquia constitucional. O rei não possui poder de veto sobre a atividade legislativa. O Parlamento é composto por duas casas, o Senado e a Assembleia Nacional. O Senado tem 61 membros: 2 indicados pelo rei, 2 eleitos pela Assembleia Nacional; e o restante eleito pelas 24 províncias do país. A legislatura dos senadores tem duração de seis anos. Já a Assembleia Nacional, câmara baixa do Camboja, é composta por 125 membros eleitos para um mandato de cinco anos por meio de representação proporcional. A Casa tem ainda o poder de retirar o voto de confiança no primeiro-ministro e seu governo, com quórum de dois terços.

O Judiciário do Camboja é formado pela Corte Suprema, a Corte de Apelações e 24 cortes provinciais ou municipais, além de cortes militares. Há, ainda,

uma corte híbrida, denominada de Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja (ECCC) e responsável pelo julgamento de líderes responsáveis pelos crimes do Khmer Vermelho.

O Partido do Povo Cambojano (CPP), do primeiro-ministro Hun Sen, domina a política nacional. A oposição, cuja figura principal é Sam Rainsy, tem enfrentado dificuldades legais para se contrapor ao governo. Embora tenha conquistado 44,5% dos votos nas eleições de 2013, o Partido de Resgate Nacional do Camboja (CNRP) de Rainsy se viu impedido de disputar o pleito de 2018, por ter sido dissolvido no ano anterior; seus parlamentares perderam o mandato e em decorrência o CPP passou de 48,8% para 76,8% dos votos, ocupando todas as 125 cadeiras do parlamento, de acordo com a legislação em vigor.

POLÍTICA EXTERNA

A agenda da política externa do Camboja é marcada (i) pelas relações próximas com a China e com o Vietnã; (ii) pelas críticas de países desenvolvidos relacionadas à proteção dos direitos humanos; (iii) pelo diferendo fronteiriço com a Tailândia; e (iv) por sua atuação na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), principal agrupamento da região.

Ainda que haja certo ressentimento na sociedade cambojana em relação ao período de ocupação vietnamita, o regime de Hun Sen mantém relações bastante estreitas com o Vietnã. Mantém também boas relações com a China, da qual recebe importantes empréstimos, doações e investimentos, sobretudo em obras de infraestrutura. Os dois países planejam firmar, em 2020, o que será o primeiro acordo de livre-comércio bilateral assinado pelo Camboja.

As críticas de países desenvolvidos sobre a situação doméstica no país tiveram novo desdobramento com a decisão da União Europeia de suspender parcialmente, em 2020, o Camboja de seu programa *Everything But Arms*, devido a acusações de violações de direitos humanos e trabalhistas no país. Tarifas foram reimpostas às exportações cambojanas de vestuário, calçados e itens de viagem. A União Europeia é a principal fornecedora de assistência ao desenvolvimento do Camboja. Os recursos de ajuda oficial procedentes dos países ocidentais continuam, porém, sendo expressivos.

As relações com a Tailândia apresentam histórico de tensão, devido ao litígio fronteiriço na região do templo Preah Vihear. Ainda que reconheça que o templo seja cambojano (conforme decisão da Corte Internacional de Justiça, de

1962), a Tailândia reclamava área de 4,6 km2 adjacente ao templo. Tal contestação baseia-se na topografia da região, que faz do templo praticamente um enclave no território tailandês. A questão tornou-se ainda mais delicada em julho de 2008, quando a UNESCO reconheceu o templo como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Por solicitação do Camboja, o assunto foi tratado no âmbito do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), em fevereiro de 2011, sob a presidência brasileira. Em novembro de 2013, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) proferiu veredito final sobre o diferendo fronteiriço, que concedeu ao Camboja a soberania sobre o território do promontório onde se localiza o templo (representando perda territorial para a Tailândia), mas não delimitou a nova fronteira entre os dois países. Outras áreas adjacentes ao templo deverão ser objeto de negociação bilateral, com as quais os dois governos assentiram.

A Tailândia é, não obstante, parceiro de destaque para o Camboja, principalmente na área comercial e em assuntos de segurança na fronteira, regularização de imigrantes e ciência, tecnologia e inovação.

A ASEAN, Associação na qual ingressou em 1999, tem posição central na diplomacia cambojana. Ao ocupar a presidência de turno da Associação em 2012, o Camboja sediou a 45ª Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros do agrupamento. Pela primeira vez, a reunião não produziu um comunicado conjunto, em razão de recusa do Camboja em incluir menção à questão do Mar do Sul da China, como desejavam as Filipinas. No âmbito da ASEAN, o Camboja compartilha interesses com os vizinhos Laos, Myanmar e Vietnã, convergência que levou o país a integrar os subgrupos CLV (Camboja-Laos-Vietnã) e CLVM (Camboja-Laos-Vietnã-Myanmar), ambos com reuniões de cúpula anuais.

O Camboja defende a criação de novos assentos permanentes e não-permanentes no CSNU e demonstrou, em 2009, apoio não escrito à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho. Desde 1999, o país já apoia a Alemanha, a Índia e o Japão. Em maio de 2011, durante visita ao Brasil, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo indicou que seu país não teria dificuldade em apoiar o Brasil, como representante latino-americano, desde que o processo de reforma seja efetivamente iniciado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia cambojana tem prosperado desde a estabilização política. Apresenta crescimento econômico acima de 6% desde a década de 1990 (com

exceção do ano de 2009, quando cresceu 0,1%) e tem mantido a inflação sob controle. Em julho de 2016, o país foi graduado, passando de país de baixa renda para o status de país com renda média-baixa. Mesmo assim, o Camboja é um dos países mais pobres do Sudeste Asiático. Tal defasagem econômica reflete cicatrizes deixadas pelo brutal regime do Khmer Vermelho, entre 1975 e 1979, e, em geral, pelas guerras havidas no país desde sua independência da França.

A agricultura ainda emprega dois terços da força de trabalho, e cerca de 75% dos agricultores ainda dependem da agricultura de subsistência. Em termos gerais, o crescimento da economia baseia-se no consumo privado e em aumento da renda advindo de melhoras de produtividade dos fatores de produção.

Em 2015, o governo cambojano aprovou, pela primeira vez, política de desenvolvimento industrial para um período de dez anos. Segundo o documento "Política de Desenvolvimento Industrial 2015-25", o governo khmer envidará esforços para ampliar a participação da indústria na economia do país, ao mesmo tempo em que adotará medidas visando à diversificação da base industrial, atualmente concentrada nos setores de vestuário e processamento de arroz. São quatro os pilares básicos da política industrial: (i) atração de investimento direto estrangeiro; (ii) modernização de pequenas e médias empresas, particularmente no que se refere ao adensamento de suas conexões com companhias multinacionais; (iii) adoção de marco regulatório que estimule a competitividade; (iv) implementação de políticas de desenvolvimento de recursos humanos e de melhoria da infraestrutura e dos serviços.

A economia cambojana tem sido modernizada desde a estabilização política, na década de 1990, com a adesão à ASEAN, em 1999, e à acessão OMC, em 2004. O processo de estabilização faz-se acompanhar por privatizações e maior inserção da produção cambojana na economia mundial. Evidência disso foi a abertura, em julho de 2011, da primeira bolsa de valores do Camboja (*Cambodia Securities Exchange*), em parceria do Governo com a sul-coreana Korea Exchange.

No setor externo, têm papel preponderante nas exportações do país o setor têxtil e de couros, cujos produtos são vendidos a EUA, Reino Unido, Alemanha, Japão e Vietnã. Nas importações, ouro, petróleo refinado, automóveis e peças automotivas chegam da Tailândia, da China, do Vietnã, de Hong Kong e de Singapura, principais fontes de importação.

O Camboja tem potencial para tornar-se exportador de hidrocarbonetos para os países da região. Desde 2005, a empresa Chevron tem descoberto importantes reservas de petróleo e gás no Golfo da Tailândia. Há, contudo, problemas relativos à

ausência de demarcação da fronteira marítima com a Tailândia, esperando-se, entretanto, que possa iniciar-se produção em breve. Destacam-se, entre os recursos naturais do Camboja – além de petróleo e gás natural – madeira, pedras preciosas, ferro, manganês e fosfatos. Registram-se também importantes investimentos na construção de usinas hidrelétricas.

A exemplo de outros países em desenvolvimento, o Camboja tem concentrado esforços na captação de investimentos diretos, ciente da importância desses capitais no estímulo à atividade produtiva. O governo cambojano tem especial interesse na atração de investimentos que contribuam para a competitividade do país no longo prazo, priorizando: (i) agricultura e agroindústria; (ii) infraestrutura de transporte e telecomunicação; (iii) energia e eletricidade; (iv) indústrias intensivas em mão-de-obra e de exportação; (v) turismo; (vi) desenvolvimento de recursos humanos; e (vii) mineração. O ambiente para investimentos no país é favorável, e os investimentos estrangeiros geralmente não enfrentam restrições.

A matriz energética do Camboja apresenta forte dependência do uso de biomassa convencional (lenha), fonte de energia que responde por mais de 80% do total, seguida dos derivados de petróleo importados. O amplo uso da biomassa se traduz em altos índices de desmatamento da cobertura vegetal do país. A geração de energia elétrica, por sua vez, baseia-se em unidades térmicas convencionais (cerca de 95% do total), movidas a petróleo ou diesel. Hidroeletricidade e biomassa moderna (resíduos, biocombustíveis, biogás) respondem por fração diminuta da energia do país (3,3% e 1,3%, respectivamente). Há iniciativas em diversas formas de energias renováveis (hidrelétricas, biocombustíveis, biogás, solar, eólica, etc), mas o estágio de desenvolvimento, em muitos casos, ainda se resume a estudos de potencialidade ou projetos-piloto. Em junho de 2009, o Camboja tornou-se membro da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA).

As exportações brasileiras para o Camboja permanecem bastante reduzidas (US$ 19,1 milhões, em 2019). Destacam-se os materiais de cobre, couros preparados, carne de frango e tabaco não manufaturado. As importações provenientes do Camboja, no mesmo ano, representaram montante consideravelmente mais elevado (US$ 50,3 milhões), e se concentraram em produtos manufaturados, calçados, têxteis e vestuário. Nos sete primeiros meses de 2020, o intercâmbio comercial superou US$ 35 milhões – redução de 1,1% em relação a janeiro-julho do ano anterior. Nesse período, as exportações brasileiras cresceram mais de 120% e registraram US$ 12,8 milhões – pauta composta por materiais de cobre (53%), couro (11%) e tabaco (9,1%). As importações caíram 24,9% e totalizaram US$ 22,3 milhões – concentradas

em têxteis (37,9%), vestuário (34%) e calçados (13%).

O Banco Central do Brasil não tem registro de investimentos brasileiros no Camboja. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos do Camboja no Brasil.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1863	O Camboja torna-se protetorado francês.
1941	O país é ocupado pelo Japão, durante a II Guerra Mundial.
1946	Reinício do domínio francês.
1953	O Camboja conquista sua independência.
1955	O rei Sihanouk abdica ao trono e torna-se Primeiro-Ministro.
1965	O país rompe relações diplomáticas com os EUA. Instalação de bases norte-vietnamitas no Camboja, no contexto da Guerra do Vietnã (posteriormente atacadas em bombardeios secretos norte-americanos).
1970	Após golpe militar, o general Lon Nol declara a República Khmer e ataca as forças norte-vietnamitas.
1975	O grupo comunista Khmer Vermelho toma o poder, liderado por Pol Pot. Sihanouk volta a ser chefe de estado e o país é renomeado Kampuchea. "Ano Zero" do Khmer Vermelho e migração forçada das cidades para o campo. Nos três anos seguintes, estima-se que morrem 1,7 milhão de cambojanos.
1976	Pol Pot ascende a primeiro-ministro. Renúncia de Sihanouk.
1978	Forças vietnamitas invadem o país e expulsam o Khmer Vermelho do poder.
1985	Hun Sen é eleito Primeiro-Ministro.
1989	As forças vietnamitas saem do país. Buscando investimentos estrangeiros, o socialismo é abandonado, o budismo reintroduzido como religião oficial e o país é renomeado como Estado do Camboja.
1991	Acordo de Paz é assinado em Paris. ONU estabelece autoridade transitória.
1993	Partido monarquista vence as eleições. Coalizão define o príncipe Norodom Ranariddh como primeiro-ministro, Hun Sen como segundo primeiro-ministro e Sihanouk é restabelecido como Rei. País renomeado para Reino do Camboja. Khmer Vermelho perde o assento na ONU.
1994	Governo anistia milhares de combatentes do Khmer Vermelho, que depõem as armas.
1997	Hun Sen lidera golpe e derruba o Príncipe Ranariddh. Processo de adesão à ASEAN é suspenso. O Khmer Vermelho julga e condena Pol Pot à prisão perpétua.
1999	Adesão à ASEAN é concluída.
2001	O Senado cria tribunal para julgar acusações de genocídio contra os líderes do Khmer Vermelho.
2003	Governo do Primeiro-Ministro Hun Sen vence eleições gerais.

2004	Hun Sen é apontado como Primeiro-Ministro.
2007	Início dos julgamentos de líderes do Khmer Vermelho.
2008	Após ser listado como Patrimônio da Humanidade pela ONU, templo de Preah Vihear torna-se foco de disputas com a Tailândia. Tropas de ambos os lados são enviadas para a região.
2011	Início do segundo julgamento de integrantes do regime do Khmer Vermelho pelas Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja.
2011	Novos choques armados entre o Camboja e a Tailândia, na região do templo Preah Vihear. O Camboja busca levar o assunto ao CSNU.
2011	Confronto armado entre o Camboja e a Tailândia, na região fronteiriça próxima ao templo Ta Krabey, deixa pelo menos 12 mortos, de ambos os lados.
2012	Falece Norodom Sihanouk, Rei-Pai do Camboja e pai do atual Rei, aos 89 anos.
2013	Eleições parlamentares resultam na vitória do partido governista, mas com surpreendente crescimento da oposição, que contesta os resultados.
2017	O principal partido da oposição (CNRP) é dissolvido
2018	Eleições dão maioria ao CPP, que consolida seu poder transformando-se no único partido a ter assento na Assembleia

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1994	Reativação das relações diplomáticas, suspensas em 1966. Abertura da Embaixada brasileira, cumulativa em Bangkok.
2000	Visita do Príncipe Norodom Ranariddh, quando se encontrou com o então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então Ministro das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia.
2006	Apresentação de cartas credenciais do embaixador Edgard Telles Ribeiro ao rei Norodom Sihamoni.
2007	Participação do embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília.
2008	Participação do embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2009 (jun)	Visita de trabalho do embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Camboja, quando se encontrou com o então secretário de Estado Ouch Borith.
2009 (set)	Doação brasileira de US$ 10 mil ao Camboja, em decorrência dos desastres causados pela passagem da Tempestade Ketsana.
2009 (set)	Visita do Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Long Visalo, quando se encontrou com o então secretário-geral, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.
2010 (jan)	Encontro entre o subsecretário-geral de Assuntos Políticos II, embaixador Roberto Jaguaribe, e o vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Hor Namhong, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL.
2010 (mar)	Início de projeto do Fundo IBAS no Camboja, na área de saúde.
2010 (dez)	Apresentação de cartas credenciais do embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos ao rei Norodom Sihamoni.
2011 (mai)	Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo visita o Brasil. Assinatura dos dois primeiros instrumentos bilaterais, sobre cooperação educacional e isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço.
2011 (dez)	Doação brasileira de US$ 100 mil ao Camboja, como forma de ajuda humanitária pelas enchentes que assolavam o país desde julho.
2012 (mar)	Visita da SGAP II ao Camboja e assinatura do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais. Camboja apoia o Brasil para tornar-se parceiro de diálogo da ASEAN.
2012 (nov)	SGAP-II retorna ao Camboja para depositar carta de adesão do Brasil

	ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, à margem da XXI Cúpula da ASEAN.
2013 (jan)	Conclusão do projeto financiado pelo Fundo IBAS, com a construção do Pavilhão Especial no Hospital Chey Chumneas.

ACORDOS BILATERAIS

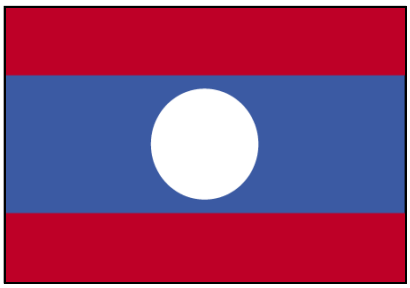
TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	02/05/2011	25/06/2011	08/06/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja no Campo da Educação	02/05/2011	04/07/2011	29/10/2015

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Vide arquivos anexos CambojaComércioBilateral.pdf e CambojaIndicadoresEconômicos.pdf

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LAOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE O LAOS	
NOME OFICIAL:	República Democrática Popular do Laos
GENTÍLICO:	laosiano (a)
CAPITAL:	Vientiane
ÁREA:	236,8 mil km²
POPULAÇÃO:	7,17 milhões (2019)
LÍNGUA OFICIAL:	Laosiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (64,7%); cristianismo (1,7%), religiões tradicionais animistas (31,4%); outras (2,2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República socialista de partido único
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional Unicameral ou Sapha Heng Xat (149 membros, escolhidos de lista do Partido Revolucionário do Povo do Laos, diretamente em eleições de maioria simples, em mandato de cinco anos)
CHEFE DE ESTADO:	Bounnhang Vorachit (desde 20 de abril de 2016)
CHEFE DE GOVERNO:	Thongloun Sisoulith (desde 20 de abril de 2016)
CHANCELER:	Saleumxay Kommasith (desde 20 de abril de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US$ 18,2 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US$ 58,4 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2019)	US$ 2.538,35
PIB PPP *PER CAPITA* (2019)	US$ 8.145,05
VARIAÇÃO DO PIB	4,7% (2019); 6,3% (2018); 6,8% (2017); 7% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,604 (140ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	67,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	84,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	9,4%
UNIDADE MONETÁRIA:	Kip (LAK)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:	Anouphone Kittirath, embaixadora residente em Havana (não apresentou até o momento cartas credenciais)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há estimativa disponível

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL - LAOS (US$ mil) **(Fonte: Ministério da Economia)**								
Brasil → Laos	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**
Intercâmbio	**245**	**296**	**242**	**2.936**	**1.623**	**587**	**2.439**	**3.207**
Exportações	146	31	9	273	379	205	1.563	1.633
Importações	99	265	233	2.663	1.244	381	876	1.574
Saldo	47	-234	-224	-2.390	-865	-176	686	59

Informação elaborada em 24/08/2020, por PS Carlos Kessel.

APRESENTAÇÃO

A República Democrática Popular do Laos é um país montanhoso do Sudeste Asiático, localizado na Indochina e limitado a norte pela China, a leste pelo Vietnã, a sul pelo Camboja, a sul e oeste pela Tailândia e a noroeste por Myanmar. Com população estimada em 7,1 milhões de habitantes, estende-se por 237 mil km^2. A história do Laos é traçada desde o reino de Lan Xang, que existiu do século XIV ao XVIII. Em 1893, formou-se um protetorado francês na região, constituído pelos reinos de Luang Phrabang, Vientiane e Champasak.

O Laos tornou-se independente em 1945, após a ocupação japonesa, mas retornou ao domínio francês até a concessão da autonomia plena, em 1949. Reconquistou sua independência em 1953, com uma monarquia constitucional governada por Sisavang Vong. Uma longa guerra civil no país culminou no fim da monarquia e na chegada ao poder, em 1975, do movimento comunista Pathet Lao.

Trata-se de um país multiétnico, em que os laosianos compõem cerca de sessenta por cento da população, principalmente nas planícies. Diversos grupos étnicos, como os Hmong e várias tribos, representam 40% da população e vivem nas colinas e montanhas. O país é um grande gerador e exportador de eletricidade, produzida a partir de seus rios.

PERFIS BIOGRÁFICOS

BOUNNHANG VORACHIT
Presidente e secretário-geral do Partido Popular Revolucionário do Laos (PPRL)

Nasceu em 1938. Formou-se em Ciências Políticas no Vietnã, em 1978. Entrou no movimento revolucionário laosiano em 1952 e trabalhou para a Unidade de Propaganda das Forças Armadas. Passou por diversos cargos dentro da hierarquia do PPRL, sendo um de seus membros mais destacados ao longo da história laosiana. Foi prefeito de Vientiane, capital do país, de 1993 a 1996. Serviu como vice-primeiro-ministro de 1996 a 2001, primeiro-ministro de 2001 a 2006, vice-presidente de 2006 a 2016, sendo eleito presidente e secretário-geral do Partido Revolucionário do Povo do Laos em 2016.

THONGLOUN SISOULITH
Primeiro-Ministro

Nascido em 1945, estudou no Laos e também, posteriormente, na União Soviética e no Vietnã. Fala inglês, russo e vietnamita, além do laosiano. Ocupou diversos cargos no governo, entre os quais o de vice-ministro de Relações Exteriores (1987-1992), Ministro do Trabalho e Bem Estar Social ((1993-1997) e vice-primeiro-ministro (2001-2016), cargo que acumulou com o de chanceler entre 2006 e 2016. Foi membro da Assembleia Nacional entre 1998 e 2000. Foi escolhido como primeiro-ministro do Laos no X Congresso do Partido Popular Revolucionário do Laos, em 23 de janeiro de 2016.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Laos estabeleceram relações diplomáticas em julho de 1995. No ano seguinte, foi criada a Embaixada em Vientiane, cumulativa com a Embaixada em Bangkok. Situa-se em Havana a única Embaixada do Laos na América Latina. Cuba também é o único país latino-americano com Embaixada residente em Vientiane. Foi concedido agrément à atual embaixadora laosiana para o Brasil, Anouphone Kittirath, em agosto de 2018, porém aquela autoridade ainda não veio ao Brasil para apresentar suas cartas credenciais.

Há registro de poucas visitas bilaterais. Do lado laosiano, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Thongloun Sisoulith, participou, em Brasília, da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em 2007, e manteve encontro bilateral com o então chanceler Celso Amorim. No ano seguinte, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Samsongsak, chefiou delegação a Brasília para a I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático). Em junho de 2012, o vice-primeiro-ministro Somsavat Lengsavad participou da Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro, à margem da qual manteve encontro com o então vice-presidente Michel Temer.

Do lado brasileiro, o então subsecretário-geral de política do Itamaraty (SGAP-II), embaixador Roberto Jaguaribe, visitou o país em 2008 para participar de consultas de alto nível. Em 2012, nova visita foi feita pela então SGAP-II, embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, que manteve encontros com os vice-ministros dos Negócios Estrangeiros; da Agricultura e Florestas, de Planejamento e Investimentos e de Minas e Energia, além do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Sangsomsak. Com este último, assinou os dois primeiros instrumentos bilaterais: o Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e o Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas.

Em maio de 2018, a embaixadora do Brasil na Tailândia, Ana Lucy Cabral Petersen, por ocasião da cerimônia de apresentação, em Vientiane, de suas credenciais ao presidente Bounnhang Vorachith, como embaixadora do Brasil, não residente, junto ao Laos, também manteve encontros, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a vice-ministra Khamphao Ernthavanh e com o diretor-geral do Departamento de Europa e Américas, Khouanta Phalivong. O presidente Vorachith expressou apreço pela cordialidade das relações bilaterais e reiterou aspectos que podem ser valorizados para aumentar a presença brasileira no país, como a exploração do turismo e investimentos em agricultura. Assinalou, ainda, a

importância de se realizarem trocas de visitas de alto nível, com vistas a alavancar iniciativas concretas.

Em setembro de 2018, realizou-se a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Laos. A parte brasileira foi chefiada pelo então subsecretário-geral da Ásia e do Pacífico, embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto, tendo a co-presidência laosiana ficado a cargo do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Senghet Houngboungnuang. Na oportunidade, foram discutidas as possibilidades de assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e de inclusão do Laos no Programa Mais Alimentos, bem como a bem-sucedida assistência prestada pelo Brasil àquele país asiático, na área de alimentação escolar, entre outros temas.

Assuntos consulares

Não há registro de comunidade brasileira residente no Laos.

Pandemia de COVID-19

Após complexa e demorada operação, o Itamaraty logrou, por intermédio da Embaixada em Bangkok, repatriar, no fim de maio de 2020, brasileiros que se encontravam no Laos, por meio de voo que partiu de Vientiane rumo a Seul. A operação de concentração dos brasileiros naquela capital contou com o apoio das autoridades locais, em meio a medidas de confinamento e restrições aos deslocamentos internos.

POLÍTICA INTERNA

O Laos, ao longo de sua história, enfrentou condições desafiadoras em razão do fato de o país não possuir saída para o mar, contar com interior esparsamente povoado, uma sociedade permeada por divisões étnicas, com um passado marcado por fraco poder central e ameaças políticas e militares por parte de vizinhos mais poderosos.

O Reino de Lan Xang, fundado em 1354 e composto por territórios hoje pertencentes a Myanmar e à Tailândia, foi o precursor do atual estado laosiano e é componente central de sua identidade nacional. Entre 1707 e 1713, Lan Xang, após disputa dinástica interna, foi desmembrado em três reinos (Luang Prabang, Vientiane e Champasak) e, em 1893, o território que hoje compõe o Laos tornou-se protetorado francês ao integrar a Indochina francesa em 1898.

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, mediante acordo entre a França de Vichy e Tóquio, o Japão utilizou a região como base de operações contra as potências aliadas. Nos últimos anos da guerra, o governo japonês fomentou a formação de movimento nacionalista laosiano, então não comunista, intitulado *Lao Issara* (Laos Livre).

Em 1949, em convenção assinada com a França, o Laos tornou-se monarquia constitucional autônoma no âmbito da União Francesa. Só conquistou a independência plena em 1953. Tornou-se, a seguir, palco de uma guerra civil que opôs forças reais (apoiadas pelos EUA) e a insurreição comunista liderada pelo Pathet Lao, braço armado do Partido do Povo Laosiano, fundado em 1955 e rebatizado de Partido Popular Revolucionário do Laos (PPRL) − seu nome atual −, em 1972.

O Laos foi, então, envolvido na Guerra do Vietnã, tendo sido intensamente bombardeado pelos Estados Unidos, que tinham como propósito interromper a "trilha Ho Chi Minh", ligação logística – via Laos e Camboja - entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul.

Em 1975, após breve período de governo de união nacional e no contexto da vitória da insurreição comunista nos vizinhos Camboja e Vietnã, foi derrubada a monarquia e instalou-se regime ligado à URSS e ao Vietnã.

O PPRL, ao tomar o poder em 1975, consolidou sua posição ao promover a estatização da economia e campanha de supressão da oposição, embora com menor intensidade que a promovida nas ex-colônias francesas vizinhas. Estima-se que, nos primeiros cinco anos de regime, deixam o país 10% da população, na maioria quadros de formação superior e integrantes de minorias étnicas. A emigração foi intensificada pela escassez de alimentos, resultante de política de coletivização da agricultura que perduraria até 1979.

A adoção, em 1986, do “Novo Mecanismo Econômico”, pautou a transição da economia planificada para economia de mercado. Com a Carta Magna de 1991, o regime político consolidou-se por meio da busca de modernização econômica e social, com monopólio político do PPRL.

O Poder Legislativo do Laos é unicameral. O chefe de estado é o presidente, eleito pela Assembleia Nacional com ao menos dois terços de votos. É de cinco anos a duração de seu mandato e o dos membros da Assembleia Nacional. O chefe de governo é o primeiro-ministro, designado pelo presidente, com aprovação da Assembleia Nacional. A Corte Suprema Popular é o maior órgão judicial do Estado.

O país é dividido em províncias, municipalidades, distritos e vilas, que

contam com razoável autonomia.

O cenário político no Laos foi marcado, nos últimos anos, pela busca de renovação moderada. Em 2016 novo primeiro-ministro (Thongloun Sisoulith, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros) é indicado e mudanças ocorrem na cúpula do PPRL, no quadro de seu Congresso Quinquenal, com destaque para a nomeação de novo secretário-geral (Bounnhang Vorachit, que ocupara por 10 anos o segundo cargo mais importante do *Politburo*). As mudanças foram acompanhadas da nomeação de políticos de uma nova geração.

A necessidade de modernização está também ligada à preservação e ao reforço da liderança partidária junto ao público interno, em quadro de relativo progresso que experimenta o país. Medidas como o anúncio do objetivo de promover a graduação do país de nação de menor desenvolvimento relativo (PMDR) a país de renda média baixa buscam estimular mudanças na inserção internacional do Laos, diante do aumento da importância da Ásia, em geral, e do Sudeste Asiático, em particular. Sem saída para o mar e com significativos índices de pobreza, o país apresenta-se hoje como uma espécie de "corredor logístico" na região, sobretudo tendo-se em conta a crescente presença de investimentos chineses. Outro marco dessa nova abertura econômica foi o ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2013.

O combate à corrupção constitui *leitmotiv* da gestão do primeiro-ministro Thongloun Sisoulith, que também prioriza a repressão à atividade madeireira irregular. De acordo com estudos da WWF, baseados na comparação entre os dados aduaneiros do Laos e de seus mercados importadores, quase 90% da madeira exportada pelo país nos últimos anos teria sido extraída de forma ilegal. Empresas envolvidas no tráfico de madeiras têm sido penalizadas e, por vezes, forçadas a suspender suas atividades. A política anticorrupção é acompanhada, igualmente, por um fortalecimento do controle do governo nacional sobre as unidades administrativas locais.

Paralelamente, está em curso a emergência de uma nova geração política e burocrática. Mesmo no uso das línguas, nota-se o paulatino abandono, pela burocracia, da fluência em francês e em russo, marcando a transição geracional e o enfraquecimento dos laços com a ex-metrópole colonial e o antigo patrono soviético. Por tradição, mais do que por norma oficial, os órgãos públicos ainda ostentam seus nomes em laosiano e em francês. Ademais, grande parte das autoridades do país estudou em universidades russas. Porém, é crescente o número de laosianos que aprendem inglês, língua de trabalho da Associação de Nações do Sudeste Asiático

(ASEAN) e cujo conhecimento é indispensável para postos de trabalho na crescente indústria do turismo.

Apesar do crescente liberalismo econômico, o PPRL permanece a única agremiação legal do país. O Vientiane Times, único jornal em língua inglesa, também expressa a postura do governo.

POLÍTICA EXTERNA

O Laos esforça-se por superar o isolamento que o caracteriza nos planos geográfico e econômico. Embora continue ainda muito dependente da cooperação externa, a abertura econômica e a normalização das relações com países ocidentais, ambas iniciadas na década de 1990, após a dissolução da URSS, têm permitido maior projeção externa, sobretudo por meio do interesse gerado pelo crescimento econômico significativo nos últimos anos.

A China conquistou relevo na política externa laosiana, e sua participação como país de origem dos investimentos no Laos cresce consistentemente. O Laos é importante destinatário de projetos da Iniciativa do Cinturão e da Rota (*Belt and Road Initiative* - BRI), cujos projetos o país busca aproveitar para promover seu comércio internacional e a integração econômica com os vizinhos regionais.

Ressalte-se, nesse contexto, a construção de ferrovia de alta velocidade entre a província chinesa de Yunnan e a capital Vientiane. Em etapa posterior, a ferrovia poderia ser integrada à rede ferroviária da Tailândia. Embora a maior parte do custo do projeto multibilionário seja arcado por capital privado e chinês, observadores internacionais alertam para o risco de crescente endividamento do país em relação à China. Segundo estimativas do Banco Mundial, a dívida pública laosiana alcançou 68% do PIB, com metade dos empréstimos de origem chinesa.

Há, ainda, diversos projetos com participação de empresas chinesas para exploração do expressivo potencial hidrelétrico do país. Companhias chinesas investem em seis projetos de represas no baixo Mekong, inclusive em Don Sahong e Pak Beng, apesar de algumas críticas nas nações a jusante. Teme-se que os projetos possam causar impactos ambientais negativos e prejudicar as condições de vida das populações das regiões inundadas.

O controle do rio Mekong, que irriga região populosa e dependente de agricultura, tem profundas implicações geopolíticas para as nações do Sudeste Asiático. Em 2015, a China lançou o Mecanismo de Cooperação do Lancang-

Mekong, que promove o financiamento de projetos de cooperação e de combate à pobreza.

É razoável esperar que o Laos continue favorecendo as parcerias chinesas, tanto por afinidades ideológicas com Pequim, como pelo acesso a maior fonte de recursos para projetos de infraestrutura. A China, que vê o Sudeste Asiático como área economicamente promissora, de potencial parceria para a BRI, está ciente da importância estratégica da região para seus interesses.

O Vietnã é forte aliado político do Laos. Essas relações estreitas são atribuídas a fatores como: (i) apoio político e militar vietnamita ao Pathet Lao; (ii) percurso político semelhante, que caracteriza a história recente dos dois países; e (iii) relações pessoais historicamente estabelecidas entre um dos líderes da revolução laosiana, Kaysone Phomvihane (falecido em 1992), e lideranças vietnamitas. Os dois governos, com identidade de posições em muitas áreas, mantêm estreita cooperação. Ambos os países regularizaram suas fronteiras com grande esforço entre 1977 e 2007, eliminando, assim, importante fator de discórdia em seu relacionamento.

A Tailândia, por sua vez, é o principal parceiro comercial do Laos, responsável por mais da metade do comércio exterior do país, e relevante fonte de investimentos. Exerce, ademais, expressiva influência cultural, para a qual muito contribuem as afinidades linguísticas e religiosas entre as duas populações.

As relações com os EUA foram historicamente dificultadas por discordâncias sobre questões de direitos humanos e pelo histórico de conflito entre os dois países. Entre 1964 e 1973, os EUA promoveram 580 mil bombardeios no país, para romper canal de fornecimento de suprimentos às forças do Vietnã do Norte. Em termos per capita, estima-se que o Laos tenha sido o lugar mais bombardeado do mundo e que 30% dos artefatos ainda não tenham detonado.

As relações bilaterais contaram, na última década, com momentos de maior aproximação. Em setembro de 2016, o então presidente dos EUA, Barack Obama, visitou o Laos, quando reconheceu, pela primeira vez, o papel dos bombardeios ocorridos em território laosiano durante a Guerra do Vietnã e anunciou projetos de financiamento de remoção de explosivos e programas de apoio a vítimas. Não obstante, é modesta a intensidade do comércio e dos investimentos norte-americanos no país.

O Laos tornou-se membro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1997, juntamente com Myanmar. Por seu menor desenvolvimento relativo, desfruta de tratamento diferenciado, como, por exemplo, prazos mais elásticos de desgravação de seu comércio. Em 2016, ocupou, com reconhecido

sucesso, a presidência rotativa da Associação. Na ocasião, procurou afirmar-se como potencial plataforma logística entre a China e o Sudeste Asiático e como fornecedor de energia para a região.

A respeito da reforma do Conselho de Segurança da ONU, o Laos defende a ampliação de membros permanentes e não-permanentes e apoia os pleitos de Alemanha, Índia e Japão. Mostrou simpatia pelo pleito brasileiro, sem declaração formal de apoio.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desde meados da década de 1980, o governo laosiano promove lenta liberalização da economia e retomada de relações comerciais com países ocidentais, em movimento semelhante ao realizado por países como a China e o Vietnã.

Segunda menor economia da ASEAN, à frente apenas do Brunei Darussalam, o Laos é classificado como País de Menor Desenvolvimento Relativo, com rede rudimentar de transportes e de comunicações. A economia baseia-se predominantemente na agricultura de subsistência, que emprega 80% da população, embora seja clara a tendência de expansão das atividades industriais intensivas em mão de obra. As principais culturas são arroz, algodão, vegetais e frutas. Cresce, ademais, a importância da mineração (cobre, ouro e prata) e do turismo.

O país manteve crescimento econômico expressivo na última década, de, em média, 7,4% ao ano, mas em 2018 e 2019 o ritmo diminuiu e a economia laosiana terá dificuldades para recuperar seu dinamismo em cenário de recessão mundial, como o que se projeta devido à pandemia de COVID-19. Na base do crescimento, estão os recursos naturais do país (hidroeletricidade, minérios e florestas), bem como investimentos em infraestrutura com capital externo. Os principais parceiros comerciais são a Tailândia, a China e o Vietnã, que absorvem quase 85% de suas exportações e fornecem mais de 90% das importações do país.

A adesão à OMC, em fevereiro de 2013, tornou o país mais atraente para o investimento estrangeiro direto (IED). Em 2016, a China ultrapassou a Tailândia como o maior investidor estrangeiro, mas o país também conta com expressivos investimentos de empresas vietnamitas, australianas, japonesas e francesas. A integração do Laos com seu entorno regional, especialmente no âmbito da mencionada estratégia chinesa *Belt and Road*, tem promovido melhores condições de ambientes de negócios. O país enfrenta, porém, o desafio do alto déficit público e de

endividamento externo, que reduzem as reservas de capitais e diminuem a capacidade fiscal do Estado.

A exploração do potencial hidrelétrico do Laos tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico. Cerca de 85% da energia produzida é exportada para países vizinhos (Tailândia, Camboja e Vietnã), o que representa 30% das exportações totais do país. Com aproximadamente metade do potencial aproveitável do rio Mekong, 53 hidrelétricas ativas e mais 47 em construção, o Laos busca desempenhar papel logístico estratégico no coração da área CVLM, sigla que reúne o Camboja, o Vietnã, o Laos e Myanmar, países com desenvolvimento mais acelerado da ASEAN e com potencial para sustentar, no futuro, este nível acelerado de crescimento. Autoridades laosianas externam reiteradamente a ambição de tornar o país, por meio de rede de usinas hidrelétricas, a "bateria da ASEAN".

Em 24 de julho de 2018, o rompimento de barragem da hidrelétrica Xe-Pian Xe-Namnoy, ainda em construção, no sul do país, resultou no deslocamento de 5 bilhões de metros cúbicos de água e desalojamento de mais de 6 mil pessoas. O acidente motivou renovadas críticas sobre os impactos ambientais e humanos decorrentes dos planos hidrelétricos do governo laosiano. Como consequência, Vientiane adotou medidas de reavaliação dos padrões de construção das usinas e suspendeu a aprovação de novos projetos hidrelétricos.

Com base no Plano Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico Quinquenal (2016-2020), agora em sua oitava edição, o governo laosiano esperava superar, até 2020, a atual condição de País de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR) e atingir a classificação de País de Renda Média (PRM). Em junho de 2018, contudo, anunciou que não deverá ser possível cumprir a meta na data prevista. Segundo analistas, o país deverá alcançar status de renda média em 2024, caso consiga manter suas atuais taxas de crescimento. Ressalte-se, contudo, que a mudança desse *status* deverá implicar a diminuição de recursos recebidos pelo país sob forma de assistência oficial ao desenvolvimento, os quais representam cerca de 8,5% do PIB do Laos e financiam mais de 50% de seu orçamento anual.

No campo do auxílio oficial ao desenvolvimento (ODA), o Japão permanece como a mais importante fonte doadora, seguido de países europeus e norte-americanos. Os EUA, em particular, como mencionado, ocupam-se de grande parte do financiamento da desminagem do território laosiano.

Em 2019, a corrente de comércio entre o Brasil e o Laos foi de US$ 3,2 milhões, montante 30% inferior ao auferido em 2018. Dos pouco mais de US$ 1,6 milhão exportados pelo Brasil, as vendas de tabaco ultrapassaram 95%. As

importações provenientes do Laos, por seu turno, somaram quase US$ 1,6 milhão, majoritariamente correspondentes a máquinas elétricas. O governo brasileiro deseja obter as certificações necessárias para abertura de mercado local para bovinos vivos e material genético bovino. Registram-se, também, contatos de importadores de carne do Laos interessados no produto brasileiro.

Entre janeiro e julho de 2020, a corrente de comércio bilateral registrou US$ 1,59 milhão – crescimento de 23,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações brasileiras somaram quase US$ 0,9 milhão (aumento de 80%, comparadas aos sete primeiros meses de 2019), fortemente concentradas na venda de produtos hortícolas (73%) e tabaco (15%). Por seu turno, as importações foram de US$ 0,69 milhão (queda de 12,5%), compostas majoritariamente por equipamentos de telecomunicações (84%), além de máquinas e aparelhos elétricos (6,7%).

No que concerne a investimentos bilaterais, há interesse, do lado laosiano, em atrair capitais brasileiros para produção agrícola, cujo potencial permanece inexplorado. O país conta com diversidade climática favorável a culturas variadas e tem a China como principal mercado para exportação. Verifica-se, ainda, possibilidade de investimentos nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE), em sua maioria nas fronteiras com a Tailândia, a China e Myanmar, para onde se busca atrair investidores estrangeiros mediante facilitação de acesso a serviços de infraestrutura e simplificação burocrática. Destaca-se também o setor de turismo. O governo laosiano tem buscado estimular o mercado turístico no país e divulgar suas atrações históricas e naturais.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1893	Início do protetorado francês
1945	Ocupação japonesa
1946	Retomada pelos franceses
1950	O Laos ganha autonomia relativa como Estado associado da União Francesa
1954	Independência e formação de uma monarquia constitucional. Início de conflito armado entre monarquistas e comunistas (Pathet Lao)
1960	Entre 1964 e 1973, bombardeios pelos EUA para interromper rotas de suprimento norte-vietnamitas
1973	Acordo de cessar-fogo de Vientiane divide o país entre monarquistas e comunistas
1975	Abdicação do rei e proclamação da República Popular Democrática do Laos Adoção do regime de partido único (Partido Revolucionário do Povo) Lançamento da "transformação socialista" da economia
1979	Escassez de alimentos e movimento de refugiados em direção à Tailândia
1986	Introdução de reformas econômicas de mercado
1989	Primeiras eleições, com manutenção do partido único
1991	Assinatura de acordo de segurança e cooperação com a Tailândia Adoção de nova Constituição
1994	Inauguração da "Ponte da Amizade", sobre o rio Mekong, entre o Laos e a Tailândia
1995	Levantamento do embargo norte-americano, após 20 anos
1997	Adesão à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) Forte desvalorização cambial provocada pela crise asiática
2000	Atentados a bomba na capital, atribuídos à etnia Hmong
2001	Acordo com o FMI prevê empréstimo de US$ 40 milhões
2003	Exilados nos EUA anunciam Movimento "Cidadãos do Laos pela Democracia"
2004	Na Presidência da ASEAN, país sedia encontro de cúpula
2005	Lançamento da pedra fundamental da barragem Nam Theun 2
2006	Choummaly Sayasone torna-se presidente Thongloun Sisoulith torna-se ministro dos Negócios Estrangeiros Rendição de 400 guerrilheiros da etnia Hmong
2009	Conclusão da construção de Nam Theun 2. Repatriação forçada de membros da etnia Hmong exilados na Tailândia

2010	Renúncia do PM Bouasone Bouphavanh, possivelmente por disputas intra-partidárias
2011	Abertura da primeira bolsa de valores
2011	Presidente Choummaly Sayasone é reeleito pelo Parlamento.
2012	Hillary Clinton torna-se a primeira secretária de Estado dos EUA a visitar o Laos em 57 anos
2012	O Laos aprova a construção de grande barragem na Bacia do Mekong, apesar dos receios dos vizinhos Camboja e Vietnã
2013	Ingresso do Laos na OMC
2015	Laos lança seu primeiro satélite de telecomunicações (LaoSat-1)
2016	Visita do secretário de Estado norte-americano John Kerry ao Laos
2016	Eleição do presidente Bounnhang Vorachith Eleição do primeiro-ministro Thongloun Sisoulith
2016	Barack Obama é o primeiro presidente dos EUA a visitar o Laos
2017	Início da construção no Laos de trechos da linha de trem de alta velocidade Bangkok-Kunming, no âmbito da iniciativa *Belt and Road*
2018	Rompimento de barragem da hidrelétrica Xe-Pian Xe-Nanmoy, em construção no sul do país.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1995	Estabelecimento de relações diplomáticas
1996	Criação da Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com Bangkok
1998	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros laosiano, Somsavat Lengsavad, incluindo Itaipu e a sede da Eletrobrás
2005	Visita a Vientiane do embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, Enviado Especial do PR, para discutir questões do CSNU
2007	Encontro entre o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, e o ministro Celso Amorim, à margem da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília
2008	Participação do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Bonkeut Sangsomsak, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília
2008	Visita do SGAP-II, embaixador Roberto Jaguaribe, a Vientiane para consultas de alto nível e encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, Phongsavath Boupha
2010	Encontro entre o SGAP-II e o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Thongloun Sisoulith, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL
2011	Encontro da SGAP-II com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Bounkeut Samsongsak, em Buenos Aires, à margem da V Reunião Ministerial do FOCALAL
2012	Visita da SGAP-II ao Laos, quando são assinados os primeiros instrumentos bilaterais (Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas)
2012	Vice-primeiro-ministro Somsavat Lengsavad visita o Brasil para participar da Rio+20
2015	Conclusão do projeto de apoio à irrigação em comunidades desfavorecidas da província de Bolikhamsay, nas proximidades de Vientiane, financiado pelo Fundo IBAS e executado pelo PNUD, em cooperação com autoridades locais.
2018	Missão técnica brasileira ao Laos, no âmbito do "Programa de Execução para a promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar"
2018	I Reunião de Consultas Políticas (Vientiane)
2019	Visita a Vientiane do secretário adjunto de Comércio e Relações

	Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para reunião com o vice-ministro da Agricultura e Florestas do Laos, Bounkhouang Khambounheuang

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Popular do Laos sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	05/03/2012	22/06/2012	22/06/2012
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Democrática Popular do Laos	05/03/2012	05/03/2012	21/05/2012

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

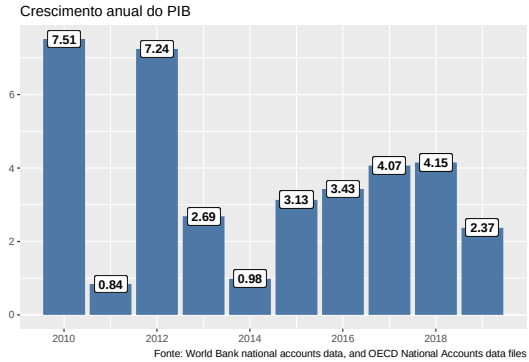
Vide arquivos anexos LaosComércioBilateral.pdf e LaosIndicadoresEconômicos.pdf

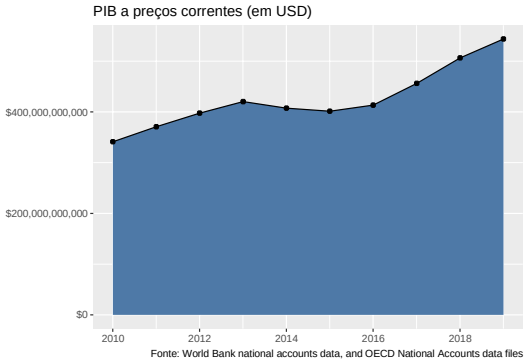
Tailândia, Indicadores Econômicos Internos

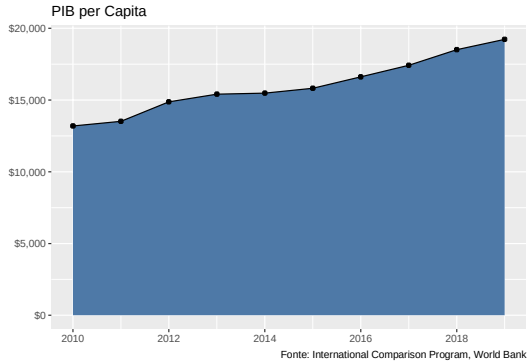
Divisão de Promoção da Indústria

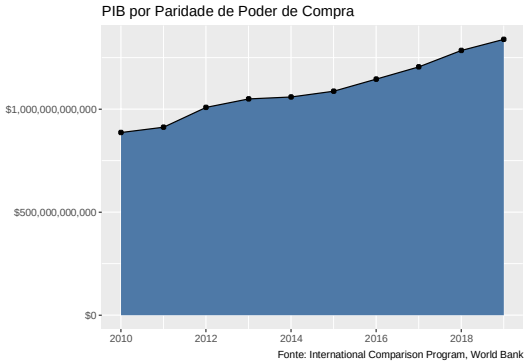
August 2020

Produto Interno Bruto

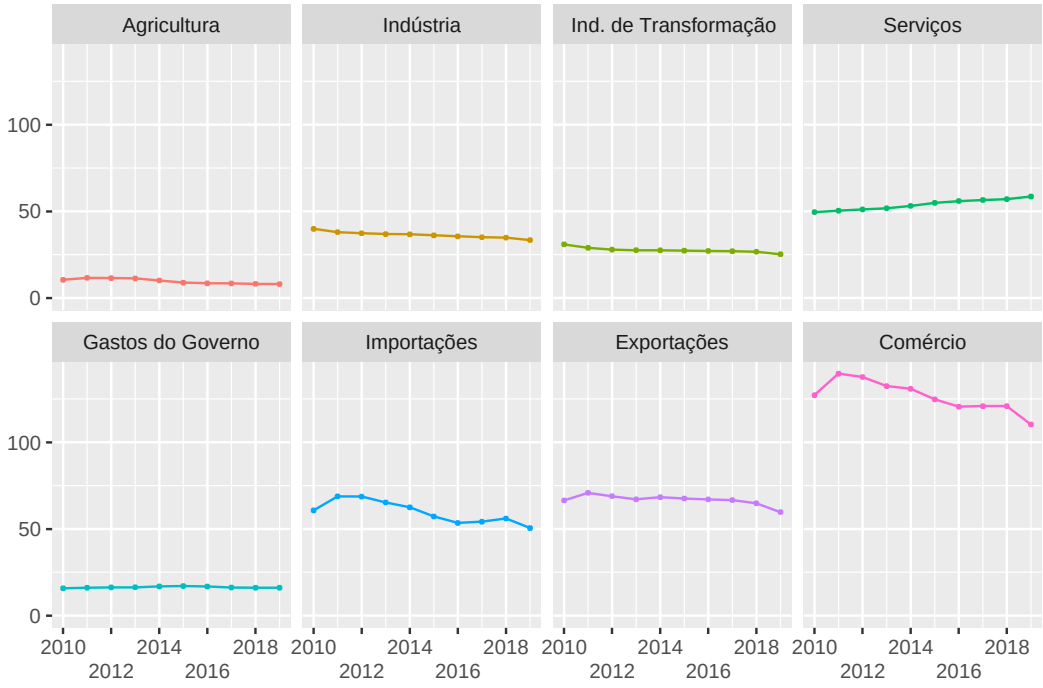






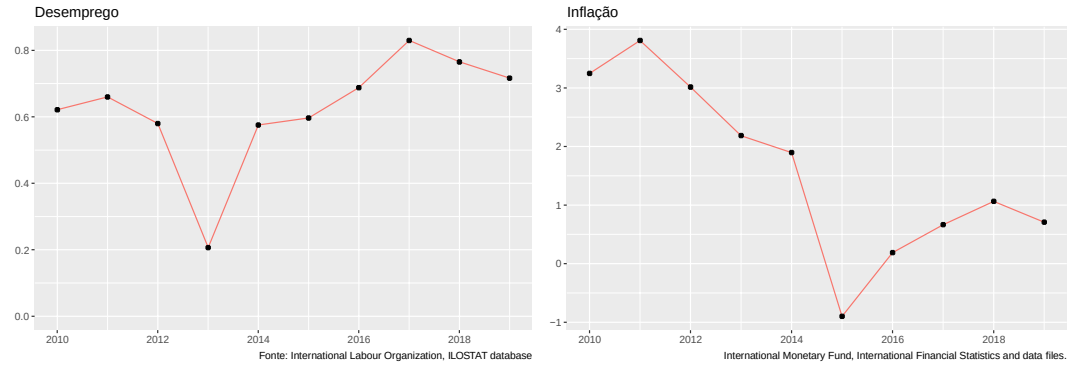


Estrutura da Economia em Proporção do PIB



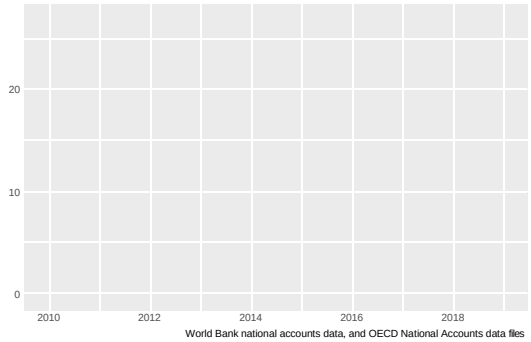
Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de Inflação e Desemprego



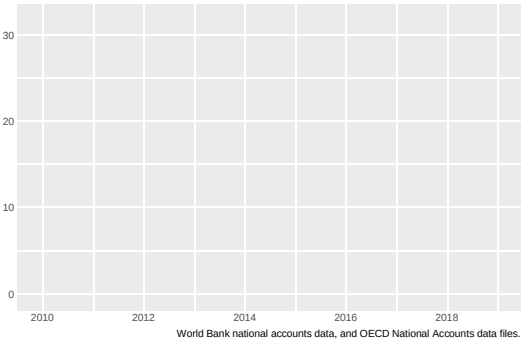
Indicadores de Investimento

Formação Bruta de Capital Fixo



World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

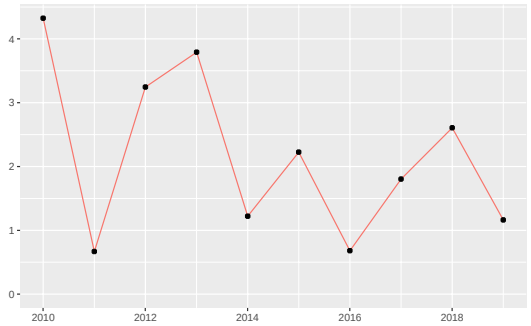
Poupança Interna



World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files.

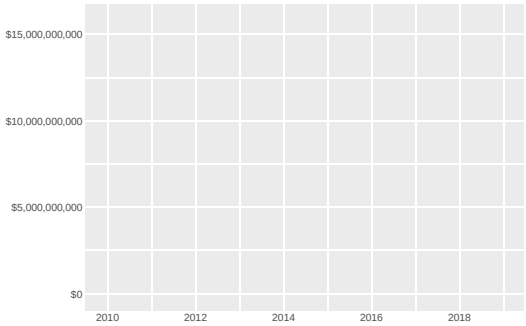
Fluxo de Investimentos

Entrada Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



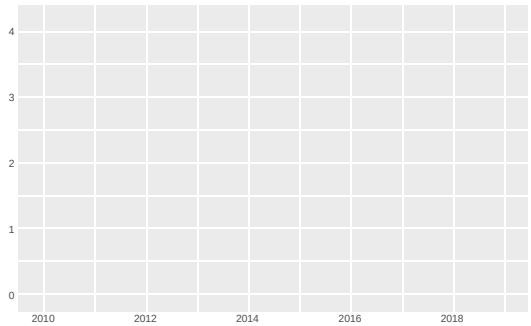
Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

Entrada Líquida de Investimento Direto (US$)



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

Saída Líquida de Investimento Direto (% do PIB)

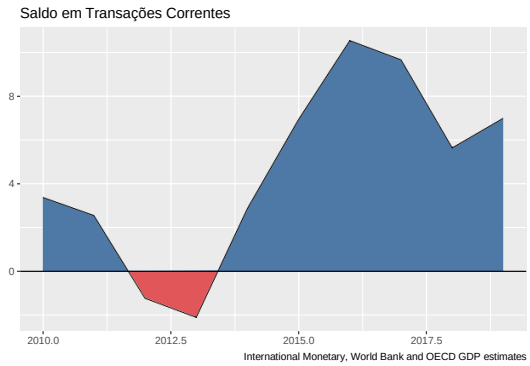


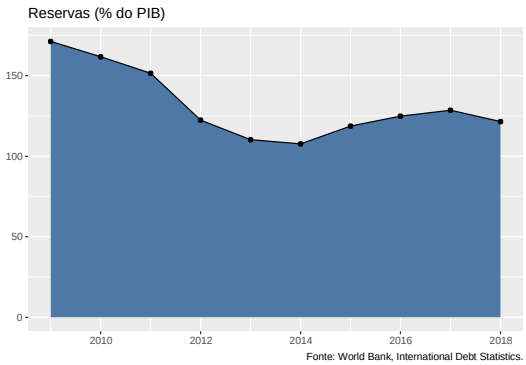
Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

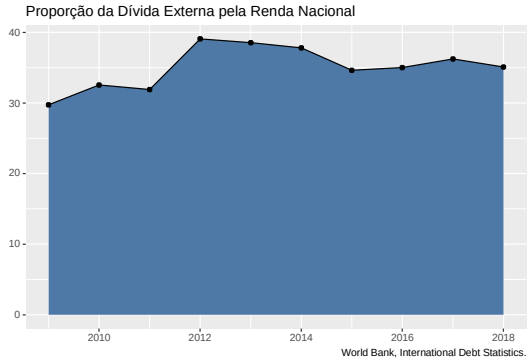
Saída Líquida de Investimento Direto (US$)

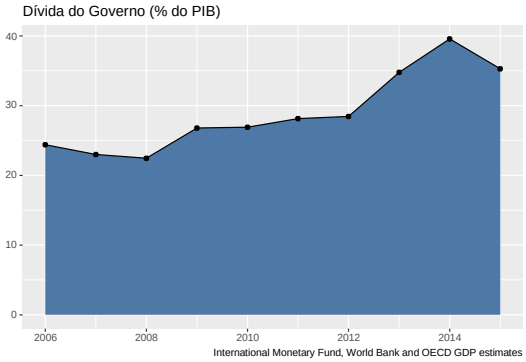
Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

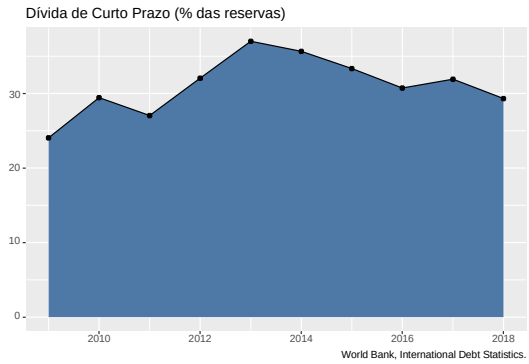
Indicadores de Solvência Externa

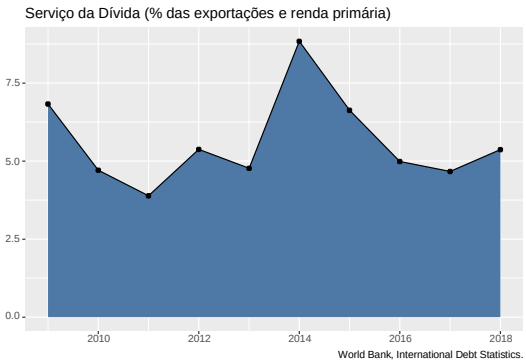












Definições dos Indicadores

Crescimento Anual do PIB: Annual percentage growth rate of GDP at market prices based on constant local currency. Aggregates are based on constant 2010 U.S. dollars. GDP is the sum of gross value added by all resident producers in the economy plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or for depletion and degradation of natural resources.

PIB a Preços Correntes: GDP at purchaser's prices is the sum of gross value added by all resident

producers in the economy plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. Dollar figures for GDP are converted from domestic currencies using single year official exchange rates.

PIB per Capita: This indicator provides per capita values for gross domestic product (GDP) expressed in current international dollars converted by purchasing power parity (PPP) conversion factor. GDP is the sum of gross value added by all resident producers in the country plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. conversion factor is a spatial price deflator and currency converter that controls for price level differences between countries. Total population is a mid-year population based on the de facto definition of population, which counts all residents regardless of legal status or citizenship.

PIB Paridade Poder de Compra: This indicator provides values for gross domestic product (GDP) expressed in current international dollars, converted by purchasing power parity (PPP) conversion factor. GDP is the sum of gross value added by all resident producers in the country plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. PPP conversion factor is a spatial price deflator and currency converter that eliminates the effects of the differences in price levels between countries.

Agricultura: Agriculture corresponds to ISIC divisions 1-5 and includes forestry, hunting, and fishing, as well as cultivation of crops and livestock production. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3 or 4.

Indústria:Industry corresponds to ISIC divisions 10-45 and includes manufacturing (ISIC divisions 15-37). It comprises value added in mining, manufacturing (also reported as a separate subgroup), construction, electricity, water, and gas. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3 or 4.

Indústria da Transformação: Manufacturing refers to industries belonging to ISIC divisions 15-37. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3. Note: For VAB countries, gross value added at factor cost is used as the denominator.

Serviços: Services correspond to ISIC divisions 50-99 and they include value added in wholesale and retail trade (including hotels and restaurants), transport, and government, financial, professional, and personal services such as education, health care, and real estate services. Also included are imputed bank service charges, import duties, and any statistical discrepancies noted by national compilers as well as discrepancies arising from rescaling. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The industrial origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3 or 4.

Gastos do Governo: General government final consumption expenditure (formerly general government consumption) includes all government current expenditures for purchases of goods and services (including compensation of employees). It also includes most expenditures on national defense and security, but excludes government military expenditures that are part of government capital formation.

Importações: Imports of goods and services represent the value of all goods and other market services received from the rest of the world. They include the value of merchandise, freight, insurance, transport, travel, royalties, license fees, and other services, such as communication, construction, financial, information, business, personal, and government services. They exclude compensation of employees and investment income (formerly called factor services) and transfer payments.

Exportações: Exports of goods and services represent the value of all goods and other market services provided to the rest of the world. They include the value of merchandise, freight, insurance, transport,

travel, royalties, license fees, and other services, such as communication, construction, financial, information, business, personal, and government services. They exclude compensation of employees and investment income (formerly called factor services) and transfer payments.

Comércio: Trade is the sum of exports and imports of goods and services measured as a share of gross domestic product.

Inflação: Inflation as measured by the consumer price index reflects the annual percentage change in the cost to the average consumer of acquiring a basket of goods and services that may be fixed or changed at specified intervals, such as yearly. The Laspeyres formula is generally used.

Desemprego: Unemployment refers to the share of the labor force that is without work but available for and seeking employment. Definitions of labor force and unemployment differ by country

Formação Bruta de Capital Fixo: Gross fixed capital formation (formerly gross domestic fixed investment) includes land improvements (fences, ditches, drains, and so on); plant, machinery, and equipment purchases; and the construction of roads, railways, and the like, including schools, offices, hospitals, private residential dwellings, and commercial and industrial buildings. According to the 1993 SNA, net acquisitions of valuables are also considered capital formation.

Poupança Interna: Gross savings are calculated as gross national income less total consumption, plus net transfers.

Entrada de FDI:Foreign direct investment are the net inflows of investment to acquire a lasting management interest (10 percent or more of voting stock) in an enterprise operating in an economy other than that of the investor. It is the sum of equity capital, reinvestment of earnings, other long-term capital, and short-term capital as shown in the balance of payments. This series shows net inflows (new investment inflows less disinvestment) in the reporting economy from foreign investors, and is divided by GDP.

Saída de FDI: Foreign direct investment refers to direct investment equity flows in an economy. It is the sum of equity capital, reinvestment of earnings, and other capital. Direct investment is a category of cross-border investment associated with a resident in one economy having control or a significant degree of influence on the management of an enterprise that is resident in another economy. Ownership of 10 percent or more of the ordinary shares of voting stock is the criterion for determining the existence of a direct investment relationship. This series shows net outflows of investment from the reporting economy to the rest of the world, and is divided by GDP.

Saldo em Transações Correntes: Current account balance is the sum of net exports of goods and services, net primary income, and net secondary income.

Reservas (% do PIB): International reserves to total external debt stocks.

Proporção da Dívida Externa pela Renda Nacional: Total external debt stocks to gross national income. Total external debt is debt owed to nonresidents repayable in currency, goods, or services. Total external debt is the sum of public, publicly guaranteed, and private nonguaranteed long-term debt, use of IMF credit, and short-term debt. Short-term debt includes all debt having an original maturity of one year or less and interest in arrears on long-term debt. GNI (formerly GNP) is the sum of value added by all resident producers plus any product taxes (less subsidies) not included in the valuation of output plus net receipts of primary income (compensation of employees and property income) from abroad.

Dívida do Governo: Debt is the entire stock of direct government fixed-term contractual obligations to others outstanding on a particular date. It includes domestic and foreign liabilities such as currency and money deposits, securities other than shares, and loans. It is the gross amount of government liabilities reduced by the amount of equity and financial derivatives held by the government. Because debt is a stock rather than a flow, it is measured as of a given date, usually the last day of the fiscal year.

Dívida de Curto Prazo por Reservas: Short-term debt includes all debt having an original maturity of one year or less and interest in arrears on long-term debt. Total reserves includes gold.

Serviço da Dívida (% das exportações e renda primária): Total debt service to exports of goods, services and primary income. Total debt service is the sum of principal repayments and interest actually

paid in currency, goods, or services on long-term debt, interest paid on short-term debt, and repayments (repurchases and charges) to the IMF.

Tailândia-Brasil, Dados Comerciais

Divisão de Promoção da Indústria

August 2020

Contents

Corrente de Comércio 2
Tabela - Corrente de Comércio 2
Composição do Comércio em 2019 3
Corrente de Comércio entre Janeiro e Maio 4
Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano 5
Tabela - Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano 6
Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano 7
Tabela - Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano 8
Dez principais países parceiros comerciais do Brasil, por ano 9
Tabela - Dez principais países destino de exportações brasileiras, por ano 10
Tabela - Dez principais países origem de importações brasileiras, por ano 11

Corrente de Comércio

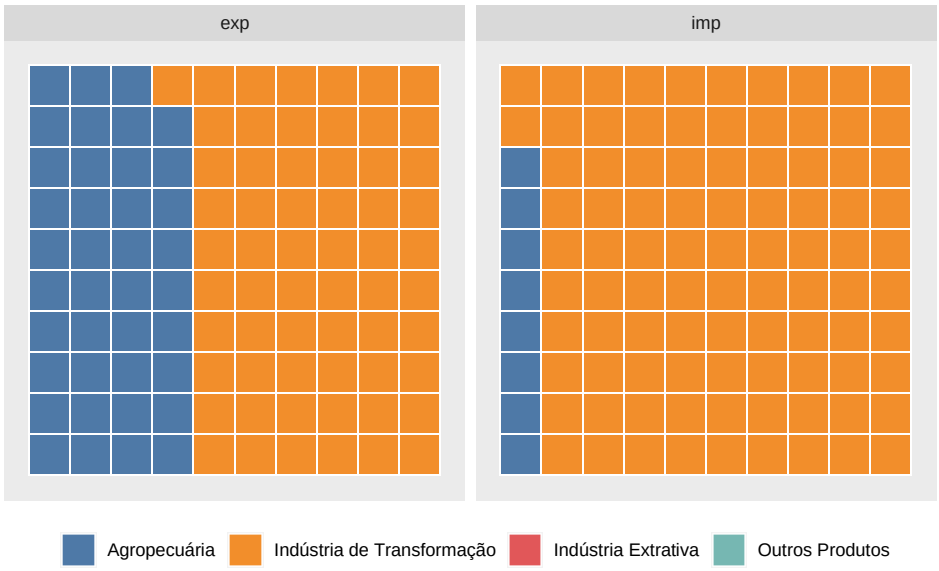
Tabela - Corrente de Comércio

	2010	2011	2012	2013	2014
Exportações	1.48B	1.82B	2.06B	1.65B	1.87B
Importações	1.84B	2.40B	2.50B	2.38B	2.21B
Saldo	-355.51M	-582.04M	-439.13M	-730.35M	-347.53M
Corrente	3.32B	4.22B	4.57B	4.04B	4.08B

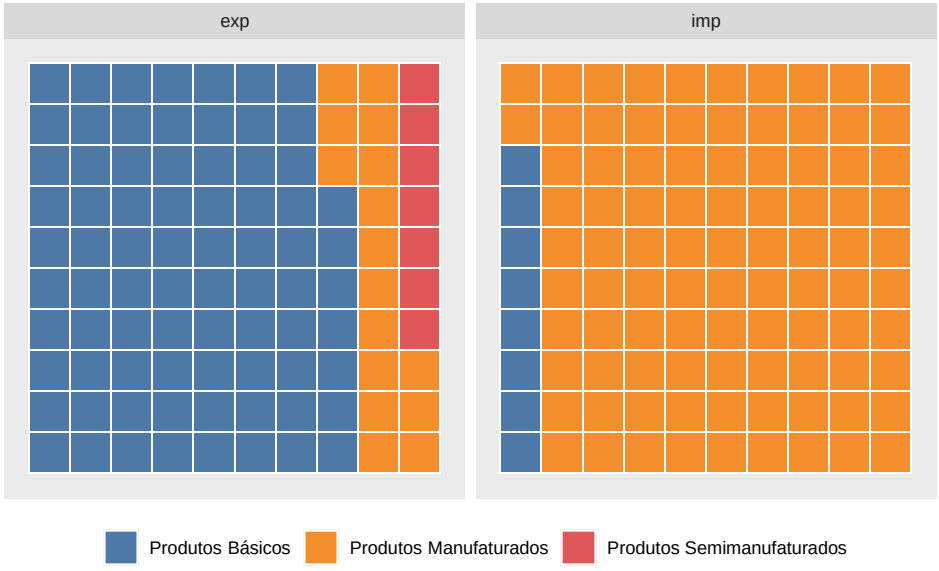
	2015	2016	2017	2018	2019
Exportações	1.75B	1.71B	1.79B	1.88B	1.67B
Importações	1.67B	1.34B	1.57B	1.65B	1.54B
Saldo	72.70M	370.54M	220.44M	233.75M	131.14M
Corrente	3.42B	3.06B	3.36B	3.53B	3.20B

Composição do Comércio em 2019

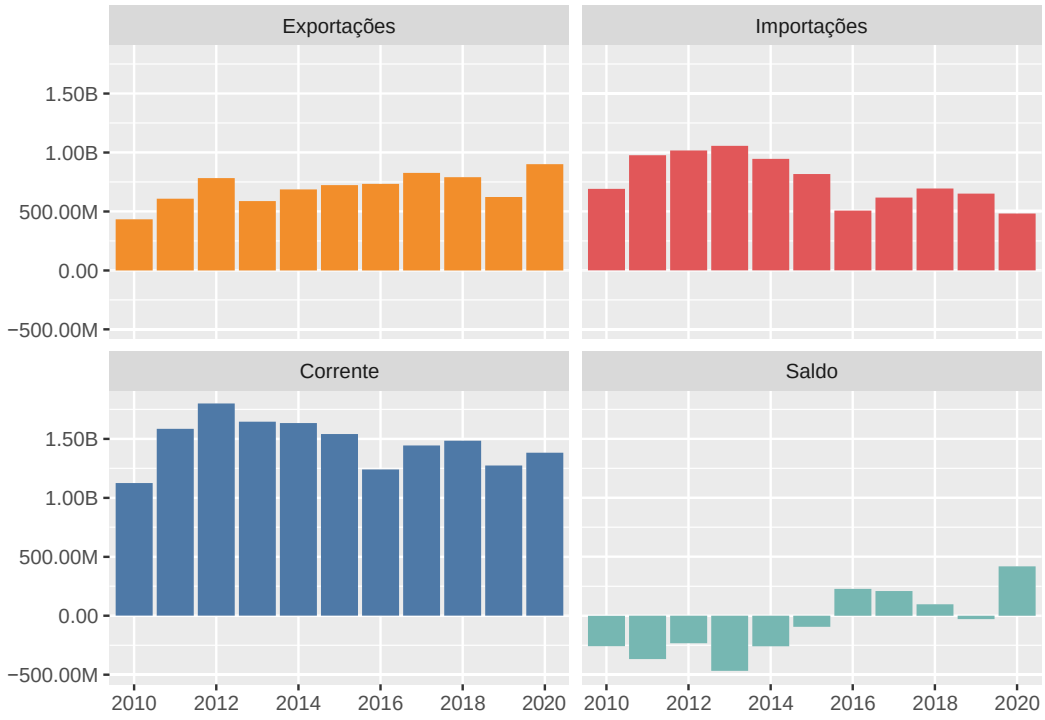
Composição do Comércio Bilateral por ISIC



Composição do Comércio Bilateral por Fator Agregado



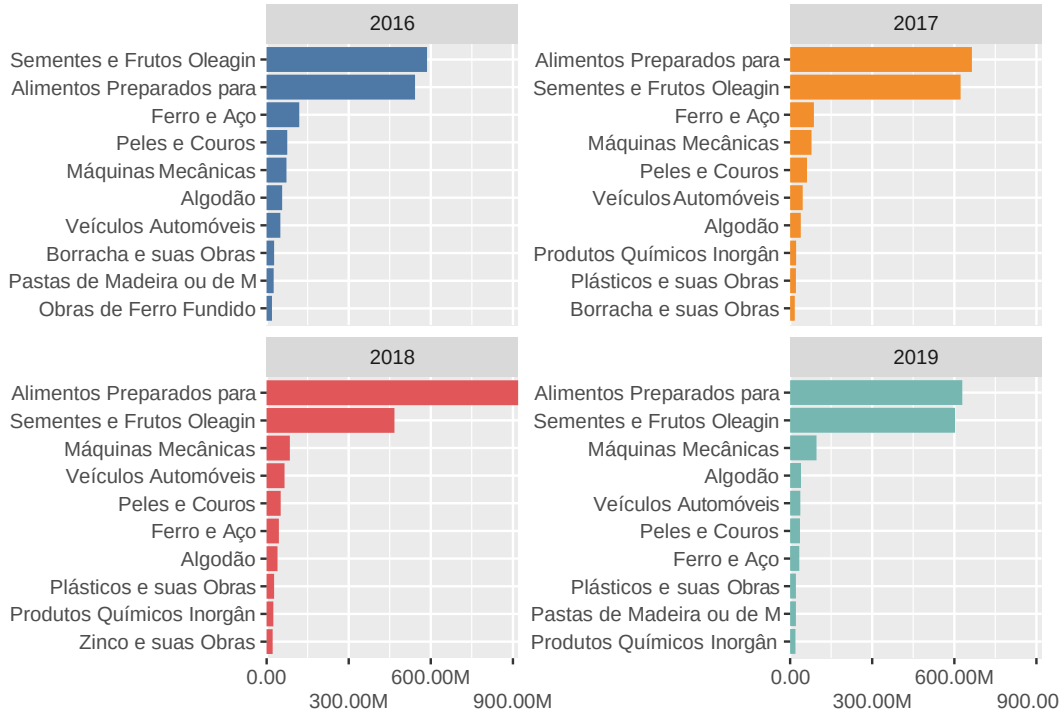
Corrente de Comércio entre Janeiro e Maio



	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações	608.45M	783.25M	588.57M	687.40M	723.13M
Importações	975.91M	1.02B	1.06B	945.78M	816.99M
Saldo	-367.46M	-233.26M	-467.60M	-258.39M	-93.86M
Corrente	1.58B	1.80B	1.64B	1.63B	1.54B

	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	733.89M	826.79M	790.61M	622.77M	900.72M
Importações	506.36M	616.94M	693.49M	651.03M	481.63M
Saldo	227.53M	209.84M	97.12M	-28.27M	419.09M
Corrente	1.24B	1.44B	1.48B	1.27B	1.38B

Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano



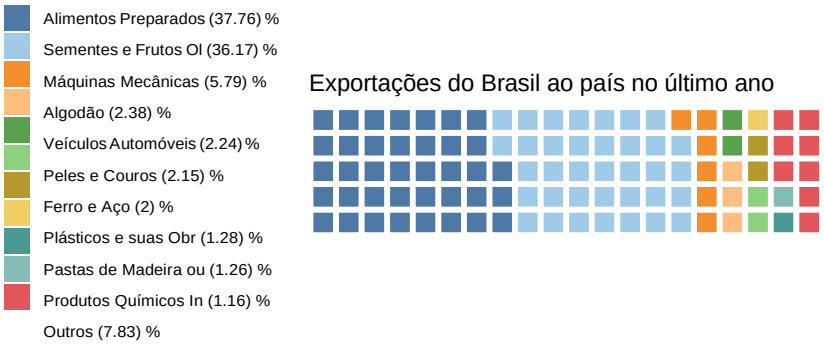


Tabela - Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano

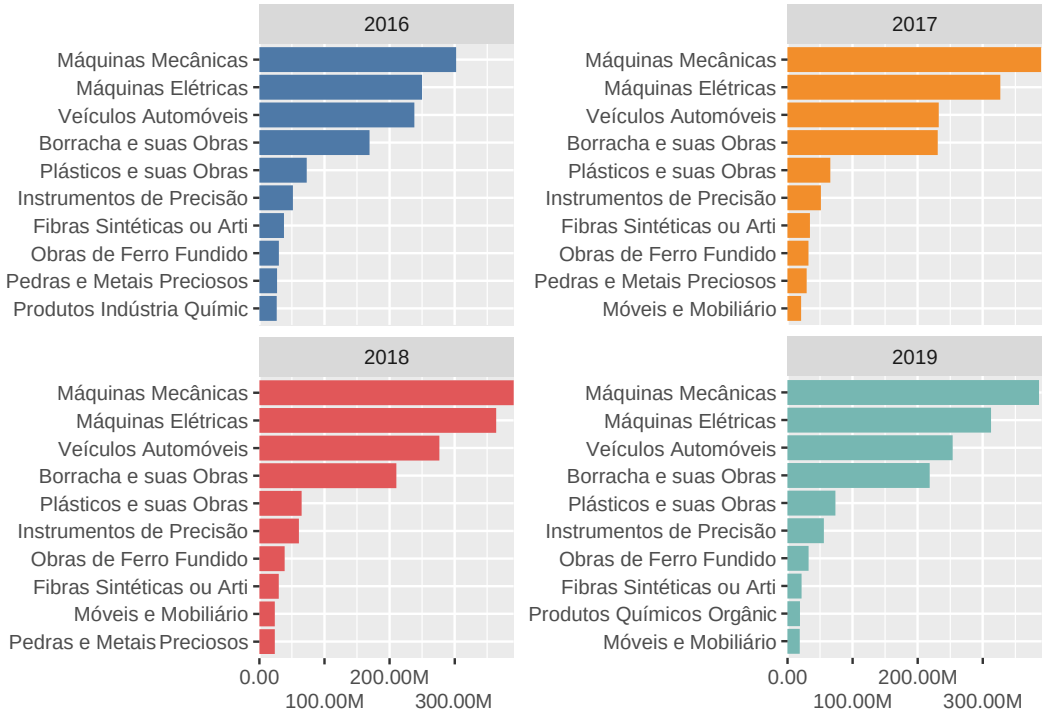
Posição	Produto	2019
1	Alimentos Preparados para Animais	629.25M
2	Sementes e Frutos Oleaginosos	602.78M
3	Máquinas Mecânicas	96.48M
4	Algodão	39.66M
5	Veículos Automóveis	37.34M
6	Peles e Couros	35.81M
7	Ferro e Aço	33.33M
8	Plásticos e suas Obras	21.27M
9	Pastas de Madeira ou de Matérias Fibrosas	20.96M
10	Produtos Químicos Inorgânicos	19.25M

Posição	Produto	2018
1	Alimentos Preparados para Animais	919.63M
2	Sementes e Frutos Oleaginosos	467.32M
3	Máquinas Mecânicas	85.42M
4	Veículos Automóveis	65.75M
5	Peles e Couros	51.71M
6	Ferro e Aço	45.05M
7	Algodão	40.05M
8	Plásticos e suas Obras	27.93M
9	Produtos Químicos Inorgânicos	24.96M
10	Zinco e suas Obras	22.23M

Posição	Produto	2017
1	Alimentos Preparados para Animais	664.11M
2	Sementes e Frutos Oleaginosos	622.87M
3	Ferro e Aço	86.89M
4	Máquinas Mecânicas	78.25M
5	Peles e Couros	61.80M
6	Veículos Automóveis	46.11M
7	Algodão	38.99M
8	Produtos Químicos Inorgânicos	21.84M
9	Plásticos e suas Obras	21.21M
10	Borracha e suas Obras	17.15M

Posição	Produto	2016
1	Sementes e Frutos Oleaginosos	586.81M
2	Alimentos Preparados para Animais	542.86M
3	Ferro e Aço	119.49M
4	Peles e Couros	75.97M
5	Máquinas Mecânicas	73.06M
6	Algodão	57.32M
7	Veículos Automóveis	50.65M
8	Borracha e suas Obras	27.66M
9	Pastas de Madeira ou de Matérias Fibrosas	26.29M
10	Obras de Ferro Fundido	19.82M

Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano



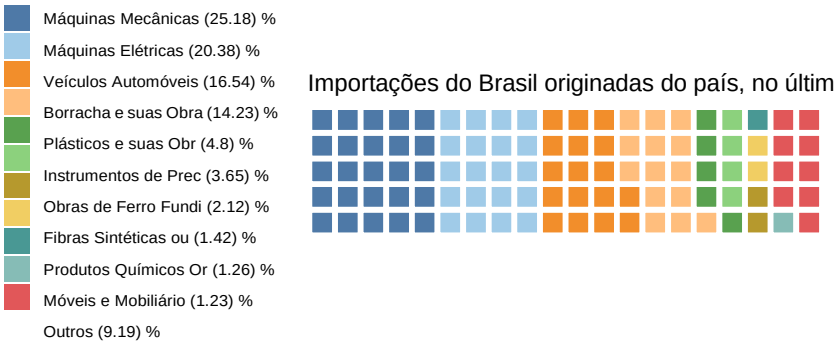


Tabela - Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano

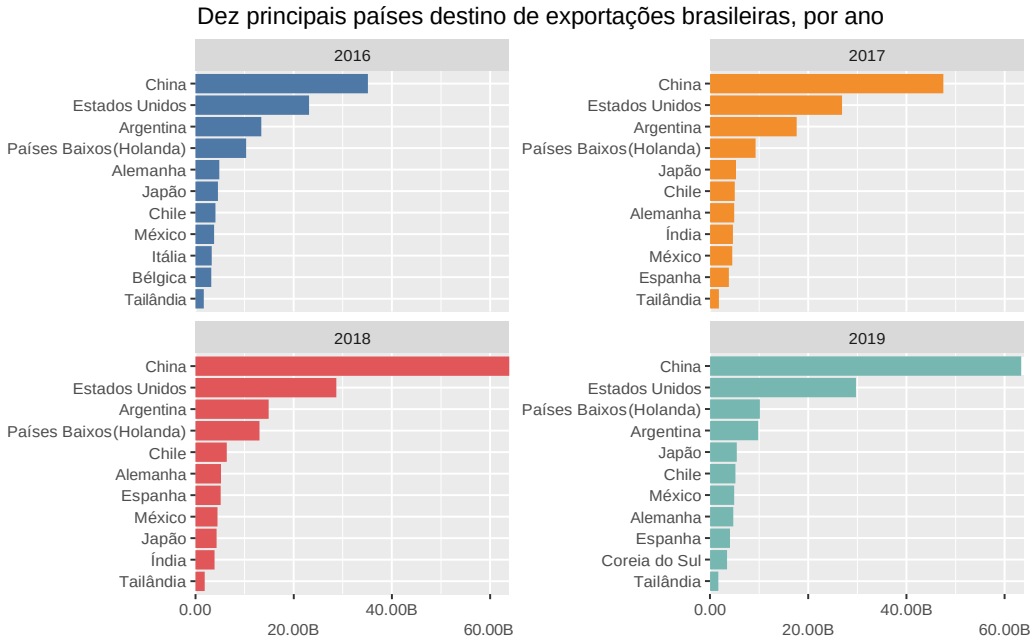
Posição	Produto	2019
1	Máquinas Mecânicas	386.61M
2	Máquinas Elétricas	312.90M
3	Veículos Automóveis	253.98M
4	Borracha e suas Obras	218.56M
5	Plásticos e suas Obras	73.72M
6	Instrumentos de Precisão	56.05M
7	Obras de Ferro Fundido	32.59M
8	Fibras Sintéticas ou Artificiais	21.76M
9	Produtos Químicos Orgânicos	19.29M
10	Móveis e Mobiliário	18.95M

Posição	Produto	2018
1	Máquinas Mecânicas	390.64M
2	Máquinas Elétricas	363.70M
3	Veículos Automóveis	276.45M
4	Borracha e suas Obras	210.38M
5	Plásticos e suas Obras	64.81M
6	Instrumentos de Precisão	60.65M
7	Obras de Ferro Fundido	38.77M
8	Fibras Sintéticas ou Artificiais	29.70M
9	Móveis e Mobiliário	23.56M
10	Pedras e Metais Preciosos	23.55M

Posição	Produto	2017
1	Máquinas Mecânicas	389.81M
2	Máquinas Elétricas	327.10M
3	Veículos Automóveis	232.45M
4	Borracha e suas Obras	230.87M
5	Plásticos e suas Obras	65.92M
6	Instrumentos de Precisão	51.49M
7	Fibras Sintéticas ou Artificiais	34.66M
8	Obras de Ferro Fundido	32.30M
9	Pedras e Metais Preciosos	29.56M
10	Móveis e Mobiliário	21.12M

Posição	Produto	2016
1	Máquinas Mecânicas	302.11M
2	Máquinas Elétricas	249.80M
3	Veículos Automóveis	238.02M
4	Borracha e suas Obras	169.14M
5	Plásticos e suas Obras	72.65M
6	Instrumentos de Precisão	51.50M
7	Fibras Sintéticas ou Artificiais	37.70M
8	Obras de Ferro Fundido	29.90M
9	Pedras e Metais Preciosos	27.06M
10	Produtos Indústria Química	26.53M

Dez principais países parceiros comerciais do Brasil, porano



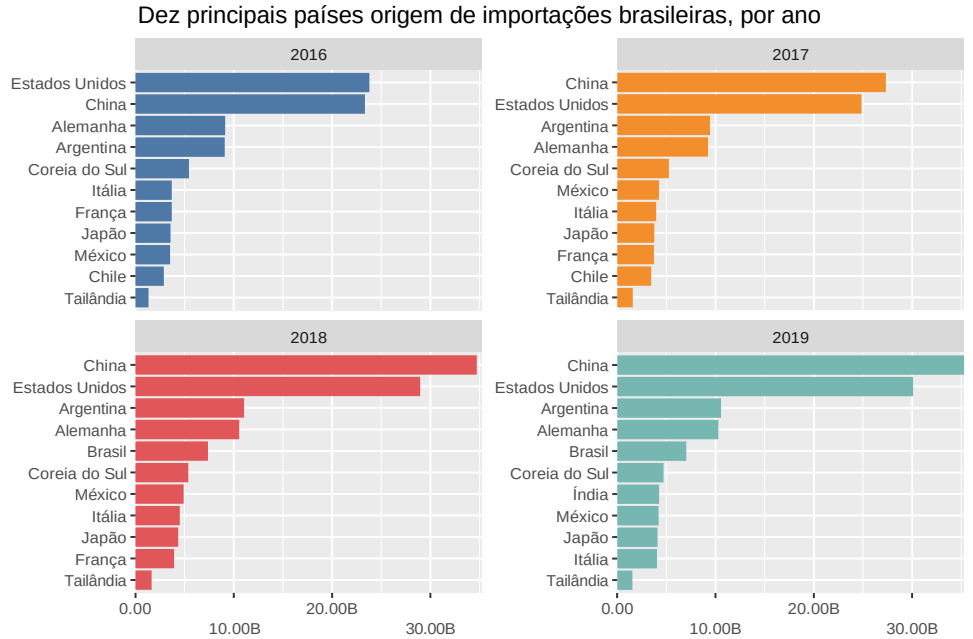


Tabela - Dez principais países destino de exportações brasileiras, por ano

Posição	País	2019
1	China	63.36B
2	Estados Unidos	29.72B
3	Países Baixos (Holanda)	10.13B
4	Argentina	9.79B
5	Japão	5.43B
6	Chile	5.16B
7	México	4.90B
8	Alemanha	4.73B
9	Espanha	4.04B
10	Coreia do Sul	3.45B
32	Tailândia	1.67B

Posição	País	2018
1	China	63.93B
2	Estados Unidos	28.70B
3	Argentina	14.91B
4	Países Baixos (Holanda)	13.06B
5	Chile	6.39B
6	Alemanha	5.21B
7	Espanha	5.13B
8	México	4.50B
9	Japão	4.32B
10	Índia	3.91B
31	Tailândia	1.88B

Posição	País	2017
1	China	47.49B
2	Estados Unidos	26.87B
3	Argentina	17.62B
4	Países Baixos (Holanda)	9.25B
5	Japão	5.26B
6	Chile	5.03B
7	Alemanha	4.91B
8	Índia	4.66B
9	México	4.51B
10	Espanha	3.81B
32	Tailândia	1.79B

Posição	País	2016
1	China	35.13B
2	Estados Unidos	23.16B
3	Argentina	13.42B
4	Países Baixos (Holanda)	10.32B
5	Alemanha	4.86B
6	Japão	4.60B
7	Chile	4.08B
8	México	3.81B
9	Itália	3.32B
10	Bélgica	3.23B
31	Tailândia	1.71B

Tabela - Dez principais países origem de importações brasileiras, por ano

Posição	País	2019
1	China	35.27B
2	Estados Unidos	30.09B
3	Argentina	10.55B
4	Alemanha	10.28B
5	Brasil	7.02B
6	Coreia do Sul	4.71B
7	Índia	4.26B
8	México	4.20B
9	Japão	4.09B
10	Itália	4.04B
25	Tailândia	1.54B

Posição	País	2018
1	China	34.73B
2	Estados Unidos	28.97B
3	Argentina	11.05B
4	Alemanha	10.56B
5	Brasil	7.38B
6	Coreia do Sul	5.38B
7	México	4.91B
8	Itália	4.51B
9	Japão	4.36B
10	França	3.94B
26	Tailândia	1.65B

Posição	País	2017
1	China	27.32B
2	Estados Unidos	24.85B
3	Argentina	9.44B
4	Alemanha	9.23B
5	Coreia do Sul	5.24B
6	México	4.24B
7	Itália	3.96B
8	Japão	3.76B
9	França	3.72B
10	Chile	3.45B
24	Tailândia	1.57B

Posição	País	2016
1	Estados Unidos	23.81B
2	China	23.36B
3	Alemanha	9.13B
4	Argentina	9.08B
5	Coreia do Sul	5.45B
6	Itália	3.70B
7	França	3.69B
8	Japão	3.57B
9	México	3.53B
10	Chile	2.89B
22	Tailândia	1.34B

Tailândia-Mundo, Dados Comerciais

Divisão de Promoção da Indústria

August 2020

Contents

Tailândia - Corrente de Comércio com o Mundo 2
Tabela - Corrente de Comércio com o Mundo 2
Tailândia - 10 principais produtos exportados e seus 10 mercados prioritários em 2018 3
Tailândia - 10 principais produtos importados e seus 10 mercados de origem em 2018 4
10 principais produtos exportados em 2018 5
10 principais produtos importados em 2018 5
Tailândia - 10 principais destinos de exportação do país e respectivos 10 principais produtos vendidos em 2018 6
Tailândia - 10 principais origens de importação do país e respectivos 10 principais produtos importados em 2018 7
10 principais destinos de exportação em 2018 8
10 principais origens de importação em 2018 8

Tailândia - Corrente de Comércio com o Mundo

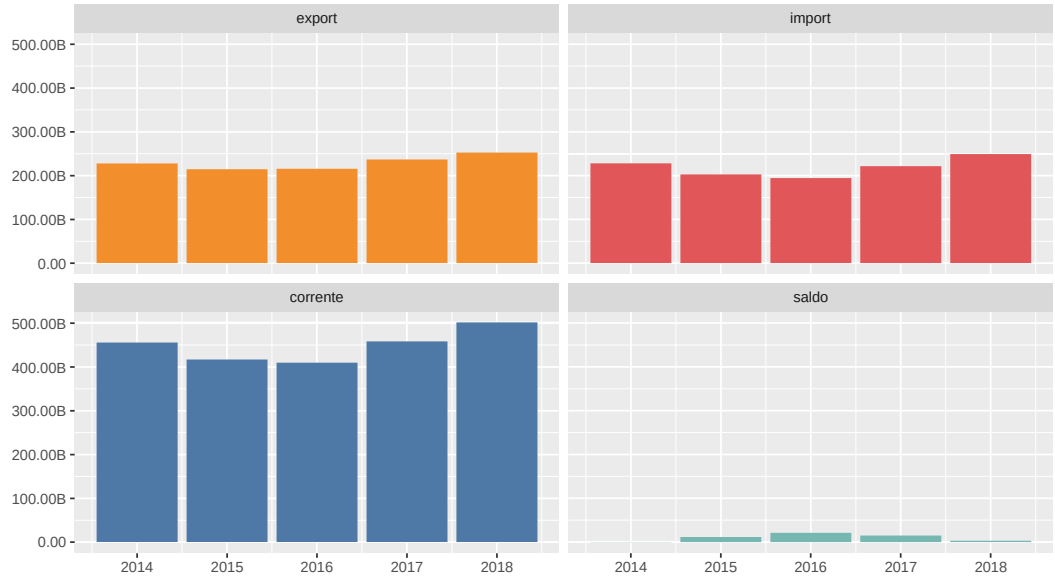
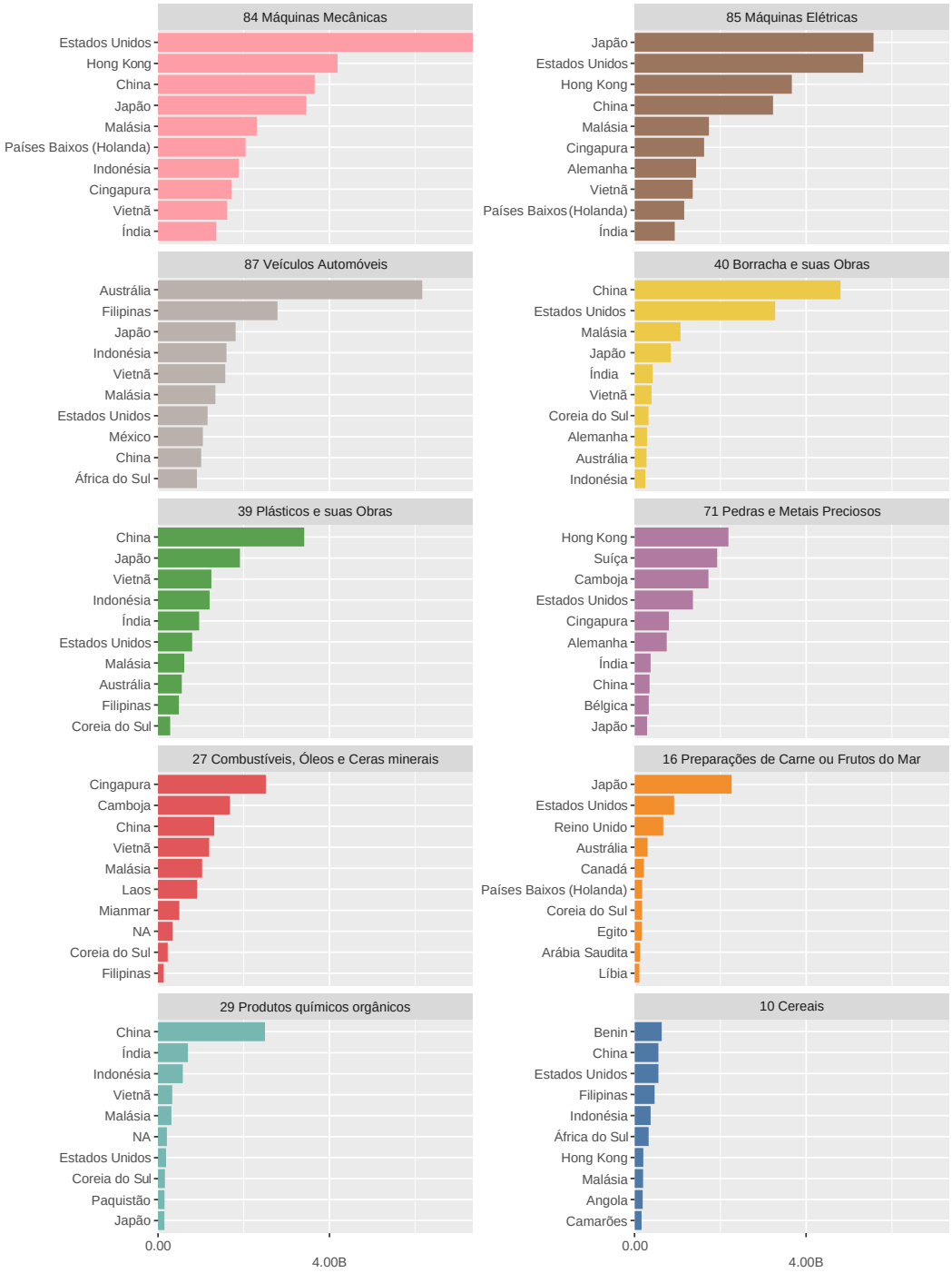


Tabela - Corrente de Comércio com o Mundo

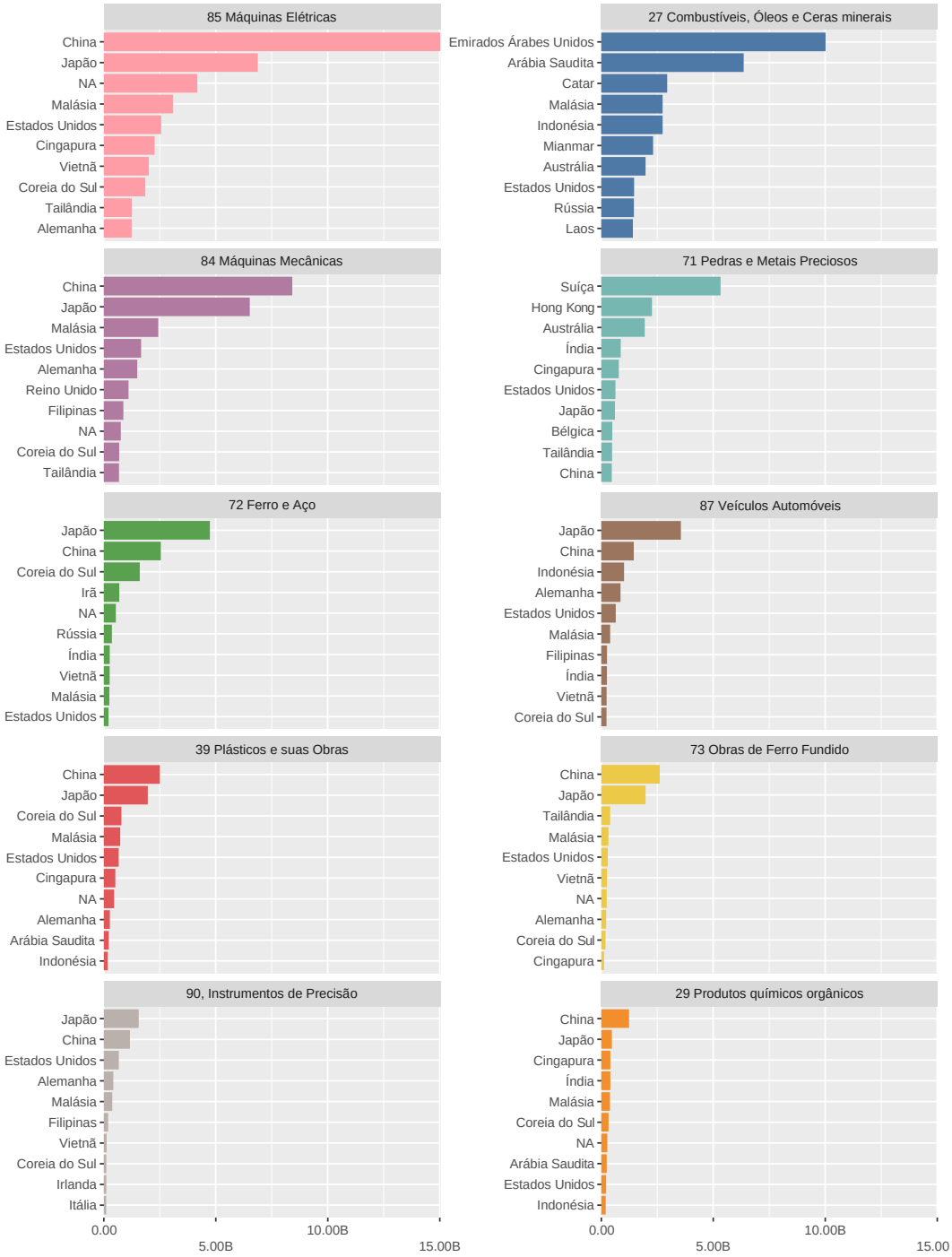
	2014	2015	2016
Exportações	227.57B	214.31B	215.39B
Importações	227.93B	202.64B	194.19B
Saldo	-358.74M	11.67B	21.20B
Corrente	455.50B	416.95B	409.58B

	2017	2018
Exportações	236.63B	252.49B
Importações	221.51B	249.17B
Saldo	15.12B	3.31B
Corrente	458.15B	501.66B

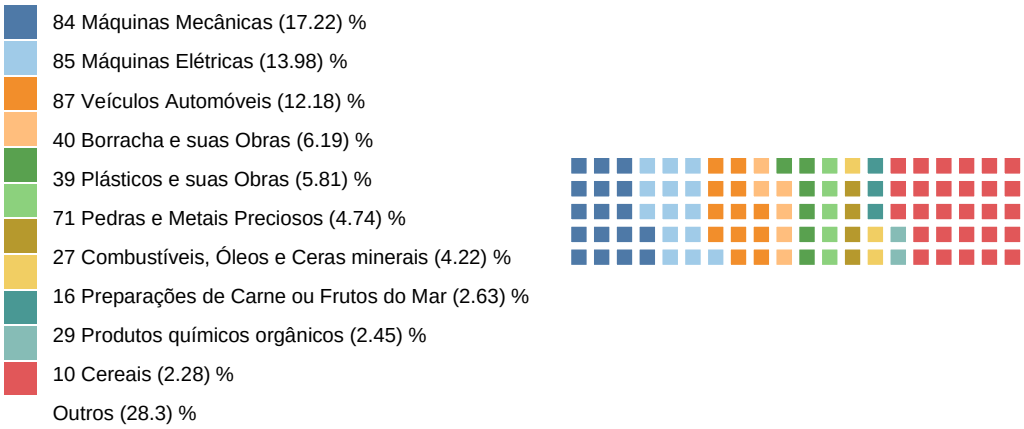
Tailândia - 10 principais produtos exportados e seus 10 mercados prioritários em 2018



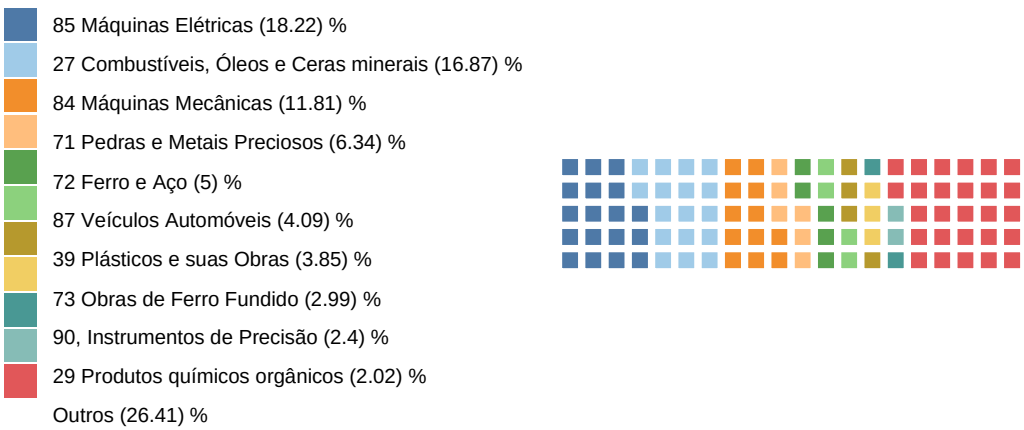
Tailândia - 10 principais produtos importados e seus 10 mercados de origem em 2018



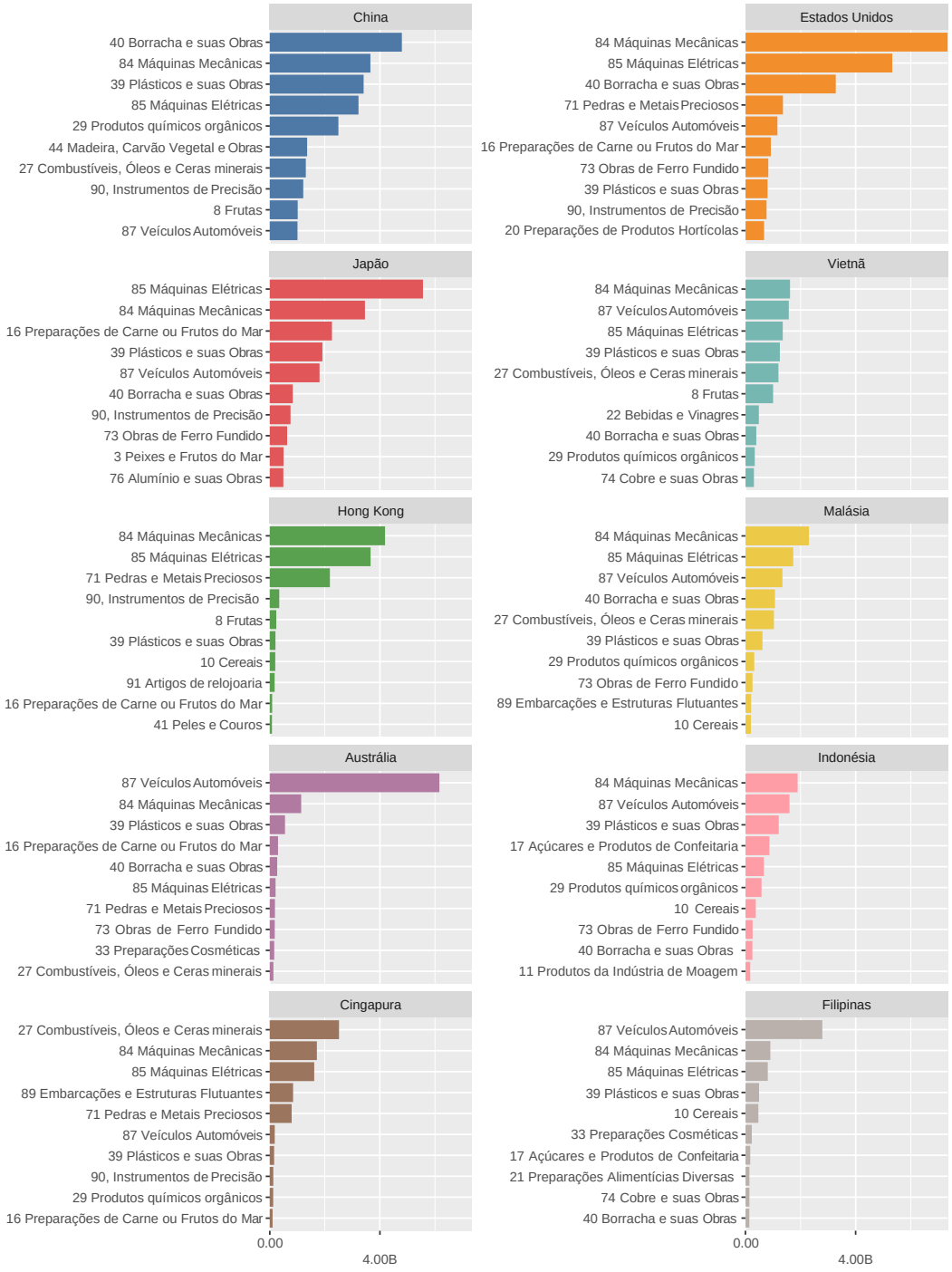
10 principais produtos exportados em 2018



10 principais produtos importados em 2018



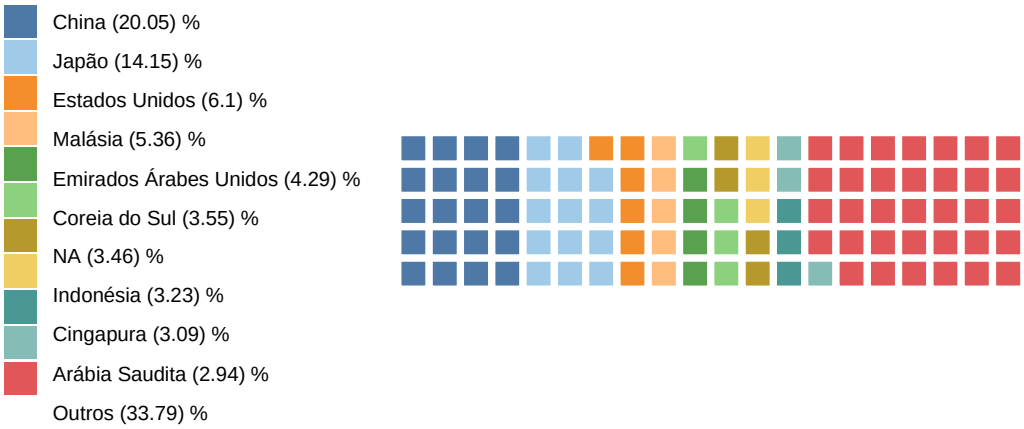
Tailândia - 10 principais destinos de exportação do país e respectivos 10 principais produtos vendidos em 2018



Tailândia - 10 principais origens de importação do país e respectivos 10 principais produtos importados em 2018

10 principais destinos de exportação em 2018

10 principais origens de importação em 2018

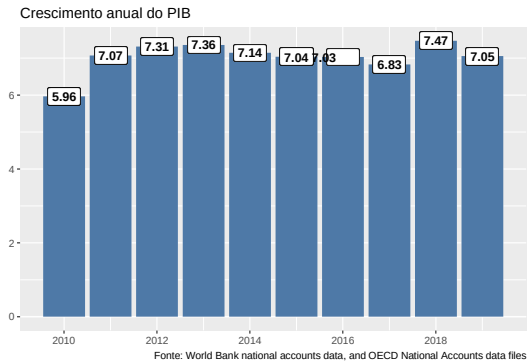


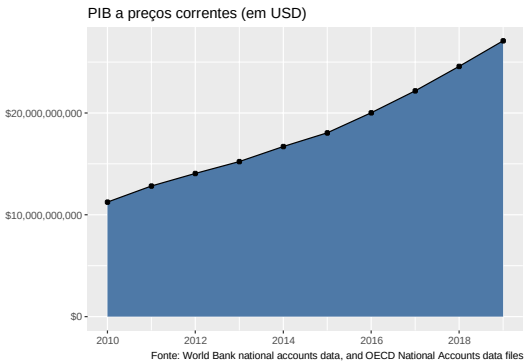
Camboja, Indicadores Econômicos Internos

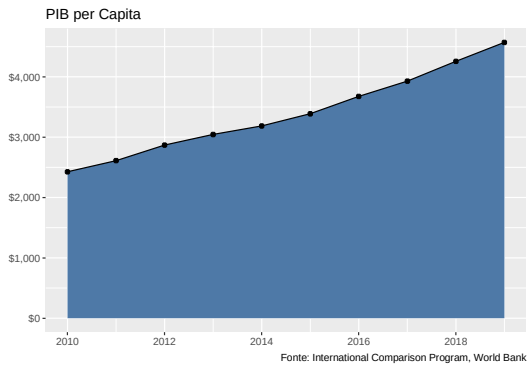
Divisão de Promoção da Indústria

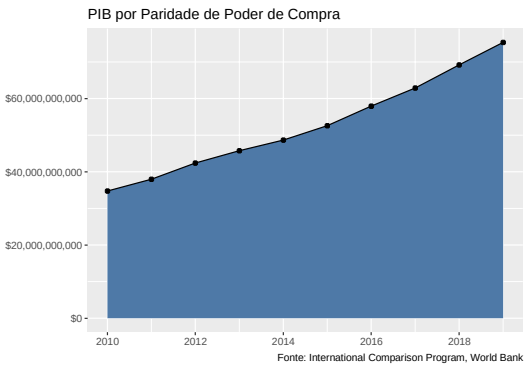
August 2020

Produto Interno Bruto

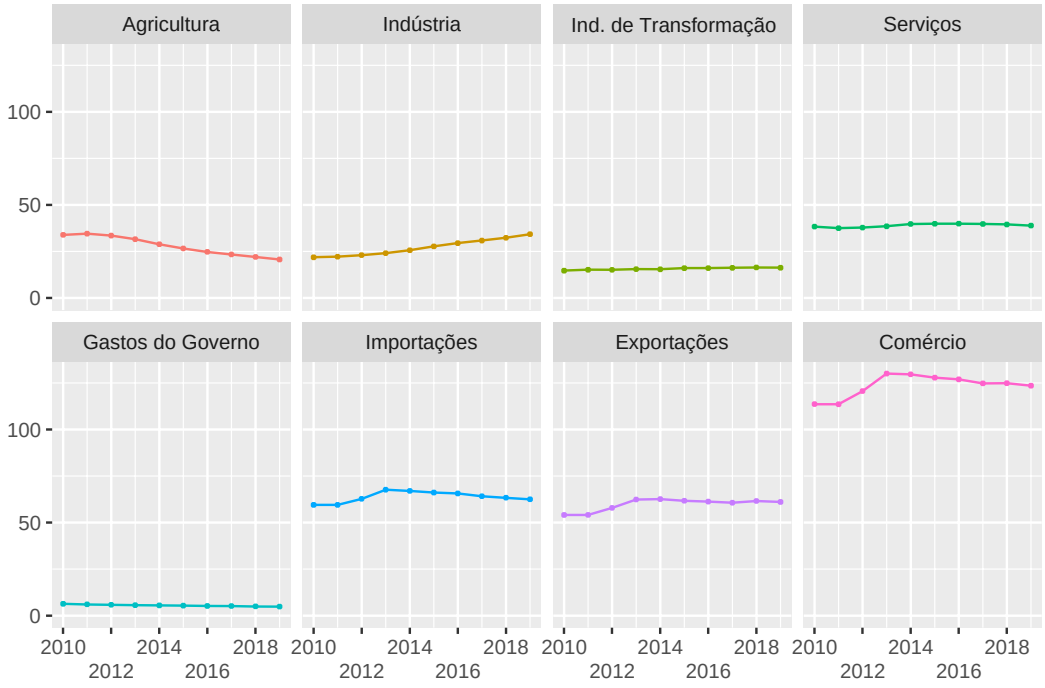






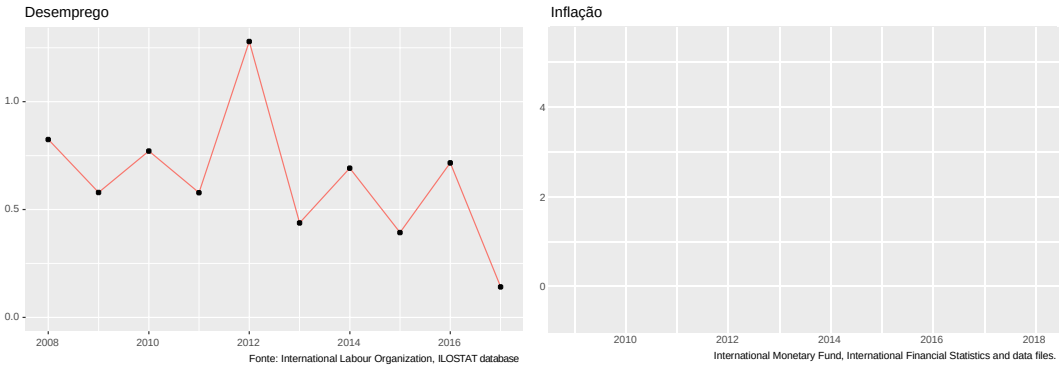


Estrutura da Economia em Proporção do PIB

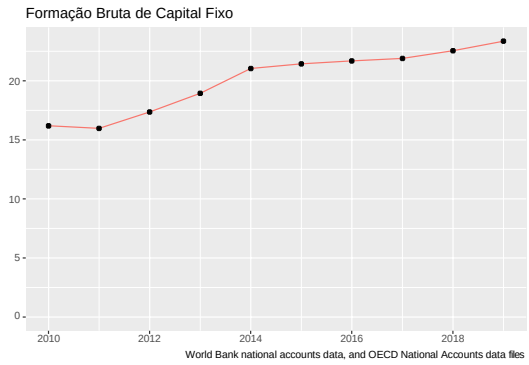


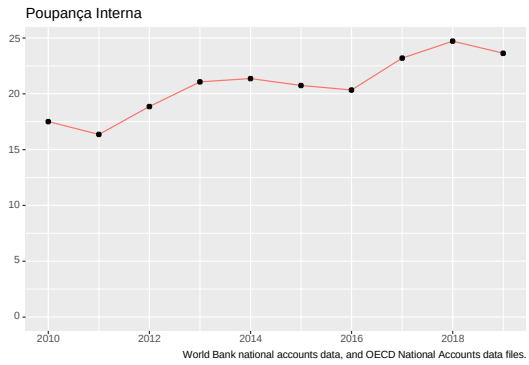
Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de Inflação e Desemprego

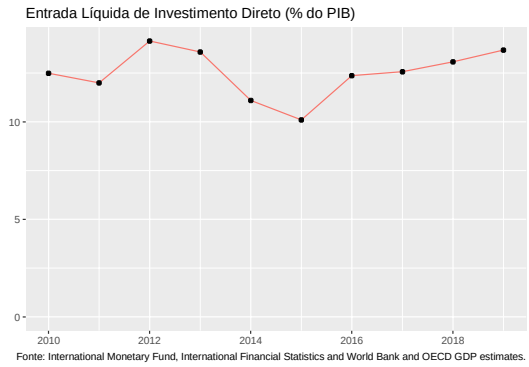


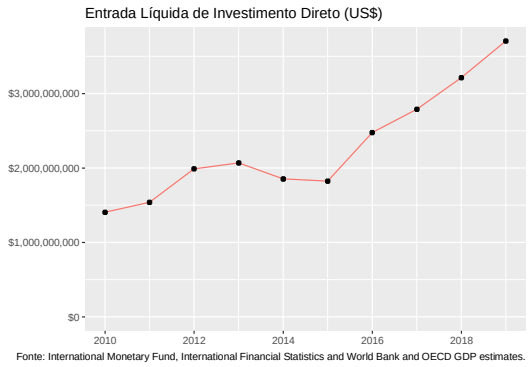
Indicadores de Investimento

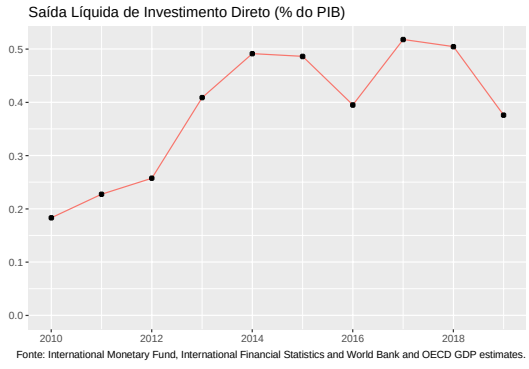




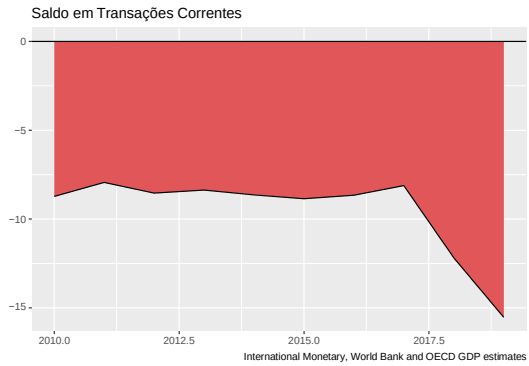
Fluxo de Investimentos

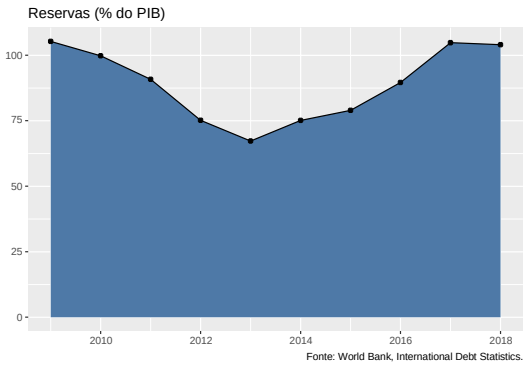


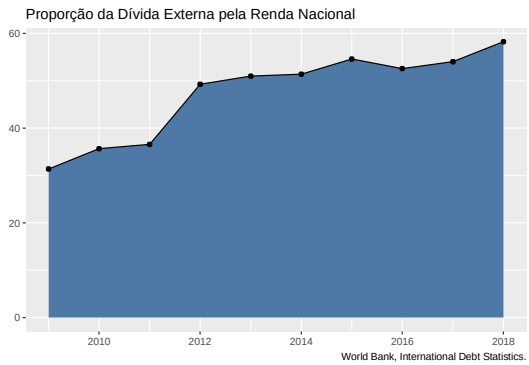


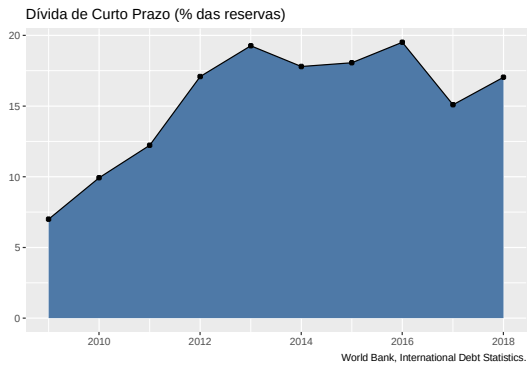


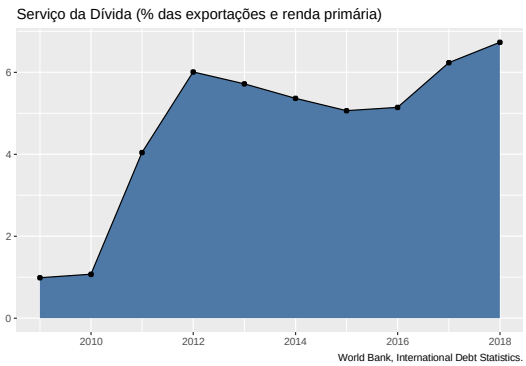
Indicadores de Solvência Externa











Definições dos Indicadores

Crescimento Anual do PIB: Annual percentage growth rate of GDP at market prices based on constant local currency. Aggregates are based on constant 2010 U.S. dollars. GDP is the sum of gross value added by all resident producers in the economy plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or for depletion and degradation of natural resources.

PIB a Preços Correntes: GDP at purchaser's prices is the sum of gross value added by all resident

producers in the economy plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. Dollar figures for GDP are converted from domestic currencies using single year official exchange rates.

PIB per Capita: This indicator provides per capita values for gross domestic product (GDP) expressed in current international dollars converted by purchasing power parity (PPP) conversion factor. GDP is the sum of gross value added by all resident producers in the country plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. conversion factor is a spatial price deflator and currency converter that controls for price level differences between countries. Total population is a mid-year population based on the de facto definition of population, which counts all residents regardless of legal status or citizenship.

PIB Paridade Poder de Compra: This indicator provides values for gross domestic product (GDP) expressed in current international dollars, converted by purchasing power parity (PPP) conversion factor. GDP is the sum of gross value added by all resident producers in the country plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. PPP conversion factor is a spatial price deflator and currency converter that eliminates the effects of the differences in price levels between countries.

Agricultura: Agriculture corresponds to ISIC divisions 1-5 and includes forestry, hunting, and fishing, as well as cultivation of crops and livestock production. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3 or 4.

Indústria:Industry corresponds to ISIC divisions 10-45 and includes manufacturing (ISIC divisions 15-37). It comprises value added in mining, manufacturing (also reported as a separate subgroup), construction, electricity, water, and gas. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3 or 4.

Indústria da Transformação: Manufacturing refers to industries belonging to ISIC divisions 15-37. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3. Note: For VAB countries, gross value added at factor cost is used as the denominator.

Serviços: Services correspond to ISIC divisions 50-99 and they include value added in wholesale and retail trade (including hotels and restaurants), transport, and government, financial, professional, and personal services such as education, health care, and real estate services. Also included are imputed bank service charges, import duties, and any statistical discrepancies noted by national compilers as well as discrepancies arising from rescaling. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The industrial origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3 or 4.

Gastos do Governo: General government final consumption expenditure (formerly general government consumption) includes all government current expenditures for purchases of goods and services (including compensation of employees). It also includes most expenditures on national defense and security, but excludes government military expenditures that are part of government capital formation.

Importações: Imports of goods and services represent the value of all goods and other market services received from the rest of the world. They include the value of merchandise, freight, insurance, transport, travel, royalties, license fees, and other services, such as communication, construction, financial, information, business, personal, and government services. They exclude compensation of employees and investment income (formerly called factor services) and transfer payments.

Exportações: Exports of goods and services represent the value of all goods and other market services provided to the rest of the world. They include the value of merchandise, freight, insurance, transport,

travel, royalties, license fees, and other services, such as communication, construction, financial, information, business, personal, and government services. They exclude compensation of employees and investment income (formerly called factor services) and transfer payments.

Comércio: Trade is the sum of exports and imports of goods and services measured as a share of gross domestic product.

Inflação: Inflation as measured by the consumer price index reflects the annual percentage change in the cost to the average consumer of acquiring a basket of goods and services that may be fixed or changed at specified intervals, such as yearly. The Laspeyres formula is generally used.

Desemprego: Unemployment refers to the share of the labor force that is without work but available for and seeking employment. Definitions of labor force and unemployment differ by country

Formação Bruta de Capital Fixo: Gross fixed capital formation (formerly gross domestic fixed investment) includes land improvements (fences, ditches, drains, and so on); plant, machinery, and equipment purchases; and the construction of roads, railways, and the like, including schools, offices, hospitals, private residential dwellings, and commercial and industrial buildings. According to the 1993 SNA, net acquisitions of valuables are also considered capital formation.

Poupança Interna: Gross savings are calculated as gross national income less total consumption, plus net transfers.

Entrada de FDI:Foreign direct investment are the net inflows of investment to acquire a lasting management interest (10 percent or more of voting stock) in an enterprise operating in an economy other than that of the investor. It is the sum of equity capital, reinvestment of earnings, other long-term capital, and short-term capital as shown in the balance of payments. This series shows net inflows (new investment inflows less disinvestment) in the reporting economy from foreign investors, and is divided by GDP.

Saída de FDI: Foreign direct investment refers to direct investment equity flows in an economy. It is the sum of equity capital, reinvestment of earnings, and other capital. Direct investment is a category of cross-border investment associated with a resident in one economy having control or a significant degree of influence on the management of an enterprise that is resident in another economy. Ownership of 10 percent or more of the ordinary shares of voting stock is the criterion for determining the existence of a direct investment relationship. This series shows net outflows of investment from the reporting economy to the rest of the world, and is divided by GDP.

Saldo em Transações Correntes: Current account balance is the sum of net exports of goods and services, net primary income, and net secondary income.

Reservas (% do PIB): International reserves to total external debt stocks.

Proporção da Dívida Externa pela Renda Nacional: Total external debt stocks to gross national income. Total external debt is debt owed to nonresidents repayable in currency, goods, or services. Total external debt is the sum of public, publicly guaranteed, and private nonguaranteed long-term debt, use of IMF credit, and short-term debt. Short-term debt includes all debt having an original maturity of one year or less and interest in arrears on long-term debt. GNI (formerly GNP) is the sum of value added by all resident producers plus any product taxes (less subsidies) not included in the valuation of output plus net receipts of primary income (compensation of employees and property income) from abroad.

Dívida do Governo: Debt is the entire stock of direct government fixed-term contractual obligations to others outstanding on a particular date. It includes domestic and foreign liabilities such as currency and money deposits, securities other than shares, and loans. It is the gross amount of government liabilities reduced by the amount of equity and financial derivatives held by the government. Because debt is a stock rather than a flow, it is measured as of a given date, usually the last day of the fiscal year.

Dívida de Curto Prazo por Reservas: Short-term debt includes all debt having an original maturity of one year or less and interest in arrears on long-term debt. Total reserves includes gold.

Serviço da Dívida (% das exportações e renda primária): Total debt service to exports of goods, services and primary income. Total debt service is the sum of principal repayments and interest actually

paid in currency, goods, or services on long-term debt, interest paid on short-term debt, and repayments (repurchases and charges) to the IMF.

Camboja-Brasil, Dados Comerciais

Divisão de Promoção da Indústria

August 2020

Contents

Corrente de Comércio 2
Tabela - Corrente de Comércio 2
Composição do Comércio em 2019 3
Corrente de Comércio entre Janeiro e Maio 4
Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano 5
Tabela - Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano 6
Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano 7
Tabela - Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano 8
Dez principais países parceiros comerciais do Brasil, por ano 9
Tabela - Dez principais países destino de exportações brasileiras, por ano 10
Tabela - Dez principais países origem de importações brasileiras, por ano 11

Corrente de Comércio

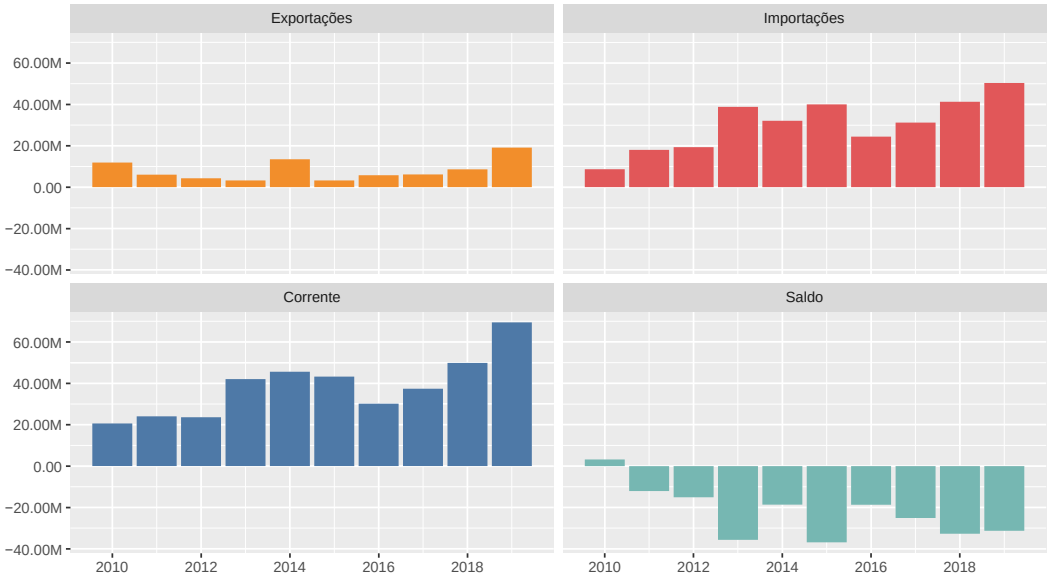


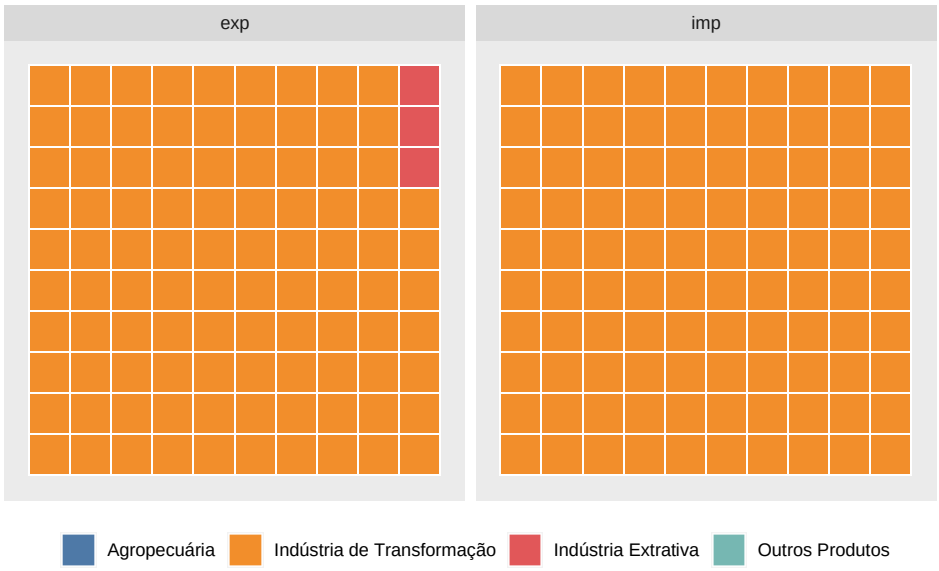
Tabela - Corrente de Comércio

	2010	2011	2012	2013	2014
Exportações	11.88M	6.00M	4.26M	3.22M	13.47M
Importações	8.67M	18.03M	19.31M	38.81M	32.07M
Saldo	3.21M	-12.02M	-15.05M	-35.59M	-18.60M
Corrente	20.55M	24.03M	23.57M	42.03M	45.55M

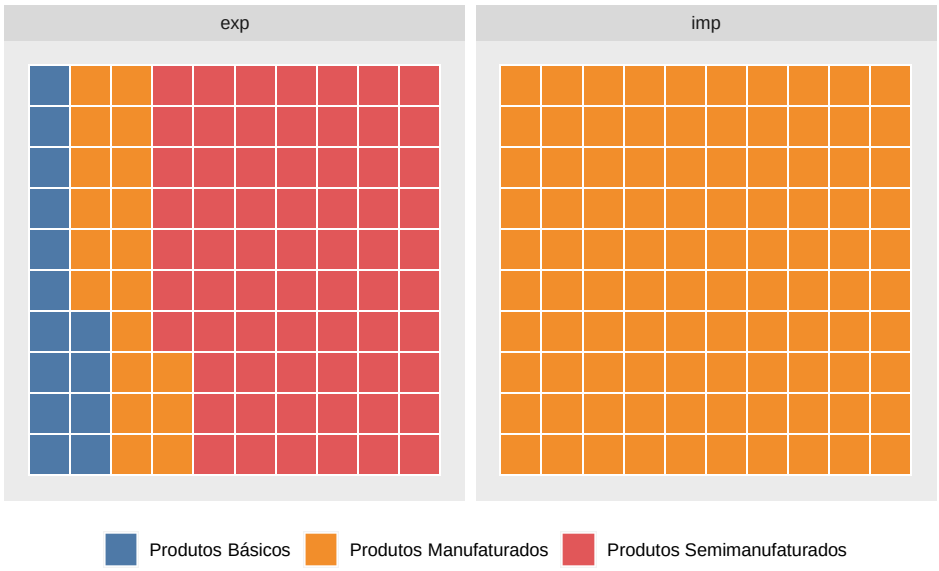
	2015	2016	2017	2018	2019
Exportações	3.21M	5.74M	6.15M	8.61M	19.10M
Importações	40.02M	24.39M	31.21M	41.25M	50.34M
Saldo	-36.80M	-18.65M	-25.06M	-32.64M	-31.24M
Corrente	43.23M	30.12M	37.36M	49.85M	69.44M

Composição do Comércio em 2019

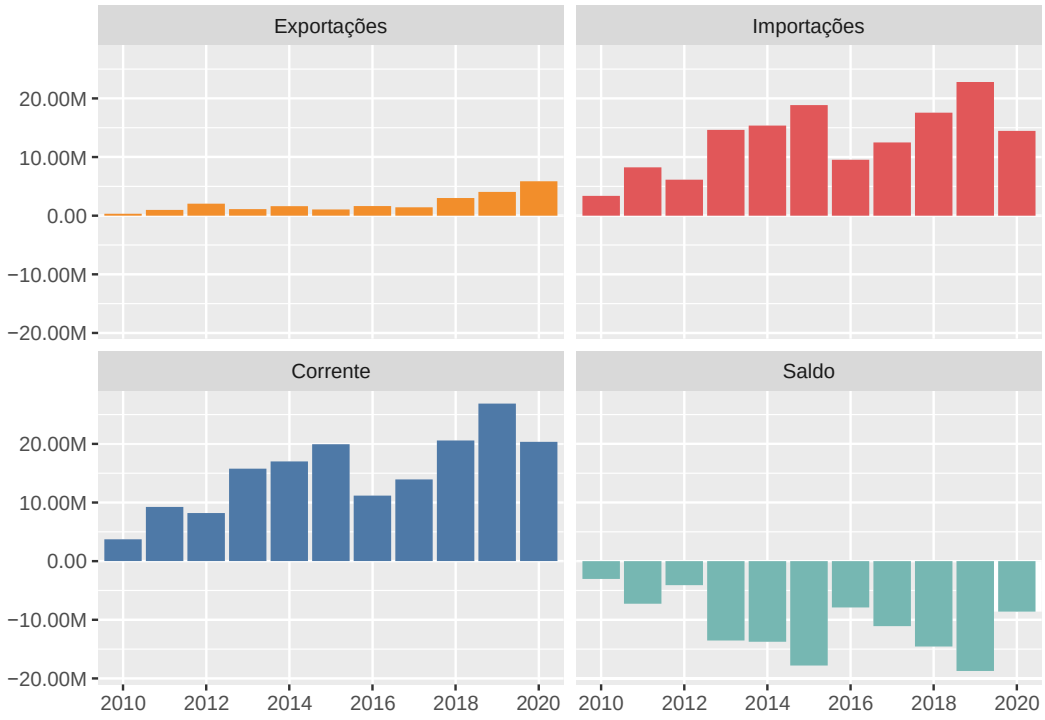
Composição do Comércio Bilateral por ISIC



Composição do Comércio Bilateral por Fator Agregado



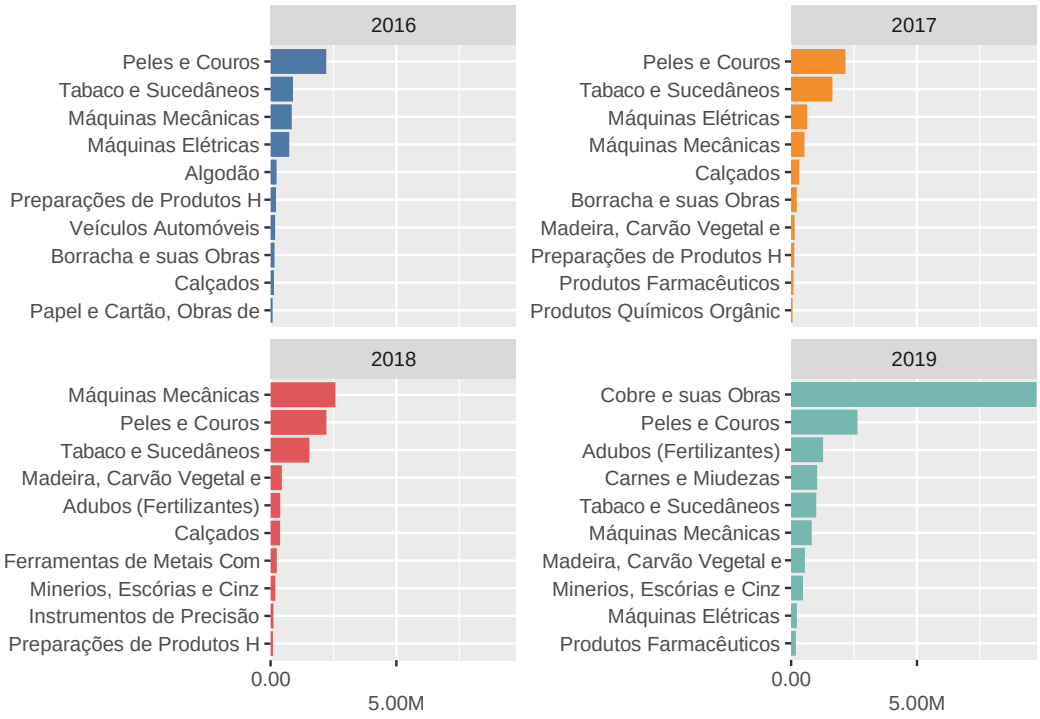
Corrente de Comércio entre Janeiro e Maio



	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações	984.21K	2.04M	1.11M	1.62M	1.07M
Importações	8.25M	6.14M	14.64M	15.36M	18.86M
Saldo	-7.26M	-4.10M	-13.53M	-13.75M	-17.79M
Corrente	9.23M	8.18M	15.75M	16.98M	19.93M

	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	1.63M	1.42M	3.01M	4.06M	5.86M
Importações	9.53M	12.50M	17.56M	22.80M	14.47M
Saldo	-7.90M	-11.07M	-14.55M	-18.74M	-8.61M
Corrente	11.17M	13.92M	20.57M	26.86M	20.33M

Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano



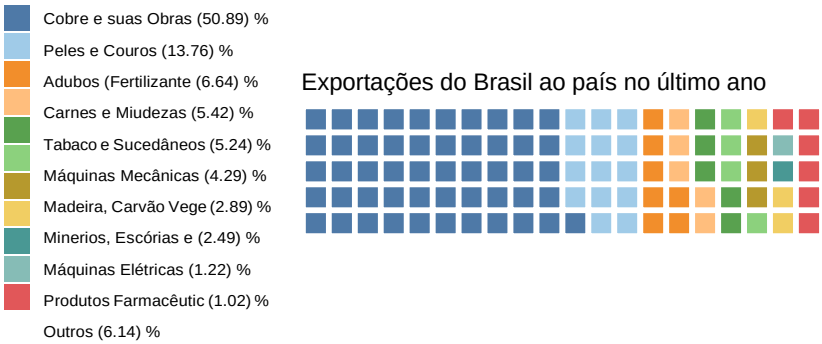


Tabela - Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano

Posição	Produto	2019
1	Cobre e suas Obras	9.76M
2	Peles e Couros	2.64M
3	Adubos (Fertilizantes)	1.27M
4	Carnes e Miudezas	1.04M
5	Tabaco e Sucedâneos	1.01M
6	Máquinas Mecânicas	822.61K
7	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	555.12K
8	Minerios, Escórias e Cinzas	477.61K
9	Máquinas Elétricas	234.58K
10	Produtos Farmacêuticos	195.31K

Posição	Produto	2018
1	Máquinas Mecânicas	2.58M
2	Peles e Couros	2.22M
3	Tabaco e Sucedâneos	1.55M
4	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	448.34K
5	Adubos (Fertilizantes)	384.74K
6	Calçados	378.08K
7	Ferramentas de Metais Comuns	247.68K
8	Minerios, Escórias e Cinzas	191.01K
9	Instrumentos de Precisão	114.55K
10	Preparações de Produtos Hortícolas	96.59K

Posição	Produto	2017
1	Peles e Couros	2.16M
2	Tabaco e Sucedâneos	1.65M
3	Máquinas Elétricas	648.88K
4	Máquinas Mecânicas	536.09K
5	Calçados	329.03K
6	Borracha e suas Obras	228.66K
7	Madeira, Carvão Vegetal e Obras	146.13K
8	Preparações de Produtos Hortícolas	131.83K
9	Produtos Farmacêuticos	93.29K
10	Produtos Químicos Orgânicos	65.92K

Posição	Produto	2016
1	Peles e Couros	2.21M
2	Tabaco e Sucedâneos	891.48K
3	Máquinas Mecânicas	843.63K
4	Máquinas Elétricas	746.00K
5	Algodão	241.45K
6	Preparações de Produtos Hortícolas	215.46K
7	Veículos Automóveis	182.83K
8	Borracha e suas Obras	158.95K
9	Calçados	136.04K
10	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose	82.46K

Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano

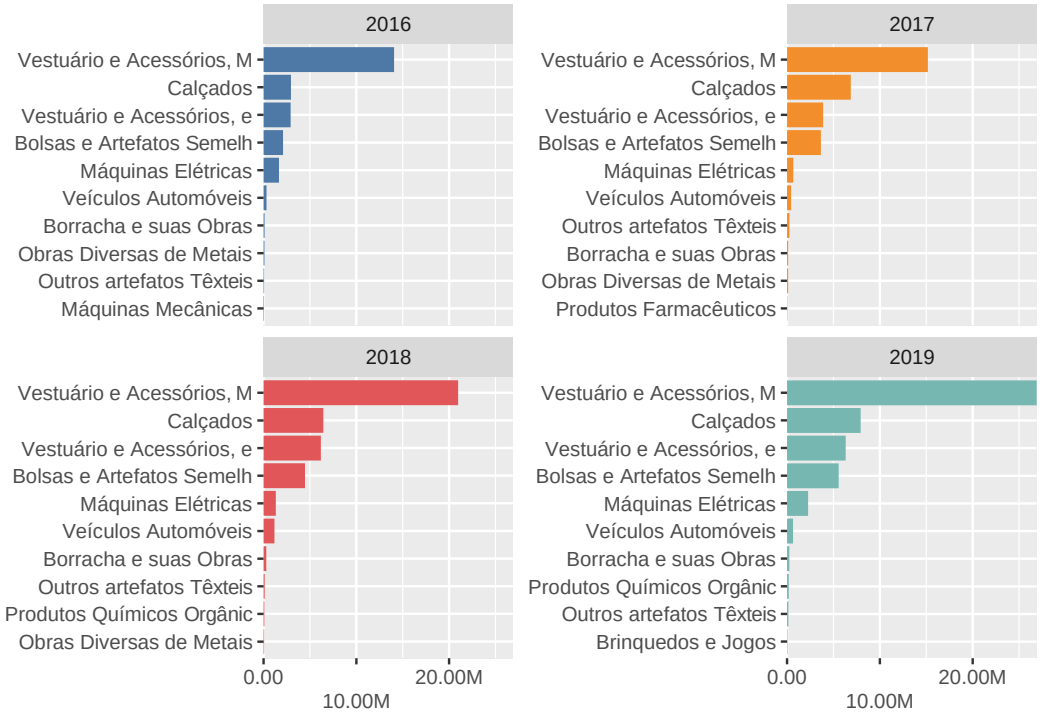


Tabela - Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano

Posição	Produto	2019
1	Vestuário e Acessórios, Malha	26.91M
2	Calçados	7.93M
3	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	6.32M
4	Bolsas e Artefatos Semelhantes	5.56M
5	Máquinas Elétricas	2.26M
6	Veículos Automóveis	645.94K
7	Borracha e suas Obras	247.37K
8	Produtos Químicos Orgânicos	185.97K
9	Outros artefatos Têxteis	139.10K
10	Brinquedos e Jogos	49.64K

Posição	Produto	2018
1	Vestuário e Acessórios, Malha	20.97M
2	Calçados	6.44M
3	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	6.18M
4	Bolsas e Artefatos Semelhantes	4.47M
5	Máquinas Elétricas	1.32M
6	Veículos Automóveis	1.17M
7	Borracha e suas Obras	292.37K
8	Outros artefatos Têxteis	118.21K
9	Produtos Químicos Orgânicos	87.06K
10	Obras Diversas de Metais Comuns	58.57K

Posição	Produto	2017
1	Vestuário e Acessórios, Malha	15.18M
2	Calçados	6.86M
3	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	3.89M
4	Bolsas e Artefatos Semelhantes	3.65M
5	Máquinas Elétricas	663.83K
6	Veículos Automóveis	434.55K
7	Outros artefatos Têxteis	251.87K
8	Borracha e suas Obras	120.30K
9	Obras Diversas de Metais Comuns	116.31K
10	Produtos Farmacêuticos	30.14K

Posição	Produto	2016
1	Vestuário e Acessórios, Malha	14.07M
2	Calçados	2.96M
3	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	2.92M
4	Bolsas e Artefatos Semelhantes	2.10M
5	Máquinas Elétricas	1.66M
6	Veículos Automóveis	316.19K
7	Borracha e suas Obras	109.66K
8	Obras Diversas de Metais Comuns	93.02K
9	Outros artefatos Têxteis	56.60K
10	Máquinas Mecânicas	54.19K

Dez principais países parceiros comerciais do Brasil, por ano

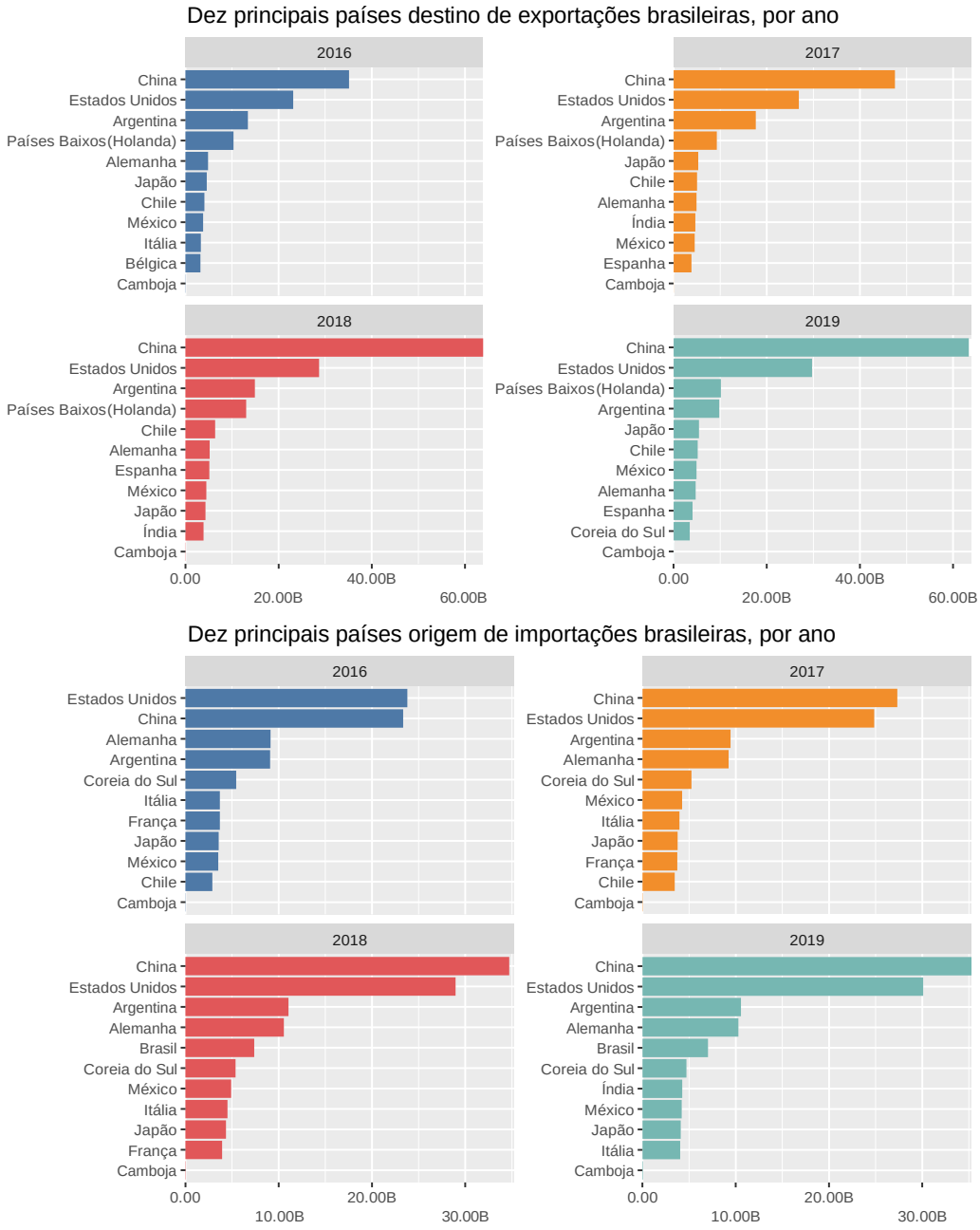


Tabela - Dez principais países destino de exportações brasileiras, por ano

Posição	País	2019
1	China	63.36B
2	Estados Unidos	29.72B
3	Países Baixos (Holanda)	10.13B
4	Argentina	9.79B
5	Japão	5.43B
6	Chile	5.16B
7	México	4.90B
8	Alemanha	4.73B
9	Espanha	4.04B
10	Coreia do Sul	3.45B
139	Camboja	19.18M

Posição	País	2018
1	China	63.93B
2	Estados Unidos	28.70B
3	Argentina	14.91B
4	Países Baixos (Holanda)	13.06B
5	Chile	6.39B
6	Alemanha	5.21B
7	Espanha	5.13B
8	México	4.50B
9	Japão	4.32B
10	Índia	3.91B
160	Camboja	8.65M

Posição	País	2017
1	China	47.49B
2	Estados Unidos	26.87B
3	Argentina	17.62B
4	Países Baixos (Holanda)	9.25B
5	Japão	5.26B
6	Chile	5.03B
7	Alemanha	4.91B
8	Índia	4.66B
9	México	4.51B
10	Espanha	3.81B
158	Camboja	6.22M

Posição	País	2016
1	China	35.13B
2	Estados Unidos	23.16B
3	Argentina	13.42B
4	Países Baixos (Holanda)	10.32B
5	Alemanha	4.86B
6	Japão	4.60B
7	Chile	4.08B
8	México	3.81B
9	Itália	3.32B
10	Bélgica	3.23B
159	Camboja	5.94M

Tabela - Dez principais países origem de importações brasileiras, por ano

Posição	País	2019
1	China	35.27B
2	Estados Unidos	30.09B
3	Argentina	10.55B
4	Alemanha	10.28B
5	Brasil	7.02B
6	Coreia do Sul	4.71B
7	Índia	4.26B
8	México	4.20B
9	Japão	4.09B
10	Itália	4.04B
81	Camboja	50.34M

Posição	País	2018
1	China	34.73B
2	Estados Unidos	28.97B
3	Argentina	11.05B
4	Alemanha	10.56B
5	Brasil	7.38B
6	Coreia do Sul	5.38B
7	México	4.91B
8	Itália	4.51B
9	Japão	4.36B
10	França	3.94B
81	Camboja	41.25M

Posição	País	2017
1	China	27.32B
2	Estados Unidos	24.85B
3	Argentina	9.44B
4	Alemanha	9.23B
5	Coreia do Sul	5.24B
6	México	4.24B
7	Itália	3.96B
8	Japão	3.76B
9	França	3.72B
10	Chile	3.45B
83	Camboja	31.21M

Posição	País	2016
1	Estados Unidos	23.81B
2	China	23.36B
3	Alemanha	9.13B
4	Argentina	9.08B
5	Coreia do Sul	5.45B
6	Itália	3.70B
7	França	3.69B
8	Japão	3.57B
9	México	3.53B
10	Chile	2.89B
90	Camboja	24.39M

Camboja-Mundo, Dados Comerciais

Divisão de Promoção da Indústria

August 2020

Contents

Camboja - Corrente de Comércio com o Mundo 2
Tabela - Corrente de Comércio com o Mundo 2
Camboja - 10 principais produtos exportados e seus 10 mercados prioritários em 2018 3
Camboja - 10 principais produtos importados e seus 10 mercados de origem em 2018 4
10 principais produtos exportados em 2018 5
10 principais produtos importados em 2018 5
Camboja - 10 principais destinos de exportação do país e respectivos 10 principais produtos vendidos em 2018 6
Camboja - 10 principais origens de importação do país e respectivos 10 principais produtos importados em 2018 7
10 principais destinos de exportação em 2018 8
10 principais origens de importação em 2018 8

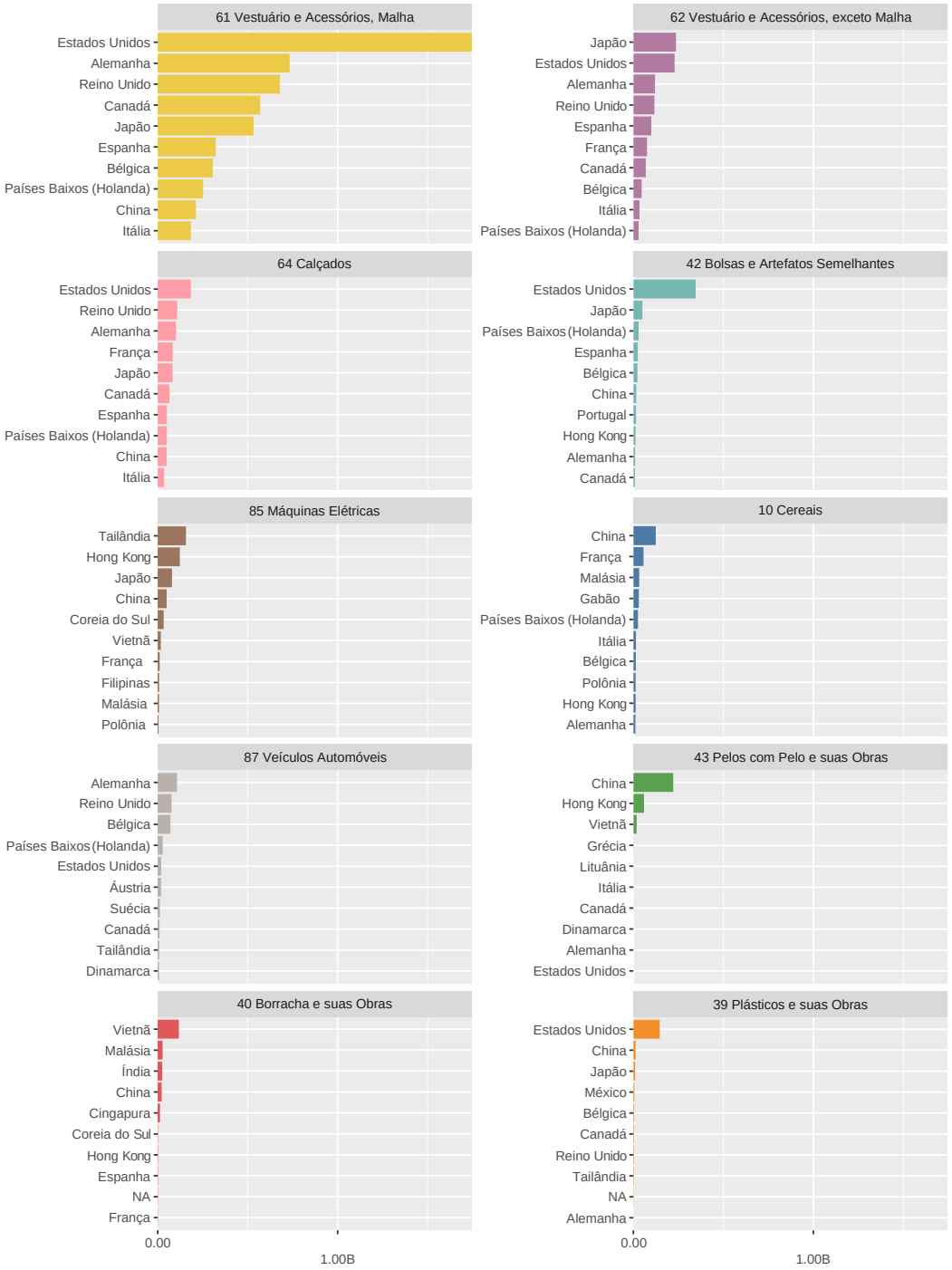
Camboja - Corrente de Comércio com o Mundo

Tabela - Corrente de Comércio com o Mundo

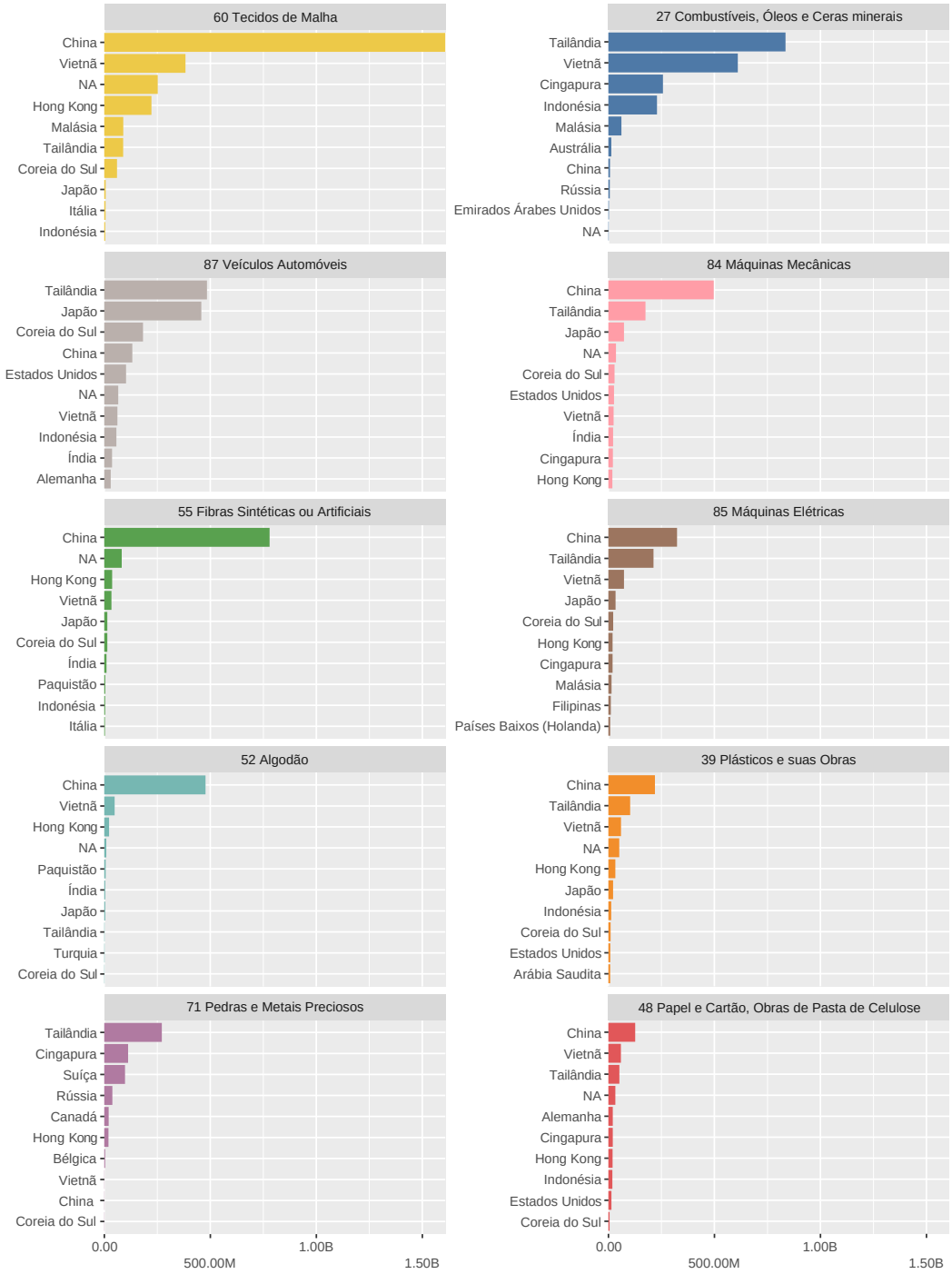
	2014	2015	2016
Exportações	6.85B	8.54B	10.07B
Importações	9.70B	10.67B	12.37B
Saldo	-2.86B	-2.13B	-2.30B
Corrente	16.55B	19.21B	22.44B

	2017	2018
Exportações	11.28B	12.70B
Importações	14.28B	17.49B
Saldo	-3.01B	-4.79B
Corrente	25.56B	30.19B

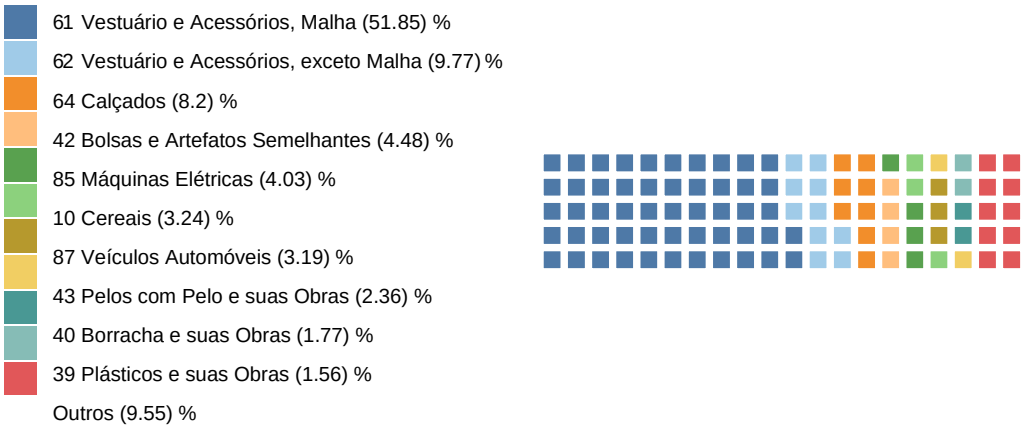
Camboja - 10 principais produtos exportados e seus 10 mercados prioritários em 2018



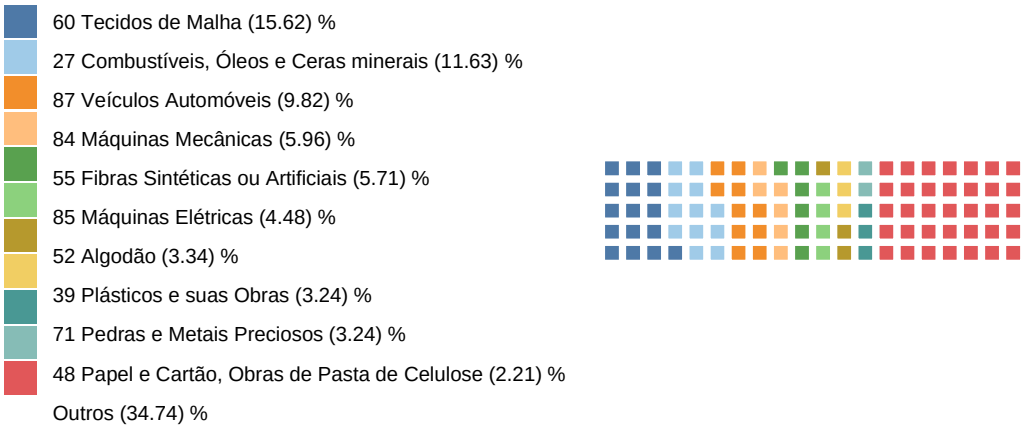
Camboja - 10 principais produtos importados e seus 10 mercados de origem em 2018



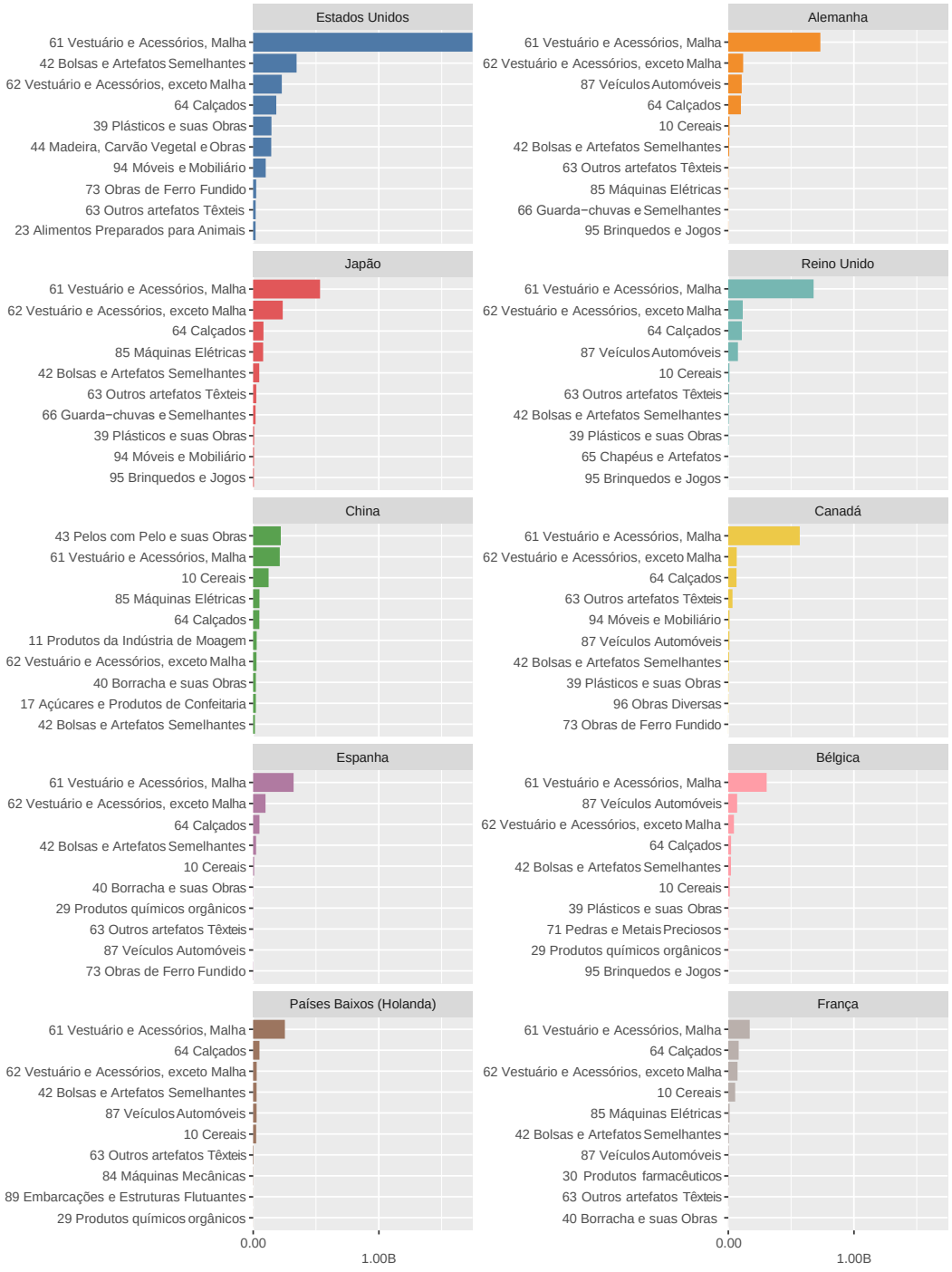
10 principais produtos exportados em 2018



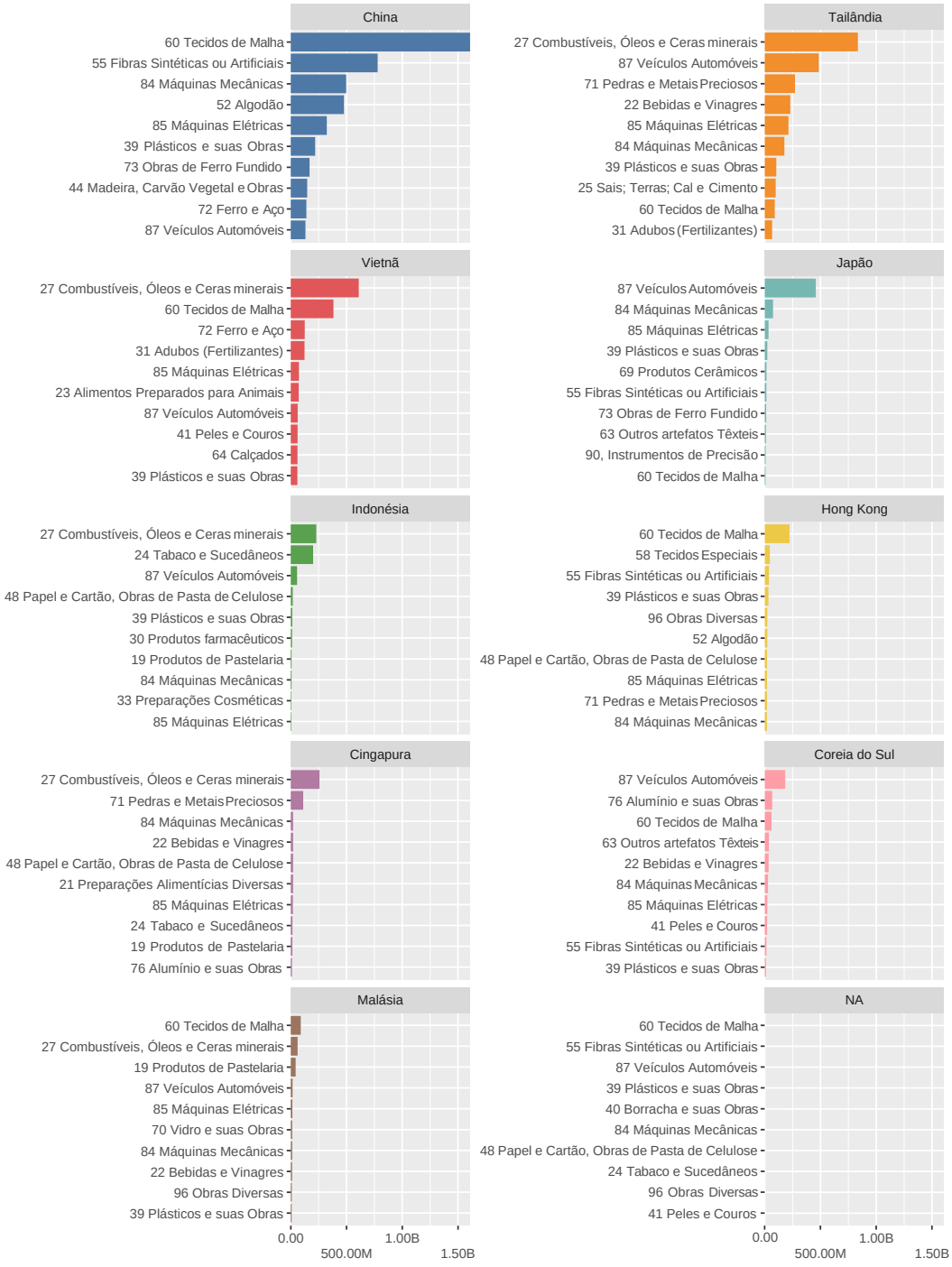
10 principais produtos importados em 2018



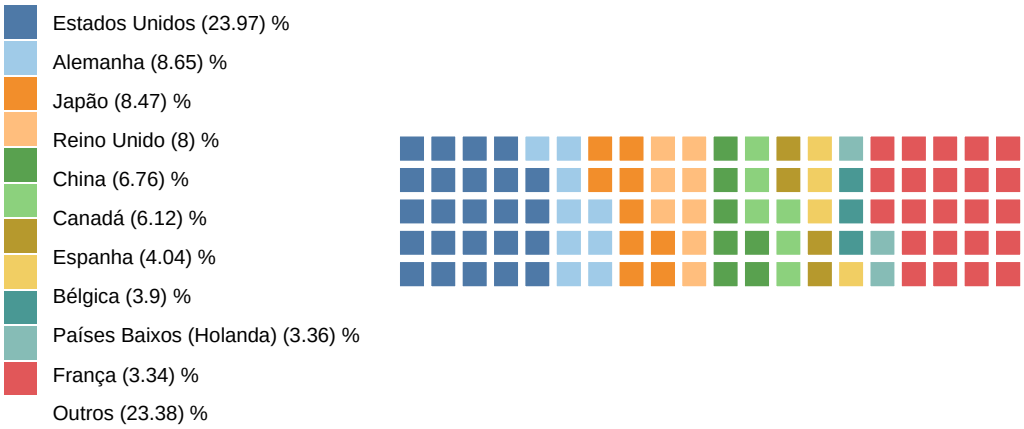
Camboja - 10 principais destinos de exportação do país e respectivos 10 principais produtos vendidos em 2018



Camboja - 10 principais origens de importação do país e respectivos 10 principais produtos importados em 2018



10 principais destinos de exportação em 2018



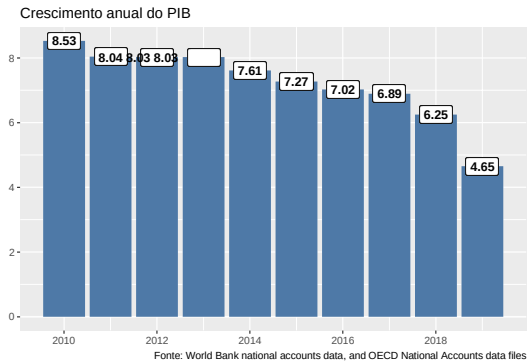
10 principais origens de importação em 2018

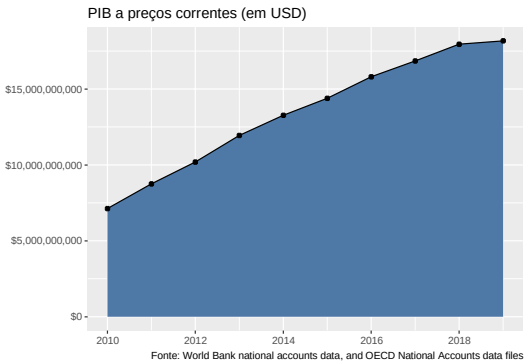
Laos, Indicadores Econômicos Internos

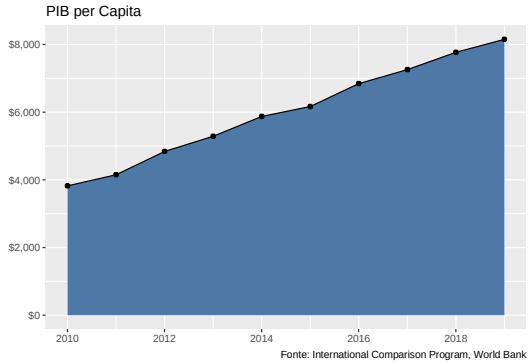
Divisão de Promoção da Indústria

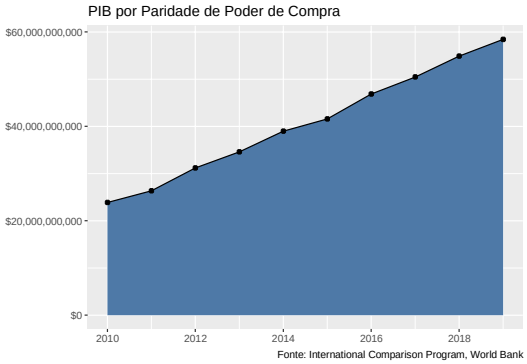
August 2020

Produto Interno Bruto

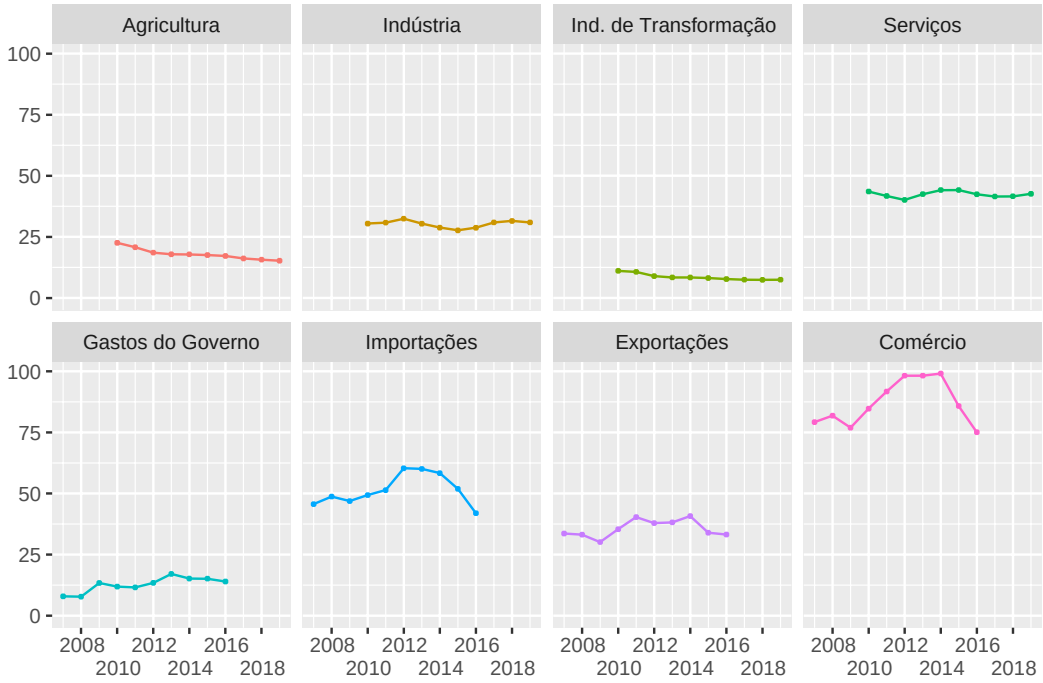






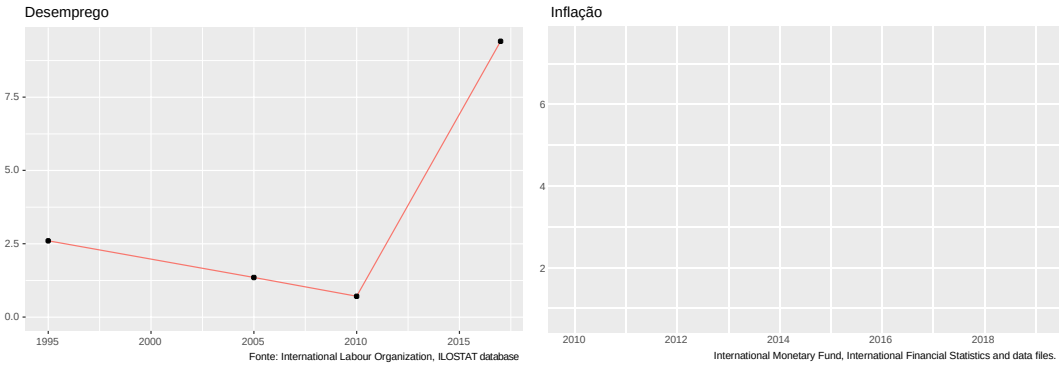


Estrutura da Economia em Proporção do PIB

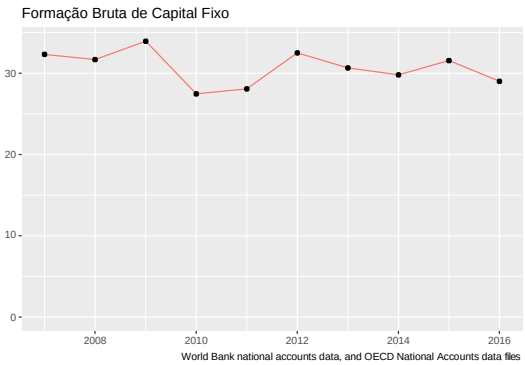


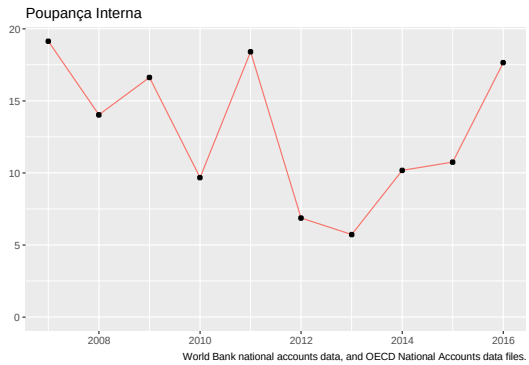
Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de Inflação e Desemprego

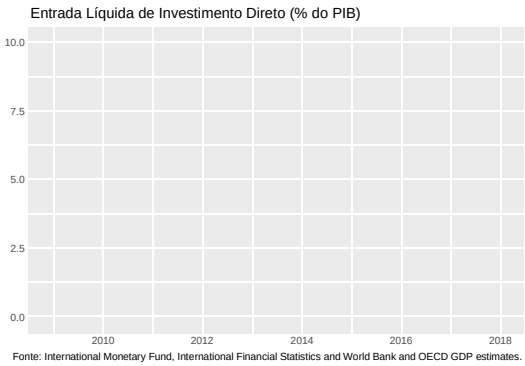


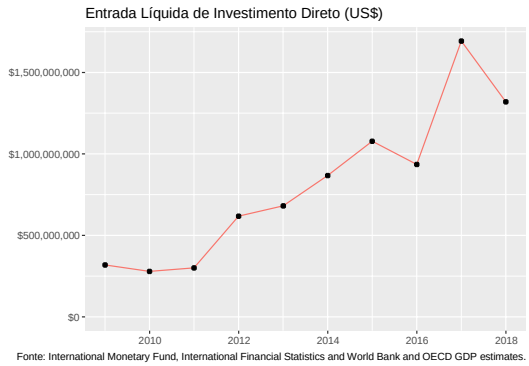
Indicadores de Investimento

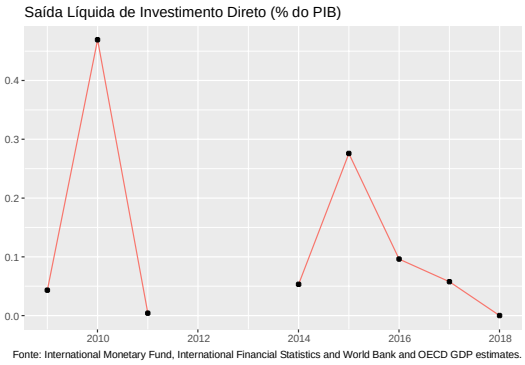




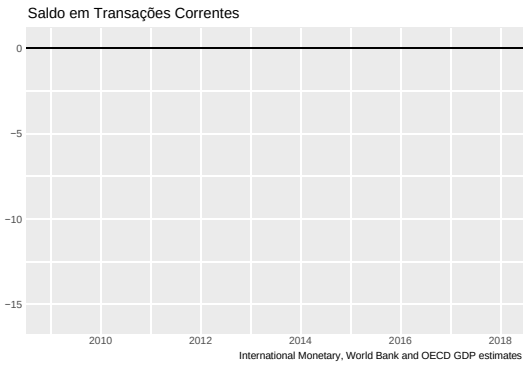
Fluxo de Investimentos

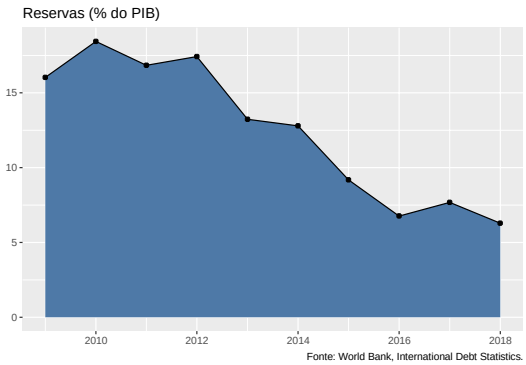


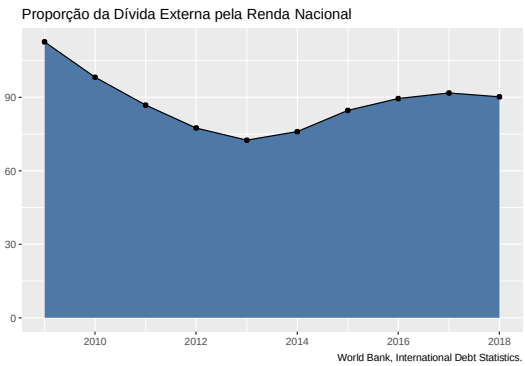


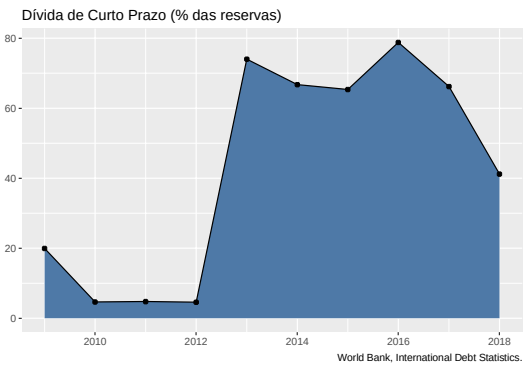


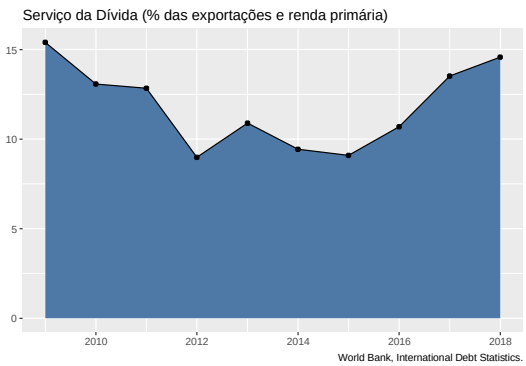
Indicadores de Solvência Externa











Definições dos Indicadores

Crescimento Anual do PIB: Annual percentage growth rate of GDP at market prices based on constant local currency. Aggregates are based on constant 2010 U.S. dollars. GDP is the sum of gross value added by all resident producers in the economy plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or for depletion and degradation of natural resources.

PIB a Preços Correntes: GDP at purchaser's prices is the sum of gross value added by all resident

producers in the economy plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. Dollar figures for GDP are converted from domestic currencies using single year official exchange rates.

PIB per Capita: This indicator provides per capita values for gross domestic product (GDP) expressed in current international dollars converted by purchasing power parity (PPP) conversion factor. GDP is the sum of gross value added by all resident producers in the country plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. conversion factor is a spatial price deflator and currency converter that controls for price level differences between countries. Total population is a mid-year population based on the de facto definition of population, which counts all residents regardless of legal status or citizenship.

PIB Paridade Poder de Compra: This indicator provides values for gross domestic product (GDP) expressed in current international dollars, converted by purchasing power parity (PPP) conversion factor. GDP is the sum of gross value added by all resident producers in the country plus any product taxes and minus any subsidies not included in the value of the products. PPP conversion factor is a spatial price deflator and currency converter that eliminates the effects of the differences in price levels between countries.

Agricultura: Agriculture corresponds to ISIC divisions 1-5 and includes forestry, hunting, and fishing, as well as cultivation of crops and livestock production. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3 or 4.

Indústria:Industry corresponds to ISIC divisions 10-45 and includes manufacturing (ISIC divisions 15-37). It comprises value added in mining, manufacturing (also reported as a separate subgroup), construction, electricity, water, and gas. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3 or 4.

Indústria da Transformação: Manufacturing refers to industries belonging to ISIC divisions 15-37. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3. Note: For VAB countries, gross value added at factor cost is used as the denominator.

Serviços: Services correspond to ISIC divisions 50-99 and they include value added in wholesale and retail trade (including hotels and restaurants), transport, and government, financial, professional, and personal services such as education, health care, and real estate services. Also included are imputed bank service charges, import duties, and any statistical discrepancies noted by national compilers as well as discrepancies arising from rescaling. Value added is the net output of a sector after adding up all outputs and subtracting intermediate inputs. It is calculated without making deductions for depreciation of fabricated assets or depletion and degradation of natural resources. The industrial origin of value added is determined by the International Standard Industrial Classification (ISIC), revision 3 or 4.

Gastos do Governo: General government final consumption expenditure (formerly general government consumption) includes all government current expenditures for purchases of goods and services (including compensation of employees). It also includes most expenditures on national defense and security, but excludes government military expenditures that are part of government capital formation.

Importações: Imports of goods and services represent the value of all goods and other market services received from the rest of the world. They include the value of merchandise, freight, insurance, transport, travel, royalties, license fees, and other services, such as communication, construction, financial, information, business, personal, and government services. They exclude compensation of employees and investment income (formerly called factor services) and transfer payments.

Exportações: Exports of goods and services represent the value of all goods and other market services provided to the rest of the world. They include the value of merchandise, freight, insurance, transport,

travel, royalties, license fees, and other services, such as communication, construction, financial, information, business, personal, and government services. They exclude compensation of employees and investment income (formerly called factor services) and transfer payments.

Comércio: Trade is the sum of exports and imports of goods and services measured as a share of gross domestic product.

Inflação: Inflation as measured by the consumer price index reflects the annual percentage change in the cost to the average consumer of acquiring a basket of goods and services that may be fixed or changed at specified intervals, such as yearly. The Laspeyres formula is generally used.

Desemprego: Unemployment refers to the share of the labor force that is without work but available for and seeking employment. Definitions of labor force and unemployment differ by country

Formação Bruta de Capital Fixo: Gross fixed capital formation (formerly gross domestic fixed investment) includes land improvements (fences, ditches, drains, and so on); plant, machinery, and equipment purchases; and the construction of roads, railways, and the like, including schools, offices, hospitals, private residential dwellings, and commercial and industrial buildings. According to the 1993 SNA, net acquisitions of valuables are also considered capital formation.

Poupança Interna: Gross savings are calculated as gross national income less total consumption, plus net transfers.

Entrada de FDI: Foreign direct investment are the net inflows of investment to acquire a lasting management interest (10 percent or more of voting stock) in an enterprise operating in an economy other than that of the investor. It is the sum of equity capital, reinvestment of earnings, other long-term capital, and short-term capital as shown in the balance of payments. This series shows net inflows (new investment inflows less disinvestment) in the reporting economy from foreign investors, and is divided by GDP.

Saída de FDI: Foreign direct investment refers to direct investment equity flows in an economy. It is the sum of equity capital, reinvestment of earnings, and other capital. Direct investment is a category of cross-border investment associated with a resident in one economy having control or a significant degree of influence on the management of an enterprise that is resident in another economy. Ownership of 10 percent or more of the ordinary shares of voting stock is the criterion for determining the existence of a direct investment relationship. This series shows net outflows of investment from the reporting economy to the rest of the world, and is divided by GDP.

Saldo em Transações Correntes: Current account balance is the sum of net exports of goods and services, net primary income, and net secondary income.

Reservas (% do PIB): International reserves to total external debt stocks.

Proporção da Dívida Externa pela Renda Nacional: Total external debt stocks to gross national income. Total external debt is debt owed to nonresidents repayable in currency, goods, or services. Total external debt is the sum of public, publicly guaranteed, and private nonguaranteed long-term debt, use of IMF credit, and short-term debt. Short-term debt includes all debt having an original maturity of one year or less and interest in arrears on long-term debt. GNI (formerly GNP) is the sum of value added by all resident producers plus any product taxes (less subsidies) not included in the valuation of output plus net receipts of primary income (compensation of employees and property income) from abroad.

Dívida do Governo: Debt is the entire stock of direct government fixed-term contractual obligations to others outstanding on a particular date. It includes domestic and foreign liabilities such as currency and money deposits, securities other than shares, and loans. It is the gross amount of government liabilities reduced by the amount of equity and financial derivatives held by the government. Because debt is a stock rather than a flow, it is measured as of a given date, usually the last day of the fiscal year.

Dívida de Curto Prazo por Reservas: Short-term debt includes all debt having an original maturity of one year or less and interest in arrears on long-term debt. Total reserves includes gold.

Serviço da Dívida (% das exportações e renda primária): Total debt service to exports of goods, services and primary income. Total debt service is the sum of principal repayments and interest actually

paid in currency, goods, or services on long-term debt, interest paid on short-term debt, and repayments (repurchases and charges) to the IMF.

Laos-Brasil, Dados Comerciais

Divisão de Promoção da Indústria

August 2020

Contents

Corrente de Comércio 2
Tabela - Corrente de Comércio 2
Composição do Comércio em 2019 3
Corrente de Comércio entre Janeiro e Maio 4
Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano 5
Tabela - Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano 6
Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano 7
Tabela - Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano 8
Dez principais países parceiros comerciais do Brasil, por ano 9
Tabela - Dez principais países destino de exportações brasileiras, por ano 10
Tabela - Dez principais países origem de importações brasileiras, por ano 11

Corrente de Comércio

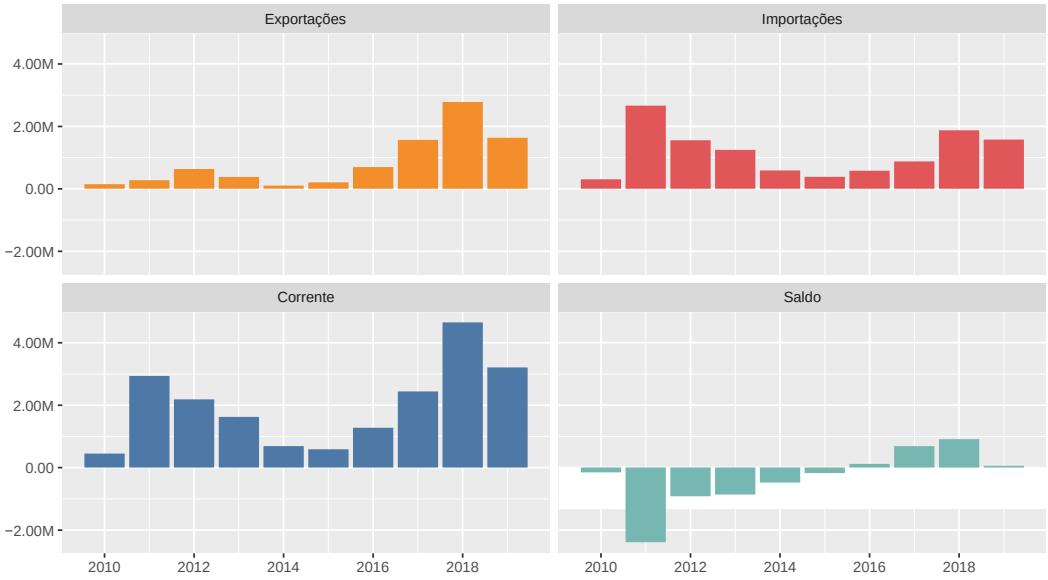


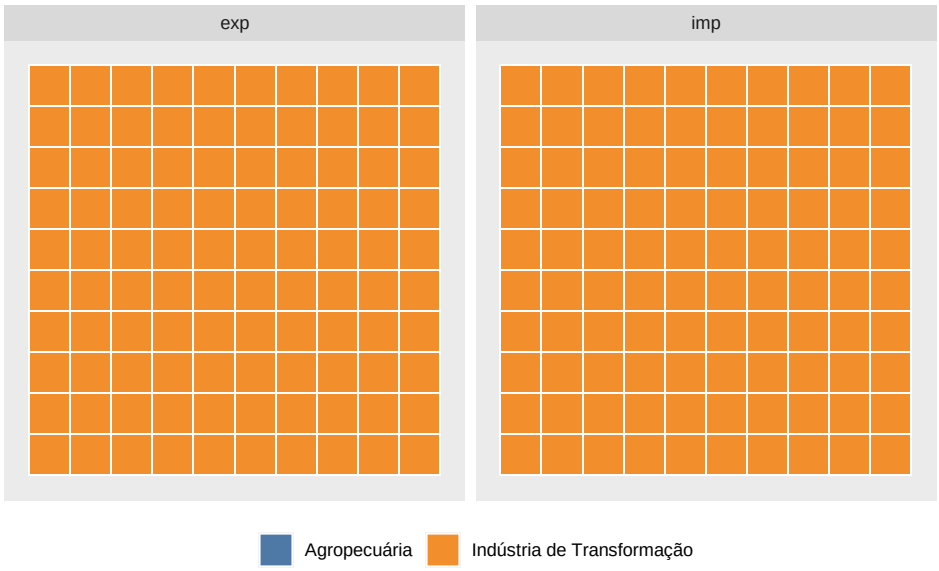
Tabela - Corrente de Comércio

	2010	2011	2012	2013	2014
Exportações	146.23K	273.08K	633.25K	379.09K	103.79K
Importações	302.06K	2.66M	1.55M	1.24M	584.38K
Saldo	-155.83K	-2.39M	-919.50K	-865.30K	-480.59K
Corrente	448.30K	2.94M	2.19M	1.62M	688.16K

	2015	2016	2017	2018	2019
Exportações	205.57K	695.35K	1.56M	2.78M	1.63M
Importações	381.60K	577.66K	876.48K	1.87M	1.57M
Saldo	-176.03K	117.69K	686.90K	910.01K	57.68K
Corrente	587.17K	1.27M	2.44M	4.65M	3.21M

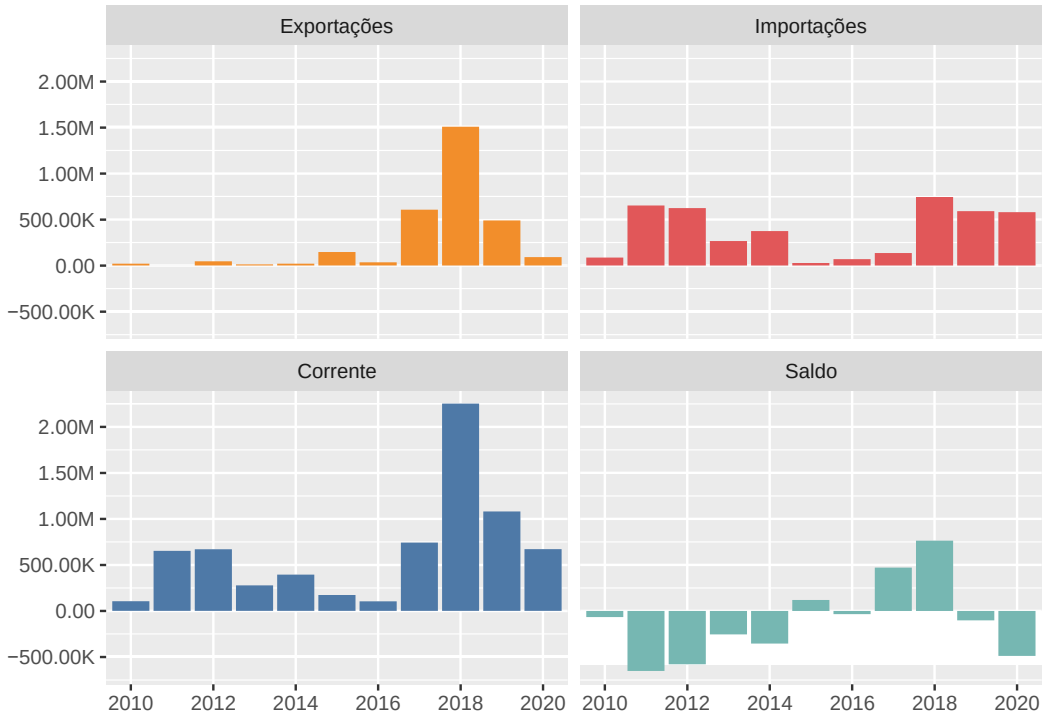
Composição do Comércio em 2019

Composição do Comércio Bilateral por ISIC



Composição do Comércio Bilateral por Fator Agregado

Corrente de Comércio entre Janeiro e Maio



	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações	0.00	45.07K	11.70K	20.11K	146.15K
Importações	652.11K	623.98K	265.93K	373.95K	26.56K
Saldo	-652.11K	-578.91K	-254.23K	-353.85K	119.60K
Corrente	652.11K	669.05K	277.62K	394.06K	172.71K

	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	34.64K	606.75K	1.51M	489.35K	91.24K
Importações	68.42K	135.76K	744.33K	590.72K	578.88K
Saldo	-33.79K	470.99K	764.11K	-101.37K	-487.63K
Corrente	103.06K	742.52K	2.25M	1.08M	670.12K

Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano

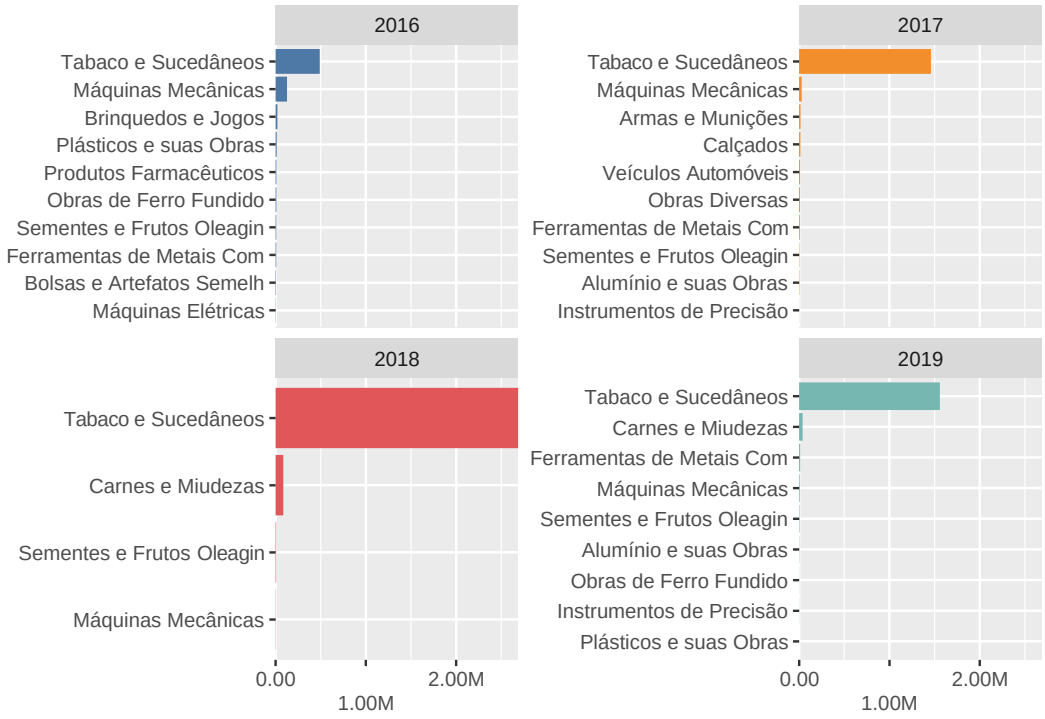


Tabela - Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano

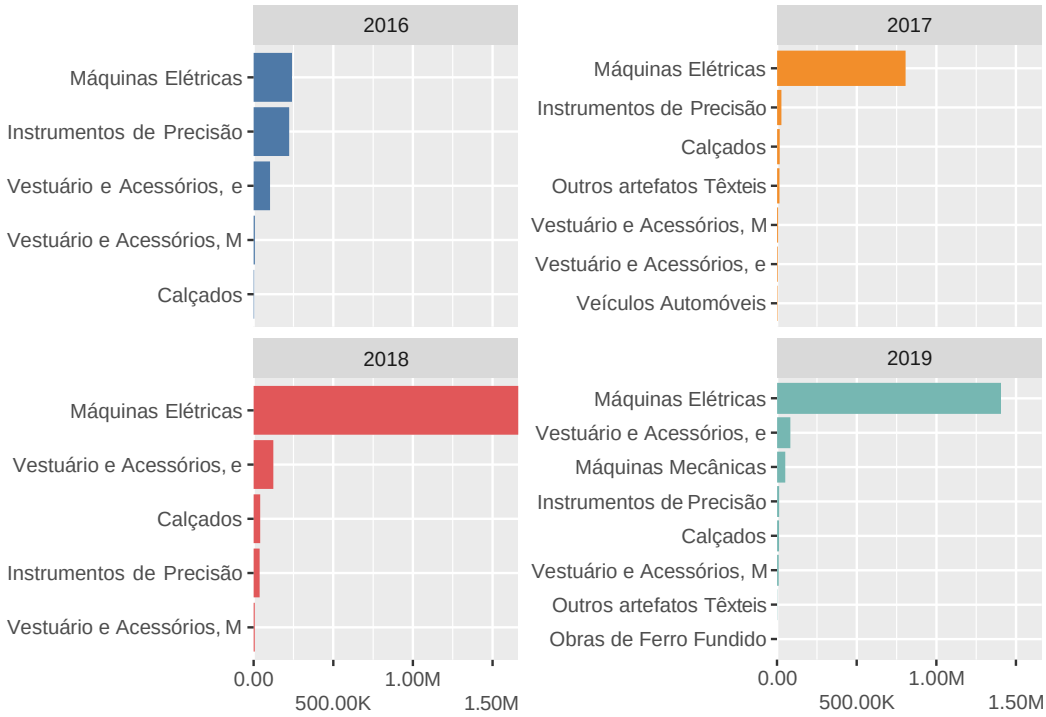
Posição	Produto	2019
1	Tabaco e Sucedâneos	1.56M
2	Carnes e Miudezas	39.48K
3	Ferramentas de Metais Comuns	13.41K
4	Máquinas Mecânicas	7.96K
5	Sementes e Frutos Oleaginosos	5.79K
6	Alumínio e suas Obras	2.85K
7	Obras de Ferro Fundido	1.22K
8	Instrumentos de Precisão	1.12K
9	Plásticos e suas Obras	195.00

Posição	Produto	2018
1	Tabaco e Sucedâneos	2.69M
2	Carnes e Miudezas	85.44K
3	Sementes e Frutos Oleaginosos	7.31K
4	Máquinas Mecânicas	1.12K

Posição	Produto	2017
1	Tabaco e Sucedâneos	1.46M
2	Máquinas Mecânicas	29.55K
3	Armas e Munições	16.97K
4	Calçados	14.84K
5	Veículos Automóveis	11.82K
6	Obras Diversas	9.92K
7	Ferramentas de Metais Comuns	8.74K
8	Sementes e Frutos Oleaginosos	4.28K
9	Alumínio e suas Obras	3.50K
10	Instrumentos de Precisão	1.93K

Posição	Produto	2016
1	Tabaco e Sucedâneos	489.23K
2	Máquinas Mecânicas	126.81K
3	Brinquedos e Jogos	20.47K
4	Plásticos e suas Obras	12.61K
5	Produtos Farmacêuticos	9.33K
6	Obras de Ferro Fundido	9.14K
7	Sementes e Frutos Oleaginosos	8.47K
8	Ferramentas de Metais Comuns	7.97K
9	Bolsas e Artefatos Semelhantes	5.67K
10	Máquinas Elétricas	3.54K

Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano



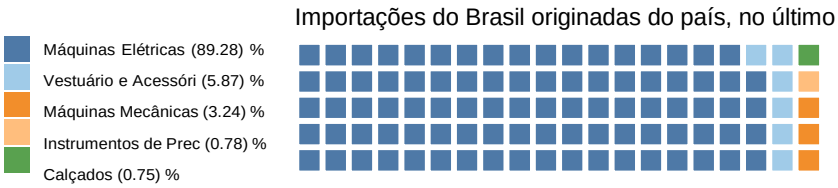


Tabela - Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano

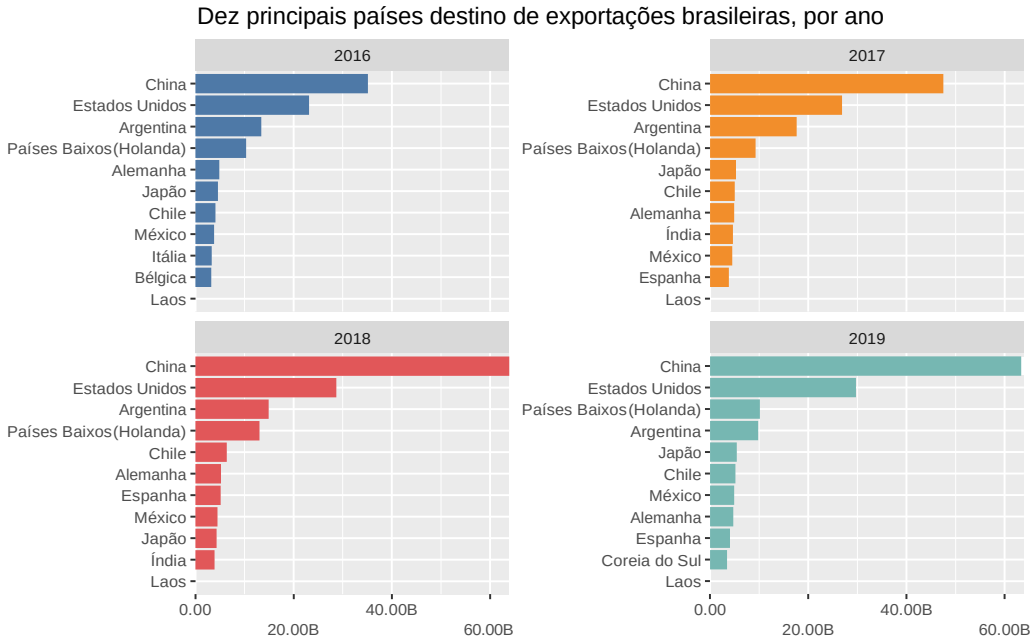
Posição	Produto	2019
1	Máquinas Elétricas	1.41M
2	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	82.94K
3	Máquinas Mecânicas	50.95K
4	Instrumentos de Precisão	12.34K
5	Calçados	11.76K
6	Vestuário e Acessórios, Malha	9.54K
7	Outros artefatos Têxteis	1.18K
8	Obras de Ferro Fundido	2.00

Posição	Produto	2018
1	Máquinas Elétricas	1.66M
2	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	123.37K
3	Calçados	41.26K
4	Instrumentos de Precisão	37.73K
5	Vestuário e Acessórios, Malha	6.68K

Posição	Produto	2017
1	Máquinas Elétricas	806.65K
2	Instrumentos de Precisão	26.71K
3	Calçados	15.89K
4	Outros artefatos Têxteis	14.57K
5	Vestuário e Acessórios, Malha	5.99K
6	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	4.04K
7	Veículos Automóveis	2.63K

Posição	Produto	2016
1	Máquinas Elétricas	241.12K
2	Instrumentos de Precisão	223.14K
3	Vestuário e Acessórios, exceto Malha	102.76K
4	Vestuário e Acessórios, Malha	7.49K
5	Calçados	3.14K

Dez principais países parceiros comerciais do Brasil, por ano



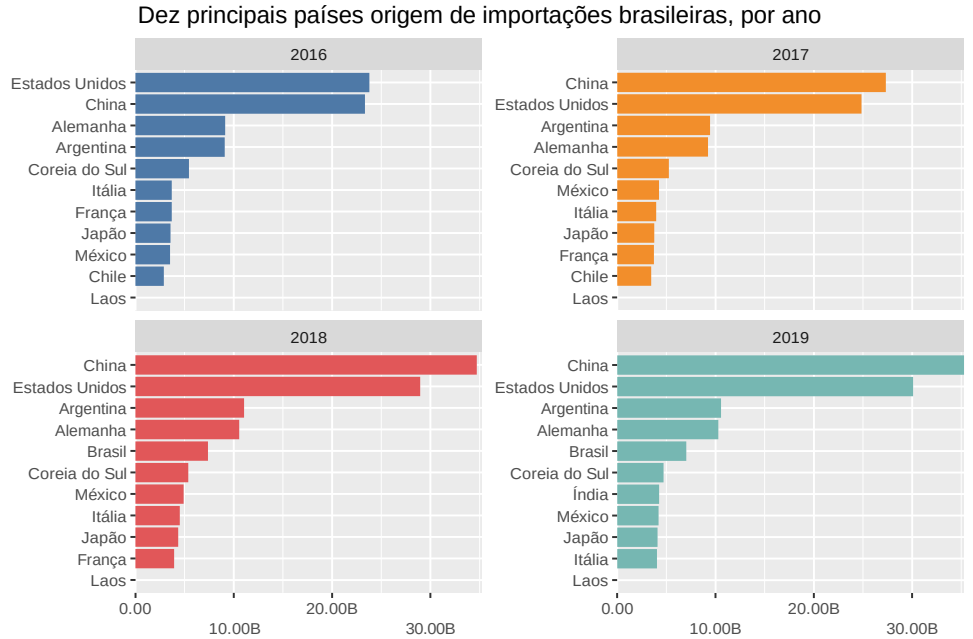


Tabela - Dez principais países destino de exportações brasileiras, por ano

Posição	País	2019
1	China	63.36B
2	Estados Unidos	29.72B
3	Países Baixos (Holanda)	10.13B
4	Argentina	9.79B
5	Japão	5.43B
6	Chile	5.16B
7	México	4.90B
8	Alemanha	4.73B
9	Espanha	4.04B
10	Coreia do Sul	3.45B
195	Laos	1.63M

Posição	País	2018
1	China	63.93B
2	Estados Unidos	28.70B
3	Argentina	14.91B
4	Países Baixos (Holanda)	13.06B
5	Chile	6.39B
6	Alemanha	5.21B
7	Espanha	5.13B
8	México	4.50B
9	Japão	4.32B
10	Índia	3.91B
184	Laos	2.78M

Posição	País	2017
1	China	47.49B
2	Estados Unidos	26.87B
3	Argentina	17.62B
4	Países Baixos (Holanda)	9.25B
5	Japão	5.26B
6	Chile	5.03B
7	Alemanha	4.91B
8	Índia	4.66B
9	México	4.51B
10	Espanha	3.81B
182	Laos	1.56M

Posição	País	2016
1	China	35.13B
2	Estados Unidos	23.16B
3	Argentina	13.42B
4	Países Baixos (Holanda)	10.32B
5	Alemanha	4.86B
6	Japão	4.60B
7	Chile	4.08B
8	México	3.81B
9	Itália	3.32B
10	Bélgica	3.23B
194	Laos	695.35K

Tabela - Dez principais países origem de importações brasileiras, por ano

Posição	País	2019
1	China	35.27B
2	Estados Unidos	30.09B
3	Argentina	10.55B
4	Alemanha	10.28B
5	Brasil	7.02B
6	Coreia do Sul	4.71B
7	Índia	4.26B
8	México	4.20B
9	Japão	4.09B
10	Itália	4.04B
128	Laos	1.57M

Posição	País	2018
1	China	34.73B
2	Estados Unidos	28.97B
3	Argentina	11.05B
4	Alemanha	10.56B
5	Brasil	7.38B
6	Coreia do Sul	5.38B
7	México	4.91B
8	Itália	4.51B
9	Japão	4.36B
10	França	3.94B
119	Laos	1.87M

Posição	País	2017
1	China	27.32B
2	Estados Unidos	24.85B
3	Argentina	9.44B
4	Alemanha	9.23B
5	Coreia do Sul	5.24B
6	México	4.24B
7	Itália	3.96B
8	Japão	3.76B
9	França	3.72B
10	Chile	3.45B
135	Laos	876.48K

Posição	País	2016
1	Estados Unidos	23.81B
2	China	23.36B
3	Alemanha	9.13B
4	Argentina	9.08B
5	Coreia do Sul	5.45B
6	Itália	3.70B
7	França	3.69B
8	Japão	3.57B
9	México	3.53B
10	Chile	2.89B
131	Laos	577.66K

Laos-Mundo, Dados Comerciais

Divisão de Promoção da Indústria

August 2020

Contents

Laos - Corrente de Comércio com o Mundo 2
Tabela - Corrente de Comércio com o Mundo 2
Laos - 10 principais produtos exportados e seus 10 mercados prioritários em 2018 3
Laos - 10 principais produtos importados e seus 10 mercados de origem em 2018 4
10 principais produtos exportados em 2018 5
10 principais produtos importados em 2018 5
Laos - 10 principais destinos de exportação do país e respectivos 10 principais produtos vendidos em 2018 6
Laos - 10 principais origens de importação do país e respectivos 10 principais produtos importados em 2018 7
10 principais destinos de exportação em 2018 8
10 principais origens de importação em 2018 8

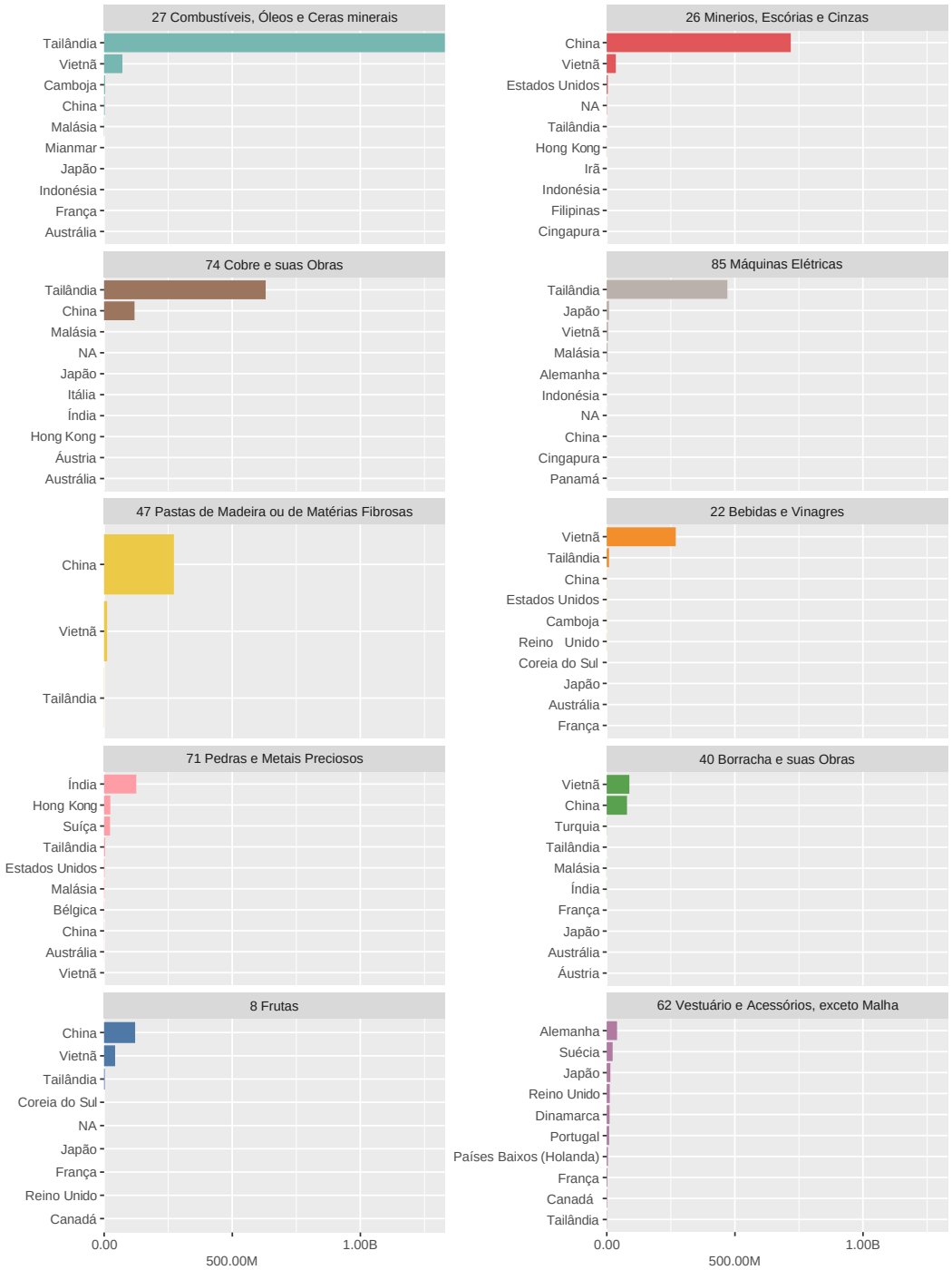
Laos - Corrente de Comércio com o Mundo

Tabela - Corrente de Comércio com o Mundo

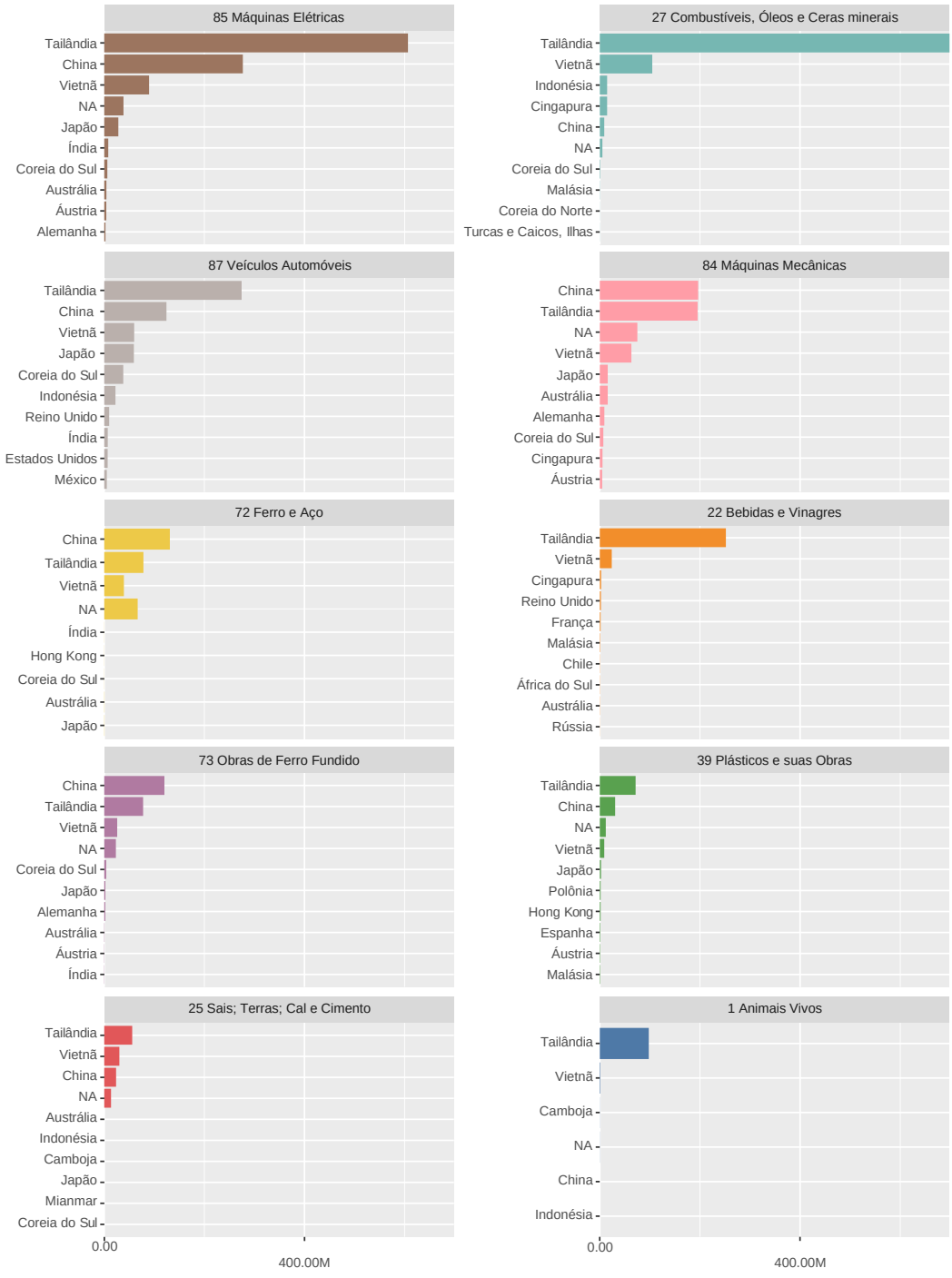
	2014	2015	2016
Exportações	2.57B	2.99B	3.12B
Importações	4.45B	3.78B	4.11B
Saldo	-1.88B	-793.29M	-982.90M
Corrente	7.02B	6.76B	7.23B

	2017	2018
Exportações	4.91B	5.81B
Importações	5.16B	5.85B
Saldo	-249.98M	-33.23M
Corrente	10.07B	11.66B

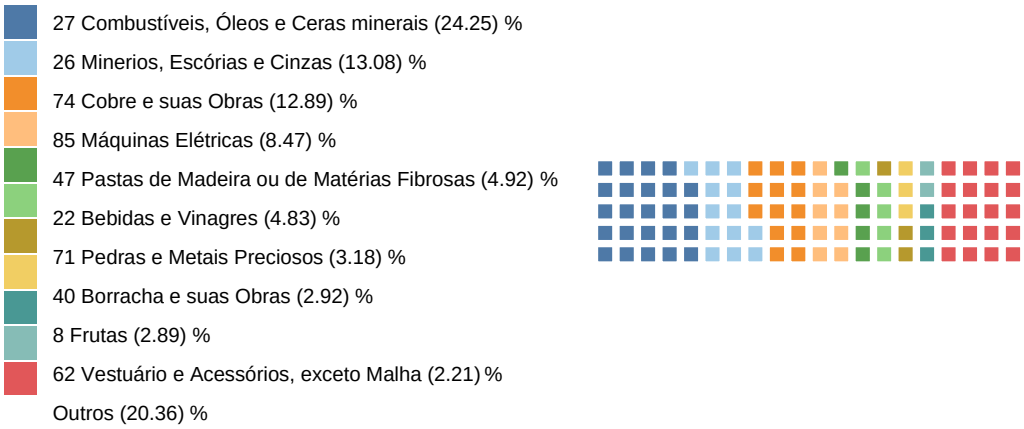
Laos - 10 principais produtos exportados e seus 10 mercados prioritários em 2018



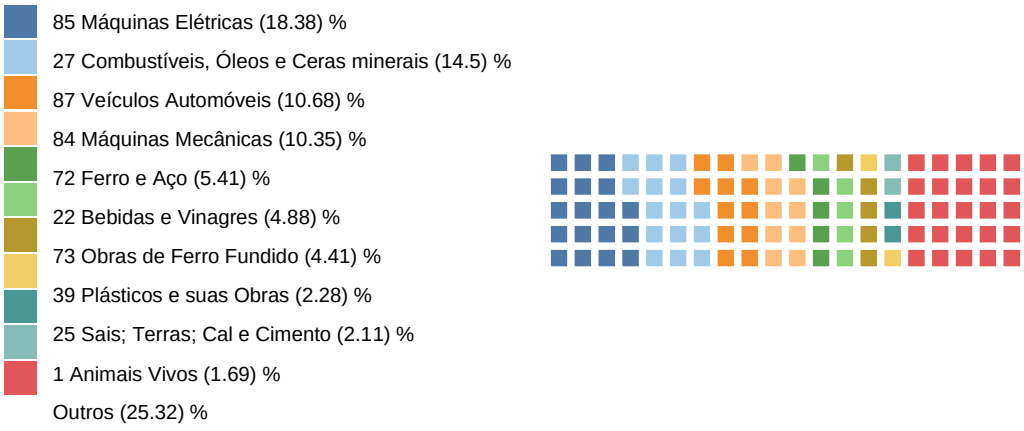
Laos - 10 principais produtos importados e seus 10 mercados de origem em 2018



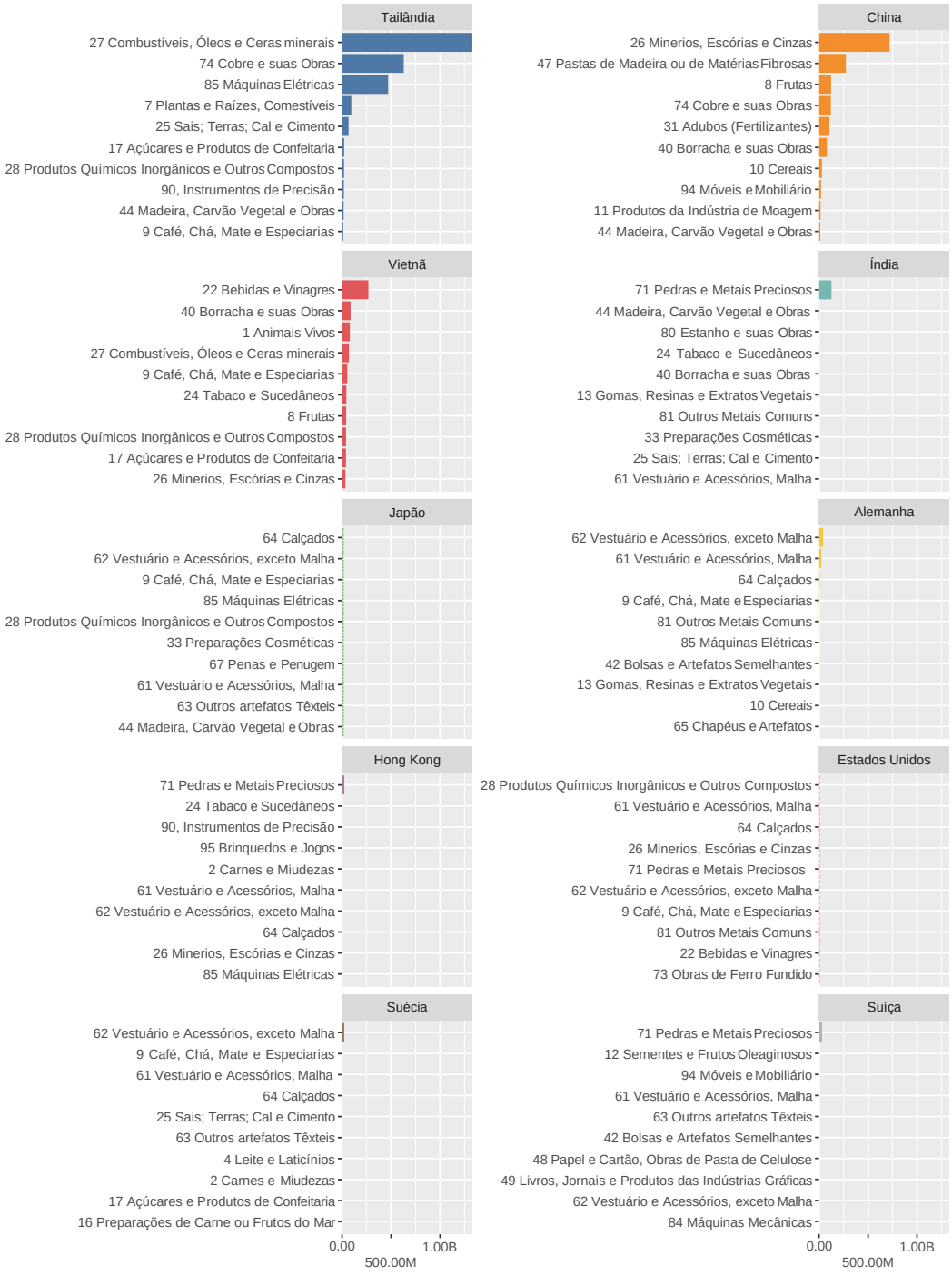
10 principais produtos exportados em 2018



10 principais produtos importados em 2018

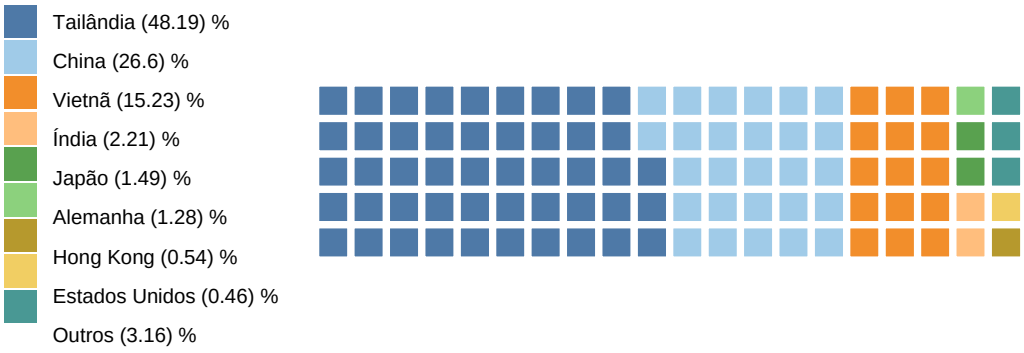


Laos - 10 principais destinos de exportação do país e respectivos 10 principais produtos vendidos em 2018

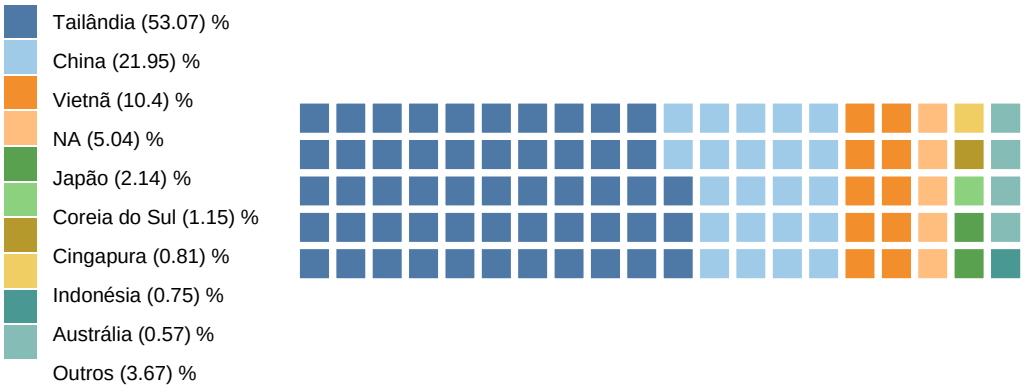


Laos - 10 principais origens de importação do país e respectivos 10 principais produtos importados em 2018

10 principais destinos de exportação em 2018



10 principais origens de importação em 2018



EMBAIXADA DO BRASIL EM BANGKOK

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADORA ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN

Devo concluir, em breve, minha gestão à frente desta missão diplomática, cuja chefia tive o privilégio de ocupar a partir de 12 de fevereiro de 2018. Nesta oportunidade, desejo expressar minha satisfação e orgulho de ter exercido os cargos de embaixadora do Brasil junto aos Reinos da Tailândia e do Camboja e à República Popular Democrática do Laos, bem como de observadora permanente junto à Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico (ONU-ESCAP).

2. Em que pese o singular contexto político local, estimo que, ao longo de minha permanência em Bangkok, adensaram-se as relações entre Brasil e Tailândia. Esta intensificação manifesta-se, sobretudo, pela otimização do diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com perspectivas de maior interação diplomática; pela maior procura de informações de empresários brasileiros sobre o panorama econômico regional com possibilidades de investimentos; por se veicularem mais notícias sobre o Brasil neste país. Envidei, outrossim, esforços para oferecer estratégias com vistas à continuidade da aproximação do Camboja e do Laos, iniciada por meus predecessores.

II- VISÃO GERAL DO PAÍS

3. A Tailândia ocupa posição de relevo no Sudeste Asiático, por sua dimensão territorial na região, sua expressão populacional (69 milhões de habitantes), por sua pujança econômica (2º maior PIB da ASEAN) e a importante corrente de comércio exterior (em 2019 US$ 485.52 bi., superior à do Brasil, de US$ 401,34bi). A Tailândia é, também, membro fundador e participante ativo nos trabalhos da Associação das Nações do Sudeste Asiático- ASEAN, sendo o maior produtor agrícola do bloco.

4. Entre 2009 e 2013 a Tailândia foi o principal parceiro comercial do Brasil entre os países da ASEAN, posição que perdeu para Singapura em 2014. Bangkok continua como um dos principais parceiros do Brasil no Sudeste Asiático, sendo o Brasil o principal parceiro do país na América Latina.

5. O Brasil tem relações com o Reino da Tailândia desde 1959. Ambas as nações compartilham o mesmo grau de desenvolvimento (rendimento médio), características físicas e climáticas e desafios semelhantes tais como a desigualdade social ou a proteção ambiental. Por ser um dos países de alto crescimento na região, oferece oportunidades para o aumento do comércio e de investimentos com o Brasil, oportunidades que devem ser mais bem exploradas. O relacionamento é promissor na área de energia (sobretudo biocombustíveis), ciência e tecnologia, pesquisa agrícola, saúde e turismo. Ademais, nos últimos anos registrou-se ampliação sem precedentes do fluxo de turistas brasileiros a esta nação. O destaque que a Tailândia alcançou na mídia e no imaginário brasileiros abre espaço - penso - para novos caminhos de cooperação diplomática. Traduz-se, também, em uma crescente demanda por serviços consulares.

6. Ao longo dos últimos três anos, a Tailândia viveu o fim do regime militar e teve início a sua redemocratização. Nos anos em que chefiei a Embaixada brasileira em Bangkok, procuramos renovar os contatos com as autoridades locais, principalmente com os da área econômica e comercial, com vistas a agilizar nossas relações nestas áreas, identificadas por terem as melhores possibilidades de parcerias em cooperação técnica e/ou oportunidades de investimento voltadas para o desenvolvimento industrial e tecnológico. Paralelamente, busquei ampliar a interlocução do posto com o empresariado, jornalistas, acadêmicos e formadores de opinião para melhor assimilar eventos locais de impacto na sociedade ou na evolução de fatos políticos.

III- CONJUNTURA POLÍTICA ATUAL

7. Passo a descrever o quadro político que acompanhei nos últimos anos. O falecimento, em 2016, do rei Bhumibol Adulyadej, Rama IX, depois de reinar por sete décadas, é registrado como importante marco na história tailandesa. Trouxe, porém, novo desafio à estabilidade da monarquia constitucional tendo em vista seu herdeiro ser pouco conhecido pela população, embora seu pai tenha buscado envolvê-lo em eventos oficiais desde sua juventude. Entretanto, se existiam preocupações em relação ao novo monarca, Maha Vajiralonkorn, Rama X, sua demonstração de seguidor dos ritos tradicionais quando da cremação de seu pai e o minucioso rigor protocolar demonstrado em todas as fases da cerimônia de sua coroação, em 2019, bastou para que o povo tailandês o consagrasse como o legítimo representante da Dinastia Chakri, no poder há mais de duzentos anos.

8. A cena política tailandesa, há décadas, mostra-se sustentada por meio da relação de dependência entre, de um lado, a Casa Real e, de outro, o estamento militar. Analistas costumam denominar tal simbiose como qualificadora de um "regime militar real", em que o fortalecimento da instituição monárquica passa pelo fortalecimento do poder dos militares, com demonstrações de apoios recíprocos.

9. Em 2014, Bangkok viveu sete meses de revoltas e manifestações populares até ser deposta a primeira-ministra Yingluck Shinawatra e instaurado um regime militar, denominado de "Conselho Nacional de Paz e Ordem", um dos muitos já ocorridos no país (cerca de 18, desde 1932). Como resultado da intervenção de maio de 2014, consignou-se uma grande concentração de poder nas mãos do chefe do Exército, general Prayut Chan-o-cha, que assumiu o total comando do país e, em 2020, continua como primeiro-ministro. Instalou-se, então, um regime militar que estabeleceu rígidas restrições aos direitos civis, com a proibição de manifestações ou qualquer atividade política ou assembleias, fatos que criaram cenário propício para que o general Prayut Chan-o-cha se consolidasse no poder. Além disso, o período da transição monárquica surgiu como momento ideal para a preservação do primeiro-ministro no poder, por ser figura popular de forte imagem, leal à

monarquia, e ser considerado como o "guardião" do "status quo" e da continuidade política.

10. O regime militar instaurado em 2014 deixou sua marca no país ao aprovar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento de 20 anos e reescrever a constituição, referendada pelo povo em 2016 e promulgada em 2017. Essa Carta Magna estabeleceu a gradual eliminação das instituições criadas pelo Conselho Nacional de Paz e Ordem e definiu a possibilidade de eleições gerais, que ocorreram em 24 de março de 2019. A Constituição desenhada pelo governo militar, entretanto, limitou o espectro de atuação política e econômica dos governos seguintes e assegurou a manutenção da presença militar na política tailandesa, mesmo depois da realização das eleições. Ademais, a Constituição de 2017 cristalizou o regime monárquico como "inviolável", acima de questionamentos políticos, o que tem causado controvérsias nas manifestações de 2020.

11. As eleições gerais em 2019 foram consideradas o marco para o "retorno da democracia", e atenderam à pressão de segmentos da sociedade, ansiosos pela normalização do regime, a reintrodução das liberdades civis e uma melhor gestão de temas socioeconômicos, com vistas a resgatar a imagem do país como nação moderna e cosmopolita. Para surpresa geral, as urnas fortaleceram um partido criado meses antes por jovens executivos e professores, sem prévios vínculos políticos, cuja plataforma partidária objetivava, essencialmente, a introdução de uma democracia moderna, a revisão do status da monarquia e a revisão da Constituição. O Future Forward Party-FFP foi o terceiro partido mais votado, conseguiu eleger 81 legisladores e uniu-se ao tradicional partido de oposição Pheu Thai para combater o partido da situação Palang Pracharath que, com a estrutura de poder sob a égide das autoridades governistas, somada aos votos dos 250 senadores escolhidos pelo regime militar anterior, reelegeram Prayut Chan-o-cha como primeiro-ministro em 2019.

12. Aos olhos de atores globais, a realização das eleições de 2019 abriu as portas para o país ser

reconsiderado como democrático, conquanto ainda se registrem, por exemplo, restrições à liberdade de expressão. Em 2019, o FFP foi dissolvido e seus líderes perderam os direitos políticos, sendo proibidos de assumir cargos públicos por dez anos. Com isso, o partido da situação domina as decisões políticas de interesse governamental, embora em 2020 comecem a surgir pequenos partidos que dão continuidade à plataforma anteriormente lançada pelo Future Forward. É flagrante a relação entre os manifestantes atuais e o programa do FFP, cuja dissolução alimentou forte ressentimento na juventude tailandesa.

13. Depois de mais de um ano nesta nova fase de governo eleito mas sem mudanças políticas a realçar, em 2020 a Tailândia começa a viver significativas manifestações de estudantes e ativistas que têm como objetivos principais a mudança da constituição e a reeleição geral para a Assembleia Nacional, com vistas a eliminar os cargos de senadores que foram meramente escolhidos e nomeados pelos militares. Os senadores votam em propostas-chave, tais como a escolha do primeiro-ministro, consolidando a agenda das autoridades constituídas. Da agenda dos jovens ativistas tailandeses, o terceiro ponto, de menção proibida por força legal, é a alteração do regime da monarquia constitucional que usufruiria de "poderes excessivos". Este tema, mesmo que seja apenas para exigir transparência na manutenção do regime ou diminuir vantagens financeiras, é considerado crime de lesa majestade, com condenação rigorosa para seus detratores. Noto, porém, que a monarquia tem patamar suprapartidário e o regime tem apoio da maioria da população, sobretudo das pessoas mais idosas. A veneração e adoração religiosa à Monarquia são deveres inscritos na Constituição tailandesa.

IV- CENÁRIO ECONÔMICO DA TAILÂNDIA

14. A Tailândia é a 21ª economia mundial em paridade de poder de compra (PIB PPP em 2019 estimado em cerca de US$ 1,3 trilhão), e apresenta fundamentos econômicos sólidos, apesar da constante instabilidade

política. Da crise dos tigres asiáticos (1998) até 2019, o país cresceu, em média, 4% ao ano. A Tailândia conta com infraestrutura relativamente bem desenvolvida, conectividade, baixíssimos índices de inflação (0,71% em 2019) e desemprego (0,75% em 2019), endividamento público e externo em patamares razoáveis e políticas pró-investimento. Apesar do baixo desemprego, grande parte da mão-de-obra urbana se encontra na informalidade (cerca de 55% em 2018).

15. A economia tailandesa é bastante dependente do mercado externo. As exportações representam cerca de dois terços do PIB, e a receita da indústria turística, até 2019, cerca de 22% do PIB. Os produtos exportados compreendem, principalmente, eletroeletrônicos, auto partes, "commodities" agrícolas e alimentos processados. Indústria e serviços correspondem a cerca de 90% do PIB. Por seu turno, o setor agrícola - apesar de responder por apenas 10% da economia - emprega mais de um terço da força de trabalho e tem grande importância política. Os principais parceiros comerciais do país são a China, os EUA e o Japão, mas a economia tailandesa exerce forte impacto nos países vizinhos Laos, Myanmar e Camboja.

16. Nas últimas décadas, o país experimentou altas taxas de crescimento e conquistou significativa redução da pobreza. Em 2011, foi elevado pelo Banco Mundial da categoria de baixa renda média para a de alta renda média (PIB PPP per capita, em 2019, estimado em US$ 18,5 mil - FMI). Em 2019, o Baht (THB) tailandês foi a moeda que mais se valorizou na Ásia.

17. Em 2016, o dinamismo tailandês definiu um projeto logístico e de infraestrutura moderna, que favorecerá o desenvolvimento econômico da Tailândia e do Sudeste Asiático, chamado Corredor Econômico do Leste -EEC, iniciativa prioritária no projeto de atualização do país. O governo tailandês aprovou, no âmbito do programa de investimentos e inovação tecnológica, um plano de investimentos no valor de US$ 41,6 bilhões, que deverá ser executado entre 2017 e 2022 por meio de 15 projetos de infraestrutura, na expectativa de receber grandes investimentos de empresas

internacionais como Airbus, Mitsubishi Electric Factory, Hitachi e outras. O principal objetivo do EEC será o de conectar a maior zona industrial do país (localizada a sudeste de Bangkok) a esse corredor de rodovias, ferrovias e outras camadas de infraestrutura crítica, o qual deverá se converter em "hub" de produção e distribuição de manufaturados e serviços tecnológicos para os demais países da ASEAN. Etapa posterior prevê interconectar o EEC aos demais corredores logísticos no Sudeste Asiático, em especial o Corredor Econômico China-Península da Indochina (CICPEC).

18. No ano de 2020, a Tailândia sofreu forte impacto econômico em razão da pandemia Covid-19, com perspectiva de contração de seu PIB, previsto para cair entre 8% e 12% durante o corrente ano. Os números sofrem com a paralisação do setor do turismo no ano - com a perda dos 40 milhões de visitantes que recebia por ano e não pode se beneficiar dos lucros advindos das atividades turísticas (hotéis, agências de excursões, guias profissionais, transporte etc) e da enorme infraestrutura turística implantada. A se concretizar essa previsão, a Tailândia deverá ser o país de pior desempenho econômico no contexto da ASEAN.

19. Essa assertiva contrasta com o fato de o país ter tido enorme êxito em combater o alastramento da doença, contando apenas 3.942 infecções e 60 mortes até novembro de 2020. Para tanto, o governo implantou rigorosas medidas sanitárias, estimulou o distanciamento social, a obrigatoriedade do uso generalizado de máscaras e o controle de temperatura passou a ser feito na entrada de metrô, ponto de ônibus, em qualquer prédio público ou comercial. Posteriormente, o governo proibiu aglomerações públicas, instituiu um regime de emergência (abril 2020), toque de recolher durante 45 dias e proibiu aterrissagem de voos comerciais internacionais, de abril até novembro de 2020. O resultado destas medidas foi um baixo nível de contaminação, tendo sido a Tailândia reconhecida mundialmente por adotar medidas exemplares para o controle do vírus.

V- POLÍTICA EXTERNA TAILANDESA

20. Com relação ao equilíbrio de poder na Ásia, a diplomacia tailandesa tem optado pela “equidistância pragmática" entre EUA e China, opção com raízes históricas na inserção internacional do país, além de participar ativamente em foros multilaterais e esquemas regionais de geometria variável. Por outro lado, Bangkok mantem uma posição de neutralidade em relação a questões sensíveis do entorno asiático, especialmente no que tange às discussões de segurança e de conflitos como península coreana e/ou Mar do Sul da China. Abordo, a seguir, os vínculos tailandeses com seus principais parceiros.

República Popular da China

21. As relações entre Tailândia e China encontram-se em momento positivo, tendo-se observado aproximação em termos políticos e econômicos. Quanto ao segundo aspecto, os principais elementos são investimentos chineses na infraestrutura. Já foi iniciada a construção da linha de trem de alta velocidade que ligará a China ao território tailandês, projeto inserido na iniciativa "One Belt, One Road-OBOR", e também a compra de material de defesa chinês pelas Forças Armadas tailandesas, diversificando o fornecedor além dos EUA. Em ambos os casos, a Tailândia tem buscado acordos que incluam a transferência de tecnologia e o treinamento de pessoal para serviços de manutenção.

22. O contingente de imigrantes chineses recebido há duzentos anos evoluiu para que o comércio e a economia tailandesa sejam comandados por descendentes chineses que formam a elite econômica do país. Entretanto, é impossível constatar se esta elite ainda tem real influência política embora, nos últimos anos, não se tenha registro qualquer crítica oficial a Beijing, grande parceiro econômico local.

23. Bangkok anseia firmar-se como país-chave nos

projetos de infraestrutura e conectividade que deverão aproximar o Sudeste Asiático das demais regiões integrantes do planejamento da OBOR, particularmente da chamada "Rota da Seda Marítima". Neste sentido, os principais interesses visam a obter externalidades positivas a partir da complementariedade entre os arcabouços de cooperação existentes e o planejamento doméstico de desenvolvimento econômico. O comércio sino-tailandês é de US$ 79 bilhões anualmente e 16.46% das exportações tailandesas têm como destino a China.

24. Quanto ao Mar do Sul da China e as crescentes hostilidades que surgem entre as duas potências globais, embora esta questão política regional esteja muito presente na imprensa asiática, não se registra manifestação da Tailândia, que adotou a posição das Nações Unidas em relação à segurança marítima e cooperação, conforme aprovada na 10ª Reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros por todos os membros da ASEAN, liderados pelo Vietnã, em setembro de 2020 (AGNU Res/74/19 de 1982).

Estados Unidos da América

25. Já os Estados Unidos têm 201 anos de relações, vínculos consolidados, fortalecidos sobretudo durante a Guerra Fria, quando Bangkok foi alçada à posição de aliada preferencial dos EUA no Sudeste Asiático. Como sabido, durante a Guerra do Vietnã, a Tailândia foi base para as forças norte-americanas e serviu como `balneário" para as tropas descansarem em acampamentos neste território. A partir de então, o fluxo de recursos americanos e investimentos locais, ademais de meios para combater o comunismo na região, foi essencial para a modernização da economia de mercado tailandesa e para a projeção dos militares enquanto força política nacional.

26. O Tratado de Aliança entre Washington e Bangkok, um dos cinco existentes com países asiáticos, facilita sobremaneira a extensa presença norte-americana na Tailândia, ponto focal para deslocamentos na região,

e esses contatos favorecem a periódica compra de armamento moderno "made in USA", para este país.

27. Importante ressaltar que, com o impulso das relações bilaterais entre Tailândia e China, Bangkok se tornou alvo natural da atenção da política norte-americana, que visa a contrabalançar a influência chinesa no Sudeste Asiático ampliando os vínculos com este país, sejam militares ou comerciais.

28. Durante o governo Donald Trump, no contexto do diálogo político entre a Tailândia e os Estados Unidos, passou-se a observar importante distensão no relacionamento bilateral, antes marcado por críticas do governo Obama ao regime militar e a violações de direitos humanos. Houve menor pressão por parte dos EUA pela redemocratização e promoção das liberdades fundamentais, e o governo tailandês usufrui hoje de situação confortável, com periódicas visitas de delegações oficiais dos dois países. O secretário de Estado Michael Pompeo aceitou convite e participou do diálogo com os membros da ASEAN, durante a Cúpula do bloco, realizada no mês de novembro de 2019, durante a presidência rotativa de Bangkok, e igualmente em 2020.

29. Convém mencionar que Washington procura se aproximar mais da ASEAN e, neste contexto, tem reforçado sua presença com intervenções nos diálogos do bloco, como a "Iniciativa para o Indo-Pacífico" e, mais recentemente (09/20), lançaram a iniciativa "Mekong-USA Partnership", com a participação de todos os países envolvidos no baixo Mekong: Myanmar, Laos, Camboja, Vietnã e Tailândia. OS EUA subsidiarão projetos de desenvolvimento (segurança, saúde, governança, meio ambiente), no valor inicial de US$ 3,5 bilhões para a assistência a ser implementada ao longo dos próximos anos. Recordo que a área é inteiramente dominada por investimentos e represas chinesas.

30. Os EUA são, hoje, o maior investidor estrangeiro no Sudeste Asiático, com um estoque de US$ 866 bilhões e um total de comércio com a Tailândia no valor de US$48,6 bilhões, 10.08% da balança comercial local. A

nação norte-americana é o principal destino das exportações tailandesas fora da ASEAN, com exportações no valor de US$ 27,8 bi/ano. Os principais produtos importados da Tailândia são autopeças, partes de eletrônicos, materiais de borracha, joias, frutos do mar e suco de frutas.

Japão

31. A diplomacia tailandesa reconhece o Japão como parceiro fundamental para o desenvolvimento regional e projeta o país como modelo de economia desenvolvida na Ásia. Os laços entre as duas grandes monarquias do Oriente são fortes e incluem componente demográfico importante, uma vez que a Tailândia é o lar da maior comunidade imigrante japonesa na Ásia. Ademais, existem sólidos vínculos entre as duas monarquias sendo que a primeira visita oficial ao rei Rama X foi a do imperador Emérito Akihito. O primeiro-ministro Prayut Chan-o-cha representou a Tailândia quando da ascensão de Naruhito ao Trono do Crisântemo, em maio 2019. Percebe-se tendência de emigração dos investimentos japoneses para outros países da região, como o Vietnã e a Indonésia, em razão da redução de custos de produção relacionados a mão-de-obra. O Japão ainda é o maior investidor estrangeiro na Tailândia, tem mais de seis mil empresas instaladas e produzindo no país, é também o terceiro maior parceiro com 11.96% do comércio internacional, somando US$ 57,7 bilhões (2019).

Associação dos Países do Sudeste Asiático-ASEAN

32. A ASEAN desempenha importante papel na estratégia de inserção internacional da Tailândia, pois serve de plataforma para avançar interesses nacionais e seu protagonismo regional. No âmbito da ASEAN, a diplomacia tailandesa vem abrindo espaços de participação mais ativa. No contexto do bloco, os acordos de livre comércio beneficiam 99% do comércio total e, atualmente, o mercado intra-bloco é calculado em US$ 2 trilhões. Bangkok tem 22.31% de seu comércio internacional com o bloco, equivalente a US$ 107,6 bilhões.

33. Na perspectiva do governo tailandês, a ASEAN serve como elemento garantidor da paz, estabilidade e sustentabilidade no Sudeste Asiático. Em primeiro lugar, porque o processo integracionista e o chamado "ASEAN Way" (decisões por consenso e princípio da não-intervenção) permitiriam diálogo construtivo e colaborativo entre os estados membros, assim reduzindo eventuais diferendos. Em segundo lugar, porque a "Visão da Comunidade da ASEAN para 2025", adotada em 2015, contribuiria para a implementação da Agenda 2030 da ONU, na região.

Grupo CLMVT - Camboja, Laos, Myanmar, Vietnã e Tailândia

34. Como consequência do acordo da ASEAN, o governo tailandês tem buscado dinamizar a cooperação com o Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã com vistas à criação de uma estratégia econômica comum. Bangkok mantém excelentes relações com as quatro outras capitais englobadas no bloco CLMVT. Os parceiros do CLMVT configuram destino de 10% das exportações tailandesas, proporção semelhante ao espaço dos EUA ou do Japão no comércio exterior tailandês. A Tailândia depende, ademais, da mão-de-obra estrangeira, oriunda, sobretudo, de Myanmar.

Tailândia-União Européia (UE)

35. O estoque de investimentos da UE na Tailândia, país muito requisitado por europeus que visitam, moram e se aposentam por aqui, é de enorme significado para a economia tailandesa pois compreende cerca de 2.000 empresas europeias, das quais 600 são alemãs. A participação da União Europeia na balança comercial da Tailândia é de 12.03%, perfazendo US$ 58 bilhões.

VI - RELAÇÕES BILATERAIS

36. Os 60 anos das relações do Brasil com a Tailândia têm sido um período de amizade onde não se registram atritos econômicos, políticos ou comerciais. Os dois

países mantêm uma excelente interlocução bilateral, gozam de uma imagem global positiva, e usufruem de constantes manifestações de amizade, com potencial para estreitar e diversificar seu relacionamento.

37. A instabilidade política tailandesa, desde as manifestações de 2013-2014 e a subsequente intervenção militar, afetaram a desejável aproximação bilateral. A coroação de Rama X e as eleições gerais, em 2019, deram ao país maior grau de estabilidade e, ainda que enfrentando disputas políticas e desigualdade social, a imagem do reino entrou em fase favorável, com renovada atenção internacional e forte interesse em normalizar suas relações globais, especialmente com o Ocidente.

38. Nas últimas décadas, o engajamento político brasileiro no continente asiático tem fortalecido múltiplas vertentes de cooperação, comércio e investimentos. A presença de uma representação brasileira na região reafirma nossos interesses e abre perspectivas de maior cooperação, apostando na Ásia como uma das regiões mais promissoras para a celebração de parcerias econômicas e comerciais e um ator destinado a assumir crescente destaque na cena global.

39. Descrevo, a seguir, os acontecimentos bilaterais de realce que acompanhei nos últimos anos e dos quais pude participar:

a) Visita do então ME Aloysio Nunes Ferreira

40. Com forte impacto na aproximação diplomática com Bangkok, destaque-se que o então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, veio a este país no período de 9 a 10 de maio de 2018, incumbido de trazer, pessoalmente, missiva explicativa do então presidente da República Michel Temer, obrigado a cancelar viagem prevista para esta capital. Embora frustrada a expectativa da visita presidencial, as autoridades tailandesas receberam com grande apreço a vinda do ministro, que marcou importante retomada dos contatos de alto nível entre o Brasil e a Tailândia.

41. O então chanceler Nunes Ferreira e sua delegação foram recebidos pelo primeiro-ministro Prayut Chan-o-cha. O primeiro-ministro demonstrou amplo conhecimento da agenda bilateral, destacou interesse na cooperação em tecnologias avançadas, tendo sublinhado a possibilidade de receber investimentos da EMBRAER, e de outras empresas brasileiras, no projeto nacional do Corredor Econômico do Leste (EEC), bem como em cooperar no campo de turismo - em vista do crescente fluxo de turistas brasileiros -, e ressaltou possibilidades de cooperação bilateral na área de recursos naturais, como no manejo de florestas tropicais, patrimônio relevante para ambos os países. A contraparte brasileira apresentou a visão sobre os temas abordados, enfatizou o forte interesse brasileiro na abertura do mercado tailandês de carnes, na vertente de cooperação na produção de etanol combustível e em investimentos voltados à produção e extração da borracha. O então chanceler brasileiro também foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Don Pramudwinai, que propôs que o status das relações bilaterais fosse elevado para o de "diálogo estratégico", em nível de chanceleres, proposta inesperada e de grande importância para as nossas relações diplomáticas, bem recebida pela parte brasileira.

b) Mecanismos de Consulta

42. Recordo que o Brasil e a Tailândia mantêm dois mecanismos de interlocução política, conduzidos pelo MRE com a participação de outros Ministérios e órgãos brasileiros: a Comissão Mista (II Reunião realizada em Brasília, em junho de 2012) e as Consultas Políticas. A primeira edição da Reunião de Consultas Políticas foi realizada em Brasília, em junho de 2015, sob o amparo do Memorando de Entendimento assinado em 2012. Em agosto de 2018, pude acompanhar a "II Reunião de Consultas Políticas em Assuntos de Interesse Brasil-Tailândia".

c) Organismos multilaterais

43. A Tailândia tem utilizado os mecanismos multilaterais como meio de ampliar sua inserção

internacional para acercar-se a relevantes (“global players”), sem romper a equidistância entre EUA e China. A ASEAN tem sido a principal plataforma de engajamento regional da diplomacia tailandesa. Igualmente, a dinâmica presença internacional da Tailândia apresenta-se como oportunidade para adensamento das relações bilaterais com o Brasil.

44. No que diz respeito ao relacionamento na área multilateral, a Tailândia tem concedido frequente endosso às candidaturas e propostas apresentadas por Brasília, apoio esse que conta com ressonância entre membros da ASEAN. O deslocamento do centro da economia mundial para a Ásia e a maior receptividade dos mecanismos multilaterais têm sido ativamente utilizados como oportunidade para Bangkok firmar sua atuação no cenário internacional.

45. Lembro que, no contexto multilateral, conforme estabelecido em 2006, no âmbito do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Brasil e Tailândia integram, junto com a África do Sul, a França, a Indonésia, a Noruega e o Senegal, a “Iniciativa Política Externa e Saúde Global", tema bastante demandante em razão de persistentes surtos e pandemias mundiais. Registro, também, que normalmente os dois países mantêm posições convergentes, no tratamento multilateral de questões relativas à AIDS.

d) Questões de defesa e Adidância Militar

46.Permito-me recordar ponto de reiteradas menções entre os dois países. Refiro-me à Adidância Militar brasileira que, desde sua criação em 2014, tem sede em Jacarta, o que prejudica os contatos com os tailandeses que valorizam contatos presenciais e esperam tratamento de reciprocidade. Durante a I Sessão das Consultas Políticas bilaterais, realizadas em Brasília em 2015, teria sido aventada a criação de adidância residente em Bangkok. A Tailândia tem um adido militar residente em Brasília desde 2008. A instalação de um adido em Bangkok permitiria melhor prospecção de oportunidades e cooperação no campo da

defesa como, por exemplo, participação no maior exercício multinacional, naval, da Ásia, o "Cobra Gold", e facilitaria a presença brasileira na feira "Defense & Security", muito relevante na região.

47. O Brasil foi convidado, em 2017, a participar, como observador, do maior exercício militar da sub-região, organizado anualmente pela Tailândia e os Estados Unidos da América, o "Cobra Gold". Desde 2018 os militares brasileiros não participam do exercício, e considero pertinente serem retomados nossos contatos sobre esta questão, por promover ocasião única para os militares brasileiros familiarizarem-se e reforçarem seu conhecimento técnico, além de favorecer a interação militar com diversos países asiáticos.

48. Nos últimos anos o orçamento tailandês para aquisições de material bélico pelas Forças Armadas foi incrementado e há interesse em diversificar as negociações com parceiros menos tradicionais, ampliando a possibilidade de venda dos produtos brasileiros.

49. Cito aqui o "Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Defesa", negociado e pendente de assinatura desde 2017. Ressalto que a firma do documento marcará o aprofundamento da interlocução nessa importante área para os dois países.

e) Adidância Agrícola

50. O governo brasileiro criou, em 2017, a Adidância Agrícola na embaixada em Bangkok, com o objetivo de fortalecer e expandir as relações bilaterais no setor. Sem desprezar variadas opções tais como café “premium” especial, castanhas-do-Pará e frutas, no presente os maiores esforços tem se concentrado em abrir o mercado tailandês para a carne bovina brasileira, que conta com aceitação local. Com isso, em 2019 e 2020 conseguiu-se a aprovação de frigoríficos exportadores brasileiros de carne bovina e seis estabelecimentos de subprodutos de matéria prima animal, não comestível, aprovadas pelas autoridades sanitárias

tailandesas, o que permitirá competir neste mercado dominado pelas produções australiana e norte-americana.

f) Câmara de Comércio Brasil-Tailândia

51. Outra entidade de relevância a ser destacada durante minha gestão foi o estabelecimento da Câmara de Comércio Brasil-Tailândia, cujo processo de registro teve início em 2017. Seria importante lembrar a limitada presença empresarial brasileira neste país. Com a venda da unidade da BRF para capital americano em 2019, resta como investimento brasileiro apenas a Jacto, que explora materiais de pulverização agrícola. Este dado é primordial para se entender as limitações à atuação da Câmara de Comércio que, associada à Embaixada, busca inserir-se no restrito ambiente de negócios do país, identificar possíveis importadores de produtos brasileiros e aprimorar a imagem brasileira no setor empresarial local.

g) Comemoração dos 60 Anos de Relações Diplomáticas

52. Fato inédito e que vale importante destaque foi a comemoração do aniversário de 60 anos das relações diplomáticas entre os dois países, evento realizado nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros-MFA, com a presença de 350 pessoas entre políticos, homens de negócio, chefes de Missão e diplomatas, representantes da sociedade tailandesa e da comunidade brasileira. A Embaixada desdobrou-se para conseguir esta deferência e compartilhou com o MFA a responsabilidade da organização do evento. A festa teve grande repercussão local por ter sido a primeira e única vez que tal tipo de comemoração aconteceu nos salões e com a chancela do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Por outro lado, constituiu ocasião para enaltecer, divulgar e reforçar a relação bilateral. Na ocasião, 21 de abril de 2019, os dois países divulgaram declaração oficial comemorando a importante data, registrando o histórico das relações bilaterais e a dimensão estratégica a ser reforçada em anos vindouros.

h) Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Tailândia.

53. Criado em 1992, o grupo estava pouco ativo nos últimos anos. Em 2018, após visita que fiz ao presidente da Assembleia Legislativa tailandesa, foi possível manter contato com parlamentares membros do Grupo Parlamentar Tailândia-Brasil, que me reiteraram a expectativa de que a mesma iniciativa fosse retomada pelo lado brasileiro, a fim do Poder Legislativo de ambos os países contribuir de modo mais concreto ao desenvolvimento e à consolidação das relações bilaterais. Tive ocasião de me reunir, diversas vezes, com os membros do grupo, mantendo conversa positiva para o estreitamento dos vínculos entre os dois parlamentos. Em 2019, o Grupo de Amizade foi reativado na Câmara Federal em Brasília e, posteriormente estabelecido o Grupo Parlamentar Brasil-Tailândia, fortalecendo os vínculos parlamentares dos dois países. Em 2020 a prevista visita dos legisladores tailandeses ao Brasil foi postergada em razão da pandemia de Covid-19.

i) Política Externa: Brasil e América Latina

54. Merece referência a determinação do Ministério dos Negócios Estrangeiros tailandês que, nos últimos anos, tem demonstrado interesse em favorecer maiores vínculos com a América Latina. Em 2019, o Departamento de Américas inaugurou um serviço on-line de divulgação dos países, com vistas a atrair interessados e visitantes tailandeses para a América Latina. A plataforma contou com o apoio das nove embaixadas latino-americanas em Bangkok, que divulgaram nesta mídia não só dados gerais sobre seus países, como também pontos turísticos de atração para conhecimento dos locais.

55. Já em 2020, a importante Federação das Indústrias da Tailândia, estimulada pelo MFA, criou um Conselho de Negócios com a América Latina, tendo por objetivo diversificar a interação comercial e econômica entre as duas regiões. Neste caso, faz-se importante estabelecer instituição brasileira que seja a articuladora e abrigue interlocutores interessados na Tailândia, que estimulem e definam novos produtos e

ideias para aproximar as duas nações e melhor explorar seu potencial econômico.

VII - ASSUNTOS CULTURAIS, DE IMPRENSA, EDUCACIONAIS E DESPORTIVOS

56. Apesar das significativas restrições orçamentárias persistentes ao longo dos últimos anos, a Embaixada logrou executar ações em diversas áreas da diplomacia pública. No campo da cultura, apoiou a participação de regentes brasileiros em concertos da Orquestra Filarmônica da Tailândia, em 2018 e 2019, realizou mostra de cinema brasileiro no "Bangkok Art Cultural Center", como parte das celebrações dos 60 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia e, com o apoio da Fundação Biblioteca Nacional, promoveu a tradução para o tailandês de obras de Jorge Amado e Luís Fernando Veríssimo.

57. Na área educacional, verificou-se, em julho de 2018, a interrupção pelo MEC do funcionamento de Leitorado brasileiro na conceituada Universidade Chulalongkorn, lacuna que merece ser preenchida em função da importância da promoção da língua portuguesa no exterior e do aprofundamento dos contatos na área acadêmica. Memorando de entendimento sobre cooperação bilateral em educação encontra-se em fase de análise final pelo lado brasileiro. Na área esportiva, a Embaixada prestigiou a participação de atletas nacionais em campeonatos de futebol de salão e de "muay thai", realizados na Tailândia.

VIII - QUADRO ECONÔMICO E COMERCIAL

a) Comércio e Investimento

58.O Brasil é o principal parceiro comercial da Tailândia na América Latina. A corrente comercial Brasil-Tailândia cresceu de US$ 420 milhões em 2001 para significativos US$ 3,5 bilhões em 2019. A máxima foi atingida em 2012 com US$ 4,6 bilhões. Embora com crescimento substancial, há um grande potencial comercial a ser explorado entre os dois países.

59. A Tailândia possui escopo diversificado de exportações para o Brasil, incluindo produtos como componentes para a indústria automobilística (auto-partes cerca de 10%), equipamentos de comunicação e eletro-eletrônicos diversos (cerca de 16%), assim como borracha (cerca de 7%), têxteis, plásticos, motocicletas e motores. Grande parte do intercâmbio é impulsionado pelo comércio intra-firmas do setor automobilístico (cerca de US$1,1 bi).

60. A pauta de exportações do Brasil segue, contudo, marcadamente dominada pela soja e seus derivados destinados ao consumo animal (74% da pauta exportadora em 2019), seguido de longe por produtos manufaturados e semimanufaturados, como couro (2,1%), máquinas agrícolas (2,1%), e motores e auto-partes (3,5%). Apesar da concentração da pauta na soja, o Brasil é o terceiro maior exportador de produtos agrícolas para a Tailândia, após China e Estados Unidos. Em 2019, a Tailândia foi o destino de 14% das exportações brasileiras para a ASEAN e a origem de 20% das importações do bloco, ficando em quarto e segundo lugar, respectivamente.

61. Apenas no primeiro semestre de 2020, o Brasil exportou para a Tailândia valor muito próximo do exportado ao longo de todo o ano de 2019, crescendo 35,9% em relação ao mesmo período do ano passado. No mesmo período de 2019, a exportação de soja representou 36% da pauta brasileira enquanto este produto atingiu 48% no primeiro semestre de 2020. O Brasil é normalmente superavitário na relação comercial bilateral (US$ 131,1 milhões em 2019), com tendência de ampliação da margem em 2020.

62. O movimento se explica pelo aumento das importações tailandesas da soja brasileira e seus derivados, em decorrência do menor preço internacional do produto brasileiro (grande safra e real desvalorizado). A desvalorização do real, por seu turno, ajuda a compreender a queda nas importações brasileiras (13,5%).

63. Em 2020, constata-se que a concentração da pauta exportadora do Brasil para a Tailândia aumentou. Soja

e derivados representaram 74% da pauta em 2019, crescendo para 85% no primeiro semestre de 2020. O restante permaneceu relativamente estável, distribuída entre comércio intrafirmas do setor automobilístico, aço, couro, motores elétricos e outros equipamentos industriais

b) Cooperação e investimento

64. O relacionamento entre o Brasil e a Tailândia é especialmente promissor nas áreas de comércio e investimentos, energia (sobretudo biocombustíveis), ciência e tecnologia, pesquisa agrícola, saúde e turismo. A cooperação técnica bilateral insere-se no marco do "Plano de Ação para Cooperação Técnica Bilateral e Trilateral", assinado em 2012. Os temas prioritários, conforme acordado pelas partes, são: (i) agricultura, com projeto na área de controle de moscas da fruta; (ii) energia, com foco em mecanização da cana-de-açúcar e energias renováveis (biocombustíveis); e (iii) turismo, com ênfase em políticas públicas para promoção do setor. Com as seguidas transformações políticas na Tailândia, desde 2014, esses temas precisam ser retomados com mais ênfase.

65. Não obstante, entre as iniciativas de cooperação bilateral incluo evento batizado “Ethanol Talks: Thailand", em março de 2020, consistindo em seminário de especialistas brasileiros em etanol, para numeroso público local e qualificado, sobre os benefícios das tecnologias modernas adotadas pelo setor no Brasil. A cooperação em etanol é particularmente promissora, pois se trata de potencial forma de resolução do contencioso bilateral na OMC sobre subsídios ao açúcar (DS507), na medida em que, ao estimular a produção local de etanol, a Tailândia poderá evitar o excedente de produção e a necessidade de subsidiar os produtores. Setores importantes da sociedade tailandesa têm pressionado o governo local no sentido de aumentar o índice de etanol misturado à gasolina no país, como forma de estimular a indústria local.

66. Em termos de investimentos, o Brasil conta com

apenas uma empresa ativa na Tailândia, desde que, em 2019, a BRF optou por desfazer-se da planta que mantinha no país. Por outro lado, cinco empresas tailandesas mantêm investimentos no Brasil, nos setores químico (plásticos), eletrônico, petrolífero, turístico e de aquicultura.

IX - RELAÇÕES CONSULARES

67. No início de 2020, a estimativa da população de brasileiros residentes na Tailândia era de cerca de 920 pessoas, com base em dados de fluxo de atendimento consular, registros eleitorais e informações de plataformas de mídias sociais. Em 2018, as estatísticas tailandesas anuais registraram 77 mil turistas brasileiros visitando o país. Esses números refletem-se em demanda pelos serviços consulares, e culminaram em intensa pressão para a Embaixada no auge da crise de restrição de circulação aérea, a partir de março de 2020.

68. Atualmente, sete nacionais cumprem pena no país, todos com condenação por tráfico de drogas. Quando das visitas consulares são concedidos recursos financeiros para que os detentos adquiram, dentro do sistema prisional (obrigatório), itens de higiene básicos e alimentação. A despeito dos reiterados esforços brasileiros para a conclusão de Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, o texto pende de resposta final do lado tailandês. Cabe ressaltar que o Acordo foi inicialmente proposto pela Tailândia, que conta com cerca de 35 nacionais cumprindo pena no Brasil. Contribuindo para reforçar o atendimento consular, existe um consulado honorário na ilha de Phuket e está em processo de abertura outro, na cidade de Chiang Mai, no norte do país, próximo às fronteiras de Myanmar e o Laos. Ambas as localidades recebem grande número de turistas brasileiros.

Repatriação de brasileiros retidos na Tailândia, Laos e Camboja - março a maio de 2020

69. A repatriação de brasileiros retidos na Tailândia em decorrência das restrições de circulação aérea

causadas pela pandemia de Covid-19 marcou excelente momento da relação bilateral consular entre Brasil e Tailândia, que contou com dinamismo e dedicação por parte das autoridades do Ministério dos Negócios Estrangeiros tailandês, bem como com intensos esforços da equipe de servidores do Posto. A Embaixada repatriou, com recursos do governo federal, 205 brasileiros retidos na Tailândia, Laos e Camboja. A concretização do voo de repatriação na Tailândia foi crucial para que não se formasse, na região, uma crise humanitária envolvendo brasileiros, muitos dos quais já estavam em situação limite de falta de recursos.

70. A retirada tardia dos brasileiros retidos no Laos e no Camboja foi igualmente desafiadora, cujo sucesso decorreu de soluções engenhosas e troca de informações rápidas com entidades privadas e outras embaixadas residentes em Phnom Penh e Vientiane.

71. A Embaixada estima que, desde o início da crise global de restrições de circulação aérea e de fechamento de fronteiras em decorrência da pandemia, foi possível prestar assistência direta a mais de mil brasileiros, entre turistas retidos na Tailândia, Laos e Camboja, bem como residentes na região. No período, diversos nacionais receberam assistência para contato com empresas aéreas para retorno ao Brasil, auxílio financeiro emergencial por desvalimento, apoio para renovação de vistos, entre outros auxílios pontuais.

X- REPÚBLICA DEMOCRÁTIA POPULAR DO LAOS

72. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República Democrática Popular do Laos em 1995 e a Embaixada do Brasil, cumulativa em Bangkok, foi criada em 1996. Há possibilidade de aproximação bilateral entre Brasil e Laos, considerando o reconhecimento laociano da importância econômica brasileira no contexto sul-americano e o peso do país em fóruns internacionais.

73. Apesar das escassas visitas bilaterais entre Brasil e Laos, houve aumento de interesse de ambas as

partes, o que se traduziu em fluxo de encontros em 2018 e 2019, que explicito a seguir. Existe potencial de desenvolvimento de projetos de cooperação conjuntos, especialmente em áreas em que o Brasil é referência global, como agricultura e energia hidrelétrica. Há ainda espaço para incremento das relações comerciais, com foco no setor de proteína animal, em que o Laos busca se consolidar como plataforma regional para reexportação para a China, bem como para consumo interno.

74. No plano multilateral, o Laos tem sistematicamente apoiado diversas candidaturas brasileiras em organismos internacionais, incluindo manifestação de apoio ao pleito para assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU, biênio 2022-2023. No que diz respeito ao Laos, no campo dos direitos humanos, o Brasil tem abordado, em fóruns multilaterais, os seguintes pontos: i) considerar a adoção de medidas para futura abolição da pena de morte; e ii) considerar a assinatura da Convenção 105° da OIT (abolir trabalho forçado).

75. Brasil e Laos têm, no momento, dois acordos bilaterais em negociação, na área educacional - apresentado em 2014 e pendente de resposta laociana -, e na área de cooperação técnica, apresentado pelo Brasil em 2018. Estão em vigência o acordo de isenção de vistos para passaportes diplomáticos e o memorando de entendimento sobre Consultas Políticas entre o MRE e o MFA laociano.

Política Interna

76. O governo laociano tem realizado renovações comedidas na vida política do país, mantendo, entretanto, o monopólio do Partido Popular Revolucionário (PPRL) no poder. No último congresso quinquenal do PPRL, o atual presidente do país assumiu a secretaria-geral do partido e vários políticos de nova geração assumiram cargos no governo. O governo busca, assim, legitimar sua imagem como liderança do processo de modernização econômica e progresso social pelos quais passa o país. Entre as medidas de melhoria

da governança do país, está o combate à corrupção e à exploração ilegal de reservas florestais do país.

Economia

77. Nos últimos dois anos, a República Popular Democrática do Laos teve altos e baixos em sua estratégia de desenvolvimento para economia de mercado, orientada pelo Estado. Em 2018, o Conselho Econômico e Social da ONU-ECOSOC, anunciou que o Laos teria condições de deixar de ser um país de menor desenvolvimento relativo até 2021, o que é ainda factível, (mesmo com efeitos negativos da pandemia), caso o país mantenha o ritmo de crescimento econômico dos últimos anos.

78. O comércio do Brasil com o Laos ainda é insignificante, totalizando apenas US$ 3,2 milhões em 2019, com exportações e importações de US$1,6 milhões. Devido ao baixo volume de intercâmbio, a composição do comércio varia de ano a ano. Em 2019, o Brasil exportou apenas tabaco para o Laos, e importou principalmente equipamentos de telecomunicações (provavelmente re-exportados da Tailândia ou da China) e calçados. Em 2020, as importações têm se concentrado nos mesmos produtos, mas a exportação de produtos hortículas (frescos ou refrigerados) já ultrapassou, até novembro 2020, a exportação de tabaco.

79. O impressionante crescimento laociano de 6% ao ano na última década teve, por outro lado, custos humanos e ambientais elevados. Em julho de 2018, o rompimento da barragem de Xe Pian Xe Namnoy causou diversas mortes e deslocamentos populacionais. Investigações sobre o acidente revelaram que o projeto (parceria estatal e consórcio coreano) apresentava padrões inadequados de segurança, o que colocou em debate o programa governamental de transformar o país em fonte de energia do Sudeste Asiático. Somente no território laociano existem seis barragens no rio Mekong, feitas pela China. Outros projetos de desenvolvimento econômico laocianos são apontados

como responsáveis por impactos negativos no meio ambiente e prejudicam o modo de vida da população.

80. A despeito dos esforços recentes do Laos para melhorar seu governo e construir instituições transparentes, há persistência severa de informalidade e frágil capacidade regulatória do estado. Reformas legislativas muitas vezes são voltadas para o reforço da centralidade do Partido Popular Revolucionário nos processos decisórios do país, o que não favorece transparência e participação de agentes não estatais no desenvolvimento econômico do país.

81. O Laos é importante destinatário de projetos da iniciativa chinesa "Belt and Road Initiative-BRI", o que leva o país a buscar promover seu comércio internacional e a integração econômica com os vizinhos. Memorando de entendimento bilateral com a China sobre a BRI foi assinado em 2017. Destaca-se, nesse contexto, a construção de ferrovia de alta velocidade ligando a província chinesa de Yunnan à capital Vientiane. Em etapa posterior, a ferrovia deverá ser integrada à rede ferroviária da Tailândia.

Visitas e Missões ao Laos

82. Destaco, a seguir, eventos de relevância para o relacionamento bilateral entre Brasil e Laos no período 2018-2020.

- I Reunião de Consultas Políticas (agosto de 2018). A Reunião de Consultas Políticas Brasil-Laos foi chefiada, do lado brasileiro, pelo ex-Subsecretário-Geral para Ásia e Pacífico e, do lado laociano, pelo Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros. A delegação brasileira foi recebida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e os Vice-ministros de Agricultura e de Energia;
- Missão do secretário-adjunto da SCRI-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA (maio de 2019); e - Repatriação de brasileiros retidos no Laos (maio de 2020) - Por meio da atuação da Embaixada em Bangkok o governo brasileiro repatriou dez brasileiros retidos no Laos em decorrência do

fechamento total das fronteiras do país, no contexto da pandemia de Covid-19. A retirada dos brasileiros foi bastante complexa e só foi possível por meio de negociação de vagas em voo privado fretado com destino à Coreia do Sul.

XI- REINO DO CAMBOJA

83. As relações diplomáticas entre Brasil e o Camboja foram suspensas em 1966, com o início da primeira guerra civil, e reativadas em 1994, com a abertura da Embaixada do Brasil para o Reino do Camboja, cumulativa com Bangkok. Desde então, a política interna cambojana passou por longo período de instabilidades e reconciliação nacional, o que não favoreceu, no período, um relacionamento consistente com o Brasil. A atual aparente estabilidade política do país tem proporcionado gestos de aproximação mútua, mas sua concretização exige maior empenho de ambas as partes, como, por exemplo, a realização de visitas bilaterais de alto nível.

84. No campo diplomático, Brasil e Camboja contam com mecanismo de consultas políticas, cujo Memorando foi assinado em 2012. O Brasil manifestou interesse em sediar a primeira reunião de consultas políticas, o que contou com disponibilidade cambojana de enviar delegação de alto nível a Brasília, em 2019 ou 2020. Prejudicadas pela pandemia de Covid-19, as consultas necessitam de confirmação de datas por parte do governo brasileiro.

85. Além do Memorando de Entendimento de Consultas Políticas, está vigente o Acordo de Cooperação no Campo da Educação, que cobre possibilidades de cooperação em áreas cruciais para o desenvolvimento social cambojano. Foram finalizadas as negociações de Acordo de Cooperação Técnica entre ambos os países, que se encontra pendente de assinatura. O lado brasileiro propôs, em outubro de 2020, que o acordo fosse assinado pelos respectivos embaixadores em Bangkok, o que ocorrerá em breve.

86. Registre-se que há interesse de ambas as partes

em estabelecer protocolos para importação e exportação de produtos de origem animal, o que ventilaria o fortalecimento das relações comerciais. Entretanto, os esforços da Embaixada e da Adidância Agrícola em Bangkok, para formalizar esses acordos, esbarram em dificuldades burocráticas de identificar interlocutor técnico nesta área.

87. A ausência de embaixadas residentes dificulta a aproximação formal entre os dois países, desencontrados pela distância geográfica e pela falta de conhecimento mútuo. No campo das relações consulares, considero importante criar um consulado honorário, considerando o expressivo aumento de turistas brasileiros que viajaram para o Camboja nos últimos anos.

88. No plano multilateral, é digno de nota o reiterado apoio cambojano a diversas candidaturas brasileiras em instâncias multilaterais.

Política Interna

89. O Camboja tem histórico de crises humanitárias, cujos efeitos sobre o desenvolvimento econômico e social do país são marcantes. Entre 1970 e 1999, o Camboja passou por duas guerras civis e sofreu com bombardeios norte-americanos, lançamento de minas no território, crimes contra a humanidade e genocídio. O período de redemocratização, iniciado nos anos 1990, mobilizou processo de reconciliação interna e proporcionou avanços institucionais que habilitaram o desenvolvimento econômico do país nas últimas décadas.

90. Atualmente o governo do PM Hun Sen está nos holofotes de críticas do Conselho de Direitos Humanos da ONU, da União Europeia, dos Estados Unidos e da Austrália, pela condução do processo eleitoral de 2018. Em 2020, a União Europeia suspendeu parcialmente o acordo de preferências tarifárias chamado "Everything But Arms", em que os produtos cambojanos exportados a países da Europa eram completamente escusados de taxa de importação (exceto armamentos).

91. O processo eleitoral de 2018 conduziu à formação, pela primeira vez desde 1994, de um parlamento unipartidário cambojano e a recondução de Hun Sen à função de primeiro-ministro, em seu quinto mandato. No período que antecedeu as eleições, o Partido Cambojano de Salvação Nacional (CNRP), mais votado nas eleições anteriores e que poderia ter eleito maioria do parlamento em 2018, foi dissolvido pela justiça cambojana.

Tribunal das Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja

92. Em 2005, entrou em funcionamento o Tribunal das Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja (sigla em inglês ECCC), por meio de acordo entre as Nações Unidas e o Reino do Camboja, com mandato para julgar os altos quadros do movimento Kampuchea Democrático, conhecido como Khmer Rouge. Entre 1975 e 1979, as ações do Khmer Rouge de ruralização da economia e as perseguições contra opositores, intelectuais, minorias e dissidentes levaram à morte de cerca de 1,8 milhão de cambojanos e minorias étnicas. Em última instância, o principal objetivo do ECCC é de promover a reconciliação nacional e assegurar a estabilidade política no país. Recentemente, com a finalização dos principais julgamentos do ECCC, Phnom Penh tem manifestado crescente oposição a que o tribunal prossiga na persecução de outros quadros do Khmer Rouge.

Economia

93. Entre 1998 e 2019, o Camboja manteve taxa de crescimento anual médio de 8%, das maiores taxas mundiais. As exportações de produtos manufaturados, como vestimentas, calçados e o turismo chinês são os principais motores do desenvolvimento econômico cambojano. Em 2020, o país enfrentou duplo impacto econômico: o desaquecimento global causado pela pandemia de COVID-19 e a suspensão parcial do acordo de preferências tarifárias com a União Europeia. A previsão para a economia cambojana no corrente ano é de retração de 2% do PIB.

94. O comércio do Brasil com o Camboja é pequeno, totalizando menos de US$ 70 milhões em 2019, com exportações de cerca de US$ 19,2 milhões e importações de US$ 50,3 milhões. O Brasil exporta, principalmente, insumos semi-manufaturados (subprodutos de cobre, couro, adubos, tabaco), e importa principalmente produtos da indústria têxtil, incluindo vestuários de tecido, casacos, calçados e malas.

95. Em vários aspectos, o Camboja é um dos aliados mais próximos da China no Sudeste Asiático. Além do bom relacionamento político, a China tornou-se o país de maior influência econômica no Camboja, o maior doador bilateral, o maior investidor, o maior parceiro comercial, o maior comprador de arroz e a maior fonte de turistas naquele país. O Camboja embarcou integralmente na iniciativa chinesa "Belt And Road", o que se tem traduzido em elevados índices de crescimento econômico, bem como o desenvolvimento de grandes projetos de construção civil e infraestrutura de transportes.

96. O Camboja, apesar dos investimentos chineses, tem ainda deficiência de infraestrutura, especialmente no meio rural. O endividamento cambojano com relação à China é visto como potencial entrave à sustentabilidade do desenvolvimento econômico do país.

97. Cito, a seguir, as principais visitas oficiais e missões
brasileiras ao Camboja no período 2018-2020:

- Reuniões da Mesa Diretora de projeto de cooperação do Fundo IBAS e o Programa de Voluntários da ONU (2018, 2019 e 2020); e
- Repatriação de sete brasileiros retidos no Camboja (maio de 2020), que exigiu intensa negociação com o governo do Camboja, que incluiu carta do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores solicitando apoio do governo cambojano na coordenação com a Embaixada em Bangkok.

CONCLUSÃO

98. O Camboja é bastante voltado para a China e para os parceiros do Sudeste Asiático. Sua interação com Estados Unidos e Europa, embora comercialmente dinâmica, é pontuada por tensões relacionadas a problemas de direitos humanos ou pelo alinhamento quase automático de Phnom Penh com a China. Ultimamente as autoridades cambojanas têm sinalizado interesse em estreitar relações com países da América do Sul, especialmente o Brasil. A insistência para realizar a I Reunião de Consultas Políticas é sinal positivo dessa perspectiva.

99. O relacionamento do Brasil com o governo cambojano é amistoso, mas carece de elementos comuns para dinamizar a agenda bilateral. Os contatos oficiais com as autoridades cambojanas são pouco fluídos, tanto por deficiências burocráticas daquele país, como pela escassez de visitas e projetos mútuos que aproximem os interlocutores. Há, assim, potencial de dinamizar as relações diplomáticas com o Camboja, o que exige posicionamentos assertivos do Brasil nas áreas de cooperação, agricultura e comércio.

5

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

SF/20734.13202-08

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 89, de 2020 (nº 722, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MAURICIO CARVALHO LYRIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru*.

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor MAURICIO CARVALHO LYRIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. MAURICIO CARVALHO LYRIO é filho de José Carlos Alves Lyrio e Maria da Glória Carvalho Lyrio, e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 18 de abril de 1967.

Ingressou na carreira diplomática em 1994, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Antes, em 1989, graduou-se em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi promovido a Primeiro-Secretário em 2003; a Conselheiro, em 2007; a Ministro de Segunda Classe, em 2010; e a Ministro de Primeira Classe, em 2016. Todas as promoções foram por merecimento.

SF/20734.13202-08

Na conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2009, teve aprovada com louvor sua tese intitulada "A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos".

Na carreira, exerceu, entre outras, importantes funções nos seguintes postos:

- 2005-07 – Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Pequim;
- 2007-08 e 2017-2018 – Assessor na Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores;
- 2008-10 – Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores;
- 2010-2011 – Assessor especial do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores ;
- 2011-13 – Ministro-conselheiro na Missão do Brasil junto à ONU em Nova York;
- 2013-16 – Secretário de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores;
- 2016-17 – Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores; e
- 2018-presente – Embaixador na Cidade do México.

O embaixador Mauricio Carvalho Lyrio é portador de importantes condecorações do Governo Brasileiro pelos relevantes serviços prestados à nação.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário

executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Austrália, Ilhas Salomão, Papua Nova Guiné, Vanuatu, Fiji e Nauru, o qual informa acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

SF/20734.13202-08

- Austrália

Em 2020, as relações diplomáticas entre Brasil e Austrália completam 75 anos. Desde 2012, as relações entre os dois países foram elevadas à condição de parceria estratégica. Ambos são gigantes na produção e exportação de minérios, particularmente minério de ferro, e a cooperação já existente pode ser ampliada. O setor agrícola tem grande potencial também, especialmente no que respeita à agricultura de precisão. O Brasil mantém, ademais, interesse em atrair investidores estrangeiros, o que abre oportunidade de aprofundamento nas relações econômicas com a Austrália.

Aspecto importante da agenda bilateral, o contingente de estudantes brasileiros é expressivo (mais de 20 mil alunos), ocupando o quinto lugar em número total de estudantes no país, após China, Índia, Nepal e Vietnã. O acordo férias-trabalho, já concluído e em vias de ser assinado, permitirá ampliar ainda mais o intercâmbio humano. Há um entendimento promissor entre instituições acadêmicas de ambos os países. A cooperação em ciência e tecnologia também representa importante fronteira das relações bilaterais, haja vista a existência de sinergias potenciais em agricultura, biotecnologia e gestão de recursos naturais, por exemplo.

A representação diplomática australiana, a primeira na América Latina, foi instalada no Rio de Janeiro em 1946 e, no mesmo ano, criou-se a Legação brasileira em Camberra. Em 1990, estabeleceu-se o Mecanismo bilateral de Consultas Políticas (MCP), foro de concertação para o intercâmbio de ideias sobre temas de comum interesse. O estabelecimento do MCP tem proporcionado a ampliação da agenda entre os dois maiores países do Hemisfério Sul, elevando-a a um novo patamar.

Marco importante dessa renovação foi a criação, em 2012, da Parceria Estratégica Brasil-Austrália, constituída a partir de comunicado conjunto emitido por ocasião de encontro entre as então mandatárias Julia Gillard e Dilma Rousseff, durante a Rio+20. A parceria tem como principal objetivo intensificar os contatos de alto nível (principalmente de chefes de Estado e de ministros) entre as duas nações. O documento também retoma o Plano de Ação Brasil-Austrália, parte integrante do Memorando de

Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada Brasil-Austrália, firmado em setembro de 2010, em Nova York, à margem da 65ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), entre os então chanceleres Celso Amorim e Kevin Rudd.

Com o início dos trabalhos da 56ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 2019, o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália foi reinstalado, sob a presidência do deputado Julio Cesar Ribeiro (REP/DF) e vice-presidência da deputada Celina Leão (PP/DF). Ao todo, compõem o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália 33 deputados federais. A senadora Ana Amélia (PP/RS), atualmente fora de exercício, teve papel importante na retomada dos encontros parlamentares entre os dois países.

SF/20734.13202-08

Originalmente criado em 1994, o grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre os poderes legislativos do Brasil e da Austrália, de forma a buscar maior aproximação entre as respectivas sociedades civis.

Está em tramitação no Senado Federal o Projeto de Resolução nº 78/2019, de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), que visa a implementar um segundo grupo parlamentar, no âmbito do Senado. O projeto ressalta a Parceria Estratégica Brasil-Austrália e o potencial das relações bilaterais.

Do lado australiano, o ex-presidente do grupo parlamentar de amizade Austrália-Brasil, Damian Drum (Partido Nacional, de Vitória), antecipou, em setembro de 2019, comunicação ao Congresso australiano para a reativação do grupo na nova legislatura, iniciada em julho de 2019; a comunicação oficial da reconstituição foi enviada à Embaixada do Brasil em Camberra em julho de 2020. A presidência do grupo deverá ser exercida novamente pelo deputado Drum, e a vice-presidência pela deputada trabalhista Sharon Claydon, representante de Nova Gales do Sul. Drum tem demonstrado interesse em relação ao Brasil e cultiva proximidade com a embaixada.

Em 1994, o CER (Closer Economic Relationship), bloco formado por Austrália e Nova Zelândia, firmou Mecanismo de Diálogo com o Mercosul. Em 1997, foi realizada a I Reunião Ministerial Mercosul-CER, seguida de mais cinco reuniões de alto nível até 2004. Em 19/4/2010, em Punta del Este (Uruguai), à margem da Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, a agenda da Reunião de Altos Funcionários Mercosul-CER incluiu debate sobre a possibilidade de negociação de acordo de livre comércio

Mercosul-CER. Naquela ocasião, o Brasil apoiou a ideia da criação de grupo de trabalho governamental para levantamento dos interesses das partes envolvidas.

Após longo período de negociações, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação foi assinado na Embaixada do Brasil em Camberra em 7/9/2017, com a presença do ministro australiano para Indústria, Inovação e Ciência, Arthur Sinodinos.

SF/20734.13202-08

Na época, o então primeiro-ministro Malcolm Turnbull anunciou que o Brasil integraria o grupo de parceiros prioritários para o desenvolvimento de inovação juntamente com a Austrália. O acordo prevê a criação de Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, com a expectativa de se reunir ainda em 2020. Possíveis temas a serem discutidos são: oceanos; bioenergia/bioeconomia; prevenção de desastres naturais; água; educação em matemáticas e ciências; espaço; e compartilhamento de infraestruturas de pesquisa.

Segundo dados de 2018 da Embaixada em Camberra, o número de brasileiros na Austrália é estimado em cerca de 55 mil pessoas, sendo cerca de 46 mil residentes permanentes e 9 mil temporários. Além desses, existem ainda 27 mil estudantes brasileiros de nível universitário, cursos de formação profissional, de língua inglesa, entre outros. A maior parte dos brasileiros que residem ou estudam na Austrália encontram-se em Nova Gales do Sul (47%) e Queensland (25%) e, em menor escala, em Vitória (14%), Austrália Ocidental (10%), Austrália do Sul (2%), ACT (Camberra) (1%), Território do Norte (0,25%) e tasmânia (0,25%). Anualmente, a Austrália recebe mais de 50 mil visitantes brasileiros temporários.

O Brasil é destino de mais da metade das exportações australianas para a América Latina. Em 2019, o intercâmbio de comércio entre Brasil e Austrália foi de cerca de US$ 1,4 bilhão, com déficit para o Brasil da ordem de US$ 495 milhões (importações de US$ 951 milhões e exportações de US$ 456 milhões). Percebeu-se decréscimo de 8,7% no comércio bilateral entre 2018 e 2019, embora o déficit brasileiro tenha sido significativamente menor em 2019 (US$ 654 milhões em 2018). A Austrália apresentou-se, em 2019, como o 53º destino das exportações brasileiras (participação de 0,2% do total das exportações) e o 35º fornecedor das importações nacionais (participação de 0,62% do total das importações).

Entre 2011 e 2019 o intercâmbio bilateral Brasil-Austrália recuou 51%, passando de US$ 2,7 bilhões para US$ 1,4 bilhão. Análise dos últimos cinco anos permite confirmar que o comércio com a Austrália é tradicionalmente desfavorável ao Brasil: - US$ 653 milhões (2015); - US$ 410 milhões (2016); - US$ 899 milhões (2017); - US$ 652 milhões (2018) e - US$ 495 milhões (2019).

Segundo dados da "Australia Bureau of Statistics", o Brasil possui estoque de AU$ 8,175 bilhões (cerca de US$ 6,2 bilhões) de investimentos australianos, apresentando-se como o 15º país da lista de maiores receptores do capital australiano. Por outro lado, segundo o Banco Central do Brasil, em 2018, os investimentos brasileiros diretos na Austrália (IDE-participação no capital) alcançaram US$ 168 milhões.

SF/20734.13202-08

- Ilhas Salomão

O Brasil iniciou relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005, por meio de Troca de Notas. No primeiro semestre daquele ano foi realizada aprimeira missão oficial do Brasil às Ilhas Salomão, chefiada pelo embaixador Frederico Cézar de Araújo (que também visitou Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu).

O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra. Não há atos bilaterais firmados. Em maio de 2011, durante a visita do Embaixador brasileiro em Camberra a Honiara, na qualidade de Emissário Especial da Senhora Presidente da República, autoridades locais demonstraram interesse específico em cooperação do Brasil em matéria de futebol. Também demonstraram grande interesse em cooperação com o Brasil em matéria de café, cacau, florestas, cana-de-açúcar e etanol, o que tem sido reiterado pelo Alto Comissário em Camberra.

O comércio bilateral entre as Ilhas Salomão e o Brasil foi inexistente em 2019. Entre janeiro e julho de 2020, as trocas comerciais somaram USD 100 mil, representados unicamente por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil às Ilhas Salomão foram artigos de confeitaria (26%), equipamentos domésticos de metais (24%), cereais e farinhas (23%) e ferramentas (19%).

- Papua Nova Guiné

Brasil e Papua Nova Guiné (PNG) estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A Embaixada em Camberra trata, cumulativamente, dos assuntos atinentes ao país. As relações bilaterais são pouco densas e não há acordos bilaterais.

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, principalmente nas culturas de café e cacau, na prevenção e no tratamento da AIDS, no futebol, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

Entre janeiro e julho de 2020, o comércio bilateral somou cerca de USD 3 milhões (exportações brasileiras de USD 3 milhões e importações inexistentes). As exportações brasileiras nesse período foram compostas de geradores elétricos (36%), ferramentas (24%), máquinas agrícolas (15%), talheres (6%), equipamentos domésticos (5%), papel e cartões (3%).

A Embraer está intensificando a política de divulgação de jatos regionais em PNG e outros países do Pacífico, haja vista o potencial das linhas de voos regionais para as aeronaves de porte médio fabricados pela empresa. A empresa enviou a PNG, em julho de 2019, o jato executivo E-195 para demonstrações.

- Vanuatu

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto a Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra. No primeiro semestre de 2005 o embaixador Frederico Cézar de Araújo realizou a primeira missão oficial do Brasil à Vanuatu (que também incluiu Ilhas Salomão, Nauru e Papua Nova Guiné).

Missão da Câmara de Comércio do Mercosul-ASEAN (MACC), composta por cerca de 10 empresários, visitou, entre 10 a 28 de junho de 2019, a Austrália, Fiji e Vanuatu. Em Fiji e Vanuatu, a missão manteve importantes encontros com repercussão política e midiática. Em Suva, a delegação foi recebida pelo Primeiro Ministro, pelo chanceler e membros do Parlamento fijiano. Em Vanuatu, manteve encontro com os Vice-Ministros das Relações Exteriores, da Educação e dos Esportes.

A missão do Mercosul pôde identificar oportunidades em três setores: i) Turismo e Cooperação Acadêmica e Esportiva; ii) Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária em geral, com o foco no cultivo de cana-de-açúcar em Fiji e da renovação da indústria de produção e exportação de carne em Vanuatu (para estes setores sugerem avaliar a possibilidade de

SF/20734.13202-08

propor a outros países e regiões provedores de cooperação na região, como por exemplo Austrália, França, Espanha, União Europeia, Índia, Nova Zelândia, um esquema de cooperação triangular); e iii) Manufaturas de origem agrícola (alimentos orgânicos) e de origem industrial (cosméticos e têxteis). Esses são nichos com potencial de crescimento em Fiji e em Vanuatu, devido ao desenvolvimento do turismo nesses países. Além disso, as empresas do MERCOSUL que tiveram interesse puderam analisar a opção de se associar com contrapartes de Fiji e Vanuatu (turismo e hotelaria) e a exportação a terceiros mercados com quem as duas ilhas possuem acordos de livre comércio (Austrália, Nova Zelândia e União Europeia).

SF/20734.13202-08

A Embraer está intensificando a política de divulgação de jatos regionais nos países do Pacífico, incluindo Vanuatu. A empresa enviou a Vanuatu, em julho de 2019, o jato executivo E-195 para demonstrações. Durante as demonstrações, a revista especializada "Australian Aviation" dedicou ampla matéria à presença na Ásia Pacífico da maior e mais moderna aeronave comercial da EMBRAER, com destaque a sua visita à região, Vanuatu incluído. A revista ressalta, entre outras informações, que a companhia recebeu a certificação da ANAC, da Agência de Segurança de Aviação da União Europeia e da Administração Federal de Aviação dos EUA.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Vanuatu cresceu na década atual em relação à passada (quando, a exceção de 2008, seu pico histórico de US$ 380 mil, o intercâmbio não chegava a US$ 100 mil), mas é extremamente pequeno. Em 2019 o intercâmbio comercial total foi de US$ 1,3 milhão, quase em sua totalidade representado por exportações brasileiras. As exportações compuseram-se quase totalmente de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (90%). As importações, por sua vez, foram compostas por malas, pastas, estojos e sacos de viagem (99,6%).

- Ilhas Fiji

No primeiro semestre de 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho conduziu a primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Fiji. Pouco tempo depois o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República das Ilhas Fiji em 16 de fevereiro de 2006. O governo de Fiji anunciou, em julho de 2008, decisão de abrir embaixada residente em Brasília. Em seguida, o então ministro interino das Indústrias Primárias, Joketani Cokanasiga, fez a primeira visita de autoridade fijiana ao Brasil, em outubro de 2008. O Decreto nº 7.207, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Entretanto, por meio de Nota Verbal de 10 de maio de 2019, encaminhada para a Embaixada do Brasil em Camberra, o Alto Comissariado da República de Fiji na Austrália informou sobre a decisão de desativar a Embaixada de Fiji em Brasília, a partir de 28 de junho de 2019. A mesma nota informou que a Embaixada de Fiji em Washington assume, a partir dessa data, a interlocução diplomática, comercial e de cooperação com o Brasil e os demais países da América do Sul, com o apoio dos Consulados Honorários de Fiji em São Paulo e no Rio de Janeiro.

SF/20734.13202-08

Cooperação técnica é o principal interesse de Fiji junto ao Brasil, razão primeira do estabelecimento da embaixada deles em Brasília. Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica.

Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca e as autoridades fijianas consideraram que o Brasil poderia ser um parceiro importante para ajudar na modernização da agricultura daquele país, permitindo o desenvolvimento de indústrias agrícolas sustentáveis para atender ao mercado interno e aos potenciais de exportação. Atualmente, o acordo encontra-se pendente de aprovação no Ministério da Fazenda.

Entre janeiro e julho de 2020, o comércio somou USD 600 mil (exportações de USD 500 mil e importações USD 100 mil, com saldo para o Brasil de USD 400 mil). Nesse período, os principais produtos exportados pelo Brasil a Fiji foram café torrado (18%), calçados (18), fios de ferro e aço (17%), máquinas agrícolas (7,4%), sucos de frutas e cereais (6,1%), cereais e farinhas (4,6%). As importações brasileiras de Fiji foram centradas em materiais de escritório e papelaria (95%).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 89, DE 2020

(nº 722/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MAURICIO CARVALHO LYRIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Página da matéria

MENSAGEM Nº 722

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **MAURICIO CARVALHO LYRIO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Os méritos do Senhor **MAURICIO CARVALHO LYRIO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 07 de dezembro de 2020.

EM nº 00218/2020 MRE

Brasília, 2 de Dezembro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de MAURICIO CARVALHO LYRIO, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de MAURICIO CARVALHO LYRIO para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.006817/2020-33

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 751/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MAURICIO CARVALHO LYRIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 08/12/2020, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2268799** e o código CRC **50FAE852** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006817/2020-33 SEI nº 2268799

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ***MAURICIO CARVALHO LYRIO***
CPF: 926.392.247-00
ID: 10647 MRE/DF

1967	Filho de José Carlos Alves Lyrio e Maria da Gloria Carvalho Lyrio, nasce em 18 de abril, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1989	Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1993	CPCD - IRBr
1994	Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
2002	CAD - IRBr
2009	CAE (com louvor), A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos
Cargos:	
1994	Terceiro-secretário
1999	Segundo-secretário
2003	Primeiro-secretário, por merecimento
2007	Conselheiro, por merecimento
2010	Ministro de segunda classe, por merecimento
2016	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1994-95	Divisão de Comércio Internacional e Manufaturas, assistente
1995	Instituto Rio Branco, Professor Assistente de Relações Internacionais
1995-99	Secretaria-Geral, assessor
1999-2002	Embaixada em Washington, terceiro-secretário e segundo-secretário
2002-05	Embaixada em Buenos Aires, segundo-secretário e primeiro-secretário
2005-07	Embaixada em Pequim, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007-08	Secretaria-Geral, assessor
2008-10	Assessoria de Imprensa do Gabinete, chefe
2010-2011	Gabinete, assessor especial do Ministro de Estado
2011-13	Missão do Brasil junto à ONU em Nova York, ministro-conselheiro
2013-16	Secretaria de Planejamento Diplomático
2016-17	Gabinete do Ministro de Estado, chefe do gabinete
2017-18	Secretaria-Geral, assessor
2018-	Embaixada na Cidade do México, embaixador
Condecorações e Distinções	
1993	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, primeiro lugar no Concurso de Admissão ao Instituto Rio Branco
1994	Prêmio Rio Branco, primeiro lugar no Curso de Formação do Instituto Rio Branco
1997	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
1997	Ordem Honorífica de Portugal, Oficial
1998	Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2012	Medalha do Pacificador

2014	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2017	Medalha Mérito Santos Dumont
2018	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grão-Mestre
2019	Medalha do Exército Brasileiro
Publicações:	
1995	A reforma da lei das patentes no Brasil e as pressões norte-americanas na área de propriedade intelectual, com Regis Arslanian, in Revista Política Externa, vol 4, nº2, USP/Paz e Terra, São Paulo
2003	La Alianza entre Brasil y Argentina, com José Botafogo Gonçalves, in Archivos del Presente, n.31, Fundación Foro del Sur, Buenos Aires
2005	Un balance del ALCA, com Adhemar Bahadian, in Revista Archivos del Presente, nº 37, Fundación Foro del Sur, Buenos Aires
2007	L´Accord ADIPIC, diz ans après, com Adhemar Bahadian, Editions Larcier
2008	TAA Negotiations: a View from the Brazilian Co-chairmanship, com Adhemar Bahadian, in The World of Investment and Trade, volume 9, n.3
2010	A Ascensão da China como Potência: Fundamentos Políticos Internos. FUNAG
2013	Memória da pedra (romance). Companhia das Letras
2013	O imortal (romance). Companhia das Letras

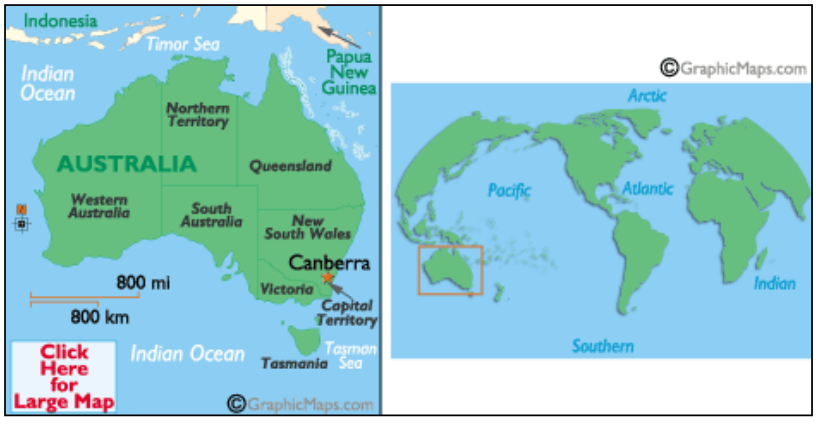
JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NA ÁSIA, PACÍFICO E RÚSSIA (SARP)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Pacífico (DAP)

Ficha-país

AUSTRÁLIA



AGOSTO de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália *(Commonwealth of Australia)*
ADJETIVO GENTÍLICO	Australiano
CAPITAL	Camberra
DATA NACIONAL	26/01
ÁREA	7.682.300 km^2
POPULAÇÃO (2018)[4]	25,182 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (23,1%), católicos romanos (22,6%); outras cristãs (4,2%) muçulmanos (2,6%); budistas (2,4%); ortodoxos (2,3%) hinduístas (1,9%).
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados (*House of Representatives*)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo governador-geral, general David Hurley (desde julho de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Scott Morrison (desde agosto de 2018)
CHANCELER	Marise Payne (desde agosto de 2018)
PIB nominal (2019)[5]	US$ 1.418,28 bilhões
PIB PPP (2019)[5]	US$ 1.318,60 bilhões
PIB nominal *per capita* (2019)[5]	US$ 56.352
PIB PPP *per capita* (2019)[5]	US$ 52.373
VARIAÇÃO DO PIB (%)[5]	2,8% (2019) 3,24% (2018); 1,96% (2017); (FMI)
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano 2018[3]	0,938 (3.ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018)[3]	83,3 anos
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO (2018)[3]	12,7 anos

ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019)[5]	5,3%
INFLAÇÃO (2019) [6]	1,6% (2019) 2,18% (2018)
DÍVIDA EXTERNA (2019)[5]	US$ 1.532,9 bilhão
UNIDADE MONETÁRIA	dólar australiano
EMBAIXADOR EM CAMBERRA	Sérgio Eduardo Moreira Lima
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Timothy Kane
BRASILEIROS NO PAÍS	registro de 40.220 brasileiros residentes na Austrália
CUMULATIVIDADES	Ilhas Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Vanuatu, Nauru

(1) Fonte: https://databank.worldbank.org/data/download/gdp.pdf
(2) Fonte: https://databank.worldbank.org/data/download/gdp_ppp.pdf
(3) Fonte: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf
(4) Fonte: https://data.oecd.org/australia.htm
(5) MRE/DPR/DIC, com base nos dados do IMF, Economist Intelligence Unit, e CIA.gov/World Factbook
(6) Australian Bureau of Statistics (ABS), Australia Trade Policy Review (WTO),

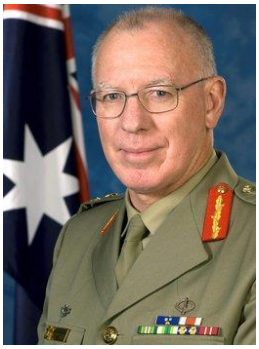
INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões FOB) - *Fonte: MDIC*

Brasil □ Austrália	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan- jul)**
Intercâmbio	**598**	**1.092**	**1.390**	**1.336**	**2.762**	**1.614**	**1.453**	**1.827**	**1.598**	**1.407**	**590,5**
Exportações	305	464	614	492	803	450	400	464	473	456	236,2
Importações	292	628	775	844	1.958	1.163	1.052	1.363	1.125	951	354,3
Saldo	-17	12	-164	-161	-351	-1.154	-712	-652	-652	-495	-118,1

PERFIS BIOGRÁFICOS

David Hurley

Governador-geral da Austrália, representando a rainha Elizabeth II



Nascido em Wollongong, Nova Gales do Sul, em 26/08/1953, o ex-soldado David Hurley foi nomeado governador-geral da Austrália em 1º de julho de 2019. Hurley entrou no Exército australiano em 1972, após graduar-se em Estudos de Defesa no Royal Military College, em Duntroon. Após 42 anos na ativa, assumiu a posição de chefe da Força de Defesa da Austrália.

Sua experiência como oficial do Exército incluiu o comando do Primeiro Batalhão australiano nas operações de paz na Somália (1993). Também comandou a Primeira Brigada de Darwin (1999-2000), quando teve papel importante nas operações de paz lideradas pela Austrália no Timor Leste. Após assumir diversas posições de destaque no Exército, Hurley foi, entre 2014 e 2019, o 38º governador-geral da Nova Gales do Sul.

Scott John Morrison
Primeiro-Ministro da Austrália

Scott John Morrison nasceu em 13/05/1968, em Sydney. É primeiro-ministro da Austrália e líder do Partido Liberal, tendo sucedido o ex-primeiro-ministro Malcolm Turnbull. Morrison graduou-se em Economia e Geografia pela Universidade de Nova Gales do Sul e iniciou sua carreira profissional atuando em entidades da indústria imobiliária e de turismo.

Na vida política, concorreu nas eleições de 2007 para representar o distrito de Cook, sucedendo Bruce Baird. Em 2008, Malcolm Turnbull trouxe Morrison para seu "front-bench" como "shadow minister" para Habitação e Governança Local. Em 2009, foi indicado por Tony Abbot como "shadow minister" para Imigração e Cidadania, tendo sido também ministro da Imigração e Controle de Fronteiras no governo Abbot. Em 2014, transferiu-se para o Ministério de Serviços Sociais. Foi favorecido pela ascensão de Malcolm Turnbull em 2015, tornando-se tesoureiro.

A ascensão de Scott Morrison a primeiro-ministro é avaliada pela imprensa australiana como a culminação de uma trajetória de um político habilidoso. Morrison soube posicionar-se bem no ambiente de disputas internas de seu partido para chegar à chefia do governo federal australiano. Contrariando todas as pesquisas eleitorais, foi reeleito nas eleições gerais de 18 de maio de 2019.

Marise Payne
Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália

Marise Payne nasceu em Sydney, em 1964. Graduada em Artes Liberais e Direito pela Universidade de Nova Gales do Sul, ingressou no Partido Liberal em 1982. Obteve assento no Senado Federal em 1997 e ocupou o "back-bench" do Partido Liberal no Senado, de 1997 a 2007.

Após a vitória do Partido Trabalhista nas eleições de 2007, obteve sucessivas indicações como "shadow minister", notavelmente para os Negócios Estrangeiros, no período em que Malcom Turnbull foi líder da oposição. Em 2013, foi indicada para a pasta de Serviços Humanos, e em 2015 foi nomeada ministra da Defesa, cargo que ocupou até sua posse como ministra dos Negócios Estrangeiros, em agosto de 2018. Marise Payne exerce, cumulativamente, a pasta de Mulheres.

Timothy Kane
Embaixador da Austrália

Timothy Kane (nascido em 04/03/1968), diplomata de carreira, é formado em Artes pela Universidade de Melbourne e em Política e Comércio Internacional pela *Australian National University*, com mestrado em Relações Internacionais pela *Deakin University*. Kane é fluente em espanhol e está estudando português.

Como diplomata, Kane ocupou a função de *chargé d'affaires* em Madri (2017-2018) e de embaixador no Chile (2012-2018), que possui cumulatividade para Colômbia, Equador e Venezuela. Foi conselheiro na embaixada australiana em Washington e secretário na embaixada da Austrália na Cidade do México. Na chancelaria australiana, ocupou o cargo de diretor do Departamento de Pessoal.

VISÃO GERAL

Em 2020, as relações diplomáticas entre Brasil e Austrália completam 75 anos. Trata-se de momento propício para estreitar os laços entre os dois países, particularmente em contexto de retomada econômica pós-pandemia. Desde 2012, as relações entre os dois países foram elevadas à condição de parceria estratégica. Ambos são gigantes na produção e exportação de minérios, particularmente minério de ferro, e a cooperação já existente pode ser ampliada. O setor agrícola tem grande potencial também, especialmente no que respeita à agricultura de precisão. O Brasil mantém, ademais, interesse em atrair investidores estrangeiros para projetos do PPI, o que abre oportunidade de aprofundamento nas relações econômicas com a Austrália.

Aspecto importante da agenda bilateral, o contingente de estudantes brasileiros é expressivo (mais de 20 mil alunos), ocupando o quinto lugar em número total de estudantes no país, após China, Índia, Nepal e Vietnã. O acordo férias-trabalho, já concluído e em vias de ser assinado, permitirá ampliar ainda mais o intercâmbio humano. Há um entendimento promissor entre instituições acadêmicas de ambos os países. A cooperação em ciência e tecnologia também representa importante fronteira das relações bilaterais, haja vista a existência de sinergias potenciais em agricultura, biotecnologia e gestão de recursos naturais, por exemplo.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945, comemorando-se, em 2020, 75 anos de relacionamento bilateral. A representação diplomática australiana, a primeira na América Latina, foi instalada no Rio de Janeiro em 1946 e, no mesmo ano, criou-se a Legação brasileira em Camberra. Em 1990, estabeleceu-se o ***Mecanismo bilateral de Consultas Políticas (MCP)***, foro de concertação para o intercâmbio de ideias sobre temas de comum interesse.

O estabelecimento do MCP tem proporcionado a ampliação da agenda entre os dois maiores países do Hemisfério Sul, elevando-a a um novo patamar. Marco importante dessa renovação foi a criação, em 2012, da ***Parceria Estratégica Brasil-Austrália***, constituída a partir de comunicado conjunto emitido por ocasião de encontro entre as então mandatárias Julia Gillard e Dilma Rousseff, durante a Rio+20. A parceria tem como principal objetivo intensificar os contatos de alto nível (principalmente de chefes de Estado e de ministros) entre as duas nações. O documento também retoma o ***Plano de Ação Brasil-Austrália***, parte integrante do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de ***Parceria Reforçada*** Brasil-Austrália, firmado em setembro de 2010, em Nova York, à margem da 65ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), entre os então chanceleres Celso Amorim e Kevin Rudd.

O referido Plano de Ação prevê — além da manutenção do mecanismo de consultas entre os dois países – a intensificação da cooperação em todas as áreas prioritárias do relacionamento: comércio e investimentos; ciência e tecnologia; agricultura e assuntos sanitários e fitossanitários; cooperação para o desenvolvimento; mineração e energia (incluindo biocombustíveis); esportes; educação e treinamento; serviços financeiros; vistos; cultura; cooperação jurídica; segurança regional; meio ambiente e questões multilaterais. Como sequência aos esforços para implementar o Plano de Ação, foram assinados, durante a visita de Kevin Rudd ao Brasil (Foz do Iguaçu, dezembro de 2010), o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento em Terceiros Países e o Memorando sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte, que sedimentou o apoio australiano aos grandes eventos esportivos realizados no Brasil (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas do Rio em 2016).

Como componente histórico das relações bilaterais, vale mencionar a criação, em 2001, do ***"Council on Australia-Latin America Relations" (COALAR)***, no âmbito do *Department of Foreign Affairs and Trade (*DFAT), formalizado durante a visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexandre Downer. O *COALAR* foi ação do governo liberal de John Howard, que buscou desenvolver as relações com os países latino-americanos e com o Brasil, em particular.

I – Encontros de alto nível

Visitas e encontros de chefes de estado e de governo

Durante a Cúpula do G-20, em Buenos Aires, em dezembro de 2018, o PM Scott Morrison encontrou-se com o então presidente Michel Temer, ocasião em que ambos coincidiram sobre a necessidade de conferir nova dimensão às relações bilaterais.

Durante as Olimpíadas de agosto de 2016, o governador-geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil, tendo retornado em seguida ao país, em setembro, para acompanhar a abertura dos Jogos Paralímpicos.

A visita, em 2012, da PM Julia Gillard ao Brasil, por ocasião da Cúpula Rio+20, resultou na já mencionada elevação do relacionamento bilateral ao nível de ***Parceria Estratégica***. Pelo lado brasileiro, a participação da PR Dilma Rousseff na Cúpula do G-20, em Brisbane, em novembro de 2014, marcou a primeira visita de mandatário brasileiro à Austrália. Encontro bilateral entre ambas havia ocorrido também à margem da cúpula do G-20 em Cannes, em novembro de 2011.

Anteriormente, recorda-se que o então presidente Lula manteve encontros com o ex-primeiro-ministro Kevin Rudd em diversas ocasiões: i) à margem da Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global (Washington, novembro/2008), no qual foram discutidas medidas adotadas pelos dois governos para o combate à crise financeira internacional; ii) à margem da Cúpula do G-8+G-5 (Áquila, julho/2009), com foco na discussão da proposta francesa de ampliação do G-8, mediante a incorporação dos membros do G-5+Egito (G-14); e iii) à margem da 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima - UNFCCC (Copenhague, dezembro/2009).

Encontros de chanceleres

O então ministro Celso Amorim foi o primeiro ministro das Relações Exteriores a visitar a Austrália, em 1994. Por ocasião da sua segunda visita oficial àquele país, em agosto de 2008, o então chanceler brasileiro manteve encontro com o PM Kevin Rudd; com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith; e com o ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. Em agosto de 2009, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, retribuiu a visita ao Brasil. Como mencionado anteriormente, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer, visitou o Brasil em 2001 para formalizar o *COALAR*, tendo retornado ao Brasil em 2006.

À margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2011, o então chanceler Antonio Patriota encontrou-se com o ministro do Comércio da Austrália, Craig Emerson, que chefiou, posteriormente, em abril de 2012, delegação empresarial ao Brasil. Embora a maior parte de seus compromissos tenha sido em São Paulo, o ministro Craig Emerson também foi a Brasília.

Em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, o então chanceler Luiz Alberto Figueiredo encontrou-se com a sua contraparte australiana, Julie

Bishop. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal, ainda carente de aprovação pelo Ministério de Justiça brasileiro.

Em julho de 2015, a chanceler Julie Bishop visitou Brasília e São Paulo. Foi recebida em Brasília pelo então chanceler Mauro Vieira, com quem celebrou o aniversário de ***70 anos das relações Brasil-Austrália***, e pelo ministro da Educação, ocasião em que foi renovado Memorando de Entendimento em Educação. Em São Paulo, a chanceler australiana manteve encontros com empresários e estudantes australianos e brasileiros.

Em outubro de 2017, às margens da Reunião Informal de Ministros da OMC, em Marrakesh, o então chanceler Aloysio Nunes participou de café da manhã com os ministros do Grupo de Cairns, oferecido pelo então ministro de Investimento da Austrália, Steven Ciobo.

Em 8/5/20, o chanceler Ernesto Araújo manteve conversa por telefone com a MNE Marise Payne, ocasião na qual indicou interesse em manter diálogo próximo sobre os desafios decorrentes da Covid-19 e propôs explorar possível cooperação em segurança alimentar.

Relações parlamentares

Com o início dos trabalhos da 56ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 2019, o ***Grupo Parlamentar Brasil-Austrália*** foi reinstalado, sob a presidência do deputado Julio Cesar Ribeiro (REP/DF) e vice-presidência da deputada Celina Leão (PP/DF). Ao todo, compõem o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália 33 deputados federais. A senadora Ana Amélia (PP/RS), atualmente fora de exercício, teve papel importante na retomada dos encontros parlamentares entre os dois países. Originalmente criado em 1994, o grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre os poderes legislativos do Brasil e da Austrália, de forma a buscar maior aproximação entre as respectivas sociedades civis.

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL/AUSTRÁLIA		
Presidente	JULIO CESAR RIBEIRO	Deputado
1º Vice-Presidente	CELINA LEÃO	Deputado
2º Vice-Presidente	DANIEL SILVEIRA	Deputado
3º Vice-Presidente	PROFESSOR JOZIEL	Deputado
1º Secretário	KIM KATAGUIRI	Deputado
2º Secretário	FLÁVIA MORAIS	Deputado
3º Secretário	LUCAS REDECKER	Deputado
	ANDRÉ ABDON	Deputado
	ANDRÉ FERREIRA	Deputado
	AROLDO MARTINS	Deputado

	BOCA ABERTA	Deputado
	CAPITÃO ALBERTO NETO	Deputado
	CHIQUINHO BRAZÃO	Deputado
	CHRISTIANE DE SOUZA YARED	Deputado
	DA VITORIA	Deputado
	DIEGO GARCIA	Deputado
	EDUARDO BARBOSA	Deputado
	FERNANDO RODOLFO	Deputado
	FLÁVIA ARRUDA	Deputado
	HEITOR SCHUCH	Deputado
	HÉLIO COSTA	Deputado
	JOÃO DANIEL	Deputado
	JÚLIO CESAR	Deputado
	LAFAYETTE DE ANDRADA	Deputado
	MANUEL MARCOS	Deputado
	MARCEL VAN HATTEM	Deputado
	MARCELO RAMOS	Deputado
	MARRECA FILHO	Deputado
	MAURO NAZIF	Deputado
	NILSON PINTO	Deputado
	PADRE JOÃO	Deputado
	PR. MARCO FELICIANO	Deputado
	TIAGO DIMAS	Deputado

Está em tramitação no Senado Federal o Projeto de Resolução N. 78/2019, de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), que visa a implementar um segundo grupo parlamentar, no âmbito do Senado. O projeto ressalta a Parceria Estratégica Brasil-Austrália e o potencial das relações bilaterais.

Do lado australiano, o ex-presidente do grupo parlamentar de amizade Austrália-Brasil, Damian Drum (Partido Nacional, de Vitória), antecipou, em setembro de 2019, comunicação ao Congresso australiano para a reativação do grupo na nova legislatura, iniciada em julho de 2019; a comunicação oficial da reconstituição foi enviada à Embaixada do Brasil em Camberra em julho de 2020. A presidência do grupo deverá ser exercida novamente pelo deputado Drum, e a vice-presidência pela deputada trabalhista Sharon Claydon, representante de Nova Gales do Sul. Drum tem demonstrado interesse em relação ao Brasil e cultiva proximidade com a embaixada.

Ofereceu almoço aos deputados brasileiros por ocasião de missão parlamentar realizada em setembro de 2019. Do lado australiano, o grupo é composto por 25 parlamentares, dos quais 19 deputados e 6 senadores.

Em abril de 2018, o presidente do Senado australiano, Scott Ryan, e o deputado Damian Drum visitaram o Rio de Janeiro e Brasília. Na capital federal, a delegação australiana cumpriu extensa agenda, com visitas que também incluíram o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento. O principal interesse da delegação foi conhecer os projetos de reforma dos sistemas trabalhista e previdenciário, além de mudanças em normas de regulação econômica.

A última visita de parlamentares brasileiros à Austrália ocorreu em setembro de 2019, em comitiva formada pelos deputados Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), Camilo Capiberibe (PSB/AP) e Uldurico Maia (PROS/BA), com o objetivo de conhecer a política australiana para os povos originários. Durante a visita, cumpriram extensa programação que incluiu encontros no Instituto Australiano de Estudos Aborígenes e Ilhéus do Estreito de Torres ("Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies" - AIATSIS), na Agência Nacional dos Australianos Indígenas ("National Indigenous Australians Agency" - NIAA) e na Comissão de Assuntos Indígenas do Parlamento.

Em 8/7/2019, o deputado Júlio César Ribeiro, líder do Grupo Brasil-Austrália, recebeu o ex-congressista australiano Peter Sleeper, cônsul-honorário do Brasil na Tasmânia, oportunidade em que reiterou seu anseio de visitar a Austrália em 2020.

Mecanismo de Consultas Políticas

O mecanismo de consultas políticas Brasil-Austrália foi criado em 1990, com o propósito de, a cada dois anos, promover encontro de alto nível entre o Brasil e a Austrália. A décima e mais recente edição do encontro foi realizada em Brasília, em 26/4/17, com a presença da subsecretária australiana Penny Williams e de seu então homólogo brasileiro, embaixador Georges Lamazière.

II – Acesso a Mercados

Acordo Mercosul-Austrália/CER

Em 1994, o CER (*Closer Economic Relationship*), bloco formado por Austrália e Nova Zelândia, firmou Mecanismo de Diálogo com o Mercosul. Em 1997, foi realizada a I Reunião Ministerial Mercosul-CER, seguida de mais cinco reuniões de alto nível até 2004. Em 19/4/2010, em Punta del Este (Uruguai), à margem da Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, a agenda da Reunião de Altos Funcionários Mercosul-CER incluiu debate sobre a possibilidade de negociação de acordo de livre comércio Mercosul-CER. Naquela ocasião, o Brasil apoiou a ideia da criação de grupo de trabalho governamental para levantamento dos interesses das partes envolvidas.

Importante marco da aproximação entre o Mercosul e a Austrália e a Nova Zelândia foi a declaração conjunta firmada em 16/12/10, em Foz do Iguaçu, por ocasião da Reunião Ministerial Mercosul-Austrália-Nova Zelândia. A declaração objetivou o fortalecimento das relações econômicas e comerciais entre as Partes, por intermédio das

seguintes medidas: i) identificação de ações para promover o acesso a mercados para bens e serviços; ii) monitoramento constante das relações econômico-comerciais entre as partes; iii) análise de medidas, inclusive de terceiros países, que influenciam as relações comerciais e de investimentos entre os países; iv) incentivo para que o setor privado dos países esteja mais diretamente envolvido nas relações comerciais; e v) cooperação e consultas frequentes no âmbito da OMC e do Grupo de Cairns e de outros fóruns econômicos internacionais.

Em dezembro de 2016, a convite da Nova Zelândia, foi realizado diálogo bilateral comercial em Wellington, para prospectar a possibilidade de aprofundar o diálogo com o Mercosul. Em decorrência desse interesse, foram realizados, em 2017, dois encontros Mercosul-CER, nos quais se avaliou a possibilidade de avançar para um diálogo exploratório acerca do lançamento de negociações comerciais.

Em 2018, foram realizados outros dois encontros entre o Mercosul e representantes da Nova Zelândia, o primeiro em abril, em Buenos Aires, e o segundo em novembro, em Genebra. O Mercosul informou sobre suas dificuldades de agenda e limitação de recursos para o lançamento de nova frente negociadora.

III – Ciência e Tecnologia: acordos e potencialidades

Após longo período de negociações, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação foi assinado na Embaixada do Brasil em Camberra em 7/9/2017, com a presença do ministro australiano para Indústria, Inovação e Ciência, Arthur Sinodinos. Na época, o então primeiro-ministro Malcolm Turnbull anunciou que o Brasil integraria o grupo de parceiros prioritários para o desenvolvimento de inovação juntamente com a Austrália.

O acordo prevê a criação de Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, com a expectativa de se reunir ainda em 2020. Possíveis temas a serem discutidos são: oceanos; bioenergia/bioeconomia; prevenção de desastres naturais; água; educação em matemáticas e ciências; espaço; e compartilhamento de infraestruturas de pesquisa.

O acordo foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) em 8/8/2018, e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em 31/10/2019. Está pendente a aprovação final pelo plenário do Senado. Do lado australiano, os requisitos para a entrada em vigor do acordo foram concluídos em janeiro de 2019.

O interesse de aproximação na área evidencia-se, ainda, pela assinatura de acordo entre a ‘Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation’ (CSIRO) e a Embrapa, em março de 2019. Estão sendo examinadas as iniciativas que devem ser levadas a cabo para a implementação do acordo em áreas como: (i) recursos naturais, inclusive água, e mudanças climáticas; (ii) segurança dos alimentos, nutrição e saúde; (iii) competitividade na agricultura e políticas relacionadas à ciência; e (iv) agricultura digital. Avalia-se também a realização de simpósio internacional para convidar especialistas a discutirem meios de cooperação científica, assim como mecanismos de financiamento e o possível lançamento de chamadas de pesquisa. A

CSIRO pretende abrir escritório no Brasil, seu segundo na América do Sul após um no Chile. Além da cooperação com a Embrapa, a CSIRO tem buscado outras entidades no Brasil com as quais poderia desenvolver projetos em áreas como cidades inteligentes e mineração.

Em termos de publicação de pesquisas conjuntas, o Brasil é o 16º maior colaborador com a Austrália, o que tem feito com que entidades daquele país procurem aproximar-se do Confap (Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa) para fornecer ainda maior impulso à relação.

A Fapesp assinou acordo com a Australian Technology Network of Universities (ATN), em 2013, para financiar projetos de pesquisa conjuntos. O acordo foi prorrogado até 2023. A fundação paulista mantém acordo com outras 10 universidades australianas.

O Departamento de Educação, Capacitação e Emprego (DESE) da Austrália e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) negociam memorando de entendimento com o objetivo de promover a atuação conjunta em projetos de pesquisa; incentivar o intercâmbio de pesquisadores e alunos de pós-graduação; e impulsionar a realização de seminários e publicações. O memorando está em fase final de negociações.

O DESE e a Confap também têm tratado da Aliança Tropical de Pesquisa da Água ("Tropical Water Research Alliance"), parceria entre instituições públicas e privadas e o meio acadêmico do Brasil e da Austrália com o objetivo central de desenvolver tecnologias para gestão de bacias hidrográficas. Versão preliminar do texto de memorando de entendimento está sendo elaborado pela parte brasileira.

O diálogo entre o DESE e a Confap prevê, ainda, a realização de semana de pesquisa brasileira na Austrália, em 2021, que deverá ter entre suas prioridades o enfrentamento à Covid-19.

Entre iniciativas bilaterais recentes, vale destacar: (i) Aliança Austrália-Brasil para Águas Tropicais (Colaboração existente entre a Universidade de Brasília e Griffith University com a formatação da aliança em 2019 (Redes BA, DF, ES, PR); (ii) Parceria Austrália-Brasil para Prevenção de Violência Doméstica e de Gênero (mobilidade de estudantes e pesquisadores desde 2017, formatação de grupos de pesquisas em 2018, desenho de projetos conjuntos em 2019); (iii) Simpósio Austrália-Brasil-Chile de Medicina Regenerativa e Desenvolvimento Biológico (aliança tripartite entre países desde 2018, série de seminários e pesquisas conjuntas); e (iv) Aliança Global para Bioeconomia UNESP, University of Queensland (UQ) e Technical University of Munich (TUM) (mobilidade de pesquisadores desde 2017, formatação de ações trilaterais desde 2018, formalização da aliança pelo CAPES PrInt).

IV – Acordos

Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal

As negociações do texto de Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal foram concluídas em julho de 2008 e o texto foi firmado em novembro de 2014, por ocasião

da Cúpula do G-20 em Brisbane. O acordo encontra-se sob análise do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

"Work and Holiday Visa"

Foram concluídas, em fevereiro de 2020, as negociações do texto do Memorando de Entendimento do Visto de Férias e Trabalho ("Work and Holiday"), que deverá beneficiar, a princípio, 500 jovens de cada lado. O acordo poderá ser firmado proximamente.

A Austrália mantém programa de vistos de férias e trabalho com cerca de 42 países e, recentemente, anunciou incremento do número de vistos dessa espécie para nacionais de Singapura (de 500 para 2500), Espanha (de 1500 para 3400), Israel (500 para 2500), Peru (100 para 1500), Chile (2000 para 3400), Tailândia (500 para 2000) e Indonésia (1000 para 4000).

Acordo de Previdência Social

A Coordenação-Geral de Cooperação e Acordos Internacionais da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (Ministério da Economia) sugeriu negociar Acordo de Previdência Social com a Austrália. Em Nota do DFAT, de 20 de novembro de 2019, informou-se que o Departamento de Previdência Social (DPS) da Austrália registrou o interesse na proposta brasileira de negociação do acordo de previdência e comentou que o início da negociação dependerá de aprovação do Gabinete do Primeiro-Ministro. Para adiantar as tratativas, o DPS recomendou receber maiores informações sobre o objetivo da proposta e como ela poderá gerar benefícios concretos para os dois países.

V – Cooperação Bilateral

Cooperação na gestão dos recursos hídricos

A Agência Nacional de Águas e o Departamento de Negócios Estrangeiros e Comércio da Austrália firmaram Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Gestão da Água, em junho de 2018. O Memorando prevê ampla esfera de cooperação bilateral em áreas como gestão estratégica e eficiente dos recursos hídricos e colaboração de pesquisas com agências não governamentais, universidades e centros de pesquisa. O acordo está em fase de implementação, para a qual será elaborado plano de trabalho

Cooperação educacional

A temática da cooperação educacional é elemento importante das relações bilaterais entre o Brasil e a Austrália. De acordo com o Departamento dos Negócios Estrangeiros e Comércio, no ano fiscal 2018-2019, o setor gerou AU$ 37.556 bilhões (cerca de US$ 26 bilhões) em exportações, atrás apenas do minério de ferro, carvão e gás natural.

O contingente de estudantes brasileiros na Austrália é de mais de vinte mil alunos (dados atualizados em março de 2020). O país está em quinto lugar em número

total de estudantes, atrás da China (167.526), Índia (105.156), Nepal (59.000) e Vietnã (22.000).

A maior parte dos estudantes brasileiros estão matriculados em cursos técnicos ("Vocational Educational Training") ou de estudo da língua inglesa ("English Language Intensive Courses for Overseas Students"). Os dados apontam para diminuição do número de alunos brasileiros no país, que alcançava 26.288 no final do ano passado e parece refletir os primeiros efeitos da pandemia de Covid-19. Tendo em vista que o governo australiano determinou a proibição de ingresso de não-nacionais e não-residentes permanentes em 20 de março passado, esse número poderá sofrer redução ainda maior.

Dados do fim de 2019 mostravam que as matrículas no ensino superior representavam 6% do total de estudantes brasileiros na Austrália. No ensino superior, o Brasil aparecia como 21º colocado entre os países que mais enviam estudantes à Austrália. Apesar dos valores ainda pouco significativos nesta área, o número de matrículas de brasileiros no ensino superior australiano aumentou 76% desde setembro de 2016. Os estudantes brasileiros matriculados em universidades australianas concentravam-se sobretudo em mestrados "lato sensu" (954), seguidos de bacharelados (565), doutorados (319) e mestrados "stricto sensu" (26). As principais áreas de estudos dos universitários brasileiros são Gestão e Comércio (843), Tecnologia da informação (196), Engenharia e Tecnologias Relacionadas (153), Ciências Naturais e Físicas (149), Saúde (137) e Artes criativas (106).

Recorda-se que o Comunicado Conjunto que estabeleceu, em 2012, a parceria estratégica entre o Brasil e a Austrália, atribuiu especial importância à cooperação bilateral em temas educacionais. Destacam-se, na agenda bilateral, os seguintes temas:

Potencial de cooperação em energia renovável/biocombustíveis

A Austrália possui significativo potencial de incremento na produção de energia renovável, principalmente em biomassa, hidrogênio, energia solar e eólica. No que se refere em particular aos biocombustíveis, a experiência brasileira somada às oportunidades existentes na Austrália apontam para uma potencial área do cooperação.

Potencial de cooperação em energia nuclear

Em setembro de 2019, o deputado australiano Josh Wilson, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Energia da Câmara dos Deputados, enviou carta à Embaixada em Camberra por meio da qual informou sobre realização de pesquisa referente ao uso de energia nuclear na Austrália, a ser conduzida por aquela comissão, e convidou o governo brasileiro a participar da referida pesquisa, contribuindo com sua experiência no desenvolvimento do uso da energia nuclear no Brasil.

A Austrália já utiliza, em instalação localizada em Nova Gales do Sul, o reator nuclear multipropósito OPAL ("Open Pool Australian Light-Water Reactor"), projetado e construído pela empresa argentina INVAP. O contrato de fornecimento com a empresa atingiu US$ 180 milhões e foi considerado relevante projeto de exportação argentino, desenvolvido e implementado com tecnologia daquele país.

Potencial de cooperação em defesa e inteligência

Brasil e Austrália possuem significativo potencial para desenvolver cooperação em matéria de defesa e segurança, haja vista que são os dois maiores países do Hemisfério Sul, com ampla tradição pacifista. A Declaração Conjunta de Parceria Estratégica, assinada em 2012, prevê o encontro regular entre altos funcionários das áreas de política externa e defesa dos dois países. A Austrália, além de ser compradora de material bélico brasileiro, está implementando ambicioso projeto de expansão de modernização de suas forças armadas. A abertura da adidância de defesa em Camberra, em janeiro de 2020, ampliou as possibilidades de diálogo e cooperação entre as forças dos dois países.

VI – Comunidades

Assuntos consulares

Segundo dados de 2018 da Embaixada em Camberra, o número de brasileiros na Austrália é estimado em cerca de 55 mil pessoas, sendo cerca de 46 mil residentes permanentes e 9 mil temporários. Além desses, existem ainda 27 mil estudantes brasileiros de nível universitário, cursos de formação profissional, de língua inglesa, entre outros. A maior parte dos brasileiros que residem ou estudam na Austrália encontram-se em Nova Gales do Sul (47%) e Queensland (25%) e, em menor escala, em Vitória (14%), Austrália Ocidental (10%), Austrália do Sul (2%), ACT (Camberra) (1%), Território do Norte (0,25%) e Tasmânia (0,25%). Anualmente, a Austrália recebe mais de 50 mil visitantes brasileiros temporários.

Com base em dados oficiais australianos (Australian Bureau of Statistics - ABS) estima-se que, em 2018, havia 46.450 brasileiros com residência permanente na Austrália, dos quais 33.790 na jurisdição do Consulado-Geral em Sydney. Em números aproximados, 21.870 estariam em Nova Gales do Sul, 11.790 no estado de Queensland, e 130 no Território do Norte. O "Department of Education and Training" (2019) indica que o número de estudantes brasileiros na Austrália, em outubro de 2019, era de 26.288, dos quais 21.355 estão na jurisdição de Sydney, sendo 13.033 em Nova Gales do Sul, 8.263 em Queensland e 59 no Território do Norte.

A média de visitantes brasileiros temporários (período inferior a um ano) foi de 4.900 por mês em 2019. Este número contempla, em sua maioria, turistas, mas também estudantes de inglês por curtos períodos (fonte: ABS, 2019). Registra-se, assim, estimativa total de 73.415 brasileiros (com residência permanente, temporária ou estudantes) na Austrália, dos quais 55.145 na jurisdição de Sydney, além dos turistas. Confirma-se, assim, tendência de crescimento absoluto da população brasileira residente na Austrália. Dados do ABS registram que essa população triplicou em dez anos.

A rede consular é formada pela Embaixada do Brasil em Camberra e pelo Consulado-Geral do Brasil em Sydney, além de seis Consulados-Honorários (Adelaide, Brisbane, Darwin, Hobart, Melbourne e Perth). No que tange a não residentes, em 2017, 54.900 brasileiros visitaram o país, dos quais 18 mil (33%) por motivos de férias, 16 mil (30%) por motivos de estudos, 13 mil (24%) para visitas a familiares e amigos e 3.800 (7%) a negócios.

Os brasileiros residentes em Melbourne são especialmente organizados, uma vez que a cidade não conta com a presença de consulado. A comunidade brasileira naquela cidade criou o Conselho de Cidadãos Brasileiros de Vitória (CCBV), que se encarrega de prestar auxílio aos nacionais com maior vulnerabilidade e promove ações em prol da população local, como o projeto “Little Language Brazil”, que divulga a língua portuguesa e a cultura brasileira para crianças. Com a extinção do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE), por meio do Decreto Presidencial 9.759, de 11/04/2019, o CCBV se encontra em momento de redefinição, embora tenha adiantado à Embaixada em Camberra seu intuito de continuar operando.

Visto eletrônico e posterior dispensa do visto

Em 16 de março de 2019, foi promulgado o decreto nº 9.731, que dispensa os australianos da exigência de visto de turista para ingresso no Brasil, a partir de 17 de junho de 2019. O referido decreto retirou a exigência de reciprocidade na concessão de vistos contida na Lei de Migração de 2017, cujo artigo 9º prevê que o "regulamento disporá (sobre) hipóteses e condições de dispensa recíproca ou unilateral de vistos".

A Embaixada da Austrália em Brasília estima que o fluxo de australianos aumentou 15% após a isenção de visto. Dados oficiais do Anuário Estatístico de Turismo (ano base 2019) revelam que a quantidade de viajantes australianos em visita ao Brasil aumentou de 33.862 em 2017 para 42.235 em 2018, elevação de 24,7% no período, mesmo antes da isenção de visto.

40 anos da Câmara de Comércio Austrália – Brasil (ABCC)

A Câmara de Comércio Austrália-Brasil (ABCC, na sigla em inglês), sediada em Sydney, celebrou, em 6/9/2019, o quadragésimo aniversário de sua fundação.

Repatriação de brasileiros e situação da comunidade brasileira no contexto da crise pandêmica global

Estimou-se haver, no ápice da crise consular, cerca de mil brasileiros retidos na Austrália, entre afetados pelos voos cancelados e desvalidos. Um voo Sydney-Guarulhos, com escala em Santiago, partiu em 21/4 levando parte desses cidadãos. Posteriormente, o Consulado-Geral em Sydney entrou em negociação com a Qatar Airways para oferecer aos consulentes desconto entre 10% e 20% nos voos da companhia, para aquisição e custeio pelos passageiros interessados.

Os efeitos sobre a comunidade brasileira começaram a ser sentidos a partir de março, quando os governos federal e estaduais australianos adotaram medidas severas para evitar o agravamento da crise de saúde pública e reverter a expansão do contágio. Particularmente significativos foram o fechamento das fronteiras, que ocasionou o cancelamento de voos internacionais e domésticos, e as medidas de isolamento social, pelas consequências imediatas e amplas no mercado de trabalho, em particular para os portadores de vistos temporários.

A embaixada passou a receber, então, em número crescente, consultas de brasileiros afetados pelo cancelamento de voos e perda de empregos. A fim de assegurar a assistência aos brasileiros, especialmente aos desvalidos, foi criado e mantido cadastro

conjunto com informações dos nacionais que solicitaram auxílio aos dois postos, além daqueles que preencheram o formulário emergencial da SERE. Todos os que relataram dificuldades e estavam na Austrália por períodos curtos tiveram sua situação solucionada, o que permitiu que o cadastro unificado fosse descontinuado.

Segundo dados do Australian Bureau of Statistics, de março a maio de 2020, último mês com dados disponíveis, a comunidade foi reduzida em cerca de duas mil pessoas, o que representou aproximadamente 3% do total. Os números relativos evidenciam inversão da tendência de crescimento constante até fevereiro/2020 para redução da comunidade a partir de março deste ano. Houve inversão do saldo entre a chegada e a partida de brasileiros, de uma média de 300 novos brasileiros na Austrália por mês entre fevereiro/2019 e fevereiro/2020, para um saldo negativo de 680 em março, 980 em abril e 370 em maio último. Acresce a suspensão do número de turistas brasileiros, cerca de 6 mil por mês em média. Embora o período mais agudo da crise pareça haver passado, é possível que as restrições às viagens internacionais sigam em vigor na Austrália pelo menos até o final de 2020.

VII – Agenda cultural

Festival Latino-Americano de Cinema (LAFF)

O Grupo dos Países Latino-Americanos (GRULAC) organiza, anualmente, o "Latin American Film Festival - LAFF". Já em sua XV edição, o festival atraiu, em 2018, público superior a 6000 pessoas e contou com projeções em 13 cidades australianas. Em 2019, o festival foi aberto com o filme "Como é cruel viver assim" (2018), da diretora Julia Rezende, que fez um vídeo especial para o público australiano. Ao longo do segundo semestre de 2019, o Brasil, por intermédio da Embaixada, organizou edições do festival nas cidades de Sydney, Brisbane, Melbourne, Adelaide, Hobart, Launceston, Bathurst, Dubbo, Narooma e Woloongong.

Difusão da língua portuguesa

Apesar de alegadas dificuldades financeiras, a Universidade Nacional da Austrália (ANU) permanece a única a oferecer o português como língua de estudos na graduação, sendo que as Embaixadas do Brasil, Portugal e Timor-Leste na Austrália operam em sintonia para promover a continuidade do curso de língua portuguesa naquela Universidade.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

I – Visão geral da economia australiana

A Austrália completou, em 2019, 28 anos consecutivos de crescimento econômico, destacando-se, juntamente com a Coréia do Sul, como uma das economias mais bem gerenciadas no mundo. Ainda assim, o país tem sofrido diretamente com a desaceleração da economia chinesa, levando à queda do poder de compra da moeda australiana, ao aumento do desemprego e à redução dos negócios no setor de varejo. Com a pandemia de Covid-19, a Austrália entrou em recessão.

Segundo as autoridades econômicas australianas, a taxa de crescimento do PIB em 2019 foi da ordem de 2,75%. Para 2020 e 2021, o "Reserve Bank of Australia – RBA" previa crescimento de 2,75% e 3%, respectivamente.

O relatório "World Economic Outlook" (WEO) de abril de 2020, elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), projetou recessão de 6,7% da economia australiana em 2020, em razão da crise pandêmica global, seguida de crescimento de 6,1% em 2021. Dados divulgados pelo *Australia Bureau of Statistics* mostram que a Austrália se encontra em recessão, enfrentando a pior contração econômica desde 1930 (no primeiro trimestre, o PIB caiu 0,3% e o gasto público aumento 1,8%; economistas projetam contração de 8,5% antes da retomada econômica, que deve ocorrer em setembro).

A Austrália é um dos maiores produtores e exportadores de produtos minerais, atividade que tem grande peso na composição do PIB nacional, responsável por cerca de 8% do total da riqueza produzida no país e cerca de 60% das exportações australianas. O país é o maior produtor mundial de bauxita, minério de ferro, lítio, titânio e urânio e possui reservas abundantes de carvão, ferro, cobre, ouro, gás natural. É também um dos maiores produtores e exportadores de diversos produtos agropecuários, tais como carnes, trigo, cevada e lã. O segmento de manufaturas inclui empresas de processamento de gêneros alimentícios, além de empresas de alta tecnologia, decorrente de investimentos na área de pesquisa e inovação. O PIB australiano, de cerca de US$ 1,4 trilhão, possui a seguinte constituição por setores econômicos: serviços (72%), construção (8%), mineração (8%), indústria (8%) e agricultura (4%).

De acordo com o Departamento de Indústria, Inovação e Ciência da Austrália (DISS), o país deve tornar-se, no curto prazo, o maior exportador mundial de gás natural liquefeito (GNL). As exportações australianas já ultrapassaram as exportações do Catar nos meses de novembro de 2018 e abril de 2019. A capacidade australiana de exportação de GNL aumentou de 2,6 bilhões m3/dia (Bcf/d) em 2011 para mais de 11,4 bilhões em 2019. O relatório do DISS afirma que as exportações australianas de GNL, em valor, aumentaram de AU$ 30,8 bilhões no biênio 2017-2018 para AU$ 42,4 bilhões, por conta dos aumentos do preço e da oferta do GNL exportado pelo país. É provável que, no curto prazo, as exportações australianas de GNL ultrapassem, em

valor, as exportações de carvão mineral. A maior parte do GNL australiano é exportada para o Japão, a China e a Coreia do Sul, por meio de contratos de longo prazo, com crescimento progressivo da demanda chinesa nos últimos anos.

II - Comércio bilateral

O Brasil é destino de mais da metade das exportações australianas para a América Latina. Em 2019, o intercâmbio de comércio entre Brasil e Austrália foi de cerca de US$ 1,4 bilhão, com déficit para o Brasil da ordem de US$ 495 milhões (importações de US$ 951 milhões e exportações de US$ 456 milhões). Percebeu-se decréscimo de 8,7% no comércio bilateral entre 2018 e 2019, embora o déficit brasileiro tenha sido significativamente menor em 2019 (US$ 654 milhões em 2018). A Austrália apresentou-se, em 2019, como o 53º destino das exportações brasileiras (participação de 0,2% do total das exportações) e o 35º fornecedor das importações nacionais (participação de 0,62% do total das importações).

Entre 2011 e 2019 o intercâmbio bilateral Brasil-Austrália recuou 51%, passando de US$ 2,7 bilhões para US$ 1,4 bilhão. Análise dos últimos cinco anos permite confirmar que o comércio com a Austrália é tradicionalmente desfavorável ao Brasil: - US$ 653 milhões (2015); - US$ 410 milhões (2016); - US$ 899 milhões (2017); - US$ 652 milhões (2018) e - US$ 495 milhões (2019).

Os principais produtos exportados pelo Brasil, em 2019, foram: *(i)* máquinas para terraplanagem e perfuração (18%); *(ii)* café em grãos (11% do total); *(iii)* ônibus e outros veículos (9%); *(iv)* suco de laranja (7,2%); e *(v)* máquinas agrícolas (4,3%). As exportações brasileiras estão concentradas em produtos manufaturados (US$ 353 milhões-77,4% do total). Produtos básicos e produtos semimanufaturados representam respetivamente, 15,8% (US$ 71,9 milhões) e 6,8% (US$ 31,21 milhões).

Por sua vez, os principais produtos adquiridos pelo Brasil procedentes da Austrália, em 2019, foram: *(i)* carvão mineral (78%); *(ii)* demais produtos manufaturados (6,5%); *(iii)* ácidos carboxílacos e seus anidridos (1,7%); *(iv)* demais produtos básicos (2,3%); e *(v)* ligas de alumínio (1,5%). As exportações australianas ao Brasil mantiveram tendência de concentração em produtos básicos (US$ 773 milhões - 81% do total). Produtos industrializados e produtos semimanufaturados representam respectivamente, 17% (US$ 162 milhões) e 2% (US$ 31,21 milhões).

III – Investimentos

A Austrália no fluxo internacional de investimentos

O estoque de investimento estrangeiro na Austrália é de AU$ 3,8 trilhões (EUA 20%, Reino Unido 10%, Japão 10% e China 5%).

Os EUA e o Reino Unido permanecem como principais fontes de investimento estrangeiro na Austrália, grande parte dos quais concentrada nos seguintes setores: *software* e serviços de TI, serviços prestados a empresas, serviços financeiros, petróleo e gás natural, comunicações e carvão.

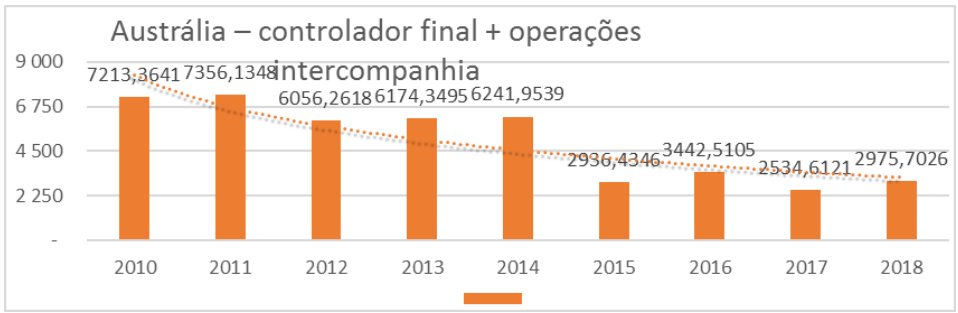
No sentido inverso a Austrália possuía, em 2017, estoque de investimentos no exterior de cerca de AU$ 2,3 trilhões (cerca de US$ 1,6 trilhão). Os dez principais destinos de investimentos foram: EUA (29,1%); Reino Unido (14,6%); Japão (5,5%);

Nova Zelândia (4,5%); China (3,4%); Alemanha (3,2%); Ilhas Cayman (2,8%); Singapura (2,6%) e França (2,2%). Os fundos privados de pensão australianos são importantes investidores externos, tendo alocado cerca de 20% de seu capital de US$ 1 trilhão no exterior.

Investimentos australianos no Brasil

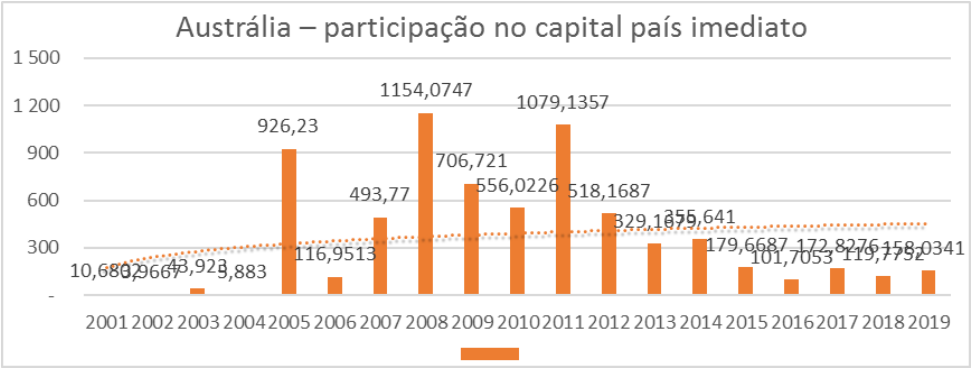
Segundo dados da "Australia Bureau of Statistics", o Brasil possui estoque de AU$ 8,175 bilhões (cerca de US$ 6,2 bilhões) de investimentos australianos, apresentando-se como o 15º país da lista de maiores receptores do capital australiano.

Dados do Banco Central do Brasil revelam que, em 2018, o investimento direto da Austrália no Brasil (IDP-participação no capital), alcançou US$ 2,97 bilhões (controlador final mais operações intercompanhia), perfazendo, em ambos os casos, 1% do total. Nesse contexto, o IDP-participação no capital australiano registrou crescimento de 55% (critério de investidor imediato) e de 51% (critério controlador final) entre 2017 e 2018. As operações intercompanhia provenientes da Austrália totalizaram US$ 233 milhões no mesmo período. Os investimentos australianos no Brasil foram alocados, sobretudo, em indústrias extrativas (US$ 996 milhões) e de transformação (US$ 1,375 bilhão), sob o critério de controlador final. A maior parte dos investimentos australianos no Brasil concentra-se nos setores de metalurgia/mineração, petróleo/gás, energia e agronegócio. Recentemente, no entanto, tem-se observado certa diversificação, com investimentos em setores como TI, biotecnologia, serviços "online", transportes, telecomunicações, seguros, moda varejista, infraestrutura e construção civil.



Fonte: Banco Central do Brasil (janeiro/2020).

De acordo com o DFAT, existem 80 empresas de capital australiano que operam no Brasil, sendo as maiores delas: BHP Billiton, Macquarie, Goodman, QBE, Brambles, Seek, Corsales, Cotton On, NuFarm, Karoon Energy (opera na bacia de Santos), Ansell, Amcor, Pacific Hydro, Rio Tinto e Westfield. Informações da Embaixada em Camberra, de setembro de 2019, elevam esse número para 90 empresas.



Fonte: Banco Central do Brasil (janeiro/2020).

Na área de mineração, a BHP Billiton possui participação na mineradora Samarco (minério de ferro, MG), na Mineração Rio Norte (bauxita, PA) e atua, ainda, na exploração de petróleo e gás natural. A “OZ Minerals” tem investido na exploração de cobre e ouro no Pará. Há também 'pool' de empresas que investem na exploração de fosfato: Taylor Collison, Aguia Resources e The Sentient Group (que controla a subsidiária brasileira Potássio do Brasil).

No setor de serviços, o Macquarie Bank, com escritório em São Paulo, tem atuado no setor de empréstimos corporativos. A QBE, do setor de seguros e resseguros, também está presente no Brasil. Em 2013, o serviço australiano de vendas de carro on-line Corsales adquiriu 30% do site brasileiro Webmotors. Além disso, a rede Sumosalad, especializada na venda de saladas, inaugurou sua primeira loja, em São Paulo, em janeiro de 2014.

A australiana Karoon Gas, presente no Brasil desde 2007, fez descoberta de coluna de petróleo na bacia de Santos. A abertura de segundo poço de exploração "Kangaroo 2" deu-se em dezembro de 2014, seguida da abertura dos poços Kangaroo West-1 (março de 2015) e Echidna-1 (abril de 2015). Em setembro de 2017, foi concedido à Karoon bloco exploratório ao sul da Bacia de Santos, em Santa Catarina. Em 2019, a Karoon adquiriu o campo de petróleo de Baúna, também na Bacia de Santos, por US$ 660 milhões.

A Austrália tem tido participação efetiva no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), iniciativa governamental brasileira que objetiva promover projetos de investimentos ao articular a interação das agências do governo com investidores privados. Até dezembro de 2018, dos R$ 253 bilhões em investimentos de projetos concluídos no PPI, R$ 222 bilhões (87%) tiveram empresas vencedoras estrangeiras ou em consórcio com empresas nacionais. A participação estrangeira contabiliza 83,4% do total. A Austrália participa, no âmbito do PPI, como investidora no setor energético, em parceria com a China, na Usina de São Simão - GO (R$ 3,9 bilhões) e, em conjunto com Brasil, China, EUA, Espanha e Bermudas, na concessão de exploração de óleo e gás na bacia de Santos (R$ 845 milhões). A Austrália apresenta-se, desse modo, como o 9º país investidor nos projetos da PPI já em processo de execução, com participação de R$ 2 bilhões (5,6% do total).

Vale ter em mente que a Austrália possui um dos maiores fundos de pensão do mundo ("Australia National Superannuation Scheme"), com valor estimado em mais de US$ 1,9 trilhão, de acordo com estudo do "Willis Towers Watson Global Pensions Asset Study – 2019". Segundo informação da Embaixada em Camberra, o Brasil já é o 9º recipiendário de recursos do fundo australiano.

Investimentos brasileiros na Austrália

Segundo o Banco Central do Brasil, em 2018, os investimentos brasileiros diretos na Austrália (IDE-participação no capital) alcançaram US$ 168 milhões. As operações intercompanhia totalizaram 10% desse valor. No tocante aos investimentos em carteira, os capitais brasileiros foram assim alocados na Austrália: (i) ações (US$ 8 milhões); (ii) títulos de renda fixa australianos de longo prazo (US$ 3 milhões); (iii) moedas e depósitos (US$ 44 milhões); (iv) imóveis (US$ 12 milhões).

Sobre a presença de empresas brasileiras na Austrália, cita-se a presença de empresas como JBS, Vale, WEG, Natura e Marcopolo. Em 2012, a Marcopolo adquiriu 75% da Volgren, a maior produtora de ônibus australiana. Em abril de 2017, a Marcopolo anunciou a aquisição dos 25% restantes da Volgren, o que significou importante passo para a expansão da empresa na região Ásia-Pacífico. A Vale, presente desde 2002 na Austrália, com escritório central em Brisbane, realiza atividades de estudo e desenvolvimento mineral e opera na produção de carvão térmico e metalúrgico, além de níquel e potássio, atuando em Queensland e Nova Gales do Sul. Menciona-se também a presença da empresa Visagio em Perth, que presta consultoria em gestão e tecnologia para companhias de mineração. A compra da Primo Group pela JBS, por US$ 1,25 bilhão, em 2014, consolidou a presença da empresa brasileira no segmento de carnes australiano.

Em 2019, a Volgren, já pertencente à Marcopolo, firmou contrato com a Autoridade de Transporte Público (PTA) da Austrália Ocidental para o fornecimento de 900 ônibus elétricos ("E-bus") em até 10 anos, com opção de renovação após cinco anos. Os ônibus serão produzidos na fábrica de Perth. O contrato irá gerar à Volgren receita de aproximadamente US$ 110 milhões, valor que poderá dobrar com a renovação posterior do contrato. A Volgren iniciou sua parceria com a PTA em 1999 e já forneceu mais de 1.800 ônibus à agência.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1770	O capitão James Cook, a bordo do Endeavour, chega a Botany Bay, hoje Sydney, na costa oriental da Austrália, e estabelece o início do domínio britânico.
1851	Tem início a corrida do ouro em Balthurst, New South Wales.
1868	Os últimos prisioneiros britânicos são transportados para a Austrália continental.
1901	Constitui-se a Comunidade da Austrália (*Commonwealth of Australia*).
1914-1918	Tropas australianas combatem na Primeira Guerra Mundial.
1920	QANTAS começa a operar serviços aéreos.
1927	O primeiro Parlamento Federal reúne-se em Camberra.
1933	A região da Austrália Ocidental convoca *referendum* propondo a secessão do Reino Unido, mas o Parlamento rejeita a proposta.
1942	A Austrália adota o Estatuto de Westminster, com efeitos retroativos para 1939, que encerra, formalmente, com a maioria das ligações constitucionais entre Austrália e Reino Unido.
1939-1945	Tropas australianas combatem na Segunda Guerra Mundial.
1965	Tropas australianas são enviadas ao Vietnã.
1996	John Howard (Partido Liberal) é eleito primeiro-ministro.
1999	Os australianos decidem, em plebiscito, pela manutenção da monarquia.
2000	Jogos Olímpicos de Sydney.
2004	O governo australiano faz a maior doação às vítimas do tsunami.
2006	Força militar australiana é enviada a Timor Leste para ajudar na estabilização do país.
2007	Kevin Rudd (Partido Trabalhista) é eleito primeiro-ministro.
2008	O governo australiano ratifica o Protocolo de Kyoto. Kevin Rudd anuncia a retirada das tropas australianas do Iraque. O estado australiano faz um pedido formal de desculpas aos povos aborígenes da Austrália pelas injustiças cometidas, no passado, pela colonização europeia.
2010	Em julho, Julia Gillard é escolhida como nova líder do Partido Trabalhista e primeira-ministra, substituindo Kevin Rudd.
2012	Em fevereiro, Julia Gillard derrota Kevin Rudd em eleição interna na cúpula do partido trabalhista e se mantêm como líder do partido e primeira-ministra.

2013	Em março, partidários de Kevin Rudd conseguem reconduzi-lo à liderança do Partido Trabalhista e ao cargo de primeiro-ministro. Em setembro a Coalizão Nacional-Liberal vence as eleições e Tony Abbott torna-se novo primeiro-ministro.
2015	Abbott perde a liderança do Partido Liberal para seu ex-ministro das Comunicações, Malcolm Turnbull, que passa a ocupar a posição de primeiro-ministro.
2016	Nas eleições de julho, o primeiro-ministro Malcolm Turnbull declara vitória, após o líder do partido trabalhista da oposição, Bill Shorten, admitir derrota.
2018	Em agosto, o Partido Liberal elege Scott Morrison, ministro da Fazenda da gestão Turnbull, como seu novo primeiro-ministro.
2019	Scott Morrison é reeleito primeiro-ministro nas eleições de maio de 2019.
2019/2020	Incêndios de grandes proporções atingem a Austrália.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1945	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália.
1946	Instalação, no Rio de Janeiro, da primeira representação diplomática da Austrália na América Latina e da legação do Brasil em Camberra.
1978	Assinatura de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
1990	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália
1994	Visita à Austrália do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradição entre os dois países.
2001	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer. Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR).
2004	Visita ao Brasil do ministro do Comércio e vice-primeiro-ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.
2006	Segunda visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer.
2008	Visita a Camberra do ministro Celso Amorim. Visita a São Paulo do ministro das Finanças, Wayne Swan, que participa da Reunião Ministerial do G-20F. Encontro do presidente Lula com o primeiro-ministro Kevin Rudd, em Washington.

2009	Encontro do presidente Lula com o primeiro-ministro Kevin Rudd, em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5. Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith.
2010	Assinatura do Plano de Ação Brasil-Austrália (Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada). Assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para desenvolvimento internacional.
2011	Visita ao Brasil de missão parlamentar australiana chefiada pelo presidente da Câmara da Austrália, Harry Jenkins. Encontro da presidente Dilma Rousseff e da primeira-ministra Julia Gillard à margem da cúpula do G-20, em Cannes.
2012	No mês de junho a primeira-ministra Julia Gillard realiza primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil e mantém reunião de trabalho com a presidente Dilma Rousseff à margem da Rio+20, no Rio de Janeiro. Brasil e Austrália elevam as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica.
2014	Em novembro, a presidente Dilma Rousseff realiza primeira viagem de mandatário brasileiro à Austrália, por ocasião da cúpula do G-20 (Brisbane).
2015	Visita da ministra dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, a Brasília e São Paulo, quando manteve encontros com o ministro das Relações Exteriores e com o ministro da Educação. Na ocasião, foi renovado "Memorando de Entendimento em Educação, Pesquisa e Formação Profissional".
2016	Visita do governador-geral da Austrália, Peter Cosgrove, ao Rio de Janeiro, para a abertura dos Jogos Olímpicos (agosto) e Paralímpicos (setembro).
2017	X Reunião de Consultas Políticas (Brasília), com a participação da subsecretária australiana Penny Williams (abril).
2018	Visita de Comitiva Parlamentar australiana, em abril, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Gestão e Finanças e ao Senado Federal.
2019	Visita à Austrália de Comitiva Parlamentar brasileira, em setembro, com o objetivo de conhecer a política australiana para os povos originários.
2020	No contexto da crise pandêmica global, o Brasil prestou auxílio para a repatriação de brasileiros em situação de maior vulnerabilidade na Austrália.

BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Ajuste para Entrega de Desertores de Navios Mercantes.	30/07/1888	30/07/1888	992	8/08/1888
Convenção de Arbitragem.	18/06/1909	6/05/1911	720	10/05/1911
Tratado para o Estabelecimento de uma Comissão de Paz.	4/04/1919	11/03/1921	4723	16/03/1921
Acordo Comercial.	23/02/1978	25/08/1978	2561	1/11/1978
Acordo, por troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	22/08/1994	1/12/1995	710	22/11/1995
Tratado sobre Extradição.	22/08/1994	01/09/1996	010	23/09/1996
Acordo de Serviços Aéreos	21/04/2010	26/09/2018	9.767	16/04/2019
Acordo de Cooperação em Matéria Penal	15/11/2014			
Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia	7/09/2017			
Memorando de Entendimento entre a Embrapa e a CSIRO ("Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization")	12/04/2019			

Memorando de Entendimento sobre Visto de Férias e Trabalho (“Work and Holiday”)	Negociações concluídas, pendente de assinatura

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ILHAS SALOMÃO

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Agosto de 2020

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ilhas Salomão
ADJETIVO GENTÍLICO	Salomônico
CAPITAL	Honiara
DATA NACIONAL	7/7 – Data da Independência
ÁREA	28.900 Km² (mais de 922 ilhas)
POPULAÇÃO (2019)	685 mil habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, Católicos 19%, Evangélicos 17%, Adventistas 11%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador General Frank Ofagioro Kabui (desde julho de 2009).
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Manasseh Sogavare (desde abril de 2019).
CHANCELER	Jeremiah Manele
PIB NOMINAL (2017)[1]	US$ 1,28 bilhão
PIB PPP (2017)[1]	US$ 1,32 bilhão
PIB NOMINAL *per capita* (2017)[1]	US$ 2,081
PIB PPP *per capita* (2017)[1]	US$ 2.157
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017)[1]	3,24%
IDH[2]	0,506 (156° lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA[2]	75,3 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO[3]	84,1%
ÍNDICE DE DESEMPREGO[4]	4,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Ilhas Salomão
EMBAIXADOR EM HONIARA (cumulativa com Camberra)	Sérgio Moreira Lima
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base nos dados da EIU (*Economist Intelligence Unit*), os dados mais recentes disponíveis são de 2017.
(2) PNUD
(3) Dado do CIA World Factbook
(4) Dado do Banco Mundial – disponíveis em http://databank.worldbank.org/data

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC/Economia (Comextat)*

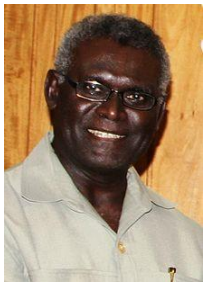
BRASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2019**	**2020 (jan/ jul)**
Intercâmbio	15	266	234	50	108	325	110	86	---	100
Exportações	15	266	234	50	108	325	110	86	---	100
Importações	0,2	---	---	0,4	---	---	---	---	---	---
Saldo	14	266	234	49	108	325	110	86	---	100

PERFIS BIOGRÁFICOS

Frank Utu Ofagioro Kabui
Governador-Geral das Ilhas Salomão, representando a Rainha Elizabeth II

Nascido em abril de 1946, foi o primeiro nacional das Ilhas Salomão a graduar-se em direito, obtendo seu bacharelado na Universidade de Papua Nova Guiné em 1975. Foi Juiz da Alta Corte das Ilhas Salomão e Procurador-Geral. Em julho de 2009 sua indicação pelo Parlamento à função de governador-geral foi ratificada pela Rainha Elizabeth II.

Manasseh Damukana Sogavare



Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão

Nascido em 17 de janeiro de 1955, em Popondetta, Papua Nova Guiné, filho de missionários salomônicos. Exerceu o cargo de chefe de governo em três ocasiões (2000-2001, 2006-2007 e 2014-2017). Entre os outros cargos que exerceu, estão os de Ministro das Finanças (1994-1996) e vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças e do Tesouro (1997-1998). Membro do Parlamento desde 1997, foi vice-líder e líder da oposição (1998-2000). Em 24 de abril de 2019, Manasseh Sogavare foi eleito para um quarto mandato como Primeiro-Ministro.

Jeremiah Manele

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior

Nascido em 1968, Manele foi Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros até 2007. Foi eleito Membro do Parlamento por Hograno-Kia nas eleições gerais de 2019. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 26/4/2019.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil iniciou relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005, por meio de Troca de Notas. No primeiro semestre daquele ano foi realizada a

primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Salomão, chefiada pelo embaixador Frederico Cézar de Araújo (que também visitou Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Salomão junto à ONU, Collin Beck, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita protocolar ao então Ministro de Estado, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, participaram de palestras com outros chefes da casa e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra. Não há atos bilaterais firmados. Em maio de 2011, durante a visita do Embaixador brasileiro em Camberra a Honiara, na qualidade de Emissário Especial da Senhora Presidente da República, autoridades locais demonstraram interesse específico em cooperação do Brasil em matéria de futebol. Também demonstraram grande interesse em cooperação com o Brasil em matéria de café, cacau, florestas, cana-de-açúcar e etanol, o que tem sido reiterado pelo Alto Comissário em Camberra.

Em junho de 2012 o Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo foi o primeiro chefe de governo das Ilhas Salomão a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o PM não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Em março de 2017, o Embaixador Manuel Innocencio apresentou suas credenciais em Honiara. Foi recebido pelo Governador-Geral interino das Ilhas Salomão, Jasper Nasiu, na Residência Oficial do Chefe de Estado. Estavam presentes na ocasião o Primeiro-Ministro em exercício do país, Manasseh Maelanga, bem como o Secretário-Geral do MNE solomonense, Peter Kenilorea Jr.

Em discurso, o Embaixador Innocencio saudou as relações diplomáticas entre o Brasil e as Ilhas Salomão e destacou a visão comum quanto ao combate ao aquecimento global. Salientou, ainda, a perspectiva de possíveis cooperações nas áreas de esporte e agricultura. Recordou a participação das Ilhas Salomão, em nível de Chefe de Governo, nas duas Cúpulas da Terra realizadas no Rio de Janeiro, bem como os esforços dos dois países na implementação do Acordo de Paris. Mencionou também o potencial de cooperação bilateral em biocombustíveis, nas culturas de café e cacau e no intercâmbio de profissionais do futebol.

Em sua exposição, o Governador-Geral interino referiu-se ao Brasil como uma das grandes economias do mundo, ressaltando os "vibrantes setores industrial e agrícola" do país. Nasiu recordou o perfil rural da população solomonense, dependente de agricultura, pesca e extrativismo. Salientou também o entusiasmo do povo solomonense pelo futebol, destacando o exitoso trabalho de técnico brasileiro à frente da seleção nacional de futebol de salão. Nesse contexto, mencionou que o país teria em alta estima eventual assistência brasileira nos setores agrícola e esportivo.

Em setembro de 2017, as Ilhas Salomão encaminharam nota verbal à Embaixada em Camberra solicitando indicação de técnico brasileiro para desenvolver o futebol no país.

O alto comissário das Ilhas Salomão em Camberra comunicou por meio de nota, em janeiro de 2019, a concessão de "agrément" à nomeação de Sérgio Eduardo Moreira Lima como embaixador do Brasil no país, com residência em Camberra.

Comércio bilateral

O comércio bilateral entre as Ilhas Salomão e o Brasil foi inexistente em 2019. Entre janeiro e julho de 2020, as trocas comerciais somaram USD 100 mil, representado

unicamente por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil às Ilhas Salomão foram artigos de confeitaria (26%), equipamentos domésticos de metais (24%), cereais e farinhas (23%) e ferramentas (19%).

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros nas Ilhas Salomão. Durante a pandemia do coronavirus em 2020, as Ilhas Salomão restringiram a entrada de viajantes internacionais, a partir de 27/2/2020. Até agosto de 2020, o país foi uma das dez nações do mundo a não ter registrado nenhum caso de covid-19 na população.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Salomão emanciparam-se politicamente em 1978, quase um século depois de terem-se tornado um protetorado inglês. Após a independência, o arquipélago passou a integrar a "Commonwealth" e a ter a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado, representada por um Governador-Geral. O Parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O Primeiro-Ministro é eleito por uma maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

Entre 1998 e 2003, as Ilhas Salomão passaram por um período de instabilidade, em que eclodiram conflitos civis motivados por antigas rivalidades étnicas na principal ilha do arquipélago, Guadalcanal. A delicada situação levou o governo a requisitar ajuda externa para manter a ordem civil no país. Nesse contexto, o Fórum das Ilhas do Pacífico e, posteriormente, o Parlamento das Ilhas Salomão aprovaram o "Regional Assistance Mission to Solomon Islands" (RAMSI), um pacote de ajuda internacional,

cujo principal colaborador é a Austrália, que consiste no fornecimento de forças policiais e militares e de técnicos civis, visando à criação de condições necessárias para o retorno à estabilidade, à paz e ao crescimento econômico no arquipélago. O RAMSI chegou ao seu fim em junho de 2017, o que constitui um desafio para o futuro das Ilhas Salomão.

Outro desafio do governo é promover uma descentralização do poder político que seja satisfatória aos diferentes setores da população. Há uma proposta de emenda à Constituição que institui o sistema federativo de governo.

Em 25 de agosto de 2010, o Parlamento das Ilhas Salomão elegeu Danny Philip como novo Primeiro Ministro, em substituição a Derek Sikua, após disputadas negociações que se seguiram às eleições de 4 de agosto. Danny Philip ocupou o cargo de Primeiro Ministro por apenas 14 meses, já que, em novembro de 2011, renunciou antes de ser removido por uma moção de desconfiança, que havia se tornado iminente após a deserção de cinco ministros e outros sete parlamentares para a oposição.

Após a renúncia, Danny Philip voltou a apenas ocupar assento no parlamento e Gordon Darcy Lilo, membro da mesma coalizão que o seu antecessor, foi eleito em 16 de novembro de 2011.

Em 2014, Manasseh Sogarave foi eleito PM de Ilhas Salomão. Em novembro de 2017, na sequência da queda do primeiro-ministro Manasseh Sogarave, derrotado em votação de confiança realizada no parlamento solomonense, Ricky Nelson Houenipwela (Rick Hou), do partido Aliança Democrática (Democratic Alliance Party), foi eleito primeiro-ministro.

Rick Hou obteve 33 votos contra 16 do candidato rival, John Moffat. O novo governo manteve o regime de coalizão da gestão anterior e contou com o próprio Sogarave como vice-PM e ministro das Finanças. O gabinete do ex-PM caiu em razão da perda de apoio de parte de seus membros, motivada, segunda consta, pela oposição à proposta de legislação anticorrupção defendida por Sogarave. Rick Hou indicou que sua prioridade número um seria estabilizar a situação fiscal crítica do país e formular um orçamento sustentável e crível para 2018.

Em 24 de abril de 2019, o Parlamento das Ilhas Salomão escolheu reconduzir Manasseh Sogavare ao cargo de Primeiro-Ministro. A eleição, que foi seguida por alguns distúrbios populares, foi contestada pela coalizão oposicionista, o Grupo da Grande Coalizão ("Grand Coalition Group"), liderada pelo deputado Matthew Wale. A Grande Coalizão, que aglutina cinco partidos, alegou irregularidades na formação da agremiação de Sogavare, o recém criado "Nosso Partido". Dos 51 integrantes do Parlamento, 33 votaram em Sogavare, um voto foi anulado e 15 oposicionistas abandonaram a sessão em protesto. A eleição foi a primeira após o fim o mandato do RAMSI no país.

Com a eleição de Sogavare, a natureza das relações de seu governo com a China passou a ter proeminência. As Ilhas Salomão mantinham relações diplomáticas com Taiwan desde 1983, mas se criou a expectativa de que o novo governo poderia reavaliar esses laços, especialmente diante do fortalecimento da presença política e econômica de Pequim no Pacífico Sul. O Partido da Aliança Democrática, de Rick Houenipwela, que integra a coalizão de Sogavare, já havia defendido uma revisão das relações com Taiwan. O rompimento de Honiara com Taipé terminou por concretizar-se em 16 de setembro de 2019, acompanhado do estabelecimento de relações diplomáticas com Pequim.

Direitos humanos

Na revisão periódica universal do CDH de 2016, o país recusou todas as recomendações sobre o tema LGBT. A aprovação, em 2014, de lei que criminaliza violência doméstica foi reconhecida como avanço em grande parte das intervenções dos Estados.

POLÍTICA EXTERNA

Como LDC ("Least Developed Country") e SIDS ("Small Island Developing State"), as Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima. Aumento do nível do mar, alterações das marés, tempestades frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar.

As Ilhas Salomão são membros da "Association of Small Island States" (AOSIS) e sua participação nas negociações sobre mudanças do clima no âmbito das Nações Unidas se pautam pela AOSIS.

O país é membro das Nações Unidas e de várias organizações internacionais, dentre as quais o Foro das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico, e o "Melanesia Spearhead Group", iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia.

Em 2003, durante o 34º Foro das Ilhas do Pacífico (Auckland/NZ), reafirmou-se a intervenção do agrupamento do Pacífico nas Ilhas Salomão. Tanto o Comunicado Conjunto do Foro quanto a Declaração sobre o assunto ("Forum Declaration on Solomon Islands") reafirmaram a importância da chamada "Missão de Assistência Regional às Ilhas Salomão" (RAMSI), composta por policiais e militares de cinco países-membros (Austrália, Fiji, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné e Tonga), com o objetivo de restaurar a lei e a ordem, fortalecer o sistema judiciário, recuperar a economia e restabelecer os serviços básicos.

A linguagem adotada nos documentos oficiais do Foro denotou clara preocupação em demonstrar a legitimidade da missão. Assinalaram que a RAMSI foi concebida com base na Declaração de Biketawa (assinada em 2000, prevê iniciativas conjuntas para lidar com crises que afetem a segurança regional); sublinharam a anuência do Governo das Ilhas Salomão com a iniciativa; ressaltaram a composição plurilateral da missão; e acolheram com satisfação a declaração do SG/NU em apoio à RAMSI.

Em abril de 2010, durante reunião do "Forum Ministerial Standing Committee" (FMSC), o governo das Ilhas Salomão e a RAMSI reiteraram, em comunicado conjunto, "commitment to continued close cooperation and coordination under the Partnership Framework and to work together to address challenges of implementation and ensure benefits are provided to the people of Solomon Islands".

Em setembro de 2014, por ocasião da 69ª sessão da AGNU, o RP das Ilhas Salomão, Collin Beck, abordou a agenda de desenvolvimento pós-2015, além de reportar os avanços alcançados no âmbito dos objetivos de desenvolvimento do milênio por parte de sua nação. Afirmou que o país estaria sub-representado no Secretariado da ONU. Tratou das consequências da mudança climática e instou todos os atores a acelerarem as negociações sobre o tema.

Na AGNU de 2015, o Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão, Manasseh Sogavare, defendeu um processo transparente e democrático na escolha do Secretário-Geral da ONU. Afirmou que as missões de manutenção da paz da ONU utilizaram mais recursos em segurança do que em desenvolvimento. Defendeu um assento no CSNU para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e manifestou apoio à resolução da Assembleia-Geral sobre o direito à auto-determinação dos povos da Polinésia francesa.

Na AGNU de 2016, o PM Sogavare agradeceu o ex-Presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas Mogens Lykketoft pelas novidades introduzidas no processo de sucessão do cargo de SGNU, tornando-o mais transparente e inclusivo. Cobrou mais recursos para a implementação da Agenda 2030 e apoio mais efetivo aos SIDS para lidar com os efeitos da mudança do clima. Após criticar o imobilismo nas negociações para a reforma do CSNU, defendeu a criação de assento não permanente para os SIDS. Tecendo comentários sobre descolonização, pediu que o C24 realize visita à Polinésia Francesa, recordou que a Nova Caledônia decidiria seu destino político em 2018 e condenou as violações aos direitos humanos dos melanésios residentes em Papua Ocidental (Indonésia).

O então Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão, Rick Hou, encontrou-se com o Príncipe de Gales e herdeiro do trono britânico, Príncipe Charles, no dia 18 de abril de 2018. Na ocasião, o Primeiro-Ministro informou o Príncipe Charles sobre questões que afetam pequenos estados insulares do Commonwealth, como a mudança de clima e a elevação do nível do mar, pesca sustentável e outros assuntos que afetam as Ilhas Salomão e outros pequenos estados insulares em desenvolvimento.

2019: Visitas do Primeiro Ministro da Austrália e do Chanceler da Nova Zelândia

O PM Scott Morrison realizou, em 2 e 3 de junho de 2019, visita às Ilhas Salomão, a primeira após sua reeleição. Morrison salientou a importância das Ilhas Salomão e do Pacífico Sul para a Austrália e argumentou que a política australiana não é uma resposta ao aumento da presença chinesa na região, nem deve estar subordinada à lógica da rivalidade entre Washington e Pequim. A visita reflete a prioridade concedida

pelo atual governo australiano às relações com os países do Pacífico Sul.

Em Honiara, Morrison manteve encontro com o Primeiro Ministro, Manasseh Sogavare, e anunciou diversas iniciativas de assistência australiana ao país. Morrison procurou destacar a importância dos laços da Austrália com as Ilhas Salomão e com os países da região e seus esforços para a ampliação da presença e do apoio australiano ao Pacífico Sul, especialmente no contexto do chamado "Pacific Step-up".

Logo após sua eleição, em 24 de abril de 2019, Sogavare anunciou a intenção de rever os laços do país com Taiwan e especulou-se em Camberra que Morrison iria pressionar Honiara a manter as relações diplomáticas com Taipei. Os rumores ganharam força após a visita, no final de maio, do Secretário Assistente para Assuntos da Ásia do Leste e do Pacífico do Departamento de Estado, Patrick Murphy, que acusou a China de ter um papel desestabilizador e de tentar capturar os aliados de Taiwan na região. Na Austrália, o funcionário norte-americano também encorajou os países insulares do Pacífico que mantêm relações diplomáticas com Taiwan a defender o "status quo" (além das Ilhas Salomão, Nauru, Kiribati, Ilhas Marshall, Palau e Tuvalu).

Durante a visita, Morrison anunciou programa de auxílio australiano no valor de AU$ 250 milhões em dez anos, para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura nas Ilhas Salomão. Entre os projetos estão a construção de edifício para abrigar o gabinete do Primeiro Ministro e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o desenvolvimento de redes de transporte para conectar 74% da população do país em 10 anos. Divulgou, além disso, a concessão de AU$ 2,7 milhões em três anos com vistas a oferecer oportunidades de empregos temporários para nacionais das Ilhas Salomão na Austrália.

O Primeiro Ministro australiano participou da cerimônia de lançamento de projeto trilateral de promoção da leitura nas Ilhas Salomão, do qual também faz parte o governo da Nova Zelândia, que prevê a distribuição de 580 mil livros infantis no país. Anunciou auxílio para programa de AU$ 260 mil dedicado à prática de rugbi feminino nas Ilhas Salomão e apoio para o treinamento de atletas de elite do país na Austrália. Reiterou, ainda, o apoio australiano às metas das Ilhas Salomão na área de saúde, com destaque para a eliminação da malária até 2030 e o controle da crise de doenças crônicas não transmissíveis que aflige o país.

Logo após a visita do PM australiano Scott Morrison, as Ilhas Salomão receberam também o vice-PM e chanceler neozelandês Winston Peters, que anunciou investimentos nas áreas de apoio à juventude, educação, aviação, turismo, pesca, mobilidade laboral e desenvolvimento a longo prazo. O PM Manasaah Sogavare, caracterizou a visita como oportunidade de reforçar o diálogo e a parceria entre os países, e elogiou a política neozelandesa do "Pacific Reset", com sua ênfase no entorno do Pacífico. A Nova Zelândia financiou o recentemente inaugurado aeroporto internacional de Munda.

Rompimento com Taiwan e abertura de relações diplomáticas com a China

No segundo semestre de 2019, o primeiro-ministro Sogavare declarou considerar o fim das relações com Taiwan, que, segundo ele, seria "completamente inútil para nós". Observou que outros países da região, como Fiji, Papua Nova Guiné e Vanuatu, estariam se beneficiando da possibilidade de explorar a disputa por influência entre Austrália e China no Pacífico Sul. Uma força-tarefa, liderada por parlamentares, foi criada em 2019 para avaliar a experiência de outros países da região em suas relações com Pequim. A decisão final sobre o tema seria de responsabilidade do Parlamento.

Em 16 de outubro de 2019, o governo solomônico terminou por aprovar o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China em

substituição às relações com Taiwan, reduzindo a 16 o número de países que reconhecem este último como estado. Embora Taiwan ainda mantivesse relações com mais cinco países da Oceania (Ilhas Marshall, Kiribati, Nauru, Palau e Tuvalu), as Ilhas Salomão possuem mais que o dobro do número de habitantes que estes cinco países somados. A decisão de Honiara poderá induzir os demais a fazer o mesmo, num "efeito dominó", segundo analistas.

De fato, já em 20 de setembro, Kiribati anunciou idêntica decisão de trocar o reconhecimento de Taiwan pelo da China continental, novamente reduzindo o número de países que ainda mantêm relações diplomáticas com Taipé.

ECONOMIA

As Ilhas Salomão enfrentam sérios desafios econômicos. A maior parte da população vive de subsistência, e menos de um quarto possui trabalho assalariado. A indústria madeireira é responsável por cerca de 40% dos ganhos com exportação e é uma fundamental fonte de renda para o governo, mas deve haver um declínio na produção ao longo do tempo. Em abril de 2014, fortes enchentes inundaram a capital, Honiara, e áreas próximas, danificando infraestrutura e causando a suspensão das operações da Mina Gold Ridge. Em 2016, forte terremoto assolou o país.

Com PIB nominal de US$ 1,28 bilhão e crescimento de 3,24% em 2017, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 175ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 58,1% do PIB, seguido do setor de agricultura, com 34,3% e do setor industrial, com 7,6%.

III Revisão de Política Comercial

Na III Revisão de Política Comercial, em dezembro de 2016, ressaltou-se o crescimento econômico das Ilhas Salomão com taxas anuais de 2% a 10%, mesmo com cenário internacional adverso, sobretudo em função da crise econômica de 2008. Também houve menção às reformas institucionais promovidas pelo governo, em matéria de administração das finanças públicas, política monetária, compras públicas e leis de competição.

Saudou-se o objetivo do governo das Ilhas Salomão de diversificar seus produtos de exportação. Lembrou-se que o país é dependente de alguns poucos recursos naturais, como madeira e pescado. Sobre madeira, em particular, expressou-se preocupação com o desmatamento e indicou-se a necessidade de combate à exploração madeireira ilegal, bem como de reforma da administração pública desse recurso. Outras reformas importantes foram: o estatuto de propriedade de terras, transparência e combate à corrupção.

Os membros da OMC saudaram a reforma legislativa em prol do ambiente de negócios e opinaram que o processo de liberalização comercial deve ser aprofundado. Apreciaram o plano do país de aceder à Organização Mundial da Propriedade Intelectual e elogiaram os esforços em prol da melhoria de procedimentos alfandegários e a legislação de implementação do Acordo de Valoração Aduaneira.

O Banco Mundial, funcionando como o administrador de fundos do Fundo do Desenvolvimento Social Japonês, assinou, em 20 de abril de 2018, um acordo de

subvenção com o governo das Ilhas Salomão para um Projeto-piloto de Partilha de Benefícios para a Comunidade de USD 2.8 milhões. O projeto beneficiará mais de 4000 pessoas de Malango e Bahomea, comunidades de Guadalcanal, por meio do estabelecimento de um novo fundo de desenvolvimento da comunidade, assim como investimentos para melhorar a infraestrutura de água e energia elétrica e para ajudar os membros da comunidade a conseguir empregos com o projeto de desenvolvimento de infraestruturas planejadas, particularmente, as planejadas pelo Projeto de Desenvolvimento Hidrelétrico do Rio Tina.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1893	Estabelecimento de Protetorado Britânico
1978	Ilhas Salomão obtêm emancipação política, opta por continuar com a Monarquia e membro da Commonwealth.
1998-2003	Tensões étnicas levam país a estado de Guerra Civil, Fórum das Ilhas do Pacífico envia missão de manutenção de paz.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2005	Abertura de relações diplomáticas
2011	Visita do embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Barbosa, a Honiara.
2012	Visita do Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo ao Brasil, durante Rio+20.

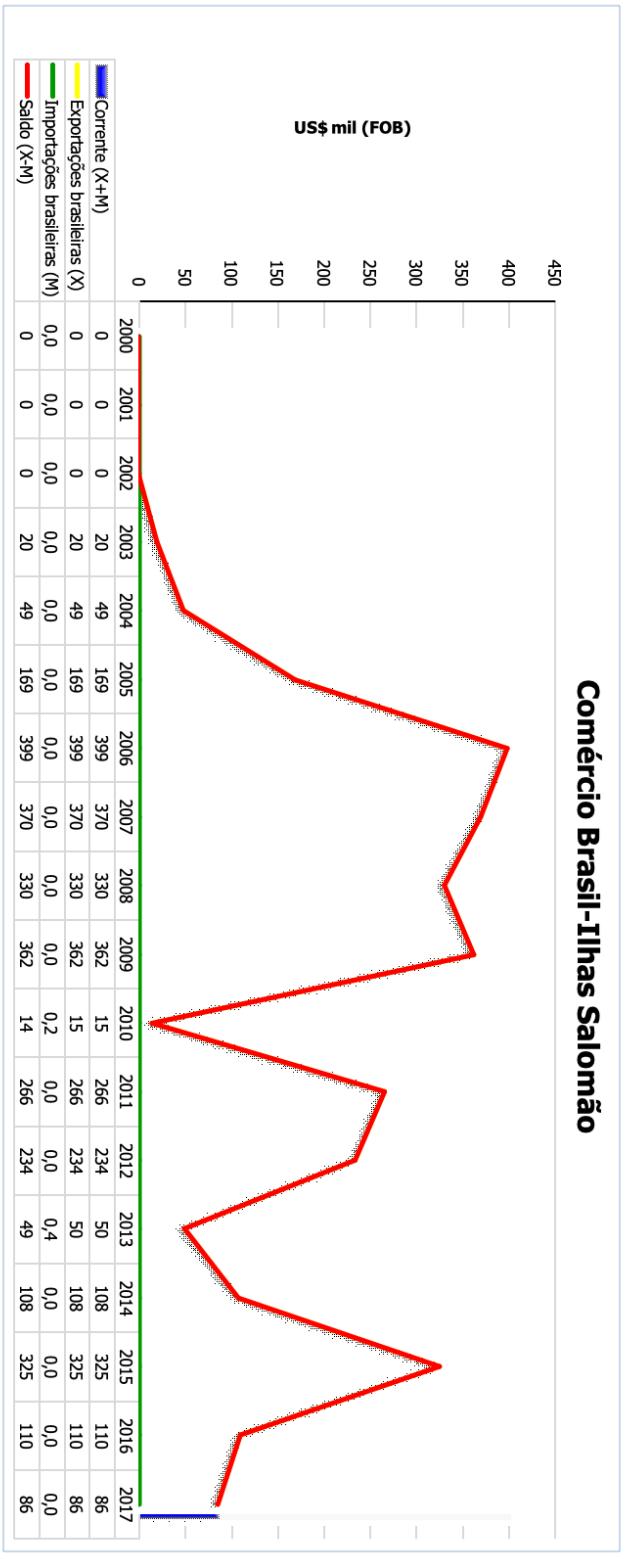
ATOS BILATERAIS
Não há acordos bilaterais

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

ILHAS SALOMÃO

Balança Comercial com o Brasil e com o mundo

Abril de 2018



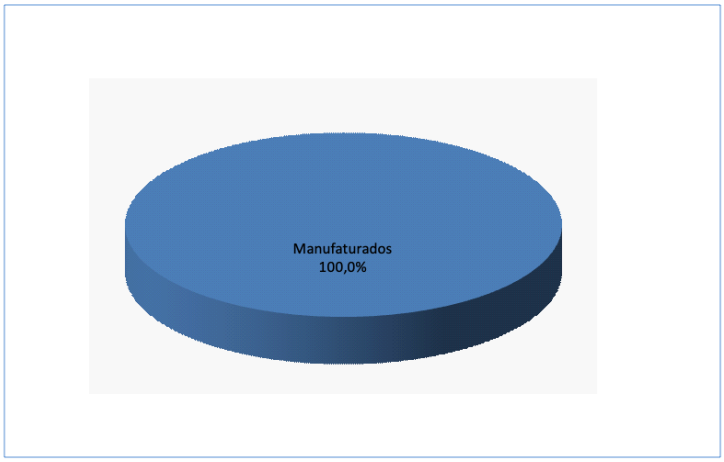
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	0	0	0	20	49	169	399	370	330	362	15	266	234	50	108	325	110	86
Exportações brasileiras (X)	0	0	0	20	49	169	399	370	330	362	15	266	234	50	108	325	110	86
Importações brasileiras (M)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo (X-M)	0	0	0	20	49	169	399	370	330	362	14	266	234	49	108	325	110	86

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX. Abril de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	21,1	0,0	21,1	21,1
2018 (jan-mar)	0,0	0,0	0,0	0,0

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



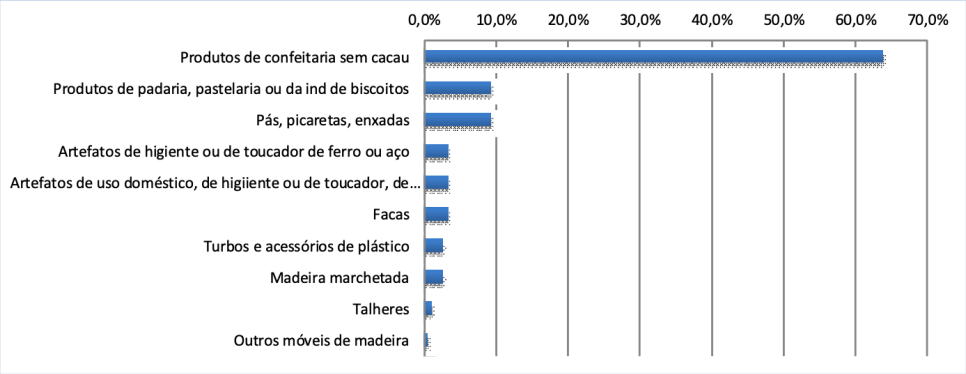
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para as Ilhas Salomão (SH4)
US$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos de confeitaria sem cacau	191	58,9%	72	65,4%	55	63,9%
Produtos de padaria, pastelaria ou da ind de biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	8	9,3%
Pás, picaretas, enxadas	19	5,9%	3	2,7%	8	9,3%
Artefatos de higiente ou de toucador de ferro ou aço	20	6,2%	21	19,1%	3	3,5%
Artefatos de uso doméstico, de higiiente ou de toucador, de alumínio	1	0,2%	0	0,0%	3	3,5%
Facas	1	0,2%	0	0,0%	3	3,5%
Turbos e acessórios de plástico	2	0,5%	2	1,4%	2	2,6%
Madeira marchetada	0	0,0%	0	0,0%	2	2,6%
Talheres	0	0,0%	0	0,0%	1	1,2%
Outros móveis de madeira	0,3	0,1%	0	0,0%	0,5	0,6%
Subtotal	**233**	**71,9%**	**98**	**88,5%**	**86**	**99,8%**
Outros	**91**	**28,1%**	**13**	**11,5%**	**0**	**0,2%**
Total	**325**	**100,0%**	**110**	**100,0%**	**86**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

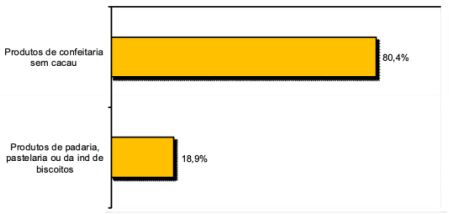
Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Produtos de confeitaria sem cacau	17	80,4%	0	0,0%
Produtos de padaria, pastelaria ou da ind de biscoitos	4	18,9%	0	0,0%
Subtotal	**21**	**99,3%**	**0**	**0,0%**
Outros	**0**	**0,7%**	**0**	**0,0%**
Total	**21**	**100,0%**	**0**	**0,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2017



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais indicadores socioeconômicos das Ilhas Salomão

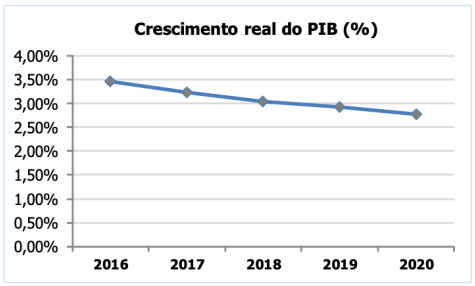
Indicador	2016	2017	2018[1]	2019[1]	2020[1]
Crescimento real do PIB (%)	3,46%	3,24%	3,05%	2,92%	2,77%
PIB nominal (US$ bilhões)	1,24	1,28	1,38	1,46	1,56
PIB nominal "per capita" (US$)	2.057	2.081	2.195	2.282	2.375
PIB PPP (US$ bilhões)	1,26	1,32	1,40	1,47	1,54
PIB PPP "per capita" (US$)	2.097	2.157	2.224	2.288	2.346
População (mil habitantes)	601,00	614,00	627,00	641,00	655,00
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dívida externa (US$ bilhões)	240,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (SI$ / US$)[2]	7,95	8,01	8,07	8,12	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			34,3%		
Indústria			7,6%		
Serviços			58,1%		

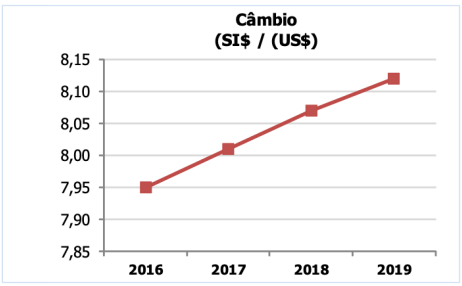
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

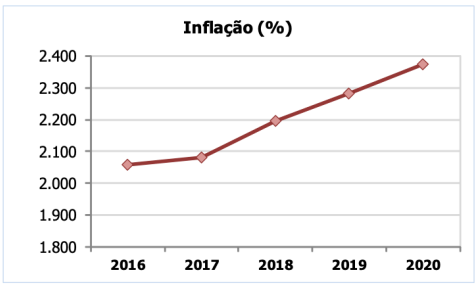
(n.d.) Dado não disponível.

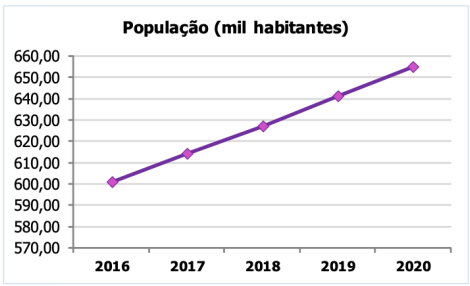
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.









MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PAPUA NOVA GUINÉ

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Agosto de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE A PAPUA NOVA GUINÉ

NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
ADJETIVO GENTÍLICO	papuásio
CAPITAL	Port Moresby
DATA NACIONAL	16/9 – Dia da Independência
ÁREA	462.840 km²
POPULAÇÃO (julho de 2018)	7,03 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	tok pisin, inglês e hiri motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (69,4%), católicos (27%), crenças indígenas e outras (3,3%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	rainha Elizabeth II, representada pelo governador-geral Bob Dadae (desde fevereiro de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	primeiro-ministro James Marape (desde maio de 2019)
CHANCELER	Patrick Pruaitch (desde novembro de 2019)
PIB NOMINAL (2018)[1]	US$ 20,77 bilhões
PIB PPP (2018)[1]	US$ 30,56 bilhões
PIB NOMINAL *per capita* (2018)[1]	US$ 2.465
PIB PPP *per capita* (2018)[1]	US$ 3.627
VARIAÇÃO DO PIB (%)[1 e 2]	-1,08% (2018); 2,54% (2017); 1,59% (2016); 5,3% (2015)
IDH (2017)[3]	0,544 (153.º lugar entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA(2017)[3]	65,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO[4]	64,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)[5]	2,6%
UNIDADE MONETÁRIA	kina

EMBAIXADOR EM PORT MORESBY (cumulativa com Camberra)	Sérgio Moreira Lima (entrega de credenciais ainda não realizada, devido a cancelamentos ocorridos em maio e junho de 2019)
EMBAIXADOR NO BRASIL	não há

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC com base nos dados do FMI.

(2) Fonte: World Bank. Disponível em http://databank.worldbank.org/data

(3) Fonte: Human Development Indices and Indicators 2018 Statistical Update

(4) Fonte: Human Development Report 2016

(5) Fonte: tradingeconomics.com/papua-new-guinea/unemployment-rate

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC/Economia (Comextat)*

BRASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan/ jul)**
Intercâmbio	6.645	6.040	7.016	3.492	3.335	2.854	3.074	3.040	3.500	3.000
Exportações	6.642	6.040	7.016	3.460	3.335	2.839	3.067	2.754	3.300	3.000
Importações	3	---	---	31	793	14	6	286	200	---
Saldo	6.638	6,040	7.016	3.429	3.334	2.824	3.061	2.468	3.100	3.000

PERFIS BIOGRÁFICOS

Bob Dadae

Governador-geral de Papua Nova Guiné, representando a rainha Elizabeth II

Nasceu em 8 de março de 1961. Completou graduação em comércio (Bachellor of Commerce) pela Universidade da Papua Nova Guiné em 1988. Adquiriu diploma de MBA pela Universidade Griffith (Austrália) em 1995. Foi eleito para o Parlamento Nacional da Papua Nova Guiné em 2002, como membro do Partido Unido (United Party), tornando-se o vice-líder do partido após a eleição. Foi reeleito em 2007 e serviu como ministro da Defesa entre 2007 e 2011. Após a deposição de Michael Somare, em 2011, mudou-se para o People´s National Congress, partido pelo qual se reelegeu em 2012. Em fevereiro de 2017, assumiu o cargo de governador-geral da Papua Nova Guiné.

James Marape

Primeiro-ministro

Nasceu em 24 de abril de 1971. Obteve bacharelado em artes pela Universidade de Papua Nova Guiné em 1993, e título de pós-graduação em ciências ambientais pela mesma instituição em 2000. Tentou ingressar no Parlamento nacional pela primeira vez em 2002, como candidato do "People`s Progress Party" no distrito de Tari-Pori, na província de Hela, terras altas ("highlands") de Papua Nova Guiné. A eleição, no entanto, foi cancelada em razão da violência na região. No ano seguinte, foi derrotado em disputa eleitoral pelo mesmo distrito.

Como candidato da Aliança Nacional ("National Alliance") venceu a disputa pela vaga de Tari-Pori em 2007. Em fevereiro de 2012, filiou-se ao Congresso Nacional Popular ("People`s National Congress" - PNC), partido do então Primeiro Ministro Peter O`Neill. Concorrendo pelo PNC, foi reeleito pelo distrito de Tari-Pori em 2012 e em 2017.

Foi Secretário Parlamentar do Ministério de Obras, Transporte e Aviação Civil (2007-2008) e Ministro da Educação (2008-2011) durante o governo de Michael Somare. Foi nomeado Ministro das Finanças (2017-2019) no gabinete de Peter O´Neill. Em 11 de abril de 2019, renunciou à chefia da pasta das Finanças, dando início à crise política que levaria à queda de O`Neill. Em 29 de abril, deixou o PNC, assumindo a liderança do Partido Pangu ("Pangu Party"). Após a renúncia de O`Neill, foi eleito Primeiro Ministro de Papua Nova Guiné pelo Parlamento Nacional, em 30 de maio de 2019.

Patrick Pruaitch

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio de Papua Nova Guiné

Nasceu em 29 de junho de 1964. Foi eleito para o Parlamento em 2002, representando o Distrito de Aitape-Lumi da Província de Sepik Ocidental, como membro independente; ainda no mesmo ano, filiou-se ao Partido da Aliança Nacional, do qual hoje é o líder parlamentar. Repetidas vezes ocupou as pastas de Finanças e de Florestas, entre outras, no governo papuásio. Em 2017, rompeu com o primeiro-ministro Peter O'Neill, de cujo gabinete era membro, e passou a chefiar a coalizão parlamentar de oposição. Após desistir de candidatar-se à sucessão de O'Neill durante a crise política de 2019, foi nomeado chanceler pelo novo primeiro-ministro, James Marape.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e a Papua Nova Guiné estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A Embaixada em Camberra trata, cumulativamente, dos assuntos atinentes ao país. As relações bilaterais são pouco densas e não há acordos bilaterais.

Houve visita de missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Papua Nova Guiné em novembro de 2005 e de delegação papuásia ao Brasil em setembro de 2006. Em março de 2008, o então secretário do Departamento do Comércio e Indústria da PNG, Anton Kulit, encaminhou comunicação por meio da qual manifestou o interesse em retomar os contatos com a ABC e o Senai, iniciados com as visitas. Em abril de 2008, o chefe do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Governo de PNG, Ruben Kapily, reiterou a solicitação, atribuindo grande importância à iniciativa, como forma de adensar o relacionamento com o Brasil.

Em março de 2009, o representante permanente de Papua Nova Guiné nas Nações Unidas não pôde participar de visita de um grupo de representantes dos PSIDS (*Pacific Small Island Developing States*) ao Brasil, quando foram discutidos projetos de cooperação com a ABC. Contudo, o representante papuásio manifestou a expectativa de poder visitar o Brasil futuramente.

Em junho de 2012, a delegação de Papua Nova Guiné à conferência Rio+20 foi chefiada pelo vice-ministro de florestas e mudanças climáticas, Ronald Asik. Durante sua estadia no Rio de Janeiro, o vice-ministro não manteve encontro com autoridades brasileiras.

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, principalmente nas culturas de café e cacau, na prevenção e no tratamento da AIDS, no futebol, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

Proposta de cooperação com a ABC

Não há, ainda, nenhum instrumento bilateral firmado entre o Brasil e PNG. Por ocasião do agendamento da cerimônia de apresentação de cartas credenciais em Port Moresby, por parte do Embaixador em Camberra, inicialmente agendada para 7 de maio de 2019 (mas que acabou não acontecendo devido à situação de instabilidade política que levou à ascensão de James Marape ao cargo de Primeiro-Ministro), a ABC apresentou projeto de acordo bilateral de cooperação Brasil-PNG. O vetor de cooperação técnica poderá apresentar-se como propulsor das relações bilaterais e o projeto de acordo da ABC possui o potencial de se constituir como o primeiro instrumento bilateral entre os dois países.

Caso as autoridades papuásias demonstrem interesse em buscar a negociação de acordo de cooperação com o Brasil, valeria sondagem inicial sobre as áreas de maior interesse de Papua Nova Guiné.

Comércio bilateral

Entre janeiro e julho de 2020, o comércio bilateral somou cerca de USD 3 milhões (exportações brasileiras de USD 3 milhões e importações inexistentes). As exportações brasileiras nesse período foram compostas de geradores elétricos (36%), ferramentas (24%), máquinas agrícolas (15%), talheres (6%), equipamentos domésticos (5%), papel e cartões (3%).

Jatos da Embraer

A Embraer está intensificando a política de divulgação de jatos regionais em PNG e outros países do Pacífico, haja vista o potencial das linhas de voos regionais para as aeronaves de porte médio fabricados pela empresa. A empresa enviou à PNG, em julho de 2019, o jato executivo E-195 para demonstrações.

Organização Marítima Internacional (IMO)

PNG apoiou a candidatura brasileira ao Conselho da IMO, categoria "B", nas eleições que se realizaram durante a 31.ª sessão da Assembleia da organização, entre 25/11 e 5/12/2019.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Papua Nova Guiné. Durante a crise do coronavirus em 2020, dois jogadores de futebol residentes temporários em PNG solicitaram o retorno ao Brasil, em razão do cancelamento do campeonato de futebol e fechamento do aeroporto de Port Moresby.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Papua Nova Guiné.

Apresentação de credenciais do Embaixador Sérgio Moreira Lima

O Embaixador do Brasil na Austrália, Sérgio Moreira Lima, apresentou suas credenciais em Port Moresby entre 1 e 5 de março de 2020. Além da cerimônia protocolar com o Governador Geral Sir Bob Dadae, o representante brasileiro manteve encontros com o Primeiro Ministro James Marape, a Secretária dos Negócios Estrangeiros Barbara Age, o Ministro da Agricultura e Produção Animal John Simon, e o Ministro para Empresas Estatais Sasindran Muthuvel.

O Governador-Geral, Sir Bob Dadae, manifestou interesse em temas ambientais e na expectativa de assinatura de acordo de cooperação com o Brasil, proposto pela ABC. Mencionou o fato de que possuem Brasil e PNG a primeira e a terceira maiores florestas tropicais, o que torna natural a colaboração na defesa dos interesses comuns das culturas tradicionais e do desenvolvimento sustentável. Recordou a importância da exploração florestal na economia do país e o papel da agricultura não só nas exportações, mas também na subsistência da população.

Por sua vez, no encontro com o Primeiro Ministro, James Marape demonstrou expectativa positiva na relação com o Brasil, tendo mencionado a possibilidade de maior atuação de empresas brasileiras em seu país. Sugeriu que a realização de encontro

de alto nível à margem da Assembleia Geral da ONU contribuiria para promover o conhecimento mútuo e elevar o perfil do Brasil junto aos países do Pacífico, especialmente Papua Nova Guiné. Considerou que o fato de ser PNG um dos países de maior biodiversidade abre perspectivas de parcerias em diversos campos, inclusive no da saúde, na produção de medicamentos e vacinas. Mencionou que visitou o avião da Embraer E-195 em junho, o maior jato comercial produzido no Brasil, quando este fez voo de demonstração no aeroporto Internacional de Jackson (Austrália).

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo de Papua Nova Guiné está voltada, primordialmente, para a região da Ásia-Pacífico. O país é membro das Nações Unidas, da OMC, da *Commonwealth* e da APEC, além de ser observador da ASEAN. Por ser o maior estado insular na região, exerce papel protagônico no Fórum das Ilhas do Pacífico (the Pacific Islands Forum - PIF). É, igualmente, membro central do bloco sub-regional *Melanesian Spearhead Group* (MSG).

Em função dos laços históricos e da proximidade geográfica, Papua Nova Guiné e Austrália possuem constantes e intensas relações. Além de ser o principal parceiro comercial, a Austrália é a maior fornecedora de ajuda externa para a PNG. Ademais, há diversos programas de cooperação entre os dois países, especialmente nas áreas de desenvolvimento e defesa. Contudo, apesar de não ser do interesse de nenhuma das partes um afastamento, a PNG tem buscado alternativas em suas relações internacionais para minimizar sua dependência da Austrália.

As relações com a Nova Zelândia, apesar de não serem tão intensas, abrangem um grande leque de assuntos, como consultas políticas e programas de cooperação nas áreas de defesa e desenvolvimento (especialmente em Bougainville). As visitas de alto nível entre os dois países são bastante regulares.

A partir da intensificação das relações com a China, nos últimos anos, o governo do país tem recebido substanciais ajuda e investimento de Pequim.

Em agosto de 2014, Durante o 45º Fórum das Ilhas do Pacífico, Dame Meg Taylor, que já ocupou o cargo de embaixadora de Papua Nova Guiné nos EUA, foi eleita secretária-geral da organização - primeira mulher a ocupar o cargo.

Na 69ª AGNU, em setembro de 2014, o então Chanceler Rimbink Pato abordou a importância da agenda de desenvolvimento pós-2015. Ressaltou que a mudança climática continuaria a representar ameaça para os países insulares. Instou os "grandes países" a acompanhar os pequenos na mitigação da mudança do clima. Ao apoiar a Conferência do Clima convocada pelo SGNU, conclamou a comunidade internacional a alcançar acordo vinculante sobre o tema em Paris em 2015. Notou a importância do financiamento do desenvolvimento sustentável para o seu país.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Papua Nova Guiné e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a

criação de fundo de US$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US$ 125.000 para US$ 200.000.

Na mesma ocasião, o Presidente da China, Xi Jinping, encontrou-se bilateralmente com o primeiro-ministro de Papua Nova Guiné, Peter O'Neill. Xi anunciou o estabelecimento de "parceria estratégica" com PNG e com outros sete países da região, e assegurou que a China tenciona aprofundar a cooperação nas áreas de comércio, agricultura, pesca, energia, infraestrutura e outras. Destacou que Pequim ofereceria tarifa-zero para 97% dos produtos importados dos países da região, financiaria 2.000 bolsas de estudos nos cinco anos seguintes, enviaria equipes médicas e encorajaria o turismo chinês..

Entre 22 e 23 de maio de 2018, representantes das Nações Unidas visitaram comunidades afetadas pelo terremoto em Hela, Southern Highlands e Western Province, para examinar o impacto do terremoto e as atividades de resposta. Conversaram com representantes da comunidade sobre suas necessidades e também distribuíram comida e outros equipamentos de socorro. Operações aéreas possibilitaram às agências das Nações Unidas alcançar comunidades remotas com assistência humanitária crítica, apesar dos desafios de logística e segurança envolvidos no transporte rodoviário. As Nações Unidas continuam ajudando o governo da Papua Nova-Guiné, em trabalho conjunto com o *National Disaster Centre* e o *Office of the Emergency Controller*.

Relações com a Austrália

A Austrália tem forte presença política e econômica em PNG. O país foi administrado pela Austrália entre o fim da Segunda Guerra Mundial até sua independência em 1972. Camberra é a maior fonte de assistência ao desenvolvimento de PNG, que somou cerca de US$ 400 milhões no ano fiscal 2018-2019. Os investimentos australianos no país, especialmente nos setores de exploração de ouro, petróleo e gás, totalizam cerca de US$ 12,5 bilhões.

Em março de 2014, o então primeiro-ministro da Austrália, Tony Abbott, visitou a PNG. Na ocasião, Abbott e Peter O`Neill mantiveram encontro durante o qual trataram da intensificação dos laços econômicos entre os dois países, da assistência ao desenvolvimento fornecida pela Austrália e da situação do campo de processamento de refugiados em Manus Island. Durante a visita, foi assinado acordo de cooperação econômica, que visa ao fortalecimento dos laços comerciais e empresariais entre os dois países. Além disso, significativa delegação empresarial australiana acompanhou Abbott a Papua-Nova Guiné.

A questão dos chamados "asylum seekers" e a situação do campo de processamento de refugiados em Manus Island, no entanto, foram os temas mais destacados pela imprensa durante a visita. Manus Island abrigava imigrantes detidos ao tentarem ingressar ilegalmente em território australiano por via marítima. A retomada da chamada "Pacific Solution" e a reabertura do campo, em 2012, tiveram por objetivo diminuir o fluxo de imigrantes indocumentados à Austrália. Abbott reiterou, em Papua-Nova Guiné, a posição de que nenhum desses imigrantes, inclusive aqueles que forem eventualmente reconhecidos como refugiados, seriam assentados na Austrália. Nesse centro de triagem, a incerteza e a perspectiva de confinamento por tempo indefinido

provocam clima de tensão entre os imigrantes. Em fevereiro de 2014, confrontos ali haviam resultado em um morto e 77 feridos.

A Suprema Corte da PNG decidiu, em 26 de abril de 2016, que a detenção de requerentes de asilo é inconstitucional, por privá-los de seus direitos humanos. A decisão se referia à retenção, naquele momento, de 850 pessoas no centro de triagem de Manus Island. Após a decisão da Suprema Corte, o primeiro-ministro O'Neill anunciou que fecharia o centro de Manus Island. Com o fechamento desse centro de triagem, os refugiados que lá se encontravam foram realocados para o centro de processamento "offshore" australiano em Nauru.

A Austrália tem tomado medidas para combater a influência crescente da China em PNG e na região. Em 6 de abril de 2018, a chanceler Julie Bishop recebeu, em Brisbane, seu homólogo papuásio, Rimbink Pato, para o 26° Fórum Ministerial Austrália – Papua Nova Guiné. Os altos representantes também assinaram, durante o fórum, memorando de entendimento para a instalação de cabo submarino de telecomunicações de alta velocidade entre os dois países. A iniciativa permitirá aos papuásios acesso mais rápido à internet, com os respectivos benefícios econômicos gerados por maior conectividade digital.

Esse cabo fará parte do "Coral Sea System", orçado em cerca de US$ 100 milhões, que será custeado praticamente de forma integral por Camberra, mediante recursos do orçamento de cooperação do DFAT. A iniciativa pretende levar acesso rápido e seguro à internet, com seus respectivos benefícios econômicos, à PNG e às Ilhas Salomão, incluindo províncias e ilhas remotas que compõem seus territórios.

Em novembro de 2018, os primeiros-ministros australiano e papuásio, Scott Morrison e Peter O'Neall anunciaram, em Sydney, a assinatura de acordo de iniciativa conjunta na base naval de Lombrum, localizada na ilha de Manus, PNG. Fontes oficiais de Camberra comunicaram que a base naval em Lombrum passará por reformas, aumentando seu calado e abrindo oportunidades para uso das forças armadas australianas. Além de possibilitar maior interoperabilidade entre as marinhas dos dois países, a reforma da base de Lombrum visaria, particularmente, melhor resposta conjunta à pesca ilegal e a crimes transnacionais na região, mediante a operação de navios-patrulha.

A mídia especializada local, contudo, identificou a contenção da presença chinesa nas cercanias da Austrália como a principal razão do estabelecimento do acordo. Pequim possuiria um leque de planos de financiamento de infraestrutura no país melanésio, dentre os quais constaria a reforma da base de Lombrum. Assim como tem feito em relação a vários países do Pacífico Sul que recebem propostas chinesas nesse sentido, a Austrália teria coberto a oferta de Pequim quanto à reforma de Lombrum, evitando, mais uma vez, a expansão da influência chinesa na região. Ademais, a iniciativa australo-papuásia objetivaria não apenas a operação de navios-patrulha, mas também missões de fragatas australianas na região.

Em debate no Congresso Nacional em junho, o MNE Patrick Pruaitch questionou a validade do MdE firmado entre Camberra e Port Moresby, em 2019, relativo à reforma da base naval de Lombrum em Manus Island, sua utilização pela marinha australiana e a cooperação entre as forças navais dos dois países. Pruaitch

afirmou que o documento, concluído na gestão do PM anterior de Papua, deveria ser revisto, pois a chancelaria do país não teria participado da elaboração. A conclusão do memorando havia sido vista como uma reação aos supostos interesses de Pequim na base naval e ao fortalecimento da presença chinesa na Papua. No contexto atual, as declarações de Pruaitch foram consideradas ameaça ao interesse nacional australiano.

Os primeiros-ministros da Austrália, Scott Morrison, e de Papua Nova Guiné, James Marape, mantiveram, em 5 de agosto de 2020, encontro virtual de cúpula, durante o qual anunciaram o lançamento de Parceria Estratégica e Econômica Abrangente. Na ocasião, os mandatários trataram, em especial, do fortalecimento das relações na área de segurança, de estratégias para a recuperação econômica e do combate à pandemia de COVID-19.

Durante o encontro, os líderes dos dois países anunciaram a intenção de elaborar acordo na área de segurança e defesa, que deverá cobrir, entre outros temas, o gerenciamento de crises e desastres, combate ao crime transnacional, patrulhamento de fronteiras, troca de informações, segurança cibernética, e defesa aérea, terrestre, e marítima. Reafirmaram, também, o compromisso com a iniciativa conjunta de reforma da base naval de Lombrum, alvo de críticas recentes no parlamento de PNG. Os mandatários da Austrália e de PNG também anunciaram a intenção de revisar e modernizar o acordo bilateral de investimentos, firmado em 1990, a fim de aumentar a confiança empresarial e a segurança dos investidores. A Austrália é o maior parceiro comercial de PNG, com fluxo total de AU$ 6,7 bilhões em 2018, e o principal investidor externo, especialmente na mineração de petróleo, gás e ouro.

A eleição de Marape e o reforço das relações com a Austrália

O primeiro-ministro de Papua Nova Guiné, James Marape, realizou visita de estado à Austrália (21 e 26 de julho de 2019), durante a qual manteve encontro com o primeiro-ministro Scott Morrison, além de realizar palestra no Lowy Institute, principal *think tank* australiano. Em Camberra, Marape ressaltou que realizava sua primeira visita internacional após assumir o cargo de primeiro-ministro, em 30 de maio de 2019, e que as relações com a Austrália constituem a mais importante parceria bilateral de PNG.

Durante a visita, Marape procurou transmitir a ideia de que PNG tem significativo potencial de desenvolvimento econômico. Afirmou que irá trabalhar para diminuir a dependência de PNG tanto do setor de mineração quanto da ajuda externa. Salientou que tenciona diversificar o setor produtivo e estimular a produção agrícola nacional, com o objetivo de tornar o país um exportador de alimentos para os mercados asiáticos. Destacou que PNG já é importante parceiro econômico para a Austrália, apontando que mais de 5 mil empresas australianas atuam no país.

Scott Morrison, por sua vez, além de destacar a importância das relações da Austrália com PNG, enfatizou os esforços para a intensificação da presença australiana no Pacífico Sul, no marco do chamado "Pacific Step-UP". O comunicado conjunto anunciou que os dois países irão negociar nova Parceria Econômica e Estratégica Abrangente e destacou os diversos programas de assistência australiana para PNG. Na área de segurança, a Austrália irá contribuir com AU$ 135,9 milhões, em três anos, para

o treinamento e a modernização da polícia de PNG. Além disso, serão destinados AU$ 20 milhões para iniciativas relacionadas às forças armadas do país, incluindo a realização de obras na base naval de Lombrum, a capacitação da aviação militar de PNG e a expansão da parceria de segurança marítima.

No setor energético, a Austrália irá financiar, por meio de uma combinação de doações e empréstimos, pacote de iniciativas no valor de AU$ 250 milhões. Os projetos incluem a construção de usina termelétrica a gás, reformas de usinas hidrelétricas, modernização de linhas de transmissão e construção da primeira planta de produção de energia solar de PNG. Na área da saúde, a Austrália irá fornecer AU$ 54 milhões, em 6 anos, para ampliar o acesso a serviços de saúde básica nas zonas rurais, AU$ 15 milhões para programa de combate à tuberculose em parceria com a Organização Mundial de Saúde e AU$ 10 milhões para programa de imunização infantil, em três anos, em colaboração com a Nova Zelândia e com a Aliança Global de Vacinas e Imunização (GAVI), que irão fornecer outros AU$ 20 milhões.

Também houve pontos de discordância entre os dois países, especialmente relativos à questão ambiental e ao centro de processamento de refugiados em Manus Island. Marape afirmou que a mudança do clima é a maior ameaça enfrentada pelos países do Pacífico Sul e indicou que a Austrália deveria atuar com mais firmeza em relação ao tema. O primeiro-ministro de PNG declarou, ainda, que deseja o fechamento do centro de Manus Island e os dois países acordaram elaborar cronograma com esse objetivo.

Semana de Líderes do Foro da APEC

Entre os dias 12 e 18 de novembro de 2018, teve lugar em Port Moresby a Semana de Líderes do Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). O evento, o maior já organizado no país, reuniu autoridades das vinte e uma economias integrantes do grupo, culminando na cúpula de chefes de estado e de governo.

A Papua Nova Guiné, que pela primeira vez sediou edição da APEC, recebeu auxílio de outros países para sediar a edição de 2018, destacando-se a Austrália e a China. A Austrália teria gasto em torno de US$ 100 milhões, principalmente na segurança, incluindo assistência policial, militar e cibernética. Já a China teria provido recursos para a construção e o melhoramento da infraestrutura utilizada, tendo supostamente despendido aproximadamente US$ 70 milhões.

Mesmo com o substantivo auxílio de outros países, o Fundo Monetário Internacional estima que o governo de Papua tenha gasto cerca de US$ 1,2 bilhão para sediar o evento. Tais gastos, à luz de seguidos déficits orçamentário de Port Moresby, além de elevada taxa de pobreza e precária infraestrutura do país, geraram duras críticas internas ao governo do primeiro-ministro Peter O`Neil.

Em desfecho sem precedente nos vinte e cinco anos de história do Foro de APEC, a Cúpula de chefes de estado e governo do agrupamento não logrou consenso para concluir comunicado conjunto. Em contexto de disputa entre os Estados Unidos e a China por influência na Ásia-Pacífico, representantes das duas potências não teriam concordado quanto ao texto final, especialmente quanto a parágrafos relacionados ao comércio internacional. Representantes norte-americanos teriam proposto trechos sobre

a necessidade de reformas da OMC e a importância do combate a todas as formas de prática desleal de comércio, rechaçados pelas contrapartes chinesas.

Durante o evento, como primeiro projeto de fundo trilateral de infraestrutura para a região, os Estados Unidos, Austrália e Japão anunciaram o aporte de US$ 300 milhões para o incremento da infraestrutura em Papua Nova Guiné. Os três países, acrescidos da Nova Zelândia, assinaram acordo com Port Moresby para prover eletricidade e internet a 70% da população papuásia até 2030. Na esfera militar, o vice-presidente dos EUA, Mike Pence, anunciou a participação dos EUA no projeto de ampliação e uso da base naval de Lobrum, obtendo acesso privilegiado à instalação militar na região.

A China, por sua vez, assinou com Port Moresby acordo de isenção de vistos diplomáticos para visitas de curta duração; estabeleceu fundo de US$ 3,2 bilhões para o financiamento de construção de rede rodoviária no país; e anunciou investimentos da ordem de US$ 1,1 bilhão para ampliar a exploração de mina papuásia de níquel, levada a cabo por empresa estatal chinesa.

ECONOMIA

A economia do país cresceu a uma média de 5,2% ao ano entre 2010 e 2018, embora a queda dos preços das commodities, em particular de petróleo e gás, tenha influenciado negativamente o desempenho econômico do país. Durante a terceira Revisão de Política Comercial (TPR) da OMC, realizada entre 8 e 10 de maio de 2019, os representantes papuásios comentaram sobre a possibilidade de o país experimentar crescimento zero em 2019, em razão da queda dos preços internacionais das commodities, choques exógenos (seca e terremotos) e do momento de convulsão política que atravessa o país. O nível de pobreza mantém-se em patamar elevado, com 40% da população abaixo da linha de pobreza.

Em 2018, o país exportou US$ 11,18 bilhões e importou US$ 4,49 bilhões, resultando em saldo positivo da balança comercial de bens de US$ 6,69 bilhões. A China foi o principal destino das exportações de Papua Nova Guiné, com 25,2% do total, seguida pela Austrália (24,1%), Japão (20,7%), Taiwan (6,0%) e Holanda (3,2%). O Brasil figurou em 39º lugar, com 0,003% do total.

Naquele ano, a Austrália foi o principal fornecedor de bens para Papua Nova Guiné, com 33,7% do total, seguida pela China (17,5%), Singapura (11,8%), Malásia (10,2%) e Indonésia (4,7%). O Brasil posicionou-se no 31º lugar entre os fornecedores do mercado de Papua Nova Guiné, com 0,06% do total.

Predominam nas vendas externas da PNG combustíveis e produtos de baixo valor agregado. Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2018 foram combustíveis (44,6%), pedras preciosas (20,0%), minérios (8,4%), madeira (8,3%) e gorduras e óleos (5,2%). Naquele ano, a pauta de importações foi composta principalmente por bens com alto valor agregado e combustíveis. Os principais grupos de produtos importados pelo país foram máquinas mecânicas (17,7%), combustíveis (16,7%), máquinas elétricas (8,2%), automóveis (6,4%) e obras de ferro ou aço (4,5%).

Até 2017, o intercâmbio comercial entre Brasil e Papua Nova Guiné praticamente se resumia ao fluxo de exportação brasileira para aquela ilha. Em 2018, houve significativo aumento das importações brasileiras de PNG, que, no entanto, continuam muito abaixo das exportações. Entre 2013 e 2018, o intercâmbio comercial bilateral diminuiu 56,67%, de US$ 7,016 milhões para US$ 3,040 milhões. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil desde 2004, registrou superávit de US$ 3,1 milhões em 2019, com exportações de US$ 3,3 milhões e importações de US$ 200 mil.

Em 2019, a totalidade das exportações brasileiras para PNG foi composta de manufaturados. Os principais grupos de produtos exportados foram ferramentas (48%), instalações e equipamentos de engenharia civil e construtores (11%), óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (11%) e talheres (8,2%). Por outro lado, especiarias foram o único produto importado pelo Brasil daquela ilha.

Além de maior parceiro comercial (corrente de comércio de US$ 4,21 bilhões em 2018), a Austrália é o mais importante fornecedor de ajuda ao desenvolvimento à Papua Nova Guiné, o maior recipiendário de recursos assistenciais de Camberra. Em

quadro de severas pressões orçamentárias, a assistência ao desenvolvimento australiana, de aproximadamente US$ 400 milhões por ano, revela-se de especial importância para o país. Tais recursos visam principalmente à promoção da governança, estabilidade e prosperidade econômica do país, sem os quais Camberra se veria mais vulnerável em áreas como defesa, segurança de fronteiras, segurança sanitária, entre outras. A Austrália é também o principal investidor na PNG, com capital acumulado de US$ 14 bilhões ao final de 2017, principalmente nas áreas de mineração, exploração de gás e petróleo.

III reunião de Revisão de Política Comercial (TPR) da OMC

Foi realizada, entre 8 e 10 de maio de 2019, a terceira Revisão de Política Comercial de Papua-Nova Guiné. Os países-membros da OMC destacaram o compromisso do país com o sistema multilateral de comércio (SMC), mas encorajaram, ao mesmo tempo, maiores esforços para o cumprimento das obrigações de notificação na OMC e para a observância mais estrita aos padrões multilaterais em SPS e em propriedade intelectual. Algumas delegações questionaram o fechamento do mercado de PNG a algumas importações, especialmente de frango ("uncooked poultry"), bem como cobraram o aprimoramento do marco de SPS do país. A China cobrou a melhora da política de vistos de trabalho de PNG, os quais seriam muito caros e burocráticos de se obter.

Durante o TPR, a delegação de PNG frisou o compromisso do país com o sistema multilateral de comércio (SMC) e a determinação do país de aderir às práticas da OMC e cumprir plenamente com suas obrigações, mesmo sendo membro não residente e com capacidade administrativa restrita. Mencionou esperar a volta do crescimento no país após a exaustão dos efeitos dos choques exógenos recentes. Entre os temas prioritários para PNG na OMC estão as negociações de subsídios à pesca e a redução das distorções dos preços dos pescados nos mercados internacionais.

POLÍTICA INTERNA

O território da atual Papua Nova Guiné foi administrado por alemães (no nordeste, de 1884 a 1914), britânicos (no sul, de 1884 a 1945), japoneses (no norte, de 1941 a 1945) e australianos (de 1945 a 1975). Tornou-se independente da Austrália em 1975. O cenário político do país é caracterizado por intensa e recorrente instabilidade.

A chefe de estado, Rainha Elizabeth II, é representada pelo governador-geral, eleito diretamente por membros do Parlamento Nacional para um mandato de cinco anos. O governador-geral exerce principalmente funções protocolares.

O Parlamento Nacional é unicameral e constituído por 111 membros, eleitos por sufrágio universal para um mandato de 5 anos. O primeiro-ministro, indicado pelo Parlamento, é aceito ou rejeitado pelo governador-geral. O Gabinete Ministerial, por sua vez, é indicado pelo Governador-Geral com base na recomendação do Primeiro-Ministro.

A Constituição de Papua Nova Guiné impede que o Congresso Nacional impetre moção de desconfiança nos primeiros 18 meses de governo. Uma vez expirada essa moratória e persistindo o desejo de retirar o governante, um novo primeiro-ministro é indicado pelo Parlamento sem a necessidade de eleições (a não ser que a moção de desconfiança se dê nos últimos 12 meses do mandato de 5 anos).

Nas eleições de junho e julho de 2007, o Partido da Aliança Nacional (*National Alliance Party*) ganhou a maioria dos assentos no Parlamento (27 de um total de 109). Na ocasião, foi reeleito Michael Somare, que já havia sido eleito PM em 1975, 1982 e 2002. Somare enfrentou acusações de ocultação de bens que levaram ao seu afastamento do poder por cinco semanas no final de 2010. Em abril de 2011, foi suspenso por duas semanas por decisão judicial que o considerou responsável por conduta irregular no exercício do poder. No mesmo mês, Somare, de 75 anos, foi submetido a uma cirurgia cardíaca. Em agosto de 2011, o Parlamento aprovou uma moção de desconfiança que encerrou definitivamente o governo Somare e levou à assunção de Peter O'Neill como o novo PM.

Em dezembro de 2011, uma decisão da Suprema Corte de Papua Nova Guiné considerou que Somare foi derrubado irregularmente e determinou sua recondução ao cargo de PM. Foi iniciada nova etapa da crise constitucional, já que o Parlamento e o comandante das forças de Defesa, Francis Agwi, rejeitaram a decisão e apoiaram a manutenção de Peter O'Neill. Somare, agindo como PM, nomeou o coronel aposentado Yaura Sasa como comandante das forças de defesa e o incumbiu de cumprir a decisão da Suprema Corte. Na madrugada do dia 26 de janeiro de 2012, cerca de 20 soldados iniciaram um motim contra Agwi e oficiais leais a O'Neill. Na noite do dia 26, entretanto, O'Neill declarou publicamente que o motim estava sob controle. No dia 28, Sasa foi preso sob acusação de incitação de motim e no dia 30, após o governo O'Neill prometer anistia, os soldados amotinados se renderam. Somare, no entanto, continuou pedindo à polícia e às forças de defesa que atendessem à decisão da Suprema Corte.

No final de maio de 2012, a Alta Corte de Justiça em Port Moresby declarou, pela segunda vez, que a ascensão ao poder do primeiro-ministro Peter O'Neill havia

ocorrido de maneira ilegal, o que agravou a crise política. Em consequência da declaração judicial, a polícia e o Vice-Primeiro-Ministro tentaram deter o Presidente da Corte. Em resposta à Corte, o Parlamento da Papua-Nova Guiné aprovou estado de emergência, dando poderes ao governo para manter a ordem na capital, bem como nas províncias de Hela e Enga, inclusive mediante o uso das Forças Armadas. Nessas duas províncias, distúrbios interromperam os trabalhos em importante projeto de gás liquefeito e em mina de ouro.

Diante da crise constitucional que assolava Papua Nova Guiné, foram realizadas eleições gerais durante 3 semanas, entre 23 de junho e 6 de julho de 2012. A contagem de votos estendeu-se durante todo o mês de julho. Porém, antes do término da apuração, Somare surpreendentemente declarou apoio ao pleito de Peter O´Neill ao cargo de primeiro-ministro. Essa decisão pode ter sido provocada pelo fato de seu Partido da Aliança Nacional, já enfraquecido durante os meses de crise política, ter-se fragmentado durante o processo eleitoral, evidenciando o enfraquecimento de Somare mesmo antes do fim da contagem de votos. A reconciliação dos dois rivais foi decisiva para o fim da crise constitucional. No começo de agosto de 2012, foi divulgado o resultado da eleição, dando à coligação formada pelos partidários de O´Neill e Somare ampla maioria no Parlamento. A indicação de Peter O'Neill para primeiro-ministro foi aceita pelo Parlamento com 94 votos favoráveis e 12 contrários e, em 4 de agosto de 2012, O'Neill tornou-se indiscutivelmente o PM de Papua Nova Guiné, com mandato até 2017.

Em dezembro de 2014, O`Neill buscou assegurar a investidores estrangeiros que, apesar da crescente participação em projetos extrativos no país, o governo não busca controlar o desenvolvimento do setor de exploração de recursos minerais e energéticos. Suas declarações repercutiram na imprensa local, uma vez que empresas australianas como "Santos", "Oil Search" e InterOil" possuem investimentos na PNG.

O`Neill assegurou que a percepção por parte da comunidade empresarial de que pretende adotar um enfoque mais nacionalista na condução econômica de seu país seria infundada. Disse ainda que está pessoalmente comprometido em manter a estabilidade política e a confiança empresarial em seu país, em especial após anos de turbulência política e incertezas quanto à sua política de desenvolvimento do setor minerador.

As eleições de julho de 2017 foram pacíficas, apesar do registro de irregularidades. O escrutínio de cada distrito eleitoral envolve transferências de votos preferenciais de candidatos perdedores para os mais votados, até que um deles obtenha a maioria dos votos remanescentes. Há registro de fraudes nessa fase de escrutínio em eleições passadas. No final da contagem, saiu novamente vitorioso, para mais um mandato de cinco anos, o primeiro-ministro Peter O'Neill e seu partido *People`s National Congress* (PNC). Protestos violentos eclodiram após o anúncio dos primeiros resultados.

Instabilidade política e mudança de governo em 2019

A situação política no país se agravou no começo de 2019, a ponto de o país cancelar duas vezes a cerimônia de entrega de cartas credenciais do Embaixador

brasileiro em Camberra, previstas inicialmente para 7 de maio e 6 de junho, em Port Moresby.

A crise política foi iniciada com a renúncia do Ministro das Finanças, James Marape, em 11 de abril. Nas semanas seguintes, outros integrantes do gabinete e parlamentares do PNC abandonaram o governo. Em 7 de maio, no entanto, o governo de Papua Nova Guiné conseguiu aprovar medida para suspender as atividades do Parlamento nacional por período de três semanas, até 28 de maio. O resultado da votação, que obteve 59 votos favoráveis e 50 contrários, representou vitória do Primeiro Ministro Peter O`Neill, que demonstrou naquela ocasião ainda contar com o apoio da maioria dos parlamentares. Apesar disso, o ritmo de defecções continuou aumentando, com a renúncia de nove parlamentares do PNC, incluindo três ministros.

Em 26 de maio de 2019, o primeiro-ministro de Papua Nova Guiné, Peter O`Neill, anunciou que apresentaria seu pedido de renúncia diante da diminuição de seu apoio no Parlamento. A renúncia ocorreu em 29 de maio. No dia seguinte, em votação realizada no Parlamento nacional, James Marape foi eleito Primeiro Ministro de Papua Nova Guiné. O novo PM, líder do Partido Pangu, recebeu 101 votos no Parlamento composto por 111 representantes.

Entre os postulantes para o cargo estavam Marape, o próprio Peter O`Neill e o líder da oposição, Patrick Pruaitch. A renúncia de O`Neill, no entanto, abriu caminho para o retorno de Marape e do Partido Pangu ao grupo governista. O`Neill retirou sua candidatura e passou a apoiar a postulação de seu ex-ministro. Pruaitch, sem apoio suficiente para conquistar a chefia do governo papuense, também retirou sua candidatura em favor de Marape. O mesmo bloco governista que deu sustentação a Peter O`Neill, portanto, continua no poder, com uma nova liderança.

Desde a independência de Papua Nova Guiné, em 1972, apenas O´Neill e o primeiro líder do país, Michael Somare, concluíram um mandato completo na chefia do governo de Port Moresby.

A QUESTÃO DE BOUGAINVILLE

O referendo de Bougainville

A Região Autônoma de Bougainville tem cerca de 300 mil habitantes, o equivalente a menos de 4% da população de PNG. Composta por duas ilhas principais (Bougainville e Buka), sua área territorial (9500 quilômetros quadrados) representa 2% do território de PNG. Suas principais atividades econômicas são a produção de cacau e copra, a pesca e o garimpo de ouro. A riqueza mineral da região é significativa. Antes da guerra civil, a economia de Bougainville representava cerca de 25% do PIB de PNG, essencialmente em razão da exploração mineral conduzida no território.

Entre 1988 e 1997, Bougainville foi palco de conflito armado, inicialmente entre a frente pró-independência ("Bougainville Revolutionary Army") e o governo nacional de PNG (que teria contado com o apoio da Austrália) e, posteriormente, entre os próprios grupos separatistas. O conflito causou cerca de 5 mil mortes (pelas estimativas mais conservadoras) e o deslocamento interno de 60 mil pessoas, em território com aproximadamente 150 mil habitantes no final da década de 80.

O centro das origens dos conflitos com Port Moresby foi a exploração da mina de cobre de Panguna, em Bouganville, realizada por subsidiária da empresa australiana Rio Tinto. Insatisfeitos com a distribuição dos rendimentos das atividades na jazida, setores da população local formaram a supracitada frente revolucionária, que, por meio da força, exigiu a independência da província.

O conflito foi formalmente encerrado pelo Acordo de Paz de Bougainville, firmado em agosto de 2001, após negociações mediadas pela Nova Zelândia, com apoio da Austrália. Além desses dois países, Fiji, Ilhas Salomão e Vanuatu também firmaram o acordo como países garantes. O acordo de paz, que exigiu alterações na Constituição de PNG, foi estruturado em torno de três pilares, com a previsão de processo de desarmamento e desmilitarização, criação de governo autônomo em Bougainville (estabelecido em junho de 2005), e a realização de referendo (em não menos que dez e não mais que 15 anos após a formação do governo autônomo).

No referendo, conduzido pela Comissão do Referendo de Bougainville ("Bougainville Referendum Commission"), entidade independente chefiada pelo ex-primeiro-ministro da Irlanda, Bertie Arhen, os 202 mil eleitores optaram por "maior autonomia" ou "independência". O período de duas semanas para a realização da votação (23 de novembro e 7 de dezembro de 2019) foi devido às dificuldades logísticas do território e ao isolamento geográfico de parte expressiva da população. O referendo foi acompanhado por observadores da Austrália, Nova Zelândia, Commonwealth britânica e "Melanesian Spearhead Group", entre outros. Wellington também coordenará contingente de policiais de países da região que contribuirá, desarmado, para a segurança do pleito.

A população da Região Autônoma de Bougainville apoiou, por ampla maioria, a independência do território. De acordo com os resultados divulgados pela Comissão do Referendo de Bougainville, presidida pelo ex-primeiro-ministro da Irlanda, Bertie

Arhen, o índice de comparecimento foi de 85%, com mais de 181 mil votantes entre os 206 mil eleitores registrados. A opção pela "independência" recebeu 176.982 sufrágios (o equivalente a 97.7% dos votos), a alternativa por "maior autonomia" atingiu 3.403, e os votos brancos e nulos alcançaram 1.096.

O primeiro-ministro de PNG, James Marape, visitou Arawa após a divulgação do resultado e classificou como excelente a condução do referendo. Afirmou que sua administração "escutou a população de Bougainville" e que os dois governos irão desenvolver "road map" que leve a acordo político definitivo.

O resultado do referendo não é obrigatório ("binding"), nem apenas consultivo, não podendo ser ignorado pelas partes. Não há qualquer exigência de quórum para a validação do referendo ou de porcentagem mínima para a obtenção de maioria. Os governos de PNG e da região autônoma de Bougainville irão, em seguida, iniciar processo de consultas e submeter posição acordada entre as duas partes ao parlamento de PNG. Não há cronograma fixo para o processo, mas a perspectiva é de que haja resolução definitiva para o tema até o final do atual mandato legislativo do congresso de PNG, que se encerra em meados de 2022. Os dois lados já solicitaram formalmente às Nações Unidas a indicação de moderador internacional para acompanhar o processo de consultas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1828-1945	Território papuásio é alternadamente ocupado por holandeses, alemães, britânicos e japoneses.
1945	Papua Nova Guiné torna-se protetorado da Austrália.
1975	Independência da Austrália, ingresso na Commonwealth.
2011	Suprema Corte considera irregular cassação de ex-primeiro ministro Somare e inicia-se crise política após Parlamento manter apoio ao primeiro-ministro em exercício Peter O'Neill, em dezembro.
2012	Peter O'Neill vence eleições gerais e encerra-se crise política.
2017	Reeleição dos primeiro-ministro Peter O'Neill, em julho.
2018	Semana de Líderes do Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), em Port Moresby, em novembro.
2019	Eleição pelo Parlamento nacional, em maio, de James Marape para o cargo de primeiro-ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1989	Estabelecimento de relações diplomáticas
2005	Visita de missão da Agência Brasileira de Cooperação a Papua Nova Guiné
2012	Visita de delegação papuásia ao Brasil durante Rio+20

ATOS BILATERAIS
Não há acordos bilaterais

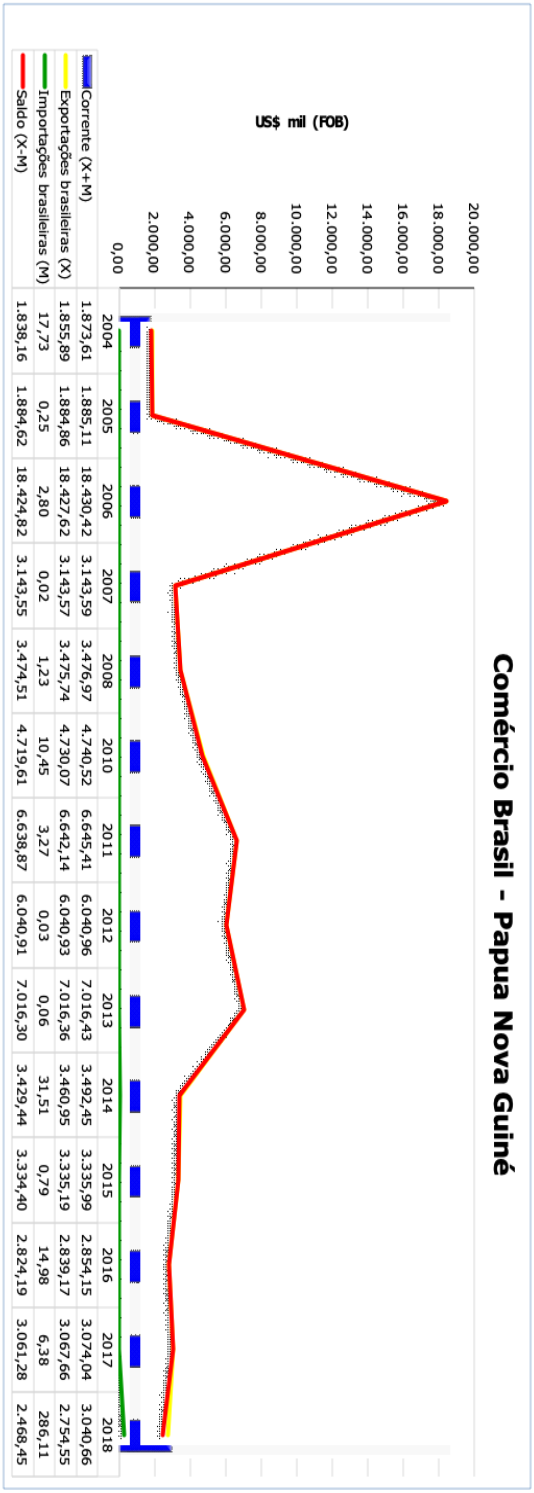
Ministério das Relações Exteriores - MRE

PAPUA NOVA GUINÉ

Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo

Investimentos bilaterais

Abril 2019



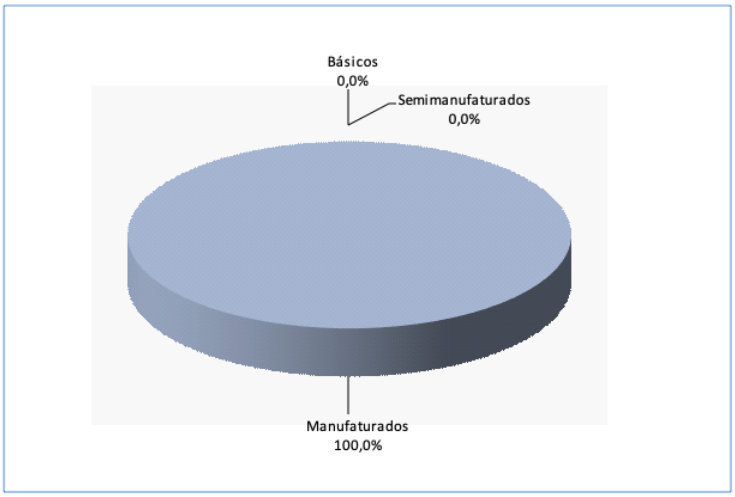
	2004	2005	2006	2007	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Corrente (X+M)	1.873,61	1.885,11	18.430,42	3.143,59	3.476,97	4.740,52	6.645,41	6.040,96	7.016,43	3.492,45	3.335,99	2.854,15	3.074,04	3.040,66
Exportações brasileiras (X)	1.855,89	1.884,86	18.427,62	3.143,57	3.475,74	4.730,07	6.642,14	6.040,93	7.016,36	3.460,95	3.335,19	2.839,17	3.067,66	2.754,55
Importações brasileiras (M)	17,73	0,25	2,80	0,02	1,23	10,45	3,27	0,03	0,06	31,51	0,79	14,98	6,38	286,11
Saldo (X-M)	1.838,16	1.884,62	18.424,82	3.143,55	3.474,51	4.719,61	6.638,87	6.040,91	7.016,30	3.429,44	3.334,40	2.824,19	3.061,28	2.468,45

2018/2019	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2018 (jan-mar)	821,16	92,03	913,20	729,13
2019 (jan-mar)	696,97	120,60	817,57	576,38

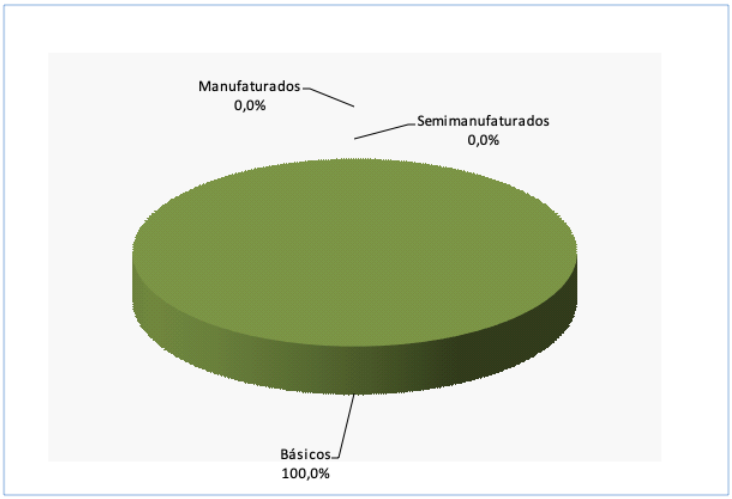
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018

Exportações



Importações



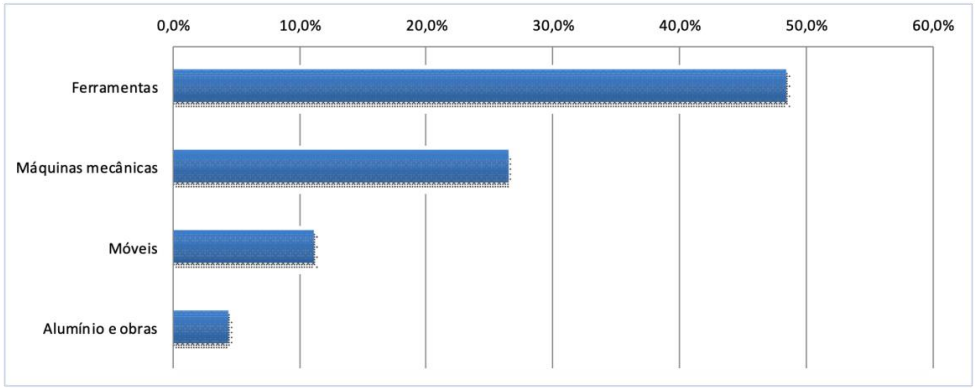
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Composição das exportações brasileiras para Papua Nova Guiné
US$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Ferramentas	1.696,51	59,8%	1.710,09	55,7%	1.334,80	48,5%
Máquinas mecânicas	607,52	21,4%	549,30	17,9%	731,34	26,6%
Móveis	167,25	5,9%	125,96	4,1%	308,41	11,2%
Alumínio e obras	89,88	3,2%	113,23	3,7%	122,21	4,4%
Subtotal	**2.561,16**	**90,2%**	**2.498,59**	**81,4%**	**2.496,76**	**90,6%**
Outros	**278,01**	**9,8%**	**569,07**	**18,6%**	**257,80**	**9,4%**
Total	**2.839,17**	**100,0%**	**3.067,66**	**100,0%**	**2.754,55**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

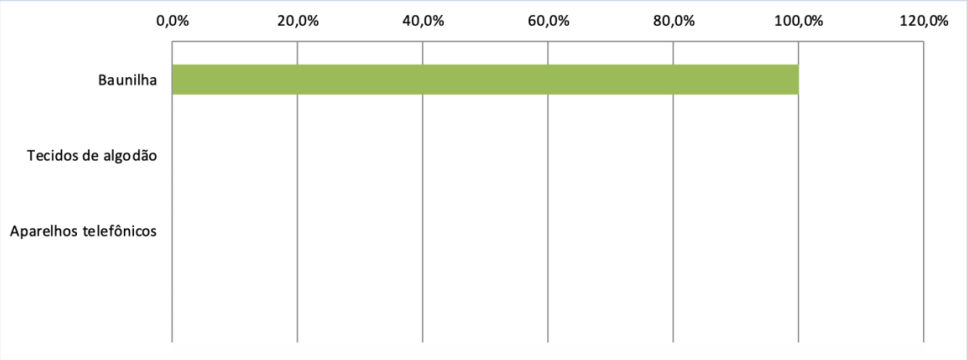


Composição das importações brasileiras originárias de Papua Nova Guiné
US$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Baunilha	14,98	100,0%	0,00	0,0%	286,11	100,0%
Tecidos de algodão	0,00	0,0%	5,25	82,2%	0,00	0,0%
Aparelhos telefônicos	0,00	0,0%	0,88	13,8%	0,00	0,0%
Subtotal	**14,98**	**100,0%**	**6,13**	**96,0%**	**286,11**	**100,0%**
Outros	**0,00**	**0,0%**	**0,25**	**4,0%**	**0,00**	**0,0%**
Total	**14,98**	**100,0%**	**6,38**	**100,0%**	**286,11**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

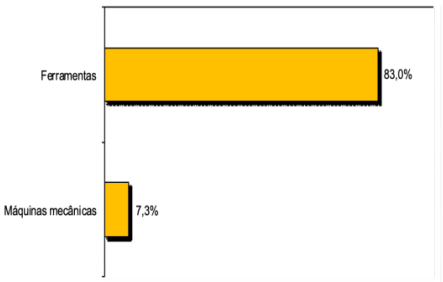
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

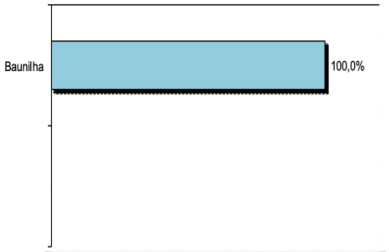
Grupos de produtos (SH2)	2018 (jan-mar)	Part. % no total	2019 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Ferramentas	298,2	36,3%	578,7	83,0%
Máquinas mecânicas	294,8	35,9%	50,7	7,3%
Subtotal	**593,0**	**72,2%**	**629,4**	**90,3%**
Outros	**228,2**	**27,8%**	**67,6**	**9,7%**
Total	**821,2**	**100,0%**	**697,0**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019

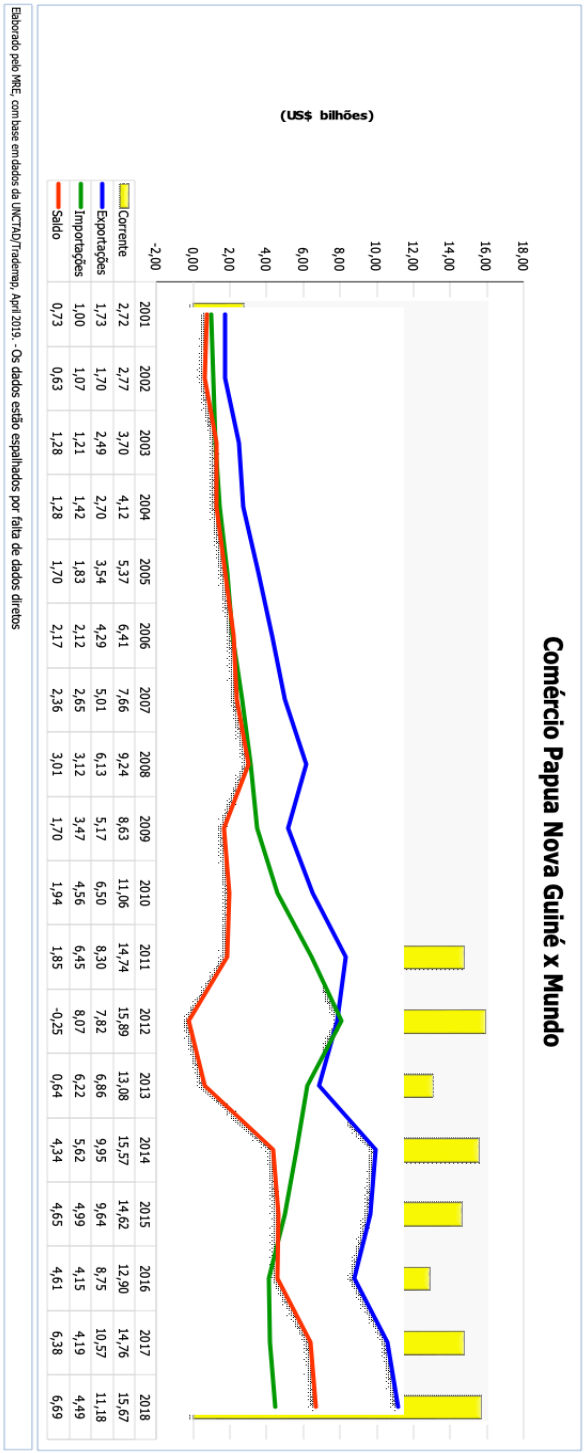


Grupos de produtos (SH4)	2018 (jan-mar)	Part. % no total	2019 (jan-mar)	Part. % no total
Importações				
Baunilha	92,0	100,0%	120,6	100,0%
Subtotal	**92,0**	**100,0%**	**120,6**	**100,0%**
Outros produtos	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**92,0**	**100,0%**	**120,6**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019



Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

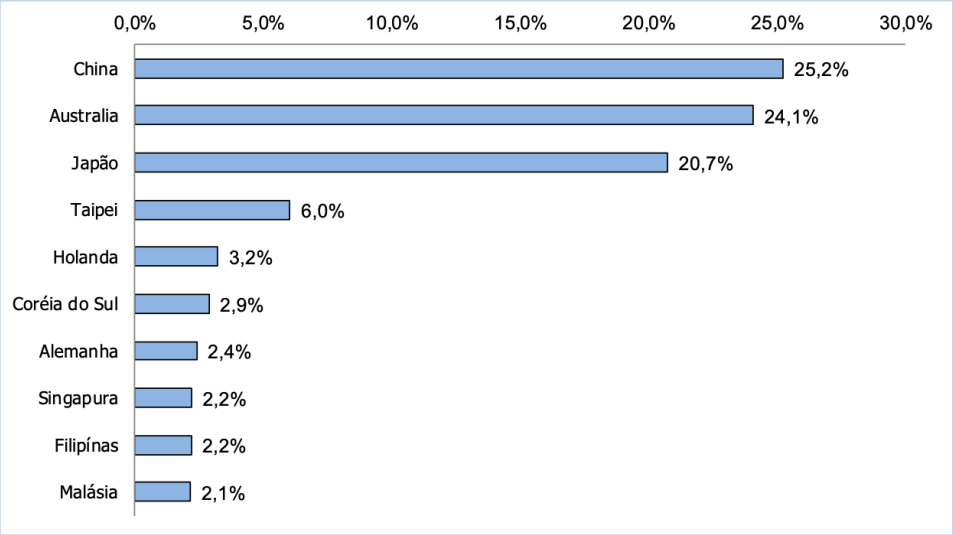

Comércio Papua Nova Guiné x Mundo
(US$ bilhões)
-2,00
0,00
2,00
4,00
6,00
8,00
10,00
12,00
14,00
16,00
18,00
Corrente
Exportações
Importações
Saldo
2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018
2,72 2,77 3,70 4,12 5,37 6,41 7,66 9,24 8,63 11,06 14,74 15,89 13,08 15,57 14,62 12,90 14,76 15,67
1,73 1,70 2,49 2,70 3,54 4,29 5,01 6,13 5,17 6,50 8,30 7,82 6,86 9,95 9,64 8,75 10,57 11,18
1,00 1,07 1,21 1,42 1,83 2,12 2,65 3,12 3,47 4,56 6,45 8,07 6,22 5,62 4,99 4,15 4,19 4,49
0,73 0,63 1,28 1,28 1,70 2,17 2,36 3,01 1,70 1,94 1,85 -0,25 0,64 4,34 4,65 4,61 6,38 6,69
Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019 - Os dados estão espalhados por falta de dados diretos

Principais destinos das exportações de Papua Nova Guiné
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
China	2,82	25,2%
Australia	2,69	24,1%
Japão	2,32	20,7%
Taipei	0,67	6,0%
Holanda	0,36	3,2%
Coréia do Sul	0,32	2,9%
Alemanha	0,27	2,4%
Singapura	0,25	2,2%
Filipínas	0,24	2,2%
Malásia	0,24	2,1%
...		
Brasil (39º lugar)	**0,00**	0,0%
Subtotal	**10,18**	**91,1%**
Outros países	**1,00**	**8,9%**
Total	**11,18**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019. -Os dados estão espalhados por falta de dados diretos

10 principais destinos das exportações

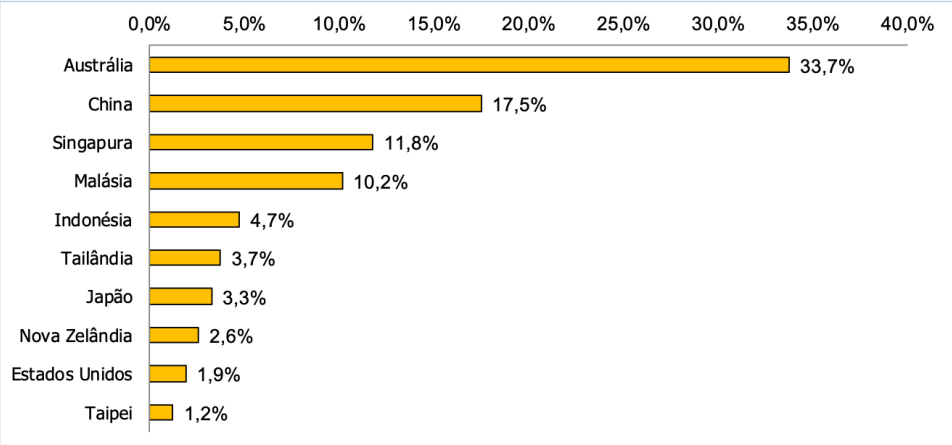


Principais origens das importações de Papua Nova Guiné
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Austrália	1,52	33,7%
China	0,79	17,5%
Singapura	0,53	11,8%
Malásia	0,46	10,2%
Indonésia	0,21	4,7%
Tailândia	0,17	3,7%
Japão	0,15	3,3%
Nova Zelândia	0,12	2,6%
Estados Unidos	0,09	1,9%
Taipei	0,06	1,2%
...		
Brasil (31º lugar)	0,00	0,0%
Subtotal	**4,08**	**90,8%**
Outros países	**0,41**	**9,2%**
Total	**4,49**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019. -Os dados estão espalhados por falta de dados diretos

10 principais origens das importações

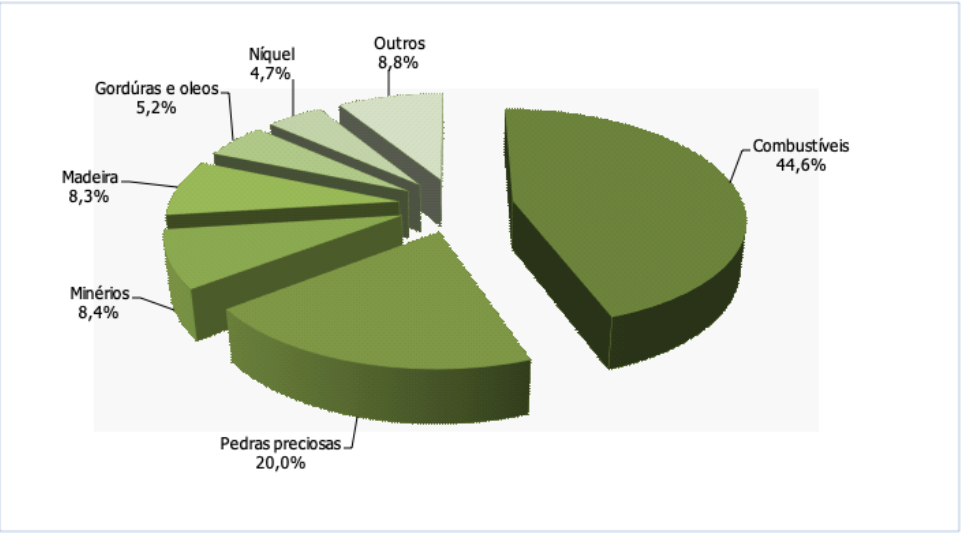


Composição das exportações de Papua Nova guiné
US$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	4,98	44,6%
Pedras preciosas	2,24	20,0%
Minérios	0,94	8,4%
Madeira	0,93	8,3%
Gordúras e oleos	0,58	5,2%
Níquel	0,52	4,7%
Subtotal	**10,19**	**91,2%**
Outros	**0,98**	**8,8%**
Total	**11,18**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019. -Os dados estão espalhados por falta de dados diretos

10 principais grupos de produtos exportados

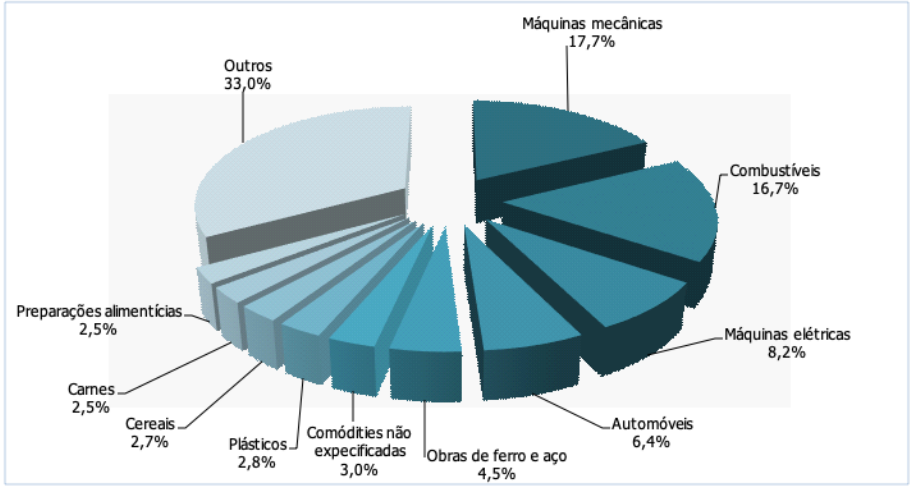


Composição das importações de Papua Nova Guiné
US$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0,79	17,7%
Combustíveis	0,75	16,7%
Máquinas elétricas	0,37	8,2%
Automóveis	0,29	6,4%
Obras de ferro e aço	0,20	4,5%
Comódities não expecificadas	0,14	3,0%
Plásticos	0,13	2,8%
Cereais	0,12	2,7%
Carnes	0,11	2,5%
Preparações alimentícias	0,11	2,5%
Subtotal	**3,01**	**67,0%**
Outros	**1,48**	**33,0%**
Total	**4,49**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019. -Os dados estão espalhados por falta de dados diretos

10 principais grupos de produtos importados



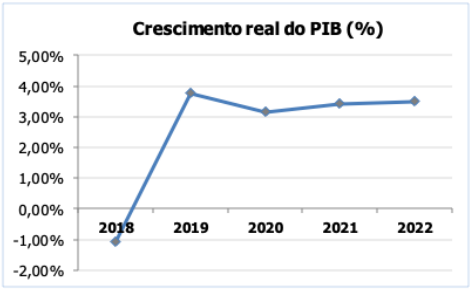
Principais indicadores socioeconômicos de Papua Nova Guiné

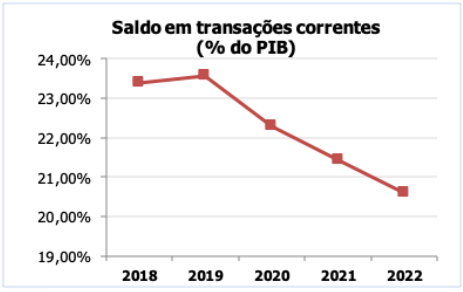
Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	-1,08%	3,76%	3,15%	3,42%	3,50%
PIB nominal (US$ bilhões)	20,77	21,54	22,24	23,32	24,46
PIB nominal "per capita" (US$)	2.465	2.505	2.533	2.601	2.673
PIB PPP (US$ bilhões)	30,56	32,38	34,04	35,86	37,81
PIB PPP "per capita" (US$)	3.627	3.765	3.877	4.000	4.131
População (milhões habitantes)	8,43	8,60	8,78	8,96	9,15
Desemprego (%)	_	_	_	_	_
Inflação (%)(2)	4,21%	3,82%	3,81%	3,82%	3,82%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	23,39%	23,58%	22,28%	21,44%	20,60%
Dívida externa (US$ bilhões)	17,50	18,10	18,50	18,40	19,00
Câmbio (Kina / US$)(2)	3,28	3,38	3,48	3,58	3,62
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			22,1%		
Indústria			42,9%		
Serviços			35,0%		

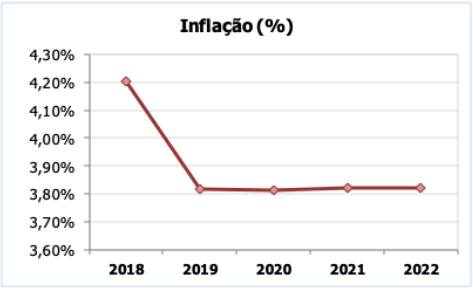
Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

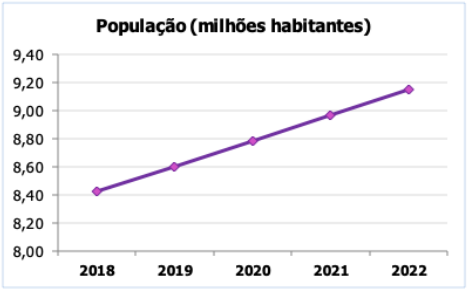
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



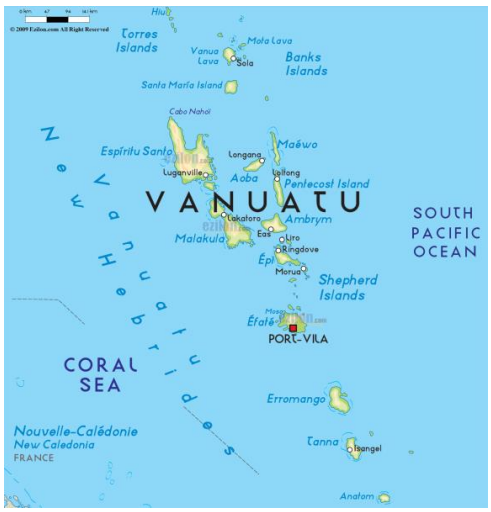






MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VANUATU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Agosto de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE VANUATU	
NOME OFICIAL	República de Vanuatu
ADJETIVO GENTÍLICO	Vanuatense
CAPITAL	Port Vila
DATA NACIONAL	30/07, Dia da Independência
ÁREA	12.189 km²
POPULAÇÃO (2019)	299,882habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	bislama, inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Presbiterianos (27,9%), Anglicanos (15,1%), Católicos (12,4%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Tallis Obed Moses (desde julho de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Bob Loughman (desde abril de 2020)
CHANCELER	Marc Ati (desde abril de 2020)
PIB NOMINAL (2019)[1]	US$ 917 milhões
PIB PPP (2019)[1]	US$ **981** milhões
PIB NOMINAL *per capita* (2019)[1]	US$ 3.058
PIB PPP *per capita* (2019)[1]	US$ 3.273
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2019)[1]	2,9 %
IDH[2]	0,697 (141º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA[2]	70,3 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO[3]	87,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO[3]	1,7% (1999)
UNIDADE MONETÁRIA	Vatu
EMBAIXADOR EM PORT VILA (cumulativa com Camberra)	Sérgio Eduardo Moreira Lima
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

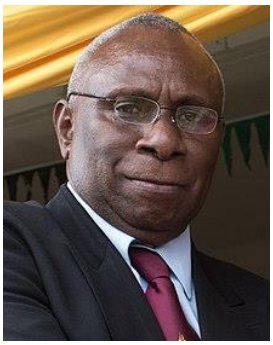
(1) Banco Mundial
(2) Dados do Relatório 2019 PNUD
(3) CIA World Factbook (não há dados mais recentes).

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares FOB) - *Fonte: -MDIC/M. Economia*

BRASIL ⇒ VANUATU	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2019**	**2020 jan-jul**
Intercâmbio	380	96	141	186	164	156	36,9	223	74	176.4	1.300	100
Exportações	101	5	129	185	164	145	36,6	220	74	176,2	1.200	100
Importações	278	90	11	0,975	0,04	10	0,3	2	0,2	0,2	100	0
Saldo	-176	-84	117	184	164	134	36,3	218	74	175.9	1.100	100

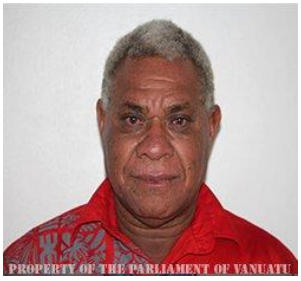
PERFIS BIOGRÁFICOS

Tallis Obed Moses
Presidente de Vanuatu



Nasceu em 24 de outubro de 1954. É pastor graduado no *Sydney Missionary and Bible College*, em 1981. Tem diploma em teologia no Centro de Treinamento Pastoral de Talua, onde estudou em 1985 e 1986. Serviu como pastor em Erromango, Ranon in North Ambrym, Luganville e Bamefau. Foi escolhido entre 16 candidatos, pelo Colégio Eleitoral, para suceder Baldwin Lonsdale, que faleceu no cargo, em julho de 2017, tornando-se presidente.

Bob Loughman
Primeiro-Ministro de Vanuatu



Nasceu em 8 de março de 1961. É parlamentar pelo distrito de Tanna desde 2004. É membro do Comitê de "Standing Orders Review" e do Comitê de Contas Públicas. Foi Ministro da Educação (2013-2015) e Vice-Primeiro-Ministro e Ministro de Turismo, Comércio e Comércio (2018-2019). Antes de se tornar parlamentar, foi Coordenador Nacional do Projeto de Treinamento de Habilidades Rurais e Diretor do Departamento de Autoridades Locais. Foi eleito Primeiro-Ministro de Vanuatu em abril de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto a Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra. No primeiro semestre de 2005 o embaixador Frederico Cézar de Araújo realizou a primeira missão oficial do Brasil à Vanuatu (que também incluiu Ilhas Salomão, Nauru e Papua Nova Guiné).

Visitas bilaterais

O Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto, fez missão a Port Vila, em 28/02/2008, ocasião em que se entrevistou com o Vice-Ministro das Relações Exteriores de Vanuatu, Jonas Cullwick, com a Chefe da Divisão para África, Europa, Oriente Médio e Américas, Marie-Antoinette Nirua, e com o Chefe, interino, do Departamento das Nações Unidas, Serge Alain Mahe.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Vanuatu junto à ONU, Donald Kalpokas, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita protocolar ao Ministro de Estado, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, participaram de palestras com outros chefes da casa e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Vanuatu copatrocinou o projeto de resolução do G-4 sobre reforma do Conselho de Segurança, mas não se manifestou publicamente sobre a candidatura brasileira a assento permanente no CSNU.

Em março de 2012 estava prevista a realização de missão de prospecção da ABC a Fiji e a Vanuatu, que teria como objetivo analisar possíveis projetos de cooperação técnica nas áreas de pesca artesanal marítima, preservação e exploração sustentável de floresta e agropecuária. Entretanto, por razões orçamentárias, a missão foi adiada e realizou-se apenas em agosto de 2013.

Em junho de 2012 o Primeiro-Ministro Sato Kilman foi o primeiro chefe de governo de Vanuatu a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o PM não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Entre 21 e 24 de março de 2013 o embaixador Rubem Barbosa esteve em Vanuatu para apresentar credenciais e fazer gestões em prol da candidatura do embaixador Roberto Azevêdo à direção-geral da OMC. Em vista da vacância do cargo de primeiro-ministro, a apresentação de credenciais não foi realizada, e durante sua estadia a Port Vila manteve encontros com o Diretor-Geral do Ministério de Negócios Estrangeiros, Johnny Koanapo e com o Diretor do Departamento de Comércio Exterior, Sumbe Antas. Durante esses encontros, foi reiterada ao embaixador Rubem Barbosa a demanda de Vanuatu por cooperação com o Brasil no setor de agricultura.

Missão da Câmara de Comércio do Mercosul-ASEAN

Missão da Câmara de Comércio do Mercosul ASEAN (MACC), composta por cerca de 10 empresários, visitou, entre 10 a 28 de junho de 2019, a Austrália, Fiji e Vanuatu. Em Fiji e Vanuatu, a missão manteve importantes encontros com repercussão política e midiática. Em Suva, a delegação foi recebida pelo Primeiro Ministro, pelo chanceler e membros do Parlamento fijiano. Em Vanuatu, manteve encontro com os Vice Ministros das Relações Exteriores, da Educação e dos Esportes.

A missão do Mercosul pôde identificar oportunidades em três setores: i) Turismo e Cooperação Acadêmica e Esportiva; ii) Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária em geral, com o foco no cultivo de cana-de-açúcar em Fiji e da renovação da indústria de produção e exportação de carne em Vanuatu (para estes setores sugerem avaliar a possibilidade de propor a outros países e regiões provedores de cooperação na região, como por exemplo Austrália, França, Espanha, União Europeia, Índia, Nova Zelândia, um esquema de cooperação triangular); e iii) Manufaturas de origem agrícola (alimentos orgânicos) e de origem industrial (cosméticos e têxteis). Esses são nichos com potencial de crescimento em Fiji e em Vanuatu, devido ao desenvolvimento do turismo nesses países. Além disso, as empresas do MERCOSUL que tiveram interesse puderam analisar a opção de se associar com contrapartes de Fiji e Vanuatu (turismo e hotelaria) e a exportação a terceiros mercados com quem as duas ilhas possuem acordos de livre comércio (Austrália, Nova Zelândia e União Europeia).

Jatos da Embraer

A Embraer está intensificando a política de divulgação de jatos regionais nos países do Pacífico, incluindo Vanuatu. A empresa enviou a Vanuatu, em julho de 2019, o jato executivo E-195 para demonstrações. Durante as demonstrações, a revista especializada “Australian Aviation” dedicou ampla matéria à presença na Ásia Pacífico da maior e mais moderna aeronave comercial da EMBRAER, com destaque a sua visita à região, Vanuatu incluído. A revista ressalta, entre outras informações, que a companhia recebeu a certificação da ANAC, da Agência de Segurança de Aviação da União Europeia e da Administração Federal de Aviação dos EUA.

O representante da Embraer para Ásia e Pacífico, Ricardo Pesce, fez referência ao processo de aquisição de quatro aeronaves na classe de 100 passageiros pela Air Vanuatu, no qual o E-190 E2, produzido pela Embraer, concorre diretamente com o A220 da Airbus. O CEO da Air Vanuatu, Derek Nice, informou que a decisão sobre a aquisição é iminente e será tomada diretamente pelo governo de Vanuatu. Recorde-se que a Embraer concluiu, recentemente, contrato para venda das aeronaves para empresa australiana, reforçando sua presença no Pacífico.

Cooperação técnica

Realizou-se no período de 27 a 30 de agosto de 2013, missão da ABC a Vanuatu, chefiada pelo Diretor da Agência, Embaixador Fernando Abreu. Na ocasião, em 29/8/13, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica com o país e identificadas as prioridades para cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura. O Acordo possui validade de três anos.

Durante a missão, foram elaboradas as seguintes atividades, que envolveram o envio de técnicos de Vanuatu para cursos de capacitação no Brasil: "Treinamento em

Sistemas de Produção de Hortaliças e Arroz com vistas à Segurança Alimentar"; "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte com vistas à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta"; e "Capacitação em Boas Práticas na Manipulação do Pescado e em Cultivo de Tilápias". Todas as atividades previstas já foram realizadas.

Candidaturas e trocas de votos

Em dezembro de 2014, o Embaixador do Brasil na Austrália, Rubem Corrêa Barbosa, encontrou-se com o Alto Comissário de Vanuatu em Camberra a fim de tratar da reeleição de José Graziano para a direção da FAO. O Alto Comissário manifestou entusiasmo pela candidatura brasileira. Referiu-se à visita de missão do Senhor Diretor da ABC ao seu país, em 2013, e aos avanços na cooperação alcançados desde então, para ressaltar que não via como, diante do estágio das relações bilaterais, o governo de seu país pudesse deixar de apoiar a candidatura de José Graziano.

Em junho de 2019, A Embaixada em Camberra recebeu nota da chancelaria de Vanuatu, pela qual foi proposta troca de apoio entre os dois países nos seguintes termos: Vanuatu apoiaria a candidatura brasileira à reeleição à Categoria B do Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO) em troca do apoio do Brasil à candidatura vanuatense do Embaixador Laurent Parenté ao cargo de Presidente do Comitê de Cooperação Técnica da IMO, durante sessão realizada nos dias 25 a 27 de junho de 2019, em Londres. O MRE concordou com a proposta de Vanuatu de troca de apoios entre as respectivas candidaturas e comunicou a decisão à Marinha do Brasil.

O professor Rodrigo More, candidato brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), realizou visita à Austrália, Ilhas Fiji, Samoa, Tonga e Vanuatu, em setembro de 2019, no contexto de sua campanha para a eleição ao Tribunal.

Em outubro de 2019, Vanuatu confirmou apoio à candidatura brasileira à vaga no Conselho de Direitos Humanos para o mandato de 2020 a 2022.

Intercâmbio comercial

O intercâmbio comercial entre Brasil e Vanuatu cresceu na década atual em relação à passada (quando, a exceção de 2008, seu pico histórico de US$ 380 mil, o intercâmbio não chegava a US$ 100 mil), mas é extremamente pequeno. Em 2019 o intercâmbio comercial total foi de US$ 1,3 milhão, quase em sua totalidade representado por exportações brasileiras.

As exportações compuseram-se quase totalmente de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (90%). As importações, por suas vez, foram compostas por malas, pastas, estojos e sacos de viagem (99,6%).

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Vanuatu. Até agosto de 2020, o país foi uma das dez nações do mundo a não ter registrado nenhum caso de covid-19 na população.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Vanuatu.

POLÍTICA EXTERNA

Vanuatu mantém relações diplomáticas com 74 países. Há atualmente cinco ~~5~~ Embaixadas residentes em Port Vila: Austrália, França, Nova Zelândia, China e a União Européia. Vanuatu, por sua vez, possui cinco representações no exterior: Nova York (ONU), Pequim, Bruxelas (EU), Noumea (Nova Caledônia), Genebra (OMC), além de alguns consulados honorários.

Membros das Forças Armadas de Vanuatu já serviram em Missões de Paz da ONU no Timor Leste, Haiti, Sudão e Bósnia; no Grupo de Monitoramento em Bougainville; e na Missão Regional de Assistência às Ilhas Salomão.

Vanuatu passou a fazer parte da Commonwealth e do Fórum das Ilhas do Pacífico após a independência em 1980. Vanuatu também é membro da Comunidade da Francofonia, da ONU e de várias de suas agências especializadas, do Movimento dos Países Não-alinhados, do FMI, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Grupo ACP, o que rende ao país relacionamento especial com a União Europeia, O país também tem buscado aproximar-se mais efetivamente da OMC, onde abriu missão em 2018, buscando fazer parte da organização. Vanuatu é entusiasta do "Melanesian Spearhead Group" (cujo Secretariado se localiza em Port Vila), que objetiva o estabelecimento de uma área de livre comércio entre seus membros. Tem também grande interesse na questão da Papua do Oeste.

As relações com Camberra são muito importantes para Vanuatu. O Governo australiano deu claros sinais de endurecimento contra o Governo do país sob o Primeiro-Ministro Serge Vohor, com ameaças de redução do nível do relacionamento e de corte na ajuda externa, caso as autoridades não tomassem medidas eficazes contra corrupção e crime.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Vanuatu e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US$ 125 para US$ 200 mil.

Na mesma ocasião, o Presidente da China, Xi Jinping, encontrou-se bilateralmente com o Primeiro-Ministro de Vanuatu, Joe Natuman. Xi anunciou o estabelecimento de "parceria estratégica" com Vanuatu e com outros sete países da região, e assegurou que a China tenciona aprofundar a cooperação nas áreas de comércio, agricultura, pesca, energia, infraestrutura e outras. Destacou que Pequim irá oferecer tarifa-zero para 97% dos produtos importados dos países da região, financiará 2000 bolsas de estudos nos próximos cinco anos, enviará equipes médicas e irá encorajar o turismo chinês.

Em setembro de 2014, durante a 69ª sessão da AGNU, O Primeiro-Ministro de Vanuatu, Joe Natuman, expressou preocupação com o terrorismo e com a epidemia de ebola. Saudou as eleições democráticas em Fiji. Mencionou que seu país deixou de integrar o grupo de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) por ter sido graduado e, atualmente, integra o SIDS ("Small Island Developing States"). Em vista

disso solicitou assistência internacional aos esforços de construção de resiliência e adaptações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Mencionou o documento final da Rio+20 ("The Future We Want") e defendeu os meios de implementação que constam no relatório do Grupo de Trabalho Aberto sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável. Assinalou ainda haver disputa territorial com a França (ilhas Umaenupne e Leka). Reiterou a importância da Terceira Década para a Erradicação do Colonialismo.

Na 70ª AGNU, em 2015, o Primeiro Ministro, Meltek Sato Kilman Livtuvanu, recordou a interdependência entre paz, segurança e direitos humanos. Destacou, nesse contexto, a necessidade de prestar-se maior assistência aos refugiados. Ressaltou, ainda, a contribuição de seu país a operações de paz, com o envio de tropas ao Haiti e Côte d'Ivoire. Como esperado, o discurso também conferiu ênfase à mudança do clima e ao seu impacto maior e mais imediato nos SIDS, ressaltando a importância dos SDGs 13 (mudança do clima) e 14 (conservação dos oceanos).

Na AGNU de 2016, o PM de Vanuatu, Charlot Salwai Tabimasmas, afirmou que os ODS foram incorporados aos planos nacionais de desenvolvimento de seu país e cobrou avanços na reforma do CSNU, de modo a torná-lo apto a lidar com o panorama atual da segurança internacional. Pediu apoio da comunidade internacional ao processo de adaptação da economia e do cotidiano de seu país à mudança do clima. Disse-se satisfeito com o apoio da ONU ao processo eleitoral na Nova Caledônia e, assim como o PM das Ilhas Salomão, afirmou que a questão de direitos humanos em Papua Ocidental é preocupante.

Erupção do vulcão Ambae

A ministra de relações exteriores australiana, Julie Bishop, e o ministro de desenvolvimento internacional, senador Concetta Fierravanti-Wells, anunciaram, em 3 de maio de 2018, adicional de AU$300 mil em assistência humanitária para ajudar o governo de Vanuatu, após a erupção de vulcão em Ambae. A ajuda adicional iria para logística para o transporte de pessoas e suprimentos, junto com abrigos de emergência e kits de higiene para auxiliar o deslocamento das comunidades. A assistência da Austrália teve foco particular nas necessidades de mulheres, crianças e pessoas com deficiência. A Austrália trabalhou com o governo de Vanuatu e parceiros, incluindo Nova Zelândia e França, para auxiliar comunidades afetadas.

Em 23 de maio de 2018, o Embaixador da China em Vanuatu Liu Quan entregou, em nome do governo chinês, 146 tanques de água para o primeiro ministro vanuatense Charlot Salwai no Centro de Convenções. O Embaixador enfatizou que a doação mostra que a China dá grande importância a prover assistência às pessoas em áreas rurais e que, desde o desastre da explosão do vulcão Ambae, a China doou U$900 mil para ajudar as vítimas. O primeiro ministro reiterou que o governo do país cumpre o "One China Policy", o qual é um pilar da política internacional. Além disso, disse que Vanuatu se esforçaria para fortificar a relação amigável de cooperação com a China.

A reunião entre o secretário-geral de Chancelaria romena, Cosmin Dinescu, e o Chanceler de Vanuatu, Ralph Regenvanu, realizada entre 31 de maio e 1 de junho de 2018, propiciou a assinatura de comunicado conjunto sobre o estabelecimento de

relações diplomáticas entre a Romênia e Vanuatu, em nível de embaixadores. Vanuatu possui um Consul Honorário na cidade romena de Targu Mures.

Em 25 de junho de 2018, o primeiro-ministro Malcolm Turnbull recebeu, em Camberra, seu homólogo vanuatense, Charlot Tabismasmas. Os mandatários anunciaram uma série de iniciativas em benefício do país melanésio, reforçando a estratégia australiana de manter-se como proeminente ator internacional no Pacífico Sul, principalmente à luz da crescente presença chinesa naquela região. Enquanto os chineses estariam financiando a construção de infraestrutura, os australianos focariam na promoção da governança, o que estaria levando os governos do Pacífico ~~sul~~Sul a buscarem mais parceiras com os chineses.

Foi divulgada assistência australiana a Port Vila para o desenvolvimento da primeira Estratégia de Segurança Nacional de Vanuatu, visando reforçar a resiliência do país insular a desastres naturais. Além disso, anunciou-se contribuição australiana de USD 300 mil destinados ao aumento da capacidade da Equipe de Resposta Emergencial Cibernética de Vanuatu. Após, o primeiro-ministro Tabismasmas encontrou-se com a ministra de Desenvolvimento Internacional e Pacífico da Austrália, Concetta Fierravanti-Wells. A ministra ressaltou os futuros benefícios a serem trazidos a Vanuatu pelo acordo de livre comércio "Pacific Agreement on Closer Economic Relations" (PACES Plus), concluído em abril de 2017, que deve entrar em vigor brevemente.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US$ 917 milhões e crescimento de 2,9% em 2019, Vanuatu posicionou-se como a 178ª economia do mundo. Para 2020, espera-se redução do PIB da ordem de 10%, em razão dos efeitos nocivos da pandemia sobre o turismo.

De acordo com os dados compilados mais recentes, o setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 63,9% do PIB, seguido da agricultura com 27% e da indústria com 9,1%. O saldo da balança comercial foi deficitário em US$ 76 milhões. O comércio exterior de Vanuatu apresentou, em 2017, retração de 58,74% em relação a 2013, de US$ 1.258 bilhão para US$ 519 milhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Vanuatu figurou como o 185º mercado mundial, sendo o 177º exportador e o 185º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise.

Individualmente, a Mauritânia foi o principal destino das vendas de Vanuatu com 31,7% do total em 2017. Seguiram-se: Japão (31,1%); Filipinas (8,4%); Tailândia (6,6%); China (6,4%) e Coreia do Sul (3,9%). O Brasil posicionou-se no 13º lugar entre os compradores de Vanuatu. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens para Vanuatu, com 22,2% do total. Seguiram-se: Austrália (20,2%); Japão (10,7%); Singapura (9,7%); Nova Zelândia (9,1%); e Malásia (7,8%). O Brasil posicionou-se no 28º lugar entre os fornecedores do mercado de Vanuatu, com 0,1% do total.

Rebocadores e barcos para empurrar outras embarcações foram os principais produtos exportados por Vanuatu e representaram 40,2% da pauta em 2016. Seguiram-se: peixes congelados (31,5%); transatlânticos (4,8%); copra (4,6%); e barcos de pesca (3,4%). A pauta de importações de Vanuatu apresentou-se concentrada em embarcações flutuantes, que representaram 8,7% do total em 2017. Seguiram-se: máquinas elétricas (8,4%); combustíveis (8%); máquinas mecânicas (7,3%); veículos automóveis (5,7%); aviões (5,6%); e obras de ferro ou aço (3,7%).

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 73,09%, de US$ 47.467 para US$176.412. Nesse período, as exportações cresceram 17,27% e as importações reduziram-se 98,0%. O saldo da balança comercial registrou superávit de US$ 1,1 milhão mil em 2019. óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos foram os principais produtos brasileiros exportados para Vanuatu. Em 2019, somaram 90% do total. Na pauta das importações brasileiras originárias de Vanuatu, em 2019, computaram: ~~semalas,~~ pastas, estojos e sacos de viagem .

Realizou-se, em outubro de 2018, a primeira Revisão Política Comercial de Vanuatu. A reunião foi presidida pelo embaixador Eloi Laourou, RP de Berlim, e teve como debatedora a embaixadora Cheryl Spencer, RP da Jamaica. A delegação de Vanuatu foi chefiada pela diretora-geral interina do Ministério de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comércio Exterior, Roline Token.

Token mencionou que o comércio de serviços em Vanuatu equivale a 69% do PIB nacional, sendo composto em cerca de 80% pelo turismo. Acrescentou que o plano nacional de desenvolvimento de Vanuatu (Vision 2030) tem como objetivo principal

promover a estabilidade e trazer prosperidade ao país e estão sendo implementadas reformas na política comercial vanuatense para atingir esse objetivo. Indicou que a abertura da Missão Permanente de Vanuatu em Genebra, em 2018, tem permitido ao país melhor acompanhamento das principais negociações comerciais em nível global.

POLÍTICA INTERNA

Conhecida no passado como as Novas Hebridas, Vanuatu foi administrada tanto pela Inglaterra como pela França. O país tornou-se independente em 30 de julho de 1980. A instabilidade política marca a vida política do país, que foi governado por várias coalizões distintas nos últimos anos.

O Presidente da República tem mandato de 5 anos e é eleito por um colégio eleitoral integrado pelo Parlamento e pelos seis governos provinciais. Vanuatu tem um Parlamento unicameral, com 52 membros, eleitos para um mandato de 4 anos por voto direto. Em 2004, o Primeiro-Ministro de Vanuatu, Serge Vohor, foi apeado do poder com a confirmação pelos altos tribunais do país da legalidade de voto de desconfiança no Parlamento, mediante acusações de corrupção e outras improbidades administrativas. A eleição de um novo Chefe de Governo, Ham Lini, foi saudada por Camberra.

Em 22 de setembro de 2008 Edward Natapei foi eleito Primeiro-Ministro, por apenas 2 votos, na primeira reunião do Parlamento. Natapei liderou governo de coalizão formado por seu partido (Partido Vanua'aku), o Partido de União Nacional, além de vários partidos de um único membro e deputados independentes. Entretanto, o governo de Natapei é sustentado por tênue maioria no Parlamento, o que ocasiona, à falta de um sistema partidário sólido, coalizões partidárias instáveis, o que, aliás, é nota característica do sistema político de Vanuatu. Natapei enfrentou seis moções de desconfiança no Parlamento, derrubando-as às custas de modificações em seu Gabinete e na composição partidária de seu governo.

Em dezembro de 2010, no entanto, Natapei foi finalmente ~~apeado~~afastado do cargo de PM por uma moção de desconfiança, sendo sucedido por Sato Kilman, seu vice-PM. Kilman ocupou o cargo pela maior parte do primeiro semestre de 2011, tendo sido removido em abril por uma moção de desconfiança. Retornou em maio após a eleição de Serge Vohor ter sido considerada inválida. A sucessão de Natapei só foi finalmente decidida em junho de 2011, quando Sato Kilman foi formalmente eleito pelo parlamento para a posição de primeiro-ministro.

Seguindo tradição política em Vanuatu, Sato Kilman foi alvo de diversas moções de desconfiança durante seu mandato. Em 19 de março de 2013, antes da votação da sétima moção de desconfiança apresentada contra ele, Sato Kilman renunciou ao cargo de primeiro-ministro. Após a renúncia, o presidente da câmara declarou recesso parlamentar de oito dias, mas atendendo à petição da oposição, o supremo tribunal determinou o retorno imediato dos parlamentares para eleição de novo primeiro-ministro. Em 23 de março de 2013, Moana Carcasses, antigo ministro das finanças e líder do partido verde, foi eleito com 34 votos no parlamento como novo primeiro-ministro de Vanuatu, porém seu mandato perdurou por pouco mais de um ano até ser derrubado por uma moção de desconfiança em maio de 2014. Após a queda de Carcasses, o Parlamento aprovou a candidatura, única, de Joe Natuman à posição de Primeiro-Ministro.

Em setembro de 2014, Baldwin Lonsdale foi eleito o Presidente de Vanuatu em uma eleição indireta por um colégio eleitoral formado por membros do parlamento e

governadores de províncias. Seu primeiro discurso como Presidente ressaltou a importância da província de Torba. Manifestou que sua prioridade era respeitar a Constituição do país.

Em julho de 2017, o pastor Tallis Obed Moses foi escolhido presidente do país por um Colégio Eleitoral, sucedendo Baldwin Lonsdale, que faleceu no cargo.

A pauta da Sessão Especial do Parlamento, realizada em 11 de junho de 2018, foi a retirada do Projeto da Constituição (Sétima Emenda) Act No. de 2016. O tema subjacente de intenções do governo que são captadas no contexto de referências do Comitê (que representa diferentes interesses do parlamento e representantes da sociedade civil) foca, principalmente, nas experiências que Vanuatu enfrentou no passado com uma instabilidade política e o desejo dos governos posteriores de acabar com o que havia gerado, predominantemente, um efeito negativo no desenvolvimento do país.

Por isso, as Emendas Constitucionais destacaram seis temas identificados pelo governo no seu empenho para endereçar a própria instabilidade que resultou com que essas Emendas Constitucionais fossem ao parlamento: permitir que a legislação de partidos políticos passe pelo Parlamento; controlar de maneira mais rígida as moções de censura do primeiro ministro; locutor independente; auditor general mais independente; estender a vida do Parlamento; e a não-estabilidades de correspondentes alterações.

O grupo da oposição no Parlamento apoiou a lei do governo sobre o Tratado das Nações Unidas sobre a Proibição de Armas Nucleares (Ratificação) Act No. de 2018, quando a lei foi introduzida pelo Ministro de Relações Exteriores, Ralph Regenvanu no dia 4 de junho de 2018. O Tratado das Nações Unidas é o primeiro acordo multilateral de desarmamento nuclear que foi concluído em mais de 20 anos. Foram 122 nações que votaram a favor do Tratado. Vanuatu está entre os primeiros países a assinar o tratado em 2017 durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, disse o Ministro Regenvanu em suas notas explicativas no parlamento.

Segundo o Ministro o tratado quer estigmatizar o uso de armas nucleares para servir de catalisador para a eliminação total dessas armas. Por enquanto o tratado ainda não está em plena força, pois é necessário que ao menos 50 países ratifiquem ou acedam ao tratado, disse o Ministro. Reiterou ainda que Vanuatu deve abordar a total eliminação desse tipo de arma, por meio da ratificação do tratado. O país já havia demonstrado sua oposição às armas nucleares nos últimos anos através de protestos contra o teste nuclear em Atol Moruroa feito pela França.

Em março de 2020, foram realizadas eleições gerais em Vanuatu. A maioria dos votos ficou com o Leaders Party of Vanuatu. Em segundo lugar, ficou o Vanua'aku Pati, que conseguiu alçar Bob Laughman a Primeiro-Ministro.

Situação dos direitos humanos

Não se observa significativa discriminação étnica na sociedade vanuatense e há boa garantia das liberdades de movimento, associação, crença, opinião e de imprensa. Vanuatu apresenta um dos menores índices de população abaixo do nível de pobreza dos países do Pacífico, cerca de 12,7%. Vanuatu é signatário de cinco dos nove

principais acordos de direitos humanos, incluindo a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW) e a Convenção sobre o Direito das Crianças (CRC).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1906	França e Reino Unido assumem conjuntamente a administração de Vanuatu
1980	Independência, Vanuatu torna-se membro tanto da Commonwealth Britânica quanto da Francophonie Francesa
1996	Tentativa de golpe por grupo paramilitar fracassa

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1986	Abertura de relações diplomáticas
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Vanuatu
2012	Primeiro-Ministro Sato Kilman visita Brasil durante Rio+20
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Vanuatu; Celebração do acordo de cooperação técnica.
2019	Intercâmbio de votos no âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO)
2019	Visita do Professor Rodrigo More, candidato brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM).

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu	29/08/2013	29/03/2018

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

VANUATU

Balança Comercial com o Brasil e com o mundo

Maio de 2018

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	2.230	17.190	19.261	2.351	4.025	15.832	22.465	101.901	284.200	220.166	197.608	165.934	145.801	47.467	221.191	77.357	0	176.412
Exportações brasileiras (X)	2.230	930	1.765	2.351	0	4.025	12.471	22.465	101.901	5.700	129.605	185.628	164.959	145.761	36.643	220.889	74.477	176.196
Importações brasileiras (M)	0	16.260	17.496	0	0	3.361	0	0	278.500	90.561	11.980	975	40	10.824	302	2.880	268	216
Saldo (X-M)	2.230	-15.330	-15.731	2.351	4.025	9.110	22.465	101.901	-272.80	39.044	173.648	163.984	145.721	25.819	220.587	71.597	0	175.980

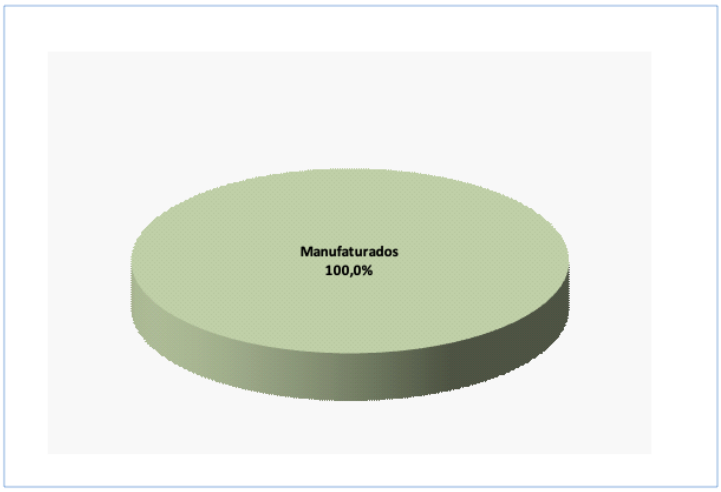
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	3.873	0	3.873	3.873
2018 (jan-mar)	0	0	0	0

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações

Importações



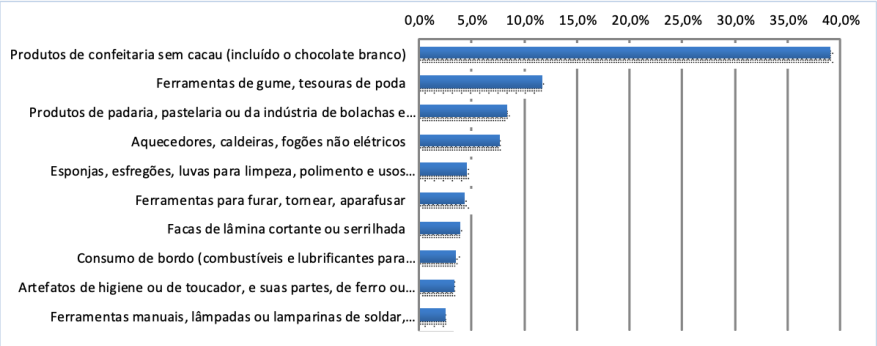
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Vanuatu (SH4)
US$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o chocolate branco)	32.826	14,9%	28.181	37,8%	68.743	39,0%
Ferramentas de gume, tesouras de poda	20.618	9,3%	4.908	6,6%	20.584	11,7%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	569	0,3%	502	0,7%	14.620	8,3%
Aquecedores, caldeiras, fogões não elétricos	0	0,0%	11.600	15,6%	13.590	7,7%
Esponjas, esfregões, luvas para limpeza, polimento e usos semelhantes, de alumínio	5.898	2,7%	2.938	3,9%	8.084	4,6%
Ferramentas para furar, tornear, aparafusar	0	0,0%	0	0,0%	7.658	4,3%
Facas de lâmina cortante ou serrilhada	4.584	2,1%	0	0,0%	6.779	3,8%
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	2.048	0,9%	7.899	10,6%	6.086	3,5%
Artefatos de higiene ou de toucador, e suas partes, de ferro ou aço	2.340	1,1%	8.658	11,6%	5.832	3,3%
Ferramentas manuais, lâmpadas ou lamparinas de soldar, tornos de apertar	1.555	0,7%	561	0,8%	4.458	2,5%
Subtotal	**70.438**	**31,9%**	**65.247**	**87,6%**	**156.434**	**88,8%**
Outros	**150.451**	**68,1%**	**9.230**	**12,4%**	**19.762**	**11,2%**
Total	**220.889**	**100,0%**	**74.477**	**100,0%**	**176.196**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

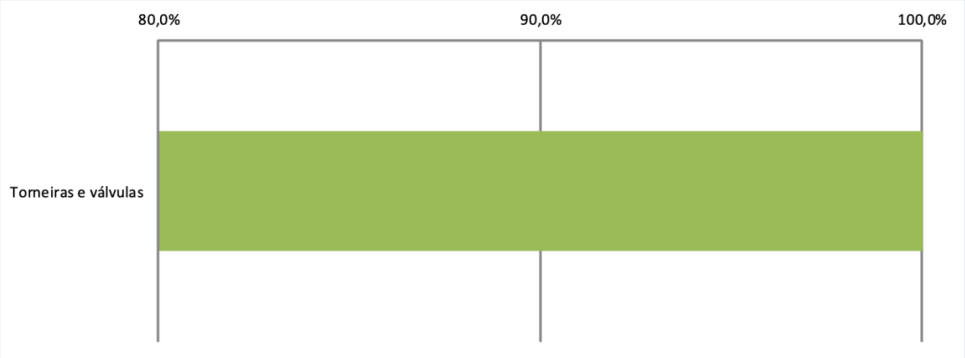


Composição das importações brasileiras originárias de Vanuatu (SH4)
US$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Torneiras e válvulas	0	0,0%	0	0,0%	216	100,0%
Parafusos e artefatos semelhantes de ferro ou aço	0	0,0%	205	76,5%	0	0,0%
Obras de borracha vulcanizada não endurecida	0	0,0%	63	23,5%	0	0,0%
Serviços de mesa e artigos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, de plástico	2.880	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	**2.880**	**100,0%**	**268**	**100,0%**	**216**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**2.880**	**100,0%**	**268**	**100,0%**	**216**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

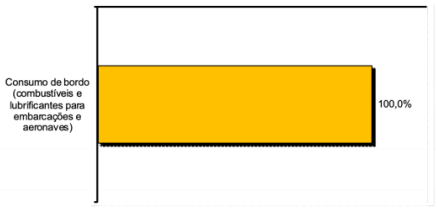
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



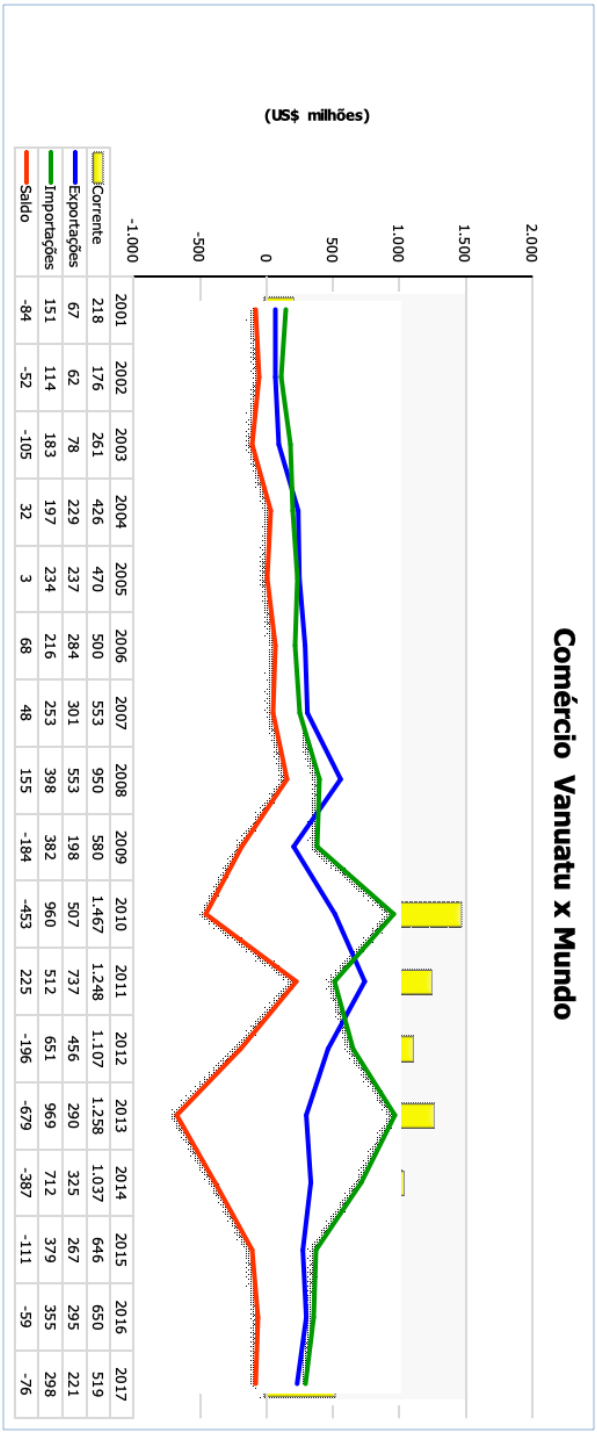
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	3.873	100,0%	0	100,0%
Subtotal	**3.873**	**100,0%**	**0**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**3.873**	**100,0%**	**0**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2017



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	218	176	261	426	470	500	553	950	580	1.467	1.248	1.107	1.258	1.037	646	650	519
Exportações	67	62	78	229	237	284	301	553	198	507	737	456	290	325	267	295	221
Importações	151	114	183	197	234	216	253	398	382	960	512	651	969	712	379	355	298
Saldo	-84	-52	-105	32	3	68	48	155	-184	-453	225	-196	-679	-387	-111	-59	-76

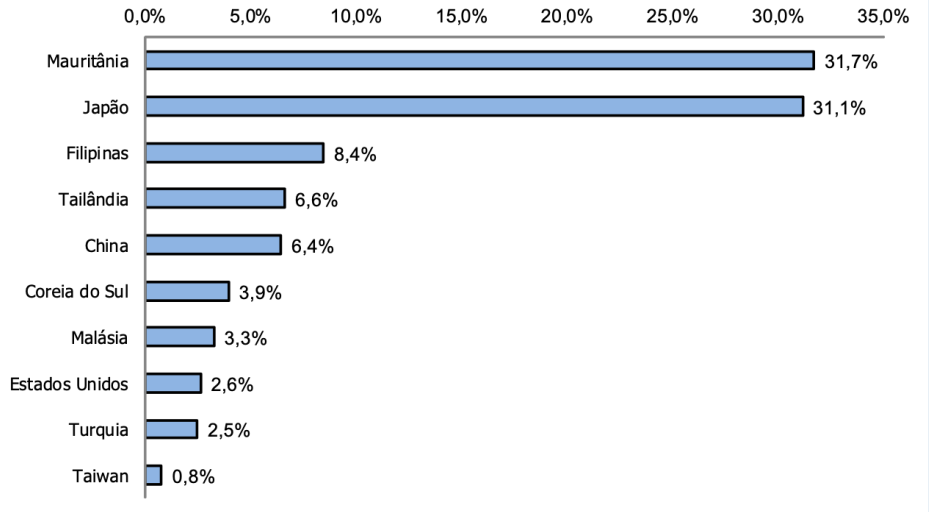
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações de Vanuatu
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Mauritânia	70	31,7%
Japão	69	31,1%
Filipinas	19	8,4%
Tailândia	15	6,6%
China	14	6,4%
Coreia do Sul	9	3,9%
Malásia	7	3,3%
Estados Unidos	6	2,6%
Turquia	5	2,5%
Taiwan	2	0,8%
...		
Brasil (13º lugar)	**0**	0,0%
Subtotal	**216**	**97,4%**
Outros países	**6**	**2,6%**
Total	**221**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

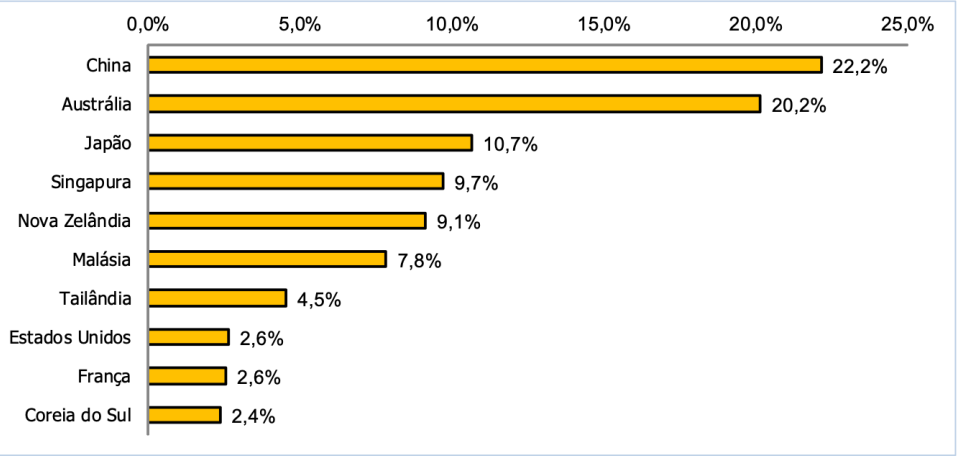


Principais origens das importações de Vanuatu
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
China	66	22,2%
Austrália	60	20,2%
Japão	32	10,7%
Singapura	29	9,7%
Nova Zelândia	27	9,1%
Malásia	23	7,8%
Tailândia	14	4,5%
Estados Unidos	8	2,6%
França	8	2,6%
Coreia do Sul	7	2,4%
...		
Brasil (28º lugar)	0	0,1%
Subtotal	**274**	**91,9%**
Outros países	**24**	**8,1%**
Total	**298**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



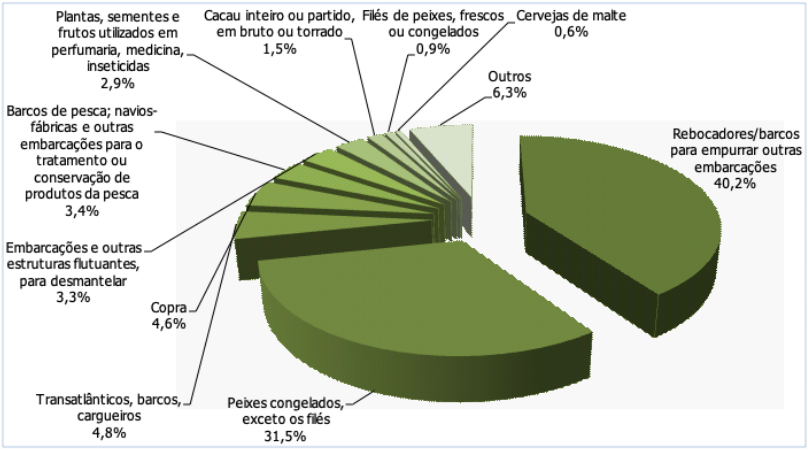
Composição das exportações de Vanuatu (SH4)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2016(1)	Part.% no total
Rebocadores/barcos para empurrar outras embarcações	119	40,2%
Peixes congelados, exceto os filés	93	31,5%
Transatlânticos, barcos, cargueiros	14	4,8%
Copra	14	4,6%
Barcos de pesca; navios-fábricas e outras embarcações para o tratamento ou conservação de produtos da pesca	10	3,4%
Embarcações e outras estruturas flutuantes, para desmantelar	10	3,3%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	9	2,9%
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	5	1,5%
Filés de peixes, frescos ou congelados	3	0,9%
Cervejas de malte	2	0,6%
Subtotal	**277**	**93,7%**
Outros	**18**	**6,3%**
Total	**295**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

(1) Última posição disponível em maio/2018.



Composição das importações de Vanuatu (SH2)
US$ milhões

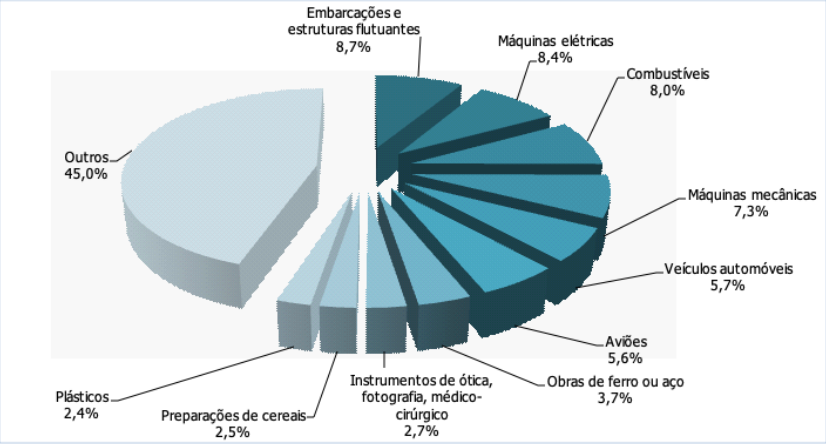
Grupos de produtos	2016(1)	Part.% no total
Embarcações e estruturas flutuantes	31	8,7%
Máquinas elétricas	30	8,4%
Combustíveis	28	8,0%
Máquinas mecânicas	26	7,3%
Veículos automóveis	20	5,7%
Aviões	20	5,6%
Obras de ferro ou aço	13	3,7%
Instrumentos de ótica, fotografia, médico-cirúrgico	10	2,7%
Preparações de cereais	9	2,5%
Plásticos	8	2,4%
Subtotal	**195**	**55,0%**
Outros	**160**	**45,0%**
Total	**355**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

(1) Última posição disponível em maio/2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Vanuatu

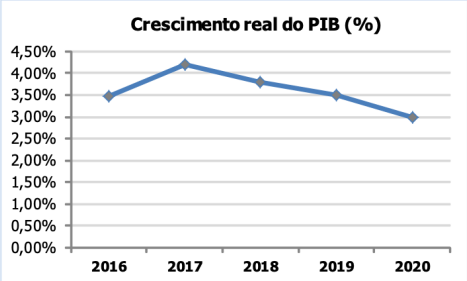
Indicador	2016	2017	2018[1]	2019[1]	2020[1]
Crescimento real do PIB (%)	3,47%	4,20%	3,80%	3,50%	3,00%
PIB nominal (US$ milhões)	798	870	957	1.024	1.090
PIB nominal "per capita" (US$)	2.905	3.094	3.328	3.480	3.621
PIB PPP (US$ milhões)	726	770	817	864	908
PIB PPP "per capita" (US$)	2.642	2.739	2.843	2.938	3.017
População (mil habitantes)	275	281	288	294	301
Inflação (%)[2]	2,14%	3,80%	4,57%	3,42%	2,97%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,06%	-9,00%	-9,15%	-8,62%	-7,95%
Dívida externa (US$ bilhões)	213,40	201,30	198,40	193,90	n.d.
Câmbio (Vt / US$)[2]	108,48	107,74	108,51	109,52	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			27,0%		
Indústria			9,1%		
Serviços			63,9%		

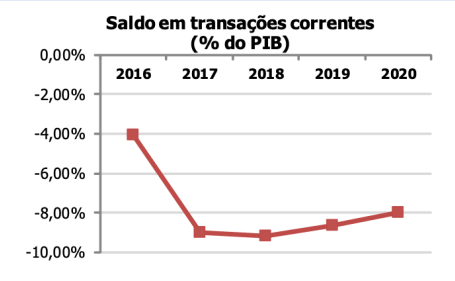
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

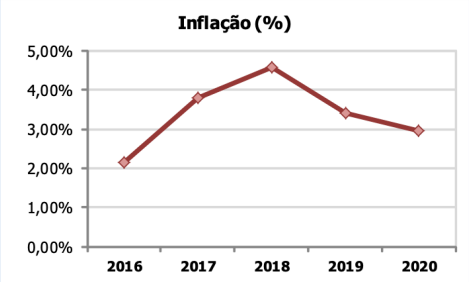
(n.d.) Dado não disponível.

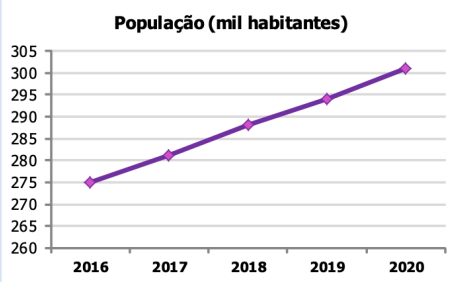
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



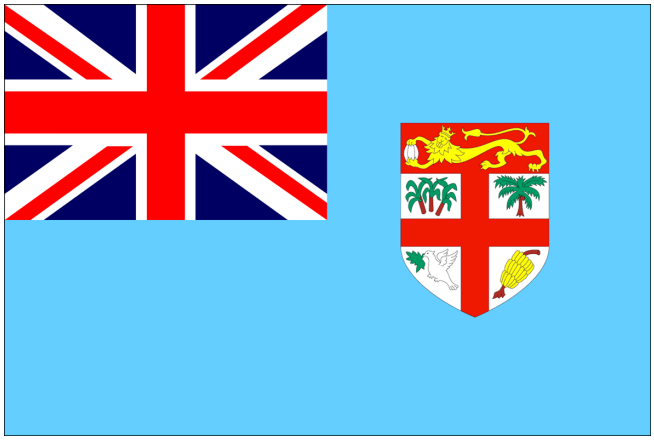






MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ILHAS FIJI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Agosto de 2020

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República das Ilhas Fiji
ADJETIVO GENTÍLICO	Fijiano
CAPITAL	Suva (llha Viti Levu)
DATA NACIONAL	10/10 – Dia de Fiji
ÁREA	18.274 Km² (332 ilhas)
POPULAÇÃO (2019)	935 mil habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e Fijiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Metodista (34,6%), Hinduísmo (27,9%), Catolicismo (9,1%), Islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente George Konrote (desde novembro de 2015)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Josaia Voreqe Bainimarama (desde janeiro de 2007, reeleito em 2018)
CHANCELER	Primeiro-Ministro Josaia Voreqe Bainimarama (desde setembro de 2016)
PIB NOMINAL (2017)[1]	US$ 5,08 bilhões
PIB PPP (2017)[1]	US$ 8,65 bilhões
PIB NOMINAL *per capita* (2017)[1]	US$ 5.740
PIB PPP *per capita* (2017)[1]	US$ 9.777
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017)[1]	3,8%
IDH (2016)[2]	0,727 (90º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) [3]	73,7
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2019) [3]	99,1
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019) [3]	15,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar Fijiano
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	Sérgio Eduardo Moreira Lima

EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há (a Embaixada de Fiji em Brasília encerrou suas atividades em Brasília em maio de 2019)

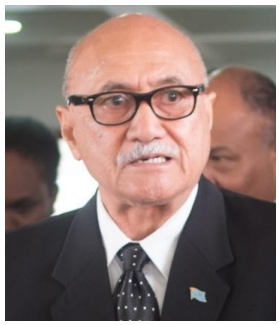
(1) Elaborado por MRE/DPR/MDIC, com base em dados do FMI, os dados mais recentes disponíveis são de 2017.
(2) PNUD
(3) Dado do CIA World Factbook (2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares FOB) - *Fonte: Comextat.mdic.gov.br*

BRASIL⇒ FIJI	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2019**	**2020 (jan/jul)**
Intercâmbio	1.360	659	616	1.021	1.079	1.038	1.163	1.251	1.200	600
Exportações	1.345	649	585	1.012	979	1.032	1.071	1.187	1.100	500
Importações	15,5	9,8	31	9	100,5	6,3	92,5	63,9	100	100
Saldo	1.329	639	554	1.003	878	1.026	978	1.123	1.000	400

Perfis Biográficos

George Konrote
Presidente



Jioji Konousi Konrote, mais conhecido como George Konrote, nasceu em 26 de dezembro de 1947. É presidente de Fiji desde 2015.

Konrote é general reformado do exército fijiano. Após comandar tropa auxiliar em missão de paz no Líbano, Konrote serviu como alto comissário de Fiji para a Austrália de 2001 a 2006, como ministro de estado pela imigração em 2006 e como Ministro do Trabalho, Produtividade e Relações Industriais, de 2014 e 2015. É o primeiro presidente a ser eleito pelo Parlamento – anteriormente, os presidentes eram escolhidos pelo Grande Conselho de Chefes.

Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama
Primeiro-Ministro
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional

O Comodoro Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama nasceu em 1954, em Kiuva, Fiji. Alistou-se na Marinha fijiana em 1975, ascendendo na carreira sem maiores entraves. Serviu na América do Sul, na Nova Zelândia e nos Estados Unidos, além de ter tomado parte na Missão de Paz das Nações Unidas no Sinai, entre 1986 e 1987. Foi nomeado Chefe do Estado Maior em 1997.

Foi personagem-chave na crise política de 2000, quando assumiu a presidência do país por alguns dias, como chefe do governo militar interino, até a formação de um novo governo civil. Sua relação com outros integrantes do novo governo deteriorou-se gradativamente, tendo sido cogitada sua deposição em 2006, quando Bainimarama se encontrava em missão no exterior. Só não foi deposto por conta da hesitação de seu substituto interino.

Ao voltar ao país, desfez o governo, assumindo o poder com o título de primeiro-ministro interino e prometendo a realização de eleições em 2010. Retrocedeu em sua promessa sob a justificativa de as reformas necessárias para o retorno à democracia não tinham sido atingidas e postergou as eleições.

Finalmente, nas eleições realizadas em setembro de 2014, seu partido, Fiji First, foi vitorioso e ele foi reconduzido ao cargo de primeiro-ministro. Foi reeleito em novembro de 2018, na segunda eleição geral no país desde a redemocratização.

RELAÇÕES BILATERAIS

No primeiro semestre de 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho conduziu a primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Fiji. Pouco tempo depois o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República das Ilhas Fiji em 16 de fevereiro de 2006.

O governo de Fiji anunciou, em julho de 2008, decisão de abrir embaixada residente em Brasília. Em seguida, o então ministro interino das Indústrias Primárias, Joketani Cokanasiga, fez a primeira visita de autoridade fijiana ao Brasil, em outubro de 2008. O Decreto nº 7.207, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra. Em março de 2011, o Dr. José Graziano da Silva, candidato brasileiro ao cargo de diretor-geral da Organização da Alimentação e Agricultura, visitou Suva. Na ocasião, encontrou-se com o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Ratu Inoke Kubuabola e com o secretário permanente para a Agricultura, Mason Smith.

Em maio de 2011, o então secretário-permanente da Chancelaria fijiana, senhor Solo Mara, chefiou missão ao Brasil com o principal objetivo de tratar, junto ao cerimonial do Itamaraty, das providências relacionadas à abertura da missão residente em Brasília. O senhor Mara apontou a decisão da abertura da Embaixada em Brasília como prova do empenho de seu governo em estreitar o relacionamento bilateral. Foi a primeira missão fijiana na América Latina, tendo o Brasil foi escolhido em razão do reconhecimento da crescente importância e do papel de liderança que o País tem exercido na promoção das relações sul-sul.

Em julho de 2011, o governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agrément* à indicação de Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011, o primeiro-ministro Voreqe Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a embaixada de Fiji. Durante sua visita, ele foi recebido pelo ministro da Agricultura e pelo secretário-geral do Itamaraty. O MRE esteve representado na cerimônia de abertura da embaixada pela embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, então subsecretária-geral Política II. O embaixador Cama Tuiloma entregou suas cartas credenciais à então Presidente Dilma Rousseff em fevereiro de 2012.

Durante o período de Cama Tuiloma à frente da embaixada em Brasília, Fiji apoiou as diversas candidaturas apresentadas ao Brasil, como na OMC e FAO, bem como as posições brasileiras em fóruns internacionais relativas.

Durante a Rio+20, em junho de 2012, o primeiro-ministro Voreqe Bainimarama visitou o Brasil novamente, porém não manteve encontro com nenhuma autoridade brasileira durante sua estadia no Rio de Janeiro.

Ainda em junho de 2012, o então embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Antônio Corrêa Barbosa, esteve em Fiji para apresentar cartas credenciais como embaixador não residente. Durante a visita, manteve encontro com o então presidente de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, e com o então chanceler Ratu Inoke Kubuabola. Em março de 2013, a embaixadora Fontenele Reis esteve em Fiji para realizar gestões em

favor da candidatura do embaixador Roberto Azevêdo a diretor-geral da Organização Mundial do Comércio e manteve encontro com o então secretário-permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Amena Yauvoli (o então ministro Ratu Inoke Kubuabola estava em licença médica), além de encontrar-se com outros ministros do gabinete fijiano.

Cooperação técnica é o principal interesse de Fiji junto ao Brasil, razão primeira do estabelecimento da embaixada deles em Brasília. Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca e as autoridades fijianas consideraram que o Brasil poderia ser um parceiro importante para ajudar na modernização da agricultura daquele país, permitindo o desenvolvimento de indústrias agrícolas sustentáveis para atender ao mercado interno e aos potenciais de exportação. Atualmente, o acordo encontra-se pendente de aprovação no Ministério da Fazenda.

Em março e abril de 2014, foi desenvolvida a atividade "Treinamento em Produção e Processamento de Mandioca e Fruteiras Tropicais com vistas à Segurança Alimentar". Em fevereiro de 2016, Fiji novamente manifestou expectativa de beneficiar-se da cooperação brasileira para a produção de etanol, dada a queda recente do preço do açúcar. O estado tem monopólio da produção nas quatro ilhas produtoras, por meio da companhia Fiji Sugar Corporation, e produziu mais de dois milhões de toneladas de açúcar em 2015.

O então presidente da República das Ilhas Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, realizou visita ao Brasil em junho de 2014, ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras. Manteve encontro com o então ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim, com o secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, e com o comandante da Força Aérea Brasileira. No mês seguinte, foi assinado memorando de entendimento político (em vigor).

Em agosto de 2016, o primeiro-ministro de Fiji, Josaia Voreqe Bainimarama, visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Fiji ganhou sua primeira medalha olímpica da história no Rio, ouro na modalidade *rugby sevens* masculino.

Em maio de 2017, assinou-se um acordo de isenção de vistos (em vigor) e deu-se início às negociações de acordo de trabalho para dependentes do pessoal diplomático, cuja assinatura só está pendente em decorrência da cláusula de entrada em vigor, que teve de sofrer alteração em razão da promulgação da nova Lei de Imigração. Fiji aguarda resposta do lado brasileiro sobre possíveis memorandos de entendimento nas áreas de esporte, educação e cultura.

Em junho de 2017, o embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Jr. realizou visita oficial a Suva para entregar cartas credenciais ao chefe de Estado e presidente fijiano, Jioji Konusi Konrote. Durante sua estada no país insular, o embaixador Manuel Innocencio manteve outros encontros com autoridades locais.

Em maio de 2018, o embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Jr. recebeu o Alto Comissário de Fiji em Camberra, Sr. Yogesh Punja, que apresentou minuta de Memorando de Entendimento em Cooperação Técnica na Área de Agricultura entre o Brasil e Fiji. A minuta menciona a importância para o seu país de

eventual assinatura do instrumento e prevê como objetivo a promoção do conhecimento em agricultura sustentável, ciências agrícolas e tecnologia, no contexto de redução da pobreza e de segurança alimentar.

O então subsecretário-geral da Ásia e do Pacífico, embaixador Henrique Sardinha, recebeu, em agosto de 2018, o embaixador de Fiji, Cama Tuiloma, que veio entregar nota verbal solicitando o apoio brasileiro ao pleito fijiano por vaga no Conselho de Direitos Humanos para o mandato 2019-2021. O Brasil, ao final, ofereceu apoio ao país nas referidas eleições, assim como aos outros quatro candidatos que apresentaram candidaturas para as vagas do grupo Ásia-Pacífico (Bangladesh, Bahrein, Filipinas e Índia).

Recebeu-se nota verbal do Alto Comissariado da República de Fiji dando conta da realização de eleições gerais no país em novembro de 2018 e convidando o Governo brasileiro a designar observadores para integrar o "Multinational Observer Group" (MOG).

O professor Rodrigo More, candidato brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), realizou visita à Austrália, Ilhas Fiji, Samoa, Tonga e Vanuatu, em setembro de 2019, no contexto de sua campanha para a eleição ao Tribunal.

Fechamento da Embaixada de Fiji em Brasília

Por meio de Nota Verbal de 10 de maio de 2019, encaminhada para a Embaixada do Brasil em Camberra, o Alto Comissariado da República de Fiji na Austrália informou sobre a decisão de desativar a Embaixada de Fiji em Brasília, a partir de 28 de junho de 2019. A mesma nota informou que a Embaixada de Fiji em Washington assume, a partir dessa data, a interlocução diplomática, comercial e de cooperação com o Brasil e os demais países da América do Sul, com o apoio dos Consulados Honorários de Fiji em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Recorda-se que a missão diplomática de Fiji em Brasília, a primeira na América Latina, foi estabelecida em junho de 2008. O Embaixador fijiano Cama Tuiqilaqila Tuiloma chefiou a representação por mais de 7 anos, de junho de 2011 a dezembro de 2018. Ao despedir-se em 2018, demonstrara incerteza sobre a designação de um novo Embaixador para o Brasil. Desde então, a Encarregatura de Negócios foi desempenhada pela Conselheira Sinate Mualaulau, que também adiantou a diplomatas brasileiros a possibilidade de fechamento da Embaixada, em razão da inexistência de cidadãos fijianos oficialmente radicados no Brasil e do elevado custo financeiro da manutenção de estrutura física nesta capital.

Outro fator que pôde ter desestimulado a continuidade das atividades da Embaixada de Fiji em Brasília, além dos elevados custos financeiro-administrativos, teria sido a não abertura de Embaixada brasileira residente em Suva, cuja reciprocidade era esperada pelas autoridades fijianas. Por ocasião da entrega de cartas credenciais em Suva do Embaixador brasileiro na Austrália, realizada em 26 de março de 2019, o Secretário Permanente da Chancelaria fijiana mencionou o anseio pela reciprocidade diplomática brasileira, sem adiantar, contudo, a perspectiva de fechamento da missão em Brasília.

Visitas

A visita à Brasília, em dezembro de 2018, do secretário permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Fiji, embaixador Ioane Naivalurua, constituiu importante oportunidade para repassar a agenda de relações bilaterais e identificar áreas em que a cooperação bilateral possa ser desenvolvida de maneira prioritária.

Missão da Câmara de Comércio do Mercosul-ASEAN (MACC), composta por cerca de 10 empresários, visitou, entre 10 a 28 de junho de 2019, a Austrália, Fiji e Vanuatu. Em Fiji e Vanuatu, a missão manteve importantes encontros com repercussão política e midiática. Em Suva, a delegação foi recebida pelo Primeiro-Ministro, pelo chanceler e membros do Parlamento fijiano. Em Vanuatu, manteve encontro com os Vice-Ministros das Relações Exteriores, da Educação e dos Esportes.

A missão do Mercosul pôde identificar oportunidades em três setores: i) Turismo e Cooperação Acadêmica e Esportiva; ii) Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária em geral, com o foco no cultivo de cana-de-açúcar em Fiji (avaliando-se a possibilidade de propor a outros países e regiões provedores de cooperação na região, como por exemplo Austrália, França, Espanha, União Europeia, Índia, Nova Zelândia, um esquema de cooperação triangular); e iii) Manufaturas de origem agrícola (alimentos orgânicos) e de origem industrial (cosméticos e têxteis). Esses são nichos com potencial de crescimento em Fiji, devido ao desenvolvimento do turismo nesses países. Além disso, as empresas do MERCOSUL que tiveram interesse puderam analisar a opção de se associar com contrapartes de Fiji (turismo e hotelaria) e a exportação a terceiros mercados com quem as duas ilhas possuem acordos de livre comércio (Austrália, Nova Zelândia e União Europeia).

Comércio bilateral

Entre janeiro e julho de 2020, o comércio somou USD 600 mil (exportações de USD 500 mil e importações USD 100 mil, com saldo para o Brasil de USD 400 mil). Nesse período, os principais produtos exportados pelo Brasil a Fiji foram café torrado (18%), calçados (18), fios de ferro e aço (17%), máquinas agrícolas (7,4%), sucos de frutas e cereais (6,1%), cereais e farinhas (4,6%). As importações brasileiras de Fiji foram centradas em materiais de escritório e papelaria (95%).

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há cidadãos brasileiros trabalhando nas indústrias do turismo e no setor primário.

Em 2016, Fiji indicou cônsules honorários em São Paulo e no Rio de Janeiro. O governo brasileiro concedeu anuência à designação de Elizeu Machado de Lima como cônsul honorário em São Paulo e de Dorival Correia Bruni como cônsul honorário no Rio de Janeiro. Em maio de 2018, Ruy Flaks Schneider sucedeu Dorival Bruni como cônsul honorário no Rio de Janeiro. Em dezembro de 2018, foi instaurada repartição consular honorária brasileira em Suva, sob a gestão do empresário Mohamed Nouzab Fareed, CEO de uma das maiores holdings do país, a “Fijian Holdings Ltd”.

Durante a crise consular do coronavírus, dois nacionais brasileiros ficaram retidos em Fiji, diante do encerramento dos voos em abril de 2020. Apesar do pedido de repatriação, lograram retornar ao Brasil por meios próprios.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Fiji.

POLÍTICA INTERNA

Quando da sua independência, em 1970, as Ilhas Fiji – que eram Protetorado britânico desde 1874 – adotaram o modelo inglês de democracia constitucional como forma de governo. Fiji tem um parlamento bicameral, formado por um Senado nomeado, uma Câmara dos Deputados eleita e um Gabinete presidido pelo Primeiro-Ministro. Há também um Conselho de Chefes Tribais (Bose Levu Vakaturaga), o qual se reúne ao menos uma vez ao ano para discutir questões de interesse da população. O Conselho tem a atribuição de nomear o Presidente de Fiji.

A câmara alta, que é o Senado, funciona apenas como instância de revisão e é composta por 32 senadores, 14 indicados pelo Conselho de Chefes, 9 pelo Primeiro-Ministro, 8 pelo líder da oposição e 1 pelo Conselho de Rotuma, um território dependente de Fiji. Todos são empossados pelo Presidente. A câmara baixa, Câmara dos Deputados, concentra a maior parte do poder legislativo, é composta por 71 membros eleitos para mandatos de 5 anos, 25 eleitos por sufrágio universal e os demais 46 eleitos de maneira reservada pelas comunidades étnicas fijianas. No processo de reformulação constitucional ora em curso essa divisão étnica da Câmara dos Deputados é bastante criticada.

Em 5 de dezembro de 2006, sob pretexto de acabar com a corrupção, o Comandante das Forças Militares de Fiji, Comodoro Frank Bainimarama, derrubou o governo constitucionalmente eleito e assumiu como novo "Primeiro-Ministro interino nomeado pelo Presidente". Essa mudança de governo foi condenada imediatamente pela comunidade internacional. Os governos da Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos e Reino Unido anunciaram várias sanções até que fosse restabelecida a normalidade democrática.

O Fórum das Ilhas do Pacífico, organização regional que congrega todos os países soberanos da Oceania, acompanha com atenção a situação em Fiji e tem, desde 2006, exortado o país a retornar ao regime democrático. Ao final da 42ª sessão do Fórum das Ilhas do Pacífico realizada em Auckland, em setembro de 2011, a decisão de manter o afastamento de Fiji enquanto não fosse restaurada a normalidade constitucional foi tomada por unanimidade. Em maio de 2012 delegação do grupo ministerial do Fórum, liderada pelos chanceleres da Austrália e da Nova Zelândia, realizou visita a Fiji para acompanhar o comprometimento do governo em realizar eleições gerais em 2014. Após impressão favorável auferida pelo grupo ministerial, e

tendo em vista o progresso dos trabalhos da Comissão Constitucional de Fiji, os países do Fórum concordaram em reduzir o peso das sanções sobre Fiji.

O otimismo quanto à perspectiva de retorno à democracia em Fiji que imperou durante o segundo semestre de 2012, entretanto, foi prontamente afastado no início de 2013. Em janeiro de 2013, o Presidente de Fiji realizou pronunciamento com fortes críticas ao projeto de nova Constituição e o Primeiro-Ministro e Comandante das Forças Armadas de Fiji, Comodoro Josaia Voreqe "Frank" Bainimarama, anunciou no mesmo dia que especialistas do governo iriam emendar o projeto constitucional entregue pela Comissão. O governo de Fiji também divulgou decreto sobre a criação de partidos que restringe a atividade política no país. As maiores resistências ao projeto vieram dos militares, que não estariam satisfeitos com a previsão de supremacia do poder civil.

Ainda assim, diante da manutenção das eleições programadas para 2014 e de novas sinalizações positivas ao longo de 2013 quanto à disposição do governo interino de garantir o retorno à ordem democrática, a Austrália e a Nova Zelândia suspenderam boa parte das sanções sobre Fiji.

Finalmente, em setembro de 2014 foram realizadas eleições gerais consideradas isentas pela equipe de observadores internacionais e copresidida por Austrália e Fiji. O Brasil foi convidado a enviar observador para as eleições e a Ministra Luciana Christina Guimarães Rossi foi designada pelo Tribunal Superior Eleitoral para compor a missão internacional. Com o êxito do processo eleitoral, em outubro de 2014 o Fórum das Ilhas do Pacífico retirou a suspensão de Fiji.

O pleito marcou a redemocratização de Fiji e abriu caminho para a normalização da inserção internacional do país. O Partido "Fiji First", liderado por Frank Bainimarama, obteve 59,20% dos votos e elegeu 32 dos 50 representantes do Parlamento. Ao longo dos últimos anos, Bainimarama tem procurado enfraquecer as divisões étnicas no país e o Partido "Fiji First" assumiu discurso nacionalista e de representação multiétnica. Os fijianos de origem indiana, que, de acordo com algumas estimativas, constituem cerca de 40% da população de 900 mil habitantes, tiveram, pela primeira vez, direito ao voto sem restrições.

Em novembro de 2018, ocorreram eleições gerais em Fiji, segundo pleito parlamentar no país desde o fim do regime militar do Comodoro Frank Bainamarama. Após a redemocratização, Bainamarama foi eleito primeiro-ministro, cargo que irá manter. Apesar de ter liderado a instauração do regime militar em 2006, é visto com empatia por significativa parcela dos fijianos, principalmente devido à estabilidade política e econômica vivida no país nos últimos anos. O governo de Bainamarama também estaria recebendo aprovação no que diz respeito à sua política externa ao buscar o diálogo com as nações insulares do Pacífico e com os maiores "players" da Ásia-Pacífico.

POLÍTICA EXTERNA

É notável o empenho de Fiji em exercer papel cada vez mais relevante no sistema internacional, assumindo a condição de líder dos países insulares do Pacífico. Foi, até junho de 2019, o único país da região com Embaixada residente no Brasil.

Fiji é membro das Nações Unidas, da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial, da Comunidade do Pacífico (SPC) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Mantém fortes laços políticos e de comércio com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu através do Melanesian Spearhead Group (MSG) e é um dos países ACP (África-Caribe-Pacífico), grupo associado à União Europeia.

O Melanesian Spearhead Group constitui iniciativa de integração econômica e concertação política entre os países membros (Fiji, Papua Mova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu). Seus objetivos incluem o estabelecimento de uma área de livre-comércio.

Contando com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do principal mecanismo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico.

O país tem contribuído em Missões de Paz da ONU e um número significativo de ex-militares serviu no Iraque após a invasão americana de 2003. Fiji faz parte da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), que reúne 43 países com desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

A atual política externa de Fiji segue dois desenvolvimentos paralelos: a normalização das relações com parceiros tradicionais e a diversificação dos laços internacionais do país. No primeiro plano, houve a retomada, em 2015, dos contatos militares de Fiji com a Austrália e a Nova Zelândia, interrompidos desde 2006. No segundo, nota-se maior assertividade da política externa de Fiji nos últimos anos, com a abertura de novas Embaixadas, entre as quais a representação no Brasil, a aproximação com a China, a Presidência do G-77 + China e a participação no Movimento dos Não Alinhados.

Os dois movimentos são complementares e Fiji deverá manter política externa ativa que visa a diversificação de seus parceiros externos, a defesa da multipolaridade, como também os esforços de reaproximação com a Austrália. Em alguns aspectos, no entanto, as duas vertentes não serão facilmente conciliáveis, como mostram as divergências entre Suva e Camberra em torno da arquitetura regional. O governo de FDIP em 2013, como contraponto às dificuldades nas relações com a Austrália e com a Nova Zelândia e à sua suspensão do FIP. Fiji reingressou no FIP após as eleições de 2014, mas o Primeiro-Ministro Josaia Voreqe Bainimara não compareceu à Cúpula do FIP em Port Moresby e tem mantido os esforços pelo fortalecimento da FDIP e por arquitetura regional mais independente da Austrália e da Nova Zelândia.

Em junho de 2016, a Assembleia Geral da ONU elegeu o Representante Permanente de Fiji junto às Nações Unidas, Embaixador Peter Thomson, ao cargo de Presidente da Assembleia Geral (PGA) para sua 71ª Sessão. Em seu breve discurso inaugural, agradeceu pela oportunidade de que um representante de uma pequena ilha pudesse assumir o cargo de PGA, o que – ressaltou – ocorria pela primeira vez na

história das Nações Unidas. Mencionou explicitamente dois temas aos quais daria especial ênfase durante sua presidência: a questão da mudança do clima e temas ligados aos oceanos ("issues related to oceans"). Sublinhou ainda o grande desafio da implementação dos ODS, para a qual seria necessário "transformar o sistema e superar as barreiras administrativas" nas Nações Unidas. Thomson deixou claro que suas prioridades para a 71ª Sessão da AGNU seriam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a mudança do clima. Afirmou seu compromisso em contribuir para a implementação de todos os 17 ODS – porém deu especial ênfase ao ODS 14, relativo aos oceanos.

Cumpre ressaltar que Fiji foi eleito para vaga no Conselho de Direitos Humanos do grupo Ásia-Pacífico, para o mandato 2019-21.

Fiji e a questão ambiental

Fiji tem se destacado como país ativista da causa ambiental, destacando-se entre seus pares no Forum das Ilhas do Pacífico no campo da governança, da liderança diplomática e da qualidade acadêmica. A proeminência de Fiji na agenda ambiental originou-se da devastação provocada, em fevereiro de 2016, pelo ciclone Winston, o maior jamais registrado no hemisfério sul, fortalecendo a legitimidade do pleito de Fiji na defesa dos interesses das ilhas do Pacífico sul. Em 2017, Fiji assumiu a presidência da COP 23 em Bonn.

Reaproximação com a Austrália

Entre 13 e 16 de setembro de 2019, Bainimarama realizou visita oficial à Austrália, em retribuição à visita do primeiro-ministro australiano Scott Morrison a Suva em janeiro do mesmo ano. Foi a primeira visita oficial de Bainimarama, chefe de governo desde 2006, ao país de Morrison.

Em Camberra, Morrison e Bainimarama firmaram declaração de parceria entre a Austrália e Fiji ("Vuvale Partnership"), estruturada em torno de cinco pilares fundamentais: fortalecimento das relações entre os dois povos ("people-to-people links"), aumento da cooperação na área de segurança, aprofundamento dos laços econômicos, ampliação da cooperação em torno de questões regionais e internacionais, e fomento de vínculos institucionais mais estreitos.

Os dois líderes evitaram divergências públicas e utilizaram retórica construtiva e otimista para tratar das relações bilaterais. Apesar disso, ficou clara a existência de diferenças entre os dois países, especialmente na área ambiental. Em palestra no "Australian War College" o mandatário fijiano afirmou esperar que os dois países encontrem mais pontos em comum na questão da mudança do clima, segundo ele "a maior ameaça à segurança do Pacífico", que já afeta "meu povo e outras populações da região". Em outras ocasiões, Bainimarama já havia criticado o que percebe como falta de empenho australiano em torno do tema.

Morrison realizou nova visita a Fiji em nos dias 11 e 12 de outubro de 2019, pela segunda vez naquele ano, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e reforçar a mensagem de que o Pacífico Sul é área prioritária para a política externa australiana. O fortalecimento dos laços bilaterais na área de defesa foi um dos principais

temas da visita. Morrison visitou as obras na base militar de "Black Rock Camp", destinadas a transformá-la em centro regional para treinamento de pessoal militar e policial, com foco em operações de paz e ações de assistência humanitária.

Também foi divulgado que Austrália e Fiji participariam, de forma conjunta, da Força de Observação e Separação da ONU nas colinas do Golã (UNDOF). Os dois países possuem tradição de participação em operações de paz da ONU – Fiji era então o segundo maior contribuinte de forças para a UNDOF, com cerca de 200 militares –, mas seria a primeira vez que os dois países participariam de missão de paz com um contingente militar integrado. Finalmente, Morrison anunciou medidas favoráveis ao aumento da exportação de *kava*, tradicional bebida da região, de Fiji para a Austrália.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os principais setores econômicos fijianos são: i) agricultura (destaque para o açúcar); ii) pesca; iii) produtos florestais, e iv) turismo. A economia local já conta sete anos de crescimento ininterrupto. Fiji pode ser considerado um "hub" do Pacífico, contando com boa infraestrutura de transporte e força de trabalho qualificada.

Com um PIB de US$ 5,08 bilhões (2017), Fiji é um dos países que mais se destaca economicamente na região do Pacífico, tendo registrado crescimento de 0,38% (2016) e 3,8% (2017). A passagem do ciclone "Winston" em 2016 reduziu o crescimento naquele ano. A recuperação econômica do ciclone ocorreu no duênio 2017-18, quando o país apresentou taxa de crescimento média de 3,5%.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1874	Ilhas Fiji tornam-se protetorado britânico
1970	Independência e proclamação de República parlamentarista
2006	Militares estabelecem governo provisório

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Fiji
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas
2011	Abertura de embaixada em Brasília e primeira visita do Primeiro-Ministro interino Bainimarama
2012	Segunda visita do Primeiro-Ministro interino Bainimarama, durante Rio+20.
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Fiji; Celebração do acordo de cooperação técnica
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau
2016	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bainimarama, durante os Jogos Olímpicos.

ATOS BILATERAIS

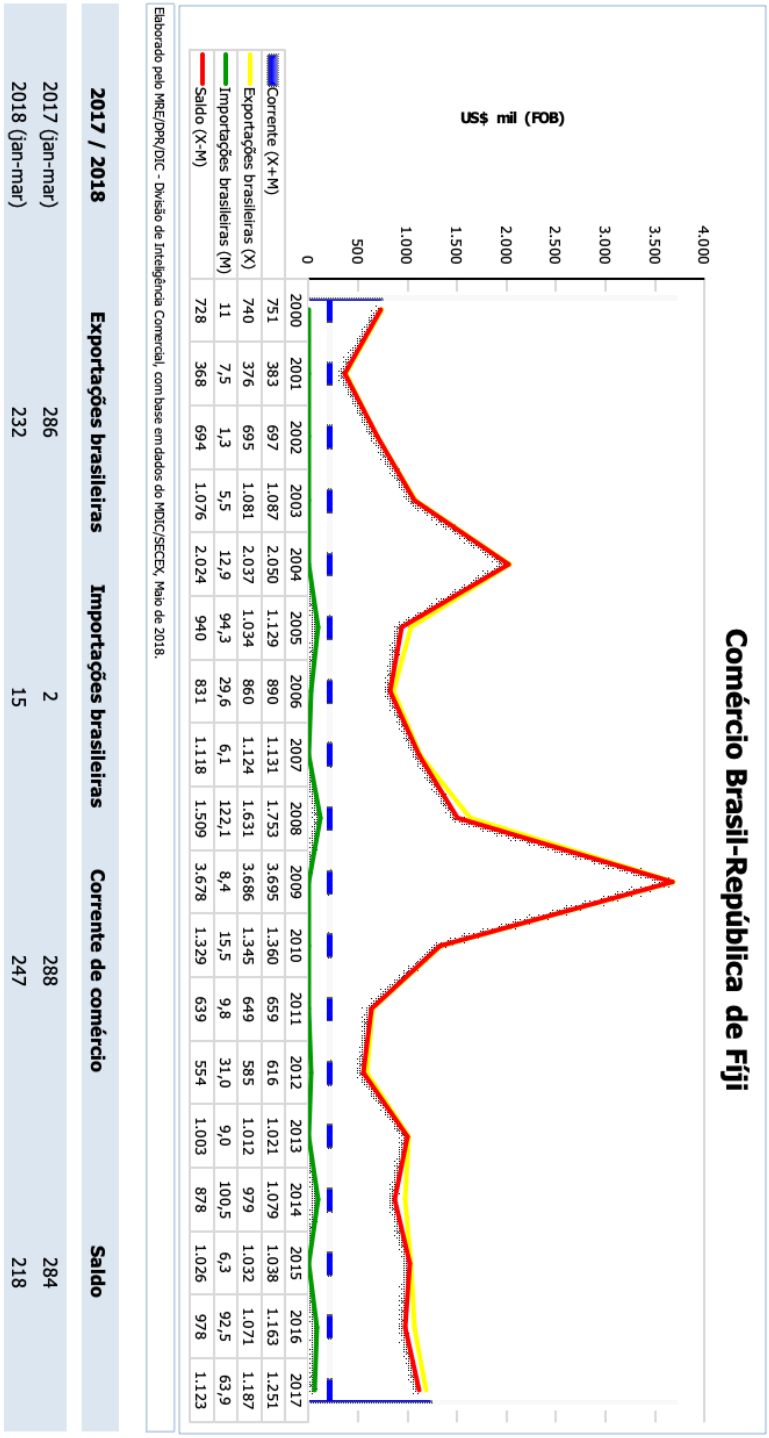
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013	
Memorando de entendimento de consultas políticas	11/07/2014	11/07/2014
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	30/05/2017	29/06/2017
Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	30/05/2017	29/06/2017

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

República de Fíji

Balança Comercial com o Brasil e com o mundo

Maio de 2018



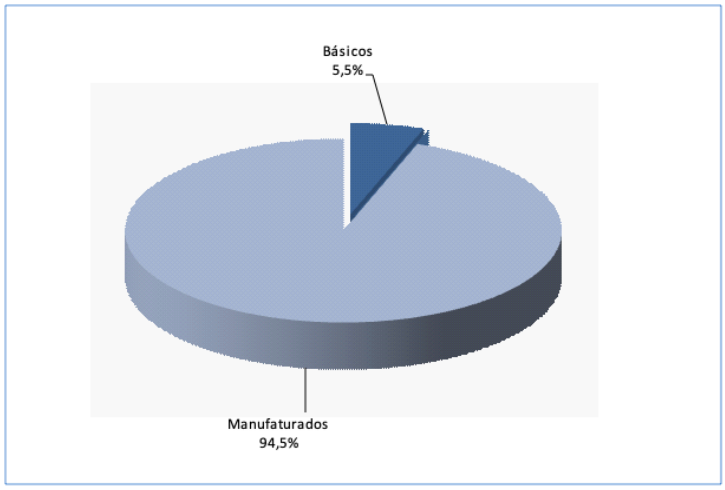
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	751	383	697	1.087	2.050	1.129	890	1.131	1.753	3.695	1.360	659	616	1.021	1.079	1.038	1.163	1.251
Exportações brasileiras (X)	740	376	695	1.081	2.037	1.034	860	1.124	1.631	3.686	1.345	649	585	1.012	979	1.032	1.071	1.187
Importações brasileiras (M)	11	7,5	1,3	5,5	12,9	94,3	29,6	6,1	122,1	8,4	15,5	9,8	31,0	9,0	100,5	6,3	92,5	63,9
Saldo (X-M)	728	368	694	1.076	2.024	940	831	1.118	1.509	3.678	1.329	639	554	1.003	878	1.026	978	1.123

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

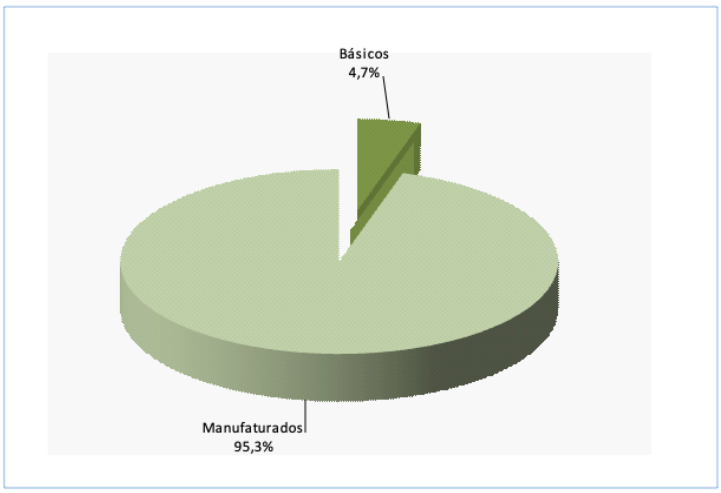
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	286	2	288	284
2018 (jan-mar)	232	15	247	218

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



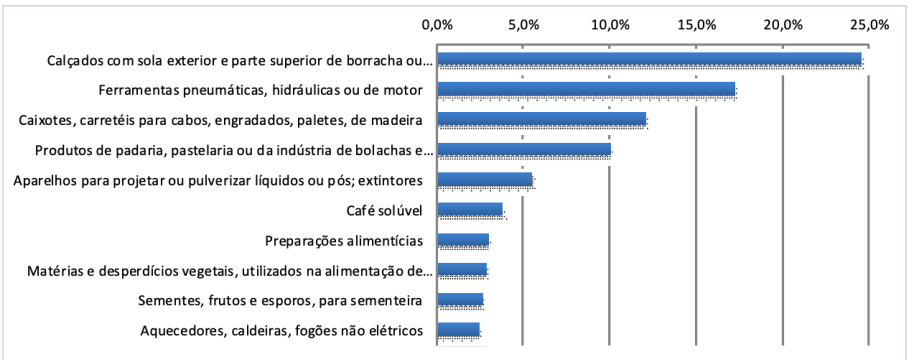
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a República de Fíji (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos	204	19,8%	162	15,2%	292	24,6%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	47	4,5%	176	16,5%	205	17,3%
Caixotes, carretéis para cabos, engradados, paletes, de madeira	143	13,9%	190	17,8%	144	12,1%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	101	9,8%	110	10,3%	119	10,0%
Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores	36	3,5%	27	2,5%	65	5,5%
Café solúvel	95	9,2%	76	7,1%	45	3,8%
Preparações alimentícias	24	2,3%	57	5,3%	36	3,0%
Matérias e desperdícios vegetais, utilizados na alimentação de animais	35	3,4%	52	4,8%	34	2,9%
Sementes, frutos e esporos, para sementeira	44	4,3%	45	4,2%	31	2,6%
Aquecedores, caldeiras, fogões não elétricos	49	4,7%	0	0,0%	29	2,5%
Subtotal	**777**	**75,3%**	**895**	**83,6%**	**1.000**	**84,3%**
Outros	**255**	**24,7%**	**175**	**16,4%**	**186**	**15,7%**
Total	**1.032**	**100,0%**	**1.071**	**100,0%**	**1.187**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

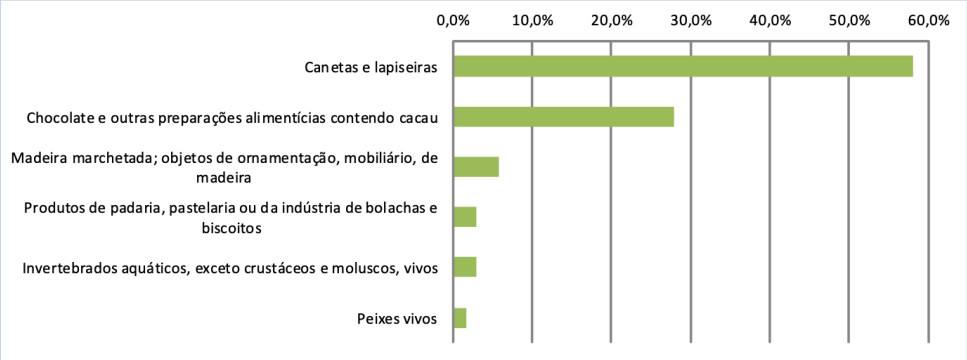


Composição das importações brasileiras originárias da República de Fíji (SH4)
US$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Canetas e lapiseiras	0	0,0%	0	0,0%	37	58,0%
Chocolate e outras preparações alimentícias contendo cacau	0	0,0%	0	0,0%	18	27,9%
Madeira marchetada; objetos de ornamentação, mobiliário, de madeira	0	0,0%	0	0,0%	4	5,8%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	2	3,0%
Invertebrados aquáticos, exceto crustáceos e moluscos, vivos	3	43,9%	1	1,4%	2	3,0%
Peixes vivos	3	44,8%	1	0,6%	1	1,7%
Peças isolantes para máquinas, aparelhos e instalações elétricas	0	0,0%	80	86,6%	0	0,0%
Tubos e seus acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plástico	0	0,0%	10	11,3%	0	0,0%
Subtotal	**6**	**88,7%**	**93**	**100,0%**	**64**	**99,4%**
Outros	**1**	**11,3%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,6%**
Total	**6**	**100,0%**	**93**	**100,0%**	**64**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

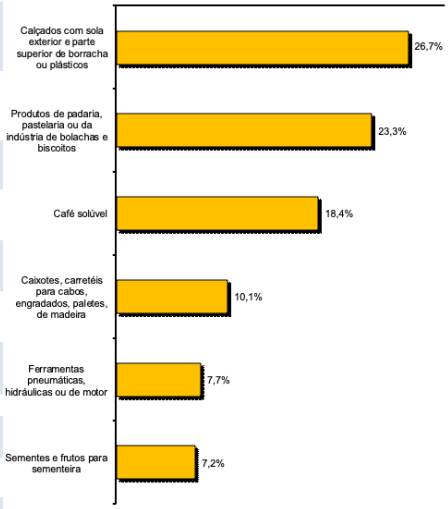
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

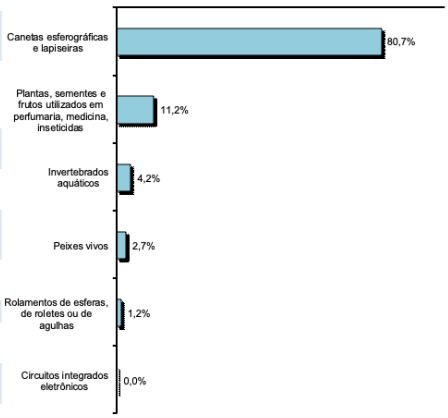
Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos	102	35,8%	62	26,7%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	33	11,7%	54	23,3%
Café solúvel	0	0,0%	43	18,4%
Caixotes, carretéis para cabos, engradados, paletes, de madeira	0	0,0%	24	10,1%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	70	24,4%	18	7,7%
Sementes e frutos para sementeira	8	2,9%	17	7,2%
Partes e acessórios para instrumentos de precisão	0	0,0%	4	1,9%
Subtotal	**214**	**74,8%**	**221**	**95,3%**
Outros	**72**	**25,2%**	**11**	**4,7%**
Total	**286**	**100,0%**	**232**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018

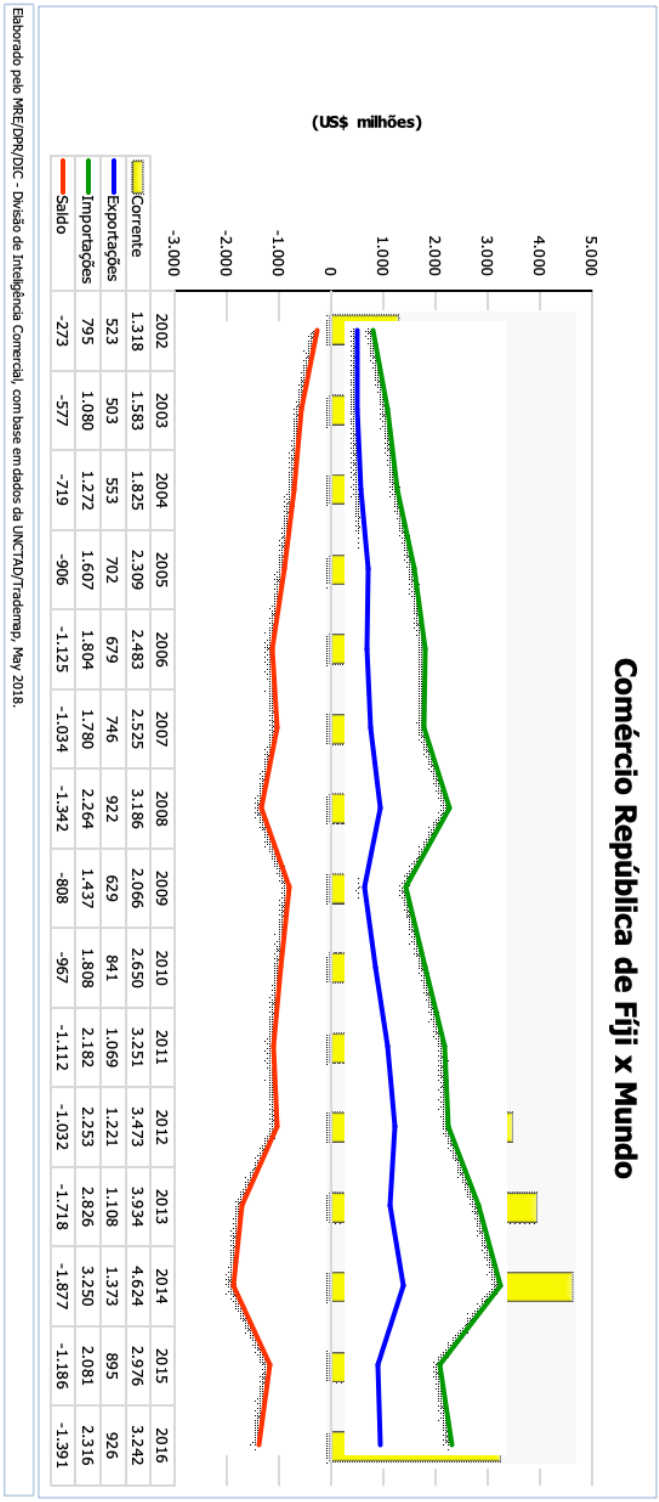


Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total
Importações				
Canetas esferográficas e lapiseiras	0,0	0,0%	12,0	80,7%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	0,0	0,0%	1,7	11,2%
Invertebrados aquáticos	1,2	56,9%	0,6	4,2%
Peixes vivos	0,5	25,0%	0,4	2,7%
Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	0,0	0,0%	0,2	1,2%
Circuitos integrados eletrônicos	0,4	18,2%	0,0	0,0%
Subtotal	**2,1**	**100,0%**	**14,8**	**100,0%**
Outros produtos	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**2,1**	**100,0%**	**14,8**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.



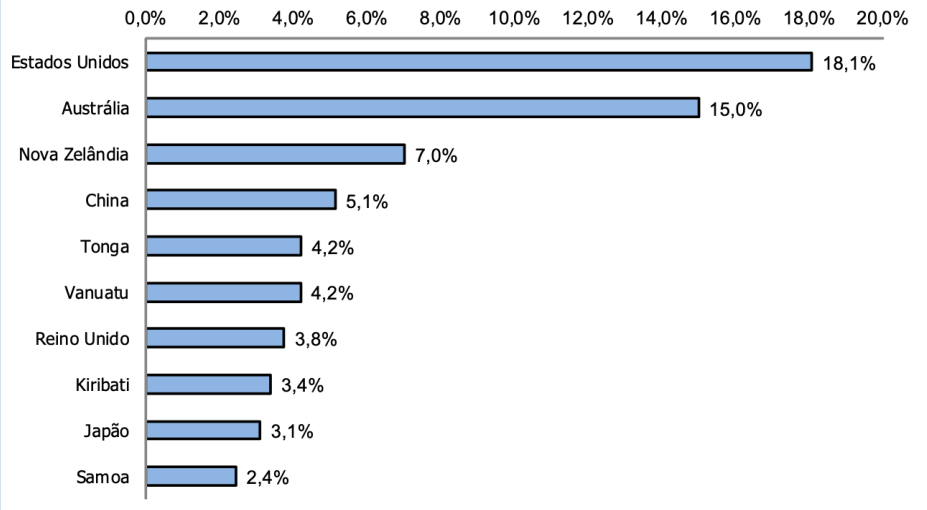
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Corrente	1.318	1.583	1.825	2.309	2.483	2.525	3.186	2.066	2.650	3.251	3.473	3.934	4.624	2.976	3.242
Exportações	523	503	553	702	679	746	922	629	841	1.069	1.221	1.108	1.373	895	926
Importações	795	1.080	1.272	1.607	1.804	1.780	2.264	1.437	1.808	2.182	2.253	2.826	3.250	2.081	2.316
Saldo	-273	-577	-719	-906	-1.125	-1.034	-1.342	-808	-967	-1.112	-1.032	-1.718	-1.877	-1.186	-1.391

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Principais destinos das exportações da República de Fíji
US$ milhões

Países	2016	Part.% no total
Estados Unidos	167	18,1%
Austrália	139	15,0%
Nova Zelândia	65	7,0%
China	48	5,1%
Tonga	39	4,2%
Vanuatu	39	4,2%
Reino Unido	35	3,8%
Kiribati	31	3,4%
Japão	29	3,1%
Samoa	23	2,4%
...		
Brasil (92º lugar)	**0,01**	0,0%
Subtotal	**614**	**66,3%**
Outros países	**312**	**33,7%**
Total	**926**	**100,0%**

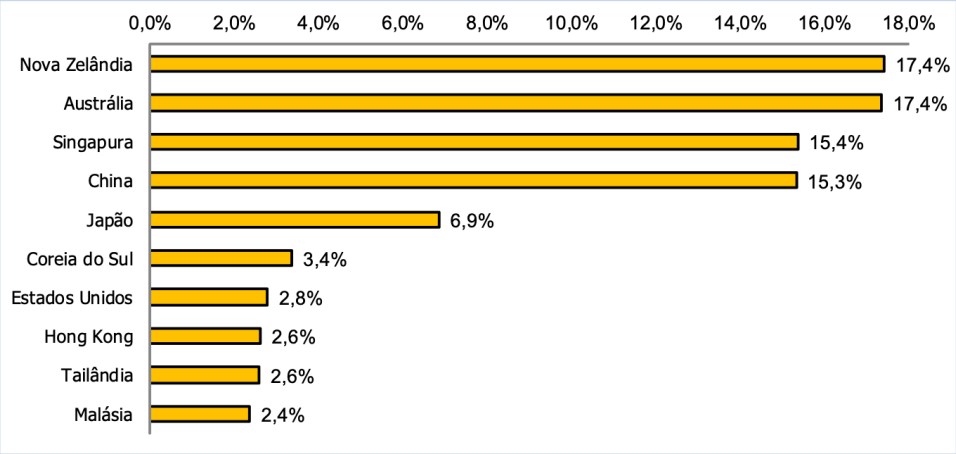
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Principais origens das importações da República de Fiji
US$ milhões

Países	2016	Part.% no total
Nova Zelândia	404	17,4%
Austrália	402	17,4%
Singapura	356	15,4%
China	355	15,3%
Japão	159	6,9%
Coreia do Sul	78	3,4%
Estados Unidos	65	2,8%
Hong Kong	61	2,6%
Tailândia	60	2,6%
Malásia	55	2,4%
...		
Brasil (45º lugar)	1,1	0,0%
Subtotal	**1.995**	**86,1%**
Outros países	**321**	**13,9%**
Total	**2.316**	**100,0%**

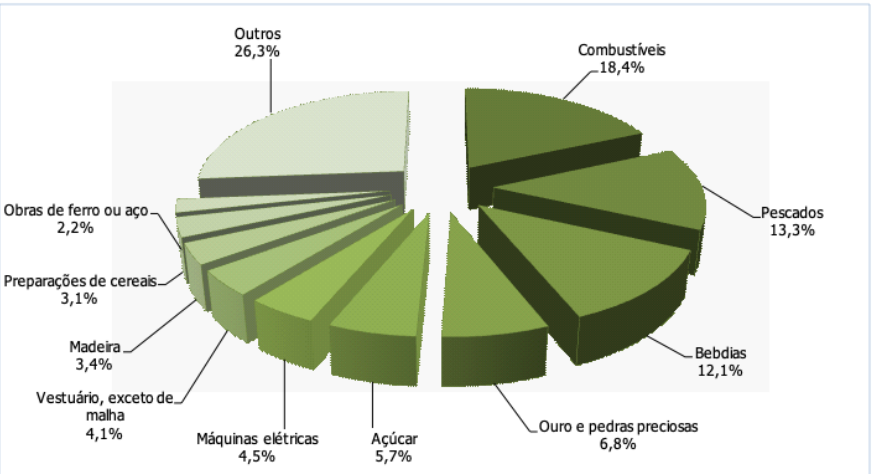
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Composição das exportações da República de Fíji (SH2)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2016	Part.% no total
Combustíveis	170	18,4%
Pescados	123	13,3%
Bebdias	112	12,1%
Ouro e pedras preciosas	63	6,8%
Açúcar	52	5,7%
Máquinas elétricas	42	4,5%
Vestuário, exceto de malha	38	4,1%
Madeira	31	3,4%
Preparações de cereais	29	3,1%
Obras de ferro ou aço	20	2,2%
Subtotal	**683**	**73,7%**
Outros	**243**	**26,3%**
Total	**926**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

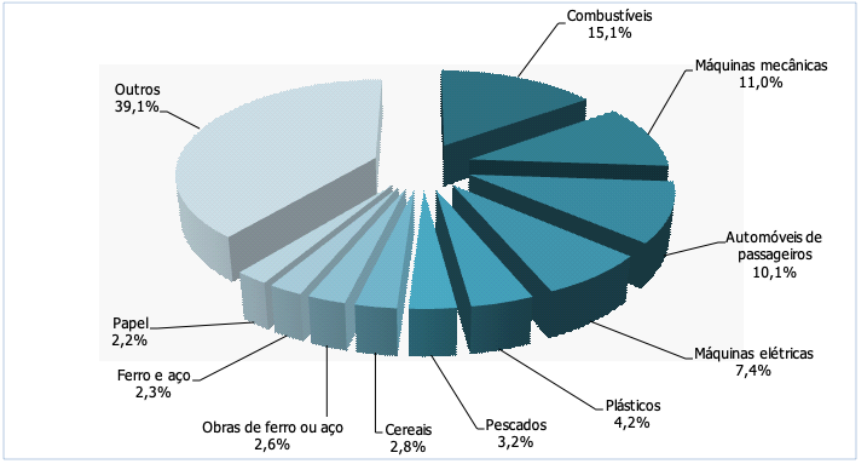


Composição das importações da República de Fíji (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2016	Part.% no total
Combustíveis	351	15,1%
Máquinas mecânicas	254	11,0%
Automóveis de passageiros	234	10,1%
Máquinas elétricas	171	7,4%
Plásticos	98	4,2%
Pescados	73	3,2%
Cereais	64	2,8%
Obras de ferro ou aço	60	2,6%
Ferro e aço	53	2,3%
Papel	52	2,2%
Subtotal	**1.411**	**60,9%**
Outros	**906**	**39,1%**
Total	**2.316**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da República de Fíji

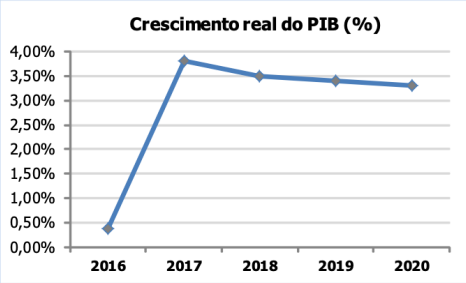
Indicador	2016	2017	2018[1]	2019[1]	2020[1]
Crescimento real do PIB (%)	0,38%	3,80%	3,50%	3,40%	3,30%
PIB nominal (US$ bilhões)	4,67	5,08	5,44	5,79	6,17
PIB nominal "per capita" (US$)	5.343	5.740	6.120	6.490	6.881
PIB PPP (US$ bilhões)	8,19	8,65	9,16	9,68	10,19
PIB PPP "per capita" (US$)	9.375	9.777	10.304	10.837	11.364
População (mil habitantes)	873	885	889	893	897
Desemprego (%)	5,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Inflação (%)[2]	3,93%	2,81%	3,30%	3,00%	3,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-5,01%	-4,49%	-5,20%	-4,50%	-4,00%
Dívida externa (US$ milhões)	867,80	681,40	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (F$ / US$)[2]	2,09	2,06	2,10	2,11	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			10,6%		
Indústria			17,9%		
Serviços			71,5%		

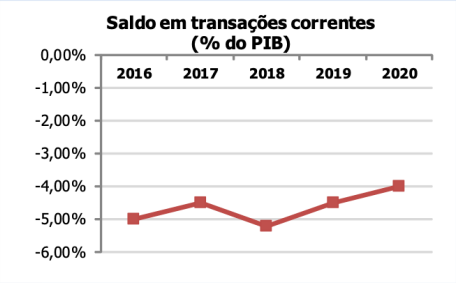
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

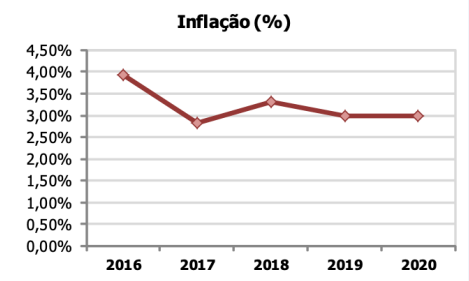
(n.d.) Dado não disponível.

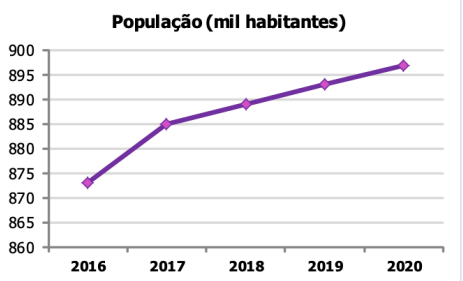
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de periodo.



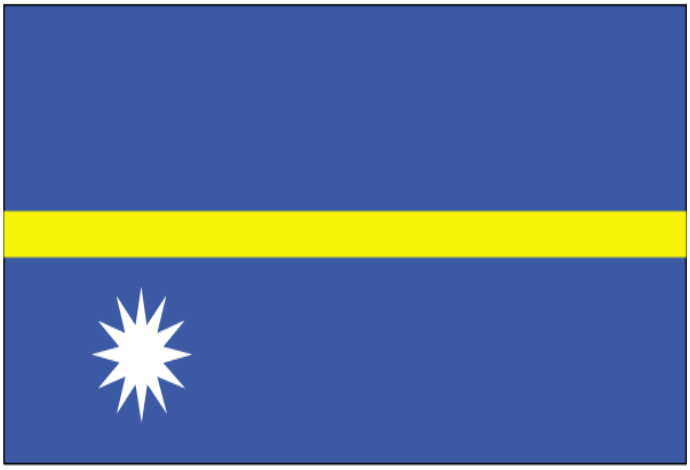






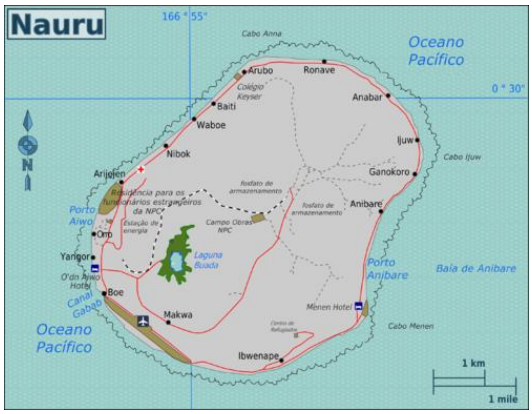
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

NAURU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Agosto de 2020



DADOS BÁSICOS SOBRE NAURU	
NOME OFICIAL	República de Nauru
ADJETIVO GENTÍLICO	Nauruano
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
DATA NACIONAL	31/01, Dia da Independência
ÁREA	21 km²
POPULAÇÃO (2019)[1]	12.581 mil habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (60%) e católicos (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Lionel Rouwen Aingimea (desde agosto de 2019)
CHANCELER	Presidente Lionel Rouwen Aingimea (desde agosto de 2019, cargo acumulado)
PIB NOMINAL (2019)	US$ 118 milhões
PIB PPP (2017)[2]	US$ 150 milhões
PIB NOMINAL *per capita* (2019)[1]	US$ 9.396
PIB PPP *per capita* (2019)[1]	US$ 12.080
VARIAÇÃO DO PIB (%)	6% (2018); -5,7% (2017); 3,5% (20163,96%
IDH[2]	Não há medida de IDH pelo PNUD
EXPECTATIVA DE VIDA[2]	68,4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	Dado indisponível
ÍNDICE DE DESEMPREGO[1]	13,2% (2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar australiano (AUD)
EMBAIXADOR EM NAURU (cumulativa com Camberra)	
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

[1] Banco Mundial
[2] Dado do Cia World Factbook, não há dado mais recente

[3] Dados do Relatório 2013 PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL ⇒ NAURU	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017***
Intercâmbio	86.91	---	4,5	0,2	7	3,9	0,2	0,75	0,083	7,020	0,006
Exportações	86,91	---	---	---	0	0	0	0	0	4,029	0
Importações	---	---	4,5	0,2	7	3,9	0,2	0,75	0,083	2,991	0,006
Saldo	86,91	---	-4,5	-0,2	-7	-3,9	-0,2	-0,75	-0,08	1,038	-0,006

*Último ano disponível.

PERFIL BIOGRÁFICO

Lionel Aingimea

Presidente e Ministro das Relações Exteriores de Nauru

Eleito Presidente de Nauru em 27 de agosto de 2019, por partido independente, Aingimea foi ex-Secretário de Justiça do país e advogado especialista em questões de direitos humanos.

Aingimea possui formação acadêmica em Direito no Geelong College de Victoria, Austrália, e foi instrutor de Direitos Humanos no âmbito do Fórum das Ilhas do Pacífico, tendo sido defensor público nas Ilhas Marshall.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Nauru estabeleceram relações diplomáticas em 2 de novembro de 2005, por Troca de Notas. A Embaixada em Camberra trata, cumulativamente, dos assuntos atinentes a esse país.

No primeiro semestre de 2005, foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos Embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico Cézar de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Nauru junto à ONU, Marlene Moses, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Salomão, Tuvalu, Vanuatu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita protocolar ao então Ministro de Estado, interino, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, participaram de palestras com outros chefes da Casa e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. O Decreto nº 7.206, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Yaren, na República de Nauru, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10 de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de 12 de junho de 2009, o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O acordo foi assinado em 11 de maio de 2006, em Nova York, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O instrumento entrará em vigor na data do recebimento da última notificação (no caso, a notificação de Nauru).

O governo de Nauru manifestou interesse em identificar atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico.

Depois de um período em que o intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru consistiu apenas em importações brasileiras, a balança passou a ser negativa para o Brasil desde 2009, embora os valores exportados por Nauru sejam irrisórios (máximo de US 7 mil, em 2011, US$ 6 em 2017). O ano que registrou maior intercâmbio foi 2007, quando as exportações brasileiras atingiram US$ 86 mil, um valor 200 vezes maior que o registrado em 2001. Os principais produtos brasileiros exportados para Nauru foram papel, livros, brochuras e impressos semelhantes. Não há dados atualizados do Ministério da Economia sobre as relações comerciais do Brasil com Nauru.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Nauru. Até agosto de 2020, Nauru foi uma das dez nações do mundo a não apresentar nenhum caso de covid-19 entre a população.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Nauru.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da “Commonwealth” e das Nações Unidas, onde demonstra interesse nos temas relacionados a meio ambiente. Tem participação em várias organizações regionais, como o Foro do Pacífico Sul, a Comunidade do Pacífico e a Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico (ESCAP, sigla em inglês).

Além da Austrália (Brisbane), a república nauruana mantém representações oficiais em Fiji, Taiwan, Bangcoc e Nova Iorque (ONU). Ademais, possui Cônsules Honorários em Cingapura, Londres, Auckland, Bruxelas e Kaohsiung (sul de Taiwan). A Austrália é o principal parceiro de Nauru. O relacionamento com a Nova Zelândia, todavia, é bem limitado, consistindo, *grosso modo*, em exportações nauruanas de fosfato e em conversas nos foros regionais.

Em setembro de 2014, na 69ª sessão da AGNU, o Presidente de Nauru, Baron Divavesi Waqa, lembrou a realização, em Samoa, no início daquele mês, da III Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, promovida em conjunto com as Nações Unidas. A ONU deve ser, segundo Waqa, o 'locus' preferencial para resolução de controvérsias e para o enfrentamento dos grandes desafios mundiais. O maior deles seria o aquecimento global, um fenômeno que demonstra o grau de interconexão a que a humanidade chegou. Na visão do mandatário, a

~~A~~ escolha do tema da 69ª AGNU seria, portanto, acertada, pois a promoção do desenvolvimento sustentável e a criação de um novo paradigma de desenvolvimento seriam as únicas maneiras de combater efetivamente a mudança no clima mundial. Waqa também apontou para a ligação entre mudança do clima e segurança internacional, inevitável em um cenário de ameaça à própria existência de muitas nações. Propôs, nesse contexto, que o SGNU apontasse um Secretário Especial para Mudança do Clima e Segurança e que o número de assentos permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança seja aumentado.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Nauru e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US$ 125 para US$ 200 mil.

Na 70ª AGNU, o Presidente de Nauru, Baron Waqa, realizou intervenção coerente com as prioridades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Avaliou que a Agenda 2030 constitui passo importante para o fortalecimento da legitimidade das Nações Unidas, ao estabelecer uma abordagem mais adequada às necessidades e circunstâncias específicas dos diferentes países. Defendeu que sejam adotadas medidas mais abrangentes de desenvolvimento humano, que não estejam centradas apenas no PIB e renda per capita. Denunciou a realização de pesca ilegal nas águas territoriais do seu país e rogou que a renda da pesca seja direcionada aos reais proprietários dos recursos.

Defendeu que parceiros internacionais e regionais se engajem em medidas a longo termo para fortalecimento das instituições domésticas dos países. Agradeceu a parceiros como Austrália, Taiwan, Rússia, Cuba e outros por apoiarem suas prioridades de desenvolvimento sustentável. Destacou que o Conselho de Segurança deve refletir melhor as realidades geopolíticas mundiais atuais, e, portanto, a lista de membros permanentes e não permanentes deve ser expandida, apoiando a inclusão da Alemanha,

Índia, Japão, Brasil e outros como membros permanentes. Além disso, propôs que a mudança do clima se torne um item permanente da agenda do CSNU e que seja realizada uma avaliação da capacidade dos órgãos da ONU de responder a esse fenômeno global. Solicitou maior representatividade na governança de instituições de Bretton Woods, com maior voz e voto para países em desenvolvimento. Afirmou acreditar que muitas das potências econômicas desejam alcançar um acordo sobre mudança do clima ~~em Paris~~, mas expressou dúvidas se tais países realmente realizarão as mudanças domésticas necessárias para alcançar metas ambiciosas.

Em abril de 2016, Nauru tornou-se o 189º membro do Fundo Monetário Internacional.

Nauru não tem legislação sobre violência doméstica, sexual, assédio ou família, ou qualquer outra legislação que aborde ~~a~~ tráfico de seres humanos ou o turismo sexual. Há pouca documentação sobre violência doméstica contra mulheres e crianças e as estatísticas de criminalidade não são desagregadas por sexo da vítima. Contudo, primeiro passo foi dado com a publicação, em 2014, de Estudo sobre a Saúde e a Segurança das Famílias, com foco na violência contra a mulher, realizado em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNFPA) e o governo australiano. O estudo constatou que a violência doméstica é um desafio importante em Nauru e recomendou o estabelecimento de políticas e campanhas de conscientização para enfrentar o problema, assim como reformas legislativas.

Relações com a Austrália

Nauru mantém relações diplomáticas intensas com a Austrália, parceira fundamental no comércio, na construção de infraestrutura, na melhoria dos serviços e nos programas de desenvolvimento e investimento, além de fornecer a maior parte da ajuda externa que constitui o orçamento de Nauru.

Esta relação permitiu a criação, em Nauru, de centro de processamento de pessoas que buscavam asilo na Austrália. O centro funcionou de 2001 a 2008, e foi peça central na política "Pacific Solution", do governo conservador do PM Howard. O centro foi reaberto em 2012 pelo governo trabalhista australiano e continua em funcionamento na atual administração liberal-nacionalista. Em 2013, foi assinado acordo bilateral pelo qual Nauru também reassentaria alguns dos imigrantes que tivessem seus pedidos de refúgio aceitos. O centro de processamento tem sido objeto de escrutínio dos observadores internacionais. Desde 2012, a Anistia Internacional vem descrevendo-o como uma catástrofe de direitos humanos. Atualmente, as taxas consulares, pagas pela Austrália para Nauru abrigar os exilados, constituem uma das principais fontes de renda da nação.

Relações com a Índia

Em 21 de maio de 2018, o Ministro de Estado da Índia, Subhash Bhamre, terminou uma visita de três ~~3~~ dias a Nauru, no meio de um aumento de interação com a região do Pacífico. Durante o encontro, foram realizadas diversas discussões para melhorar e aprofundar as relações bilaterais entre os dois países. Discutiram-se projetos relacionados à mudança climática, energia renovável, saúde, educação e reforço de capacidades.

Relações com o Camboja

Austrália e Camboja firmaram um acordo controverso em setembro de 2014, para reassentamento dos refugiados de Nauru para o Camboja. Segundo as críticas, o Camboja não é conhecido por proteger refugiados. Também acusaram a Austrália de

não seguir suas obrigações internacionais, pois estava deportando solicitantes de asilo. Quanto ao final do acordo, o alto responsável de direitos do grupo a~~A~~d hoc, Soeng Sem Karuna disse que o governo falhou em realocar os refugiados.

ECONOMIA

Nos anos 1970 e 80, o país teve o maior PIB per capita do mundo, devido às suas reservas de fosfato. Desde os anos 1990, no entanto, Nauru tornou-se uma nação empobrecida, devido à exaustão progressiva das reservas. Aproximadamente 70% do orçamento nacional provem de assistência externa, sobretudo da Austrália. O desemprego atinge 13% da população e o governo é responsável pela maioria dos empregos no país.

Com PIB PPP estimado em US$ 159 milhões em 2017, Nauru é uma das menores economias do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade (turismo), seguido da indústria (minério de fosfato e produtos derivados do coco) e agricultura (coco). O comércio exterior do país apresentou, em 2017, retração de 30,2% em relação a 2013~~, de US$ 225 milhões para US$ 68 milhões~~. No ranking da ONU de 2012, o país figurou como o 210º mercado mundial, sendo o 189º exportador e o 223º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário entre 2013 e 2017, totalizando saldo negativo de US$ 18 milhões em 2017.

Em 2017, o Japão foi o principal destino das vendas de Nauru com 26,5% do total. Seguiram-se: Austrália (23,5%); Coreia do Sul (19%); e Nova Zelândia (9,2%). A Austrália foi o principal fornecedor de bens à Ilha, com 74,9% do total. Seguiram-se: Índia (9%), Singapura (6%), Nova Zelândia (3,8%) e China (0,9%). O comércio com o Brasil foi irrisório~~, constando 0% do comércio de Nauru, tanto em termos de importações como de exportações~~. Fosfatos de cálcio naturais foram os principais produtos exportados por Nauru (71,4%), seguidos de aparelhos elétricos para telefonia (3,5%), aparelhos para iluminação (2,2%), óculos para correção (2%) e vestuário de couro natural (1,5%). A pauta de importações de Nauru apresentou-se menos concentrada, sendo os principais produtos importados carnes (7,8%), máquinas elétricas (7,6%), máquinas mecânicas (7,2%), móveis (5,5%) e veículos automóveis (5%).

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 97,7%, de US$ 261 para US$ 6. Nesse período, apenas houve exportações para o país em 2016 e as importações caíram 97,7%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US$ 6 em 2017. Os produtos manufaturados totalizaram a pauta importadora em 2017, representados pela compra de outras resistências elétricas fixas, os únicos produtos importados daquele país.

POLÍTICA INTERNA

Nauru é a terceira menor nação do mundo, após o Vaticano e Mônaco, sendo o menor país insular do mundo, com apenas 21 km² de extensão e uma população de cerca de 12 mil habitantes. O país já possuiu uma das rendas per capita mais altas do mundo, devido à sua jazida de fosfato. Com o declínio das reservas minerais, Nauru não só perdeu sua principal fonte de renda como herdou grave crise ambiental.

O Presidente é sempre um parlamentar, eleito pelo próprio Parlamento, unicameral e composto por 19 membros. Desde 2003, Nauru teve 11 Presidentes da República. O atual Presidente, Lionel Aingimea, assumiu o governo do país em agosto de 2019.

Nauru foi anexado ao território alemão em 1888. Em 1914, durante a Primeira ~~Grande~~ Guerra Mundial, o território foi tomado por tropas australianas. Assim, com exceção do período em que serviu de base aérea aos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, o País esteve sob a tutela conjunta de Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia (1914-1942 e 1947-1968). Tornou-se independente em 1968. Desde fins dos anos de 1980, com o declínio dos preços do fosfato, a ilha vem apresentando cenário de instabilidade política. De 1989 a 2008, houve vinte mudanças no cargo presidencial.

O Presidente da República, escolhido pelo Parlamento, acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. O Gabinete de Ministros é composto por cinco parlamentares escolhidos pelo presidente. ~~O Parlamento nauruano é unicameral e formado por 18 membros, eleitos por voto popular.~~ Os mandatos, tanto do presidente quanto dos parlamentares, são de três anos. Uma vez que não há partidos políticos em Nauru, os candidatos, independentes, disputam as eleições com base nos laços pessoais e familiares.

A partir de 2004, medidas foram tomadas para melhorar a situação econômico-financeira do país. Em 2006, consultas populares foram feitas, visando a reformas constitucionais. No entanto, debates parlamentares e subsequente referendo ainda precisam ser realizados para que a Constituição nauruana seja, de fato, modificada.

Em fins de 2007, após moção de desconfiança, o então Presidente Ludwig Scotty foi deposto e Marcus Stephen assumiu o cargo em dezembro de 2007. Stephen foi reeleito pelo Parlamento em novembro de 2010 mas renunciou em 10 de novembro de 2011 em meio a alegações de corrupção. Em seu lugar assumiu, com margem de apenas um voto na eleição do Parlamento, Frederick Pitcher, porém, poucos dias depois, em 15 de novembro de 2011, o parlamentar Sprent Dabwido debandou para a oposição, que passou a ter vantagem numérica e conseguiu aprovar uma moção de desconfiança.

Sprent Dabwido foi nomeado candidato da oposição ~~a~~à presidência e foi eleito em eleição subseqüente do parlamento por um resultado de 9 votos a seu favor e 8 contrários. Dabwido permaneceu na presidência até junho de 2013, quando decidiu não concorrer à reeleição e foi sucedido por seu aliado Baron Waqa, que~~. Barom Wago~~ foi firme defensor da manutenção do campo australiano de solicitantes de refúgio em Nauru, atualmente com cerca de 300 pessoas. As taxas pagas pela Austrália relativas ao campo fornecem aproximadamente um terço da renda nacional de Nauru e não há expectativa de mudança na posição do governo local.

Em 27 de agosto de 2019 foram realizadas novas eleições parlamentares, que contaram com observadores do Forum das Ilhas do Pacífico. Baron Waqa não logrou a reeleição em vaga pelo distrito de Boe e, por isso, deixou a chefia do governo. Ao contrário das expectativas, que consideravam o ministro da Economia, David Adeang, como sucessor de Waqa, Lionel Aingimea, ex-Secretário de Justiça e ex-advogado defensor dos direitos humanos, ganhou as eleições por 12 votos a 6. Em seu primeiro discurso à nação, Aingimea pregou a unidade de Nauru e a união das forças políticas do pequeno país. Analistas políticos consideram que a vitória de Aingimea representa uma renovação da política de Nauru, inclusive por representar a nova geração do país.

Em seus primeiros meses de governo, Aingimea reforçou seu compromisso com a reforma dos sistemas de saúde e educacional, além de buscar alternativas econômicas para o país, acometido por anos de estagnação econômica. Seu principal objetivo macroeconômico é buscar a criação de empregos, principalmente para a população jovem.

Com o objetivo de auxiliar o novo governo de Aingimea, o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), com o apoio financeiro australiano, anunciou auxílio para a construção de nova estrutura para o porto de Aiwo, capacitando-o a

receber navios cargueiros de grande porte para incrementar a conectividade do país. Em outubro de 2019, 500 blocos de concreto~~s~~ foram instalados para formar a estrutura do porto. Durante evento de instalação dos blocos, Aingimea comentou que “agora estamos concretizando nosso sonho de possuir um porto internacional e o projeto de parceria em desenvolvimento será ponto chave para o sucesso do projeto.”

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1888	Ilha de Nauru é anexada pela Alemanha
1918	Posta sob tutela do Reino Unido
1942	Capturada pelo Japão e usada como base aérea na II Guerra
1947	Posta sob tutela conjunta de Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia
1968	Independência, grande prosperidade econômica advinda da exportação de fosfato.
1989	Queda no preço do fosfato, início de declínio econômico e instabilidades políticas
2006	Realização de consultas populares para reforma constitucional

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2005	Estabelecimento de relações diplomáticas
2006	Celebração do acordo de cooperação técnica

ATOS BILATERAIS

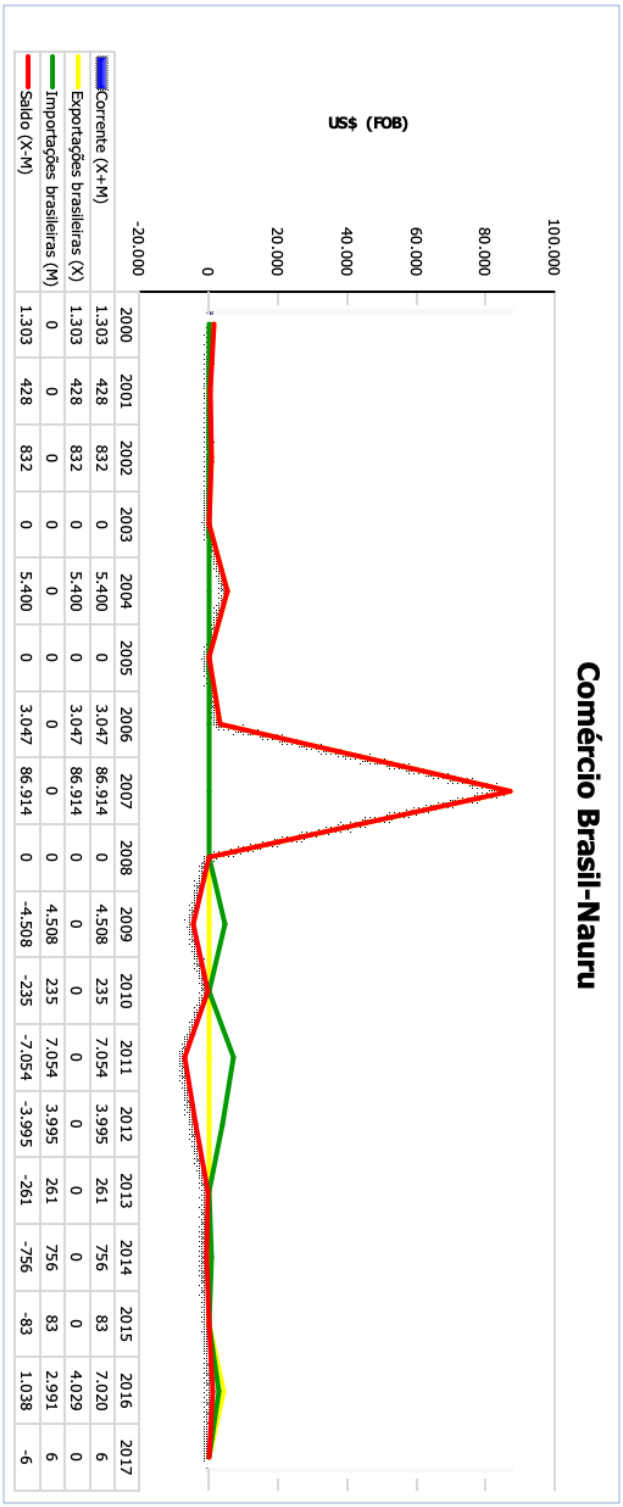
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	11/05/2006	

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

NAURU

Balança Comercial com o Brasil e com o mundo

Maio de 2018

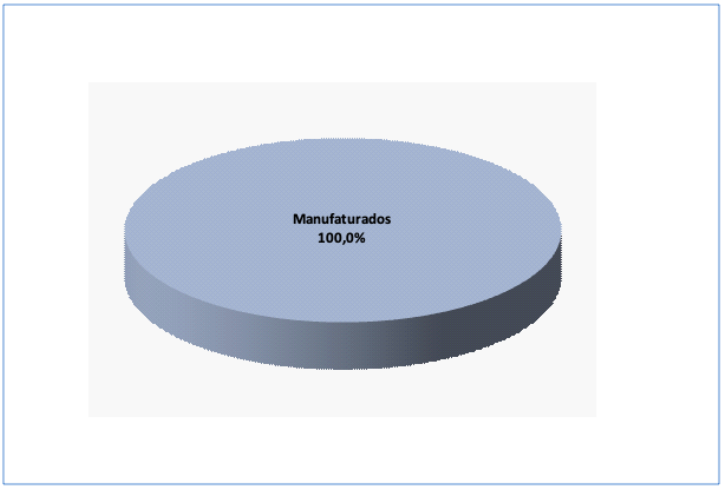


	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente (X+M)	1.303	428	832	0	5.400	0	3.047	86.914	0	4.508	235	7.054	3.995	261	756	83	7.020	6
Exportações brasileiras (X)	1.303	428	832	0	5.400	0	3.047	86.914	0	0	0	0	0	0	0	0	4.029	0
Importações brasileiras (M)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.508	235	7.054	3.995	261	756	83	2.991	6
Saldo (X-M)	1.303	428	832	0	5.400	0	3.047	86.914	0	-4.508	-235	-7.054	-3.995	-261	-756	-83	1.038	-6

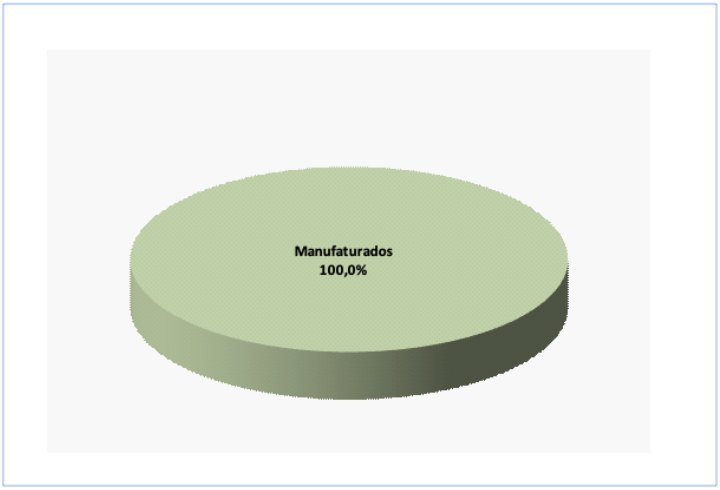
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016

Exportações



Importações



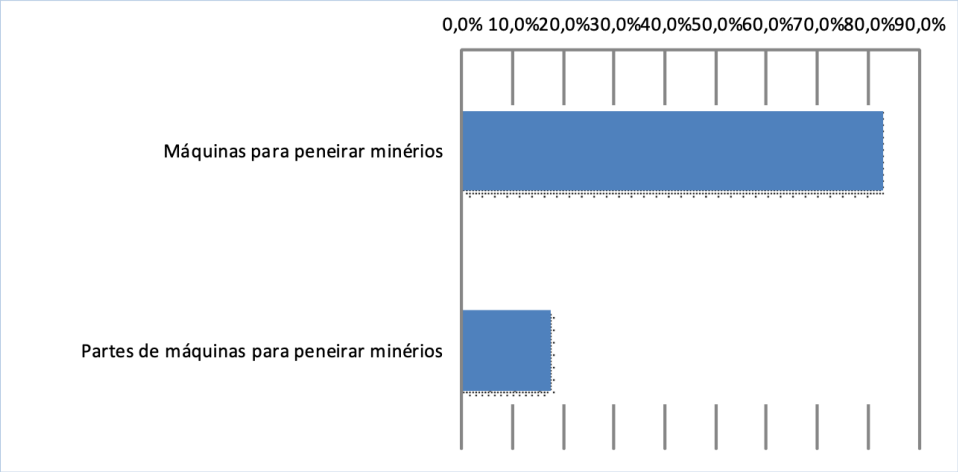
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Nauru (SH8)
US$

Grupos de produtos	2016	
	Valor	Part.% no total
Máquinas para peneirar minérios	3.332	82,7%
Partes de máquinas para peneirar minérios	697	17,3%
Subtotal	**4.029**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**
Total	**4.029**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

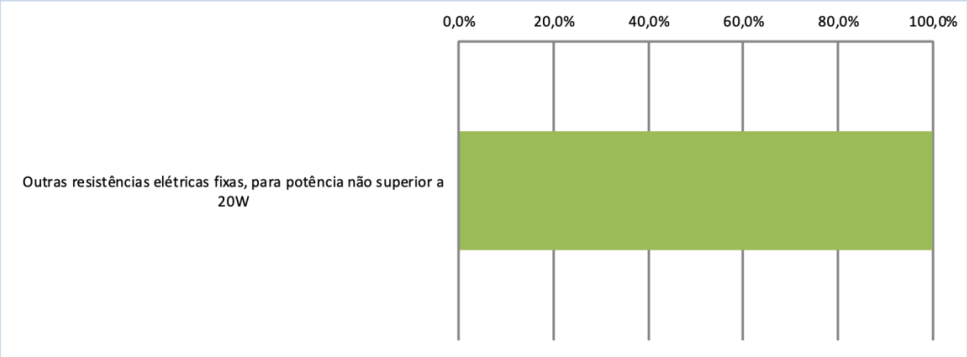


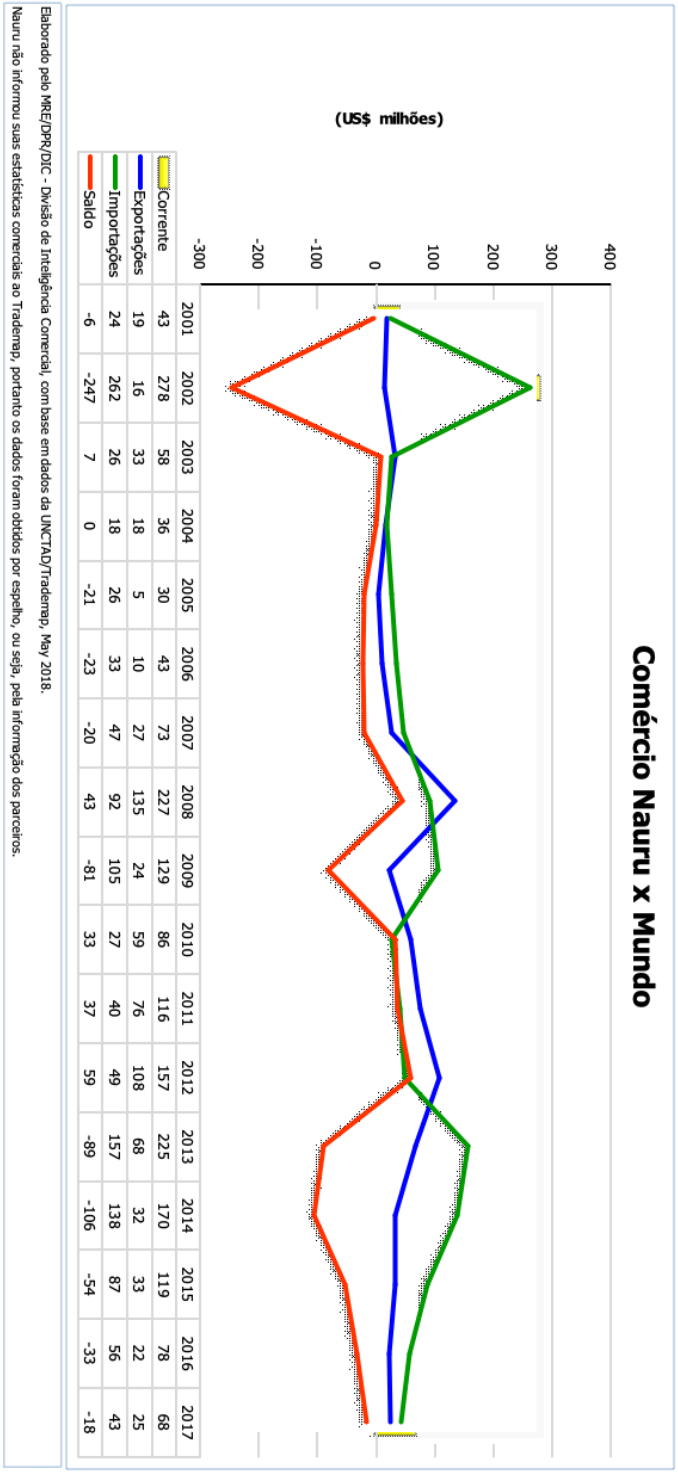
Composição das importações brasileiras originárias de Nauru (SH4)
US$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Outras resistências elétricas fixas, para potência não superior a 20W	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
Volantes de direção para veículos automóveis	0	0,0%	2.991	100,0%	0	0,0%
Acumuladores elétricos de íon de lítio	83	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	**83**	**100,0%**	**2.991**	**100,0%**	**6**	**100,0%**
Outros	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Total	**83**	**100,0%**	**2.991**	**100,0%**	**6**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016





	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	43	278	58	36	30	43	73	227	129	86	116	157	225	170	119	78	68
Exportações	19	16	33	18	5	10	27	135	24	59	76	108	68	32	33	22	25
Importações	24	262	26	18	26	33	47	92	105	27	40	49	157	138	87	56	43
Saldo	-6	-247	7	0	-21	-23	-20	43	-81	33	37	59	-89	-106	-54	-33	-18

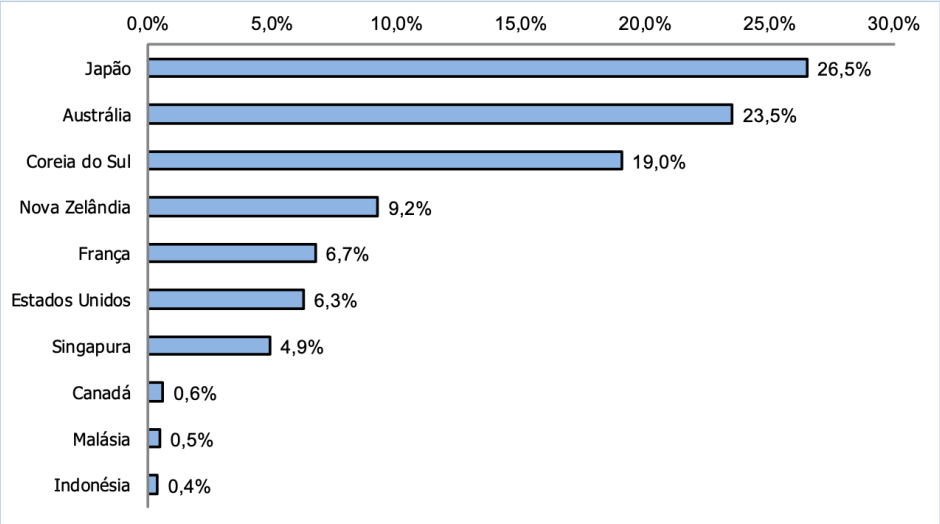
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações de Nauru
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Japão	6,65	26,5%
Austrália	5,90	23,5%
Coreia do Sul	4,78	19,0%
Nova Zelândia	2,32	9,2%
França	1,69	6,7%
Estados Unidos	1,57	6,3%
Singapura	1,23	4,9%
Canadá	0,15	0,6%
Malásia	0,12	0,5%
Indonésia	0,09	0,4%
...		
Brasil (36º lugar)	**0,00**	0,0%
Subtotal	**24,50**	**97,6%**
Outros países	**0,60**	**2,4%**
Total	**25,10**	**100,0%**

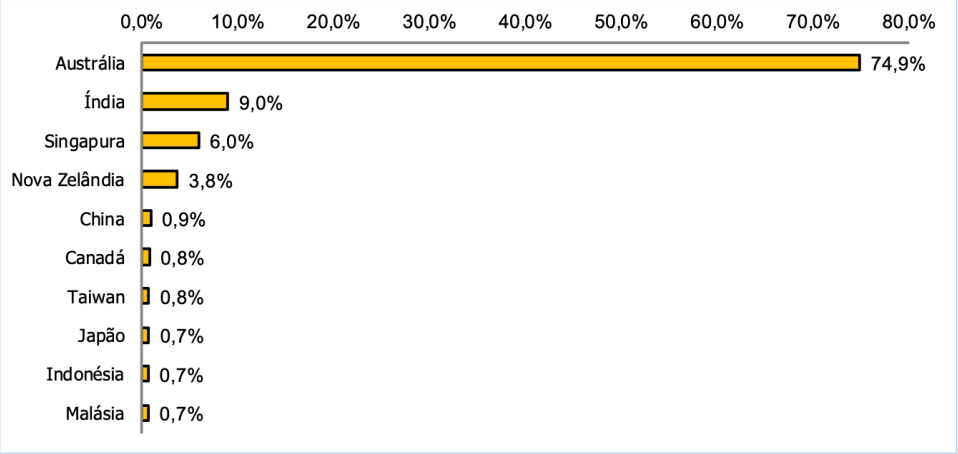
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru nao informou suas estatisticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informaçao dos parceiros



Principais origens das importações de Nauru
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Austrália	32,09	74,9%
Índia	3,85	9,0%
Singapura	2,55	6,0%
Nova Zelândia	1,61	3,8%
China	0,40	0,9%
Canadá	0,34	0,8%
Taiwan	0,32	0,8%
Japão	0,32	0,7%
Indonésia	0,30	0,7%
Malásia	0,30	0,7%
...		
Brasil (25º lugar)	0,00	0,0%
Subtotal	**42,08**	**98,2%**
Outros países	**0,77**	**1,8%**
Total	**42,85**	**100,0%**

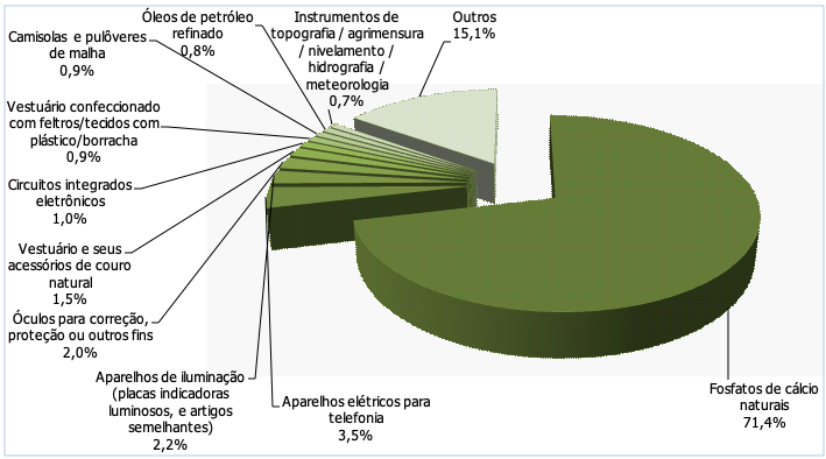
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru nao informou suas estatisticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informaçao dos parceiros



Composição das exportações de Nauru (SH4)
US$ milhões

Grupos de Produtos	2016(1)	Part.% no total
Fosfatos de cálcio naturais	16,01	71,4%
Aparelhos elétricos para telefonia	0,78	3,5%
Aparelhos de iluminação (placas indicadoras luminosos, e artigos semelhantes)	0,50	2,2%
Óculos para correção, proteção ou outros fins	0,44	2,0%
Vestuário e seus acessórios de couro natural	0,34	1,5%
Circuitos integrados eletrônicos	0,23	1,0%
Vestuário confeccionado com feltros/tecidos com plástico/borracha	0,20	0,9%
Camisolas e pulôveres de malha	0,19	0,9%
Óleos de petróleo refinado	0,19	0,8%
Instrumentos de topografia / agrimensura / nivelamento / hidrografia / meteorologia	0,17	0,7%
Subtotal	**19,05**	**84,9%**
Outros	**3,39**	**15,1%**
Total	**22,44**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros
(1) Última posição disponível em maio de 2018.

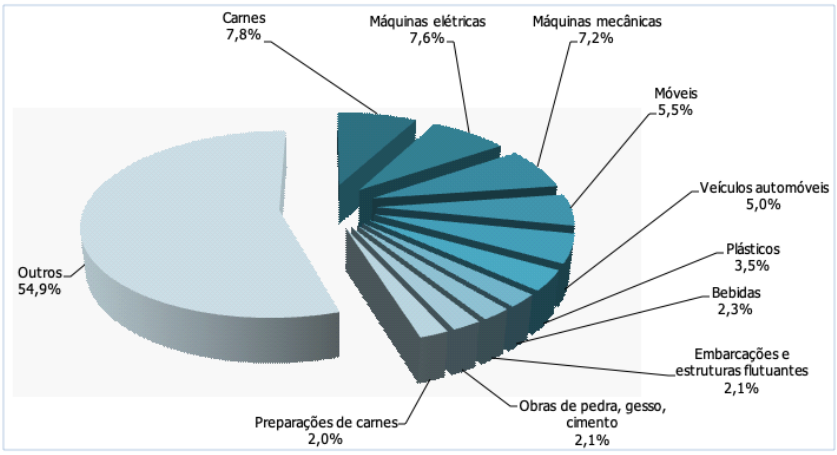


Composição das importações de Nauru (SH2)
US$ milhões

Grupos de produtos	2016(1)	Part.% no total
Carnes	4,38	7,8%
Máquinas elétricas	4,27	7,6%
Máquinas mecânicas	4,04	7,2%
Móveis	3,06	5,5%
Veículos automóveis	2,78	5,0%
Plásticos	1,96	3,5%
Bebidas	1,26	2,3%
Embarcações e estruturas flutuantes	1,18	2,1%
Obras de pedra, gesso, cimento	1,15	2,1%
Preparações de carnes	1,13	2,0%
Subtotal	**25,22**	**45,1%**
Outros	**30,64**	**54,9%**
Total	**55,86**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros
(1) Última posição disponível em maio de 2018.

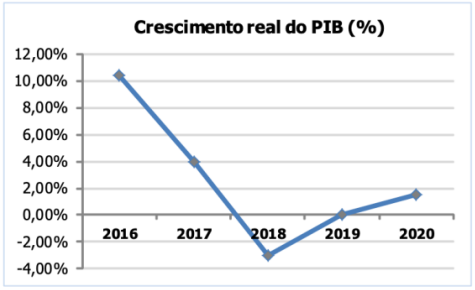
10 principais grupos de produtos importados

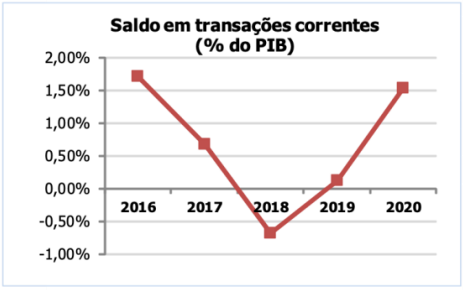


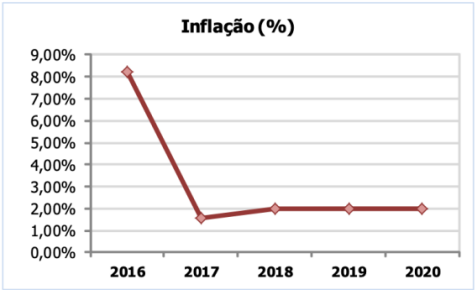
Principais indicadores socioeconômicos de Nauru

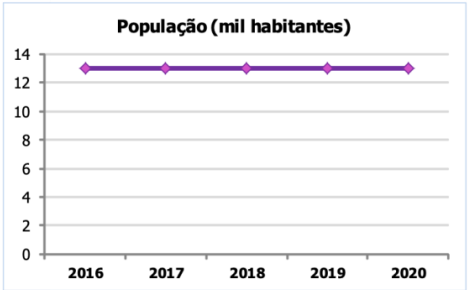
Indicador	2016	2017	2018[1]	2019[1]	2020[1]
Crescimento real do PIB (%)	10,40%	3,96%	-3,00%	0,00%	1,54%
PIB nominal (US$ milhões)	102	114	114	114	117
PIB nominal "per capita" (US$)	7.824	8.575	8.800	8.711	8.868
PIB PPP (US$ milhões)	151	159	158	162	167
PIB PPP "per capita" (US$)	11.540	12.002	12.220	12.350	12.634
População (mil habitantes)	13	13	13	13	13
Inflação (%)[2]	8,22%	1,58%	2,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,71%	0,68%	-0,68%	0,12%	1,54%
Origem do PIB (2009 Estimativa)					
Agricultura			6,1%		
Indústria			33,0%		
Serviços			60,8%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018 e da Cia.gov.
(1) Estimativas FMI.
(2) Média do período.







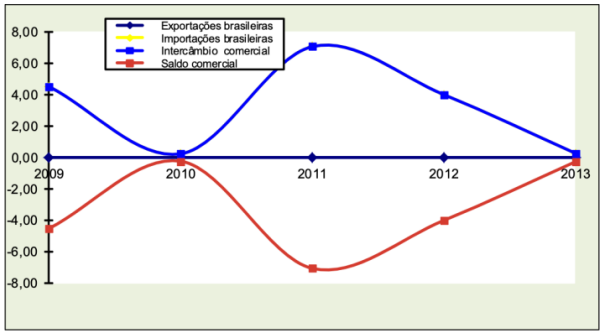


Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US$ mil, fob

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan-mar)	2014 (jan-mar)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,0%**
Variação em relação ao ano anterior	-100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-100,0%	n.a.	
Importações brasileiras	**4,51**	**0,24**	**7,05**	**4,00**	**0,26**	**0,00**	**0,00**	**-94,2%**
Variação em relação ao ano anterior	n.a.	-94,8%	(+)	-43,4%	-93,5%	-100,0%	n.a.	
Intercâmbio comercial	**4,51**	**0,24**	**7,05**	**4,00**	**0,26**	**0,00**	**0,00**	**-94,2%**
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	-94,8%	2901,7%	-43,4%	-93,5%	-100,0%	n.a.	
Saldo comercial	**-4,51**	**-0,24**	**-7,05**	**-4,00**	**-0,26**	**0,00**	**0,00**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.a.) Dado não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado.

Nauru foi o 234º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 94,2%, de US$ 4,51 mil para US$ 261. Nesse período, não houve exportações para o país e as importações caíram 94,2%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US$ 261 em 2013.



Importações brasileiras por fator agregado
2013

Importações

Os produtos manufaturados totalizaram a pauta importadora em 2013, representados pela compra de outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX.

Composição das importações brasileiras
US$ mil, fob

Descrição	2011	2012	2013 Valor	2013 Part. % no total
Máquinas mecânicas	3,57	3,42	0,26	100,0%
Subtotal	**3,57**	**3,42**	**0,26**	**100,0%**
Outros produtos	**3,49**	**0,57**	**0,00**	**0,0%**
Total	**7,05**	**4,00**	**0,26**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Máquinas mecânicas (outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos) foram os únicos produtos importados daquele país em 2013.

EMBAIXADA DO BRASIL EM CAMBERRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA

Contexto – O Indo-Pacífico e a Austrália

1. O Indo-Pacífico constitui a região economicamente mais dinâmica do mundo e a de maior importância estratégica com o deslocamento do eixo geopolítico em consequência da ascensão da China. Essa evolução, que se acentuou no biênio, em meio à pandemia, tem criado oportunidades, mas também desafios. Preocupa à Austrália a capacidade dos EUA de manter presença na região de forma a atender os dilemas gerados por uma política externa chinesa mais assertiva.

2. A gestão Trump, os resultados da eleição norte-americana e também a pandemia serviram de alerta para a aceleração de mudanças da ordem internacional e a necessidade de política própria que reduza a exposição da Austrália às incertezas da competição estratégica entre Washington, seu principal aliado, e Pequim, seu maior parceiro comercial.

3. Diante do êxito do controle doméstico do COVID-19 e da ajuda prestada aos vizinhos, a Austrália se sente mais confiante em sua posição de potência regional na Oceania com responsabilidades nos Estados insulares do seu entorno e guardiã de valores, cuja expressão política é a democracia, os direitos fundamentais e o compromisso com um sistema internacional baseado em regras.

4. Contribuiu para tanto a rede de acordos comerciais que o governo australiano estabeleceu com os países do Indo-Pacífico e, agora, busca estendê-la à União Europeia e ao Reino Unido. Recentemente, a Austrália se empenha em ampliar arranjos de segurança regional com vistas a reduzir a percepção de vulnerabilidade na relação com a China. Convergem para aquele país mais de 30% das exportações australianas. Dela tem recebido investimentos diretos crescentes e o maior fluxo de estudantes estrangeiros. Mais de 5% da população australiana é de origem chinesa.

5. A China responde em larga medida pela dinâmica do comércio regional, com o apoio dos países da ASEAN, que proporcionou à Austrália quase três décadas consecutivas de crescimento econômico. Nos últimos dois anos, observa-se, no entanto, deterioração das condições de diálogo com a China e imposição de taxas e restrições pelo governo de Pequim a exportações da Austrália, com peso na balança comercial do país, como no caso da carne, cevada, vinho, crustáceos e carvão. Legislação australiana que impede a presença da Huawei no desenvolvimento do 5G e projetos de lei considerados discriminatórios pela China responderiam, entre outros, por essa situação.

6. O dilema entre a aliança histórica com os EUA e a dependência comercial na relação com Pequim têm cobrado da Austrália, no último biênio, preço cada vez mais elevado. A recuperação em curso do impacto econômico da pandemia é condicionada pelas incertezas de longo prazo na relação com a China, que preocupam o setor privado local, inclusive os investidores brasileiros, e têm

implicações para o bem estar da sociedade australiana e o avanço de suas instituições acadêmicas e de pesquisa.

7. O desafio para a Austrália é diversificar seu relacionamento para reduzir sua dependência comercial e, em alguma medida também, sua dependência estratégica.

A Relação com o Brasil

8. É nesse contexto de diversificação e fortalecimento de parcerias externas que novas perspectivas se abrem para a relação com o Brasil. Daí a importância dos contatos de alto nível e das consultas políticas em 9 de dezembro de 2020, dentro do marco da "parceria estratégica" estabelecida em 2012.

9. Desde que assumi o posto, em novembro de 2018, tenho buscado mudar a percepção de que os laços entre os dois países estariam marcados pela "distância" ou pela "competição" entre produtores de "commodities". Esse esforço esbarra por vezes na constatação objetiva de que, por exemplo, as dificuldades de exportação de minério de ferro pela Vale têm ajudado bastante a economia australiana, especialmente os orçamentos de dois dos seis Estados e do Território do Norte.

10. A despeito das dificuldades causadas pela pandemia de COVID-19, tem sido possível avançar na promoção do conhecimento mútuo, na noção de complementariedade entre as duas economias e os benefícios da cooperação em ciência e tecnologia. Perceber tais convergências facilita a compreensão de posições e políticas, bem como a solução de diferenças, a formulação de projetos e a ampliação do alcance da agenda bilateral, como ocorreu no campo da defesa.

11. Brasil e Austrália participaram da Segunda Guerra Mundial e são membros fundadores das Nações Unidas. Essas características especiais que marcam a gênese do relacionamento bilateral foram fortalecidas pela contribuição de ambos à construção de um ordenamento internacional baseado no direito e pelas convergências que decorrem do compromisso com instituições democráticas e representativas.

12. Os dois países têm mantido estreita colaboração na OMC em favor da liberdade de comércio, da eliminação de subsídios à agricultura e da reforma da instituição. Esses temas aproximam Austrália e Brasil no âmbito também do G20.

13. A celebração, em 2020, dos 75 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Austrália e a realização, em dezembro, da XI Reunião de Consultas Políticas, constituem não apenas marcos, mas também oportunidades nesse processo de consolidação e fortalecimento da "parceria estratégica".

14. O restabelecimento, em fevereiro de 2020, do Grupo Parlamentar Austrália-Brasil com expressiva participação de deputados e senadores sinalizou o interesse na maior aproximação entre representantes do Legislativo de duas grandes democracias federativas. Em encontro na Residência, em 3 de dezembro de 2020, o Presidente do Grupo, Deputado Damian Drum, e seus membros formularam convite singular para que se realizem em 2021 no Parlamento encontros sobre temas de interesse da agenda bilateral.

15. A criação das adidâncias de inteligência e de defesa permitiu aprofundar o diálogo entre os dois países, ampliando o escopo do relacionamento bilateral. Antes de assumir o posto, mantive tratativas tanto com a ABIN como com o Ministério da Defesa.

16. Quanto à Adidância de Inteligência, foram estabelecidas e consolidadas parcerias existentes com as agências australianas de inteligência e segurança, além da abertura de novos canais de diálogo com instituições locais. É de destacar a primeira visita técnica da ABIN às contrapartes australianas.

17. Ademais, Camberra tornou-se centro de intercâmbio de informações com representantes de agências de inteligência do Sudeste Asiático e do Pacífico. Aumentou a troca de conhecimento em contraterrorismo, contra-inteligência, crimes transnacionais e segurança cibernética, temas de interesse para a agenda bilateral e multilateral, inclusive no G20.

18. Na área de defesa, a Adidância estabelecida na Embaixada em janeiro de 2020 abriu perspectivas de diálogo especialmente nos setores de construção naval e cooperação aeronáutica. Brasil e Austrália compartilham interesses na modernização de suas respectivas frotas e na ampliação de sua indústria de defesa. Os dois países mantêm, atualmente, programas de desenvolvimento de submarinos com a empresa francesa Naval Group.

19. Em almoço na Residência em novembro de 2020 com o Comandante da Marinha da Austrália, Almirante Michael Noonan, conversamos sobre tais perspectivas e sobre o conhecimento mútuo da indústria militar, inclusive no tocante à nova geração de aviões de treinamento e de transporte de carga da Embraer. Este tema fora objeto de tratativas, em 2019, com o então Comandante da Aeronáutica da Austrália, Brigadeiro Leo Davies, que me sugeriu o intercâmbio acadêmico nas escolas de treinamento militar como primeiro passo nesse processo de aproximação.

20. O Brasil apresentou, em março de 2020, proposta para a realização de Reunião de Diálogo Político-Militar entre os dois países. A chancelaria australiana sinalizou com a inclusão de seção específica sobre defesa na XI Reunião de Consultas Políticas.

21. O anúncio recente da abertura de uma adidância agrícola em Camberra bem reflete o fortalecimento da agenda diplomática bilateral e corresponde ao esforço da Embaixada de superar impasses e promover o conhecimento mútuo inclusive de tecnologias capazes de elevar a produtividade e estimular o comércio e parcerias estratégicas empresariais no setor.

Temas econômicos

22. A Austrália é o único país desenvolvido que cresceu ininterruptamente nos últimos 29 anos até a pandemia de COVID-19. A população de 25 milhões destaca-se entre as de mais alta renda per capita, com o 5º Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No âmbito do G20 mantém interlocução com o Brasil sobre temas de interesse comum, especialmente os relacionados ao intercâmbio de bens agrícolas e acesso a mercados. Austrália e Brasil são membros do Grupo de Cairns, criado para combater os subsídios agrícolas e suas distorções no sistema internacional de comércio no âmbito da OMC.

23. O crescimento econômico da Austrália tem atraído empresas brasileiras interessadas no mercado local, mas, sobretudo, na possibilidade de exportar para a região do Indo-Pacífico, ao amparo de acordos de livre comércio que Camberra mantém com esses países. A maior presença empresarial neste mercado é a da JBS Austrália, grande processadora de proteína animal do país, onde possui a maior planta industrial no setor do hemisfério sul. Outras importantes empresas são a Natura (cosméticos) que comprou a conhecida marca australiana Aesop, a WEG (motores elétricos e equipamentos), a Marcopolo (carrocerias), a Vale (mineração), Spraytech (agricultura), Tramontina (cutelaria), Minerva (carnes), Visagio (engenharia e consultoria), SoftExpert e IXXON (tecnologia de informação), Aquila (consultoria e gestão), Bauducco (alimentos), BB Securities (setor financeiro), Docol Faucets (metalurgia). Com representação regional em Cingapura, a Embraer possui representantes em Brisbane. Além dessas, 'startups' brasileiras, como a Fohat Energy e Millenium Bioenergy, se destacam. Há ainda firmas criadas por brasileiros na Austrália, como Tropical Brazil, Sal Doce (alimentos), Brazilian Style (importação) e Minas Hill (café), Zapala (logística).

24. A dimensão do PIB dos dois países e o valor de bens e serviços na balança comercial demonstram, por si sós, o potencial do relacionamento econômico. Embora Brasil e Austrália sejam grandes produtores de minério de ferro, proteínas animais, produtos agrícolas, há espaço para complementação e exploração de nichos, como no setor aeronáutico, de energia renovável, biotecnologia, inteligência artificial e biossegurança e muitos outros.

25. Produtos brasileiros como aviões da Embraer podem contribuir para o dinamismo da relação comercial. Atualmente, o Brasil exporta produtos manufaturados (equipamentos de construção) e importa matérias primas (carvão). Entre janeiro e novembro de 2020, as exportações brasileiras à Austrália totalizaram USD 418 milhões, com crescimento de 2,9% em relação ao mesmo período de 2019. As importações de produtos australianos, por sua vez, alcançaram USD 519 milhões, com queda de 41,4% em relação ao ano anterior. O déficit brasileiro no comércio bilateral com a Austrália foi, nesse período, de USD 101 milhões. A queda das importações australianas é consequência da redução da compra de carvão mineral pelo Brasil, que observou alta atípica em 2019, por conta da demanda do setor termoelétrico.

26. As exportações brasileiras à Austrália representaram 0,2% do total exportado pelo país e as importações australianas compuseram 0,4% do total importado pelo Brasil, no período. Como mencionando, as exportações brasileiras estão concentradas em produtos manufaturados (USD 361 milhões - 86% do total). Produtos básicos e produtos semimanufaturados representam respectivamente, 15% (USD 29,5 milhões) e 0,1% (USD 374 mil). Dentre os principais produtos brasileiros exportados à Austrália no período, destacam-se: (i) instalações e equipamentos de engenharia civil e construtores, e suas partes (21%); (ii) café não torrado (12%); (iii) sucos de frutas ou de vegetais (6%); (iv) demais produtos da indústria de transformação (4,1%); (v) outros medicamentos, incluindo veterinários (3,4%); (vi) veículos rodoviários (3%). As exportações australianas ao Brasil mantiveram tendência de concentração em carvão (USD 519 milhões - 61% do total exportado ao Brasil).

27. Ao contrário da maioria dos grandes parceiros comerciais da Austrália, o intercâmbio de bens e serviços com o Brasil não é amparado por acordos (livre comércio, dupla tributação etc.) que

garantam condições de competitividade para os produtos brasileiros e estimulem a expansão das trocas. Esse fato, além do custo do frete, talvez explique a presença crescente de firmas brasileiras na Austrália. No passado, o dinamismo do mercado brasileiro atraiu mais de 90 empresas australianas ali estabelecidas, do setor de mineração ao de serviços bancários.

28. Introduzi visão diferenciada com foco na identidade do Brasil a partir de suas indústrias de ponta, como no caso da aeronáutica e da biotecnologia e das tecnologias de informação, com o olhar também nos interesses das pequenas e médias empresas. Iniciei diálogo com o então Vice-Secretário do Tesouro Stuart Robert, com vistas a acordo para eliminar a dupla tributação e promover investimentos nos dois países. Dei sequência a esse esforço por meio de gestões junto às autoridades competentes australianas. O mesmo em relação a um acordo para facilitar investimento. Há que prosseguir nesse diálogo com vistas a estabelecer condições de igualdade no comércio sempre auscultando os interesses do setor privado brasileiro, que, apesar das dificuldades, em geral, se adapta bem às condições existentes na Austrália.

29. Há interesse de empresários brasileiros e australianos na negociação de instrumento bilateral para evitar dupla tributação. A possibilidade de negociações para acordo sobre investimentos entre Brasil e Austrália também tem sido objeto de gestões constantes e deve colaborar para impulsionar os laços econômicos bilaterais.

30. Diante das vantagens decorrentes de conexões aéreas diretas com outros países, especialmente os EUA e a Europa, com distâncias ainda maiores, e tendo presente a necessidade de ligar Brasil e Austrália, empenhei-me, antes da pandemia, junto a Qantas e a TAM para o estabelecimento de voos sem escala entre São Paulo/Rio e Sydney/Melbourne. No caso da TAM, chegou a inaugurar ligação Brasília-Santiago-Sydney com a promessa de exame de conexão direta. No caso da Qantas, a firma australiana anunciou propósito de voo direto Sydney-Rio/SP. O impacto do COVID na economia global, no turismo e no transporte aéreo adiou tais planos. A entrada em vigor em 2018 do Acordo sobre Transportes Aéreos entre Brasil e Austrália constitui arcabouço jurídico para tal projeto.

31. Difundi também essa visão diferenciada de aproximação em artigos publicados em português e inglês e em debates e discursos em eventos empresariais em todos os estados da Austrália. Prestigiei a indústria brasileira neste país. Em fevereiro de 2019, a convite da Embraer participei do Avalon Airshow, o maior evento da indústria aeronáutica no hemisfério sul, que contou com a presença de altas autoridades do setor militar e de defesa. Em julho de 2019, participei, em Brisbane, de voo de demonstração do E-195, maior aeronave comercial da Embraer. Na ocasião, realizou-se também voo de demonstração em Port Moresby. A Embraer ampliou recentemente sua presença no mercado australiano, com a aquisição de 14 aeronaves pela empresa Alliance, com opção de venda de outras 5, criando condições promissores no setor de aviação regional da Austrália. As companhias Pionair e ACJC, de Queensland, realizaram este ano também compra de aviões EMBRAER. Empenhei-me ademais na criação de condições para promover maior presença de aeronaves civis e militares brasileiras no mercado australiano na esteira do acordo de cooperação aeronáutica entre os dois países. A abertura da Adidância de Defesa responde, em parte, a esse propósito. Há perspectivas para colocação no mercado regional da aeronave multiuso C-390 Millenium, que pode substituir o Hercules em combate a incêndios florestais e transporte de carga em situações de emergência. Há boas perspectivas de exportar o avião Ipanema para uso agrícola na Austrália.

32. Por meio de seminários, palestras e debates, difundi a imagem de um Brasil avançado industrial e tecnologicamente, com empresas como a EMBRAER, com representação em Brisbane, e a WEG, instalada em Victoria, e que desenvolve motor elétrico com a Embraer para uso em pequenos aviões. Além de iniciativas em Camberra, participei e organizei em todos os Estados da Comunidade da Austrália, com o apoio dos Consulados Honorários, palestras e eventos.

33. Promovi essa visão junto ao Conselho Empresarial (ABBC) e à Câmara de Comércio Austrália Brasil (ABCC) e estimulei o entendimento e a colaboração entre as duas entidades, necessários à defesa dos interesses e ao aproveitamento das oportunidades de comércio e investimentos. Estendi também essa parceria à ALABC, Conselho Empresarial que representa companhias da América Latina e que recebe apoio do governo australiano. Em 24 de novembro de 2020, organizei o webinar Conexões aeronáuticas entre Austrália e Brasil e suas perspectivas, com exposição de diretores da Embraer nos setores da viação comercial, de defesa e de jatos executivos.

34. As missões oficiais que realizei aos Estados da Austrália constituíram oportunidades para elevar o perfil do Brasil. Destaco as visitas à Austrália Ocidental, Victoria, Austrália do Sul, Tasmânia, Nova Gales do Sul (NSW) e Queensland, organizadas com o apoio dos respectivos Cônsules Honorários e, no caso de NSW, do Consulado Geral em Sydney. Os contatos com autoridades governamentais, parlamentares, empresários e a mídia locais contribuem para elevar o perfil do Brasil e promover o conhecimento mútuo. Permitem também o encontro com as comunidades e as empresas brasileiras, debater suas aspirações e seus problemas com vistas à adequada defesa dos interesses nacionais.

35. No contexto da pandemia, organizei e participei de série de eventos, em coordenação com o Consulado-Geral em Sydney e com organizações empresariais, com o objetivo, entre outros, de promover imagem positiva da economia brasileira. Menciono, entre eles, seminários virtuais sobre a indústria têxtil e de moda brasileira, promovido pelo Conselho Empresarial Austrália-Brasil (AUBRBC); sobre comércio internacional e o futuro da globalização pós-covid, capitaneado pela Câmara de Comércio Austrália-Brasil (ABCC); e sobre a conjuntura macroeconômica brasileira, organizado pelo AUBRBC.

36. A despeito da crise econômica internacional causada pela pandemia, há oportunidades para ampliação dos fluxos de investimento e de comércio bilaterais. Nos últimos dois anos, houve avanços em diversos temas, como na eliminação de barreiras à entrada de cachaça brasileira não envelhecida na Austrália e a resolução de restrição à entrada de carne brasileira.

Temas multilaterais

37. Na esfera multilateral, Brasil e Austrália têm atuado em coordenação e adotado posições conjuntas em diversos organismos internacionais, em especial na Organização Mundial do Comércio. No âmbito da OMC, há convergência de interesses particularmente em temas agrícolas e apoio doméstico. Os dois países possuem peso significativo em suas respectivas esferas regionais e fazem parte do G20, principal fórum de governança econômica mundial. A Austrália apoia o pleito brasileiro de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o ingresso do Brasil como membro pleno do Conselho de Segurança da ONU.

38. Nos últimos dois anos, a coordenação entre Brasil e Austrália também refletiu-se na confirmação de apoios mútuos em diversas candidaturas. Os dois países acordaram, em especial, a troca de votos para as candidaturas do Brasil (mandato 2022-2023) e da Austrália (2029-2030) ao Conselho de Segurança da ONU. Os dois países também acertaram apoio mútuo entre às candidaturas brasileiras e australianas para o Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (mandato 2020-2022); para o Conselho da Organização Marítima Internacional (2020-2021); para o Conselho de Operações Postais da União Postal Universal (2021-2024); e para a Comissão de Entorpecentes (2022-2025).

Saúde

39. No contexto da pandemia de COVID-19, há perspectivas para o fortalecimento da articulação entre o Brasil e a Austrália também no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS). O Brasil apoiou resolução capitaneada pela Austrália e a União Europeia sobre a criação de painel independente para avaliar as origens do COVID-19 e a resposta mundial à pandemia. Além disso, o ingresso brasileiro na "COVAX Facility", iniciativa que visa a acelerar o desenvolvimento e proporcionar acesso equitativo a vacinas contra a Covid-19, que conta com firme apoio australiano, também reflete a convergência de posições dos dois países no tema.

40. Ademais, há perspectivas promissoras para a ampliação do diálogo e da troca de experiências entre Brasil e Austrália, no enfrentamento ao COVID-19. Os dois países já compartilham esforços no combate a enfermidades como dengue, zika e chikungunya, por intermédio de projeto que utiliza a bactéria wolbachia para reduzir a capacidade do mosquito ‘Aedes aegypti’ de transmitir essas doenças.

41. Empenhei-me em manter o Itamaraty regularmente informado sobre as ações do governo da Austrália no enfrentamento ao COVID-19. Encaminhei relatos detalhados, não apenas de projeções econométricas epidemiológicas, medidas de distanciamento social, restrição de fronteiras e incentivo ao desenvolvimento de vacinas, mas também da legislação nacional e do processo decisório australiano. Nesse contexto, destaco o encontro que mantive com a presidente da Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI), Jane Halton, que transmitiu, entre outras, informações relevantes sobre o esforço mundial de desenvolvimento de vacinas no âmbito da "COVAX Facility". A Austrália possui legislação de Biossegurança robusta e interesse em ampliar a cooperação com o Brasil no setor.

Educação

42. Nos últimos anos, a crescente presença de estudantes brasileiros na Austrália constitui elemento importante para o fortalecimento das relações bilaterais. A educação superior na Austrália é uma das melhores do mundo e representa a quarta maior fonte de ingresso de divisas do país (AUD 37,6 bilhões no ano fiscal 2018-2019), atrás apenas das exportações de carvão, minério de ferro e gás natural. Além disso, a Austrália tem interesse em ampliar o número de brasileiros e diversificar mais os estrangeiros nas instituições de ensino locais, onde a maioria é de chineses e indianos.

43. Antes da epidemia de COVID-19, de acordo com dados de setembro de 2019, os nacionais brasileiros somavam 25.604 estudantes, perfazendo o quarto maior grupo de alunos estrangeiros na

Austrália (após China, Índia e Nepal). A presença de estudantes, professores, pesquisadores e cientistas brasileiros na Austrália tem facilitado a criação de vínculos pessoais e profissionais e há diversos projetos acadêmicos em andamento entre instituições de ensino dos dois países.

44. Reuni na Residência, em junho de 2020, a Secretária Assistente do Departamento de Educação, Capacitação e Emprego da Austrália com vistas a promover maiores oportunidades a estudantes brasileiros com pós-graduação e que vêm para a Austrália estudar inglês sem o devido reconhecimento dos seus diplomas. Em dezembro, o referido Departamento e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) firmaram memorando de entendimento com o objetivo de promover atuação conjunta em projetos de pesquisa, incentivar o intercâmbio de pesquisadores e alunos de pós-graduação, e impulsionar a realização de seminários e publicações. O diálogo entre o DESE e a Confap prevê, ainda, a realização de semana de pesquisa brasileira na Austrália, em 2021, que deverá ter entre suas prioridades o enfrentamento ao COVID-19.

Ciência, tecnologia e inovação

45. Desde que cheguei, empenhei-me no avanço da cooperação no setor, especialmente em contatos com o Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization (CSIRO), uma das maiores instituições de pesquisa aplicada da Austrália. Promovi a visão de que a entidade deveria ter um centro no Brasil, assim como ocorre no Chile. A ideia avançou após visitas ao Brasil e a assinatura de memorando de entendimento sobre pesquisa agrícola com a EMBRAPA, em 2019. Creio que seja preciso retomar as negociações, portanto, em contexto pós-pandemia.

46. Será importante a sinalização política com a aprovação pelo Congresso Nacional do Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação de 2017, a qual contribuirá para fomentar parcerias e representará mensagem positiva no tocante à negociação de outros instrumentos bilaterais.

47. Com efeito, a intensificação dos laços entre instituições de pesquisa dos dois países, como a CSIRO e a EMBRAPA, constitui oportunidade para o avanço do conhecimento e parcerias de interesse comum em áreas como a da biossegurança, biotecnologia, saúde, robótica e inteligência artificial. A CSIRO mantém, em conjunto com cientistas brasileiros, projetos de pesquisa e iniciativas de intercâmbio científico e tecnológico.

48. Durante o intenso período de seca e graves incêndios florestais que afetaram a Austrália nos últimos meses de 2019 e no início de 2020, o governo brasileiro prestou apoio e solidariedade ao país e ofereceu o envio de especialistas para colaborar no combate aos incêndios. Brasil e Austrália compartilham de ampla experiência, não apenas no manejo de incêndios florestais, como também na gestão ambiental e de recursos hídricos. A experiência no tratamento de seus grandes biomas é fonte inesgotável de práticas que podem ser compartilhadas, inclusive no reflorestamento e desenvolvimento de espécies vegetais ajustadas às oscilações e rigores do clima.

49. Destaco ainda a importância da participação do Brasil (FAPESP) e da Austrália (Astronomy Australia Ltd – consórcio de universidades e institutos de pesquisa), juntamente com EUA e Chile, no projeto do telescópio Magellan, localizado no Observatório Las Campanas no deserto de Atacama. O telescópio, que deverá possibilitar o estudo da formação de galáxias, a mensuração de buracos negros e a descoberta de novos planetas, reflete o potencial da cooperação científica com

a Austrália em setores de alta tecnologia não só no plano bilateral, mas em outras iniciativas plurilaterais.

Relações parlamentares

50. As relações federativas ganharam impulso com a reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil-Austrália na Câmara dos Deputados nacional, em abril de 2019. O Congresso australiano, por sua vez, procedeu à reconstituição do Grupo Parlamentar Austrália-Brasil, em maio de 2020, composto por 19 deputados e 6 senadores.

51. Missão parlamentar brasileira, formada pelos Deputados Federais Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), Camilo Capiberibe (PSB/AP) e Uldurico Júnior (PROS/BA), realizou visita à Austrália, em setembro de 2019, com o objetivo de conhecer a experiência e a política australiana para os povos aborígenes. Na ocasião, além dos três deputados brasileiros, o Presidente do Senado australiano, Scott Ryan, o Ministro de Serviços de Governo, Stuart Robert, e os parlamentares Trent Zimmerman, Damian Drum e Dave Sharma, compareceram à recepção comemorativa do 7 de Setembro realizada na Embaixada juntamente com a inauguração da exposição da Arquitetura Brasileira no Mundo.

Comunidade brasileira e temas consulares

52. A comunidade brasileira na Austrália é estimada em 55 mil residentes. Antes da pandemia, esse número era ampliado, anualmente, por cerca de 50 mil visitantes, entre estudantes e nacionais de passagem pela Austrália. Havia tendência estrutural de aumento, tanto das visitas entre nacionais dos dois países, quanto do crescimento da comunidade brasileira na Austrália, que deverá ser retomada com o fim da pandemia.

53. Nas missões aos estados australianos, pude constatar a boa imagem do Brasil e da comunidade brasileira entre os dirigentes políticos, empresários, acadêmicos e líderes comunitários. Por ocasião das visitas oficiais a Victoria (em fevereiro de 2019), Austrália Ocidental (maio de 2019), Tâsmania (maio de 2019), Queensland (julho de 2019), Austrália do Sul (agosto de 2019) e Nova Gales do Sul (setembro de 2019), mantive intensa agenda de encontros, que incluiu contatos com as principais lideranças políticas estaduais, além de visitas a universidades e encontros com empresários e representantes da comunidade brasileira. Constatei a necessidade de promover maior articulação entre as comunidades nos diferentes estados com vistas a preservar a identidade brasileira. Junto com a Embaixada em Portugal e a Universidade Nacional da Austrália (ANU), realizei iniciativas e fiz palestras de promoção da língua e da identidade portuguesa e do conhecimento de aspectos importantes da contribuição do Brasil à diplomacia e a uma cultura de paz.

54. Para promover a aproximação entre os dois países, merece destaque a decisão do governo brasileiro de isentar unilateralmente os nacionais australianos do visto de visitas, a partir de junho de 2019. É preciso acompanhar as consequências da medida, ora prejudicadas pela pandemia. Negociações sobre Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Programa de Vistos de Férias e Trabalho, proposto pela Austrália em 2014, foram concluídas e os dois lados aguardam ocasião propícia para assinatura.

55. Entre outras iniciativas concretas que poderão beneficiar os cidadãos brasileiros em visita à Austrália também estão a possibilidade de inclusão do Brasil no sistema australiano "Smart Gates", que realiza automaticamente o controle de passaporte e facilitaria o trânsito de nacionais brasileiros nos principais aeroportos do país, e a negociação de Acordo de Isenção de Visto de Trânsito. Atualmente, a comunidade brasileira na Austrália, ademais do setor consular da Embaixada e do Consulado-Geral em Sydney, pode contar também com o apoio de consulados honorários em todos os demais estados australianos.

Setor Cultural

56. Em 2019, empenhei-me para a realização da 15ª edição do Festival de Cinema Latino-Americano, coordenado pela Embaixada. Trata-se de um dos mais importantes festivais internacionais de cinema no país, logrando médias anuais de público de 6000 pessoas. O êxito da sessão inaugural confirmou o interesse pelo cinema latino-americano e o acerto da Embaixada do Brasil ao assumir a coordenação do festival, com a exibição do filme "Como é cruel viver assim", da diretora Julia Rezende e, este ano, do "Mato sem Cachorro", de Pedro Amorim.

57. A Embaixada participou ativamente de outras ações culturais em 2019. Co-patrocinou o projeto de residência artística do Prof. Dr. Christus Nóbrega no Espaço de Arte Contemporânea de Camberra, que além de cumprir os objetivos de difusão cultural, logrou estreitar os laços de cooperação educacional entre a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Nacional da Austrália.

58. O posto também apoiou o início do projeto Scaffolding Cultural CoCreativity entre a ANU e a UNB, que visa a estudar métodos de produção cultural co-criativa, usando o projeto Curating Canberra/Brasilia" como estudo de caso. O referido projeto deverá ser finalizado em 2022. Apoiou, ainda, o projeto "Modernismo brasileiro: um tour arquitetônico", que organizou viagem de arquitetos australianos ao Brasil para conhecer a arquitetura moderna brasileira representada por Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Vilanova Artigas, Lina Bobardi, entre outros.

59. A Embaixada co-patrocinou a exposição "Brazilian Architect Tribute", que teve por objetivo trazer ao público australiano a produção arquitetônica passada e atual do Brasil, desconhecida neste país, onde prevalece o interesse na arquitetura europeia e americana. A exposição foi constituída de pranchas de arquitetos já premiados (prêmios Pritzker de arquitetura, como Paulo Mendes da Rocha e novos arquitetos no Brasil, como o escritório BCMF, criador da sede do Google no Brasil).

Cumulatividades

60. Em relação às cumulatividades do Posto, priorizei os contatos pessoais com os altos comissários de Fiji, Ilhas Salomão, Papua Nova Guiné (PNG) e Vanuatu em Camberra (representação de Nauru na capital australiana deverá ser estabelecida proximamente). Realizei visitas para a apresentação de credenciais em Fiji, em março de 2019, e em PNG, em março de 2020. Nas duas ocasiões, mantive contatos importantes que incluíram os governadores-gerais dos dois países, o Primeiro-Ministro de PNG e autoridades ministeriais, além de líderes empresariais e representantes governamentais.

61. O Brasil sugeriu o estabelecimento de Acordo Básico de Cooperação Técnica com PNG, em junho de 2019, que poderá tornar-se o primeiro instrumento bilateral. O governo de PNG encaminhou contraproposta em outubro de 2019, e o Brasil enviou resposta em novembro de 2020. PNG e os demais países têm reiterado interesse em estabelecer projetos de cooperação com o Brasil, particularmente em áreas como agricultura, saúde e esportes. A ampliação das relações com o Brasil também é vista pelos países do Pacífico Sul como uma maneira de diversificação de seus laços internacionais e de diminuição da dependência de atores tradicionais na região.

6

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

SF/20243.10249-60

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 82, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ENIO CORDEIRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na Islândia.*

Relator: Senador **CARLOS FÁVARO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ENIO CORDEIRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na Islândia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. ENIO CORDEIRO é filho de Benedicto João Cordeiro e Edmée Rosa Cordeiro, e nasceu Curitiba/PR, em 12 de março de 1953.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

SF/20243.10249-60

Ingressou na carreira diplomática em 1976, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Em 1979, graduou-se em Direito pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília. No âmbito do Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1982 e pós graduou-se no Curso de Altos Estudos em 1993, quando defendeu a tese intitulada "Política Indigenista Brasileira e Promoção Internacional dos Direitos das Populações Indígenas".

Ascendeu a Primeiro-Secretário em 1982; a Conselheiro, em 1990; a Ministro de Segunda Classe, em 1997; e a Ministro de Primeira Classe, em 2006. Todas as promoções por merecimento.

Na carreira, exerceu, entre outras, importantes funções nos seguintes postos:

- Subchefe da Divisão de Assuntos Humanitários e Meio Ambiente, em 1991;
- Conselheiro na Embaixada em Washington, de 1991 a 1994;
- Cônsul no Consulado em Houston, entre 1994 e 1995; Chefe da Divisão de Meio Ambiente, de 1995 a 1997;
- Ministro-Conselheiro na Missão junto à ONU, em Nova York, entre 1997 e 2003;
- Ministro-Conselheiro na Embaixada em Viena, de 2003 a 2004;
- Diretor Departamento da América do Sul, entre 2004 e 2007;
- Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral da América do Sul, de 2007 a 2009;
- Embaixador na Embaixada em Buenos Aires, de 2010 a 2013; Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros, entre 2013 e 2015;
- Presidente da Comissão de Ética do MRE, também entre 2013 e 2015;
- Embaixador na Embaixada do Brasil no México, de 2015 a 2018; e
- Cônsul-Geral no Consulado-Geral do Brasil em Nova York, de 2018 até o presente.

Foi galardoado com importantes condecorações do Brasil, do Peru, da Argentina e do México.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

SF/20243.10249-60

De acordo com o *curriculum vitae* apresentado, é autor de artigos em periódicos especializados no Brasil, na Argentina e no México.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Noruega e sobre a Islândia, o qual informa acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

Em 2011, o governo norueguês lançou a "Estratégia Brasil", com diretrizes para o relacionamento bilateral em quatro áreas prioritárias: comércio e investimentos; clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desafios globais; conhecimento e desenvolvimento social. O documento não perdeu sua atualidade e permanece válido.

Brasil e Noruega mantêm mecanismo de consultas políticas. A primeira reunião foi realizada em Brasília, em 2011. A segunda, em Oslo, em 2012. A terceira ocorreu por ocasião da visita do príncipe Haakon a Brasília, em 2015, e a quarta, em 2017, em Oslo.

O fluxo comercial entre o Brasil e a Noruega, em 2019, registrou total de US$ 1,668.9 bilhão, com aumento de 24,7% em relação a 2018. O superavit a favor do Brasil, em 2019, ficou em US$ 468,3 milhões. As exportações para a Noruega alcançaram US$ 1,068.6 bilhão, em 2019, com aumento de 33,4% com relação a 2018. Como em anos anteriores, os principais itens exportados foram alumina calcinada, soja e café. As importações foram de US$ 600,3 milhões e registraram aumento de 11,8% em relação ao ano anterior. Os principais itens foram adubos e fertilizantes, gás natural liquefeito e bacalhau. Investimentos noruegueses estão presentes no Brasil pelo menos desde os anos 1960. Um exemplo é a Aracruz Celulose, fundada pela família norueguesa Lorentzen, em 1967. O Brasil é o terceiro maior destino desses investimentos, depois dos Estados Unidos e da União Europeia. A "Estratégia-Brasil", formulada em 2011, incentivou diversas empresas a estabelecerem sucursais no Brasil. O fundo soberano norueguês também possui investimentos em dezenas de empresas brasileiras, estimados

SF/20243.10249-60

em aproximadamente US$ 12 bilhões. A Noruega aparece como parceira preferencial do Brasil no esforço de desenvolvimento de facilidades de exploração do pré-sal. Atualmente, cerca de 120 empresas norueguesas estão presentes no Brasil,

Os temas de meio ambiente ocupam espaço central na política e na sociedade norueguesas e são objeto de constante diálogo da embaixada do Brasil em Oslo com as autoridades locais. A Noruega vinha sendo o principal contribuinte do Fundo Amazônia e tem mantido contato com autoridades brasileiras sobre sua reativação, elencada, pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal, como uma das "ações imediatas" no combate ao desmatamento ilegal na região.

Já sobre a Islândia, registre-se que os dois países mantêm relações cordiais, com potencial de aprofundamento e expansão. Os dois países são representados por meio de embaixadas não-residentes. A embaixada do Brasil em Oslo ocupa-se, cumulativamente, da representação junto ao governo islandês. A Islândia é representada junto ao governo brasileiro por embaixador residente em Reykjavik. O relacionamento com o Brasil (e os demais países dos BRICS) é declaradamente prioridade externa do governo islandês, principalmente no terreno econômico. Em 2016, o presidente da Islândia, Gudni Johannesson, veio ao Brasil para os Jogos Paraolímpicos. Em 2014, o então ministro dos Negócios Estrangeiros da Islândia, Gunnar Bragi Sveinsson, visitou Brasília, São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro. Encontrou-se, na ocasião, com seu homólogo, com quem foram discutidos a cooperação bilateral, o diálogo MERCOSUL-EFTA e temas políticos multilaterais. Na ocasião, o chanceler islandês reafirmou o apoio do país ao pleito brasileiro por assento permanente em Conselho de Segurança da ONU reformado.

Registra-se a existência de pequeno grupo de descendentes de islandeses que emigraram para o Brasil em meados do século passado e ainda mantém contatos com seus ancestrais nórdicos. A maior parte dos descendentes reside no Paraná. Em 2011, foi assinado Memorando de Entendimento entre o Ministério de Pesca e Aquicultura brasileiro e o Ministério de Pesca e Agricultura da Islândia.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

SF/20243.10249-60

Nos últimos anos, as exportações brasileiras para Islândia foram, em sua quase totalidade, de alumina calcinada, insumo importante para a indústria pesada local. Em 2019, as vendas do produto corresponderam a US$ 114 milhões dos US$ 118 milhões exportados para aquele país. Outros itens exportados foram café, cereais e máquinas mecânicas. Do lado das importações (US$ 12,3 milhões), os principais itens da pauta foram peixes e frutos do mar, seguidos de alumínio e de instrumentos de precisão. Vale destacar a presença no Brasil da Marel, multinacional islandesa do ramo de equipamentos para processamento de alimentos. Presente desde 1994, a empresa possui planta montadora em Curitiba e escritórios no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O foco dos negócios está no atendimento à indústria de processamento de carnes.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador Carlos Fávaro
PSD/MT

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 82, DE 2020

(nº 593/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ENIO CORDEIRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na Islândia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 593

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **ENIO CORDEIRO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na Islândia.

Os méritos do Senhor **ENIO CORDEIRO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de outubro de 2020.

EM nº 00195/2020 MRE

Brasília, 13 de Outubro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ENIO CORDEIRO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na Islândia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ENIO CORDEIRO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.005787/2020-48

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 641/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 15 de outubro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho, a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ENIO CORDEIRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na Islândia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 15/10/2020, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2170774** e o código CRC **7D1209CE** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005787/2020-48 SEI nº 2170774

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ENIO CORDEIRO*
CPF.: 183.559.789-00
ID.: 6221 MRE

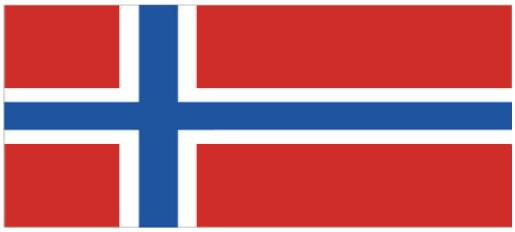
1953	Filho de Benedicto João Cordeiro e Edmée Rosa Cordeiro, nasce em 12 de março, em Curitiba/PR
Dados Acadêmicos:	
1975	CPDC - IRBr
1979	Direito pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília/DF
1982	CAD - IRBr
1993	CAE - IRBr, Política Indigenista Brasileira e Promoção Internacional dos Direitos das Populações Indígenas (com menção)
Cargos:	
1976	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário
1982	Primeiro-Secretário, por merecimento
1990	Conselheiro, por merecimento
1997	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2006	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1976-81	Divisão das Nações Unidas, Assistente
1977	Conselho Nacional de Entorpecentes e Psicotrópicos, Representante Alterno do MRE
1981-85	Delegação Permanente em Genebra, Segundo-Secretário
1985-87	Embaixada em Lima, Primeiro-Secretário
1987-89	Embaixada em Libreville, Primeiro-Secretário, comissionado Conselheiro
1989-91	Divisão de Assuntos Humanitários e Meio Ambiente, Subchefe
1991	Presidência da República, Secretaria-Geral, Assessoria para Assuntos Sociais
1991-94	Embaixada em Washington, Conselheiro
1994-95	Consulado em Houston, Cônsul
1995-97	Divisão de Meio Ambiente, Chefe
1997-2003	Missão junto à ONU, Nova York, Ministro-Conselheiro
2003-2004	Embaixada em Viena, Ministro-Conselheiro
2004-2007	Departamento da América do Sul, Diretor
2007-2009	Subsecretaria-Geral da América do Sul, Subsecretário-Geral
2010-2013	Embaixada em Buenos Aires, Embaixador
2013-2015	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros, Subsecretário-Geral
2013-2015	Presidente da Comissão de Ética do MRE
2015-2018	Embaixada do Brasil no México, Embaixador
2018	Consulado-Geral do Brasil em Nova York, Cônsul-Geral
Condecorações:	
1989	Orden del Sol, Peru, Oficial
2006	Ordem do Mérito Mauá, Brasil
2008	Medalha do Pacificador, Brasil
2009	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2009	Ordem do Mérito Tamandaré, Grande Oficial
2009	Orden al Mérito por Servicios Distinguidos, Peru, Gran Cruz

2010	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2011	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz
2011	Ordem do Mérito de Defesa, Grande Oficial
2013	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial
2013	Orden del Libertador San Martín, Argentina, Gran Cruz
2018	Orden del Aguila Azteca, en grado de Banda
Publicações:	
1994	Artigo: "Política Indigenista del Brasil y Autodeterminación", in América Indígena, v. 54 n. 3, p 55-98. Instituto Indigenista Interamericano, México.
2009	Artigo: "Brasil y Argentina: socios en el camino de la integración", in El Cronista Comercial, Argentina.
2010	"Brasil y Argentina: socios en el camino de la integración", in El Cronista Comercial, Argentina
2015	"Las relaciones Brasil-México y su importancia en el contexto regional", in Reforma, México

LUIS PINTO COSTA
Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

NORUEGA



Maço Básico
OSTENSIVO
Julho de 2020

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino da Noruega
GENTÍLICO	Norueguês
CAPITAL	Oslo
ÁREA	385,2 mil km²
POPULAÇÃO (2018, FMI)	5,258 milhões
IDIOMA	Norueguês e sami (este último falado pelo povo sami, no norte do país)
RELIGIÕES	Igreja da Noruega (Evangélica Luterana): 82,1%
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
CHEFE DE ESTADO	SM Rei Harald V (desde 1991)
CHEFE DE GOVERNO	Erna Solberg (Partido Conservador) (desde outubro de 2013)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ine Marie Eriksen Søreide (Partido Conservador) (desde outubro de 2013)
PIB (FMI)	US$ 434,94 bilhões (2019)
PIB PPP (FMI)	US$ 66,094 bilhões (2019)
PIB *per capita* (FMI)	US$ 81,694 mil (2019)
PIB PPP *per capita* (FMI)	US$ 74,356 mil (2019)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1,40% (2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa norueguesa (kr$)
IDH (2018, UNDP)	0,953/ 1º
EXPECTATIVA DE VIDA (2014, UNDP)	81,6 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	3,85 %
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Nils Martin Gunneng
COMUNIDADE BRASILEIRA	7.690

INTERCÂMBIO COMERCIAL

BRASIL⇒ NORUEGA	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2017**	**2019**
Intercâmbio	**1179,0**	**1496,9**	**1107,6**	**1422,6**	**1744,4**	**1736,4**	**1705,8**	**1826,2**	**1455,8**	**1338,0**	**1227,1**
Exportações	650,6	865,0	611,6	722,1	944,0	865,2	732,0	722,8	678,97	800,9	755,2
Importações	528,4	631,9	496,0	700,5	800,4	871,2	973,8	1103,4	776,85	537,13	471,91
Saldo	**122,2**	**233,1**	**115,6**	**21,6**	**143,6**	**-6,0**	**-241,8**	**-380,5**	**-97,9**	**263,77**	**283,29**

Fonte: MDIC. Valores em US$ milhões FOB

PERFIS BIOGRÁFICOS

Harald V
Rei da Noruega

Nasceu em fevereiro de 1937, em Asker, a 15 km de Oslo, filho do Príncipe Herdeiro Olav (futuro Rei Olav V) e da Princesa Märtha. Em 1940, em razão da invasão alemã, a família real refugiou-se no Reino Unido e nos EUA, retornando a seu país em 1945. Harald casou-se, em 1968, com Sonja Haraldsen, com quem tem dois filhos: a Princesa Märtha Louise e o Príncipe Herdeiro Haakon.

Após frequentar a Escola Preparatória de Oficiais da Cavalaria Norueguesa e a Academia Militar, estudou ciências sociais, história e economia na Balliol College, na Universidade de Oxford. Em 1957, com a morte do Rei Haakon VII, seu pai tornou-se Olav V e Harald, Príncipe Herdeiro, participando do Conselho de Estado e conduzindo missões empresariais ao exterior. Ascendeu ao trono em 17 de janeiro de 1991 e, desde então, precisou afastar-se em duas ocasiões, assumindo o Príncipe Haakon a regência: em 2003-2004 e em 2005, para tratamentos de saúde.

O Rei demonstra grande interesse por atividades esportivas, como caça, pesca e, sobretudo, barco à vela. Distinguiu-se, repetidas vezes, em competições nacionais e internacionais de barco à vela. Tem assistido, também com frequência, aos Jogos Olímpicos. Ademais, exerce, já há 20 anos, a presidência da seção norueguesa do WWF.

Erna Solberg
Primeira-Ministra

Nascida em 1961, em Bergen, no Condado de Hordaland, costa oeste norueguesa. Formou-se na Universidade de Bergen, onde obteve o grau de Mestre em Sociologia, Ciência Política, Estatística e Economia. É casada com Sindre Finnes, assessor na Associação de Indústrias da Noruega, especializado em comércio exterior e política industrial. O casal tem dois filhos.

Integra os quadros do Partido Conservador desde a juventude. Elegeu-se parlamentar em 1989, aos 28 anos. Tem sido reeleita desde então, o que a torna uma das parlamentares mais longevas da Noruega. Em 2004, assumiu a liderança de seu partido. Foi Ministra de Assuntos Locais Regionais entre 2001 e 2005. As derrotas eleitorais de 2005 e 2009 levaram-na a abrandar suas posições, sobretudo no concernente a questões imigratórias, e passar a defender face "mais humana" para o conservadorismo norueguês.

Tornou-se primeira-ministra em 2013, quando a centro-direita conquistou maioria nas eleições parlamentares.

Ine Marie Eriksen Søreide

Ministra de Relações Exteriores

Ine Marie Eriksen Søreide, nascida em 2 de maio de 1976, é ministra de Relações Exteriores desde 20 de outubro 2017, a primeira mulher a ocupar o cargo. Segue carreira política no partido conservador, tendo sido, anteriormente, ministra da Defesa, de 2013 a 2017. Atuou, também, no parlamento, como presidente do Comitê Permanente de Assuntos Estrangeiros e Defesa e presidente do Comitê de Relações Exteriores, chefe da Delegação para as Relações com o Parlamento Europeu, chefe do Comitê Consultivo Europeu (2009 a 2013) e presidente do Comitê Permanente de Educação, Pesquisa e Assuntos da Igreja (2005 a 2009).

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 2011, o governo norueguês lançou a "Estratégia Brasil", com diretrizes para o relacionamento bilateral em quatro áreas prioritárias: comércio e investimentos; clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desafios globais; conhecimento e desenvolvimento social. O documento não perdeu sua atualidade e permanece válido.

Em novembro de 2015, o príncipe Haakon Magnus, herdeiro do trono norueguês, visitou o Brasil. Em Brasília, encontrou se com o então vice-presidente da República, Michel Temer. O visitante se fez acompanhar, na ocasião, de comitiva composta pela ministra de Comércio e Indústria e pelos vice-ministros de Comércio, Negócios Estrangeiros, Petróleo e Energia, Clima e Meio Ambiente, e Educação e Pesquisa. Durante a visita, foi firmado Memorando de Entendimento sobre Transporte Marítimo. A delegação norueguesa participou de encontro empresarial bilateral no Rio de Janeiro, com a participação de 45 empresas e 75 lideranças do mundo dos negócios. Em seguida, deslocou-se para Belém do Pará, onde sua programação incluiu, entre outros temas, clima e meio ambiente, educação e pesca.

O presidente Michel Temer visitou Oslo em junho de 2017, quando se reuniu com o rei Harald V, com a primeira-ministra Erna Solberg e com o então presidente do Parlamento, Olemic Thommessen. Oportunidades para investimentos noruegueses no Brasil e a cooperação em meio ambiente constituíram os temas centrais dos encontros.

Brasil e Noruega mantêm mecanismo de consultas políticas. A primeira reunião foi realizada em Brasília, em 2011. A segunda, em Oslo, em 2012. A terceira ocorreu por ocasião da visita do príncipe Haakon a Brasília, em 2015, e a quarta, em 2017, em Oslo.

RELACIONAMENTO ECONÔMICO-COMERCIAL BILATERAL

O fluxo comercial entre o Brasil e a Noruega, em 2019, registrou total de US$ 1,227 bilhão, com queda de 8,2% em relação a 2018. O superávit a favor do Brasil, em 2019, ficou em US$ 283,3 milhões.

As exportações para a Noruega alcançaram US$ 755,2 milhões em 2019. Como em anos anteriores, os principais itens exportados foram alumina calcinada, soja e café. As importações foram de US$ 471,91 milhões e registraram redução de 12% em relação ao ano anterior. Os principais itens foram adubos e fertilizantes, gás natural liquefeito e bacalhau.

Investimentos noruegueses estão presentes no Brasil pelo menos desde os anos 1960. Um exemplo é a Aracruz Celulose, fundada pela família norueguesa Lorentzen, em

1967. O Brasil é o terceiro maior destino desses investimentos, depois dos Estados Unidos e da União Europeia. A "Estratégia-Brasil", formulada em 2011, incentivou diversas empresas a estabelecerem sucursais no Brasil. O fundo soberano norueguês também possui investimentos em dezenas de empresas brasileiras, estimados em aproximadamente US$ 12 bilhões.

A Noruega aparece como parceira preferencial do Brasil no esforço de desenvolvimento de facilidades de exploração do pré-sal. Atualmente, cerca de 120 empresas norueguesas estão presentes no Brasil, entre as quais:

- a petroleira estatal Equinor: opera desde 2011 o Campo de Peregrino e participa da exploração de outros oito blocos nas bacias de Campos, Espírito Santo, Santos e Jequitinhonha;
- a fabricante de equipamentos para o setor de P&G Aker Solutions: presente no Brasil desde 1977, a empresa atua no fornecimento de produtos fabricados com conteúdo local para plataformas da Petrobras. Após investimentos em nova unidade na Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras/RJ, a empresa tornou-se, em junho de 2008, a primeira a fabricar no Brasil "risers" de perfuração em águas profundas. No momento, está construindo nova unidade fabril em Macaé/RJ;
- a Yara (fertilizantes): opera no Brasil desde 1997, tendo realizado, a partir de 2000, série de aquisições (Adubos Trevo, em 2000, Fertibrás, em 2006, Bunge Fertilizantes do Brasil, em 2013). É a maior empresa do setor no Brasil;
- a Norsk Hydro (mineração): presente no Brasil desde 1977. Desde 2011, adquiriu importantes ativos no setor de alumínio no estado do Pará, antes pertencentes à empresa Vale; e
- a DOF, a Petroleum Geo-Services/PGS e a Subsea (equipamentos e serviços para o setor de petróleo e gás), a Statkraft, a Jotun (tintas), a SN Power e a Umoe Bioenergy (energias renováveis), bem como várias firmas de navegação ou fabricantes de embarcações e equipamentos navais (p.ex, Kongsberg Maritime, Olympic Maritima, Vard, Farstad, Rolls-Royce turbinas e Wilhelmsen Ships)

COOPERAÇÃO EM MEIO-AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA

Os temas de meio ambiente ocupam espaço central na política e na sociedade norueguesas e são objeto de constante diálogo da embaixada do Brasil em Oslo com as autoridades locais. A Noruega vinha sendo o principal contribuinte do Fundo Amazônia e tem mantido contato com autoridades brasileiras sobre sua reativação, elencada, pelo

Conselho Nacional da Amazônia Legal, como uma das “ações imediatas” no combate ao desmatamento ilegal na região.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se que 7.690 brasileiros residam na Noruega. Depois de Oslo, Bergen é a cidade com maior número de nacionais. Além da embaixada em Oslo, existem Consulados Honorários em Bergen, Stavanger, Tromsø e Tromdheim.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano beneficiando a Noruega.

POLÍTICA INTERNA

A Noruega é uma monarquia constitucional com sistema parlamentar de governo. O chefe de estado é o rei (com funções basicamente de representação e protocolo) e o chefe de governo é o primeiro-ministro.

O parlamento unicameral (*Storting*) é formado por 169 integrantes eleitos por voto popular para mandatos de quatro anos. Os principais partidos são o Conservador, o Trabalhista, o do Progresso, o do Centro, o Liberal, o Cristão-Democrata e o da Esquerda Socialista.

Em janeiro de 2019, foi anunciada a conclusão exitosa das negociações para ingresso do Partido Cristão-Democrata (KrF) na base de apoio da primeira-ministra Erna Solberg. Com a formação do novo governo, a primeira-ministra passou a ter maioria no Parlamento pela primeira vez desde 2013, quando assumiu o cargo. Trata-se, ademais, do primeiro gabinete não controlado pela esquerda a obter maioria parlamentar desde 1985.

O novo governo Solberg é integrado pelo Partido Conservador (da primeira-ministra), pelo Partido do Progresso, pelo Partido Liberal e pelo Partido Cristão-Democrata.

A nova plataforma de governo, acordada nas negociações entre os quatro partidos, prioriza três grandes objetivos, em torno dos quais se deverão coordenar as ações e iniciativas governamentais: preservação do sistema de bem-estar social, ao mesmo tempo em que se avança na reestruturação econômica; redução de emissões de gases de efeito estufa; e reforço da segurança interna e da defesa.

A reorganização das finanças estatais, conduzida pela ministra Siv Jensen, líder do Partido do Progresso, apoia-se, sobretudo, na racionalização da máquina administrativa e na revisão dos gastos públicos.

POLÍTICA EXTERNA

A Noruega considera a ONU a estrutura básica e mandatória para a regulação do sistema internacional. O país destaca-se em matéria de cooperação para o desenvolvimento, bem como nas áreas de meio ambiente e direitos humanos. É, ainda, membro ativo da OTAN (cujo atual secretário-geral é o ex-PM norueguês Jens Stoltenberg), um dos eixos principais das políticas externa e de segurança do país.

O chamado "Alto Norte" (a região acima do Círculo Polar Ártico) é de importância fundamental para a diplomacia norueguesa. A Noruega participa com empenho do Conselho do Ártico (acordo entre os países com território na região). Acolhe, na cidade nortenha de Tromso, a secretaria-executiva da Organização, assim como a sede do "Conselho Econômico do Ártico". É pioneira na exploração de petróleo e gás nos mares da Noruega e de Barents.

A primeira-ministra Erna Solberg lançou, em janeiro de 2018, "Painel Internacional de Alto Nível sobre Economia Sustentável dos Oceanos". Trata-se de iniciativa que procura organizar as ações governamentais internacionais, em suas diferentes esferas, em torno do eixo da "economia dos oceanos".

Como vetor de articulação das políticas do Estado, a adoção do objetivo de promover a economia sustentável dos oceanos apoia-se na importância do ambiente marinho para o desempenho econômico, para a política externa, para a defesa e para a cultura da Noruega.

As rotas marítimas são fundamentais para o transporte dos principais produtos noruegueses de exportação. Interessa ao país assegurar que essas rotas não sejam interrompidas por conflitos ou disputas de fronteira.

Assim como as relações com os EUA, as relações com a Europa possuem centralidade na política externa do país. Apesar de a população norueguesa ter rejeitado, em dois referendos, o ingresso na UE, o país mantém forte cooperação com o espaço europeu, por meio do acordo EEA (Espaço Econômico Europeu, sigla em inglês). A Noruega compromete-se, nos termos dos acordos privilegiados que mantém com a UE, a observar a maior parte dos princípios e regulações comunitários, sem poder tomar parte nas negociações que estão na origem desses princípios, normas e deveres. O Parlamento norueguês internaliza cerca de cinco mil diretrizes europeias por sessão legislativa, em média.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Noruega se beneficia da abundância de riquezas naturais (sobretudo petróleo e gás, pescas, aquicultura, energia hidrelétrica, florestas e minérios) e de políticas macroeconômicas prudentes, atingindo níveis de bem-estar e coesão social que permanecem altos em relação a padrões internacionais.

Com PIB de US$ 434,94 bilhões e população de apenas 5,3 milhões de habitantes, a Noruega é um país de elevado padrão de vida. O PIB per capita é um dos mais altos do mundo e o país tem constantemente ocupado as primeiras posições no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Em 2018, segundo dados do governo, a taxa de desemprego diminuiu de 4,2% para 3,8%, enquanto a inflação subiu de 1,8% para 2,5%.

O sistema econômico norueguês reúne amplo setor público, dinâmico setor privado e abrangente rede de previdência social. O governo controla áreas-chave da economia por meio de extensa legislação e participação em grandes empresas nacionais nas quais o Estado detém expressivas parcelas acionárias.

Desde as descobertas, na década de 1960, de vastas reservas de petróleo e gás em águas territoriais norueguesas, a balança comercial tem-se beneficiado da demanda internacional por produtos do setor (petróleo, gás, equipamentos e tecnologia, serviços, transporte etc.). Este, além de contribuir diretamente para as exportações e para as receitas fiscais do Estado, favorece também elevado nível de atividade e de investimentos nas áreas de extração, produção, transporte e desenvolvimento de tecnologias e sistemas correlatos à indústria do petróleo e gás.

Existe consenso político em relação à conveniência de gerir o uso das enormes rendas do setor petrolífero para alcançar dois objetivos principais: i) evitar grandes distorções na economia resultantes do chamado "efeito petróleo"; e ii) assegurar receitas para o Estado, visando ao financiamento do sistema de bem-estar social e à realização de investimentos estruturais. Nesse contexto, foi criado, em 1990, o Fundo Governamental de Pensões Global (FGP-G) - administrado pelo Banco Central da Noruega ("Norges Bank"). O fundo soberano norueguês conta atualmente com montante superior a US$ 1 trilhão de dólares e controla cerca de 1,4% das ações listadas em bolsas no mundo, incluindo investimentos em diversas empresas brasileiras.

A Noruega é membro da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco econômico composto também pela Suíça, Islândia e Liechtenstein. Em 2019, foram concluídas, em Buenos Aires, negociações entre o Mercosul e a EFTA para acordo de livre comércio. As negociações foram lançadas em 2017 e finalizadas após 10 rodadas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

885	O rei Harald, o Loiro, une os pequenos reinos da Noruega
994	Introdução do cristianismo pelo rei Olav Tryggvason
1450	União com a Dinamarca, com compromisso de igualdade entre os dois reinos
1814	A Dinamarca cede a Noruega à Suécia como parte do Tratado de Kiel
1814	A Suécia permite à Noruega manter sua Constituição, em troca da aceitação da união sob a monarquia sueca
1905	Os noruegueses votam pela independência
1905	Em plebiscito, os noruegueses decidem manter a monarquia
1906	O príncipe Carl, da Dinamarca, de ascendência norueguesa, é escolhido para o trono, assumindo o nome de Haakon VII
1914-1918	Durante a I Guerra Mundial, o país opta pela neutralidade
1940	A Noruega é invadida pela Alemanha. A família real e o governo exilam-se no Reino Unido e nos EUA
1945	Com o fim da ocupação alemã, o rei Haakon VII volta ao país
1945	O Partido Trabalhista vence as eleições e forma governo encabeçado por Einar Gerhardsen
1949	A Noruega adere à OTAN
1957	Com a morte do rei Haakon VII, sobe ao trono seu filho, Olav V
1960	Descoberta de reservas de petróleo e gás incrementa a economia norueguesa

1972	O país solicita adesão à CEE, mas, em referendo, a maioria da população vota contra o ingresso
1981	Gro Harlem Brundtland, do Partido Trabalhista Norueguês, que lidera a política interna no pós-guerra, torna-se a primeira mulher a chefiar o governo
1981	A oposição vence as eleições e forma o primeiro Gabinete conservador desde 1928
1991	Com a morte de Olav V, ascende ao trono seu filho, o rei Harald V
1994	O eleitorado norueguês rejeita a proposta de adesão à União Europeia
1994	Como membro da EFTA, ao lado de Islândia, Liechtenstein e Suíça, a Noruega é o primeiro país a ratificar o Tratado Constitutivo do EEA (Acordo da Área Econômica Europeia)
1997-2005	Governo democrata-cristão do ex-primeiro-ministro Kjell Magne Bondevik
2005	O trabalhismo retorna ao poder, em coalizão com os partidos Socialista e do Centro.
2005	Jens Stoltenberg assume o cargo de primeiro-ministro
2011	Atentados cometidos por Anders Breivik, resultando em 77 mortos
2013	Erna Solberg, do Partido Conservador, torna se primeira-ministra, em aliança com os progressistas

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1905	O Brasil é um dos cinco primeiros países a reconhecer a independência do Reino da Noruega
1967	Visita de Estado ao Brasil do rei Olav V
1991	Visita à Noruega do presidente Fernando Collor de Mello
1992	Visita ao Brasil da primeira-ministra Gro Harlem Brundtland, no âmbito da Conferência Rio-92
1995	Criação da Câmara de Comércio Noruega-Brasil, com sede no Rio de Janeiro
1998	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Kjell Magne Bondevik
2002	Visita à Noruega do vice-presidente Marco Maciel
2002	Criação da Câmara de Comércio Brasil-Noruega, com sede em Oslo
2003	Visita de Estado ao Brasil do rei Harald V
2003	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Kjell Magne Bondevik
2007	Criação do Conselho de Cidadãos Brasileiros na Noruega
2007	Visita de Estado à Noruega do presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2008	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jens Stoltenberg. Anúncio de contribuição norueguesa ao Fundo Amazônia
2010	Visita ao Brasil do presidente do Parlamento, Dag Terje Andersen, e do presidente do Parlamento Sámi, Egil Olli

2011	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Jonas Gahr Store
2011	Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Noruega
2011	Lançamento da "Estratégia Brasil", documento de posição norueguesa sobre as relações bilaterais
2012	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jens Stoltenberg, no marco da Conferência Rio+20
2012	Estabelecimento de Diálogo sobre Energia e da Força-Tarefa para a Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, com ênfase na cadeia produtiva de petróleo e gás
2013	Visita à Noruega do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota
2014	Visita ao Brasil do ministro de Negócios Estrangeiros da Noruega, Børge Brende
2015	Visita ao Brasil do príncipe Herdeiro Haakon, à frente de comitiva empresarial
2017	Visita à Noruega do presidente Michel Temer

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Status da Tramitação
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Transporte Marítimo	16/11/2015	Em Vigor
Protocolo alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega destinada a evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital	20/02/2014	Tramitação MRE
Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo do Reino da Noruega e o Governo da República Federativa do Brasil em Matéria Aduaneira	19/12/2012	Tramitação Congresso Nacional
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega sobre Cooperação em Temas relacionados ao Combate ao Aquecimento Global, à Proteção de Biodiversidade e ao Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável	16/09/2008	Em Vigor
Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública de Angola e da Guiné-Bissau	09/11/2007	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aquicultura e seus Derivados	07/10/2003	Em Promulgação
Comunicado de Imprensa Conjunto	07/06/1991	Em Vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital	21/08/1980	Em Vigor
Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica	05/04/1978	Em Vigor

Acordo de Privilégios e Imunidades aos Consulados e Funcionários Consulares de Carreira e aos Empregados Consulares	11/04/1973	Em Vigor
Ajuste Modificativo do Acordo sobre Venda de Celulose	07/12/1971	Em Vigor
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Marítimas dos Dois Países	30/04/1971	Em Vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	Em Vigor
Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos.	18/03/1969	Em Vigor
Acordo sobre Venda de Celulose	18/03/1969	Em Vigor
Acordo para Regular as Relações Comerciais e de Pagamentos.	11/08/1961	Em Vigor
Acordo entre o Brasil e a Noruega para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Concessão Gratuita de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns	29/05/1959	Em Vigor
Acordo para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas	19/12/1956	Em Vigor
Acordo Incluindo São Paulo entre as Escalas Regulares da "Scandinavian Airlines System"	12/05/1956	Pendente
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais, por Via Comum	01/03/1952	Em Vigor
Acordo para a Liberação dos Créditos Comerciais Atrasados da Noruega no Brasil	28/09/1935	Pendente
Acordo Comercial Provisório	19/03/1932	Pendente
Acordo Comercial	31/12/1931	Pendente
Convenção de Arbitramento	13/07/1909	Em Vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Corrente de Comércio

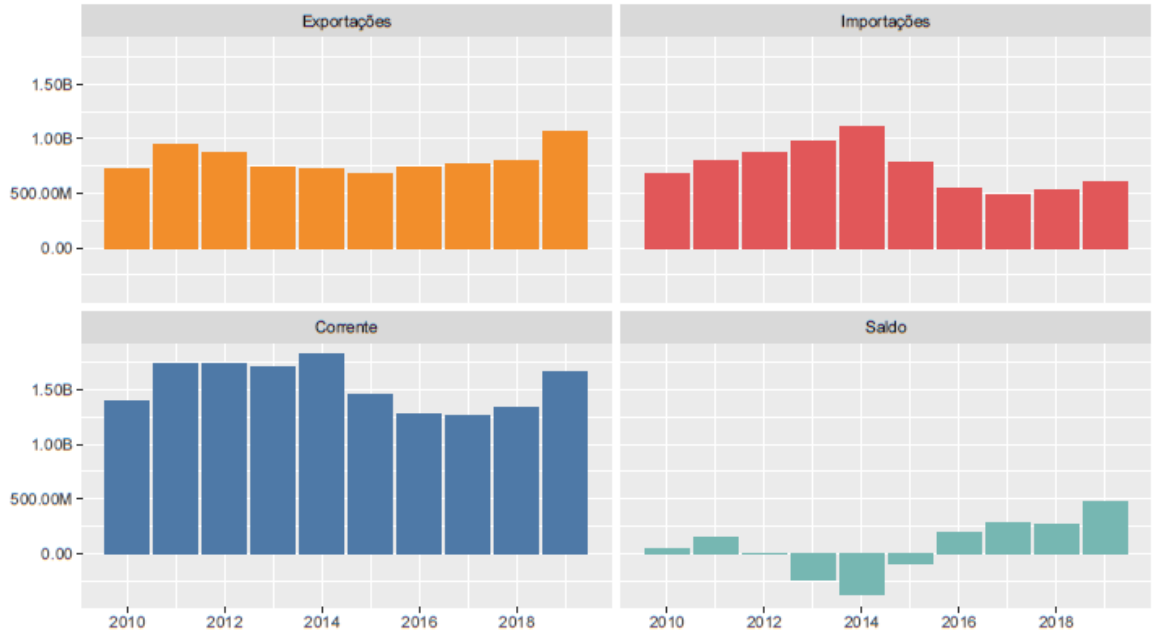
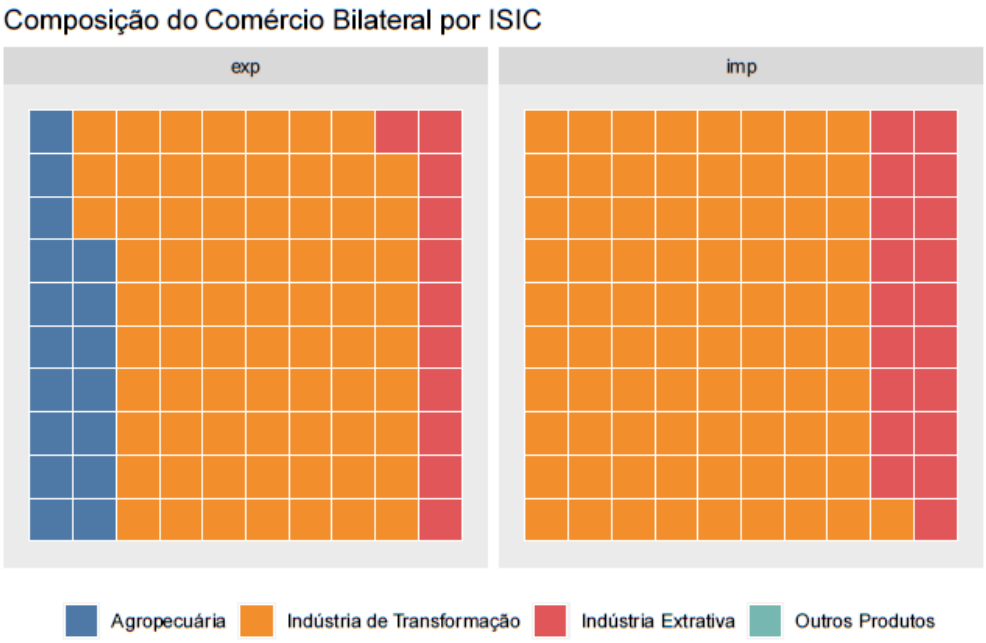


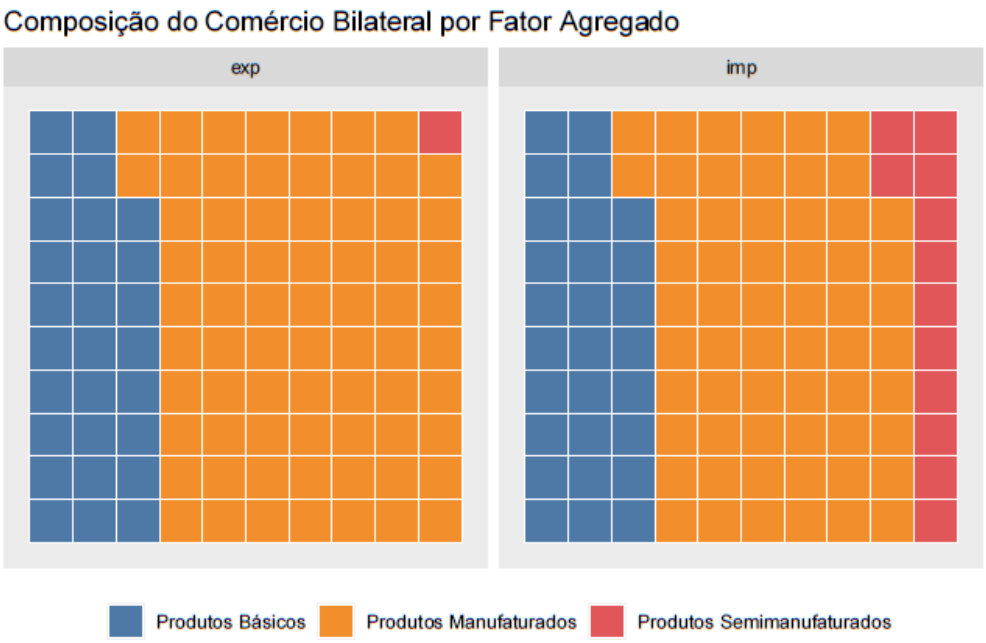
Tabela - Corrente de Comércio

	2010	2011	2012	2013	2014
Exportações	721.83M	943.84M	864.86M	731.69M	722.26M
Importações	680.91M	800.38M	871.34M	974.00M	1.10B
Saldo	40.92M	143.46M	-6.48M	-242.31M	-381.14M
Corrente	1.40B	1.74B	1.74B	1.71B	1.83B

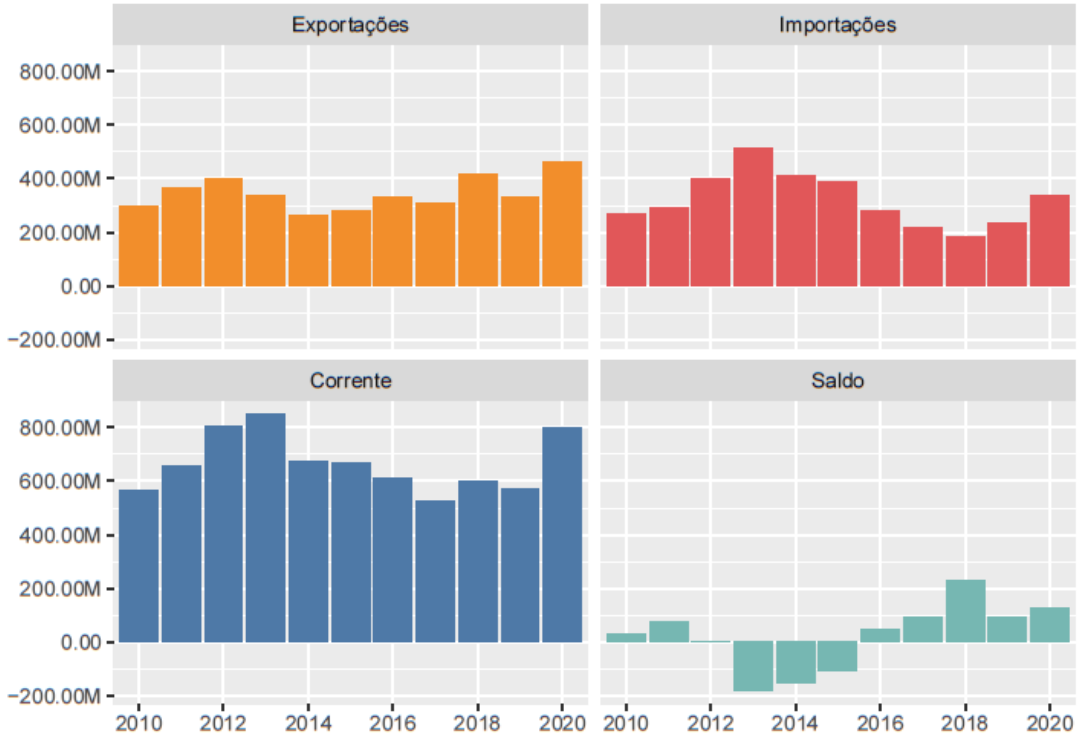
	2015	2016	2017	2018	2019
Exportações	678.59M	732.32M	774.26M	800.89M	1.07B
Importações	776.72M	539.10M	488.30M	537.13M	600.20M
Saldo	-98.13M	193.22M	285.95M	263.76M	468.30M
Corrente	1.46B	1.27B	1.26B	1.34B	1.67B

Composição do Comércio em 2019





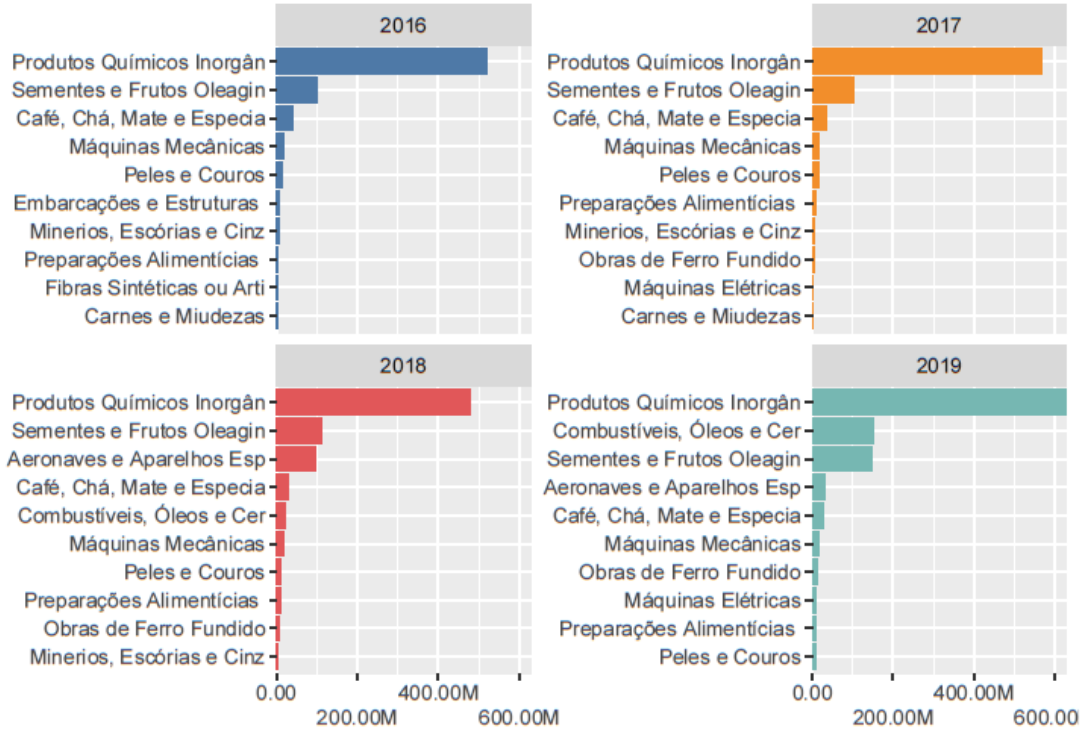
Corrente de Comércio entre Janeiro e Maio

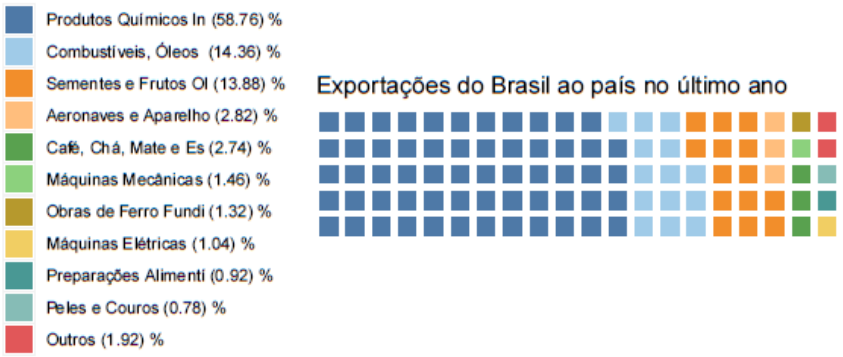


	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações	368.23M	401.59M	335.57M	261.13M	282.33M
Importações	291.09M	400.74M	513.53M	410.51M	386.11M
Saldo	77.14M	855.08K	-177.96M	-149.38M	-103.78M
Corrente	659.31M	802.33M	849.10M	671.64M	668.44M

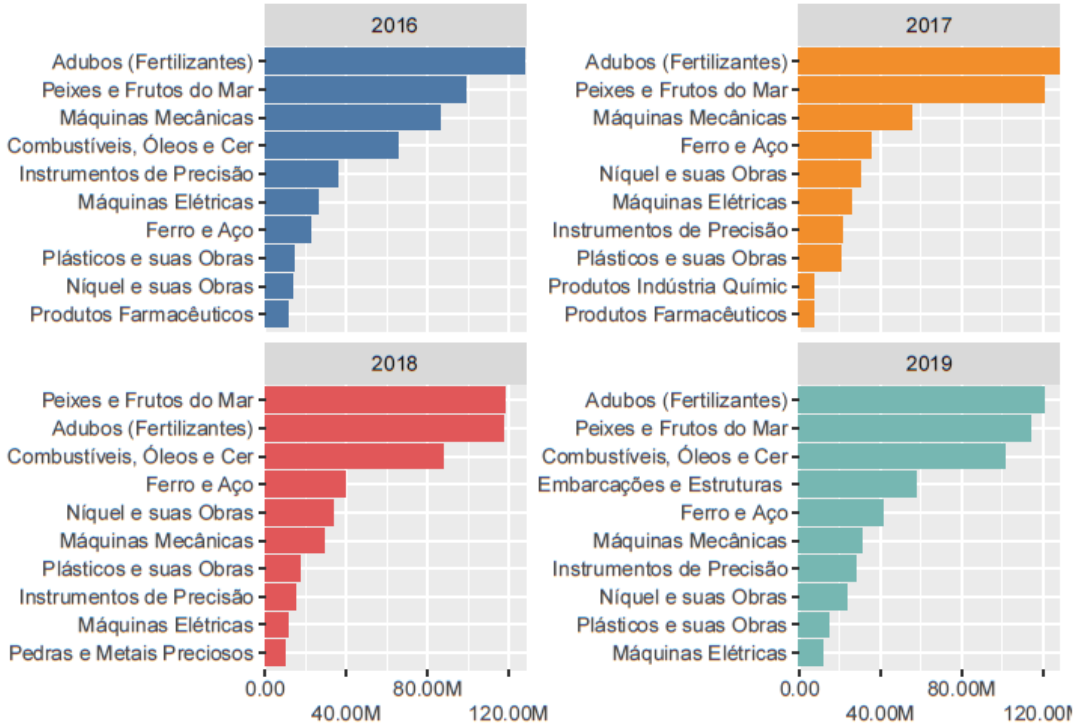
	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	330.15M	308.08M	414.56M	332.23M	460.95M
Importações	282.06M	215.02M	184.28M	237.45M	336.15M
Saldo	48.09M	93.06M	230.28M	94.78M	124.80M
Corrente	612.21M	523.10M	598.83M	569.69M	797.10M

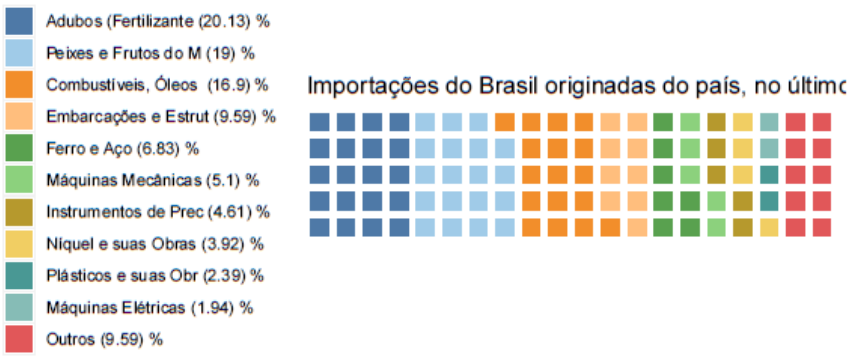
Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano





Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano





Noruega - Corrente de Comércio com o Mundo

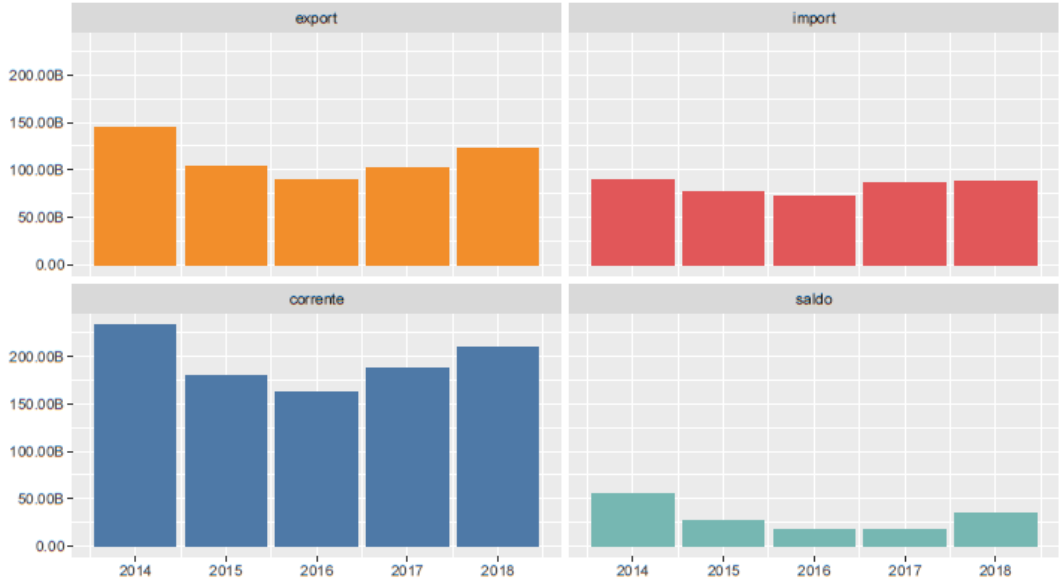


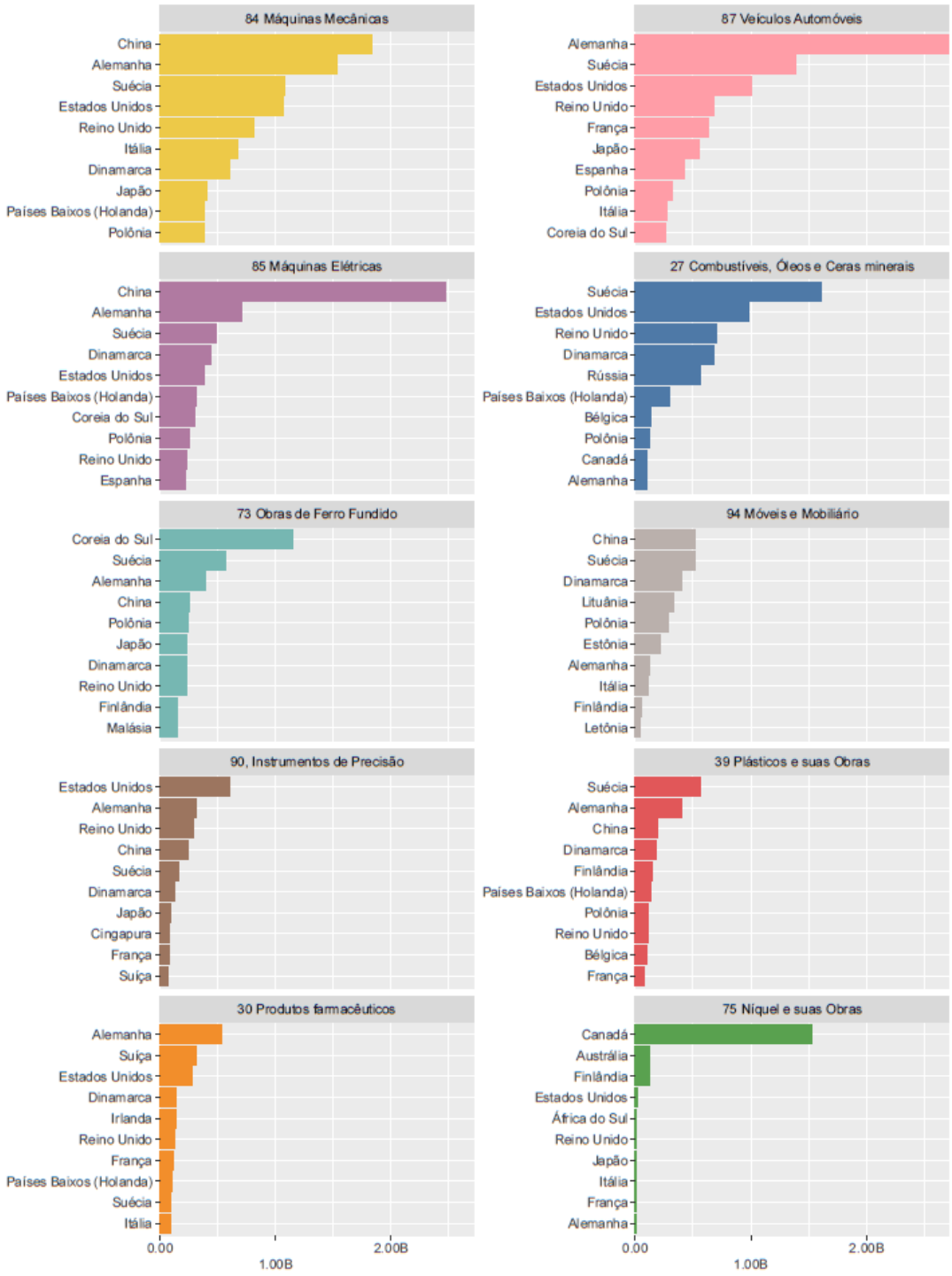
Tabela - Corrente de Comércio com o Mundo

	2014	2015	2016
Exportações	144.61B	103.79B	89.63B
Importações	89.44B	76.40B	72.81B
Saldo	55.17B	27.39B	16.82B
Corrente	234.05B	180.18B	162.44B

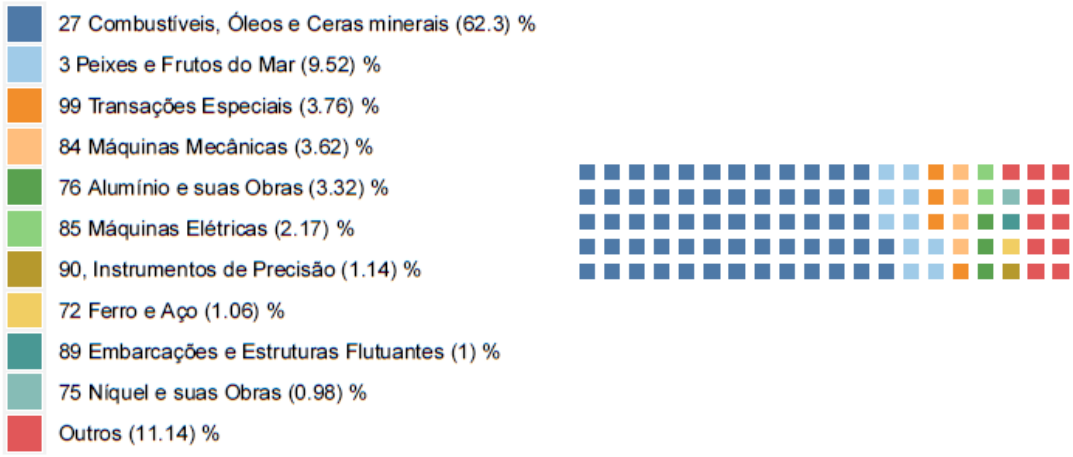
	2017	2018
Exportações	101.98B	122.64B
Importações	85.53B	87.44B
Saldo	16.45B	35.20B
Corrente	187.50B	210.08B

Noruega - 10 principais produtos exportados e seus 10 mercados prioritários em 2018

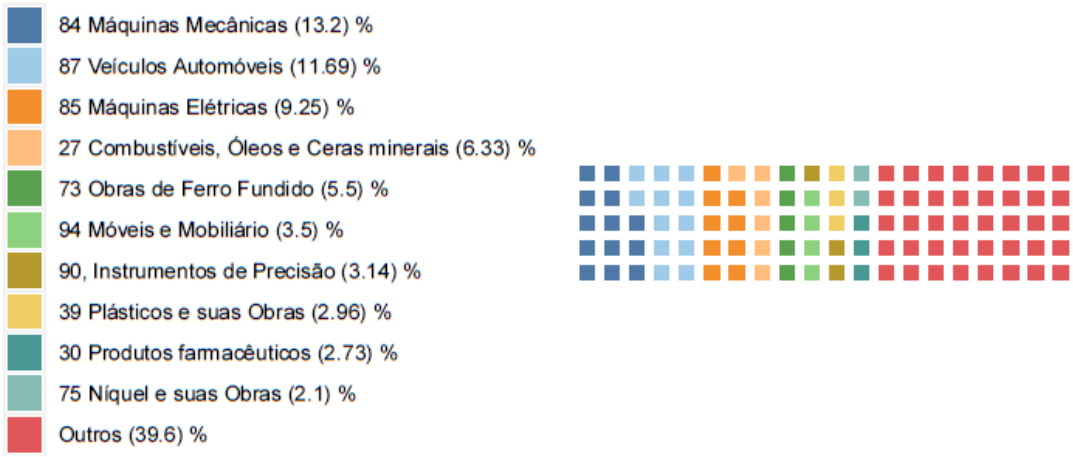
Noruega - 10 principais produtos importados e seus 10 mercados de origem em 2018



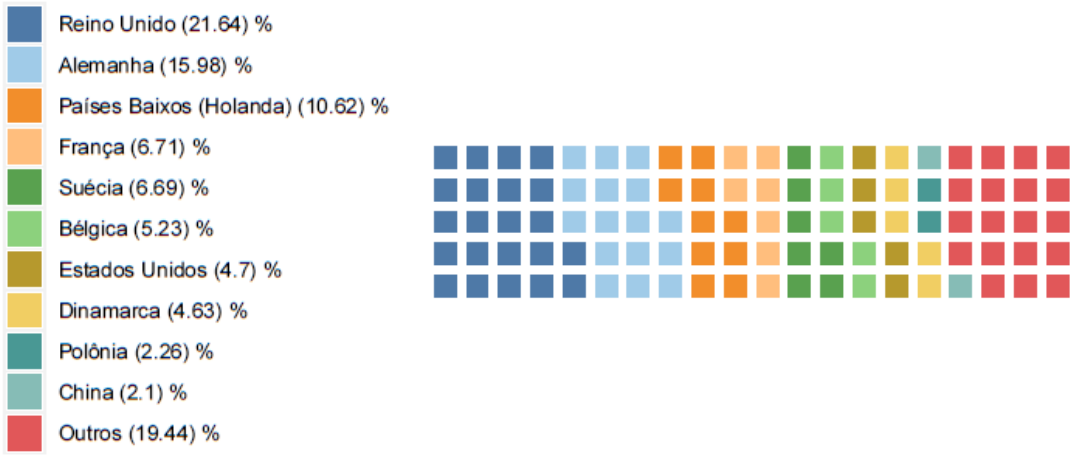
10 principais produtos exportados em 2018



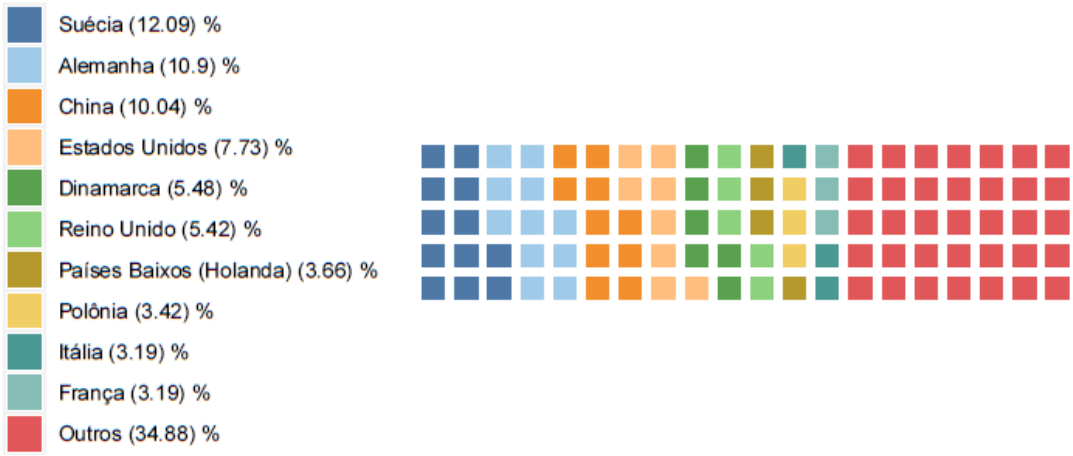
10 principais produtos importados em 2018



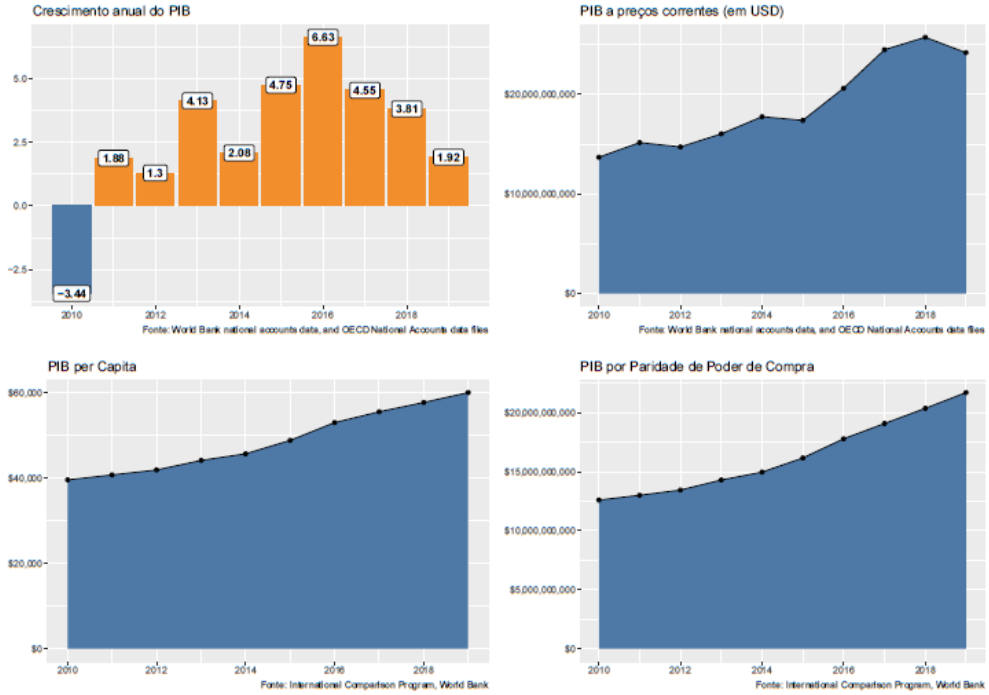
10 principais destinos de exportação em 2018



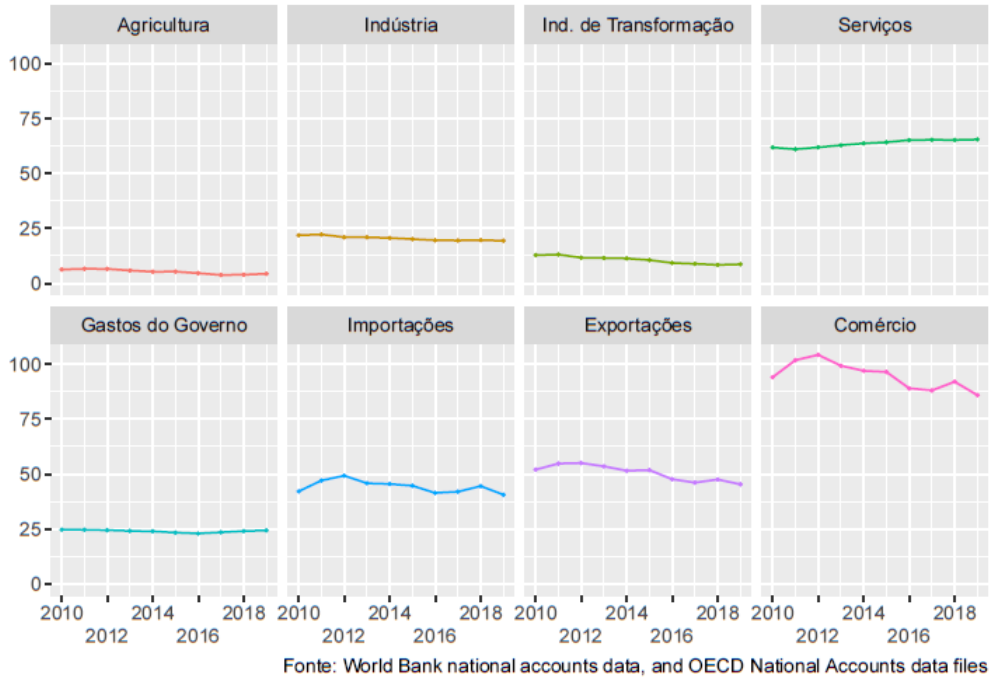
10 principais origens de importação em 2018



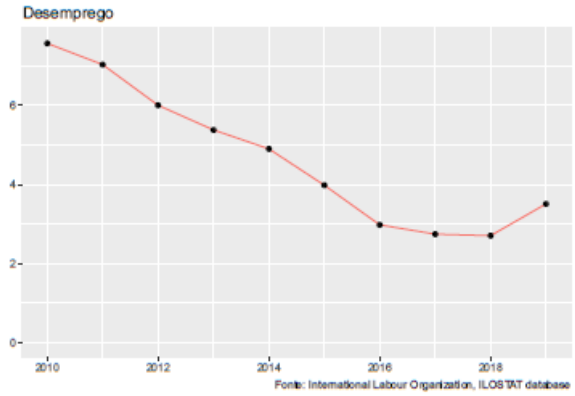
Produto Interno Bruto

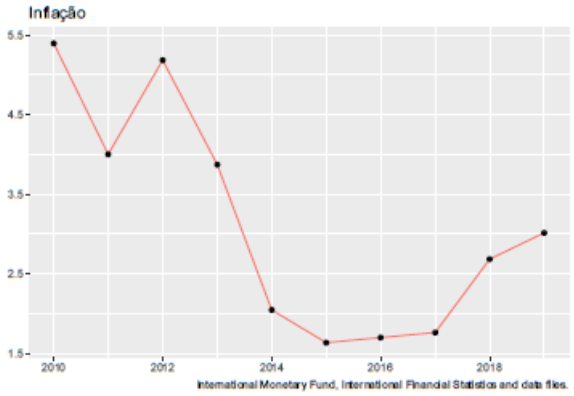


Estrutura da Economia em Proporção do PIB

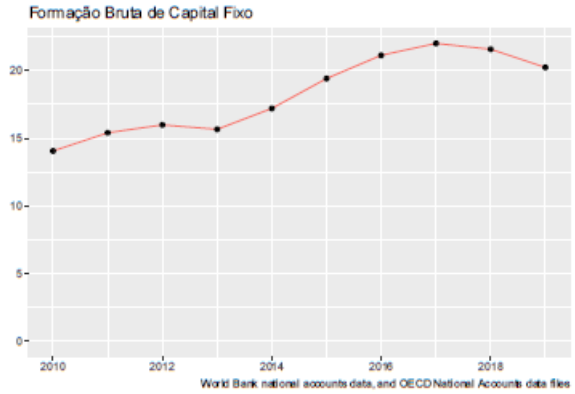


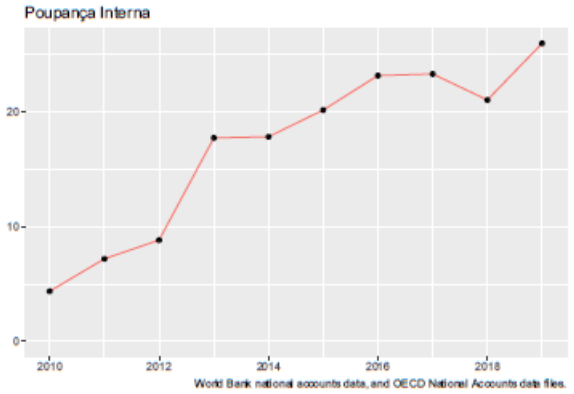
Indicadores de Inflação e Desemprego





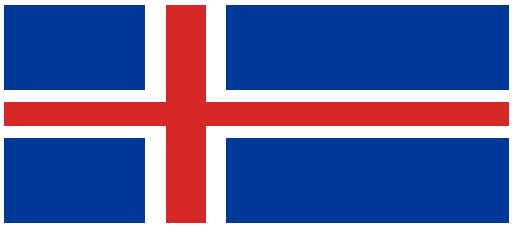
Indicadores de Investimento





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

ISLÂNDIA



OSTENSIVA
Julho de 2020

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Islândia
GENTÍLICO	Islandês
CAPITAL	Reykjavik
ÁREA	103.000 km2
POPULAÇÃO (2019)	361.313
IDIOMA	Islandês e inglês
RELIGIÕES	Igreja da Islândia (Evangélica Luterana -73.8%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
CHEFE DE ESTADO	Presidente Gudni Th. Johannesson (desde 2016)
CHEFE DE GOVERNO	PM Katrín Jakobsdóttir (Esquerda Verde) (desde 2017)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Gudlaugur Thór Thórdarson (Partido Independência) (desde 2017)
PIB (Banco Mundial)	US$ 24,19 bilhões (2019)
PIB PPP (Banco Mundial)	US$ 20,188 bilhões (2019)
PIB *per capita* (Banco Mundial)	US$ 66.944 mil (2019)
PIB PPP *per capita* (Banco Mundial)	US$ 60.061 mil (2019)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-7,2% (est. 2020); 1,9% (2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa islandesa (kr$)
IDH (2018)	0,938 / 6º
EXPECTATIVA DE VIDA	82,2 anos (2017)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI)	4,3% (est. 2015); 4,95% (2014)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Geir H. Haarde (não-residente)
COMUNIDADE BRASILEIRA	109

INTERCÂMBIO COMERCIAL

US$ milhões	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	**271**	**280**	**300**	**340**	**278**	**310**	**98**	**249**	**177**	**130**
Exportações	265	270	284	326	260	293	82,2	234	164	118
Importações	6,8	10,1	15,4	14,6	18,1	17,1	15,8	15,2	13,2	12,3
Saldo	**258**	**260**	**269**	**311**	**241**	**276**	**66,4**	**219**	**151**	**105**

Fonte: MDIC. Valores em US$ milhões FOB

PERFIS BIOGRÁFICOS

Gudni Th. Johannesson
Presidente

Gudni Th. Jóhannesson nasceu em Reykjavík, em 26 de junho 1968. Político, historiador e professor, o atual presidente da Islândia iniciou o seu mandato em 01/08/2016.

Estudou História e Ciências Políticas na Universidade de Warwick, na Inglaterra, onde graduou-se em 1991. Em 1997, obteve seu mestrado em História na Universidade da Islândia e, em 1999, estudou em Oxford onde obteve seu M.St. na mesma disciplina. Em 2003, completou seu PhD em História na Universidade de Londres (Queen Mary). Estudou alemão na Universidade de Bonn (1991-1992) e russo na Universidade da Islândia (1993-1994).

Antes de tomar posse, o presidente lecionara História na Universidade da Islândia, na Universidade Bifröst (norte da Islândia) e na Universidade de Londres. Escreveu numerosos livros sobre história moderna islandesa (as “guerras do bacalhau”, a presidência islandesa, o falecido primeiro-ministro Gunnar Thoroddsen, o ex-presidente Kristján Eldjárn), bem como obra sobre o colapso dos bancos em 2008. É também autor de dezenas de artigos acadêmicos e jornalísticos.

Katrín Jakobsdóttir
Primeira-Ministra

Katrín Jakobsdóttir nasceu em fevereiro de 1976, em Reykjavík. Graduou-se na Universidade da Islândia em 1999 em islandês e inglês. É mestre em literatura islandesa pela mesma universidade.

Foi ministra da Educação, Ciência e Cultura entre 2009 e 2013. É presidente do Movimento Esquerda Verde desde fevereiro de 2013. Em 2017, após as eleições legislativas, formou governo com a coalização entre a Esquerda Verde, o Partido Progressista e o Partido Independência. Jakobsdóttir é a segunda mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Islândia mantêm relações cordiais, com potencial de aprofundamento e expansão.

Os dois países são representados por meio de embaixadas não-residentes. A embaixada do Brasil em Oslo ocupa-se, cumulativamente, da representação junto ao governo islandês. A Islândia é representada junto ao governo brasileiro por embaixador residente em Reykjavik.

O relacionamento com o Brasil (e os demais países dos BRICS) é declaradamente prioridade externa do governo islandês, principalmente no terreno econômico. Em 2016, o presidente da Islândia, Gudni Johannesson, veio ao Brasil para os Jogos Paraolímpicos. Em 2014, o então ministro dos Negócios Estrangeiros da Islândia, Gunnar Bragi Sveinsson, visitou Brasília, São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro. Encontrou-se, na ocasião, com seu homólogo, com quem foram discutidos a cooperação bilateral, o diálogo MERCOSUL-EFTA e temas políticos multilaterais. Na ocasião, o chanceler islandês reafirmou o apoio do país ao pleito brasileiro por assento permanente em Conselho de Segurança da ONU reformado.

Registra-se a existência de pequeno grupo de descendentes de islandeses que emigraram para o Brasil em meados do século passado e ainda mantém contatos com seus ancestrais nórdicos. A maior parte dos descendentes reside no Paraná.

Em 2011, foi assinado Memorando de Entendimento entre o ministério de Pesca e Aquicultura brasileiro e o ministério de Pesca e Agricultura da Islândia.

RELACIONAMENTO ECONÔMICO-COMERCIAL BILATERAL

Nos últimos anos, as exportações brasileiras para Islândia foram, em sua quase totalidade, de alumina calcinada, insumo importante para a indústria pesada local. Em 2019, as vendas do produto corresponderam a US$ 114 milhões dos US$ 118 milhões exportados para aquele país. Outros itens exportados foram café, cereais e máquinas mecânicas.

Do lado das importações (US$ 12,3 milhões), os principais itens da pauta foram peixes e frutos do mar, seguidos de alumínio e de instrumentos de precisão.

Vale destacar a presença no Brasil da Marel, multinacional islandesa do ramo de equipamentos para processamento de alimentos. Presente desde 1994, a empresa possui

planta montadora em Curitiba e escritórios no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O foco dos negócios está no atendimento à indústria de processamento de carnes.

A Islândia é membro da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco econômico composto também pela Noruega, Suíça e Liechtenstein. Em 2019, foram concluídas, em Buenos Aires, negociações entre o Mercosul e a EFTA para acordo de livre comércio. As negociações foram lançadas em 2017 e finalizadas após 10 rodadas.

ASSUNTOS CONSULARES

O Brasil conta com um Cônsul Honorário em Reykjavik. A comunidade brasileira na Islândia é estimada em 109 nacionais. Em 2007, foi criado o Conselho de Cidadãos Brasileiros, com o intuito de servir de canal entre a comunidade brasileira local e o governo brasileiro.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano beneficiando a Islândia.

POLÍTICA INTERNA

A Islândia é uma república parlamentarista. Em 1944, tornou-se independente da Dinamarca, à qual esteve associada desde o século XIV. O chefe de Estado é eleito por sufrágio universal, para mandato de quatro anos. O presidente Gudni Johannesson, que assumiu o cargo em 1º de agosto de 2016, é o sexto presidente da República da Islândia. Cumpre seu primeiro mandato, tendo sucedido a Ólafur Ragnar Grímsson, que exerceu o cargo de 1996 a 2016.

O parlamento é formado por 63 membros, escolhidos por voto popular para mandatos de quatro anos. Os principais partidos são: Partido Progressista; Partido Independência; Movimento Esquerda-Verdes; Partido do Centro; Aliança Social-Democrata; Partido Pirata; Partido Reforma; Partido Popular.

A atual chefe de governo é a primeiro-ministra Katrín Jakobsdóttir (líder do Movimento Esquerda-Verdes), que ascendeu ao cargo em novembro de 2017, apoiada por coalizão composta por sua agremiação, pelos progressistas, pela Aliança Social-Democrata e pelo Partido Pirata. Seu antecessor foi Bjarni Benediktsson (que governou de janeiro a novembro de 2017).

Gudlaugur Thór Thórdarson, líder do Partido Independência, é o atual ministro dos Negócios Estrangeiros.

POLÍTICA EXTERNA

A Islândia é membro de várias organizações e estruturas internacionais de caráter regional, incluindo a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), a OTAN, a OCDE, a OSCE (Organização para Segurança e Cooperação na Europa), o Conselho da Europa, o Conselho do Ártico, o Conselho dos Estados do Mar Báltico e o Conselho Euro-Ártico de Barents. No entanto, dada a singularidade de sua localização geográfica e as dimensões de sua população (cerca de 326 mil habitantes) e economia, a política externa do país direciona-se prioritariamente a poucos parceiros-chave, basicamente os países escandinavos, com os quais mantém estreitos laços econômicos e culturais, e os Estados Unidos, país onde se concentra importante comunidade de origem islandesa.

A política externa islandesa elenca como pilares de sua atuação a defesa dos direitos e interesses dos pequenos países, o respeito aos direitos humanos, a resolução pacífica de conflitos e a cooperação em prol do desenvolvimento. Destaque-se, nesse sentido, a decisão de enviar ao Haiti equipe de busca e resgate para auxiliar vítimas do terremoto de 2010. O governo islandês encontra-se, igualmente, na vanguarda da campanha contra a poluição dos mares e dos esforços internacionais no combate às mudanças climáticas. Especial atenção da diplomacia islandesa recai sobre os temas árticos. A Islândia, por iniciativa do presidente Ólafur Grímssom, organiza anualmente, em Reykjavik, a principal conferência pública de avaliação da problemática regional ártica: a Assembleia do "Círculo do Ártico".

Em janeiro de 2014, o presidente Grímsson recebeu o Prêmio Nehru por sua contribuição à preservação do meio-ambiente. Registre-se que a Islândia situa-se na vanguarda mundial de produção de energia renovável, em função de seu potencial geotérmico.

A política de segurança tem como base acordo de defesa assinado com os EUA em 1951, na esteira da colaboração militar bilateral durante a II Guerra Mundial, e a cooperação em organizações internacionais de segurança. A Islândia é membro fundador da OTAN e membro da ONU desde 1946.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia islandesa é caracterizada pelo chamado "modelo escandinavo", com estrutura capitalista e princípios de livre mercado convivendo com elevado nível de impostos e abrangente sistema de bem-estar social.

Apesar de ter o menor PIB (US$ 24,19 bilhões em 2019, segundo o Banco Mundial) dentre os integrantes da OCDE, reflexo do tamanho reduzido de sua população, o país possui alto padrão de vida, com uma das mais elevadas rendas per capita do mundo.

A Islândia foi um dos países mais duramente afetados pela crise financeira internacional de 2008. Em outubro daquele ano, o governo foi obrigado a assumir os compromissos dos três maiores bancos islandeses que operavam no exterior (Glitnir, Landsbanki e Kaupthing, que faliram após o colapso do Banco Lehman Brothers). O capital dos três somava quase nove vezes o PIB do país. Como consequência, a moeda nacional sofreu acentuada desvalorização e deixou de ser comercializada livremente no sistema cambial. A atividade econômica passou por forte declínio e o desemprego experimentou espiral crescente. O governo foi compelido a firmar acordo com o FMI, com vistas a criar as condições necessárias para estabilizar a moeda e reestruturar o sistema bancário. Bancos centrais escandinavos também forneceram empréstimos emergenciais ao país.

A recuperação econômica foi gradual e, em março de 2017, o governo anunciou o término dos controles de capital, com exceção de algumas proteções financeiras, marcando o retorno da Islândia aos mercados financeiros internacionais. Dez anos após o choque econômico, a Islândia mostrou ter revertido o quadro anterior, de quase colapso, para encontrar-se, atualmente, em fase de crescimento.

Pesca, fundição de alumínio e turismo são os pilares da economia. Durante décadas, a economia foi dependente dos dois primeiros. O crescente aumento do número de visitantes estrangeiros, com subsequente demanda e valorização da "krona" islandesa, tem sustentado a taxa de câmbio e contido pressões inflacionárias. Em 2017, o número de turistas ultrapassou os 2 milhões de visitantes. O impacto econômico de tal fluxo transformou o setor de turismo na principal atividade econômica.

As águas territoriais islandesas, onde a Corrente do Golfo e as correntes frias das regiões árticas se encontram, oferece condições propícias para a existência de várias espécies marinhas. O bacalhau é a principal delas e representa cerca de 40% do total das exportações de produtos pesqueiros.

As condições para a atividade agrícola não são favoráveis. Aproximadamente um quinto do território é coberto por terra ou vegetação. Menos de 5% dessa área é cultivada,

sendo o restante utilizado como pasto. Os principais produtos agrícolas são cereais para ração animal, feno, tubérculos e legumes cultivados também em estufas aquecidas com energia geotérmica. Carne e produtos lácteos são produzidos principalmente para o mercado interno. As importações de carne, de laticínios e de certos legumes que competem com a produção local estão sujeitas a tarifas, quotas de importação e barreiras não-tarifárias.

A estrutura de produção industrial da Islândia é dominada por dois subsetores: processamento de alimentos, sobretudo de peixes e frutos do mar para exportação, e alumínio. A indústria de alumínio se beneficia de custos competitivos de energia, localização estratégica e mão de obra qualificada. Esses subsetores representaram, juntos, aproximadamente 3/4 do total da produção industrial em 2017.

Nas últimas duas décadas, foram criadas várias empresas dedicadas especificamente à exportação. A maioria está focada em inovação de produtos, pesquisa e desenvolvimento e tecnologia da informação.

No que se refere à criação e à manutenção de empregos, o setor de serviços é o mais importante, empregando mais de 2/3 da população economicamente ativa. Destacam-se as atividades relacionadas com turismo, saúde, comércio, educação, transportes e comunicações.

As exportações islandesas totalizaram, em 2018, US$ 5,56 bilhões, enquanto as importações somaram US$ 7,69 bilhões.

Os principais produtos importados são petróleo e derivados, máquinas e equipamentos, bem como produtos farmacêuticos. As principais mercadorias exportadas são alumínio, produtos da pesca, ferro e aço.

A distribuição do comércio exterior da Islândia reflete sua posição geográfica, entre os territórios da Europa e da América do Norte. Tradicionalmente, seus principais parceiros comerciais têm sido Alemanha, Dinamarca, Estados Unidos, Noruega, Países Baixos e Reino Unido.

A Islândia integra a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco econômico com o qual o Mercosul concluiu negociações de acordo de livre comércio em 2019.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Séculos VII e VIII	Colonizadores celtas se instalam na Islândia
872	Início da colonização nórdica
930	O Althing (Parlamento), órgão com funções legislativas e judiciárias, reúne-se pela primeira vez
1262-1264	Chefes de clãs islandeses aceitam a soberania do rei da Noruega
1387	Noruega e Islândia sujeitam-se à Dinamarca
1540-1550	Reforma protestante
1800	O rei dinamarquês determina o fechamento do Althing, que será restabelecido somente em 1843
1874	Nova Constituição introduzida pela Dinamarca
1940	A Islândia é ocupada por tropas britânicas, às quais se seguem forças norte-americanas
1944	Fundada a República da Islândia
1949	A Islândia se integra à OTAN como membro fundador
1980	A presidente Vigdís Finnbogadóttir torna-se a primeira chefe de estado democraticamente eleita
1996	Ólafur Ragnar Grímsson é eleito presidente
2008	Crise Financeira; colapso do sistema bancário
2009	Jóhanna Sigurdardóttir torna-se a primeira mulher a ocupar o cargo de primeiro-ministro

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1952	Estabelecimento de relações diplomáticas
1956	Assinatura de Acordo Comercial
1969	Assinatura de Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes
2011	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura brasileiro e o Ministério da Pesca e Agricultura da Islândia
2014	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Gunnar Bragi Sveinsson, ao Brasil

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação D.O.U.
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes	28/08/1969	28/11/1969	26/12/1969
Acordo Comercial	10/05/1956	01/07/1956	-
Convenção de Arbitragem	27/11/1911	12/01/1916	-

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

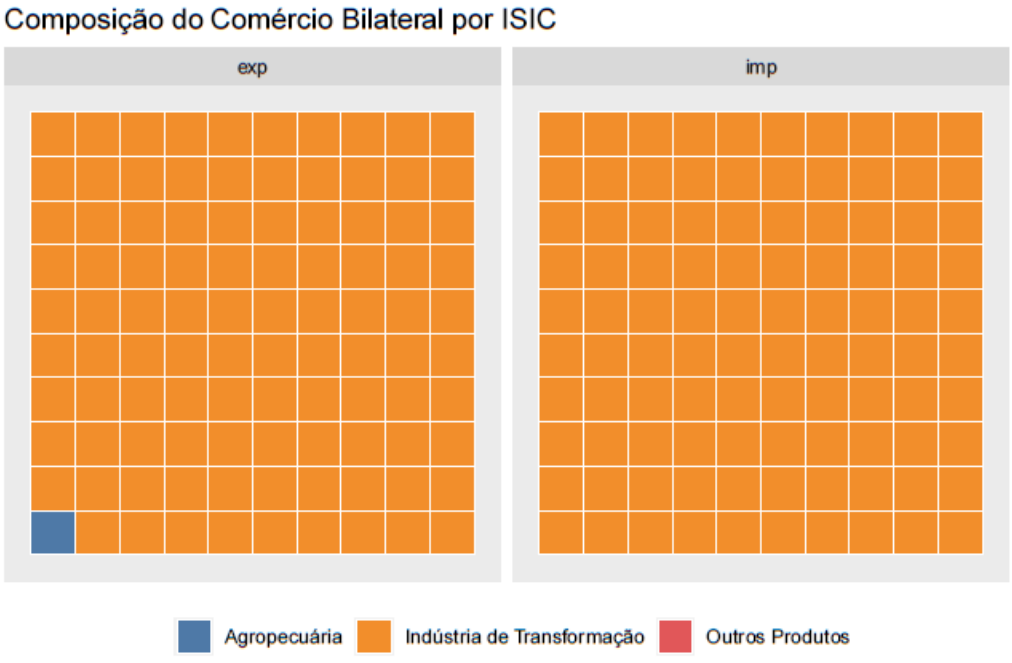
Corrente de Comércio

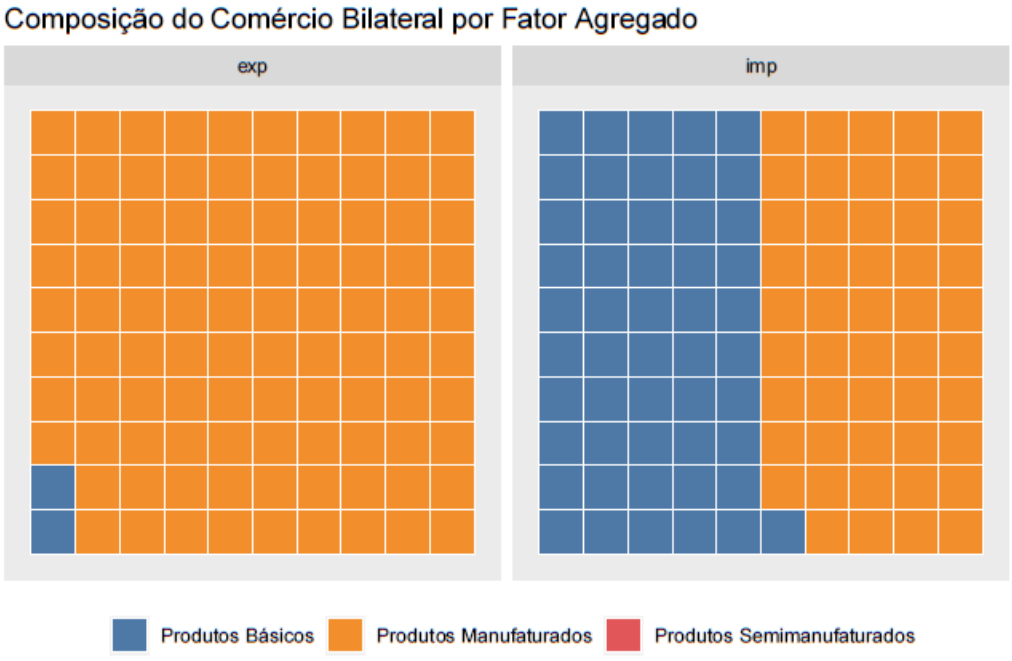
Tabela - Corrente de Comércio

	2010	2011	2012	2013	2014
Exportações	264.70M	269.85M	284.40M	325.65M	259.59M
Importações	6.77M	10.06M	15.38M	14.62M	18.14M
Saldo	257.93M	259.79M	269.02M	311.03M	241.45M
Corrente	271.46M	279.91M	299.78M	340.28M	277.73M

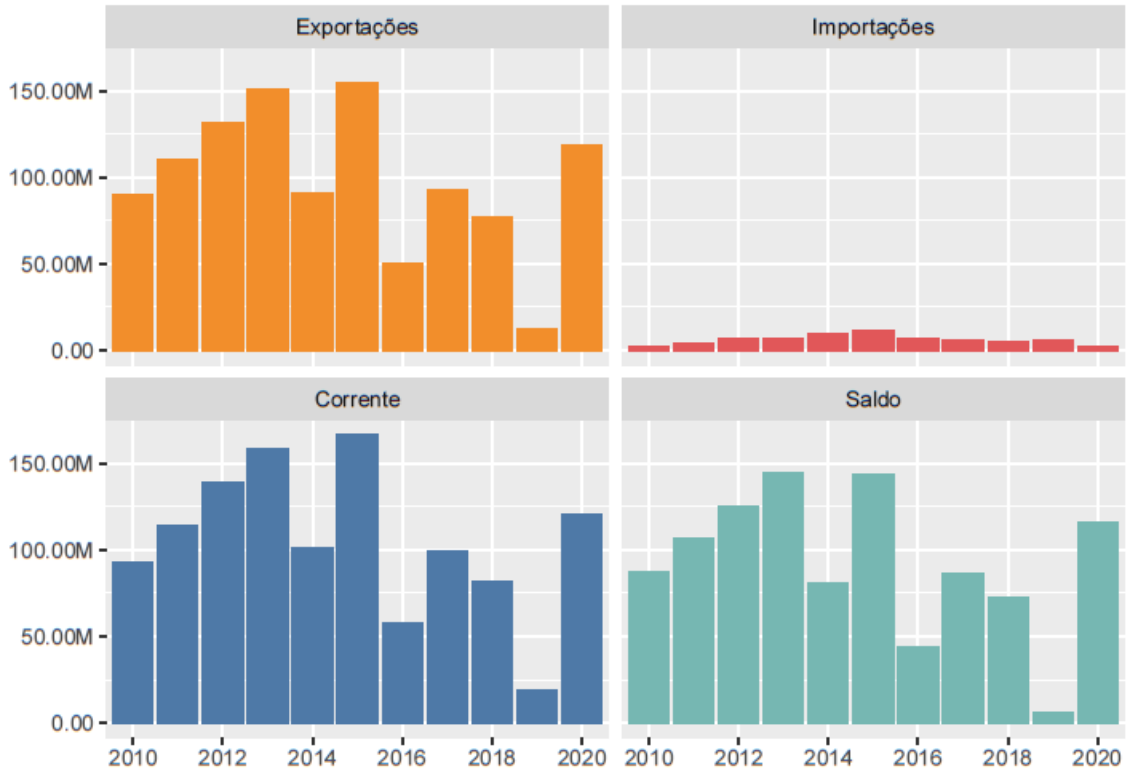
	2015	2016	2017	2018	2019
Exportações	292.86M	82.17M	234.07M	163.76M	117.75M
Importações	17.11M	15.80M	15.23M	13.18M	12.33M
Saldo	275.76M	66.36M	218.84M	150.58M	105.42M
Corrente	309.97M	97.97M	249.30M	176.93M	130.08M

Composição do Comércio em 2019





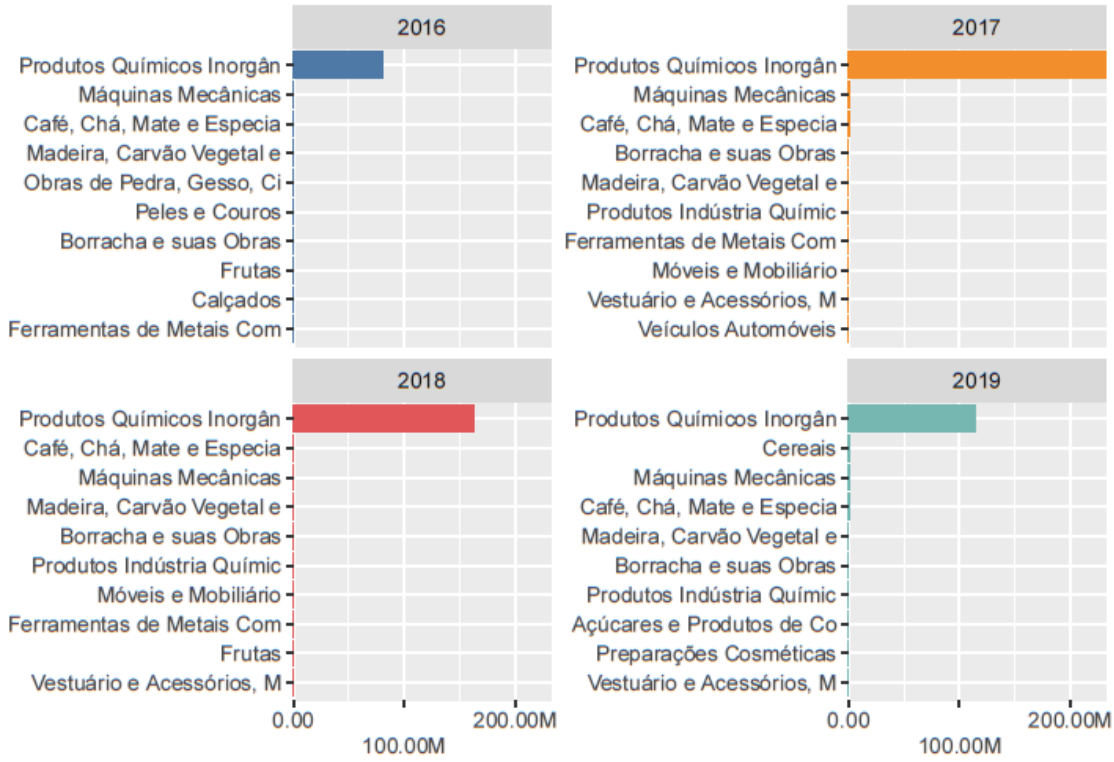
Corrente de Comércio entre Janeiro e Maio

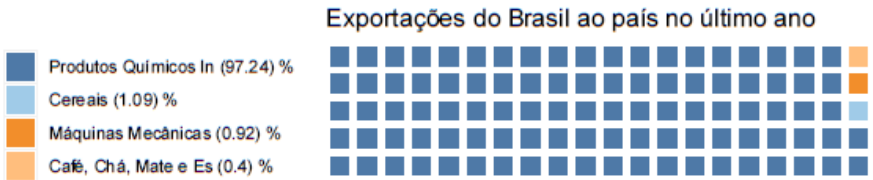


	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações	110.56M	131.93M	151.31M	91.02M	155.15M
Importações	4.13M	6.84M	6.97M	9.87M	11.60M
Saldo	106.43M	125.08M	144.34M	81.15M	143.55M
Corrente	114.69M	138.77M	158.28M	100.89M	166.74M

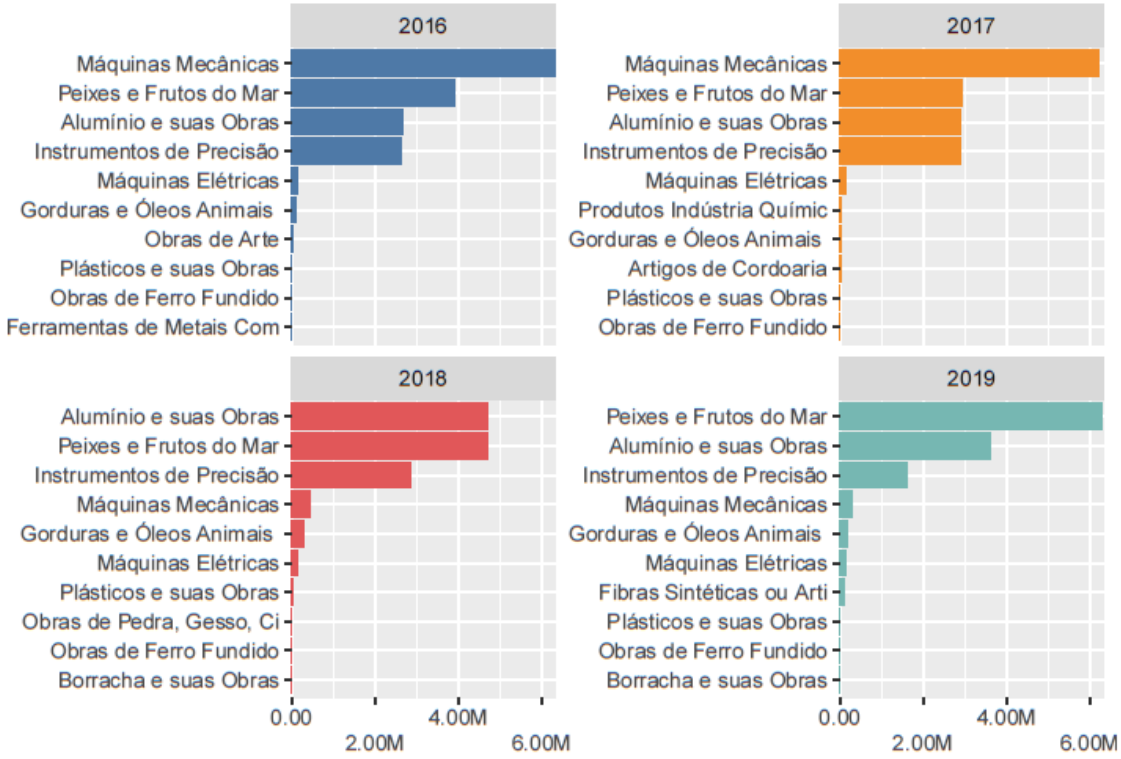
	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	50.65M	92.67M	77.57M	12.69M	118.54M
Importações	6.98M	6.34M	4.69M	6.28M	2.25M
Saldo	43.67M	86.33M	72.88M	6.41M	116.28M
Corrente	57.63M	99.02M	82.27M	18.97M	120.79M

Dez principais exportações brasileiras ao país, por ano





Dez principais importações brasileiras originadas do país, por ano



Islândia - Corrente de Comércio com o Mundo

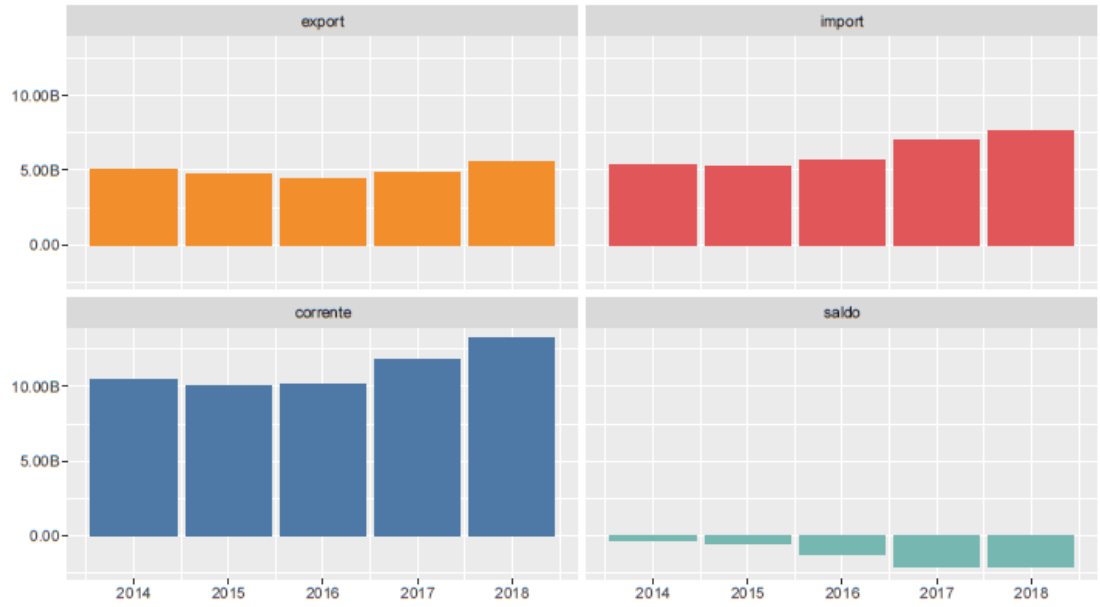


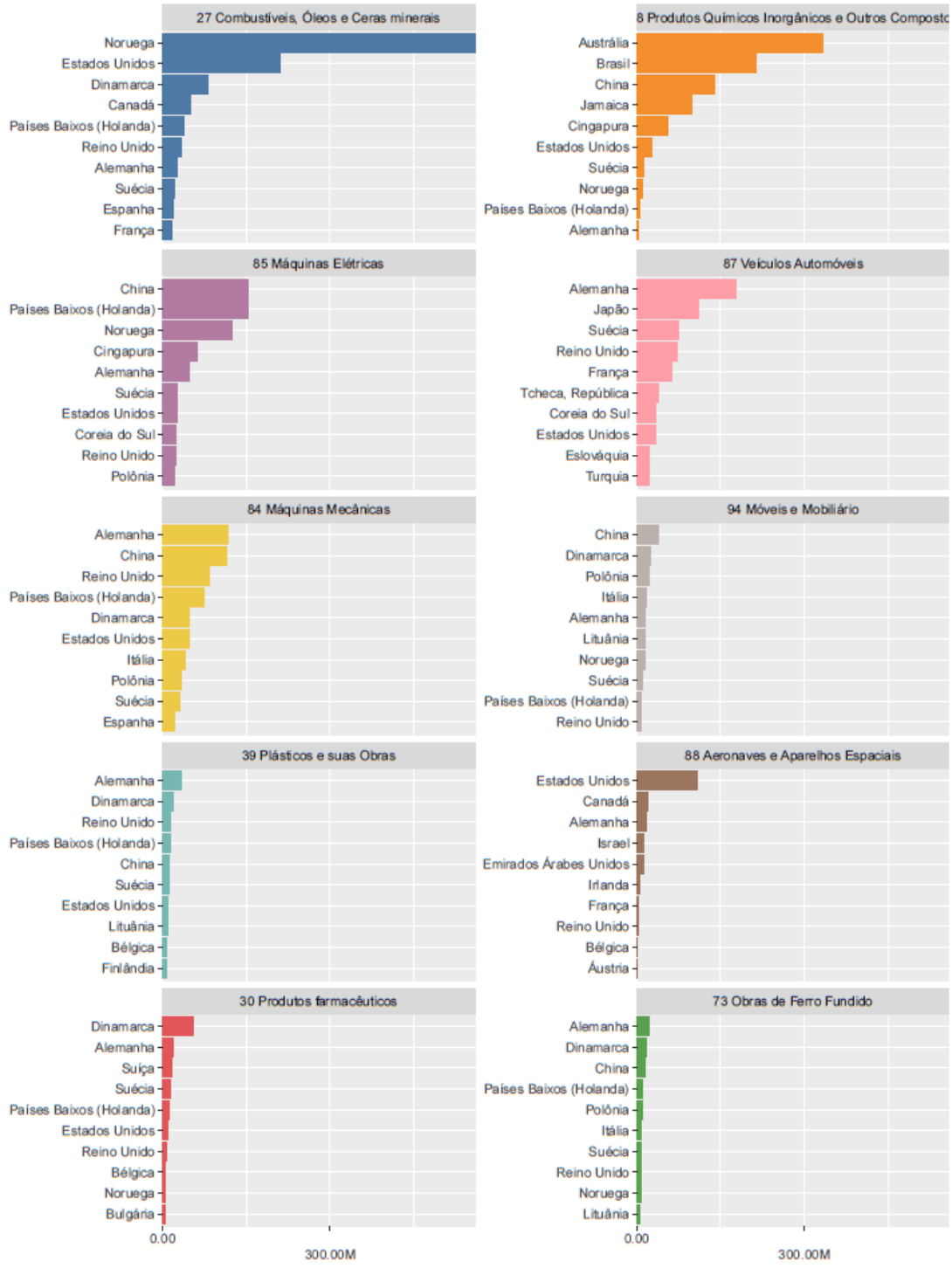
Tabela - Corrente de Comércio com o Mundo

	2014	2015	2016
Exportações	5.05B	4.72B	4.45B
Importações	5.37B	5.29B	5.70B
Saldo	-320.62M	-563.39M	-1.25B
Corrente	10.42B	10.01B	10.15B

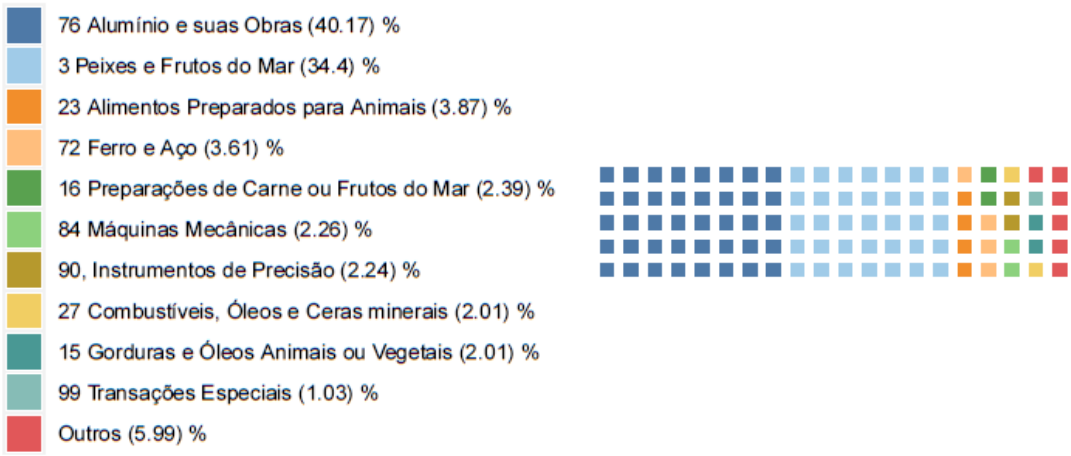
	2017	2018
Exportações	4.88B	5.56B
Importações	6.97B	7.69B
Saldo	-2.09B	-2.12B
Corrente	11.85B	13.25B

Islândia - 10 principais produtos exportados e seus 10 mercados prioritários em 2018

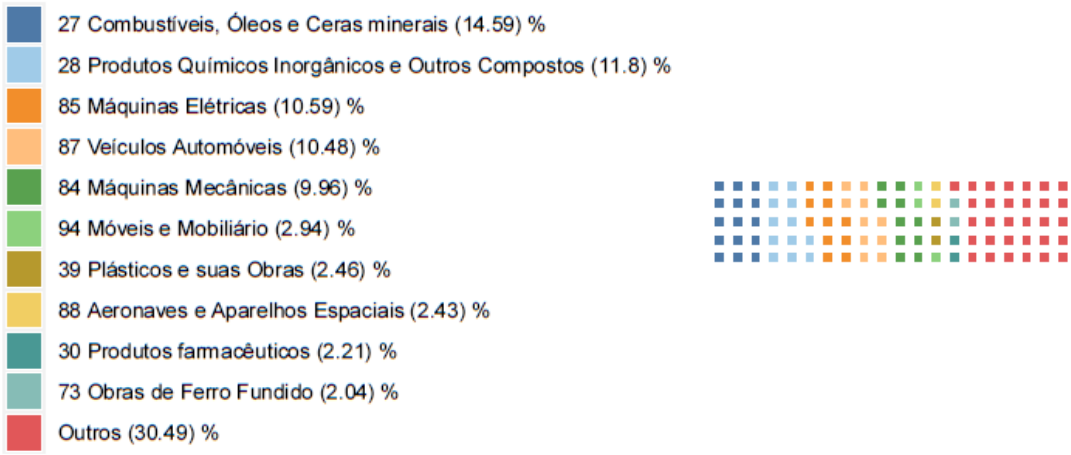
Islândia - 10 principais produtos importados e seus 10 mercados de origem em 2018



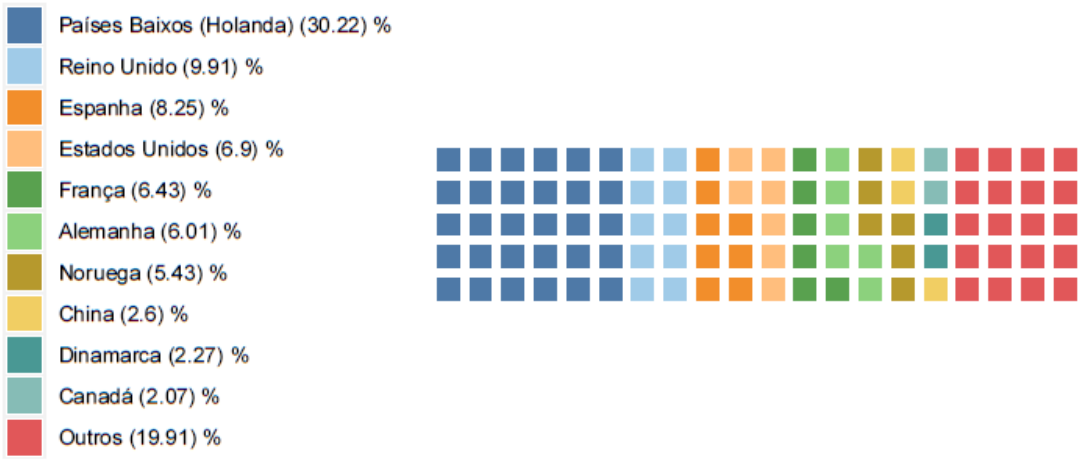
10 principais produtos exportados em 2018



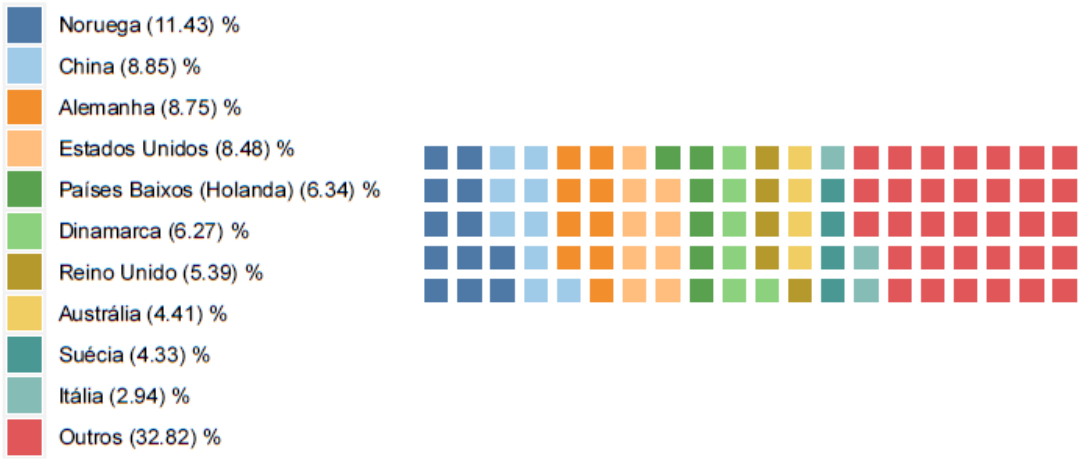
10 principais produtos importados em 2018



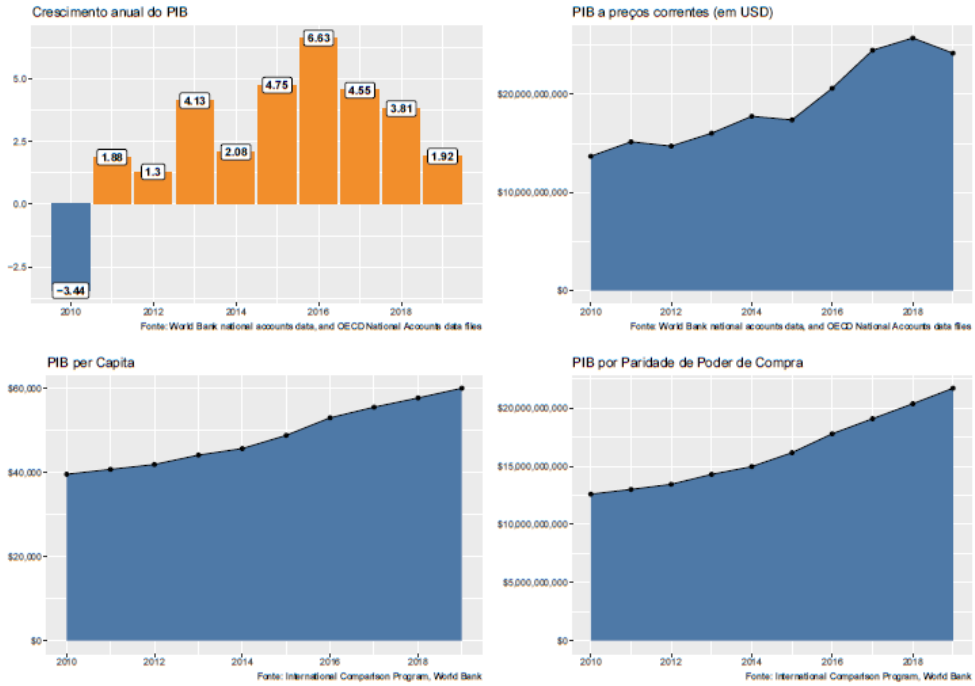
10 principais destinos de exportação em 2018



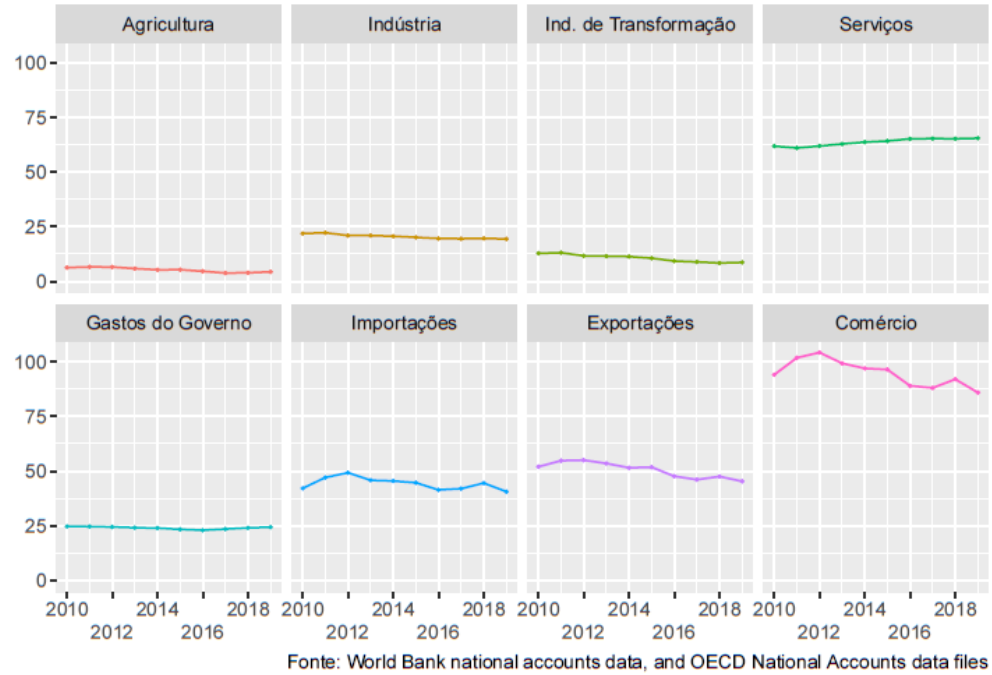
10 principais origens de importação em 2018



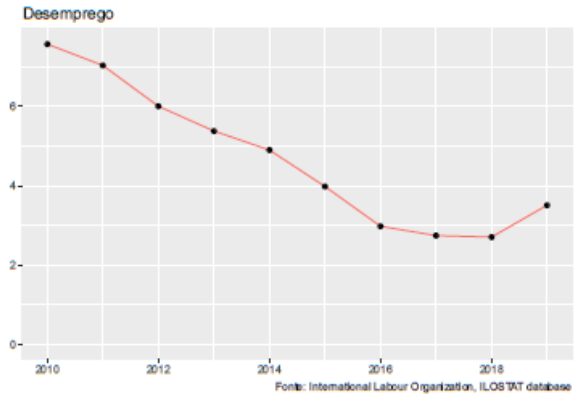
Produto Interno Bruto

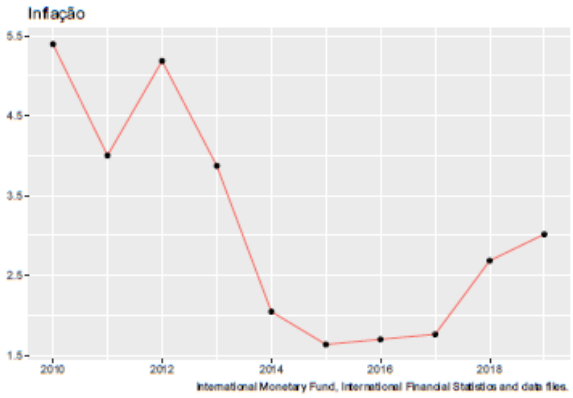


Estrutura da Economia em Proporção do PIB

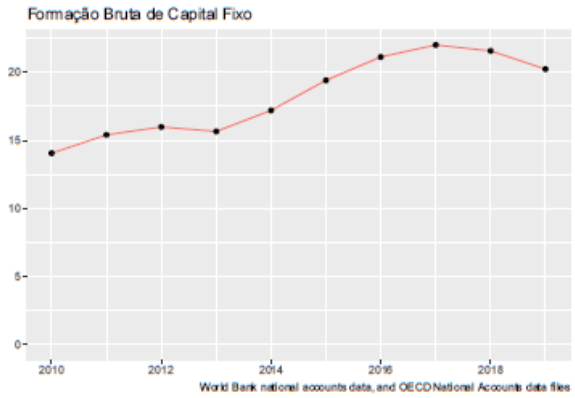


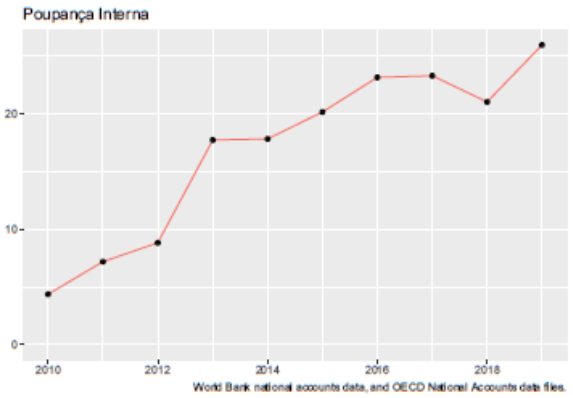
Indicadores de Inflação e Desemprego





Indicadores de Investimento





EMBAIXADA DO BRASIL EM OSLO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR GEORGE MONTEIRO PRATA

Introdução

Brasil e Noruega são parceiros há mais de 180 anos. A história do relacionamento bilateral teve início, portanto, antes mesmo da existência da Noruega como país moderno politicamente independente. Nossas relações têm sido mutuamente benéficas e se ampliam continuamente à medida em que crescem as oportunidades de cooperação e aumentam a importância econômica e a projeção diplomática dos dois países. Não surpreende, portanto, que a Noruega dedique especial atenção ao Brasil, tendo divulgado, alguns anos antes de minha chegada ao posto, proposta de estratégia de cooperação entre os dois países, fato pouco usual na sua diplomacia. O documento analisa as novas perspectivas para o relacionamento bilateral e ambiciona o estabelecimento de parcerias consistentes e de longo prazo.

2. Lançado em 2011, o estudo tem passado por adaptações resultantes da natural evolução do relacionamento e continua a ser testemunha da importância do Brasil para seu parceiro nórdico. Meus interlocutores aqui assinalam que o documento continua válido.

3. Nessas condições, procurei centrar minhas ações na chefia da representação diplomática do Brasil em Oslo tendo em mente que a promoção dos nossos interesses ganharia em eficácia se paralelamente estimulasse a manutenção do interesse norueguês pelo Brasil, o qual caracteriza-se hoje por dois eixos basilares. O primeiro, de ordem econômica, é lastreado pela significativa presença de investimentos noruegueses, enquanto o segundo, a cooperação na área ambiental, dá-se principalmente por meio da contribuição norueguesa para o Fundo Amazônia. A esses elementos principais se agregam outros, como o comércio, a navegação, e os interesses na área de aquicultura, ciência e tecnologia, e pesquisa.

Investimentos

4. É notável a dimensão dos investimentos e da presença de empresas norueguesas em operação no Brasil. Segundo dados do Consulado da Noruega no Rio de Janeiro, entidade responsável por acompanhar os interesses econômicos do país no Brasil, a Noruega é hoje um dos maiores investidores estrangeiros no nosso país, o que se reflete no fato de seis das dez maiores empresas norueguesas terem presença significativa no Brasil.

5. Em 2019, o total de investimentos acumulados, excluída a transferência de ativos, atingiu 25.5 bilhões de dólares americanos, resultando na criação de mais de 600 mil empregos diretos e indiretos. Em consequência, entre as prioridades da minha atuação, dediquei especial atenção à divulgação, junto a círculos empresariais, do atual estado e perspectivas da economia brasileira, salientando as transformações com potencial para atrair maior volume de investimentos. Estabeleci, igualmente, interlocução com representantes do Banco da Noruega (Banco Central), entidade encarregada de avaliar a exportação de capital financeiro por meio dos investimentos do Fundo Governamental de Pensões (fundo soberano do petróleo).

6. Em vista do considerável interesse de empresas norueguesas pelas atividades de exploração e produção de energia no Brasil, as quais concentram cerca de 65% dos seus investimentos no nosso país e, de nossa parte, da meta governamental de tornar o Brasil no futuro próximo um dos maiores produtores mundiais de petróleo, desenvolvi atividades a partir de minha chegada, em 2016, para difundir junto ao setor energético informações sobre as mudanças então em curso na legislação sobre a exploração de petróleo.

7. Em particular, ressalto aquelas que mais interessavam ao lado norueguês, como o papel da Petrobras na exploração do petróleo no pré-sal, e a exigência de conteúdo nacional no equipamento para exploração "off-shore". Nesse contexto, assinalo ser a estatal Equinor a segunda maior operadora na área de petróleo e gás natural no Brasil, enquanto a Aker Solutions, que abriu grande fábrica no Paraná, tem-se consolidado como importante fornecedor de equipamento submarino.

8. Promovi e/ou participei de diversos seminários e reuniões. Assinalo, em ordem cronológica, a programação cumprida pelo então Secretário de Petróleo e Gás do MME a Oslo em fevereiro de 2017 para participar do Oslo Energy Forum; o encontro, em junho de 2017, do então Presidente Michel Temer com os mais importantes empresários noruegueses durante sua visita oficial; e os seminários bianuais (2017 e 2019) "Brazil Day", realizados em paralelo à mostra Norshipping, ocasião que conta com a participação de expressivo número de autoridades brasileiras e norueguesas. Em paralelo às edições do evento, também organizei, na residência da Embaixada, coquetéis de "networking" para a delegação brasileira e autoridades norueguesas. Mantive, ainda, frequente contato com representantes da empresa Equinor, inclusive durante suas reuniões anuais, ocasiões em que convidei funcionários participantes para encontros na Embaixada.

9. Empenhei-me, igualmente, em explicar os pormenores da liberalização da nossa economia e em apregoar as novas oportunidades daí decorrentes para setores que não integram áreas de tradicional interesse da Noruega no Brasil. Ocupei-me, assim, em difundir informações sobre políticas que ganharam prioridade para o desenvolvimento do País, sobretudo no que diz respeito ao processo de privatização e às concessões que visam a desenvolver a nossa infraestrutura. Estabeleci, com esse objetivo, parceria com a "Brazilian Norwegian Chamber of Commerce" de Oslo em encontros realizados na sede da Confederação de Empresas Norueguesas e no espaço de eventos da Embaixada. O número de participantes, além da dimensão dos debates, sobretudo no que diz respeito à abertura e à liberalização da economia, à reforma tributária e às medidas de desburocratização, testemunham o continuado interesse norueguês pelo Brasil.

Acordo Mercosul-EFTA

10. Por ser um dos temas que representam internacionalmente a abertura da economia brasileira, procurei acompanhar de perto a discussão interna na Noruega sobre as negociações para o acordo econômico Mercosul-EFTA. Fiz, igualmente, gestões para a ratificação do acordo junto ao parlamento local e mantive conversas com representantes do empresariado, do setor agrícola e do meio político para explicitar as vantagens do acordo e angariar apoio para sua aprovação.

OCDE

11. Ainda na área econômica, fiz série de gestões para garantir o apoio norueguês à acessão brasileira à OCDE. Assinalei junto ao governo norueguês que os inúmeros interesses noruegueses no Brasil em muito se beneficiariam com o nosso ingresso na organização e com a nossa adesão aos instrumentos da Organização. Ofereci almoço aos membros da diretoria da Câmara de Comércio Noruega-Brasil, para o qual também convidei representante da Confederação de Empresas Norueguesas-NHO, no qual destaquei o interesse do setor privado no empenho do Brasil em aderir às práticas e diretrizes ditadas pelo OCDE, esforço que não se completaria sem a acessão. Solicitei a todos que se empenhassem em transmitir a mesma mensagem às autoridades de governo. Fiz idêntica negociação junto à alta diretoria da NHO, a qual, posteriormente, confirmou apoio à iniciativa brasileira.

Meio Ambiente

12. Privilegiei, igualmente, o tratamento da agenda ambiental em todos os seus aspectos. A preocupação com a conservação do meio ambiente e com a mudança climática é tema que sensibiliza altamente a opinião pública local. Consequentemente, o governo, partidos políticos, empresas, grupos de interesse e os meios de comunicação têm dedicado ampla atenção ao assunto. Ademais, o crescimento do voto verde levou a maior parte das agremiações políticas a incluir o tema da defesa do meio ambiente em suas plataformas. Nossa maior floresta faz parte do imaginário norueguês. Por ocasião de minha apresentação de credenciais, o Rei Harald V estendeu-se em comentários sobre sua visita à região e seus contatos com grupo yanomani. Em meu convívio informal com a sociedade norueguesa, a Amazônia e a questão ambiental são sempre mencionadas, mesmo quando não me identifico como embaixador do Brasil.

13. Empenhei-me em apoiar a cooperação bilateral na área ambiental, a qual tem no Fundo Amazônia seu melhor exemplo. A Noruega orgulha-se em participar do Fundo, o qual, como se sabe, financia ações para prevenção, monitoramento e combate ao desflorestamento na região e para promover o uso sustentável da Amazônia Legal. Oslo já contribuiu, desde a criação do instrumento, em 2008, com cerca de USD 1,2 bilhões para a preservação florestal. A cooperação

é vista aqui como exemplo de inciativa que a Noruega pode estender para outros países, como de fato o tem feito nos últimos tempos. Em vista da importância dessa parceria, procurei manter diálogo constante com as autoridades do Ministério do Clima e Meio Ambiente, órgão que representa o lado norueguês na parceria bilateral. Participei, assim, do seminário que marcou, em Oslo, o décimo aniversário do acordo de cooperação, em junho de 2018, paralelamente ao Fórum sobre Florestas Tropicais. A celebração contou com a presença do então Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, a quem acompanhei em todos os seus encontros.

14. Busquei, em reuniões com interlocutores do Ministério do Clima e Meio Ambiente, expressar o firme comprometimento brasileiro com a causa ambiental, além de explicar que, no nosso entender, não pode ela estar desconectada de considerações de ordem social e econômica. Já mais recentemente, na nova gestão do Ministério do Meio Ambiente, frisei que as mudanças de políticas ambientais visavam conferir maior peso ao objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, e não a reversão de medidas voltadas à preservação.

15. Procurei intensificar contatos com ambientalistas e formadores de opinião e iniciei ciclo de palestras em escolas e junto à ala jovem de partidos políticos. Cito, como exemplo, apresentações na Escola Secundária de Jessheim, na Asker International School e para os membros da Juventude do Partido Trabalhista, além de série de contatos com o brasilianista Torkell Leira, conhecido defensor, na Noruega, da causa ambientalista e personalidade frequentemente entrevistada pela mídia local.

16. Minhas exposições variaram de acordo com o público ao qual se dirigiam, mas em geral procurei mostrar a singularidade do Brasil como país que, diferentemente da imensa maioria, abriga em seu território significativa proporção de terras protegidas e intocadas. Insisti na centralidade do conceito de desenvolvimento sustentável e na importância em repisarmos que a defesa do meio ambiente não pode estar desconectada de considerações sociais e econômicas. Lembrei frequentemente que mais de 20 milhões de brasileiros, o que corresponde a quase quatro vezes a população da Noruega, vivem na Amazônia, muitos deles na pobreza. Assinalei nosso ponto de vista de que o ser humano faz parte da natureza e sem desenvolvimento será muito mais difícil promover a educação ambiental e proteger a floresta. Também não deixei de assinalar que

ficam cada vez mais evidentes os interesses protecionistas, principalmente no campo do agronegócio, que se mascaram de preocupação ambientalista.

17. Para ilustrar o quão complexa é a questão ambiental e o quão difíceis são as escolhas com as quais os Brasil se depara na promoção do desenvolvimento sustentável, lembrei frequentemente a meus interlocutores que a Noruega enfrenta seus próprios problemas em fazer convergir discurso e prática, principalmente por ter economia dependente da exploração de combustível fóssil, característica que não dá sinais de arrefecer.

18. Com relação à proteção de áreas ecologicamente sensíveis, procurei demonstrar que os desafios que se enfrentam da Amazônia são, muitas vezes, semelhantes àqueles com os quais a Noruega se depara no seu território ártico, zona igualmente frágil do ponto de vista ambiental.

19. Por outro lado, mantive contato com empresas interessadas em investir em projetos ecologicamente sustentáveis, ou que impliquem na redução da emissão de gases de efeito estufa. A Equinor, por exemplo, passou a participar de empreendimentos para a produção de energia solar e eólica. Em meus encontros, tenho sinalizado o entusiasmo brasileiro por projetos dessa natureza.

Aquicultura

20. Em vista da política da Secretaria da Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de tornar o Brasil potência exportadora de pescado, a aquicultura é outra promissora área de colaboração bilateral. A Noruega possui avançada tecnologia e indústria de criação de peixe, principalmente o salmão, e há grande potencial de sinergias entre a piscicultura tropical e aquela desenvolvida na costa norueguesa. Nesse sentido, acompanhei o Secretário da Pesca do MAPA, Jorge Seif Jr., em sua visita a Trondheim e Alesund, ocasião em que foram identificadas e discutidas diversas oportunidades de cooperação. A programação da visita incluiu reuniões bilaterais, participação em seminário, e visitas à exposição Nor-Fishing e a unidades processadoras de pescado e de criação de salmão. Na Nor-Fishing, entrou-se em contato com fabricantes dos mais modernos equipamentos utilizados na aquicultura. Sugeri à Secretaria da Pesca que fosse considerada a possibilidade de celebrar memorando de entendimento com a

Noruega na área pesqueira, o que poderá incentivar o investimento norueguês na piscicultura brasileira. O tema encontra-se no momento em estudos na Secretaria.

Ciência e Tecnologia

21. Procurei identificar novas áreas de cooperação que fossem além da área energética, principal polo de atração do capital norueguês no Brasil. Junto com a Câmara de Comércio, mantive discussão para a elaboração de estratégia de contatos com setores não tradicionais como o de ciência e de alta tecnologia e tratei de estratégias tanto para estimular a presença norueguesa nesses setores, como para mostrar as oportunidades oferecidas pela Noruega a empresas brasileiras interessadas em instalar-se aqui. Tenho, também, incentivado representantes do empresariado local e do governo norueguês a diversificarem geograficamente a presença de investimentos no Brasil, hoje muito concentrados nas oportunidades oferecidas pela exploração de petróleo no Rio de Janeiro.

Promoção Cultural

22. Desenvolvi ações para a promoção do ensino da língua portuguesa de expressão brasileira e da cultura do Brasil. Durante minha gestão, a Embaixada tem realizado, em seu espaço cultural, numerosas mostras de arte, cinema e apresentações musicais. Organizei, na residência, apresentações de músicos brasileiros, entre as quais destaco a de Gustavo Tavares, violoncelista da Ópera de Oslo. Em conjunto com a Academia de Música de Oslo, promovi concerto da obra de Villa-Lobos, para numeroso público.

23. Fui um dos criadores do Festival do Cinema Latino-Americano, do qual o Brasil vem participando em todas as suas edições. Em companhia do meu colega embaixador de Portugal, mantive contatos com o reitor e professores da Universidade de Oslo para garantir a manutenção do ensino do português naquela instituição. Atuamos, igualmente, junto a escolas secundárias e à direção do Centro Nacional para Línguas Estrangeiras na Educação para estimular a aprendizagem do português como língua estrangeira opcional. Apoiei as atividades da Lusofonia Oslo, entidade que promove a língua portuguesa através da realização de diferentes eventos culturais.

Comunidade brasileira

24. Na área consular, cumpre destacar que há quase 9 mil brasileiros residentes na Noruega. O número pode surpreender em função das diferenças climáticas e culturais, mas se explica pela densidade do nosso relacionamento. Ademais de adotar medidas para aperfeiçoar a prestação dos serviços consulares e a interlocução com a comunidade brasileira, dediquei especial atenção à nomeação de Cônsules Honorários . A iniciativa mostrou-se necessária pelas características geográficas do país, que apresenta distâncias de quase 1.800 quilômetros entre seus extremos sul e norte, o que resulta muitas vezes em dificuldade de locomoção entre Oslo e outras regiões. Ainda com relação a ações de interesse da comunidade brasileira, dei apoio à delegação que iniciou negociações para acordo bilateral de previdência social e procurei estimular a participação de membros da comunidade brasileira no esforço de fortalecimento dos laços comerciais e empresariais entre os dois países.

Conclusão

25. O presente relato não esgota a multiplicidade de ações que a Embaixada do Brasil em Oslo desenvolveu sob minha chefia a partir de novembro de 2016. Os inúmeros interesses em comum entre os dois países constituem-se em fértil campo para a atuação diplomática brasileira. O rico relacionamento bilateral exigiu um sem número de atividades de informação, representação e defesa e promoção dos nossos interesses. Considero um privilégio a oportunidade de fazer parte do trabalho de condução desse relacionamento e agradeço a todos os que me ajudaram nesse esforço.

7

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20389.82173-99

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 85, de 2020 (Mensagem nº 586, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.*

RELATOR: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 85, de 2020, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Ánuar Nahes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo do Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filho de Anuor Nahes e Elvira Nahes, o Sr. Ánuar Nahes nasceu em Santa Adélia, São Paulo, em 25 de maio de 1952.

Formou-se em Letras pela Universidade de São Paulo em 1976 e em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Professor Carlos Pasquale de São Paulo, em 1978. Em 1981, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1982, e, subsequentemente, Segundo-Secretário, em 1986, Primeiro-Secretário, em 1992, Conselheiro, em 1997, Ministro de Segunda Classe, em 2005, e, por fim, Ministro de Primeira Classe, em 2012.

Dentre os cargos que exerceu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Chefe da Divisão do Oriente Próximo, de 1995 a 1998; Chefe da Divisão de Pessoal, de 2004 a 2005, e Coordenador-Geral do Seguimento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, em 2007.

SF/20389.82173-99

No exterior, atuou nas Embaixadas em Beirute e Damasco como Encarregado de Negócios, em 1994 e 2006, respectivamente; serviu como Conselheiro na Embaixada em Paris de 1998 a 2001; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Túnis de 2002 a 2003; e como Embaixador na Embaixada em Doha, de 2007-2011, na Embaixada em Bagdá, de 2011-2014; Cônsul-Geral em Montevidéu, de 2014-2018; e Encarregado de Negócios em Castries, capital de Santa Lúcia, até a presente data.

Entre as missões que desempenhou no exterior cabe ressaltar a chefia da delegação brasileira em missão na área de saúde à Autoridade Palestina, Gaza e Ramallah, em 1996.

Em 2003, defendeu a tese "As reparações da Guerra do Golfo e suas Implicações para o Brasil. A Comissão de Compensação das Nações Unidas", aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

É também autor do trabalho: "Linguagem Diplomática: uma Abordagem Irônico-Linguística", publicada na **Revista do Serviço Público**, ano 39, nº 2, FUNCEP, Brasília.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre Santa Lúcia, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O indicado já é, conforme acima posto, encarregado de negócios em Santa Lúcia e, conforme consta no seu relatório de gestão, explica a razão de o Brasil manter uma Embaixada naquele País apesar de ter fechado outras no Caribe:

> *"O Brasil, que recentemente fechou cinco representações diplomáticas no Caribe, mantém representação diplomática em*

Santa Lúcia, entre outros fatores, pelo fato de esse país integrar o Grupo de Lima, que propugna o restabelecimento pacífico da democracia na Venezuela, e de sediar a OECO (OECS em inglês), integrada por onze membros, dos quais sete fundadores (seis independentes: Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas; e um território ultramarino do Reino Unido: Montserrat) e quatro membros associados (Anguilla e Ilhas Virgens Britânicas - ambos territórios ultramarinos do Reino Unido - e Martinica e Guadalupe - departamentos ultramarinos da França). Além da união aduaneira, oito de seus membros estabeleceram em 1983 uma união monetária (ECCU): Anguilla, Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, St. Kitts e Nevis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas."

SF/20389.82173-99

O território de Santa Lúcia é uma ilha equivalente a duas vezes a cidade de Belo Horizonte (616 km²), com população de 166.487 mil habitantes. Com língua oficial inglesa, sua monarquia constitucional parlamentarista tem por chefe de Estado a Rainha Elizabeth II, representada pelo governador-geral Emmanuel Neville Cenac, desde 12 de janeiro de 2018, e por Primeiro-Ministro o bem-sucedido empresário da área turística Allen Michael Chastanet.

O Brasil praticamente reduziu sua exportação para Santa Lúcia ao óleo bruto de petróleo, pela Petrobrás. Entretanto, o volume que foi de US$ 408,2 milhões, em 2018, passou a US$ 53,4 milhões em 2019, em razão de a Petrobras não manter mais estoques de petróleo e derivados no terminal marítimo da empresa Buckeye International. Por sua vez, basicamente importamos resistências elétricas de Santa Lúcia.

O País estava em franca ascensão econômica quando foi atingido fortemente pela pandemia, pois depende fundamentalmente da indústria turística. Mesmo assim, o Governo local tem sido elogiado por sua reação à COVID-19. Segundo relatório anexado pelo Itamaraty, destacaram-se as seguintes ações tomadas para esse fim:

i) concessão de um total de USD 24 milhões a nacionais que perderam o emprego em decorrência da pandemia;

ii) extensão do prazo para recolhimento do imposto de renda;

iii) prorrogação dos prazos de pagamento de juros e taxas devidos ao governo;

iv) corte de impostos e taxas das empresas que mantiverem empregados pelo menos 30% do pessoal;

v) moratória do pagamento de débitos contraídos junto a instituições financeiras locais;

vi) intermediação junto a empresas prestadoras de serviços públicos (eletricidade, água, gás, telefone) para redução de preços e moratória nos pagamentos;

vii) estímulo à fabricação local de produtos sanitários, médico-hospitalares, de higiene pessoal e limpeza domiciliar;

viii) assistência direta aos agricultores e pescadores, mediante o fornecimento de insumos para aumentar a produção local e o redirecionamento de compras governamentais; e

ix) desconto de 16 taxas e impostos sobre combustíveis para operadores de transporte local.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20389.82173-99

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 85, DE 2020

(nº 586/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 586

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **ÁNUAR NAHES**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Os méritos do Senhor **ÁNUAR NAHES** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de outubro de 2020.

.

EM nº 00191/2020 MRE

Brasília, 8 de Outubro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ÁNUAR NAHES**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ÁNUAR NAHES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.005696/2020-11

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Gabinete

OFÍCIO Nº 622/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 14 de outubro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho, a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ÁNUAR NAHES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 14/10/2020, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2168011** e o código CRC **5E1AE4FD** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005696/2020-11 SEI nº 2168011

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ÁNUAR NAHES*
CPF.: 59254041815
ID.: 8121 MRE

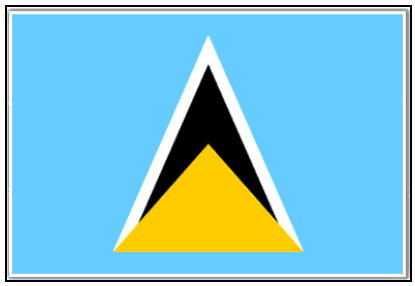
1952	Filho de Anuor Nahes e Elvira Nahes, nasce em 25 de maio, em Santa Adélia/SP
Dados Acadêmicos:	
1976	Letras pela Universidade de São Paulo
1978	Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Professor Carlos Pasquale/SP
2003	CAE – IRBr, As Reparações da Guerra do Golfo e suas Implicações para o Brasil. A Comissão de Compensação das Nações Unidas
Cargos:	
1981	CPCD – IRBr
1982	Terceiro-secretário
1986	Segundo-secretário
1992	Primeiro-secretário
1997	Conselheiro
2005	Ministro de segunda classe
2012	Ministro de segunda classe do quadro especial
2012	Ministro de primeira classe do quadro especial
Funções:	
1983-84	Divisão da América Meridional II, assistente
1984-85	Divisão das Nações Unidas, assistente
1985	Departamento de Coordenação e Planejamento, assistente
1985-86	Coordenadoria Especial de Imprensa, assistente
1986-89	Missão junto à ONU, Nova York, terceiro e segundo-secretário
1989-92	Embaixada em Caracas, segundo e primeiro-secretário
1992-95	Embaixada em Damasco, primeiro-secretário
1995	Divisão do Pessoal
1994	Embaixada em Beirute, encarregado de negócios em missão transitória
1995-1998	Divisão do Oriente Próximo, chefe, substituto e chefe
1998-2001	Embaixada em Paris, conselheiro
2002-2003	Embaixada em Túnis, conselheiro e ministro-conselheiro, comissionado
2003-2004	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), diretoria-geral, assistente
2004-2005	Divisão do Pessoal, chefe
2005-2007	Coordenação do Seguimento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, coordenador
2006	Embaixada em Damasco, encarregado de negócios em missão transitória
2007	Coordenação-Geral do Seguimento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, coordenador-geral
2007-2011	Embaixada em Doha, embaixador
2011-2014	Embaixada em Bagdá, embaixador
2014-2018	Consulado-geral em Montevidéu, cônsul-geral
2020	Embaixada em Castries, encarregado de negócios em missão transitória
Publicações:	
1983	Linguagem Diplomática: uma Abordagem Irônico-Lingüística, in Revista do Serviço Público, ano 39, n. 02, FUNCEP, Brasília.
2015	Artigo "O Embaixador e o Oriente Médio", publicado no jornal "Folha de São Paulo", em parceria com o jornalista Diogo Bercito

Condecorações:	
1982	Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Prata
1983	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, Medalha de Bronze
1997	Ordem do Cedro, Líbano, Cavaleiro
2001	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
2005	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2011	Medalha de Honra (“Sach” of Merit), Catar

LUIS PINTO COSTA
Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SANTA LÚCIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio/2020

DADOS BÁSICOS SOBRE SANTA LÚCIA	
NOME OFICIAL:	Santa Lúcia
GENTÍLICO:	Santa-lucense
CAPITAL:	Castries
ÁREA:	616 km² (duas vezes a cidade de Belo Horizonte)
POPULAÇÃO (2020):	166.487 mil habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês (oficial), creole (patois)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica Romana (61,5%); Protestante (25,5%); Outros Cristãos (3,4%); Rastafári (1,9%); nenhuma (5,9%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral – Assembleia (Câmara baixa) e Senado (Câmara alta)
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pelo governador-geral Emmanuel Neville Cenac, desde 12 de janeiro de 2018
CHEFE DE GOVERNO:	Allen Chastanet
CHANCELER:	Sarah Flood Beaubrun
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US$ 1,922 bilhão (Brasil: US$ 1,869 trilhões)
PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US$ 2,525 bilhões (Brasil: US$ 3,372 trilhões)
PIB *PER CAPITA* (2018):	US$ 10.566 (Brasil: US$ 8.920)
PIB PPP *PER CAPITA* (2018):	US$ 13.881 (Brasil: US$ 16.096)
VARIAÇÃO DO PIB:	0,857% (2018); 2,55% (2017); 3,146% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019)	0.745/89º lugar (Brasil: 0,761/79º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	78,5 anos (Brasil: 76)
ALFABETIZAÇÃO (2015):	90,1 %

ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	20,6 %
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar do Caribe Oriental
BRASILEIROS NO PAÍS (2018):	Não há registro de brasileiros residentes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – SANTA LÚCIA (US$ MILHÕES)											
Brasil – Santa Lúcia	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	2.434	2.743,9	2.943,4	1.253,5	100,67	1.124,88	672,8	366,8	447,0	410,7	55,8
Exportações	2434	2.743,9	2.943,3	1.253,5	100,65	1.124,86	672,8	366,8	446,9	410,7	55,8
Importações	0,04	0,04	0,1	0,06	0,02	0,02	0,03	0,07	0,1	0,0	0,0
Saldo	2434	2.743,9	2.943,2	1.253,5	100,63	1.124,84	672,8	366,8	446,8	410,7	55,8

APRESENTAÇÃO

Santa Lúcia é um país insular das Pequenas Antilhas, no Caribe, localizado entre o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico, ao sul de Martinica e ao norte de São Vicente e Granadinas. A ilha tem origem vulcânica e é percorrida de norte a sul por cadeia de montanhas, sendo o Monte Gimie a montanha mais alta, com 959 m de altitude. Os dois montes gêmeos vulcânicos, o Gros Piton, com 798m, e o Petit Piton, com 750m, foram declarados patrimônio mundial pela UNESCO e ocupam área de cerca de 7.190 hectares/72 km².

O país, cuja área total é de 616 km², está dividido em 10 distritos administrativos: Anse-la-Raye, Canaries, Castries, Choiseul, Dennery, Gros-Islet, Laborie, Micoud, Soufriere, Vieux-Fort. A população distribui-se ao longo da região litorânea da ilha, concentra-se sobretudo na capital, Castries, e é formada majoritariamente por negros afrodescendentes. A religião predominante é a católica.

Os índios aruaques foram os primeiros habitantes de Santa Lúcia, expulsos pelos "caribes" antes da chegada dos europeus. A ilha foi descoberta em 1502 por Cristóvão Colombo e, ao longo do século XVII e início do século XVIII, disputada por França e Grã-Bretanha, tendo mudado 14 vezes de controle entre os dois países. Em 1814, pelo Tratado de Paris, a França cedeu o domínio da ilha aos britânicos, que a proclamaram domínio da Coroa e levaram escravos africanos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar.

Mesmo após a abolição da escravatura, em 1834, Santa Lúcia manteve economia baseada em produtos agrícolas tropicais.

O direito à autogovernança foi concedido em 1967, quando a ilha tornou-se totalmente autônoma em assuntos internos e a Grã-Bretanha permaneceu encarregada das questões externas e de defesa. A independência ocorreu em 22 de fevereiro de 1979.

Santa Lúcia integra a Comunidade do Caribe (CARICOM), a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO) - cuja sede permanente está em Castries - e a Comunidade das Nações (*Commonwealth)*. Desde 12 de setembro de 1979, o país é membro das Nações Unidas.

PERFIS BIOGRÁFICOS

ALLEN CHASTANET
Primeiro-Ministro

Allen Michael Chastanet é empresário e político. Antes de tornar-se primeiro-ministro, havia servido como ministro do Turismo e Aviação Civil entre 2006 e 2011. Chastanet concorreu, sem sucesso, a um assento no parlamento nas eleições de 2011. Em 2013, foi eleito líder do *United Workers Party* (UWP). Nas eleições gerais de 2016, obteve assento parlamentar pela circunscrição de Micoud do Sul. Tomou posse como primeiro-ministro em 7 de junho de 2016.

EMMANUEL NEVILLE CENAC
Governador-Geral

Neville Cenac foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 1987 a 1992; e presidente do Senado de 1993 a 1997. Indicado para o cargo de governador-geral em janeiro de 2018, foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Grande Cruz (GCMG) da "*Order of St. Michael and St. George*". Exerceu mandatos como parlamentar em nível nacional e local (pela circunscrição de Castries).

RELAÇÕES BILATERAIS

A inauguração da embaixada do Brasil em Castries, em dezembro de 2007, deu impulso ao estreitamento dos laços com Santa Lúcia e à diversificação da agenda bilateral. A intensificação do relacionamento inseriu-se em processo mais amplo de aproximação com a região do Caribe a partir da década passada. Entre as iniciativas que contribuíram para essa aproximação, destaca-se a realização da I Cúpula Brasil–CARICOM (Brasília, 26 de abril de 2010), que reuniu 10 dos 14 chefes de governo da Caricom (Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis, Suriname), além do secretário-geral da Comunidade.

O Brasil tem buscado manter as iniciativas bilaterais em andamento e promover diálogo político ancorado nas convergências de caráter demográfico, histórico e cultural.

Vale sublinhar a realização, em novembro de 2016, da Primeira Missão Parlamentar e Empresarial do Brasil a Santa Lúcia e à Comissão da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO). A missão foi integrada por empresários de Goiás, Santa Catarina e Paraná, bem como por representantes da Federação da Agricultura do Estado do Pará interessados em mineração, portos, agricultura e energia.

O maior produto de exportação brasileira para Santa Lúcia é o óleo bruto de petróleo exportado pela Petrobrás, que usa os terminais da *Buckeye Global Marine* para armazenamento e transbordo, de forma a colocá-lo em terceiros mercados. O porto de águas profundas existente em Santa Lúcia facilita o transbordo, de óleo bruto, óleo diesel e GLP para grandes navios transportadores. O total das exportações de combustíveis do Brasil para o país alcançou US$ 364,6 milhões em 2016; US$ 444,9 milhões em 2017; e US$ 408,2 milhões em 2018.

Cooperação Técnica

A Agência Brasileira de Cooperação tem executado várias iniciativas bilaterais e regionais com os países membros da CARICOM. Algumas fases de capacitação executadas conjuntamente com aqueles países têm contado com a participação de representantes de Santa Lúcia.

POLÍTICA INTERNA

Santa Lúcia organiza-se em modelo parlamentarista de governo, tendo como chefe de Estado a rainha Elizabeth II, representada localmente pela figura de um governador-geral. O primeiro-ministro lidera o partido majoritário no parlamento.

United Workers Party (UWP)

Em junho de 2016, realizaram-se eleições gerais, ocasião em que o UWP, de oposição, conquistou 11 das 17 vagas da Câmara dos Deputados. Seu líder, Allen Chastanet, assumiu como primeiro-ministro. Além de Chastanet, eleito pela região Micoud-Sul, foram reconduzidos ao parlamento alguns dos principais protagonistas políticos da ilha: Gale Rigobert (Micoud-Norte), Stephenson King (Castries-Norte), ex-primeiro-ministro (que, nessa qualidade, visitou o Brasil em 2010), e o primeiro-ministro incumbente Kenny Anthony (Vieux Fort-Sul).

O atual primeiro-ministro, empresário do setor hoteleiro e turístico, tem desenvolvido política econômica de viés liberal e procurado enfrentar os sérios desafios do país nas áreas de saúde e educação.

Plano de governo

A estratégia econômica de Chastanet visa a retomar o crescimento, com foco na iniciativa privada e no empreendedorismo. Para tanto, busca a redução da carga fiscal e a expansão de negócios, investimentos e nível de emprego.

Parte dessa estratégia é lastreada em mudança de 2015 na Constituição santa-lucense, que permitiu a implantação de programa de concessão de cidadania por razão de investimentos no país.

Outras medidas para atração de capital externo incluem: (i) sistema de parceria público-privada denominado "*Build Own Lease Transfer*" (BOLT) para financiar projetos de infraestrutura, inclusive novo terminal no aeroporto de Hewanorra; (ii) introdução

de medidas para incentivar a economia local, como a regularização de patentes; e (iii) registro aberto de navios, destinado a atrair registro de embarcações comerciais.

Outros temas relevantes da agenda governamental incluem: (i) redução do imposto sobre o valor agregado; (ii) revisão das metas de governo, priorizando-se saúde, educação, justiça, segurança nacional e social; (iii) parceria com a *Florida Caribbean Cruise Association*, para abertura de postos de trabalho na indústria de cruzeiros; (iv) apresentação de programas econômicos e sociais a governos e agências internacionais para obtenção de fundos; e (v) conversão da parte sul do território de Santa Lúcia em área de desenvolvimento especial para atração de recursos.

Medidas de combate à pandemia de COVID-19

Em março de 2020, o governo de Santa Lúcia iniciou a adoção de medidas de combate à pandemia de COVID-19 e decretou estado de emergência no país. As fronteiras foram fechadas e as operações aeroportuárias, encerradas, exceto para transporte de carga.

O governo santa-lucense determinou o fechamento de escolas, impôs restrições de viagem, reduziu a oferta de serviços considerados não-essenciais e decretou toque de recolher noturno.

Na área de saúde, foram anunciadas medidas com custo estimado em USD 11 milhões, dentre as quais: (i) a inauguração antecipada e adequação do hospital *Owen King European Union*, financiado pela União Europeia; (ii) a conversão do *Victoria Hospital* em Castries, até então o maior hospital público do país, em unidade dedicada exclusivamente a enfermidades respiratórias; (iii) a instalação de cinco outras clínicas na ilha; (iv) a conversão de três hotéis em centros de quarentena para nacionais retornados; e (v) a contratação de 100 médicos cubanos para auxiliar na instalação e adequação dos hospitais e clínicas, assim como no atendimento ao público.

Com base em estratégia nacional chamada de Plano de Estabilização Social, o primeiro ministro estabeleceu três fases de

combate à COVID-19: a primeira, de contenção (com término previsto para junho de 2020), prevê medidas de combate à propagação do coronavírus; a segunda, de estabilização, prevê a paulatina retomada da atividade econômica e a gradual reabertura das fronteiras (entre junho e setembro de 2020); e a terceira, de recuperação, prevê ajustes permanentes nas projeções fiscais do governo, a depender do ritmo de retomada do turismo e do comércio internacional.

As medidas adotadas para combater a disseminação da COVID-19 alcançaram bons resultados e contribuíram para aumentar o capital político do governo no plano interno, viabilizando a execução de seu programa de auxílio econômico e social. No plano externo, o país ganhou credibilidade para buscar, em organismos financeiros internacionais, fundos necessários ao funcionamento imediato da economia.

POLÍTICA EXTERNA

Atuação em foros internacionais e a Organização dos Estados do Caribe Ocidental (OECO)

Santa Lúcia conduz sua política externa principalmente por meio da participação na OECO, cuja sede está localizada em Castries.

O país integra também a Comunidade do Caribe (CARICOM) – na qual os membros da OECO atuam de maneira coordenada – e a iniciativa venezuelana Petrocaribe, em virtude da dependência santa-lucense da importação de petróleo para abastecimento energético. No âmbito multilateral, o país atua, sobretudo, como Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS).

Entre as metas da política externa de Santa Lúcia, está a busca do desenvolvimento econômico sustentável por meio da ênfase na cooperação econômica, no comércio e nos investimentos. Nesse contexto, sobressaem parceiros tradicionais como Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e França.

Cumpre destacar a assinatura por Santa Lúcia, em setembro de 2018, do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú) e, ainda, o recente depósito, em janeiro último, do instrumento de ratificação do Tratado de Proibição de Armas Nucleares (TPAN).

Relações com Taiwan

Em 2007, Santa Lúcia estabeleceu relações diplomáticas com Taiwan, encerrando dez anos de relacionamento com a República Popular da China. O país tem-se beneficiado de diversos programas taiwaneses de cooperação (organização de eleições, reconstrução de hospitais e exploração da pesca, entre outros).

Em junho de 2015, o então primeiro-ministro Kenny Anthony inaugurou a embaixada de Santa Lúcia em Taipé, a quinta

representação diplomática do país caribenho, que mantém embaixadores residentes nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e junto à União Europeia.

Por ocasião de visita do primeiro-ministro Chastanet a Taipé, em outubro de 2018, Taiwan prometeu novos investimentos em Santa Lúcia, sobretudo em infraestrutura, com foco na renovação do Aeroporto Internacional de Hewanorra e na reabilitação de estradas.

Reino Unido

Em abril de 2018, o governo de Santa Lúcia anunciou a autorização, pelo Reino Unido, de crédito de trinta milhões de libras para a recuperação da rede viária da ilha.

Mais recentemente, o Príncipe de Gales e a Duquesa de Cornualha visitaram o país, no contexto de périplo de 12 dias pelo Caribe.

Estados Unidos

A presença norte-americana em Santa Lúcia, para além do turismo, inclui faculdades de medicina vinculadas a universidades norte-americanas, bem como contingente do *Peace Corps*.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Indicadores econômicos

Santa Lúcia detém a maior população e uma das maiores economias entre membros da OECO. Seu setor manufatureiro, responsável por 14% do PIB, é relativamente diversificado, incluindo fábricas de papel, de processamento de alimentos e de bebidas. O setor de serviços responde por mais de 80% do PIB, sendo o turismo a principal fonte de divisas e de postos de trabalho. O setor agrícola, que tem perdido importância desde a década 1990, gera menos de 5% do PIB

Após triênio recessivo (2012-2014), o país emitiu sinais de recuperação em 2015. Em 2016, o PIB cresceu em virtude da expansão dos setores de construção, manufatura, agricultura, atacado, varejo e serviços financeiros. Esse crescimento serviu para diminuir o desemprego, de 24% em 2015 para 21,6% em 2016. Além disso, o déficit fiscal do país caiu de US$ 100,9 milhões em 2015/2016 para US$ 67,8 milhões em 2016/2017.

O crescimento do PIB em 2017 e em 2018 resultou da recuperação do setor de turismo. Foi também relevante o incremento na atividade de construção, com novos empreendimentos em hotelaria, no comércio atacadista e varejista, bem como na indústria.

Atividade econômica

Ao longo dos últimos anos, Santa Lúcia vem incrementando os investimentos no turismo e na agricultura, área em que se planejam criar oportunidades para gerar renda e emprego nas zonas rurais, diversificando a produção agrícola e aumentando a produtividade do cultivo de bananas.

Em razão da baixa poupança interna, os investimentos externos diretos desempenham papel preponderante em qualquer cenário de crescimento econômico.

A orla marítima santa-lucense encontra-se arrendada a investidores turísticos estrangeiros, que pagam anualmente foro pelo

laudêmio do Estado (*Queen's Chain*). Esses recursos, somados à entrada de divisas com turismo e serviços correlatos, respondem por mais de 80% do PIB. Tais ingressos permitem ao país importar praticamente tudo o que consome e manter a moeda estável, em contexto de baixa inflação.

Impacto econômico da pandemia de COVID-19

Antes da pandemia, as projeções do Governo indicavam crescimento econômico de 4% em 2020, redução do desemprego de 25% para 16% e uma queda de 59% na relação dívida pública-PIB. Agora, novas projeções do Banco do Caribe Oriental apontam para uma contração de 18% do PIB em 2020.

Com vistas a minimizar o impacto sobre a economia e a sociedade, bem como para lançar as bases da superação da crise, o governo adotou, no âmbito do Plano de Estabilização Social, uma série de medidas para proteger os empregos, prestar auxílio aos desempregados, facilitar o pagamento de débitos contraídos junto a instituições financeiras e evitar cortes no fornecimento de serviços públicos durante o estado de emergência.

Dentre as medidas adotadas, destacam-se: i) concessão de um total de USD 24 milhões a nacionais que perderam o emprego em decorrência da pandemia; ii) extensão do prazo para recolhimento do imposto de renda; iii) prorrogação dos prazos de pagamento de juros e taxas devidos ao governo; iv) corte de impostos e taxas das empresas que mantiverem empregados pelo menos 30% do pessoal; v) moratória do pagamento de débitos contraídos junto a instituições financeiras locais; vi) intermediação junto a empresas prestadoras de serviços públicos (eletricidade, água, gás, telefone) para redução de preços e moratória nos pagamentos; vii) estímulo à fabricação local de produtos sanitários, médico-hospitalares, de higiene pessoal e limpeza domiciliar; viii) assistência direta aos agricultores e pescadores, mediante o fornecimento de insumos para aumentar a produção local e o redirecionamento de compras governamentais; e ix) desconto de

taxas e impostos sobre combustíveis para operadores de transporte local.

A adoção de providências eficazes de contenção da pandemia, associada às medidas fiscais adotadas nos últimos anos para sanear a economia, foi decisiva para que o país obtivesse ajuda financeira internacional. O FMI anunciou concessão de empréstimo de USD 29,2 milhões, por meio do mecanismo de *Rapid Credit Facility*, e o Banco Mundial comprometeu-se a financiar medidas de combate à COVID-19, sobretudo pelo fortalecimento do sistema de saúde.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1502	Cristóvão Colombo pode ter avistado a ilha durante sua quarta viagem, em 1502, mas não há menção correspondente em seu diário. Juan de la Cosa incluiu a ilha em seu mapa de 1500, chamando-a de "*El Falcón*". Cédula espanhola de 1511 incluiu a ilha no domínio espanhol e um globo no Vaticano, de 1520, a denominou "Sancta Lucia".
1635	A França foi o primeiro país europeu a estabelecer colônia na ilha.
1660	Os franceses assinaram tratado com os caribenhos nativos.
1663	A Inglaterra assumiu o controle da ilha de 1663 a 1667. França e Inglaterra disputaram o controle sobre Santa Lúcia, que mudou 14 vezes entre os dois países.
1814	Pelo Tratado de Paris, a França cedeu o domínio de Santa Lúcia para os britânicos. Estes proclamaram-na domínio da Coroa e levaram escravos africanos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar.
1834	Abolição da escravatura.
1924	A Constituição de 1924 estabeleceu governo representativo.
1936	A Constituição de 1936 garantiu a maioria dos assentos do Conselho Legislativo para os representantes eleitos.
1958/1962	Santa Lúcia se tornou membro da Federação das Índias Ocidentais.

1967	Santa Lúcia se tornou totalmente autônoma em assuntos internos, com a Grã-Bretanha permanecendo encarregada de questões externas e de defesa.
1979	Independência de Santa Lúcia. O líder do Partido da União dos Trabalhadores (UWP), John Compton, assumiu o cargo de primeiro-ministro.
1979	Nas primeiras eleições gerais após a independência, o Partido dos Trabalhadores (SLP) saiu vitorioso, com Allan Louisy assumindo o cargo de primeiro-ministro.
1981	Após a renúncia de Allan Louisy, em razão de cisão no SLP, o cargo de primeiro-ministro passa a ser ocupado pelo procurador-geral, Winston Cenac.
1982	Com a vitória do UWP nas eleições gerais, John Compton retorna como primeiro-ministro.
1987/1992	O UWP obtém duas vitórias seguidas em eleições gerais.
1996	Com a renúncia de John Compton, Vaughan Lewis assume o cargo de primeiro-ministro.
1997	Kenny Anthony se torna primeiro-ministro após vitória da coalizão liderada pelo SLP nas eleições gerais.
2003	O parlamento altera a constituição para substituir o juramento de lealdade ao monarca britânico pela promessa de lealdade a Santa Lúcia.
2006	O UWP vence as eleições com John Compton reassumindo o cargo de primeiro-ministro.
2007	Com a morte de John Compton, o cargo de primeiro-ministro passa a ser ocupado por Stephenson King.
2011	Vitória do SLP nas eleições gerais conduz Kenny Anthony ao cargo de primeiro-ministro.

2016	Allen Chastanet se torna primeiro-ministro com a vitória do SLP nas eleições gerais.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1980	Estabelecimento de relações diplomáticas Os interesses brasileiros são representados pela embaixada em Port of Spain, Trinidad e Tobago.
1994	Os interesses brasileiros em Santa Lúcia passam a ser representados pela embaixada do Brasil em Paramaribo, Suriname.
2007	Abertura de embaixada residente do Brasil em Santa Lúcia, com sede em Castries.
2008	Participação do ministro das Relações Exteriores, Comércio e Investimento de Santa Lúcia na Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauipe.
2010	Visita do primeiro-ministro de Santa Lúcia ao Brasil, por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM.
2010	Após a passagem do furacão 'Tomas', o governo brasileiro disponibiliza helicóptero acompanhado de doze militares para missão de assistência humanitária em Santa Lúcia.
2012	Visita do ministro de Relações Exteriores de Santa Lúcia ao Brasil (9 a 13 de julho).

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Status da Tramitação	Entrada em vigor	Publicação no D.O.U.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	Em vigor	23/09/2010 (vigor internacional)	29/11/2010
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre Cooperação Técnica na Área de Segurança Pública	26/04/2010	Situação especial		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura	26/04/2010	Situação especial		
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em ratificação da outra Parte		
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em ratificação da outra Parte		

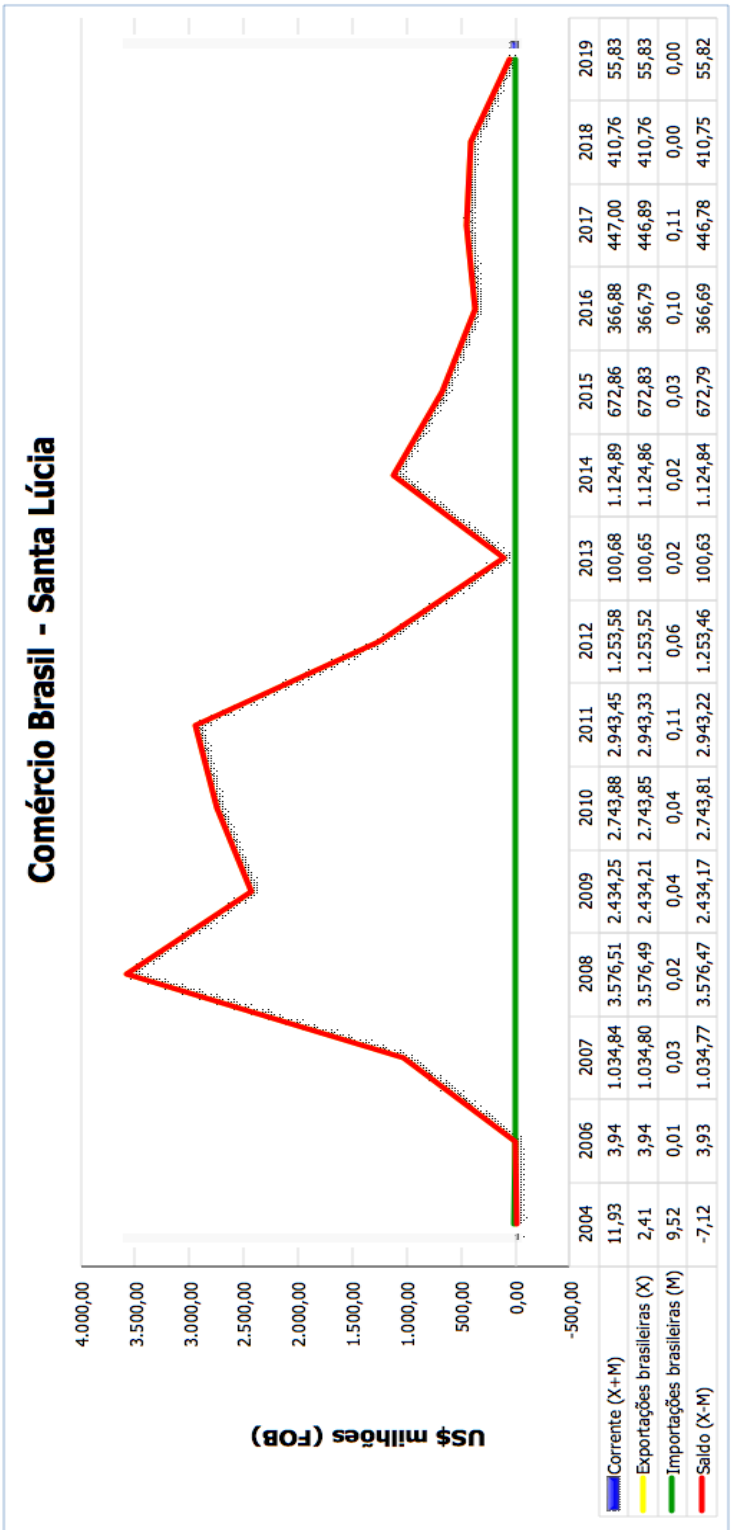
Título	Data de celebração	Status da Tramitação	Entrada em vigor	Publicação no D.O.U.
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em ratificação da outra Parte		

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Divisão de Promoção da Indústria - DPIND

SANTA LÚCIA

Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo

Maio 2020



	2004	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	11,93	3,94	1.034,84	3.576,51	2.434,25	2.743,88	2.943,45	1.253,58	100,68	1.124,89	672,86	366,88	447,00	410,76	55,83
Exportações brasileiras (X)	2,41	3,94	1.034,80	3.576,49	2.434,21	2.743,85	2.943,33	1.253,52	100,65	1.124,86	672,83	366,79	446,89	410,76	55,83
Importações brasileiras (M)	9,52	0,01	0,03	0,02	0,04	0,04	0,11	0,06	0,02	0,02	0,03	0,10	0,11	0,00	0,00
Saldo (X-M)	-7,12	3,93	1.034,77	3.576,47	2.434,17	2.743,81	2.943,22	1.253,46	100,63	1.124,84	672,79	366,69	446,78	410,75	55,82

2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-abr)	0,614	0,000	0,6	0,6
2020 (jan-abr)	0,606	0,000	0,6	0,6

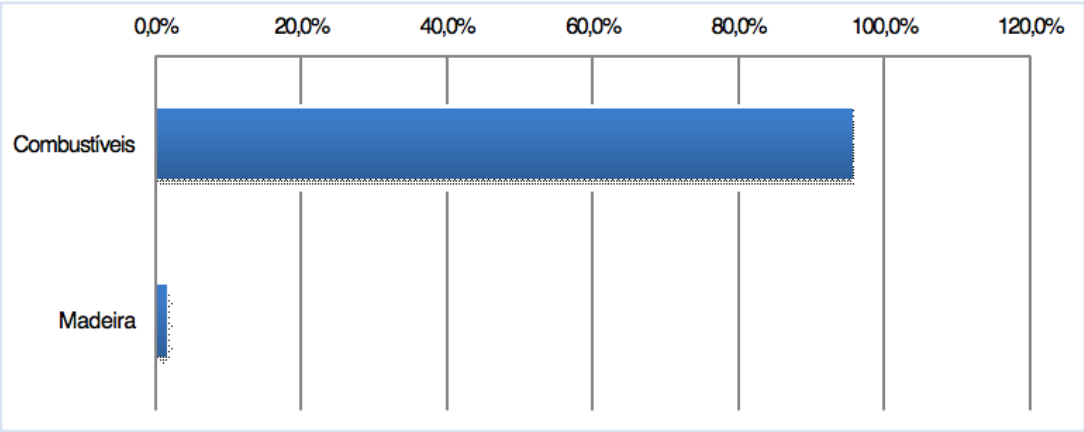
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Composição das exportações brasileiras para Santa Lúcia
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	444,9	99,6%	408,2	99,4%	53,4	95,6%
Madeira	0,5	0,1%	0,8	0,2%	0,9	1,6%
Subtotal	**445,5**	**99,7%**	**409,1**	**99,6%**	**54,3**	**97,2%**
Outros	**1,4**	**0,3%**	**1,7**	**0,4%**	**1,5**	**2,8%**
Total	**446,9**	**100,0%**	**410,8**	**100,0%**	**55,8**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

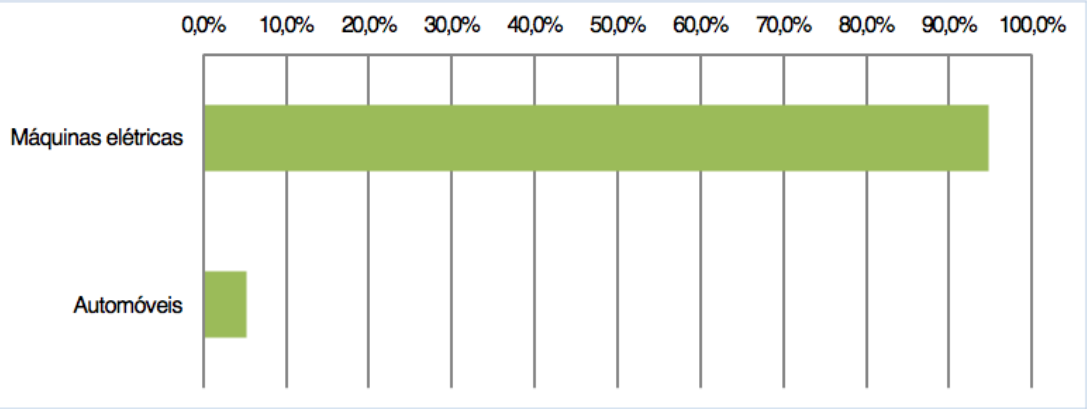


Composição das importações brasileiras originárias da Hungria
US$ unidades

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	27.695,0	25,3%	859,0	77,3%	291,0	94,8%
Automóveis	0,0	0,0%	0,0	0,0%	16,0	5,2%
Subtotal	**27.695,0**	**25,3%**	**859,0**	**77,3%**	**307,0**	**100,0%**
Outros	**81.811,0**	**74,7%**	**252,0**	**22,7%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**109.506,0**	**100,0%**	**1.111,0**	**100,0%**	**307,0**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

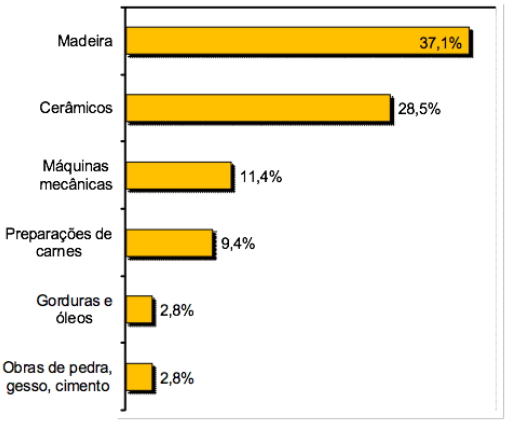
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



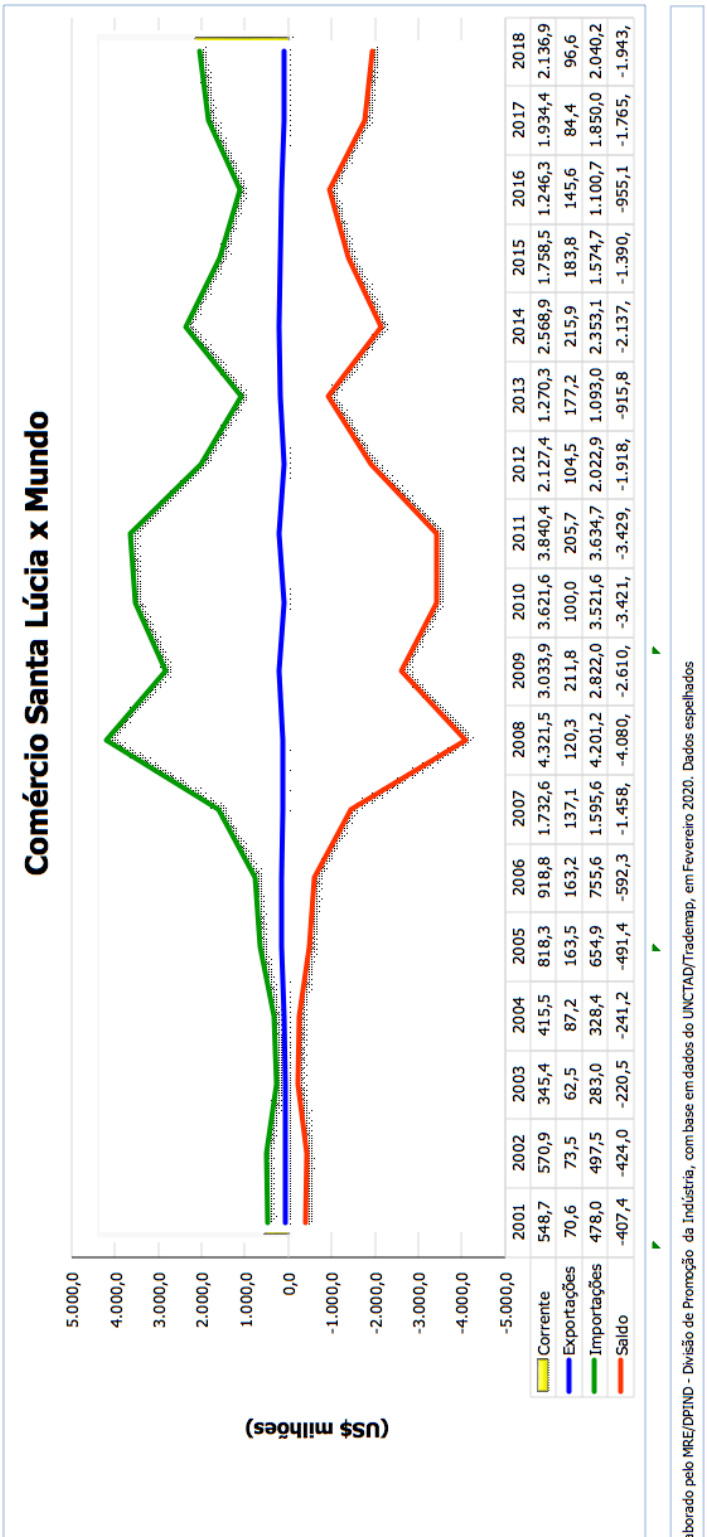
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-abr)	Part. % no total	2020 (jan-abr)	Part. % no total
Exportações				
Madeira	0,368	59,9%	0,225	37,1%
Cerâmicos	0,104	16,9%	0,173	28,5%
Máquinas mecânicas	0,001	0,2%	0,069	11,4%
Preparações de carnes	0,000	0,0%	0,057	9,4%
Gorduras e óleos	0,012	2,0%	0,017	2,8%
Obras de pedra, gesso, cimento	0,019	3,1%	0,017	2,8%
Subtotal	**0,504**	**82,1%**	**0,558**	**92,1%**
Outros	**0,110**	**17,9%**	**0,048**	**7,9%**
Total	**0,614**	**100,0%**	**0,606**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020



Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

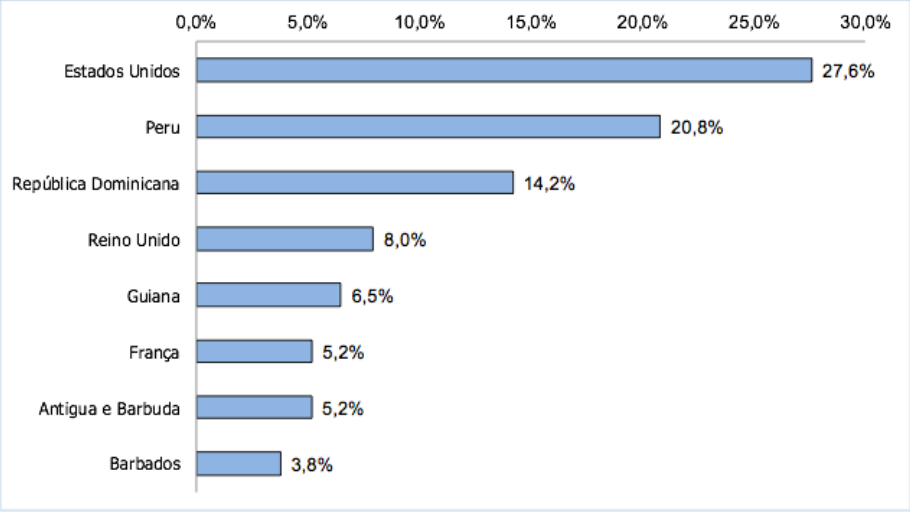

Comércio Santa Lúcia x Mundo
(US$ milhões)
5.000,0
4.000,0
3.000,0
2.000,0
1.000,0
0,0
-1.000,0
-2.000,0
-3.000,0
-4.000,0
-5.000,0
Corrente
Exportações
Importações
Saldo
2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018
548,7 570,9 345,4 415,5 818,3 918,8 1.732,6 4.321,5 3.033,9 3.621,6 3.840,4 2.127,4 1.270,3 2.568,9 1.758,5 1.246,3 1.934,4 2.136,9
70,6 73,5 62,5 87,2 163,5 163,2 137,1 120,3 211,8 100,0 205,7 104,5 177,2 215,9 183,8 145,6 84,4 96,6
478,0 497,5 283,0 328,4 654,9 755,6 1.595,6 4.201,2 2.822,0 3.521,6 3.634,7 2.022,9 1.093,0 2.353,1 1.574,7 1.100,7 1.850,0 2.040,2
-407,4 -424,0 -220,5 -241,2 -491,4 -592,3 -1.458, -4.080, -2.610, -3.421, -3.429, -1.918, -915,8 -2.137, -1.390, -955,1 -1.765, -1.943,
aborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro 2020. Dados espelhados

Principais destinos das exportações de Santa Lúcia
US$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Estados Unidos	26,67	27,6%
Peru	20,12	20,8%
República Dominicana	13,71	14,2%
Reino Unido	7,69	8,0%
Guiana	6,27	6,5%
França	5,02	5,2%
Antigua e Barbuda	5,00	5,2%
Barbados	3,65	3,8%
...		
Brasil (58º lugar)	**1,00**	1,0%
Subtotal	**89,12**	**92,2%**
Outros países	**7,53**	**7,8%**
Total	**96,65**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro 2020. Dados espelhados

10 principais destinos das exportações

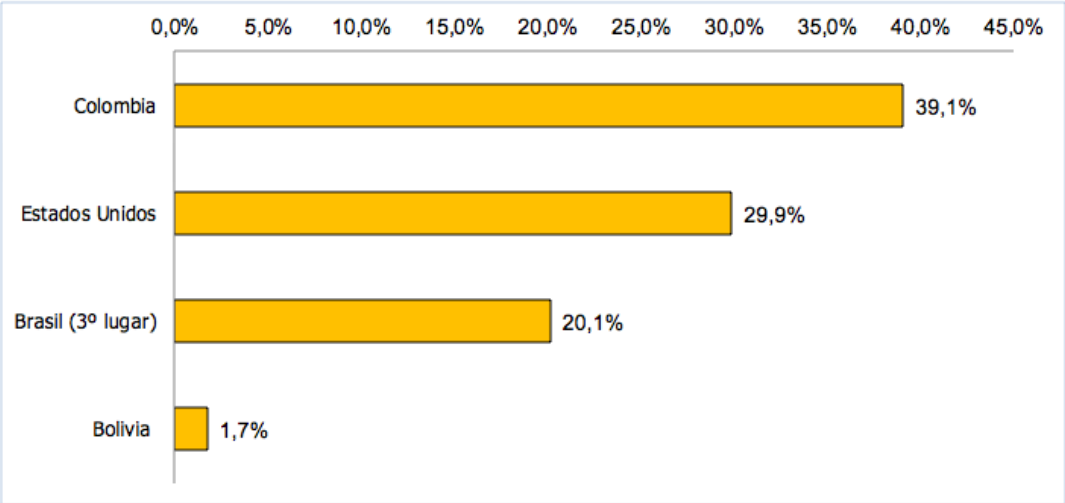


Principais origens das importações de Santa Lúcia
US$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Colombia	797,15	39,1%
Estados Unidos	609,75	29,9%
Brasil (3º lugar)	410,76	20,1%
Bolivia	35,20	1,7%
Subtotal	**1.852,86**	**90,8%**
Outros países	**187,37**	**9,2%**
Total	**2.040,22**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro 2020. Dados espelhados

10 principais origens das importações

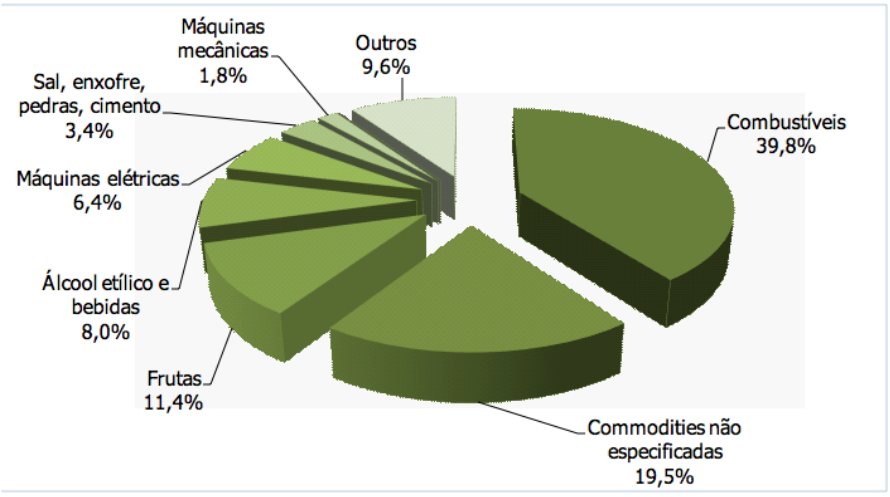


Composição das exportações de Santa Lúcia
US$ milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	38,45	39,8%
Commodities não especificadas	18,89	19,5%
Frutas	11,00	11,4%
Álcool etílico e bebidas	7,75	8,0%
Máquinas elétricas	6,23	6,4%
Sal, enxofre, pedras, cimento	3,26	3,4%
Máquinas mecânicas	1,77	1,8%
Subtotal	**87,34**	**90,4%**
Outros	**9,31**	**9,6%**
Total	**96,65**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro 2020

10 principais grupos de produtos exportados

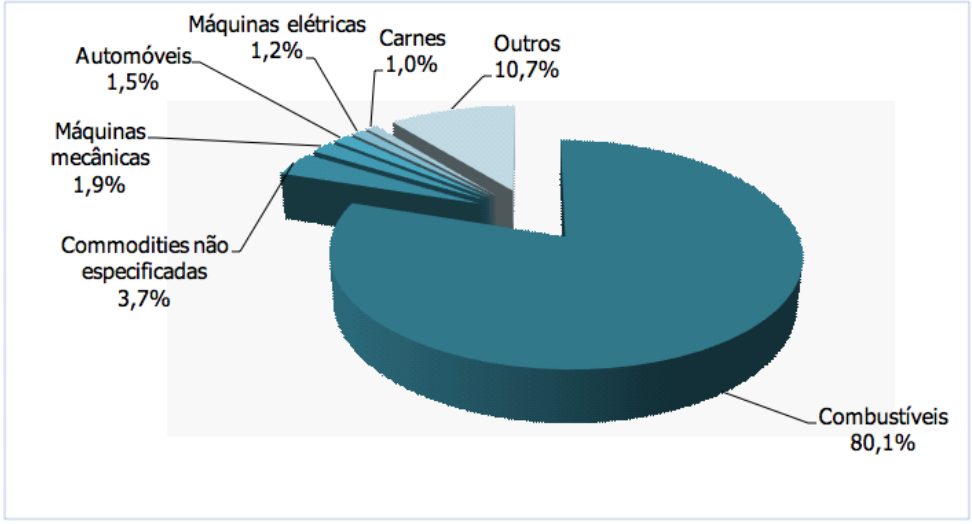


Composição das importações de Santa Lúcia
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	1.633,98	80,1%
Commodities não especificadas	74,53	3,7%
Máquinas mecânicas	39,00	1,9%
Automóveis	30,19	1,5%
Máquinas elétricas	24,35	1,2%
Carnes	19,72	1,0%
Subtotal	**1.821,77**	**89,3%**
Outros	**218,46**	**10,7%**
Total	**2.040,22**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro 2020

10 principais grupos de produtos importados

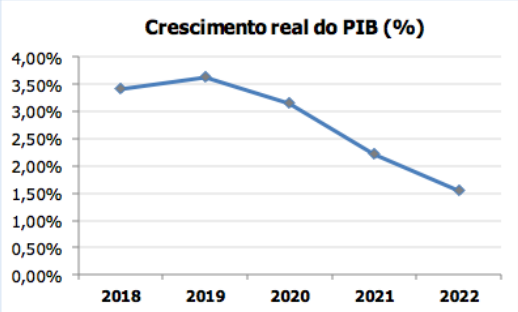


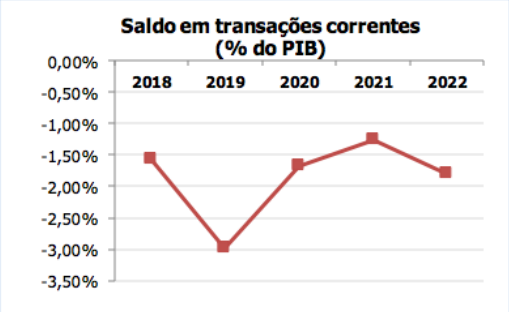
Principais indicadores socioeconômicos De Santa Lúcia

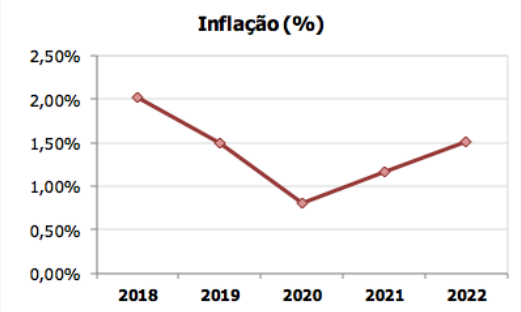
Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	3,40%	3,64%	3,15%	2,21%	1,55%
PIB nominal (US$ bilhões)	1,77	1,88	1,95	2,01	2,07
PIB nominal "per capita" (US$)	10.042	10.546	10.902	11.184	11.449
PIB PPP (US$ bilhões)	2,69	2,85	2,99	3,12	3,22
PIB PPP "per capita" (US$)	15.225	16.014	16.727	17.306	17.789
População (milhões habitantes)	0,18	0,18	0,18	0,18	0,18
Desemprego (%)	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Inflação (%)[(2)]	2,01%	1,50%	0,81%	1,17%	1,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-1,57%	-2,99%	-1,67%	-1,27%	-1,81%
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			2,9%		
Indústria			14,2%		
Serviços			82,8%		

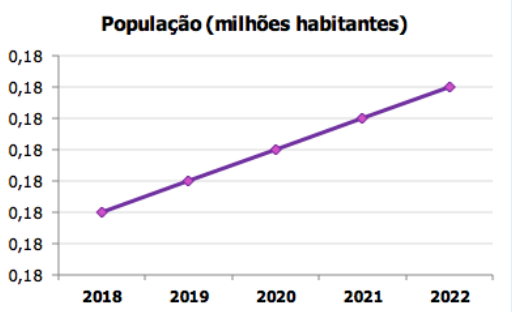
Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(n.d.) Dado não disponível.









EMBAIXADA DO BRASIL EM CASTRIES

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR ÁNUAR NAHES, ENCARREGADO DE NEGÓCIOS, A.I.

Santa Lúcia é uma pequena ilha no Caribe Oriental (área de 616 km² e 178 mil habitantes), que se orgulha de manter uma democracia estável desde sua independência em 1979, nos moldes da antiga metrópole, o Reino Unido, e de ter dois ganhadores do prêmio Nobel: William Arthur Lewis, Economia, em 1979, e Derek Alton Walcott, de Literatura, em 1992.

2. O Governador Geral, Sir Neville Cenac, teve importante carreira política no país. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros, presidente da Câmara e agora, com 83 anos, foi nomeado para a função simbólica de representar a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado.

3. O atual Primeiro-Ministro, Allen Chastanet, é um rico empresário nos setores hoteleiro e turístico. Eleito em 2016 pelo Partido dos Trabalhadores Unidos (UWP), tem adotado uma política econômica liberal, buscando distanciar-se dos governos trabalhistas anteriores (Partido Trabalhista de Santa Lúcia – SLP), ligados aos sindicatos e à esquerda. Tem procurado atrair grandes investimentos para o país, sobretudo nos campos do turismo de luxo e lazer, mediante parcerias público-privadas, a outorga de nacionalidade lucense a investidores, a facilitação da abertura de negócios, o registro de navios comerciais e a licença de ocupação ("leasing") de vastas áreas costeiras.

4. No seu mandato, os índices de desemprego do país caíram de 24,1% 2015 para 16,8% em 2019, o PIB cresceu de 0,2% em 2015 para 1,5% em 2019 (com oscilações para mais e para menos no período, por causa de flutuações do número de turistas provenientes do Canadá, dos EUA e do Reino Unido e da maior ou menor severidade de tempestades tropicais), a dívida pública reduziu-se de 66,1% em 2015 para 65,5% em 2019, o PIB nominal subiu de USD 4,4 bi em 2015 para USD 5,38 em 2019 e a dívida pública se contraiu para 64% do PIB (dados do FMI, fevereiro 2020, "country report nº 20/54”). Esses resultados positivos, no geral, também se deveram à forte recuperação, nos últimos anos, do turismo internacional, setor este responsável por 65% da economia local.

5. O impacto da pandemia do COVID-19 sobre o país, porém, a partir de meados de fevereiro de 2020, foi devastador. O Governo foi forçado a rever, para baixo, as estimativas previstas para 2020, a um ano da disputa eleitoral de 2021. Espera-se para este ano uma contração de 9,5% da atividade econômica de Santa Lúcia, com seus efeitos adversos sobre a sociedade como um todo, além do aumento da relação dívida pública/PIB.

6. A favor do Governo, porém, pesa a maneira equilibrada, eficaz e transparente com que gerenciou a crise. Desde o início da pandemia, tomou as medidas que se faziam necessárias, à luz das recomendações dos organismos internacionais e regionais de saúde (inclusive um rigoroso "lockdown" de duas semanas). Paralelamente ao trabalho de contenção da epidemia, o Governo procurou manter em funcionamento certas atividades econômicas essenciais, embora ao nível estritamente necessário. A partir de maio, teve início uma reabertura gradual e cuidadosa da atividade econômica. Até o final de setembro último, Santa Lúcia já havia reaberto o país ao turismo internacional, observados rígidos protocolos sanitários, e se orgulhava de não haver tido um óbito sequer entre os 31 casos positivos de infecção detectados.

7. Em 23/06/2020, o Governo submeteu ao Parlamento a seguinte proposta orçamentária para o biênio 2020/2021:

- Despesas: ECD 1697,00 (USD 628,51)

- Receita: ECD 1126,00 (USD 417,03

- Déficit: ECD 571,00 (USD 211,48), valor bruto, ou ECD 560,00 (USD 207,40), valor líquido, após reembolsos(venda de capitais).

Para financiar esse déficit, o Governo pretende obter USD 98,8 milhões mediante o remanejamento dos prazos da dívida externa e a venda de títulos, USD 108,3 milhões em empréstimos tomados de "países amigos" (Taiwan e Japão), de fundos internacionais (UK/Caribbean Investment Fund, European Development Fund e Banco Mundial) e conseguir pequenas contribuições pontuais de Organismos Internacionais especializados (UNEP, OPAS, FAO entre outros).

8. O Parlamento é bicameral e costuma trabalhar discretamente. Nos últimos meses, porém, vieram a público acirrados debates entre membros do Governo e da oposição, em torno da melhor forma de conduzir o país no período pós-pandemia, sinal do que está por vir, à medida que se aproxima

a data das eleições (junho de 2021). O Senado é composto por onze membros, nomeados pelo Governador Geral. Seis são indicados pelo Primeiro-Ministro incumbente, três pelo líder da oposição e dois escolhidos pelo próprio Governador, consultados os relevantes órgãos econômicos, religiosos ou sociais do país. A atual presidente, desde 20/03/2020, é a Sra. Jeannine Michele Giraudy-McIntyre.

9. A Câmara dos Deputados (House of Assembly) é composta por 17 parlamentares, uma para cada distrito eleitoral do país. Atualmente onze são filiados ao partido do Governo (UWP) e seis à oposição (SLP). Seu presidente, desde março de 2018, é o Sr. Andy Glenn Daniel, que esteve no Brasil (São Paulo) no início de agosto daquele mesmo ano para participar de uma conferência. O Líder da oposição é o deputado Philip Pierre, desde junho de 2016.

10. A presença diplomática estrangeira em Santa Lúcia se restringe a nove embaixadas residentes: Brasil, Cuba, França, Líbia, Marrocos, México, Reino Unido, Taiwan e Venezuela. Os japoneses estão representados pela sua agência de cooperação, a JICA (Japan Internacional Cooperation Agency).

- O México tem interesses e presença tradicionais em toda a América Central e Caribe.

- Cuba oferece sobretudo bolsas de estudo a lucenses e provê assistência médica ao país.

- A Venezuela até há pouco fornecia petróleo a Santa Lúcia a preços favoráveis por intermédio da Petrocaribe, mas, a partir de 2018, o Governo Chastenet passou a exigir visto de entrada no país para cidadãos venezuelanos, por causa de situações de ingresso irregular.

- Dos europeus, o Reino Unido se faz representar na ex-colônia e membro da Commonwealth e a França, ex-metrópole até 1814, mantém uma embaixada de porte médio e um centro cultural, à luz de seus interesses diretos nos departamentos de Martinica e Guadalupe.

- Taiwan tem presença marcada pelas doações de capital a diversos empreendimentos do governo, além de forte cooperação na área agrícola, mantendo em Santa Lúcia importante fazenda experimental para plantação de bananas e hortaliças.

- Os embaixadores do Marrocos e da Líbia informam ter interesses comerciais na região (a Organização dos Estados

do Caribe Oriental - OECO abriu escritório de representação em Rabat).

11. O Brasil, que recentemente fechou cinco representações diplomáticas no Caribe, mantém representação diplomática em Santa Lúcia, entre outros fatores, pelo fato de esse país integrar o Grupo de Lima, que propugna o restabelecimento pacífico da democracia na Venezuela, e de sediar a OECO (OECS em inglês), integrada por onze membros, dos quais sete fundadores (seis independentes: Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas; e um território ultramarino do Reino Unido: Montserrat) e quatro membros associados (Anguilla e Ilhas Virgens Britânicas - ambos territórios ultramarinos do Reino Unido - e Martinica e Guadalupe - departamentos ultramarinos da França). Além da união aduaneira, oito de seus membros estabeleceram em 1983 uma união monetária (ECCU): Anguilla, Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, St. Kitts e Nevis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. A moeda comum, o dólar do Caribe Oriental, mantém paridade fixa com o dólar norte-americano, à taxa de USD 1,00 = ECD 2,70. O Banco Central do Caribe Oriental (ECCB), responsável pela regulação econômica e financeira dos usuários da moeda comum, está sediado em Basseterre, na ilha de St. Kitts.

12. No último relatório de gestão enviado pela embaixada em Castries, Santa Lúcia, datado de setembro de 2018, o então Encarregado de Negócios, Embaixador Márcio Lage, destacou o interesse demonstrado pelas mais altas autoridades locais numa maior presença do Brasil na ilha e participação nas parcerias público-privadas em curso para melhorar os indicadores sociais, humanos e econômicos do país. Este interesse me foi reiterado pelo Primeiro-Ministro Chastenet, em breve encontro que tive com ele logo ao assumir a encarregatura, no final de fevereiro deste ano. O mesmo se pode dizer do Dr. Didacus Jules, diretor-geral da OECO, educador e admirador da obra de Paulo Freire, com quem tenho mantido contatos regulares, por causa da pandemia, para tentar acelerar a liberação dos "kits" de testes para detectar casos de infecção pela Covid-19, num projeto de cooperação capitaneado pela Agência Brasileira de Cooperação, em parceria com a Organização Pan-americana de Saúde e o Programa Mundial de Alimentos.

13. Não obstante esse interesse verbalmente manifesto para com o Brasil, Santa Lúcia procura aprofundar relacionamento com países ou organizações provedores de créditos ou cooperação bilateral e com daqueles de onde provém a maioria dos turistas que recebe. Coerentemente, mantém embaixadas

residentes apenas em Cuba, Estados Unidos, Reino Unido, Taiwan e junto aos organismos internacionais OEA (cumulativa com sua embaixada em Washington), ONU, UNESCO e União Europeia (juntamente com a OECO). Tem consulados em Miami, Nova York e Toronto, onde se concentra a diáspora lucense. Mantém ainda representação em nível diplomático junto aos escritórios da CARICOM, da Petrocaribe e da ALBA em Castries.

14. A Petrobras mantinha, até 2018, estoques de petróleo e derivados no terminal marítimo da empresa Buckeye International, ao sul de Castries, com capacidade de armazenamento de 10,3 milhões de barris. Isso era contabilizado como exportação brasileira e inflava os números do comércio bilateral. Com isso, o comércio bilateral declinou de USD 672,8 milhões em 2015 para USD 55,83 em 2019. Atualmente o Brasil exporta para Santa Lúcia aglomerados de madeira e importa resistência elétricas (94,8%) e partes de automóveis (5,2%).

15. Há cinco acordos bilaterais em negociação, nas áreas de cooperação técnica, cooperação cultural, cooperação educacional, isenção de vistos em passaportes comuns e transportes aéreos. Os quatro primeiros dependem da aprovação interna pelo Governo de Santa Lúcia para entrar em vigor. O último será negociado diretamente entre as autoridades aeronáuticas competentes dos dois países.